I ENCONTRO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS

A PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – PERSPECTIVA

30 de setembro a 04 de outubro de 2002

FERNANDO EIZIN SENAHA
MARCOS M. RABELO
MARIANA CHAGURI
MÁRIO AUGUSTO M. DA SILVA
PAULO GAJANIGO (orgs.)

Cadernos da Graduação, n. 3, 2003

Cadernos da Graduação 3

I Encontro de Pesquisa em Ciências Humanas

FERNANDO EIZIN SENAHA, MARCOS M. RABELO, MARIANA CHAGURI, MÁRIO AUGUSTO M. DA SILVA e PAULO GAJANIGO (orgs.)

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS / UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Diretor: Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo
Diretor Associado: Profª Drª Rita de Cássia Lahoz Morelli

Comissão de Publicações
Coordenação Geral:
Profa. Dra. Rita de Cássia Lahoz Morelli
Coordenação da Revista Idéias:
Prof. Dr. Marcelo Ridenti
Coordenação da Coleção Idéias:
Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari
Coordenação das Coleções Seriadas:
Prof. Dr. Lucas Angioni
Coordenação da Coleção Trajetória:
Prof. Dr. Armando Boito Jr.
Coordenação da Monografia e Cadernos da Graduação: Profª Dra. Suely Kofes

Representantes dos Departamentos:
Profª Dra. Suely Kofes – DA, Prof. Dr. Armando Boito Jr. – DCP, Prof. Dr. Lucas Angioni – DF, Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari – DH e Prof. Dr. Marcelo Ridenti – DS
Representantes dos funcionários do setor: Marilza A. Silva, Magali Mendes e Sebastião Rovaris
Representantes discentes: Nádia Cristina Nogueira (pós-graduação) e Rafael Rodrigues Testa (graduação)

Editoração/Capa: Marilza A. Silva.
Capa: *Relativity* (1953) de Maurits Cornelis Escher (1898-1972).
Impressão: Gráfica do IFCH – Unicamp

Cadernos da Graduação / publicação dos graduandos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. – N. 3 -. -- Campinas: UNICAMP/IFCH, 2003, 458 p.

Anual

1. Ciências humanas. 2. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 3. Geografia humana. 4. Lingüística aplicada. 5. Arte-Aspectos sociais. 6. Memória - Aspectos sociais - História. 7. Juventude - Aspectos sociais. 8. Tecnologia - Aspectos sociais. 9. Religião - História. 10. Negros - História. I. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

CDD 300

Catalogação na Fonte - Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP - CRB nº 5124 / Sandra Ferreira Moreira

Endereço para correspondência:
IFCH/UNICAMP - SETOR DE PUBLICAÇÕES
Caixa Postal: 6110 - CEP: 13083-970 - Campinas - SP
Tel. (019) 3788.1604 / 1603 - Fax: (019) 3788.1589
pub_ifch@unicamp.br - http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/

SUMÁRIO

Os cegos no Pátio do Palácio do Caos 7

PRÁTICAS DE ENSINO

Ensino para a diversidade - *Laura Noemi Chaluh* 10

O quantitativo e o qualitativo na avaliação da aprendizagem em matemática: um estudo de caso no ensino médio
Domício Magalhães Maciel 20

O ensino de álgebra numa perspectiva lógico-histórica: um estudo das elaborações correlatas de professores do Ensino Fundamental
Maria do Carmo de Sousa 28

ASPECTOS DA LINGUAGEM NO BRASIL

Tipo de foco licenciador de ordens não-canônicas em língua de sinais brasileira (LSB) - *Mara Jéssica Arrotéia* 36

Aspecto Verbal: do Latim ao Português e sua atual produtividade
Renato Miguel Basso 43

INTELECTUAIS E IDEOLOGIA

Revista Sur: cultura e legitimidade política na Argentina (1931-1955)
Paulo Renato da Silva 50

Lênin e a questão da transição: um estudo da obra leniana entre 1917 e 1923 - *Rafael Afonso da Silva* 55

O conceito de Sociedade Civil de Gramsci na vida intelectual brasileira
Tatiana Fonseca Oliveira 63

ESPAÇOS E SOBERANIA NO BRASIL

Espaço alienado e solidariedades geográficas: a Região Metropolitana de Campinas - *Mariana Vercesi de Albuquerque* 74

A redivisão político-administrativa do território brasileiro
Rita de Cássia Nonato 81
Geografias da desigualdade. O uso agrícola do território brasileiro
Mário Lamas Ramalho 89
O Tribunal Penal Internacional Permanente e a proteção dos direitos humanos: o debate sobre a ratificação do trabalho no Brasil em perspectiva comparada - *Christiana Galvão F. de Freitas* 440

NEGROS

A visão do MNU sobre a História dos negros e as implicações desta sobre a identidade étnica - *Marcelo Leolino da Silva* 96
Capoeira e cidadania: Um estudo da prática capoeirística e sua aplicação em projetos sócio-educacionais na cidade de Campinas-SP
Wilson Rogério Penteado Jr. 106
Letras de exclusão: racismo, historiografia e manuais escolares de história do Brasil - *Renilson Rosa Ribeiro* 113

CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA ÁREA DE HUMANAS – APLICAÇÕES DO CONHECIMENTO

O fazer científico e a sociolingüística - *Marina Célia Mendonça* 122
A produção de tecnologia nas ciências humanas: o caso Endici
Claudia Wanderley 128
Reconstruindo a memória do CEFET-MG: uma contribuição à reflexão crítica da evolução da educação tecnológica no Estado de Minas Gerais
Bernadetth Maria Pereira 137
Sustentabilidade: uma expressão com que sentido?
Ana Luíza Artiaga Rodrigues da Motta 145
Supressão da menstruação: uma discussão sobre alguns dos embates entre natural e cultural - *Daniela Tonelli Manica* 155
Relações Sociais no Parque Nacional do Jaú (PNJ)
Eliana Santos Junqueira Creado 163

JUVENTUDE E MARGINALIDADE

A caricatura de um jogo caricatural; algumas palavras sobre o RPG e o individualismo - *Bernardo Curvelano Freire* 170
Representações sobre a violência entre adolescentes moradores do Parque Oziel, Campinas - *Patrícia Curi Gimeno* 177
Los "Pibes Chorros". el nacimiento de una subcultura juvenil delictiva en Argentina - *Sergio E. Tonkonoff* 184

RELIGIÃO E MAÇONARIA

Sobre a inserção da maçonaria na sociedade brasileira contemporânea: aspectos sociológicos - *Ana Paula B. Lima* 194
"Entre a igreja invisível e a igreja universal: uma luz para o seu caminho - a Igreja Presbiteriana do Brasil e mídia religiosa no caso da 'Luz para o Caminho' (1976-2000)" - *Karina Kosicki Bellotti* 208
Expansão e choque - A IURD e as reações que provoca em Portugal: uma análise através da mídia - *Guilherme Mansur Dias* 214
Clermont, Jerusalém: um estudo da Primeira Cruzada *Marcos Monteiro Rabelo* 222

ARTE E SOCIEDADE

"A história nas histórias de Machado de Assis: as crônicas dos anos 1870" - *Karen Fernanda Rodrigues de Souza* 228
Sociologia da literatura: Dostoiévski e a questão nacional *Jean Carlo Faustino* 234
Sob a égide de Calíope e Clio - *Raimundo Nonato Pereira Moreira* 239
Civilidade de Corte: a racionalização de um microcosmo social *Flávio Antônio Fernandes Reis* 245
Análise do discurso do sedutor - *Lucas Kiyoharu Sanches Oda* 253
A canção como narrativa: a transformação discursiva na MPB (1965 – 1975) - *Mariângela Ribeiro de Almeida* 260
A Guerra de Tróia no imaginário ateniense:sua representação nos vasos áticos dos séculos VI-V a.C. - *José Geraldo Costa Grillo* 269

OS OLHARES DA METRÓPOLE

Tecnosfera, psicoesfera e uso seletivo da cidade. *Alex Manetta* 276
"Boca de Lixo": lugar de resistência *Marlon Leal Rodrigues* 282
O uso do helicóptero na aceleração dos fluxos aéreos na Metrópole de São Paulo - *José de Barros Pinto Filho* 302
Fotografia e visibilidade: moradores de rua em Campinas *Carolina Beckman* 311
Para além dos arcos dourados: a pedagogia cultura do McDonald's *Alexandre Filordi de Carvalho* 322
Conhecer o lugar e transformar o mundo o espaço geográfico como possibilidade - *Carin Carrer Gomes* 330

TRABALHO, POLÍTICA E TRABALHADORES

As contradições teórico-táticas do PCdoB frente à ofensiva neoliberal no Brasil - *Fernando Ferrone Corrêa* 342
Camelôs no Sindicato: etnografia de um conflito no universo do trabalho - *Camilo Albuquerque de Braz* 351
Sociedade Humanitária Operária: o mutualismo no estudo da classe operária - *Paula Christina Bin Nomelini* 360
A "Questão Social" e o jornal *A Epoca* (1912-1919) *Cristiane Regina Miyasaka* 367

GLOBALIZAÇÃO, TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Geografias da desigualdades: uso do território brasileiro e fome - *Fábio Tozi* 378
Empresas reticulares: incentivos territoriais, uso e alienação do território - *Mariana Lamas Ramalho* 378
Inserção do Brasil no comércio internacional e integração econômica *André Luís Ribeiro Barbosa* 389
Aeroportos em fazenda no Centro-Oeste regulados por São Paulo: elementos do circuito espacial da produção agrícola *Fabrício Gallo* 395
Alienação do território, manipulação de fronteiras e criação de novos municípios no Estado de São Paulo - *Clayton Luiz da Silva* 401

MEMÓRIA, VIOLÊNCIA E ESTADO

FALN: Forças Armadas de Libertação Nacional: o interior paulista, com seus alcances e limites, também participa da luta contra a Ditadura Militar - *Alessandra Bagatim* 418
Documentos e memórias da Ditadura Militar *Mário Augusto Medeiros da Silva* 425
Obediencia y banalidad: los militares en los campos clandestinos de detención en la Argentina - *Valentina Salvi* 431

ESPAÇOS E SOBERANIA NO BRASIL

O tribunal penal internacional permanente e a proteção dos direitos humanos: o debate sobre a ratificação do trabalho no Brasil em perspectiva comparada - *Christiana Galvão F. de Freitas* 440

OS CEGOS NO PÁTIO DO PALÁCIO DO CAOS*

Se as idéias de diálogo e de interdisciplinaridade são ilusões, o 1º ENCONTRO DE HUMANIDADES DA UNICAMP está na contramão da ilusão.

O projeto de promover esse evento é uma tentativa de demonstrar a capacidade e a importância dos trabalhos desenvolvidos por aqueles que se arrogam o título de cientistas humanos. Também é uma forma de externar as dificuldades encontradas no caminho. As dificuldades em unir diferentes pessoas de distintas áreas. A dificuldade de desmascarar a necessidade de **hiperespecialização**, que sacrifica o que muito pouco ocorre até hoje**: o diálogo.**

Sob a estraçalhada bandeira comum de *Ciências Humanas*, diversos campos se erguem, reivindicando a primazia ou o anel de legitimidade superior, distanciando-se de outros. Cremos que a divisão somente nos enfraquece, nos torna mais pobres e estéreis. Erguermo-nos cada um em torres de cristais cintilantes cada vez mais altas não nos fará mais visíveis ou formosos: só nos fará esquecer o substrato de apoio.

O *Positivismo* legou a todos os campos das Ciências Humanas a busca incessante pelo método e o rigor em detrimento do ecletismo humanístico. Busca esta que quase conferiu a esses campos situações estanques. Muito tempo depois, estranho regresso! Pois em grande parte, é isso que se observa: situações estanques, crises generalizadas de métodos e objetos, redefinições de estatuto científico, isolamento de hipóteses e pressupostos que fazem dos cientistas humanos verdadeiros cegos no pátio do Palácio do Caos: alguns procuram saídas que não existem; outros buscam entrar em câmaras e salas que imaginam existir, tateiam paredes que mudam de lugar; ao fim, sobem e descem escadas que os muito fazem andar mas que sempre conduzem ao mesmo lugar comum. E o maior problema de todos: além de cegos, estão mudos.

Muitos observam a Universidade e seus integrantes como verdadeira ilha da fantasia, onde somente os eleitos podem adentrar. Em parte, essa visão é correta (ainda mais quando a mesma se encontra cercada, em todos os senti-

* Essa metáfora se baseia nas obras *Relativity* (1953) de Maurits Cornelis Escher (1898-1972) e *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago.

dos plenos). No que tange às Ciências Humanas, a imagem do mundo de cristal cintilante é sempre mais veemente. Profissionais que se escondem em gabinetes, sentados atrás de uma pilha de livros bolorentos não são considerados importantes em diversos aspectos.

O **1º Encontro de Humanidades da Unicamp** tenta demonstrar o contrário e reverter essa situação.

Nesses cinco dias que se seguirão, esperamos contribuir para que os cegos achem a saída do pátio do Castelo e que reaprendam a falar. Esperamos que suas falas sejam profícuas e interessantes e que criem interlocutores. Apesar de nem todos os campos que compõem as Ciências Humanas estarem presentes – e isso não se deve por falta de convite ou persistência – cremos que não dificultará a ação. Alguns cegos, além de privarem-se da visão, usam antolhos.

Em tempo: gostaríamos de agradecer à *DAC* por não ter divulgado nosso texto pelo e-mail dos estudantes (já que não se trata de um evento relevante, interno e acadêmico); à *PREAC* por não nos ter apoiado; aos *Centros Acadêmicos* que não nos ajudaram em nada; *àqueles que quiseram guardar nossos cartazes como recordação. Enfim, a todos aqueles que dalguma forma dificultaram a realização desse evento* (em especial, à *Profª. Drª. Margareth Rago*). Todos foram muito importantes para que achássemos a saída. Gostaríamos de agradecer também a ingerência de outras pessoas mais cegas que nós (essas por suas ambições e sonhos terrivelmente inconfessos) por interferirem em assuntos que não lhes competiam. Alguns cegos, além de antolhos, não têm olhos. Além de surdos, não têm ouvidos. Somente a boca. Todos foram muito importantes para que achássemos a saída.

Também queremos agradecer aos convidados, ao público, à *Profª. Drª. Cristina Meneghelo*, ao diretor do IFCH, *Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo*, aos centros acadêmicos que nos auxiliaram (CACH, CACT e CALL), aos funcionários do IFCH pelo grande amigo café, à *Secretaria de Eventos do IFCH e a nós mesmos* por termos encontrado **uma saída**.

Comissão Organizadora

Em tempo: Gostaríamos de agradecer também o Setor de Publicações do IFCH, em especialmente na figura de Marilza A. Silva, que fez essa publicação ser possível.

PRÁTICAS DE ENSINO

Laura Noemi Chaluh
Domício Magalhães Maciel
Maria do Carmo Sousa

ENSINO PARA A DIVERSIDADE

LAURA NOEMI CHALUH*

Introdução

O objeto de estudo desta pesquisa consiste na história de um projeto pedagógico alternativo, Ensino para a Diversidade, implementado em escolas particulares judias de nível primário, em Buenos Aires, Argentina, iniciado em 1997, em um contexto neoliberal. Este projeto teve sua origem em Israel na década de 70 e enfatiza o respeito pelas diferenças. O projeto é transferido à Argentina, especificamente para a cidade de Buenos Aires, para ser implementado em nove das escolas judias que dependem de um Conselho Central de Educação que as nucleia.

Em Israel, aproximadamente 200 escolas estão implementando atualmente o Projeto. A Argentina foi o primeiro país, depois de Israel, que incorporou o Projeto em suas escolas. Depois dos resultados obtidos na Argentina, foi efetuada a sua implementação também no Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Recife), México, Paraguai, Uruguai e Costa Rica.

Importa explicitar inicialmente que o recorte feito no ano de 1997 se deve ao início da implementação do Projeto Pedagógico na Argentina. A metodologia de análise foi construída a partir de fontes primárias e de fontes secundárias que possibilitaram conhecer a história dos judeus na Argentina. Alguns dos documentos são provenientes de Israel, e outros da Argentina. Em geral esses documentos dão conta de: como o projeto foi se desenvolvendo em Israel, as mudanças que nele se produziram, os principais fatores que levaram à sua implementação na Argentina, como se faz a implementação do Projeto em comunidades judias fora de Israel, além de depoimentos de escolas que têm implementado o Projeto na Argentina.

* Graduanda da Faculdade de Educação/UNICAMP.

O projeto pedagógico Ensino para a Diversidade

Para ampliar a compreensão histórica do Projeto Pedagógico implementado em 1997, foi preciso estudar desde a chegada do primeiro grupo considerado pioneiro da imigração judia à Argentina (1889), em seu estabelecimento nas colônias agrícolas até mais tarde, na cidade de Buenos Aires, cidade onde vai-se implementar o referido projeto pedagógico. Foi necessário conhecer os aspectos legislativos estabelecidos na Argentina, através dos quais se favoreceu uma política imigratória, foi importante também conhecer a Lei de Educação Comum (1884) através da qual se universalizou a educação. Para ter um olhar abrangente ao longo deste recorte histórico, são considerados diferentes aspectos: como os judeus se organizaram na nova terra, as características das organizações comunitárias, que tipo de educação eles sustentavam inicialmente, que mudanças educacionais foram surgindo, quais os diferentes contextos sócio-políticos das instituições escolares judias.

Para conhecer a essência do Projeto Ensino para a Diversidade, implementado nas escolas da cidade de Buenos Aires no ano de 1997, foi preciso resgatar a origem desse projeto, elaborado em Israel na década do 70, cujo nome em hebraico é Hora'a Mutemet que significa Ensino Adaptado. Para compreender o contexto político onde surgiu o projeto pedagógico original uma breve resenha sobre as mudanças no sistema educativo de Israel se faz necessária[1].

O Estado de Israel cria-se no ano de 1948. Com a Lei de Educação Obrigatória e com a chegada dos imigrantes na década de 50, o sistema educacional israelense foi-se formando por uma diversidade de estudantes. Um dos desafios centrais daquela época foi fazer avançar as conquistas de aprendizagem da totalidade dos alunos, e aumentar a proporção daqueles bem sucedidos em adquirir conhecimentos, habilidades e valores necessários para um funcionamento eficiente na sociedade moderna.

Na década de 50 era difundida uma concepção social e educacional em Israel que almejava uma diminuição das diferenças, adotaram-se abordagens

[1] Documentos primários: (A) "Ensino Adaptado – Desenvolvimento e Mudança de Um Projeto Experimental ao Aprofundamento e Institucionalização: 1973-1999" (Brickner, Ron, CTE, Tel Aviv, 1996:10-12). (B) "Ensino Adaptado na Classe Heterogênea" (Brickner, Yosifon, Zehavi, Chacham, CET, Tel Aviv, 1997:24

pedagógicas tradicionais que colocavam objetivos idênticos para todos, com programas de estudo e processos de ensino uniformes. Nos finais da década de 50 se observou que o fracasso escolar era grande e que a igualdade esperada através da educação não tinha sido alcançada.

A partir da década de 60, o sistema educacional vai se ocupar dos grupos considerados mais frágeis de modo diferenciado. Para isso se planeja uma política de assistência e compensação, cujo objetivo era diminuir as diferenças entre os alunos através de um adicional de recursos educacionais para as populações mais fragilizadas, procurando adaptar os alunos mais fracos a diversos meios de ensino. As metas do sistema continuavam sendo as mesmas e refletiam uma concepção social que identificava igualdade social com uniformidade.

A década de 70 aparece com uma nova tendência na sociedade e no sistema educativo israelense: a ressignificação das idéias de igualdade e excelência. Assim aumentou *a consciência de que em uma sociedade democrática e pluralista, o significado da igualdade é o reconhecimento do direito dos homens serem diferentes, e excelência significa o cultivo e realização das capacidades pessoais de cada indivíduo* (Documento A, p. 11).

Assim as insatisfações nos resultados obtidos pelos alunos no sistema heterogêneo e as mudanças nas concepções fizeram aparecer novas idéias que pretendiam uma maior individualização no sistema educacional, adaptando assim o ensino às necessidades de cada aluno e oferecendo a cada estudante a possibilidade de aproveitar plenamente suas capacidades de aprendizagem, tanto no aspecto acadêmico como no social e pessoal. As novas idéias se relacionavam com a adaptação das metas de ensino, seus processos e métodos aos diversos aprendizes, *resguardando objetivos básicos comuns a todos, e legitimando-se metas pessoais adicionais (Adar et. al., 1981; Chen et. al., 1988)* (Documento B, p. 25).

Depois de olhar sobre o projeto pedagógico originado em Israel, era necessário voltar para Argentina. Foi preciso conhecer a instituição que iria ser responsável pela transferência do Projeto. O CTE, Centro de Tecnologia Educativa (Israel), é a instituição dedicada a desenvolver processos de mudanças nos sistemas de educação e capacitação do Estado de Israel. Uma de suas unidades, a Unidade de Ensino Adaptado foi a responsável pelo desenvolvimento do "Projeto de Excelência Educativa", projeto desenvolvido para as

Comunidades Judias fora de Israel, responsável também por levar o Projeto até o país onde vai ser implementado. Um dos objetivos do Projeto Excelência Educativa: *Promover e implementar o enfoque do Ensino Adaptado*[2] (Proyecto Excelencia Educativa para las Comunidades Judías fuera de Israel, p. 10). Nesse projeto estabelecem-se os objetivos da implementação, os mecanismos de gestão, implementação e avaliação na Argentina. Foi escolhida uma pessoa responsável pelo projeto na Argentina, a cargo da direção local do Projeto. A diretora local desenvolveu o Programa de Apoio à Excelência Educativa.

Uma outra análise se faz necessária. Sabemos que só se pode pensar em educação desde uma perspectiva relacional: ... *a educação só adquire sentido em um contexto mais amplo de processos políticos, econômicos, jurídicos e culturais, fora dos quais perde toda legibilidade* (Gentili, 1997:43). Neste caso, o novo projeto que vai se implementar na Argentina, tem que ser pensado com essa perspetiva mais ampla. Por isso considero necessário remeter-nos ao contexto político desse momento.

O neoliberalismo estava instaurado na Argentina na década de 90. Dois fatos trágicos aconteceram na comunidade judia, dois atentados: a destruição da Embaixada de Israel (1992) e a destruição da AMIA[3] (1994). O Estado de Israel aparece na Argentina no ano de 1995. As autoridades israelenses fazem um diagnóstico da situação das escolas judias na Argentina e deixaram uma série de sugestões[4] com o propósito de procurar possíveis soluções para as dificuldades percebidas. As escolas primárias judias da cidade de Buenos Aires e da Grande Buenos Aires apresentam uma perda na matrícula dos alunos, perda que chega a 16,2% no período 1985-1995. Das sugestões feitas em relação à educação judia na Argentina surgiu a implementação do Projeto Ensino para a Diversidade. Foi em 1996 que novas autoridades assumiram a condução da AMIA, os princípios econômicos começam regular a vida institucional judia. Foi nesses anos também que se percebeu que as instituições judias tinham adquirido alguns traços característicos da política neoliberal. Então a questão que surge é: Que significações, valores, atrativos tem esse Projeto Pedagógico para pensar na sua implementação dentro desse contexto?

---

[2] O projeto implantado nas escolas judias argentinas recebe o nome de Ensino para a Diversidade.

[3] Associação Mutual israelita Argentina, instituição mãe do judaísmo na Argentina.

[4] Sugestões feitas por Blachinsky (1995), descritas em um Primeiro Relatório.

A leitura que o neoliberalismo faz da crise na educação está relacionada a uma crise de eficiência, eficácia e produtividade, ou seja, uma crise de qualidade e gerenciamento. Ao pensar e desenhar uma escola como instituição prestadora de serviços, ela deve assumir os princípios que regulam toda prática produtiva para alcançar certa liderança como em qualquer mercado. O sistema escolar aparece então como um mercado educacional e as escolas têm que definir estratégias competitivas para atuar em tais mercados (Gentili, 1997).

Em entrevista com a diretora local do projeto, Profa. Rivka Anijovich[5], ela coloca quais os critérios considerados para selecionar as nove escolas judias que iriam implementar o novo projeto: *localização geográfica. Ter um mínimo de 250 alunos. Ter diretores com capacidade de liderança e potencialidade para a mudança.* A diretora local do projeto na Argentina, também explicita quais são as causas que levam a implementar este projeto: *alta competência com escolas não judias. Recuperar a liderança das escolas judias através da implementação de projetos pedagógicos avançados. Observa-se uma concepção tradicional do ensino, não há mudanças na metodologia, há desatualização dos níveis tecnológico e metodológico. Avaliadores externos fizeram um diagnóstico e recomendaram pôr em prática Hora'a Mutemet, pela baixa qualidade das escolas, e falta de tecnologia.*

Nos discursos da direção local do projeto aparecem termos como competência, liderança, uma necessidade de atualizar as escolas judias, uma preocupação pela deserção de alunos da rede escolar judia, uma necessidade de oferecer uma educação que em termos do mercado satisfaça à população judia. Importa conhecer se quando foi pensada a implementação do projeto Ensino para a Diversidade na Argentina, pensou-se apenas na variável econômica. No caso de ser afirmativa essa consideração, as implicações derivadas seriam as seguintes: é preciso aumentar o número de alunos nas escolas e para isso é preciso oferecer um ensino melhor, atualizado e atraente para assim poder competir com outras escolas e voltar a ter a liderança que anos atrás tiveram as escolas judias. Será que foi esse o pensamento?

[5] Entrevista concedida pela Profa. Rivka Anijovich para esta pesquisa, em julho de 2001.

Olhando sobre as conclusões elaboradas por Blachinsky[6] (1999), pode-se ler quais as sugestões feitas por ele no ano de 1995: escolas têm que entrar em processos de fusão. Fusão por que motivo? Tinham perdas econômicas? É preciso observar se a idéia frente às dificuldades que a educação judia estava passando também era racionalizar custos, e se por isso também o projeto do Ensino para a Diversidade só é pensado para escolas grandes que ainda têm bastante população (mais de 250 alunos). Pode-se pensar então em racionalizar, em ter unidades escolares maiores, em ter escolas mais competitivas? Será que essa foi a lógica usada na Argentina no momento da escolha do projeto Ensino para a Diversidade? Não pode-se desconsiderar a conclusão elaborada por Blachinsky no Segundo Relatório: *reunir esforços comuns centrados na manutenção da rede educativa judia* na Argentina. (Blachinsky, 1999:13). Importa enfatizar que o que está em jogo nesse momento de crise é a continuidade da educação judia na Argentina. Então pareceria que para fomentar a educação judia nesse contexto era preciso, entre outras coisas, implementar nas escolas projetos avançados que pudessem competir com outras escolas, e assim atrair à população, e parece que a implementação do Projeto que é objeto desta pesquisa não fugiu dessa lógica.

Não se pretende, com estes questionamentos, desmerecer o Projeto originário de Israel, nem colocar em dúvida seus valores. Pelo contrário, o contexto no qual surgiu, permite perceber com clareza quais os objetivos e preocupações da sociedade de Israel no momento de achar uma saída para o fato da heterogeneidade. A essência desse projeto se propôs em uma outra realidade social e política. Seu desenvolvimento esteve relacionado com outras questões que inquietavam à educação em Israel: a diversidade, o que fazer desde a escola para enfrentar essa heterogeneidade. Assim o Ensino Adaptado surgiu, como uma resposta para poder lidar com a diversidade cultural. Mas parece que os critérios para a implementação deste projeto na Argentina se reuniram a outros.

A crise no contexto da comunidade judia ia além da implementação de um projeto. Blachinsky faz uma crítica a algumas escolas judias da Argentina

[6] Blachinsky reavalia a situação educativa na Argentina em 1999, elaborou um Segundo Relatório: Propuesta para la Renovación del Vaad hajinuj en AMIA, Buenos Aires, Argentina.

que, para atender às demandas e exigências dos pais, competem com escolas particulares não judias que oferecem inglês, computação, etc., *considerando que são estas as matérias "úteis" para a criança*. Como conseqüência, as escolas judias vão eliminando horas de hebraico e dos conteúdos judaicos, porque essas disciplinas são consideradas menos "úteis" para o futuro das crianças. *Escolas deixam de ser judias por seus conteúdos e se transformam em escolas para judeus. A identidade judia perde-se e os laços com a rede naturalmente vão se cortando na realidade* (Blachinsky, 1999:43).

Considero que a implementação do projeto Ensino para a Diversidade foi como um caminho através do qual pretendeu-se andar na busca da identidade judia que estava-se perdendo.

Bibliografia

Fontes e documentos:

BLACHINSKY, Aaron. *Propuesta para la renovación del Vaad Hajinuj en AMIA*. Buenos Aires, República Argentina - Segundo Informe, 15 – 24 de noviembre de 1999.

BRICKNER, Relly, YOSIFON, Margalit; ZEHAVI, Yael; CHACHAM, Ester. *Ensino Adaptado na Classe Heterogênea*. Centro de Tecnologia Educativa: Tel Aviv, 1997.

BRICKNER, Relly; RON, Tova. *Ensino Adaptado – Desenvolvimento e Mudança de Um Projeto Experimental ao Aprofundamento e Institucionalização: 1973 – 1999*. Centro de Tecnologia Educativa: Tel Aviv, 1996.

CENTRO DE ESTUDIOS SOCIALES DA DAIA. *Informe sobre la situación de los detenidos - desaparecidos judíos durante el genocidio perpetrado en Argentina*. Buenos Aires, Abril 1999.

CHACHAM, Ester; YANIV, Haya.

------ Enseñanza para la Diversidad. *Revista Novedades Educativas*, Año 10, N° 85, Argentina, (1998:67-68).

------ *Proyecto Excelencia Educativa para las Comunidades Judias fuera de Israel*. Centro de Tecnología Educativa: Tel Aviv, 1999.

CONSEJO CENTRAL DE EDUCACIÓN DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. *Anteproyecto de Trabajo del Misrad Hajinuj Hakehilati*. AMIA: Buenos Aires, 1995.

CONSTITUCIÓN DE LA NACÓN ARGENTINA, 1853.

EMBAIXADA DE ISRAEL. La educación en Israel. *Revista Ktanim*, Año 2, Número 17, Buenos Aires,1999.

ESCOLA SCHOLEM ALEIJEM. *SCHOLEM - Organización de Escuelas Israelitas Scholem Aleijem*. Publicación del mes de Marzo de 1997, Buenos Aires.

GABAY, Mirta Fink de. Enseñanza para la diversidad – La adopción del programa en una institución concreta. *Revista Novedades Educativas*, Año 10, Nº 85, Argentina, 1998, Pág. 69.

PROGRAMA DE APOYO A LA EXCELENCIA EDUCATIVA: *Programa de Apoyo a la Excelencia Educativa*. ANIJOVICH, Rivka. Buenos Aires, 1996.

------ *Proyecto para la Excelencia Educativa - La Enseñanza para la Diversidad*. Direção do Programa, Buenos Aires, 1997.

------ *Enseñanza para la Diversidad - Relatos de Experiencias, 1997/1998*. Direção do Programa (comp), Buenos Aires, 1998.

Livros e artigos:

AGUILAR, Luis Enrique.

------ *Estado Desertor: Brasil - Argentina nos anos de 1982 - 1992*. Campinas: FE/UNICAMP, 2000.

------ La gestión de la Educación: su significado a partir de propuestas pedagógicas institucionales. In: III CONGRESSO LATINO - AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO SÃO PAULO - 21 - 25 de julho de 1997 - Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

ANDERSON, Perry. Balance del Neoliberalismo: lecciones para la izquierda. *El Rodaballo (segunda época), Revista de Política y Cultura*, Año II, Nº 3, Buenos Aires, Verano 1995/1996.

BRUNER, Jerome. *La educación puerta de la cultura*. Madrid: Visor, 1997.

CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

DEWEY, John. *Democracia y Educación*. 3. ed. Madrid: Morata.1998.

ENGUITA, Mariano F. Igualdad, Equidad, Solidaridad. *Educação & Sociedade, Revista quadrimestral de Ciência da Educação,* Campinas: CEDES, 2001.

FEIERSTEIN, Ricardo. *Historia de los Judíos Argentinos.* 2. ed. Buenos Aires: Ameghino Editora, 1999.

FORQUIN, Jean - Claude. *Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GENTILI, Pablo. La McDonalización de la escuela: a propósito de "Educación, identidad y papas fritas baratas". In GENTILI, Pablo (comp), *Cultura, política y currículo - Ensayos sobre la crisis de la escuela pública.* Buenos Aires: Losada, 1997.

GERMANO, José W. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985).* São Paulo: Cortez Editora, 1993.

GIMENO SACRISTÁN, José:

------ *Docencia y Cultura Escolar: Reformas y Modelo Educativo.* Buenos Aires: Lugar Editorial, 1997.

------ *Poderes inestables en educación.* Madrid: Morata, 1999.

------ La enseñanza y educación públicas. Los retos de responder a la obligación de la igualdad, respetar la diversidad y ofrecer calidad. In: GIMENO SACRISTÁN, J. (Coordinador), *Los retos de la enseñanza pública.* Madrid: Akal, 2001.

IMBERNÓN, Franciso. Amplitude e profundidade do olhar: a educação ontem, hoje e amanhã. In: IMBERNÓN, F.(organizador), *A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato.* Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 2000.

MACHADO, Lucilia R. de Souza. *Politecnia, Escola Unitária e Trabalho.* São Paulo: Cortez Editora, 1989.

MCLAREN, Peter. Pedagogia revolucionaria em tempos pós revolucionários: repensar a economia política da educação crítica. In: IMBERNÓN, F. (organizador), *A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato.* Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 2000.

NORONHA, O. M.: Editorial. *Revista de Educação PUC - Campinas, Multiculturalismo, Diversidade Cultural e Educação.* Ed. PUC - Campinas, Nº 10, Junho 2001.

RUBEL, Iaacob. *Las escuelas Judías Argentinas (1985 – 1995) - Procesos de evolución y de involución.* Buenos Aires: Editorial Milá, 1998.

SAVIANI, Dermeval. Eqüidade e qualidade em educação: eqüidade ou igualdade? *PUCVIVA REVISTA,* Nº 2, Setembro 1998.

1) WOLFF, Martha e SCHALOM, Myrtha. *Judíos & Argentinos* - Judíos Argentinos.
2) Buenos Aires: Manrique Zago, 1988.
3) ZADOFF, Efraim. Historia de la educación judía en Buenos Aires (1935-1957). Buenos Aires: Editorial Milá, 1994.

Entrevistas:

ANIJOVICH, Rivka. Entrevista concedida em Julho 2001, Buenos Aires.

RUBEL, Iaacob. Entrevista concedida em Julho 2001, Buenos Aires..

O QUANTITATIVO E O QUALITATIVO NA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM MATEMÁTICA: UM ESTUDO DE CASO NO ENSINO MÉDIO

DOMÍCIO MAGALHÃES MACIEL*

O que resta da mensagem comunicada quando o símbolo é separado daquilo que tem a incumbência de representar?
Charles Hadji

Introdução

Em qualquer realidade educacional, o aluno e o professor se deparam com o problema da medida. Em uma sociedade de classes em que a necessidade de diferenciar, discriminar e separar é um de seus princípios básicos, se necessita diferenciar, também, os "mais brilhantes" dos "limitados mentalmente". Para isso, usa-se a avaliação como medida para planejar a produção e diferenciar os que serão os produtivos mecânicos dos que continuarão planejando. Este modelo de avaliação, de natureza puramente quantitativa, tem prestado serviços à inculcação da ideologia dominante deste tipo de sociedade.

Educadores e sociólogos, preocupados em dar sentido ao ato de avaliar, contribuem teoricamente para que a avaliação seja uma ação que visa a promoção, emancipação do aprendiz, e não o contrário, como querem os ideólogos de uma sociedade de classes.

O problema se estabelece para o professor quando, ainda sob as normas da escola, que pretende atender as exigências da sociedade, ou do mercado de trabalho, tem que dar uma nota para o seu aluno.

Os teóricos sugerem uma avaliação qualitativa e a escola exige uma nota. A lei é "clara" ao dispor como deve ser tratado o qualitativo e o quantitativo

* Graduando da Faculdade de Educação/UNICAMP.

na verificação do rendimento escolar. O item a) do artigo 24 do Capítulo II – Da educação básica – Seção I - Das Disposições Gerais, da LDB/9394 de dezembro de 1994, dispõe sobre os critérios que devem ser observados quanto à verificação da aprendizagem:

"Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais".

O texto da lei é nebuloso quanto ao significado "dos aspectos qualitativos", e quanto à prevalência destes sobre os quantitativos, deixando margem para a escola ou sistema de ensino decidir o que é qualitativo e o que é quantitativo. E algumas escolas, como a em que desenvolvemos uma pesquisa de Mestrado em Educação, com concentração em Educação Matemática[1], tentam dissociar esses aspectos criando dois tipos de avaliação com pontuações diferentes. O problema do professor passa a ser o de quantificar o qualitativo, tendo em vista que a nota tem que ser dada.

Avaliação quantitativa versus avaliação qualitativa

No contexto da avaliação da aprendizagem, historicamente, até os dias de hoje, sempre prevaleceu a avaliação quantitativa que, a partir de instrumentos bem elaborados e objetivos, propõe-se a medir o desempenho do aluno, comparando-o com os demais colegas e dispondo-os em uma curva normal. Na prática escolar, utiliza-se predominantemente a prova ou teste Este modelo avaliativo *"é coerente com uma orientação positivista de se compreender uma realidade. Nele, a avaliação é confundida com a medida"* (MACIEL, 2002). *"E a idéia de que a avaliação é uma medida dos desempenhos dos alunos está [..] solidamente enraizada na mente dos professores [...] e, freqüentemente, na dos alunos"* (HADJI, 2001).

A avaliação quantitativa é um retrato de um momento, na vida do aluno, e o número que dela resulta diz muito pouco sobre ele. Avaliando-se desta maneira, foge-se da subjetividade que gera discussão e isenta o professor avaliador da responsabilidade pelos resultados obtidos pelo aluno.

[1] Pesquisa cujo tema é "Avaliação como parte integrante do processo ensino aprendizagem em matemática, no ensino médio, que conta com a orientação da Profa. Dra. Anna Regina Lanner de Moura.

Por outro lado, a avaliação qualitativa transcende o número. Ela busca explicar as razões do sucesso ou insucesso. Dá-se no processo. Possibilita que o avaliado seja co-autor do julgamento que se quer fazer dele. Ela respeita a individualidade e estimula a autonomia. O avaliado, de objeto passa a ser o sujeito da avaliação. O juízo de valor que surge dela baseia-se no processo e não no produto, como faz a avaliação quantitativa.

A avaliação qualitativa não compara o avaliado, senão com ele mesmo. As informações obtidas dela subsidiarão a tomada de decisões, que pode ser do próprio avaliado ou de quem é responsável em acompanhá-lo em seu processo de produção ou construção, com vista à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Na realidade de sala de aula, ela não se prende ao esforço, interesse, freqüência, idas ao quadro, interação social, de uma forma isolada da aprendizagem. Pelo contrário, ela relaciona aqueles com esta, de forma individual, pois pretende compreender, como está se dando ou não o aprendizado.

Mas deve-se entender que a avaliação qualitativa não despreza a medida, *"pois quantidade e qualidade são dimensões inseparáveis de uma mesma realidade"* (DIAS SOBRINHO, 1997). É preciso clarear que a quantidade só é útil se servir de informação com vista a uma tomada de decisão, pois só existe avaliação no momento em que do quantitativo emerge o qualitativo (ARDOINO e BERGER, apud HADJI, 1994). Em outras palavras, a medida e a avaliação são extremidades de um mesmo contínuo (HADJI, 1994).

Quando a nota faz sentido

Dar uma nota para o aluno é uma imposição social e burocrática da escola. A partir dela a escola ou a sociedade escolhe os melhores para preencher as vagas mínimas oferecidas com vista à continuação dos estudos, admissão em órgãos públicos, aquisição de bolsas para pesquisa, etc. Ou seja, conforme ela é instituída ou informada, carrega uma ideologia de quem a exige.

Na prática escolar, é sempre um desconforto para todos quando a nota ou a média é baixa. Em geral, quem assume o prejuízo é o aluno e seus pais. Pretensiosamente, ela apenas informa que o aluno se saiu mal na(s) prova(s) ou teste(s). O que fazer, fica por conta do aluno e/ou da família dele. Como diz Luckesi (1997): *"a escola opera com verificação e não com a avaliação da aprendizagem"*.

Em um contexto de avaliação qualitativa, em que se adota a avaliação formativa, que ocorre no processo (MACIEL, 2002), esta deve subsidiar a avaliação somativa, que se dá no final do processo. A primeira valoriza o processo e a segunda o produto. E é na avaliação somativa que a nota deve ser publicada.

O problema está em dar um significado para nota. Para Hoffmann (1995),

> "A medida, em educação, deve resguardar o significado de um indicador de acertos e erros. Esse indicador passa adquirir sentido, a partir da interpretação pelo professor do que *ele* verdadeiramente representa quanto à produção de conhecimento pelo aluno. A quantificação não é absolutamente indispensável e muito menos essencial à avaliação. Consiste em uma ferramenta de trabalho, útil, somente, se assim for compreendida".

Pressupõe-se que a interpretação da nota deve ser consensual entre quem informa e quem é informado. Para ser informadora, o diálogo, a partir dela, entre professor e aluno, deve ter em vista a melhoria da aprendizagem e do ensino, sem abstrair das conseqüências sociais, políticas e cognitivas – que implicam também as variáveis psicológicas, tais como: auto-estima, crenças de auto-eficácia, motivação para aprender (MACIEL, 2002).

A nota não pode ser nem uma "nota medida" que apenas satisfaz uma burocracia escolar de preenchimento de cadernetas, que não diz nada sobre o objeto "medido", que é o aprendizado, e nem como foi estabelecida; nem pode ser uma "nota-mensagem-negociação", que pouco diz sobre o que quer dizer, e nasce apenas de uma relação de poder que se estabelece em sala de aula. Na prática escolar, para que o aluno não fique abaixo da média, passa-se um "trabalho" para resolver a situação, e ele tem um valor. Um valor arbitrário. Arbitrado pelo professor (HADJI, 1994). Como diz esse autor *"para ser um ato de comunicação útil, a avaliação deve retornar a ligação com o produtor e dizer-lhe alguma coisa acerca da sua produção que lhe permita progredir com vista a melhores produções"*. E isso se estende à nota.

É importante que se valorize o processo mais que o produto. Por ser um instrumento de comunicação, o produto deve retornar ao produtor para que se auto-avalie, buscando superar as defasagens encontradas pelo avaliador. Desse modo a avaliação deve ser o elemento de comunicação permanente entre o professor e alunos que devem dialogar sobre suas produções: ensino e aprendizagem.

A validade da nota só existirá se ela constituir um momento de diálogo ou um desafio a vencer, tanto para o aluno como para o professor e, para ser o mais objetiva possível, ela deve corresponder a *"um padrão mínimo de conhecimento, habilidade e hábitos que o educando deverá adquirir, e não uma média mínima de notas, como ocorre hoje na prática escolar"* (LUCKESI, 1997). Ou seja, é preciso objetivar o que se quer medir. E medir, em avaliação, significa comparar o objeto real (aluno-aprendizagem) com outro considerado ideal para um determinado momento, *"porque avaliar não é pesar um objeto que pudéssemos isolar no prato de uma balança. É preciso apreciar este objeto em relação à outra coisa que não ele próprio"* (HADJI, 1994). Daí pode surgir uma nota.

O que os professores e alunos pensam

A pesquisa de campo feita por nós, relativa ao Mestrado em Educação, com concentração em Educação Matemática, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp, que investiga como se dá a integração da avaliação no processo ensino aprendizagem de matemática, no ensino médio, tem como fundamento a avaliação formativa, cujo pressuposto básico é a assistência que se deve dar aos protagonistas do processo ensino aprendizagem: o professor e o aluno (MACIEL, 2002).

A prática escolar, que tem a lei como base, entre outras coisas, convive com o problema do qualitativo e o quantitativo.

Na escola pública de ensino médio, da cidade de São Luís-MA, onde foi realizada a pesquisa de campo, cujos sujeitos foram três professores do ensino médio e seus respectivos alunos, tomados de uma só turma, até o momento em que se passou a discutir a implantação de uma nova caderneta de registro das freqüências e notas, que orienta para a avaliação das competências e habilidades, fundamentada nos PCN's, vivia ainda, de forma institucionalizada, uma cultura de fazer uma avaliação quantitativa e uma avaliação qualitativa, em separado, como diz a Professora Abigail, da 3ª série:

> "Infelizmente nós temos que cumprir mais uma vez, independentemente do professor, as questões burocráticas da escola, exigências, normas, diria assim, as normas, que é o qualitativo, valendo 03(três) pontos e o quantitativo valendo 07(sete), para você vê, aí já é a escola, não é mais o professor, certo? Que decide que maneira avaliar. Isto até agora; agora eu espero

> que ajam modificações, não? Com o novo programa aí do governo, vamos aguardar".

O professor Tiago, da 2ª série, mostra a sua dificuldade em quantificar o qualitativo:

> "Eu uso os padrões da escola, quer dizer, de 0 a 7, a parte quantitativa, de 0 a 3 a parte qualitativa; essa qualitativa é englobada de quatro fatores, quatro fatores que fica muito a critério do professor: a organização, a participação, o interesse; quer dizer, você desenvolve esse qualitativo muito a critério do professor e aí você tenta na melhor maneira,... mas o difícil é que você vê, você avaliar qualitativa um aluno é fácil, mas você avaliar cinqüenta alunos ao mesmo tempo, aí que vai se tornando as coisas difíceis. [...] no meu modo de ver, fica muito a desejar, essa parte qualitativa".

Na pretensão de atender a lei, a escola normatiza a avaliação qualitativa desassociada da avaliação quantitativa (que em geral é a prova), em termos de pontos, e deixa a critério do professor como desenvolver os "pontos qualitativos", cuja tarefa é considerada difícil pelo Professor Tiago, dado o número de alunos que ele tem.

Por outro lado, o Professor Pedro da 1ª série, burla um pouco a norma e estabelece uma fórmula que calcula a média dos pontos relativos à parte quantitativa (prova escrita) e a parte qualitativa como explicada pelo Professor Tiago, que são pontuadas de 0 a 10. Entretanto, pode-se observar o caráter deformador de uma em relação à outra, como mostra a fala desse professor ao tentar estimular a participação dos alunos na aula:

> "Nós já estamos no final de nossa avaliação. Eu posso colocar só esses exercícios *(mostrando no quadro)*, mas tenho certeza que vai dar muito 2, 3. Quando alguém tirar 10 na escrita e ficar com 5 na média, não fique surpreso. Eu considero a participação, interesse,(...)

A parte qualitativa aqui prejudicaria o aluno. O que foi criado "para ajudar o aluno", na hora de dar a nota, por considerar "os aspectos qualitativos", contraditoriamente passa a ser um motivo de punição. Apesar disso, esse professor é considerado um professor flexível pelos alunos, quando comparam a outros.

E o aluno, como fica nesse jogo? Para ele, a nota se traduz na possibilidade de passar ou não no final do ano. É a sua obrigação. Constitui-se num momento de prêmio ou punição; alegria, raiva, medo, motivação ou não; mas

também de reflexão dele sobre suas limitações ou questionamento sobre o que acontece com ele. As falas abaixo mostram isso.

Paula da 2ª série coloca o seu aprendizado acima da nota quando diz: *"a gente estuda bastante, a nota é importante, mas se eu tirasse uma nota baixa e tivesse estudado muito, eu acho que fiz o que eu pude, não é? O mais importante foi o que eu aprendi"*.

Carla, também da 2ª série diz que *"se a gente estudar bastante e na hora tirar nota baixa, aí a gente não sabe o que faz. Não sei se é os estudos, se é a capacidade que nós temos de aprender"*.

Dirceu da 1ª série diz que *"eu ficaria bastante desanimado porque (...) a pessoa estuda bastante e na hora tira uma nota baixa, aí o ânimo fica muito baixo"*.

Suzana da 3ª série, explicando sobre a importância da prova que iria fazer depois da entrevista que ele deu, se manifesta assim: *"é sempre bom ter, primeiro bimestre, segundo, [...] notas melhores, porque prá quando chegar no terceiro e quarto, a gente fica naquela dificuldade, tem que tirar notas boas, (...)*

Conclusão

Esse movimento na escola traz-nos reflexões sobre os aspectos mecânicos da avaliação tradicional, como a fragmentação que provoca entre o aluno e o conhecimento, entre o aluno e seu próprio processo de aprendizagem, entre o aluno e o professor. A avaliação que é feita na escola, não possibilita um papel mais ativo ao aluno, com relação à sua aprendizagem.

Professor e aluno devem aliar objetivos, estabelecer critérios e processos avaliativos. Se quisermos ser formativos, as atividades que propomos para os alunos devem tão somente servir de base de coleta de informações para ajuizar sobre a sua evolução enquanto aprendente.

Se tivermos que dar uma nota, ela deve ser uma informação não só nossa, mas também do aluno, pois a construção da medida que reflete a qualidade, deve ser um trabalho conjunto dos dois e corresponderá, dentro de um limite de tempo, ao aprendizado do aluno, visto em sua individualidade, seu ritmo próprio e maneira diferente de aprender.

A nota não deve interferir na disposição que o aluno deve ter para aprender. Pelo contrário, deve ser um indicador do caminho que deve percorrer para chegar ao ideal.

Bibliografia

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação quantitativa e avaliação qualitativa: interações e ênfases. In: *Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior*. Campinas: Autores Associados, 1997.

HADJI, C. *A avaliação, regras do jogo: das intenções aos instrumentos. Porto*: Porto Editora, 1994.

_____. *Avaliação desmistificada*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

HOFFMANN, J. M. L. *Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista*. 18ª ed. Porto Alegre: Mediação, 1995.

LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo, SP. Cortez, 1997.

MACIEL, D. M. A avaliação como parte integrante do processo ensino aprendizagem de matemática. In: XI ENDIPE- Enc. Nac. de Didática e Ensino, 2002, *Anais* ... Goiânia, 2002.

O ENSINO DE ÁLGEBRA NUMA PERSPECTIVA LÓGICO-HISTÓRICA: UM ESTUDO DAS ELABORAÇÕES CORRELATAS DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

MARIA DO CARMO DE SOUSA*

Contextualizando a pesquisa

A pesquisa que está em andamento tem como objetivo principal analisar as possíveis correlações existentes entre o pensamento manifesto do professor e os pressupostos do desenvolvimento conceitual na perspectiva lógico-histórica abordados nas atividades de ensino de álgebra e como objetivo geral contribuir para a formação de professores no que diz respeito à elaboração de atividades de ensino de álgebra. Estão envolvidos na pesquisa professores do ensino fundamental mediante o desenvolvimento de seções de estudo com propostas de vivência de atividades elaboradas previamente pela pesquisadora e de elaboração de atividades por parte dos professores.

A relação entre a lógica e a história do desenvolvimento do conceito, segundo KOPNIN (1978) e MOISÉS (1999), envolve o estudo das conexões internas deste e não apenas de seu aspecto formal. Definimos como conexões internas os seguintes conceitos: o conceito mais geral de variação quantitativa do cotidiano, o conceito de variável, a formalização de campo de variação, as características de enumeração e densidade dos conjuntos numéricos. Cada conexão é estudada na sua formação de linguagem algébrica tendo como referência as classes de desenvolvimento da álgebra: retórica, sincopada e simbólica, descritas por SMITH (1958), BOYER (1974), EVES (1997), RÍBNIKOV (1987), STRUIK (1989), dentre outros, denominando ainda uma

* Doutoranda da Faculdade de Educação/UNICAMP. Orientadora: Profª Drª Anna Regina Lanner de Moura – FE/UNICAMP.

álgebra geométrica, não distinguindo esta última enquanto classe. Durante nossos estudos, faremos uso destas classes, interpretando-as como descrição do desenvolvimento conceitual e do conceito de fluência, definido por CARAÇA (1998). Esta fundamentação servirá de base para estudar e desenvolver com os professores atividades de formação que se contrapõem ao ensino mecânico da álgebra. A relação assim estabelecida não se detém apenas numa evolução de notação, conforme críticas apresentadas por LINS & GIMENEZ (1997). Queremos enfatizar que esta abordagem se diferencia do ensino tradicional de álgebra que se fundamenta na aprendizagem das formas analíticas das expressões algébricas.

A metodologia da pesquisa envolveu o desenvolvimento de ações que priorizaram a dinâmica indivíduo/coletivo. Estas ações estão assim configuradas: 1) estudo sobre propostas de iniciação algébrica no ensino fundamental; 2) desenvolvimento de atividades planejadas que evidenciem a variável palavra, a variável figura e a variável letra, de modo a considerar a criação de expressões, em linguagem comum, para movimentos de variação dos quais deveriam definir a variável e seu campo de variação; 3) análise e discussão dos erros mais freqüentes que alunos do ensino fundamental cometem ao realizar atividades de álgebra, 4) elaboração de atividades que envolvam o desenvolvimento do conceito de variável, 6) leitura, análise e elaboração de mapas conceituais sobre os aspectos teóricos dos conceitos algébricos e, 7) escrita de diário durante o desenvolvimento das atividades.

Essas ações foram realizadas em dois momentos distintos: durante o segundo semestre de 2001, em curso de graduação, na disciplina eletiva "Tópicos Especiais de Didática" oferecida pela Profa. Dra. Anna Regina Lanner de Moura, na Faculdade de Educação da Unicamp e, durante o primeiro semestre de 2002, no curso de Especialização "Fundamentos Científicos e Didáticos da Formação de professores", na disciplina "Fundamentos Científicos e Didáticos da Matemática" também ministrada pela Profa. Dra. Anna Regina Lanner de Moura.

As ações que compuseram a metodologia tiveram como intuito nos fornecer diversos elementos para que possamos responder a questão que conduz a pesquisa: **"Que relações pode haver entre os conhecimentos manifestos**

por professores e os fundamentos lógico-históricos do desenvolvimento conceitual de álgebra que configuram as atividades de ensino?"

Da análise parcial do material que foi sendo elaborado em discussão com os alunos destacamos em suas elaborações orais e escritas, decorrentes das reflexões feitas tanto nos diários como durante as aulas que, durante todo o desenvolvimento das atividades de ensino, foram manifestando suas impressões sobre a relação com a matemática, com o ensino e com a vida, especificamente no que diz respeito a álgebra. Percebemos, por exemplo que:

1) Ao tentarem definir espontâneamente o conceito de variável e a relação deste com o conceito de função, fazem uma relação direta com o movimento mais geral da realidade, o que até então, não faziam;
2) Passam a perceber suas próprias dificuldades com a matemática e especificamente com a álgebra, a partir da leitura dos textos sugeridos durante o desenvolvimento do curso;
3) Passam a ter uma grande expectativa em encontrar formas de romper com a própria formação matemática tradicional que lhes permita fazer com seus alunos compreendam os conceitos matemáticos;
4) Fazem relação entre o pensamento de fluência e de permanência não apenas com a matemática, mas com a realidade fluente da vida;
5) Incomodam-se com o ensino de matemática que tiveram até então e passam a sentir necessidade de ter nova relação com a matemática.

As reflexões dos alunos sobre o próprio processo relativo aos conteúdos desenvolvidos em aula nos alertam que o aspecto lógico-formal da matemática quando se apresenta na sala de aula enquanto ponto de partida e de chegada para o desenvolvimento do conceito não os atinge. Nos dão indícios de que o ensino de modo geral se insere em uma realidade escolar que tem como premissa e verdade única preparar o estudante para viver em um mundo cuja essência é a fragmentação e a permanência de verdades absolutas e sendo referência disto as verdades matemáticas.

A escola de hoje tende a ensinar o conceito científico como se fosse a fixação do instante de permanência da mutabilidade que esse realmente representa. Se fixa no aspecto lógico-formal como se este constituísse a essência do conceito. É como se a escola quisesse convencer o estudante de que a vida não tem história e de que as coisas estão do jeito que estão por forças de circunstâncias que são mais fortes do que a nossa criatividade. É como se a es-

cola fizesse questão de negar o lógico e o histórico do desenvolvimento do pensamento humano. É como se a escola afirmasse ao estudante que é perda de tempo dar asas à sua imaginação para que possa alçar vôos que ainda não foram tentados.

Uma escola e um ensino que não se identificam com a vida dos estudantes de hoje, ignoram que a vida já está acontecendo enquanto o aluno aprende. Vida que contém a lei universal do movimento que leva á transformação. A não fragmentação desse movimento implica um ensino que contenha em suas ações: a relativização dos conceitos científicos; a incerteza do novo e desconhecido; a necessidade do formal sem a negação do histórico; a certeza de que a mutabilidade sempre irá romper com a imutabilidade.

As falas dos alunos nos dão indícios de construção de um pensamento flexível pelo desenvolvimento conceitual da variável como base na conexão lógico-histórica do aspecto formal da álgebra.

A dimensão lógico-histórica do conceito de álgebra

Entender o lógico e o histórico da vida significa entender a relação existente entre a mutabilidade e a imutabilidade das coisas, bem como entender a relatividade existente entre o pensamento e a realidade objetiva.

A teoria de conhecimento, preconizada por KOPNIN (1978), esclarece-nos que o histórico consiste no processo de mudança do objeto, nas etapas de seu surgimento e desenvolvimento. O lógico é o meio pelo qual o pensamento realiza esta tarefa no processo de reflexão sobre o histórico, de forma que o lógico reflete os principais períodos da história do objeto. Pensar o conceito de determinados objetos envolve pensar "a confluência, a síntese das mais diversas idéias, o resultado de um longo processo de conhecimento" (KOPNIN, 1978:191).

Assim:

> "O lógico reflete não só a história do próprio objeto como também a história do seu conhecimento. Daí a unidade entre o lógico e o histórico ser premissa necessária para a compreensão do processo de movimento do pensamento, da criação da teoria científica. À base do conhecimento dialético do histórico e do lógico resolve–se o problema da correlação entre o pensamento individual e o social; em seu desenvolvimento intelectual individual o homem repete em forma resumida toda a história do pensamento humano. A unidade entre o lógico e o histórico é premissa metodológica indispensável na solução de problemas de inter-relação

> do conhecimento e da estrutura do objeto e conhecimento da história de seu desenvolvimento" (KOPNIN, 1978: 186).

Entender o lógico-histórico do pensamento e dos objetos por ele estudado envolve entender o porque nós seres humanos não nos habituamos em viver sob o jugo do imutável. As abstrações se processam a todo instante em nosso pensamento e elas estão em constante transformação, tornando-se dessa forma, o conteúdo concreto de nosso pensamento, uma vez que, o núcleo que processa as abstrações do pensamento está em constante movimento, em constante transformação, seguindo o ritmo do universo, seguindo o ritmo do mundo, seguindo o pulsar da vida, sempre pronto a elaborar novos conceitos, sem conseguir se desprender das raízes que o compuseram, pois para ter coragem de navegar e enfrentar o desconhecido precisa estar preso ao já conhecido, aos conceitos concebidos momentaneamente fixos, verdades sólidas de onde damos o impulso para o mutável para o novo.

Ao tentarmos romper com uma visão fragmentada do universo, a qual enrijece os momentos de permanência dos conceitos, procuramos dar uma nova forma à aprendizagem do conceito de álgebra. Refletir sobre sua essência como forma de conhecer o mutável, o movimento, o incomensurável. Encontrar no estudo da álgebra conteúdo e forma para romper com o pensamento fixo, da não mudança, da verdade numérica incontestável. Refletir sobre questões simples como: "qual é a altura de uma criança?", "você acaba de sair de sua classe, esta continua a mesma do que antes deste fato acontecer?", "quantas pessoas estão em sua casa agora?", "quanto dinheiro seu amigo tem no bolso, neste momento?" e outras que nos levam a relativizar os movimentos da vida e construir argumentações que nos permitem perceber que precisamos fragmentar a realidade para defini-la com precisão numérica, mas que podemos também expressar seu movimento dentro de um intervalo de variação abrangendo uma flexibilidade maior do fenômeno do que enrijecê-lo num resultado numericamente fixo.

Diante da primeira pergunta "qual é altura de uma criança?" muitas vezes nos interpelam dizendo que está mal formulada, esperando talvez uma pergunta que precise a idade da criança. Mas, mesmo assim, estaríamos diante da necessidade de precisar mais ainda os dados da pergunta até o ponto de definirmos de qual criança se trata. E, então, para respondê-la seria suficiente fazer um consulta à tal criança ou a uma trena, medindo a criança.

Mas a pergunta "mal formulada" nos leva a buscar conexões conceituais que vão além do ato mecânico de medir a altura de uma criança. É preciso, primeiramente, buscar uma definição de criança que talvez possa ter uma representação numérica em faixa etária e então uma expressão de variação de alturas dentro desta faixa etária. Para a definição deste intervalo é preciso responder outra pergunta como: de que ponto de vista da medida estaremos definindo o intervalo da altura, do ponto vista experimental da medida, ou do ponto de vista teórico? Assim uma pergunta intencionalmente "mal formulada" pode solicitar a (re) criação por parte do aluno de conexões conceituais que compõem o conceito mais complexo, no caso de um intervalo de variação em função de outro, sem o uso imediato da linguagem formal algébrica.

Ao refletirmos com os alunos essas e outras questões buscamos fazer com que percebam na simplicidade dos movimentos que fazem a vida, a totalidade dos fatos. Quando deles criamos fragmentações momentâneas por conferir-lhes expressões numéricas é como se desvendássemos um novo mundo; um mundo que nos permite perceber as conexões entre os fatos da vida, estabelecer novas relações e criar novos fatos; é como se conseguíssemos entrar num mundo que num primeiro momento nos fosse incompreensível. Ao adentrarmos nesse novo mundo, podemos diferenciar movimentos, relativizar os fatos e fixá-los momentaneamente no movimento da variável numérica e geométrica. Ora estes movimentos nos parecem regulares, ora particulares, ora irregulares dando a nós a percepção da multilateralidade e profundidade dos fatos.

Esse mundo, ao qual estamos nos referindo, que contém em seu bojo a lei universal do movimento, da mutabilidade, da fluência, da cooperação, da transformação, da relatividade é a vida de todos nós e, contrapõe-se a imutabilidade, a metafísica, a rigidez, ao fixo, ao pronto, ao acabado, ao absoluto. Esse mundo já foi descrito por Heráclito, Galileu Galilei, Isaac Newton, enfim, por todos aqueles que de alguma forma, realmente fizeram diferença ao questionar verdades absolutas; por todos os pensadores que sempre buscaram mostrar, cada um em seu tempo que, as verdades são relativas e momentâneas; pessoas que, ao se debruçarem sobre o imutável, o pronto, o acabado, trouxeram e estão trazendo, ainda hoje, novas questões para a humanidade responder, de forma que novos pensamentos sejam elaborados e que, muitos deles quando amadurecidos, se tornem científicos, provocando mudanças no lógico e formal de conceitos que até então eram ou ainda são inquestionáveis.

Segundo KOPNIN (1978) o pensamento se desenvolve da teoria (ou lógica) à história e desta novamente à teoria (lógica) mediante as abstrações que se apresentam durante o seu desenvolvimento. É um processo contínuo e dinâmico que nunca tem fim. Ora o formal do pensamento se transforma em histórico, ora o histórico se transforma no formal do pensamento, uma vez que o formal do pensamento está relacionado ao último estágio de rigor e abstração a que determinados povos ou civilizações conseguiram chegar, ou seja, o formal do pensamento está atrelado ao reconhecimento científico de uma determinada comunidade. Queremos dizer com isso que, em um primeiro momento, na maioria das vezes, o formal do pensamento é individual, pois é composto de abstrações que não são entendidas pelo coletivo em determinados períodos históricos, tornando-se então, lógico- histórico e amadurece, a partir do momento em que o concreto do conteúdo abstrato contido naquele determinado pensamento tem uma determinada trajetória de tal forma que é compartilhado e entendido pelo coletivo, impondo-se, a partir daí, na prática social, por tornar-se científico.

Exemplo da ascensão do abstrato ao concreto, é o conceito de variável que começa a se constituir enquanto objeto do pensamento algébrico a partir do conceito de número e tem sua formalização lógica, na matemática, a partir do momento que se refina o conceito de função. A abstração do conceito de variável palavra, variável figura e variável letra são conexões internas do conceito de álgebra. A chamada álgebra moderna se interrelaciona com outros campos da matemática e participa da formação de novas disciplinas "limítrofes": a álgebra topológica, a teoria dos grupos, as álgebras de Lie, etc. A história da sua criação está relacionada com a resolução de alguns problemas histórico-matemáticos e a idéia geral sobre a natureza e a composição da álgebra, em essência, só se formou no século XX. O simbolismo algébrico da forma que conhecemos tem aproximadamente 400 anos (RÍBNIKOV,1987).

Bibliografia

BOYER, C. B. – *História da Matemática*, São Paulo, Edgar Blucher, 1974

CARAÇA, B.J. – *Conceitos fundamentais da Matemática*. Portugal – Gradiva, 1998

EVES, H. – *Introdução à História da Matemática*, 2a. edição – Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1997

KOPNIN, P. V. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Coleção Perspectivas do homem. Volume 123, 1978.

ASPECTOS DA LINGUAGEM NO BRASIL

Mara Jéssica Arrotéia

Renato Miguel Bassol

TIPO DE FOCO LICENCIADOR DE ORDENS NÃO-CANÔNICAS EM LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA (LSB)

MARA JÉSSICA ARROTÉIA*

1. Introdução

Quadros (1999) atesta três ordens de palavras aceitas na língua de sinais brasileira (LSB), como ilustrado em (1)[1]:

(1) a. SVO: IX^{a} JOHN^{a} LIKE <SOCCER>hn
b. SOV: IX^{a} JOHN^{a} SOCCER <LIKE>hn
c. OSV: SOCCER IX^{a} JOHN^{a} <LIKE>hn

Dentre essas ordens, Quadros (1999) observa que apenas a ordem SVO pode ser realizada sem qualquer marcação não-manual, como ilustrado em (2a); as ordens SOV e OSV só são aceitas na presença de marcadores não-manuais

* IEL/UNICAMP e bolsista IC/FAPESP. Orientador: Prof. Jairo Nunes - IEL/UNICAMP.

[1] A língua de sinais brasileira é glosada (em caixa alta) por palavras em inglês (para dados extraídos da literatura) ou em português (para dados coletados). A palavra utilizada é a tradução mais aproximada do sinal realizado. O índice (IX) refere-se ao apontamento de um *locus* específico; corresponde a um pronome (IX^{1}, IX^{a}, IX^{b}...). Glosas do tipo *JOÃO*^{a} indicam associação de um sinal a um *locus* específico. Glosas do tipo *"VER*^{b} indicam sinais associados a dois *loci*. Glosas do tipo *J-O-Ã-O* indicam que a soletração manual substituiu um item lexical. Glosas do tipo *TER-NÃO* indicam que mais de uma palavra é necessária para traduzir o sinal. O marcador não-manual (movimento de cabeça, ombros, olhos) pode ser associado a um ou mais sinais; colchetes angulados indicam a duração desse marcador. Quadros (1999) glosa a duração da marcação não-manual através de um traço sobre o sinal; no entanto, por questões de praticidade tipográfica, a autora (c.p.) vem adotando os colchetes angulados em seus mais recentes trabalhos. Logo após os colchetes angulados, *hn* (do inglês *head nod*) indica um marcador afirmativo, *neg* (do inglês *negation*) indica um marcador negativo e *t* (do inglês *topic*) indica um marcador de tópico. A agramaticalidade de uma sentença é marcada por *, e sua inaceitabilidade dentro de um contexto, por #.

(como o aceno de cabeça, grafado *hn*), ilustrado em (1b-c) acima. Na ausência de tais marcadores, as sentenças são inaceitáveis, como mostram (2b) e (2c):

(2) a. SVO: IX^{a} JOHN^{a} LIKE SOCCER
b. SOV: * IX^{a} JOHN^{a} SOCCER LIKE
c. OSV: * SOCCER IX^{a} JOHN^{a} LIKE

Segundo a mesma autora, outras ordens, em especial as ordens envolvendo sujeito pós-verbal, como ilustrado em (3), não são aceitas nessa língua:

(3) a. VOS: * LIKE SOCCER <IX^{a} BOY^{a}>hn
b. OVS: * SOCCER LIKE <IX^{a} BOY^{a}>hn
c. VSO: * LIKE IX^{a} BOY^{a} <SOCCER>hn

Neste trabalho, pretendo analisar a relação entre a marcação não-manual e as ordens de palavras em LSB, assumindo o modelo desenvolvido por Zubizarreta (1998). O trabalho está organizado do seguinte modo: na seção 2, apresento o modelo de Zubizarreta (1998), que discute a relação entre foco e ordem de palavras. Ainda na seção 2, apresento a análise de foco em LSB, desenvolvida por Quadros (1999). Na seção 3, exponho a hipótese que explorarei neste trabalho; na seção 4 apresento brevemente a metodologia utilizada. Na seção seguinte (seção 5), discuto os resultados. Finalmente, na seção 6, apresento conclusões preliminares e exponho os próximos passos da pesquisa.

2. Pressupostos Teóricos

2.1 Foco apresentacional

Zubizarreta (1998) propõe um teste envolvendo questões-contextualizadoras (QCs) para identificar o foco apresentacional de uma sentença, como ilustrado em (4):

(4) a. [quem comeu a torta?] [[$_{[+F]}$ John] [ate [the pie]]]
b. [que que John fez com a torta?] [John [[$_{[+F]}$ ate] [the pie]]]
c. [que que John comeu?] [John [ate [$_{[+F]}$ the pie]]]

Em (4a) a QC focaliza o sujeito; em (4b), o verbo e em (4c), o objeto. De acordo com esse teste, o foco (apresentacional) é o elemento da sentença que substitui o elemento interrogativo na QC e, portanto, não é pressuposto pelo contexto. O elemento focalizado é marcado [+F], restando aos demais elementos serem marcados [-F][2].

[2] [+F] indica associação de um elemento a um traço positivo de foco e [-F], falta dessa

Zubizarreta (1998) propõe que o elemento focalizado receba um acento de foco atribuído pela Regra de Proeminência de Foco (*FPR*). Entre dois nós metricamente irmãos, um associado a [+F] e outro a [-F], a FPR acentua o nó associado a [+F]. No espanhol, por exemplo, FPR só se aplica se o nó associado a [+F] ocupar a posição mais encaixada da sentença. Nessa língua (de ordem canônica VSO ou SVO), sentenças de ordem VOS são aceitas desde que introduzidas pela QC que focaliza o sujeito, como ilustrado em (5)

(5) a. QC: [que que aconteceu?] VOS: *Comió la manzana Juan.
b. QC: [quem comeu a maçã?] VOS: Comió la manzana Juan.

Se o nó marcado [+F] não se encontra nessa posição, os nós marcados [-F] que o seguem movem-se para uma posição imediatamente anterior ao nó [+F], como ilustrado em (6). A autora propõe que essa mudança na ordem das palavras seja motivada pela atribuição do acento de foco. O movimento ilustrado por (6b) recebe o nome de *Movimento-P*.

(6) a. VSO (ordem básica): [Comió] [Juan] [la manzana]
b. VOS (marcada): $[_{I\text{-}FI}$ comió$]$ $[_{I\text{-}FI}$ la manzan$]_i$ $[_{[+F]}$ Juan$]$ t_i

2.2 Movimento de Foco em LSB

Segundo análise de Quadros (1999), sentenças como (1b), repetida em (7a), são interpretadas como instâncias de foco no verbo. Na derivação proposta pela autora, o elemento focalizado (LIKE, marcado [+F]) é copiado e adjungido para o núcleo de FocP; a seguir, todo IP o se move para o especificador de FocP, resultando na ordem S-V-O-V em (7b). O elemento LIKE (interno ao IP) pode ser apagado, resultando na ordem S-O-V, em (7a):

(7) a. S-O-V: IX^a $JOHN^a$ SOCCER <LIKE>hn
b. S-V-O-V: $[_{FocP}$ [IX^a $JOHN^a$ LIKE SOCCER$]_i$ <$[_{F^o}$ LIKE $[_{IP}$ t_i>hn

3. Hipótese

Segundo análise de Zubizarreta (1998), o acento final em espanhol é licenciador de ordens não-canônicas, como VOS, e está relacionado à focalização de constituintes (cf. (5)). Em LSB, o aceno de cabeça aparentemente ocorre na mesma posição sintática do acento de foco em espanhol e também licen-

associação. Daqui em diante, o elemento focalizado será sublinhado ao invés de marcado por [+F].

cia ordens não-canônicas como SOV e OSV (cf. (1b-c)). A partir desses dados, proponho analisar o aceno de cabeça final em LSB como análogo ao acento de foco apresentacional do espanhol, ilustrado em (5b).

Consideremos, por exemplo, a QC [que que John comeu?], apresentada em (4c), focaliza o objeto da sentença. Se a hipótese estiver no caminho certo, sentenças com objeto final, como (8b), deverão ser apropriadas à QC (8a), análoga a (4c). Sentenças com objeto não-final, como SOV em (8c) e OSV em (8d) deverão ser inadequadas à QC em questão, pois o acento de foco não coincide com o aceno de cabeça.

(8) a. QC: [que que o João comprou?]
b. SVO: JOÃO COMPRAR <CARRO>hn
c. SOV: # JOÃO CARRO <COMPRAR>hn
d. OSV: # CARRO JOÃO <COMPRAR>hn

A QC [que que John fez com a torta?], apresentada em (4b), por sua vez, focaliza o verbo, que deve receber acento atribuído por FPR à posição mais encaixada da sentença. O acento nessa posição força o movimento do elemento desfocalizado à esquerda, de modo a deixar o verbo em posição adequada. Assim, para a QC (9a), análoga a (4b), a LSB deve apresentar sentenças de verbo final (SOV e OSV), respectivamente (9b) e (9c). Sentenças de ordem SVO deverão ser inadequadas à QC em questão, uma vez que o acento de foco não coincide com o aceno de cabeça.

(9) a. QC: [que que João fez com seu carro?]
b. SOV: JOÃO CARRO_i <VENDER t_i>hn
c. OSV: CARRO_i JOÃO <VENDER t_i>hn
d. SVO: # JOÃO VENDER <CARRO>hn

Finalmente, a QC [quem comeu a torta?], apresentada em (4a), focaliza o sujeito, que deve ocupar a posição mais encaixada da sentença para receber o acento de foco por FPR. No entanto, Quadros (1999) observa que a LSB não aceita sentenças com sujeito em posição final (cf. ilustrado anteriormente em (3a-b)). A hipótese é que em LSB a ordem VOS tenha aceitação restrita: aceita apenas como resposta à QC que focaliza sujeito. Assim, VOS seria derivada através do Movimento-P dos elementos desfocalizados, como ilustrado em (10b). Além disso, outras ordens (como SVO, SOV e OSV, ilustradas em (10c-e)) devem ser inadequadas à QCs análogas a (10a), uma vez que não há coincidência entre o acento de foco atribuído por FPR e o aceno de cabeça.

(10) a.QC: [quem vendeu o carro?]
b. VOS: [VENDER CARRO]$_i$ <[$_{[+F]}$JOÃO] t_i>hn
c. SVO: # JOÃO VENDER <CARRO>hn
d. SOV: # JOÃO CARRO <VENDER>hn
e. OSV: # CARRO JOÃO <VENDER>hn

4. Metodologia

Para a testagem dessas hipóteses, utilizei julgamentos de aceitabilidade fornecidos por um usuário de LSB (pessoa que teve a língua de sinais como língua materna desde o início do processo de aquisição). Para isso, propus um teste que envolvia QCs (análogas às ilustradas em (4)) com elementos interrogativis. Para cada QC (nove, no total), o informante foi instado a julgar três sentenças com ordens variadas, o que resultou num total de 27 sentenças.

As transcrições foram feitas segundo as convenções adotadas por Quadros (1999), Wilbur (1999) e Petronio e Lillo-Martin (1997), com adaptações que se fizeram necessárias.

5. Resultados e Discussão

Como previsto em (8), na seção 3, as sentenças de ordem SVO com aceno de cabeça final foram julgadas adequadas à QC que focaliza objeto:

(11) a. QC: *[o que* que o João perdeu?]
b. SVO: JOAO PERDER <MALA>hn

Contudo, sentenças análogas a (8b) e (8c), ilustradas respectivamente por (12) e (13), também foram aceitas como resposta à QC que focaliza objeto.

(12) a. QC: [*o que* que o João perdeu?]
b. SOV: <IX^a JOÃO^a >t MALA <PERDER>hn

(13) a. QC: [*o que* que o João perdeu?]
b. OSV: <MALA>t IX^a JOÃO^a <PERDER>hn

Os exemplos (12) e (13) mostram que o aceno de cabeça final não coincide com o elemento focalizado. Por exemplo, em (13), o aceno de cabeça realizou-se com PERDER, enquanto MALA é o elemento focalizado.

Como previsto por (9), sentenças de ordem SOV e OSV (ilustradas por (14) e (15), foram julgadas adequadas às QCs que focalizam verbo:

(14) a. QC: [*o que* que o ladrão *fez* com o diamante?]
b. SOV: <LADRÃO>t <DIAMANTE>t <ROUBAR>hn

(15) a. QC: [o que o ladrão fez com o diamante?]
b. OSV: <DIAMANTE>t LADRÃO <ROUBAR>hn

Contudo, sentenças de ordem SVO (previstas inaceitáveis para este contexto) também foram aceitas, como ilustrado em (16):

(16) a. QC: [*o que* que o ladrão *fez* com o diamante?]
b. LADRÃO ROUBAR <DIAMANTE>hn

O exemplo (16) é comparável a (12) e (13): aceno de cabeça (final) não coincide com o elemento focalizado.

Conforme a hipótese em (10), sentenças de ordem VOS com aceno de cabeça final não são totalmente agramaticais, uma vez que a sentença (17) foi julgada marginalmente adequada à QC que focaliza o sujeito:

(17) a. QC: [*quem* acusou João?]
b. VOS: ? ^{a}ACUSAR^{b} IX^{b} JOÃO^{b} < IX^{a} MARIA^{a}> Contudo, senteças análogas a (10c) e (10d), ilustradas respectivamente por (18) e (19), também foram julgadas adequadas à QC que focaliza o sujeito.

(18) a. QC: [*quem* escreveu Tieta?]
b. OSV: IX^{a} JORGE-AMADO^{a} ESCREVER <T-I-E-T-A>hn

(19) a. QC: [*quem* escreveu Tieta?]
b. SOV: IX^{a} JORGE-AMADO^{a} T-I-E-T-A <ESCREVER>hn

Em resumo, aparentemente os dados coletados não confirmam as hipóteses expostas na seção 3. As sentenças previstas inadequadas foram julgadas aceitáveis às QCs relativas.

6. Conclusão

(18) e (19) comparam-se a (12), (13) e (16): o aceno de cabeça final não coincide com o elemento focalizado, ou seja, o aceno de cabeça não é marcador de foco apresentacional em LSB.

O informante sugeriu que sentenças como (17b) podem ser parafraseadas por (20):

(20) a. ^{a}ACUSAR^{b} JOAO^{b} IX^{b} <MARIA^{a} IX^{a}>hn <AUTORIA^{a} IX^{a}>hn
'quem acusou o João foi a Maria'
b. ^{a}ACUSAR^{b} JOAO^{b} IX^{b} <MARIA^{a} IX^{a}>hn PEDRO^{c} IX^{c} <NÃO>neg
'foi A MARIA quem acusou o João, e não o Pedro'

As traduções em (20) (sugeridas por Ronice Quadros, c.p.) indicam que (17b) aparentemente tem interpretação de foco contrastivo no sujeito[3].

Os dados apresentados na seção 5 mostram que o aceno de cabeça final não corresponde ao acento de foco apresentacional, atribuído ao elemento flocalizado pelas QCs. Em outras paalvras, não é possível estabelecer comparação entre a LSB e o espanhol, quanto à atribuição de acento de foco.

Por outro lado, o dado (17) se mostra bastante interessante, pois permite concluir que ordens não-canônicas como VOS (comumente descritas como agramaticais em LSB) podem ser aceitas se inseridas em contexto apropriado. As paráfrases para (17), apresentadas em (20), sugerem que o aceno de cabeça final aparentemente tem outra interpretação, a saber, de foco contrastivo.

Esses fatos sugerem que novas coletas de dados sejam feitas, de modo a testar o aceno de cabeça como marcador de foco contrastivo. Assim, o próximo passo dessa pesquisa é analisar se sentenças como (11b), (12bc) e (13b) são aceitas em contexto de foco contrastivo em objeto, verbo e sujeito, respectivamente.

Referências Bibliográficas

PETRONIO, Karen e Diane LILLO-MARTIN (1997) 'Wh-movement and the position of Spec-CP: evidence from American Sign Language'. *Language* 73 : 18-57.

QUADROS, R. (1999): *Phrase Structure of Brazilian Sign Language*. Tese de Doutorado. PUCRS.

WILBUR, Ronnie (1999) 'Stress in ASL: evidence and linguistic issues'. *Language and Speech*, 42 : 229-250.

ZUBIZARRETA, M. (1998) *Prosody, Focus and Word Order*. Cambridge, Massachusetts, London: The MIT Press.

[3] Segundo Zubizarreta (1998:7), o foco contrastivo de uma sentença tem duas funções: negar parte de uma asserção anterior e atribuir um novo valor ao elemento negado. Por exemplo, a sentença em (i), em que RED marca realização de acento contrastivo, traz duas informações: nega a asserção anterior ("John is wearing a blue shirt today") através da paráfrase (ii) e atribui um novo valor (de cor à camisa) através da paráfrase (iii):

(i)	foco contrastivo:	John is wearing a RED shirt today.
(ii)	paráfrase de negação:	John is *not* wearing a blue shirt today.
(iii)	paráfrase de novo valor:	John is wearing a red shirt today.

ASPECTO VERBAL: DO LATIM AO PORTUGUÊS E SUA ATUAL PRODUTIVIDADE

RENATO MIGUEL BASSO*

Formação do *Perfectum*

A marca morfológica aspectual mais clara em latim encontra-se na oposição de duas formas: a do *infectum*, que indica ação inconclusa/inacabada e a do *perfectum*, ação já conclusa/acabada.

A formação dos temas do *perfectum* a partir dos temas do *infectum* não é regular, podendo ocorrer através de processos bem diferentes como reduplicação total ou parcial da primeira sílaba do tema do *infectum*, alternância vocálica, acréscimo de *-uī* e acréscimo de *-sī*, além de suplementação. Meillet (1968:265-275) destaca três processos para a formação dos temos do *perfectum*, a saber:

Tipo Radical:

(i) reduplicação da primeira sílaba da raiz, com ou sem alternância vocálica, conservando-se, nos casos de alternância, apenas a consoante: cadō – cecidī (cair); canō – cecinī (cantar); fallō – fefellī (enganar); pēdō – pepēdī (flatular);

(ii) alternância vocálica simples: edō – edī (comer); emō – emī (comprar); rumpō – rupī (romper); cāpiō – cēpī (capturar); faciō – fēcī (fazer);

Tipo –sī: os temas do *perfectum* formados por este processo têm, em geral, raízes terminadas por consoantes, não sofrem, na maioria das vezes, mudança na vogal da raiz e mantêm suas características nasais:
velares: augeō – auxī (ousar); mulgeō –mulsī (afagar); torqueō – torsī (torcer);

* Graduando do IEL/UNICAMP. Orientador: Prof. Dr. Rodolfo Ilari.

dentais: suādeō – suāsī (persuadir); ardeō – arsī (arder);
labiais: scribō – scripsī (escrever); serpō – serpsī (rastejar);
nasais: fingō – finxī (moldar); uinciō – uinxī (amaxar); plangō – planxī (lamentar);

Tipo em –uī: esta terminação é acrescentada, geralmente, a verbos cujo radical termina em vogal e em quase todos os verbos denominativos em –ī– ou –ā–: amāre – amāuī (amar); fīnīte – fīnīuī (terminar); domāre – domuī (domar); genĕre – genuī (gerar); censeō – censuī (julgar); misceō – miscuī (mistura); pāreō – pāruī (obedecer);

Exemplos de suplementação: sum – fuī; possum – potuī; ferō – tulī.

	Pretérito	Presente	Futuro
Infectum	amabam	amō	amabo
Perfectum	amauĕram	amauī[1]	amauĕro

Incoativo, Momentâneo, Freqüentativo

Incoativo: marca a duração de um processo, seja salientando seu início ou seu fim ou a duração simplesmente. A forma latina mais comum para marcar o incoativo é acrescentar o sufixo –sc– aos temas dos verbos em geral, fazendo com que passem para a 3° conjugação –scō, -scis, -scere. O *perfectum* destes verbos derivados é o mesmo das formas sem –sc. Exemplos: amō – amāscō (começar a amar); caleō – calēscō (começar a ficar quente); dormiō – obdormīscō (adormecer); durus – dūrēscō (endurecer); ira – īrāscōr (enraivecer); vetus – inveterāscō (envelhecer);

Momentâneo: os verbos incoativos podem ser prefixados com *e-* ou *ex-*, para indicar a pontualidade ou momentaneidade deste verbo. Assim: rubeō

[1] Este uso de *perfectum* presente indicando algo que acaba no presente pode causar certo estranhamento. No entanto, em latim, algumas dessas formas podem realmente ser traduzidas pelo nosso presente como *memini* (eu lembro); *odi* (eu odeio). O *perfectum* também assume os valores do nosso pretérito perfeito: *Fuit Troes* (Tróia não existe mais) e do aoristo gnômico, i.e., "A Terra gira em torno do Sol".

(sou/estou vermelho) – rubescō (estou ficando vermelho/estou no processo de ficar vermelho) – erubescō (fico vermelho/neste momento fico vermelho). Estes verbos derivados também possuem o mesmo tema para o *perfectum*, acrescido do prefixo quando o possui: ardeō – ardescō – exardescō – exarsi; rubeō – erubescō – erubui.

Freqüentativo: marca a repetição de processos pontuais ou durativos. São formados, na maioria das vezes, acrescentando-se o sufixo –ito aos temas do *infectum* dos verbos em geral, resultando em verbos da 1° conj., com *perfectum* em -uī : rogō – rogitō (ficar pedindo); potō – potitō (ficar bebendo/bebericar); clamō – clamitō (ficar gritando); lateō – latitō (ficar se escondendo); agō – agitō (ficar agitando); fundō – funditō (fundar, plantar). Esta derivação pode dar-se mais de uma vez: canō – cantō – cantĭtō (cantar); dicō – dictō – dictĭtō (dizer); dormiō – dormītō – dormītĭtō (dormir).

Algumas mudanças no sistema verbal do Latim

A oposição aspectual, que era simétrica no latim, como exemplificado acima, sofreu as seguintes modificações, segundo Mattoso Câmara Jr. (1976:128-129): devido à perda do caráter permansivo do *perfectum*, ou seja, de ser uma ação acabada que continua em seus efeitos, o *perfectum* presente (amauī) passou a ser interpretado simplesmente como um passado, fazendo com que o *perfectum* passado recuasse ainda mais no tempo, (amauĕram) indicando um fato acabado no passado em relação a um outro fato (mais-que-perfeito). O futuro no latim vulgar era expresso utilizando-se o presente, assim o sistema passa a ser:

	Pretérito	Presente	Futuro
Infectum		amabam	amō
Perfectum	amauĕram	amauī	

Segundo Silva (2001:38),

> a oposição aspectual deixa de ser marcada morfologicamente, marcação que já não era muito nítida no latim padrão, e será por meio de seqüências ou locuções verbais que esta categoria em geral se expressará, com

excessão morfológica única para a oposição no modo indicativo, do pretérito perfeito/pretérito imperfeito.

Alguns sufixos presentes no latim também foram importantes para a criação de verbos neolatinos, principalmente –sc–, que atualizava a incoatividade de um verbo, dando sentido durativo. A produtividade deste sufixo, na criação de verbos denominativos, é constatada tanto na românia ocidental quanto na oriental (romeno, italiano), segundo Maurer Jr. (1951).

O latim possui verbos da 4° conjugação, derivados de adjetivos, com sentido causativo e transitivo e da 3° conjugação com sentido incoativo e intransitivo, assim do adjetivo *mollis* (mole) têm molliō – mollīre (4° conj., tornar mole, causativo, transitivo) e mollēsco - mollēscere (3° conj., ficar mole, incoativo, intransitivo). Para o romeno, o italiano e o provençal, tal sufixo aparece apenas nas pessoas do singular, na 3° do plural, no indicativo e no subjuntivo e na 2° sing. do imperativo. Maurer Jr. (*op. cit.*), explica este fenômeno como sendo devido à confusão entre os incoativos de 3° e os causativos de 4°, gerando uma conjugação -īscō –īre.

Para as línguas ibéricas, este sufixo se generalizou para todos os tempos, pessoas e modos, e remetem somente aos incoativos latinos em –ēscō –ēscere, porém com sentido tanto causativo quanto incoativo, como endurecer, escurecer, engrandecer. Contudo, há alguns exemplos de pares causativo/incoativo encontrados no português e no espanhol arcaicos: podrir/(a)podrecer, florir/florescer, bastir/(a)bastecer, gradir/gradecer.

Também o sufixo –ito, em saltitar, dormitar. Este sufixo ainda existe em verbos neo-latinos que originaram-se de freqüentativos latinos (como cantar, expulsar), porém já não conservam o sentido de freqüentativo.

Português Atual

A marcação aspectual morfológica no português brasileiro é encontrada na oposição dos i)pretéritos perfeito/imperfeito e em alguns ii)sufixos.

i) Tanto Costa quanto Ilari (1997) salientam pontos interessantes em relação ao pretérito: o pretérito perfeito causa a pontualidade de uma ação e o imperfeito realça a duração de uma ação, apesar de ambos indicarem que ela está completa (ou seja, ambas são perfectivas). Nos termos de Ilari (1997:44), o pretérito imperfeito sugere que a ação descrita possui limites abertos e o

perfeito sugere o contrário. Exemplos de Costa (1990:48) e Ilari (1997:45) respectivamente:
Eu estudava francês.
Eu estudei francês.
Em 1850 o Brasil era uma monarquia.
Em 1850 o Brasil foi uma monarquia.

Outros exemplos:

Infalivelmente estourava uma bomba às nove horas.
-iteratividade (Costa 1990:49);
Eu caí a manhã toda.
- iteratividade;
Eu caia a manhã toda.
- iteratividade, habitualidade, mas não continuidade (já não caio mais às manhãs);
Eu caio a manhã toda.
- iteratividade, habitualidade, com continuidade no presente (ainda continuo a cair às manhãs).

O pretérito composto também traz implicações em relação à iteratividade e duração de algumas ações, como nos exemplos:

Eu tenho mantido tudo sob controle.
- duração;
Muitas pessoas têm ido em casa.
- iteratividade;
Eu tenho tido muito sucesso (todo dia).
- duração, na leitura sem o parêntesis;
- iteratividade, na leitura com o parêntesis.
Li um livro ontem (mas ainda não acabei de lê-lo).
- ação acaba, não possibilitando a leitura do trecho entre parêntesis.
Lia um livro ontem (mas ainda não acabei de lê-lo).
- ação inacabada, possibilitando a leitura do trecho entre parêntesis.

ii) os principais sufixos são: -ear: cabecear, folhear; -e(s)cer: amanhecer, anoiter, crescer; -ejar: branquejar, gotejar; -icar: bebericar; -itar: saltitar; -ilhar: dedilhar; -ificar: modificar, falsificar; -izar: concretizar, atualizar.

Todos os sufixos indicam duração, alguns incoatividade, como –escer, porém, com exceção de –ificar e –izar, todos eles apresentam produtividade baixa ou nula. Nas palavras de Castilho (1968):

> quanto aos sufixos, além de parcos, ainda se pode notar que muitos vêm perdendo a significação original.

Bibliografia:

CASTILHO, A. T. de. 1968. *Introdução ao Estudo do Aspecto Verbal na Língua Portuguesa*. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.

COSTA, S. B. B. 1990. *O aspecto em Português*. São Paulo: Contexto.

GODOI, Elena. 1992. "Aspectos do Aspecto" Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem – Univerdidade Estadual de Campinas, Campinas.

ILARI, R.1997. *A Expressão do Tempo em Português*. São Paulo: Contexto.

ILARI, R. 1990. *Lingüística Românica*. São Paulo: Ática.

MATTOSO CÂMARA JR., J. 1976. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão – Livraria e Editora.

MAURER JR., T. H. 1951. "The Romance Conjugation in –esco (-isco) – ire. Its Origin in Vulgar Latin." Language 27:136-145.

MEILLET, A., e J. Vendryes. 1968. *Traité de Grammaire Comparée des Langues Classiques*. Paris: Edition Champion.

SILVA, R. M. M. e. 2001. *O Português Arcaico: Morfologia e Sintaxe*. São Paulo: Contexto.

TRAINA, A., e G. B. Perini. 1992. *Propedeutica al Latina Universitario*. Bologna: Patròn.

INTELECTUAIS E IDEOLOGIA

Paulo Renato da Silva
Rafael Afonso da Silva
Tatiana Fonseca Oliveira

REVISTA SUR: CULTURA E LEGITIMIDADE POLÍTICA NA ARGENTINA (1931-1955)

PAULO RENATO DA SILVA*

Esta comunicação se refere ao desenvolvimento inicial de uma pesquisa de mestrado. Dessa forma, mais que conclusões, esta comunicação pretende apresentar as primeiras indagações e as possibilidades de pesquisa oferecidas pela revista e pela bibliografia sobre a questão.

A revista *Sur* foi fundada em 1931 com o propósito principal de estudar, parafraseando as palavras da proprietária Victoria Ocampo, os problemas que se referiam, de um modo vital, aos americanos, aos habitantes das Américas. No entanto, já no primeiro número da revista, respondendo a alguns críticos, Victoria Ocampo frisou que esse propósito não implicava uma desconsideração da Europa e seus problemas:

> *Virar as costas para a Europa. Sente o ridículo infinito dessa frase?*[1]

Desse modo, a revista se representou, desde o começo, como cosmopolita, característica que foi reforçada pelos críticos nacionalistas e pela bibliografia. Nas palavras de Horácio González, *os intelectuais cosmopolitas concebem a vida cultural como uma forma de comunicação acima das particularidades nacionais, regionais ou locais. A fonte de inspiração de qualquer prática intelectual é o aperfeiçoamento do patrimônio geral da humanidade, e esta sempre se encontra em uma dimensão universal que nada tem a ver com as sociedades concretas em que essa cultura se originou*[2].

* Mestrando em História – IFCH/UNICAMP. <paresi@zipmail.com.br>.

[1] Victoria Ocampo. Carta a Waldo Frank. *Sur*, Buenos Aires, nº 1, ano 1, p. 11, verão de 1931.

[2] GONZALEZ, Horácio. *O que são intelectuais?* São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 70.

Exemplo desse cosmopolitismo pode ser observado na reação contundente da *Sur* ao fortalecimento do nazi-fascismo, fortalecimento este que foi um dos principais motivos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Com Paris tomada pelo Eixo, Victoria Ocampo escreveu em junho de 1940:

> *França: nós que no mundo inteiro recebemos as riquezas que nos deu não temos mais mérito que o de ter sabido recebê-las. Essas riquezas se tornaram parte de nosso ser e nossa fidelidade contigo não é mais do que uma fidelidade com nós mesmos*[3].

A *Sur* condenava o nazi-fascismo pelo autoritarismo, do qual os intelectuais também foram vítimas e pelo extremado nacionalismo, o que contraria o cosmopolitismo. Quando o peronismo, influenciado pelo nazi-fascismo, começou a se fortalecer na Argentina, a partir de 1943, o posicionamento da revista foi semelhante[4]. Perante as pressões de Juan Domingo Perón para o engajamento dos intelectuais ao peronismo e, conseqüentemente, para a produção de uma arte e de um pensamento profundamente nacionalistas, Jorge Luis Borges escreveu em 1953 as seguintes palavras:

> *Shakespeare se teria assombrado se tivessem pretendido limitá-lo a temas ingleses, e se lhe tivessem dito que, como inglês, não tinha o direito de escrever* Hamlet, *de tema escandinavo, ou* Macbeth, *de tema escocês*[5].

Esse posicionamento crítico em relação ao peronismo fez com que os principais colaboradores da revista fossem tachados de conservadores, especialmente pelos peronistas mas, também, por uma jovem intelectualidade de esquerda, que surgiu entre os anos cinqüenta e sessenta, de um certo modo, arrependida da oposição que tinha feito a Perón enquanto este ainda estava na presidência, entre os anos de 1946 e 1955. Nesse contexto, Victoria Ocampo passou a representar a revista, cada vez mais, como cosmopolita mas,

---

[3] OCAMPO, Victoria. Carta a Francia. In: *Testimonios*. Buenos Aires: Sur, 1941, v. 3, p. 497.

[4] Em 1943, houve um golpe militar na Argentina. Na presidência de Edelmiro Farrell, terceiro presidente a assumir depois desse golpe, Perón tornou-se Ministro da Guerra, Secretário do Trabalho e vice-presidente, cargos que viabilizaram sua eleição para presidente em 1945.

[5] BORGES, Jorge Luis. O escritor argentino e a tradição. In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Obras completas de Jorge Luis Borges*. São Paulo: Globo, 1998, v. 1, p. 291.

também, como exclusivamente cultural, sem interesse na política. Isso ocorreu, possivelmente, para deslegitimar alguns críticos e para se opor às mencionadas pressões pelo engajamento dos intelectuais ao peronismo. Ora, nessa própria negação da política, se observa um claro e forte posicionamento político.

Cabe, então, aprofundar a oposição entre a representação que a revista usualmente fazia de si como cosmopolita e exclusivamente cultural com o envolvimento político que teve, mostrando que cosmopolitismo, cultura e política não são incongruentes. Cabe, também, questionar a caracterização política da *Sur* como conservadora, considerando-se, por exemplo, que contou, segundo dados da revista, apenas nos seus vinte primeiros anos, com quatrocentos e quarenta colaboradores, de distintas nacionalidades e tendências políticas[6]. Além disso, a oposição ao peronismo foi sistemática ou houve momentos de tolerância ou mesmo convergência?

É justamente a colaboração de intelectuais de distintas nacionalidades e tendências políticas que faz da *Sur* uma fonte privilegiada para o estudo da função da arte, da cultura, enfim, do intelectual na sociedade, assim como dos seus mecanismos de legitimação.

A negação da política, em um contexto de pressão pela adesão dos intelectuais ao peronismo, pode ter sido um dos mecanismos de legitimação política dos principais colaboradores da revista. Acima da natureza transitória da política, a *Sur* estaria preocupada com o cosmopolitismo, com a defesa de uma cultura universal e eterna.

Além disso, a posse desse cosmopolitismo, dessa cultura universal e eterna, enfim, do saber, pode ter sido outro instrumento de legitimação política de colaboradores da *Sur* para justificar sua oposição ao nazi-fascismo e ao peronismo, principalmente pelo fato destes movimentos políticos almejarem as massas como principal base social. Por exemplo, em um texto defensor da democracia, Roger Caillois escreveu que, nos governos autoritários, *o homem que melhor adula os instintos e paixões das massas assume o poder*[7]. Nessa representação, influenciada pela psicologia social, das massas como instinti-

[6] A *Sur* foi publicada, com periodicidade variada, até 1992.
[7] Roger Caillois. Defensa de la República. *Sur*, Buenos Aires, nº 70, ano 9, p. 52, julho de 1940.

vas e sentimentais, aparece uma associação, ainda que indireta, dos governos considerados autoritários com a barbárie, a ignorância, o mal e a mentira, dentre outras associações possíveis. O interessante é que esses adjetivos também costumavam ser usados pelo nazi-fascismo e pelo peronismo para desqualificar seus adversários, o que sugere um compartilhamento de representações da política por grupos opostos.

Finalmente, o testemunho pode ter sido outro mecanismo de legitimação política usado por colaboradores da *Sur*. Nesse sentido, Victoria Ocampo chegou a ser presa durante o governo de Perón e relatou esta experiência nas páginas da revista. Segundo suas palavras, *sob a ditadura se sente mais livre na prisão do que na rua e se sente mais livre porque ali se vive mais perto da verdade*[8]. É necessário, ainda, pesquisar sobre outros possíveis mecanismos de legitimação política usados por colaboradores da revista.

É importante mencionar que colaboradores da *Sur* reforçaram seus posicionamentos em relação ao peronismo em contos, poemas e romances, que nem sempre foram publicados pela revista. Nesse sentido, seguem abaixo quatro versos do poema *Testimonio para Marta*, de Silvina Ocampo, irmã de Victoria e esposa de Adolfo Bioy Casares, publicado logo depois da queda de Perón:

> *Durante quanto tempo nos perseguiu o terror,*
> *com suas caras obscenas, o impune opressor!*
> (...)
> *Durante quanto tempo, a prisão, a loucura,*
> *o desaparecimento de uma pessoa pura!*[9]

A existência de algumas semelhanças entre as representações do peronismo desenvolvidas por textos literários e poéticos e pela historiografia[10]

[8] Victoria Ocampo. La hora de la verdad. *Sur*, Buenos Aires, nº 237, p. 9, novembro-dezembro de 1955.

[9] Silvina Ocampo. Testimonio para Marta. *Sur*, Buenos Aires, nº 237, novembro-dezembro de 1955. Para mencionar apenas mais um exemplo, o brasileiro Augusto Frederico Schmidt publicou, também na *Sur*, mais exatamente no número 137, de março de 1946, o poema *12 de octubre de 1945*, sobre a manifestação anti-peronista ocorrida em Buenos Aires nesta data.

[10] Historiografia, aqui, é tomada em termos amplos e compreende, por exemplo, estudos sociológicos.

sobre o assunto colocam, também, a questão dos pontos de contato e de repulsão entre a linguagem acadêmica, tida por muitos como científica, objetiva, racional, verdadeira, e a linguagem artística, ficcional, literária, poética.

Essas semelhanças entre as representações literárias, poéticas e acadêmicas do peronismo reforçam o envolvimento de colaboradores da *Sur* com a política, ainda que seja importante frisar que arte, cultura e pensamento não podem ser inteiramente explicados pelo meio e contexto nos quais os intelectuais estão inseridos. Se for realmente evidenciada essa influência da *Sur* sobre a historiografia, predominantemente crítica ao peronismo nos anos que se seguiram a 1955, a revista colaborou, ainda que indiretamente, para a legitimação do golpe militar que tirou Perón da presidência, fato, a propósito, saudado nas páginas do número 237 da *Sur*, que tinha o sugestivo título *Por la reconstrucción nacional*. Assim, colaboradores da revista teriam colaborado, inclusive, para a formação do senso-comum sobre o peronismo, ensinado ainda hoje nas escolas e universidades e usado politicamente na Argentina pelos adversários do *Partido Justicialista* (PJ), entenda-se, peronista.

Em suma, a revista *Sur* é importante para o estudo do papel do intelectual e da sua arte, cultura e pensamento na sociedade, assim como dos seus mecanismos de legitimação. Esta análise inicial da *Sur* indica a impossibilidade desse papel ser exercido de maneira imparcial, neutra, objetiva, como muitos intelectuais acreditam ser possível exercer. Em termos teóricos, a obra dos colaboradores da revista permite analisar as relações entre História e Literatura, não em termos de equivalência mas, sim, de influências recíprocas.

LÊNIN E A QUESTÃO DA TRANSIÇÃO: UM ESTUDO DA OBRA LENINIANA ENTRE 1917 E 1923

RAFAEL AFONSO DA SILVA*

Nesta breve comunicação não é possível sintetizar todos os resultados da pesquisa. Ater-me-ei apenas a alguns aspectos.

1. A especificidade da situação russa

1.1. Marx , em uma carta a Engels (8 de outubro de 1858), se perguntava se a iminente revolução européia não seria esmagada neste "cantinho do mundo", já que à sociedade burguesa ainda se oferecia um vasto terreno para sua ascensão. É com essa preocupação que aborda a situação russa. Em sua correspondência com Vera Zasulich, ao se referir à natureza dos acontecimentos na Rússia, levantava a possibilidade de uma passagem direta da forma existente do "coletivismo arcaico" ao socialismo, saltando a fase capitalista. A estratégia era impedir que alguns importantes territórios fossem absorvidos pelo capital, o que poderia, ao menos em princípio, acelerar o amadurecimento de sua crise estrutural.

1.2. A abordagem de Lênin foi diferente. Na primeira quinzena do século XX, antes portanto de seus estudos sobre o imperialismo (que provocariam grandes redimensionamentos na sua perspectiva), ele partia da premissa da necessidade do desenvolvimento do capitalismo, e, por conseguinte, da necessária dissolução das formas feudais na Rússia. Para essa perspectiva, importava, portanto, a forma que esse processo poderia adquirir no seu evolver concreto. Segundo Lênin, o caráter *burguês* do desenvolvimento econômico russo abriga a possibilidade de formas

* Ciências Sociais – IFCH/UNICAMP. Agência: CNPq/PIBIC (concluído em julho 2002) Orientador: Márcio Bilharinho Naves.

diferenciadas de entificação do capitalismo, conforme a dinâmica das diferentes forças sociais em presença: ou tendo à frente "as grandes propriedades dos latifundiários" numa gradativa progressão para as formas capitalistas ou tendo à frente "as pequenas explorações camponesas, que, por via revolucionária extirparão do organismo social a 'excrescência' dos latifúndios feudais", rumo à "agricultura capitalista dos granjeiros" (Lênin, 1980: 29). Lênin denomina essas duas vias respectivamente de "via prussiana" e "via americana". Lênin sustenta então que a revolução em perspectiva na Rússia deveria impor o desenho de uma ditadura revolucionário-democrática fundada na aliança entre a classe proletária (em posição hegemônica) e a massa camponesa, como única forma de garantir uma via americana para a Rússia.

1.3. A partir de seus estudos sobre o imperialismo (que visavam à compreensão do significado da Guerra e da senectude da II Internacional e das tarefas políticas situadas naquele novo contexto), a premissa foi significativamente modificada: a penetração do capitalismo na Rússia já se realizou e a tarefa é quebrar o "elo mais fraco" da cadeia imperialista de modo a precipitar uma reação em cadeia. O desenvolvimento capitalista dependente da Rússia, em conjunção com a aceleração e a desintegração das suas estruturas sociais e políticas tradicionais em decorrência das repercussões da Guerra, fornecia um desenvolvimento favorável para uma revolução socialista na Rússia. Assim, após a Revolução de Fevereiro, Lênin rejeita a velha armação programática da revolução democrático-burguesa e avança a problemática da transformação dialética da revolução democrática em revolução socialista, aliás, segundo ele, única forma de perfazer a primeira.

1.4. Marx dizia que o Segundo Império seria a "última forma de Estado", a "última forma possível do domínio de classe" – se a revolução não fosse esmagada naquele "cantinho do mundo" pela ascensão continuada da ordem burguesa numa parte maior do mundo. A análise leniniana do imperialismo coloca o Segundo Império na sua real perspectiva como forma pouco desenvolvida das verdadeiras potencialidades do capital, trazendo para o centro da análise a problemática da expansão global do capital e suas contradições, ainda que tenha adotado também uma perspectiva de "última fase" – os ajustes estratégicos do adversário tor-

naram possível uma extensão ainda maior dos limites relativos da ordem social estabelecida com o deslocamento bem-sucedido das contradições do sistema global do capital.

2. A via do "capitalismo de Estado sob a ditadura do proletariado" e a tese "fusionista"

2.1. Na análise leniniana do imperialismo, o capitalismo apresenta-se como um sistema de tomada de decisão divorciado dos produtores, com sua estrutura de comando alienada. Contudo, o grau de racionalização-coordenação gerado pela concentração e pelo processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado, na fase imperialista do capitalismo, fornece, segundo Lênin, os mecanismos para uma regulamentação racional contínua dos intercâmbios produtivos e reprodutivos pelos produtores associados. Então surge a fórmula "capitalismo de Estado sob a ditadura do proletariado", que toma contornos mais precisos, na obra leniniana, em 1918. Trata-se de uma estrutura organizativa transicional, e Lênin frisa que não pode ser identificada ao socialismo propriamente dito. Entretanto, Lênin não se dá conta de que aqueles mecanismos não são neutros, de que sua racionalidade não representa uma pura "racionalidade instrumental", cuja finalidade proviesse inteiramente das relações de poder externas à sua própria racionalidade (e que ainda por cima se mantivessem impermeáveis a determinação estrutural vigente do processo de trabalho), de que tal racionalização-coordenação é inconcebível sem uma moldura sócio-hierárquica estruturalmente predeterminada e garantida, com a qual está *materialmente constituída e interligada*.

2.2. Não é por acaso que a análise leniniana do imperialismo está ausente de *O Estado e a revolução*. Como compatibilizar a sua exigência de uma política não-substitucionista com a "contabilidade-administração" gestada no "último estágio" do capitalismo? Essa lacuna fica muito clara em *O Estado e a revolução*, quando Lênin passa à análise das "bases econômicas da extinção do Estado", através do estudo da *Crítica do Programa de Gotha*, de Marx, seguindo a distinção entre uma fase inferior e uma superior do comunismo. Após tratar da primeira fase, caracteri-

zada pela efetivação da "a expropriação dos expropriadores" e na qual a necessidade do Estado se renova como garantidor da não regressividade do processo, Lênin se atrapalha ao tratar da transição para a segunda fase, quando é suprimida a oposição entre trabalho espiritual e manual e a sociedade realiza a regra: "de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades". Lênin mantém uma posição ambígua neste aspecto: (1) ora se demite da obrigação de teorizar sobre as mediações necessárias para a realização das "transições dentro da transição", que "não sabemos nem podemos saber", (2) ora defende a tese de um transcrescimento econômico espontâneo (isto é, sem mediação) da primeira para a segunda fase, através do gigantesco desenvolvimento das forças produtivas sociais liberadas com a "expropriação dos expropriadores" e que conduziria à "supressão da oposição entre o trabalho espiritual e o trabalho manual", à "transformação do trabalho em 'primeira necessidade vital'", (3) ora cai na armadilha das falsas mediações, propondo a ética como mediação na categoria da *habituação* – a criação consciente dos modos cooperativos de comportamento se transformará em hábito, se transformará em lei espontânea anunciando a passagem para a fase superior. O problema da última solução é que justamente é apresentada como prescindindo de mediações materiais/institucionais concretas, e a "democracia socialista" defendida por Lênin em *O Estado e a revolução*, se compreendida como essa mediação não explicitada no contexto da problemática da habituação, aparece, na realidade, como translação das perspectivas a longo prazo para a modalidade das estratégias imediatamente praticáveis, pois a própria *democratização* é um processo que depende da conformação progressiva de uma eqüidade substantiva entre os produtores associados, isto é, do processo de superação da divisão estrutural hierárquica do trabalho.

2.3. Essa lacuna na elaboração teórica de Lênin conduz em certo momento a uma versão das teses "fusionistas". Para não abandonar a noção marxiana de uma política não-substitucionista, Lênin, durante o período do "comunismo de guerra", sustenta a imagem da "fusão" do proletariado revolucionário com o Partido Bolchevique: "a ditadura da classe operária é realizada pelo partido bolchevique, que já em 1905, e mesmo antes, se fundiu com todo o proletariado revolucionário" (Lênin, 1981c: 195).

Assim, a armação do "comunismo de guerra", a centralização externa da planificação e do controle – a substituição em larga escala da circulação mercantil e monetária por medidas de requisição e distribuição estatal dos produtos e a distribuição (não apenas "horizontal", mas também "vertical") centralizada da força de trabalho – é identificada sem mais à própria ação do proletariado revolucionário. O substitucionismo é o corolário das teses "fusionistas". A questão da compatibilização da via do "capitalismo de Estado" com a exigência de uma política não-substitucionista foi resolvida em detrimento da segunda. Daí para a defesa da fusão do partido com o Estado, do sistema sindical com o estatal, etc é um passo. Mas Lênin não sustentou por muito tempo a imagem da "fusão", e as próprias contradições internas (não pude apresentar aqui todos os matizes da perspectiva de Lênin no período do "comunismo de guerra") de sua perspectiva reivindicavam uma outra solução.

3. A "via cooperativa": rumo às mediações necessárias

3.1. A preocupação que está por detrás da via do "capitalismo de Estado" é a preocupação com a necessidade de um conjunto coerente de mediações capaz de regular os intercâmbios produtivos e reprodutivos em base socialmente constituída e alterável em sua estrutura de acordo com os objetivos da transição. Ainda antes da Revolução de Outubro, Lênin afirma que uma das características que distinguem o capitalismo dos sistemas antigos, pré-capitalistas, é o fato de que criou uma "estreitíssima ligação e interdependência dos seus diferentes ramos. Se não fosse isto – digamos de passagem – qualquer passo no sentido do socialismo seria tecnicamente irrealizável." (Lênin, 1981: 178) Já em maio de 1918, ele observa que a economia russa é ainda muito fragmentada e heterogênea, um conjunto constituído de elementos da economia camponesa-patriarcal, da pequena produção mercantil, do capitalismo privado, do capitalismo estatal e do socialismo. Por isso ele aposta não só no capitalismo de Estado mas também na *eletrificação* como capaz de acelerar o processo de universalização da produção moderna e de integração/socialização da totalidade das relações internas em uma grande economia social. Lênin teria de confrontar o fato de que a sustentação recí-

proca das mediações do modo estabelecido de reprodução social exclui a possibilidade de caminhos mais curtos, utilizando diretamente o "arsenal" já disponível. A partir de 1920-21, Lênin começa a traçar os lineamentos gerais, malgrado tenham restado inacabados e inconjuntos, das mediações necessárias vis-à-vis os limites da situação dada, na medida em que redefine os contornos e significados de cada uma das forças sociais em presença, em sua recíproca delimitação e em relação ao Estado Soviético.

3.2. Em *A doença infantil do "esquerdismo" no comunismo*, Lênin vislumbra a formação de um aparelho proletário na forma de uma organização multiforme que articulasse em vários graus o partido com as massas, através dos sindicatos, das conferências de operários e camponeses sem partido e de um complexo e variado trabalho de agitação e propaganda. Aqui a superação da divisão hierárquica do trabalho é uma realização consciente do proletariado, que se vale, para isso, dos sindicatos, que, na medida em que avançam nesse processo, transcendem a dimensão trade-unionista estreita de seus interesses e se tornam mais inclusivos. Como a democratização depende do avanço da igualdade substantiva entre os produtores associados, os sindicatos se tornam um importante instrumento de mediação no processo de democratização. Mas, para isso, o partido deve desempenhar uma tarefa educativa e formativa junto aos sindicatos, visando à superação dos interesses corporativistas e ao envolvimento direto das massas nas questões políticas e de gestão econômica. Fica claro que tais elementos de mediação (sindicatos, partido) não entram com a mesma qualidade na multilateralidade determinativa do conjunto, inclusive porque cada um conserva (e deve conservar) sua própria peculiaridade e a manifesta em todas as interações. No início de 1921, na questão dos sindicatos, Lênin é ainda mais enfático ao assinalá-lo (ver *Mais uma vez sobre os sindicatos*), opondo-se à fusão dos sistemas sindical e estatal, por ele defendida imediatamente após a Revolução de Outubro. Os sindicatos devem permanecer a escola do comunismo, os organizadores das massas e não desfazer sua especificidade decalcados em órgão estatais em sentido estrito. Além disso, afirma Lênin, dado que a estratificação é um aspecto iniludível, o qual não é passível de supressão imediata, da realidade da classe, não se podem dis-

pensar as organizações de categoria para jugular o constante perigo de uma estrutura burocrática de "unificação" sobrepor-se às diversas forças em presença.

3.3. Lênin insiste na importância dos sindicatos, no seio do Estado soviético e na sua interconexão com o partido, como organismos transicionais para uma estrutura organizativa capaz de exercer de modo articulado as funções de controle dos processos produtivos/reprodutivos na forma de auto-atividade e autogestão. Mas essa perspectiva ainda permanece aprisionada à moldura do "capitalismo de Estado", aliás Lênin não poderia superá-la enquanto não modificasse significativamente sua estratégia em relação ao campesinato, uma vez que, até a segunda versão da NEP, o capitalismo de Estado emergia como um aliado do poder de Estado soviético contra o elemento pequeno-proprietário: para ser mais claro, como capaz de engendrar uma *cooperatividade interposta e transitória*, sobrepujando o elemento pequeno-burguês, o qual inviabilizava a conformação de uma *cooperatividade socialista*.

3.4. A segunda concepção da NEP representou a propositura de uma outra via para a transição, que denominei "via cooperativa". Não se trata mais de compor uma "aliança" do socialismo com o capitalismo de Estado contra o elemento pequeno-proprietário, mas de criar uma articulação multifária entre o socialismo e a economia camponesa que não se configure como um relacionamento de subordinação estrutural do campesinato. Daí a importância que Lênin atribui à cooperação: é o meio de coordenar os interesses privados do campesinato com os interesses gerais da transição. Esse desenvolvimento cooperativo deve ter caráter voluntário e ser organizado através da auto-atividade das massas e não administrado e imposto pelos aparelhos centralizados do Estado existente. Por isso, toda uma fase de *revolução cultural* é necessária para que toda a população se convença, partindo de sua própria experiência e no intercâmbio educativo multiforme dos trabalhadores industriais e agrícolas, das vantagens da participação na cooperação e supere as tendências divisionistas, que têm uma afinidade estrutural objetiva com a base material-existencial herdada. O escopo último dessa revolução cultural é a gestação de "microeestruturas" produtivas/reprodutivas cooperativas não-

> hierarquizadas e aderidas a uma forma política verdadeiramente socialista, transicional. Uma vez conquistado nas condições de hegemonia do proletariado, o "regime cooperativo" é o quadro (a "macroestrutura") no qual pode ser conduzido o processo de "construção de uma sociedade socialista integral", porquanto, diferentemente da "macroestrutura" do capitalismo de Estado, se funda sobre a autoridade diretora-sintetizadora livremente constituída dos próprios produtores associados. Revolução cultural, crescimento da cooperação e revolucionamento da forma política estão materialmente interligados; não são etapas a serem cumpridas em separado. O Estado só pode cumprir seu papel transicional e "extinguir-se" alinhado com uma estrutura produtiva cooperativa que se desenvolva concomitantemente. Mas essa só se desenvolve revolucionando continuamente o Estado. Cada passo adiante reivindica um desígnio consciente, uma subjetividade receptora-proponente como seu momento primário. Segue o processo de habituação: a atitude consciente transforma-se em hábito, entra na cultura, o que se realiza condicionado pela estrutura produtiva e pela forma política modificadas.

Com o agravamento de seu estado de saúde e o isolamento político, Lênin já não era capaz de buscar formas para efetivar o conteúdos desses *sketches*. Cabe a nós agora, criticamente e com a devida consciência das especificidades históricas que nos separam deles, ver se é possível dar-lhes um valor de uso revolucionário. Por isso, espero que esta comunicação possa despertar em mais pessoas o interesse pela obra de Lênin.

O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL DE GRAMSCI NA VIDA INTELECTUAL BRASILEIRA

TATIANA FONSECA OLIVEIRA*

Discutiremos aqui as diversas formas de interpretação do conceito de sociedade civil e Estado na obra de Antonio Gramsci (1891-1937). Esse problema nos diz respeito por pertencer a um debate científico-filosófico e, por isso mesmo, ter ressonâncias no discurso e na prática da luta social e política brasileira e mundial.

De meados da década de 60 até os nossos dias, têm existido diversos tipos de interpretações do conceito de sociedade civil em Gramsci. De modo geral, elas mencionam uma inovação – conduzida por este autor – em relação ao conceito tradicionalmente utilizado por Hegel e por Marx. O peculiar e tão difundido texto de Norberto Bobbio, *O Conceito de Sociedade Civil*[1], é um exemplo claro dessa forma de explanação, no qual ele afirma categoricamente que "*a sociedade civil, em Gramsci, não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura*".[2]

Bobbio, ao fazer uma análise sumária do conceito de sociedade civil dos jusnaturalistas até a teoria marxista, argumenta que há uma identificação, realizada então por Marx, entre sociedade civil e momento estrutural[3]. O au-

* Mestranda em Ciência Sociais da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília.

[1] Artigo que foi exposto pela primeira vez em abril de 1967 – em Cagliari, no Convegno Internazionali di studi gramsciani – e publicado em seguida (1968) na De Homine.

[2] BOBBIO, N. *O Conceito de Sociedade Civil*., p.32

[3] Para Marx, a estrutura, ou a infra-estrutura, é o modo de produção da vida material humana, ou seja, é a condição material de existência. Já a superestrutura é a linguagem dessa vida material real, é a relação espiritual dos homens que surge diretamente, que se origina na sua atividade material (MARX, K. *L'Idéologie Allemande In*: *Oeuvres Philosophie*., p. 1056).

tor adverte ainda que, no caso de Gramsci, este conceito – mesmo tendo referência em Hegel (como fez o próprio Marx) – é bastante diferente; podemos até dizer, oposto ao do escritor de *O Capital*.

Por mais que Hugues Portelli[4] seja contrário à afirmação de Bobbio de que a reconstrução do pensamento político de Gramsci tem como conceito-chave a sociedade civil, e não o bloco histórico, o autor francês concorda com Bobbio na assertiva de que, tanto Marx como Gramsci, partem da obra de Hegel na confecção desse conceito, mas evoluem em sentido diverso: "o primeiro, entendeu a noção hegeliana de sociedade civil como o conjunto das relações econômicas; o segundo interpretou-a como o complexo da superestrutura ideológica".[5]

Para Portelli, Gramsci refere-se de modo geral, nos *Cadernos*, ao conceito de sociedade civil como a "direção intelectual e moral" de um sistema social. Aprofundando esse pensamento, elucida a dicotomia indicada por Gramsci entre sociedade civil e sociedade política. A primeira é definida – cita o próprio Gramsci – como "*o conjunto dos organismos, vulgarmente ditos privados, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade*"[6], o que se opõe à segunda – a sociedade política -, o próprio Estado no sentido restrito (de aparelho coercitivo, de dominação direta, do governo político sem o consenso espontâneo).

Por outro lado, Portelli aponta que Gramsci vê o bloco histórico como o local possível de unidade dialética e orgânica da superestrutura e da infra-estrutura, eliminando, assim, a primazia de uma categoria sobre a outra na totalidade social. Conseqüentemente, isso põe um ponto final no "falso problema" da determinação, em última instância, do econômico. Dentro dessa ótica, existe apenas um único bloco histórico englobando o conjunto da sociedade, inclusive as classes subalternas. É nesse bloco histórico homogêneo que cabe, segundo ele, a gestão da sociedade civil.

Uma outra abordagem significativa é a de Luciano Gruppi[7], que aponta a sociedade civil como a esfera onde é possível a realização da hegemonia. Argumenta que este é o justo ponto de confluência entre Gramsci e Lênin. Na visão de Gruppi, a hegemonia, para esses dois autores, é a capacidade de di-

[4] Cf. PORTELLI, H. *Gramsci e o Bloco Histórico.*
[5] Ibid., p. 19.
[6] GRAMSCI, A Apud PORTELLI, H. Ibid., p. 22
[7] GRUPPI, L. *Conceito de Hegemonia em Gramsci.*

reção, de conquistar alianças e de fornecer uma base social ao Estado proletário. Nesse sentido, pode-se dizer que a hegemonia do proletariado realiza-se na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado é a forma estatal assumida pela mesma, sendo, portanto, a forma política pela qual se expressa o processo de conquista e de realização dessa hegemonia. Vê-se aqui uma estreita conexão entre a hegemonia do proletariado gramsciana e a ditadura do proletariado leniniana.

No caso da interpretação desse conceito, feita por Christinne Buci-Glucksmann[8], há uma identidade entre as definições de Marx e de Hegel. No entanto, Gramsci soube inová-lo, ou seja, reelaborá-lo. Como a autora prefere dizer: *"esse conceito é um conceito que excede o modelo hegeliano ou jovem-marxista de sociedade civil"*.[9] Ela afirma que esse conceito tem uma dupla dimensão. Por um lado, diz respeito às condições materiais de vida, ao sistema privado de produção; por outro, implica os aparelhos ideológico-culturais da hegemonia, o aspecto educador no seio do Estado. A sociedade civil é, portanto, essa esfera onde se torna possível a ampliação do Estado.

Uma vez que expusemos a análise dos autores franceses e italianos no tocante ao conceito de sociedade civil gramsciano, vamos aos intérpretes brasileiros desse conceito das últimas três décadas. Citaremos aqui Celso Frederico, Benedicto Arthur Sampaio, Carlos Nelson Coutinho, Ivete Simionatto, Marco Aurélio Nogueira, Giovanni Semeraro, Marcos Del Roio e Edmundo Dias.

No artigo de Celso Frederico e Benedicto A. Sampaio[10], é explanado o processo ternário do desenvolvimento hegeliano – afirmação, negação e negação da negação – aplicado à vida social. A família e a sociedade civil representam os dois momentos iniciais do processo lógico (afirmação e negação) que devem ser resolvidos ou superados pelo Estado político (negação da negação). Família e Sociedade Civil emergem do Espírito comum como manifestações finitas do mesmo. A primeira negação, que é a da família, é processada pelo surgimento da sociedade civil, esfera das atividades e dos interesses individuais, que por sua vez é negada novamente (negação da negação) pelo Estado político – o terceiro momento desse processo –, que se coloca como encarnação do interesse geral.

[8] BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado.*

[9] Ibid., p.99.

[10] FREDERICO, C. e SAMPAIO, B. A. *A Sociedade Civil em Hegel.*, p.183-201.

Contudo, Hegel indica que a função do segundo momento – o da "negação", o da particularidade da sociedade civil – é mediar, através de seus próprios mecanismos[11], a passagem para o Estado político[12]. Gramsci, segundo os autores acima, não consegue perceber esse movimento da vida social hegeliana, ou seja, a possibilidade de superação da sociedade civil pela sociedade política, ou Estado político. Nesse ínterim, ele não concebe o Estado como a síntese dos diversos, como o universal concreto encarnador da sociedade civil. Não há então uma diferença qualitativa entre Estado político e sociedade civil[13], mas sim uma continuidade entre essas duas esferas. Esta última não é um estágio social a ser superado, como entende Hegel.

Carlos Nelson Coutinho[14] concorda com a posição dos autores do artigo *A Sociedade Civil em Hegel* no que diz respeito ao fato de que, em Gramsci, a sociedade civil não é realmente um estágio a ser negado. Entretanto, chama atenção para o aspecto de que é propriamente neste estágio onde há a mediação entre a infra-estrutura econômica e o Estado em sentido restrito[15]. Ou seja, a sociedade civil é o âmbito no qual as classes buscam exercer sua hegemonia, buscam ganhar aliados para as suas posições mediante a direção política e o consenso. Entende o autor que Gramsci – através do seu novo conceito de sociedade civil – enriquece e amplia a teoria marxista do Estado partindo do reconhecimento da "socialização da política no capitalismo desenvolvido"[16] e da "formação de sujeitos políticos coletivos de massa"[17] a partir do início do século XX, momento histórico não vivenciado por Hegel e Marx[18].

---

[11] Os autores apontam, como exemplo dado por Hegel, as corporações. Ver HEGEL, G. W. F. *Príncipes de la philosophie du droit*.

[12] Passagem do momento de dispersão individual generalizada (sociedade civil) para o momento do universal concreto (Estado).

[13] A sociedade política, em Hegel, é o próprio Estado político, entidade que funda a sociedade civil por meio do princípio da universalidade, ou seja, é nesse momento superior da existência social que o interesse geral prevalece sobre o interesse individual.

[14] COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*.

[15] Segundo Coutinho, "Estado em sentido restrito", na terminologia gramsciana, significa também "Estado Coerção" (COUTINHO, C. N. Idem., p. 127).

[16] Ibid., p. 125.

[17] Ibid., p. 125.

[18] Explica Coutinho que Gramsci expõe que, tanto Hegel quanto Marx, tem a concepção de associação ainda muito vaga e primitiva, citando exemplos como as corporações – no caso de Hegel – e a existência apenas das organizações profissionais, clubes jaco-

Ao mesmo tempo, Coutinho lança a hipótese de que há, em Gramsci, uma "relativa"[19] aproximação com Hegel quando este introduz, na sociedade civil, as "corporações" – associações econômicas que podem ser vistas como formas primitivas dos modernos sindicatos[20]. Dessa maneira, há uma nova determinação do Estado que, em seu sentido amplo, passa a ser a soma entre a sociedade política e a sociedade civil.

De maneira semelhante a Carlos Nelson Coutinho, Ivete Simionatto[21], Marco Aurélio Nogueira[22] e Giovanni Semeraro[23] partem do princípio de que Gramsci percebe a crescente socialização da política – e a conseqüente ampliação do Estado – a partir do momento em que emerge a esfera da sociedade civil, não apenas como um espaço de iniciativas econômicas, mas também de manifestação das forças ideológicas e culturais. Para eles, a idéia de política, em Gramsci, não é mais o sinônimo da força, mas o momento da hegemonia, da socialização de poderes, da possível direção intelectual e moral na construção de consenso dentro da sociedade civil.

Contrariamente, Marcos Del Roio[24] ressalta o aspecto de que Gramsci, ao se propor a compreender criticamente a crise do Ocidente, não entende a sociedade civil "*como fundamentalmente única e homogênea, como o conjunto de aparelhos privados de hegemonia que poderiam estar em mãos de quaisquer indivíduos ou grupos*"[25], mas como esfera que promove a dissolução do "bloco histórico burguês".

---

binos, conspirações secretas de pequenos grupos e organizações jornalísticas – no caso de Marx. (COUTINHO, C. N. Ibid., p.125).

[19] Coutinho chama a atenção para a questão de que, em Hegel, ao contrário de Gramsci, as relações econômicas estão inclusas na sociedade civil. Daí ele dizer que tal aproximação é "relativa"(COUTINHO, C. N. ibid., p.126).

[20] Segundo Coutinho, Gramsci aborda que os sindicatos – como os partidos políticos operários e populares legais, os parlamentos eleitos por sufrágio universal direto e secreto, os jornais proletários de imensa tiragem – expressam esse tipo de movimento formado por sujeitos políticos de massa, daquela "trama privada" que mais tarde irá ser chamada, pelo autor sardo, de "sociedade civil" ou "aparelhos privados de hegemonia". (COUTINHO, C. N., Ibid., p.125-126)

[21] SIMIONATTO, I. O Social e o político no pensamento de Gramsci.

[22] NOGUEIRA, M. A. Gramsci e os desafios de uma política democrática de esquerda.

[23] SEMERARO, G. *Gramsci e a Sociedade Civil: cultura e educação para a democracia.*

[24] DEL ROIO, M. *O Império Universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo.*

[25] Ibid., p.286.

Para o autor, Gramsci propõe a construção de uma outra sociedade civil por sujeitos pertencentes às classes subalternas (somados aqui os intelectuais orgânicos ligados à mesma) e através da edificação de uma nova esfera pública que, na sua ação hegemônica ou político-cultural, possa ocupar espaços, mesmo que inicialmente, na própria sociedade civil burguesa.

Argumenta ainda que a sociedade civil é vista por Gramsci do mesmo modo que é vista por Marx e, até certo ponto, por Hegel. São as relações econômicas, os conflitos sociais postos pelas contradições do movimento do capital. No entanto, como esfera heterogênea, a sociedade civil, em seu aspecto superestrutural, é o *locus* de equacionamento dos interesses desses conflitos; ou dizendo de uma outra maneira, é na sociedade civil – agora sim, composta por um conjunto de aparelhos privados de hegemonia – que esses interesses se organizam para a luta de classes.

Concordando com Del Roio, Edmundo Dias[26] aponta que a sociedade civil não é uma esfera homogênea. Por outro lado, indica que essa homogeneização é completamente inviável, devido aos organismos classistas da nossa realidade social. Para ele, a sociedade civil – concebida aqui como emanação do próprio Estado moderno – jamais pode ser vista como um campo neutro, pois ela é o próprio espaço das contradições. Ao mesmo tempo, não podemos eliminar por completo esse campo institucional ("formas de condensação" da luta de classe que se dá através do Estado e da sociedade civil e de seus aparatos institucionais), desde que colocado sob o amparo desse antagonismo no processo de politização da luta.

Complementa Dias que, para a transformação social, a hegemonia deve ser entendida justamente como a luta construída contra as formas institucionais anteriores. Deste modo, devemos recusar o economicismo e construir a democracia dos trabalhadores. Construir uma nova sociabilidade implica na eliminação das classes e desaparecimento da relação exploração-opressão. Reinventar as formas de organização/expressão das classes trabalhadoras implica construir, ainda sob a dominação capitalista, os elementos da nova sociedade.[27]

Guardando as devidas diferenças, todos estes autores apontam, até certo ponto, o vínculo entre o conceito gramsciano de sociedade civil com o de Hegel

[26] DIAS, E. F. *O Possível e o Necessário: as estratégias da esquerda.*
[27] Ibid., p. 82.

e o de Marx. Todavia, chegam, por caminhos diferentes, ao acordo de que Gramsci não torna prescindíveis as determinações da esfera do econômico nas relações sociais, como defendido pelo autor de *O Capital*. Nesse sentido, depositam na sociedade civil – entrelaçada, ou não, ao Estado e, portanto, à sociedade política – uma autonomia, um poder que cremos ser de origem puramente idealista.

De modo geral, a sociedade civil gramsciana (ou "gramscista") sempre é vista como uma esfera que possibilita a integração e organização dos cidadãos frente ao Estado, de modo a implementar "institucionalmente" uma sociedade plenamente democrática e, conseqüentemente, socialista.

Desta forma, os tipos de interpretação aqui abordados, e até mesmo a teoria gramsciana, indicam, de modo geral, a vontade política como um fator de grande determinação na transformação das relações sociais capitalistas. Ou seja, há uma autonomização, seja em maior ou em menor grau, da esfera do político em relação à esfera do econômico, sem atentar para o vínculo essencial entre as duas esferas.

Amparamo-nos aqui, para estabelecer tal proposição, no argumento aduzido por Marx[28] de que a sociedade civil são as condições materiais de existência, ou seja, ela é a própria esfera das relações econômicas e, por isso mesmo, é o solo matrizador, aquele que dá origem à totalidade social.

Marx não aponta nenhum aspecto superestrutural nesta esfera e, conseqüentemente, o Estado – e suas mediações jurídicas e políticas –, as manifestações ideológicas, enfim, a superestrutura como um todo, são momentos, cada qual com sua especificidade própria e dialeticamente configurados, e não a condição fundante das relações materiais de existência.

Nesse sentido, pensar o político de maneira autônoma e determinante, sem a sua concatenação dialética com a esfera econômica, é por princípio incompreensível. Claro que a política tem uma peculiaridade e uma importância que lhe são próprias. Não podemos então reduzi-la a um mero efeito da economia. No entanto, fazer um corte cirúrgico entre estas duas esferas – dando uma excessiva autonomia a esfera política e não a entendendo como "margem de manobra", como concebia Lukács[29], respaldado em Marx – é eli-

[28] MARX, K. Prefácio à Para Crítica da Economia Política (1859)., p. 51
[29] LUKÁCS, G. A Reprodução.

minar, por completo, sua relação dialética e a forma possível de contextualização e compreensão da reprodução da sociabilidade humana.

À guisa de conclusão, podemos dizer que essa forma de interpretar a política, que deposita nessa esfera uma racionalidade fundante, contribui para manutenção do discurso e da prática social-política mundial capitalista. Tomando como referência a vida intelectual brasileira, essa concepção, desde meados dos anos de 1970, é preponderante, seja no campo da política liberal, seja no campo da própria política dita de esquerda. Mais do que nunca devemos repensar essa questão, se quisermos efetivamente repensar o socialismo.

Bibliografia Consultada

BOBBIO, N. *O Conceito de Sociedade Civil*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado*. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DEL ROIO, M. *O Império Universal e Seus Antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo, Ícone, 1998.

DIAS, E. F. O Possível e o Necessário: As Estratégias da Esquerda. In: *Revista Outubro*, nº. 3, São Paulo, 1999.

FEDERICO, C. SAMPAIO, B. A. A Sociedade Civil em Hegel. In: *Revista Novos Rumos*, nº 4, 1986.

FREDERICO, C. *O jovem Marx (1843-44: as origens da ontologia do ser social)*. São Paulo: Cortez, 1995.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, 6ª Edição. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1988.

GRUPPI, L. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HEGEL, G. W. F. *Príncipes de la philosophie du droit*. Traductions d'André Kaan, préface de Jean Hypolite, 7e ed. Gallimard: Paris, 1949. 266 p.

LUKÁCS, G *Per l'ontologia dell'essere sociale*, prefácio e tradução de Alberto Scarponi, Vol II*, 1 ed., Roma: Riuniti, 1981.

MARX, K. L'Idéologie Allemande. *In*: *Oeuvres Philosophie*. Edition établie, présentée et annotée par Maximilien Rubel. France: Gallimard, 1982.

MARX, K. Prefácio à Para crítica da economia política (1859). In:___. *Para a crítica da economia política , do capital e o rendimento e suas fontes*. Trad. Edgar Malagodi e colaboração de José Arthur Giannotti. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NOGUEIRA, M. A. Gramsci e os desafios de uma política democrática de esquerda. In: AGGIO, A. (org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*; apresentação Leandro Konder. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

PORTELLI, H. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SEMERARO, G. *Gramsci e a Sociedade Civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SIMIONATTO, I. O Social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, A. (org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*; apresentação Leandro Konder. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

TONET, I. *Democracia ou Liberdade?* Maceió: Edufal, 1997.

ESPAÇOS E SOBERANIA NO BRASIL

Mariana Vercesi de Albuquerque
Rita de Cássia Nonato
Mário Lamas Ramalho
Christiana Galvão Ferreira de Freitas

ESPAÇO ALIENADO E SOLIDARIEDADES GEOGRÁFICAS: A REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

MARIANA VERCESI DE ALBUQUERQUE*

A instituição de Regiões Metropolitanas no Brasil reflete a forma de organização territorial do país e as ideologias de uso do território que servem como base para a realização das políticas de planejamento territorial.

A criação da Região Metropolitana de Campinas (RMC) está inserida na política do Estado brasileiro de organização e uso do território, e está vinculada aos processos de produção e reprodução capitalistas, no atual *período técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1996).

A região, nesse período, muda de conteúdo como um recorte de análise do *território usado* (SANTOS e SILVEIRA, 2001). O território usado é a questão central para a análise geográfica, pois significa a realização, a efetivação, a existência de *um conjunto indissociável de objetos e ações* — que é a própria definição de espaço geográfico, dada por Milton Santos (1996).

Não são mais os limites regionais que importam, e sim, determinados processos regionais de uso do território, que criam uma *solidariedade organizacional* (SANTOS, 1996) entre lugares contíguos no território, que por sua vez, passam a se organizar em torno desses usos. Então, a região é um subespaço funcional a determinados usos do território.

A análise desses processos de uso do território foi realizada sob a ótica da teoria geográfica elaborada por Milton Santos, como forma de afirmar a importância da elaboração de uma teoria geográfica brasileira renovada, para o avanço da compreensão do território usado brasileiro.

A região é definida a partir das características de um determinado meio geográfico, num determinado período. A formação do atual sistema técnico

* IG/UNICAMP. Monografia de conclusão do curso de Graduação em Geografia, concluída em junho de 2002. Orientadora: Maria Adélia Aparecida de Souza

planetário aprofunda a divisão internacional do trabalho, os fluxos mundiais e o poder de uso dos territórios daqueles que podem utilizar amplamente das características desse sistema — os agentes hegemônicos.

A região é um conceito geográfico que surgiu para delimitar subespaços contíguos cujos processos determinados de uso e organização do território e a existência de sistemas técnicos específicos, gerariam fluxos territoriais característicos de uma divisão territorial do trabalho delimitada nesses subespaços.

Com a passagem do meio técnico para o meio técnico-científico-informacional, a definição de limites regionais deixou de ser relevante para a análise geográfica do território usado, formou-se um sistema técnico planetário que possibilitou a conexão, a relação, a interdependência e os fluxos entre cada vez mais lugares no mundo. A região tornou-se um dado mutável que não se prende a seus limites, mas aos processos que nela se realizam.

Então, a definição e a delimitação de regiões geográficas (SANTOS e SILVEIRA, 2001) parecem ser cada vez mais impossíveis, pois os lugares — que são a base da definição de uma região — vão deixando de abrigar processos, organizações e usos do território que tenham origem e características estritamente locais e regionais. Os fluxos atuais são o resultado de uma divisão internacional do trabalho complexa, das conexões que cada lugar realiza especificamente com outros, no mundo.

A região, no atual período, é definida por uma ideologia vinculada a determinada *solidariedade organizacional* (SANTOS, 1996), que se configura no território a partir de um determinado uso. Por isso, SANTOS (1985) vai definir a região como sendo *"o locus de determinadas funções da sociedade total em um momento dado"*.

A região é definida a partir da densidade e escassez de alguns elementos no território e pela forma como esses elementos estão organizados, ou seja, a partir de suas interações funcionais para determinados usos do território. A regionalização é feita a partir de uma ideologia política, econômica ou social de uso e organização do território.

O critério utilizado para a delimitação de uma região é o de espaço homogêneo, polarizado e funcional. Mas homogêneo no sentido de igualização das condições materiais de produção, circulação, comunicação e de regulação do espaço, que seriam funcionais para a produção e reprodução do capital mundial no território.

A delimitação de regiões, tal como a Região Metropolitana de Campinas, é realizada em função de uma ideologia política do Estado brasileiro, de recortar em seu território aqueles subespaços que são densamente tecnificados e racionalmente organizados para o uso do capital hegemônico.

A institucionalização da Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi aprovada recentemente pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e sancionada pelo ex-governador Mário Covas, através da Lei Complementar nº 870, em 19 de junho de 2000. A RMC é composta por dezenove municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Segundo dados oficiais do governo do Estado de São Paulo, a RMC abrange 3.673 km² e tem 2,3 milhões de habitantes (EMPLASA, 2001).

A articulação de um conjunto de territórios, no caso de municípios, com um objetivo político (federal, estadual e municipal) comum de organização e uso desses territórios, possibilita a criação de uma região metropolitana.

A partir da década de 1980, alguns municípios da Região Administrativa de Campinas começam a se organizar em função do emergente pólo tecnológico campineiro. Mas é na década de 1990, que alguns municípios, hoje constituintes da região metropolitana, começam a se consolidar como extensões do tecnopólo. Dentre eles estão: Jaguariúna, Americana, Hortolândia, Indaiatuba, Santa Bárbara D'Oeste e Sumaré. Esses municípios passaram a receber novos e importantes investimentos nos setores de alta tecnologia, abrigando novos fixos e gerando novos fluxos no território. A partir da década de 1990, os municípios da RMC começaram a deixar de lado o ramo industrial tradicional e se modernizarem para abrigar novas atividades mais modernas vinculadas à produção de alta tecnologia e ao oferecimento de serviços mais especializados, caracterizando o processo de centrifuguismo das atividades do Tecnopólo de Campinas, pelo território regional metropolitano.

A RMC tem uma especialização produtiva em setores vinculados à alta tecnologia, como telecomunicações, equipamentos eletrônicos e de informática, química e petroquímica, alimentos, agropecuária modernizada, mecânica e automobilístico. A lógica de organização do território na Região Metropolitana de Campinas se caracteriza pela difusão e concentração das modernizações ligadas aos setores tecnológicos, e pelo aprofundamento da diversificação

e da especialização produtiva de seus municípios. Essa lógica é, por um lado, includente e, por outro, excludente, na medida em que as modernizações não chegam a todos os lugares da região, nem no mesmo tempo.

Um dado importante é a concentração em Campinas, dos principais centros de pesquisa tecnológica da região, como por exemplo, a UNICAMP, o CPqD — Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações; CIT — Fundação Centro Tecnológico para Informática. Além disso, pode-se perceber que as grandes empresas de alta tecnologia estão localizadas, principalmente, e torno das redes de circulação mais importantes da região metropolitana, e próximas à Campinas, pelo fato do município concentrar esses centros de pesquisas de tecnologia de ponta, que formam mão-de-obra especializada e realizam estudos importantes para essas empresas.

O território brasileiro vem se inserindo na divisão internacional do trabalho de forma fragmentada e acelerada. A Região Metropolitana de Campinas é um desses fragmentos que está se inserindo de forma acelerada na divisão internacional do trabalho, o que faz dela um espaço privilegiado para a reprodução capitalista, pois se torna cada vez mais especializada e funcional a ela.

A Região Administrativa de Campinas recebeu 19,4% do total de investimentos no setor tecnológico, por região administrativa, no Estado de São Paulo. Desses 19,4%, investidos na Região Administrativa de Campinas, 89,8% foram investidos apenas em alguns dos municípios hoje pertencentes à Região Metropolitana de Campinas.

Esses dados evidenciam a importância da RMC para a atração de grandes investimentos em alta tecnologia, para a consolidação e extensão do Tecnopólo campineiro e para o processo de modernização do território. Esse fato indica uma mudança na dinâmica econômica dos municípios da região, que passam a abrigar novas especializações, mais ligadas às empresas de alta tecnologia e aos serviços terciários e quaternários.

A Região Metropolitana de Campinas sempre foi um ponto estratégico no território brasileiro no que diz respeito à quantidade e qualidade dos nós das redes geográficas que ela abriga. Ela se configura como um verdadeiro "nó" de articulação territorial no país. Atualmente, os municípios da região buscam modernizar e diversificar tanto suas infra-estruturas de circulação como de comunicação, frente às demandas do mercado mundial. Isso faz dessa região um território muito competitivo na atração de investimentos, frente a outros

lugares e regiões do território brasileiro. Dessa maneira, o território brasileiro se moderniza e recebe investimentos seletivos nos lugares modernizados.

No atual período, a lógica de organização do território brasileiro está baseada na lógica de uso do território segundo o modo de produção capitalista hegemônico. As empresas têm mais poder político frente à elaboração das políticas territoriais do Estado, do que os próprios cidadãos.

O projeto que a sociedade destina ao território dá a ele uma organização e uma ideologia de uso do território como objetivo final desse projeto. A organização significa a existência de uma ordem e de um poder de uso do território. A organização vinculada a interesses externos ao lugar, a uma racionalidade hegemônica, causa uma alienação do lugar, por que sua sociedade perde o poder de regular e organizar seu território segundo sua própria racionalidade de sobrevivência. A alienação do espaço significa acabar com as bases de sobrevivência da sociedade. A criação da Região Metropolitana de Campinas revela uma organização do território que prioriza a sobrevivência do capital hegemônico em primeiro lugar e posteriormente da sociedade que ela representa. Dessa maneira, a Região Metropolitana de Campinas é resultado de uma ideologia política de organização territorial que favorece o uso corporativo do território brasileiro.

Isso revela que o território brasileiro não é planejado e organizado prioritariamente para a sobrevivência de seus cidadãos. Ele se torna alienado. Revela ainda, que a Região Metropolitana de Campinas é uma unidade territorial não verdadeiramente representativa de seus cidadãos. A institucionalização dessa região significa um recorte político do território brasileiro alienado.

Bibliografia

BRANDÃO, Carlos A e CANO, Wilson (coord.). *Diagnóstico Socioeconômico da Região Metropolitana de Campinas*, São Paulo, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - IE/ UNICAMP, 200.

CASTILLO, Ricardo, JÚNIOR, Rubens de T., ANDRADE, Júlia. *Três Dimensões da Solidariedade em Geografia*, in: Revista Experimental, ano 2, nº3, set. 1997, São Paulo, Edusp.

CATAIA, Márcio Antônio. "Território Nacional e Fronteiras Internas: a fragmentação do território brasileiro", Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2001.

EMPLASA. *Caracterização dos Municípios da Região de Campinas*, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Planejamento e Gestão, 1993.

EMPLASA. *Cenário Regional: Região de Metropolização de Campinas: Aspectos Físico-Ambientais e Sociais*, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Planejamento e Gestão, 1994.

EMPLASA. *Circulandô*: Informativo da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos, ano 5, nº25, 2002.

EMPLASA. *Estudo de Fluxos como Subsídios à Regionalização: Regiões de Metropolização de Campinas e Baixada Santista*, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Planejamento e Gestão, 1994b.

EMPLASA. *Por Dentro da Região Metropolitana de Campinas* (CD-Room), Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Planejamento e Gestão, 2001.

GARCÍA, Fernanda E. S. *Cidade e Informação: o papel organizador do City Marketing* in: Revista Experimental, ano 2, nº3, São Paulo, Edusp, set. de 1997.

ISNARD, H. *O Espaço Geográfico*, Livraria Almedina, Coimbra, 1982.

KAISER, Bernard. "A Região como Objeto de Estudo da Geografia" in: GEORGE, Pierre, *Geografia Ativa*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, USP, 1968.

LACOSTE, Yves. *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra,* Campinas, Papirus, 1993.

LOJKINE, J. *A Revolução Informacional*, São Paulo, Cortez, 1995.

NEGRI E HART, Antonio e HARDT, Michael. *Império*, Record, Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, Ana Maria Franklin. *Os Dilemas da Municipalização da Saúde no Contexto de uma Região Metropolitana: o caso de Campinas*, Tese de Doutorado, Instituto de Economia, UNICAMP, 1995.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo, 1993.

SANTOS, Antônio da Costa. *Compra e Venda de Terras e Água e um Tombamento na Primeira Sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas no Mato Grosso de Jundiaí 1732-1992*, Tese de Doutorado, USP, São Paulo.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, editora Record, Rio de Janeiro e São Paulo, 2001.

SANTOS, Milton. "Por um Novo Planejamento Urbano-Regional" in: *Novas e Velhas Legitimidades na Reestruturação do Território*, Anais do IV° Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, maio de 1991.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: razão e emoção, técnica e tempo*, São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*, São Paulo, Hucitec, 1996b.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*, São Paulo, Hucitec, 1985.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*, Nobel, São Paulo, 1998.

SANTOS, Milton. *O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise* in Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XII, n°2, p.15-25, 1999 a.

SEMEGHINI, Ulysses Cidade. "A Região Administrativa de Campinas" in: *São Paulo no Limiar do Século XXI,* Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Planejamento e Gestão, Fundação SEADE, 1992. V.08.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*, J. Zahar, Rio de Janeiro, 1993.

SOUZA, Maria Adélia A. de, SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. *Território: Globalização e Fragmentação*, ANPUR, Hucitec, São Paulo, 1996.

SOUZA, Maria Adélia A. de. *A "Explosão" Do Território: Falência Da Região?* in: Cadernos IPPUR/UFRJ, Ano VII, n°1, Abril de 1993.

SOUZA, Maria. Adélia A. de et al. (orgs.). *Metrópole e Globalização*, São Paulo, Cedesp, 1999.

SOUZA, Maria. Adélia A. de. *Conexões Geográficas: um Ensaio Metodológico* in: Boletim Paulista de Geografia n°71, 1995.

SOUZA, Maria Carolina A. F. de e GARCIA, Renato. "O Arranjo Produtivo de Indústrias de Alta Tecnologia da Região de Campinas — Estado de São Paulo — Brasil" in *Globalização e Inovação Localizadas: Experiências de Sistemas Locais no Âmbito do Mercosul e Proposições de Política de C & T*, NEIT-IE/UNICAMP, Instituto de Economia – UFRJ, 1998.

A REDIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

RITA DE CÁSSIA NONATO*

Parte-se do pressuposto de que o objeto de estudo da geografia é o espaço geográfico e este se constitui num conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Considerando o fato dos objetos serem produtos de uma elaboração social, do resultado do trabalho, e as ações serem atos executados pelos homens, devemos considerar o espaço geográfico como um quadro único que imbrica de forma indissociável, solidária e também contraditória esse sistema de objetos e sistemas de ações. Com esse princípio, a dinâmica do espaço geográfico se dá à medida que os sistemas de objetos condicionam as ações, e os sistemas de ações criam novos objetos ou se realiza sob objetos preexistentes (SANTOS, 1996).

Sinônimo de espaço geográfico é o *território usado* que designa o uso do território pelo homem para normatizar, construir e reconstruir a partir de determinadas intencionalidades. O território usado brasileiro é dividido por fronteiras internas que constituem os estados da federação. Segundo CATAIA (2001), as formas gerais para a existência de fronteiras internas são: a divisão espacial do trabalho; a aplicação seletiva do capital produtivo; a impossibilidade de se administrar o território brasileiro com uma única autoridade política; os locais de difícil acesso com certa presença populacional; a mobilidade da população; a implantação do modelo europeu de sesmarias e municípios na organização político-territorial brasileira; o desenvolvimento do capitalismo (que exigiu unidades políticas menores que o Estado Nacional); os limites e sua produção como parte das atividades humanas.

* IG/UNICAMP - rita.nonato@ige.unicamp.br. Orientador: Prof. Dr. Márcio Cataia - cataia@ige.unicamp.br

As fronteiras e limites internos do Brasil não se apresentam hoje do mesmo modo como inicialmente foram concebidos. As fronteiras internas sofreram mudanças ao longo do tempo, o que demonstra a dinâmica das divisões político-administrativas que são normativas ao poder político.

Pode-se dizer, que tão antiga quanto a divisão político-administrativa do território brasileiro é a discussão da necessidade de melhor redistribuição dessas unidades administrativas. Um exemplo disso pode ser visto na Constituinte de 1988, em que várias propostas emancipatórias foram apresentadas, sendo que apenas a proposta da criação do Tocantins, desmembrado de Goiás, foi aprovada (ANDRADE, 1998).

É da República que a ideologia nacional começa a ser difundida, com os estados federados recebendo o princípio da igualdade não importando o tamanho, a população ou a riqueza. O princípio de unidade revela-se tema central nas revoluções de 1930 e 1932, bem como na Constituição de 1946 em que os municípios ganham categoria de terceiro nível institucional, junto à União e aos estados (SANTOS, 2000a).

Analisando a proposta de redivisão territorial de BACKHEUSER (in GUERRA, 1964) verifica-se que sua maior preocupação era a instituição da eqüipotência. Isso seria obtido através de uma equivalência de áreas no campo físico, econômico e político. Uma característica importante de sua proposta é a divisão do Brasil sem atender aos atuais limites interestaduais. O que seria feito era algo totalmente novo, sem regionalismos nem disputas por representações políticas. A divisão é baseada nos paralelos e meridianos, e fatia precisamente o país em 64 unidades fundamentais agrupadas em 16 estados e 6 territórios. RODRIGUES (1947) considerava tal proposta a mais sensata e de base mais sólida, principalmente por enfrentar eficientemente os regionalismos.

Outra proposta é a de FREITAS (in GUERRA, 1964) que se baseava na equivalência de áreas. Para este, desta forma se estaria dando equivalência de possibilidades econômicas a todas as unidades do sistema. Uma diferença desta proposta para a de BACKHEUSER é que FREITAS manteve algumas fronteiras intactas. Nesta, o Brasil ficaria dividido em 19 estados, 10 territórios federais e um distrito federal, que se localizaria, de início, nas proximidades de Belo Horizonte.

A preocupação com a redivisão territorial brasileira, tanto por parte dessas propostas citadas quanto por outras, podem estar relacionadas a aspectos geopolíticos de Estados com extensas áreas, como MEIRA MATOS (1952) discute. Para esse autor, grandes extensões dão características positivas e negativas ao Estado. No caso do Brasil, a área ocupada propicia melhores investimentos em sua potencialidade física e também garante possibilidades econômicas. Porém, a grande extensão pode facilitar a ação de "forças centrífugas" que provocariam o esfalecimento político em zonas extremas, incitadas por interesses de "fora" e problemas na fronteira. O Brasil entretanto, como adverte MEIRA MATOS (1952), não possui grandes disparidades culturais, raciais ou espirituais e como não possui centros irradiadores de interesses externos em suas fronteiras faz com que fique atenuado o perigo do centrifugismo.

Após a Segunda Guerra Mundial a preocupação para assegurar a unificação do território e do mercado é nítida e uma nova dinâmica se apresenta ao Brasil através da intensificação de frentes pioneiras para ocupar áreas "despovoadas", e também através da intensificação de fluxos de nordestinos para o sudeste e de sulistas para a Amazônia. Nesse contexto, as distâncias são encurtadas, as práticas sociais mudadas e a urbanização é interiorizada. Com a mudança da capital federal para o Planalto Central, novas instituições federais são criadas para acelerar o crescimento de algumas regiões e nesse contexto produz-se um novo federalismo (SANTOS, 2000a). Nessa época foi criado o maior número de municípios da história do Brasil, fazendo com que a divisão estadual ficasse arrefecida pela criação desses novos municípios (CATAIA, 2001).

Atualmente a redivisão do território brasileiro é discutida através de 16 propostas de criação de novos estados e territórios federais que tramitam no Congresso Nacional. O Rio Grande do Sul é um exemplo de estado que possui uma proposta de redivisão. Essa proposta foi encaminhada por Caio Riela (PTB) e este justifica que a região a ser desmembrada apresenta pequena densidade populacional, economia estagnada, poucas estradas estaduais, além de receber pouco investimento do estado. Para Caio Riela, há grandes diferenças entre a parte norte do RS e a parte sul do RS: a alocação de recursos para investimento são tomadas quase sempre com base em critérios de natureza política, que privilegiam a região metropolitana em detrimento do

desenvolvimento harmônico do estado como um todo. Com a criação do novo estado a parte sul do RS teria representação política – governador, senadores, deputados e Assembléia Legislativa - o que garantiria a busca de melhores condições de vida para a população do sul do RS.

Há outras propostas de criação de novos estados como a criação do estado do Araguaia (Mato Grosso) e do estado do Tapajós (Pará). Essas propostas foram encaminhadas pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL –RR) alegando que a grande extensão territorial destes estados impede seu desenvolvimento e aumenta as desigualdades. O senador argumenta que o poder público não abrange toda a extensão do estado do Mato Grosso e do estado do Pará não atingindo a prestação adequada dos serviços públicos. Para o senador esses estados são grandes *latifúndios improdutivos* e a fragmentação que propõe traria desenvolvimento a todos os municípios envolvidos no processo.

Há quem argumente que a criação de novos territórios seria melhor alternativa do que se criar novos estados. No caso do estado do Amazonas, há três propostas de criação de territórios federais pois, para este estado, é alegada que sua baixa densidade demográfica e econômica das regiões pretendidas para a fragmentação não lhes dá condição de autonomia financeira num futuro previsível, sendo que essas regiões ficariam com total dependência da União.

Tomando a criação do estado do Tocantins como exemplo, vê-se que sua criação começa 1981 quando um grupo de profissionais liberais da região do Tocantins decidiu diagnosticar o potencial político e econômico da região criando a Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano-CONORTE. Essa comissão, além de estudar o potencial da região procurava "conscientizar" a população local sobre a importância da criação do estado do Tocantins, formulando assim, um diagnóstico positivo sobre a capacidade de autogestão da região e da sua identidade sócio-cultural. Cabe ressaltar que a CONORTE procurava atender, de um lado, os interesses da elite agrária local que viam no separatismo o modo de ampliar sua participação no cenário da política nacional, e de outro lado, procurava atender interesses da população urbana que tinha a perspectiva de desenvolver o setor terciário na região, ampliando o comércio e os serviços governamentais. Uma das características da CONORTE foi que ela não levou em conta os conflitos sociais ocorridos no norte da região nem o impacto dos investimentos do governo federal no âmbito local (OLIVEIRA, 1998).

A questão da redivisão territorial política ganha, portanto, novos aspectos na atualidade. Com a inserção do Brasil na era da globalização, produz-se uma fragmentação social e territorial e parte do papel da regulação política do território é dada ao mercado global, o que causa crise a todos os níveis de governabilidade – municipal, estadual, nacional (SANTOS, 2000a). Vê-se claramente um Brasil aberto às modernidades trazidas do exterior, adotando seus modos de fazer, de ser e de pensar sem ao menos refletir se isso é adequado ou não ao Brasil.

Com isso uma nova *psicosfera* (SANTOS, 1996) – que se constitui nos ideais, costumes, crenças e na produção de um sentido próprio da sociedade – está sendo gestada, acompanhando os aspectos da modernidade que condiciona novos comportamentos. Essa atual política se sobrepõe à idéia do nacional brasileiro, passando a aceitar todos os fatores da globalização em favor da modernidade que se porta como um dogma indiscutível (SANTOS, 2000b). As atuais políticas públicas que seguem esse modelo, não respondem ao cerne dos problemas. Estas, ao invés de ir a favor da expansão de sistemas que beneficiem o país como um todo, pregam campanhas imediatistas como forma de grande investimento não atingindo a raiz da questão (SANTOS, 2000c).

Esses e outros tantos exemplos de ação da política brasileira leva a geração de mais desigualdade e maiores disparidades territoriais, que são justamente o motor de novas fragmentações. A globalização que tem como *leitmotiv* idéias "homogeinizadoras" (SANTOS, 2000d), se incorpora à política brasileira carregando dupla mensagem, ou seja, de um lado expõe ideais de igualdade e benefícios para todas as nações, mas, por outro lado, deixa oculto o caráter perverso da globalização que possui como finalidade o mercado global (SANTOS, 1996). Porém, esta segunda mensagem é tão escondida que se faz ausente perante a opinião da maioria. Seus efeitos são renomeados a outros quaisquer aspectos, mas nunca à globalização, que, ironicamente se mostra como o milagre para a modernização e conseqüente solução dos problemas.

As conseqüências desse processo são desastrosas e analisando do ponto de vista do território isso se constitui num problema que tem alto preço, que é a perda da soberania nacional e autonomias regionais e locais. O território é em si soberano do ponto de vista normativo - ele incorpora normas e ao mesmo tempo é uma norma. Porém com a importação de políticas econômicas e

sociais, o território passa a não exercer sua soberania em detrimento de agentes externos que passam a cumprir essa função.

> *"Foi assim, que a nação, tornada indefesa por suas próprias mãos, tornou-se uma presa fácil para tudo o que foi sugerido de fora, sem outra consideração que a obediência a esse credo"* (SANTOS, 2000d).

Pode-se dizer que até aproximadamente a Segunda Guerra Mundial os lugares e regiões possuíam uma certa autonomia frente às ações verticais. Tal fato ocorria pois não havia uma integração física do território, o que dava uma certa autonomia aos lugares, principalmente aos lugares "mais distantes" dos centros de poder. No entanto, a tendência atual é que os lugares se unam verticalmente, porém, tal tendência não tira a possibilidade da união dos lugares horizontalmente podendo ser criado normas locais e regionais que afetem as normas nacionais e globais (SANTOS, 1996).

No entanto, estando o poder político ancorado normativamente ao Federalismo - sistema de governo adotado pelo Brasil - este possui a característica de fornecer certos poderes aos estados que constituem o território nacional. Dentre os poderes incluem-se por exemplo, um governo regional com o direito de legislar sobre assuntos que não transgridam a lei federal e a autoridade sobre o domínio público interno. Entretanto, por princípio, o governo federal é quem detém o poder de legislação sobre qualquer lugar do território, além de possuir instrumentos legais que podem organizar ou desorganizar a vida de relações de todo território. Nesse sistema de governo, os assuntos de importância nacional como por exemplo, o cumprimento da lei constitucional e federal e a regulação da moeda, ficam reservados à autoridade central (CARMAGNANI, 1993).

Outra característica do federalismo brasileiro é a representatividade dos estados frente à União. Todos os estados possuem igual representatividade (3 senadores por estado), ou seja, perante a lei (a constituição brasileira) todos são "iguais". Além dessa característica do *território normado*, deve-se atentar para a característica latente do *território como norma* que condiciona as ações que nele são executadas.

Um exemplo do *território como norma* pode ser visto na análise do território paulista. As características presentes nesse território, como por exemplo, a grande densidade rodoviária, densos fluxos aéreos, elevada densidade po-

pulacional e modernos centros de pesquisa, atraem e condicionam ações de empresas a se instalarem nesse estado. Outro estado pode tentar obter esse grau de atração através de algumas medidas fiscais ou tributárias, mas não chegará a ter a organização territorial que existe em alguns lugares do estado de São Paulo, pois:

> *"o poder, antes de se difundir e antes de se esgotar, se cristaliza num lugar, em lugares que com freqüência ele marca profundamente, às vezes até de uma forma indelével"* (RAFFESTIN 1993: 196).

A característica de *território como norma* revela a desigualdade que há entre os estados, o que gera insatisfação generalizada. Os estados mais pobres julgam ser explorados pelos mais ricos e reclamam mais recursos federais, enquanto os estados mais ricos julgam excessiva a transferência de recursos federais aos estados mais pobres (CARVALHO, 1996).

O que esta pesquisa pode concluir até o momento é que as propostas de redivisão do território brasileiro revelam a busca de expressão política e territorial por parte de interesses locais propondo um rearranjo espacial do poder – todo poder político-institucional ancora-se no território. As propostas evidenciam a crise da federação colocando em questão um novo pacto territorial, resultado da incapacidade, em parte, do governo federal regular a totalidade do território brasileiro.

Bibliografia

ANDRADE, M. C. de (1998) "As Raízes do separatismo no Brasil". São Paulo, UNESP/EDUSC.

CARMAGNANI,M. (1993) "Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina". México, série Estudios.

CATAIA, M. A. (2001) "Território Nacional e Fronteiras Internas. A Fragmentação do Território Brasileiro", Tese de doutorado do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofa, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo – USP.

CARVALHO, J.M (1996) *El federalismo brasileño: perspectiva histórica* in CHAVEZ, A.H. "Hacia um nuevo Federalismo?" , Fideicomiso Historia de las Américas, serie Estúdios.

GUERRA, A. T., GUERRA, A.L.T. (1964) "Subsídios para uma nova divisão política do Brasil" *in Boletim Geográfico* ano XXII- Jan. Fev, n. 178, Rio de Janeiro.

MEIRA MATOS, C. (1952) de "Aspectos Geopolíticos de nosso Território" *in Boletim Geográfico,* ano X, n. 106, jan-fev.

OLIVEIRA, R.(1998) "O movimento separatista do Tocantins e CONORTE (1981-1988)". Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

RAFFESTIN, C. (1993) "Por uma geografia do poder". Editora Ática.

SANTOS, M., SILVEIRA, M.L. (2001) "O Brasil- território e sociedade no início do século XXI". Rio de Janeiro, editora Record.

SANTOS, M. (1996) "A Natureza do Espaço – técnica e tempo, razão e emoção". São Paulo, editora Hucitec.

_____ (2000a) *O povo brasileiro: como nós podemos ser-* A Tarde 18 de abril.

_____ (2000b) *Por um modelo brasileiro de modernidade-* Correio Braziliense 15, outubro.

_____ (2000c) *Ideologias empíricas e engodo universal* – Correio Brazileiense 20, agosto.

_____(2000d) *O Brasil da Globalização* – Correio Braziliense 10, dezembro.

_____ (2000e) *Por uma nova Federação* – Correio Braziliense 16, julho.

GEOGRAFIAS DA DESIGUALDADE. O USO AGRÍCOLA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

MÁRIO LAMAS RAMALHO*

Neste período técnico-científico e informacional, novas são as dinâmicas do espaço e, sendo assim, precisam ser novas as formas de interpretação da realidade, o que exige uma evolução do pensamento geográfico.

Temos hoje a técnica, a ciência e a informação como elementos que, agregados ao território, determinam seu uso. A heterogeneidade do espaço e os novos imperativos do mercado, tornado unificado, influenciam para que as ações se concretizem de forma seletiva e hierárquica, acentuando as desigualdades geográficas.

A técnica é a reforma que o homem impõe à natureza e depois aos meios geográficos, em vista da satisfação de suas necessidades, de seu desejo de estar bem no mundo – conceitos estes de ORTEGA Y GASSET. Considera-se a Técnica mais do que simples materialidade, sendo tanto um instrumento quanto uma organização, uma norma.

Sendo o mundo do homem desde sempre técnico é impraticável, geograficamente, pensar a técnica dissociada da vida humana. Não se trata, portanto, de estudá-la por si mesma – como materialidades isoladas na configuração territorial, modo este que interessa minoritariamente ao geógrafo, sob a pena de esvaziar daquela todo o seu significado e importância social. É preciso considerá-la sempre relativizada com o *projeto* que lhe deu origem. Aí reside a força do conceito de Território Usado, proposto por Milton Santos, ao lembrar que usado, o território é humano, podendo assim comportar uma dialética. Outra vantagem é dar corpo a abstração maior, o Espaço Geográfico, empiricizando diretamente a sociedade que o anima. O território é um "*conjunto*

* Bacharel em Geografia pelo Instituto de Geociências/UNICAMP.

de sistemas naturais mais os acréscimos históricos materiais [e políticos] impostos pelos homens" (SANTOS, 2002). É, nos dizeres de RAFFESTIN (1993), *"onde se projeta um trabalho, seja energia e informação e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder"*. É nele e com ele que se dá o embate político, determinante de sua organização, seu uso e sua regulação.

Por sua vez, temos que o território pode oferecer, ao mesmo tempo, possibilidades e obstáculos, facilidades e dificuldades quanto ao seu uso, relativizados em função da técnica e do projeto social. O território é assim, ele mesmo, uma norma.

Presenciamos hoje a preparação de espaços específicos para atender os imperativos de uma produção destinada, eminentemente, para a acumulação e reprodução do capital. Esta é a atual característica da tecnificação do território, ampliando neste os acréscimos de técnica, ciência e informação, equipando-o com novas materialidades e normatizações. Os territórios assim se requalificam e as paisagens se complexizam, atendendo aos interesses de agentes hegemônicos, sendo incorporados, quando atingidos pela flecha do novo tempo, aos novos ditames mundiais, como por exemplo a mais-valia como motor único, a competitividade e a fluidez. Deriva-se a implantação de sistemas técnicos caracterizados por uma enorme carga de racionalidade e artificialidade, além de uma rápida, extensa e seletiva difusão geográfica.

A mecanização que antes tangia apenas a produção – e que se intensifica, vide o acréscimo de implementos na agricultura – é agora incorporada à circulação e ao território, com sistemas de engenharia mais densos e modernos. Porém, uma vez que os sistemas técnicos mais especializados apresentam um alto custo de desenvolvimento e implantação, estes acabam sendo instalados onde há garantias de maior eficácia e viabilização econômica. O território acolhe o novo não como um todo, mas sim pontualmente.

Nota-se assim a disponibilização de novos territórios com a ampliação das redes de circulação e comunicação, configurando novos *circuitos espaciais da produção* (SANTOS, 1988), frutos da possibilidade de se unificar verticalmente os lugares e circular de forma mais extensa a produção. Este é o caso por exemplo do Centro-Oeste, cujo uso agrícola do território já começa altamente moderno e especializado. Aliás, os espaços agrícolas são extremamente suscetíveis à aceitação do capital tecnológico, uma vez que possuem uma quantidade pequena de pedaços de tempo materializados (ELIAS, 1986),

permitindo uma rápida difusão do capital novo e podendo responder rapidamente aos seus interesses.

Podendo agora se separarem, o controle da parcela técnica da produção seria espalhado seletivamente, vindo a ser unificado pelo controle político hegemônico (SANTOS, 1996). Se antes os lugares eram unidos por relações eminentemente de proximidade espacial/contiguidade, hoje é possível atingir verticalmente os lugares, estabelecendo relações que se pautam em uma *solidariedade organizacional*. Além da *Região*, falaría-se de *Conexões Geográficas* (SOUZA, 1995)?

É dada agora a possibilidade técnica e política de uma tele-ação, fazendo com que a sinergia dos lugares passe a depender não apenas de fatores locais ou regionais. Talvez seja possível aqui falar de *espaços alienados*, no sentido dado por ISNARD (1982: 55), para o qual se trataria de *"regiões que devem ao exterior, não só a sua criação e a sua integração no mercado mundial, mas ainda a sobrevivência da sua organização, enfim regiões cuja população indígena [população local] jamais controla, e que até os próprios poderes públicos dificilmente controlam"*. CATAIA (2001) aprofunda a discussão e propõe em sua tese o conceito de *territórios alienados* lembrando assim d*aqueles municípios que preparam seu chão com obras de engenharia e normas, recebem investimentos empresariais e tornaram-se reféns das políticas empresariais"*.

Como os objetos técnicos carregam uma pré-determinação racional em sua constituição e forma, notamos que eles concretizam uma ordem. Mas, a questão é que esta é cada vez mais alheia aos interesses do lugar em que se efetivam, dando origem a uma produção igualmente alheia. Podemos citar como exemplo disso as grandes culturas de exportação como a soja no cerrado brasileiro, ou mesmo a laranja no estado de São Paulo. No Brasil, no ano de 2000, das 10 maiores empresas privadas do setor de alimentos (por vendas) apenas 2 possuíam controle acionário brasileiro (Revista EXAME, Maiores e Melhores-2001).

Integrando estes novos elementos, temos a possibilidade de uma *ampliação da área de produção* e uma *diminuição da arena da produção* – isto é, expande-se, quantitativa e qualitativamente a circulação e o consumo no território, enquanto que o processo direto da produção é cada vez mais concentrado (SANTOS, 1994). Isso também ocorre na produção agrícola, agora dotada de enorme racionalidade produtiva, pautada em objetos técnicos, apontando para uma *"especialização funcional dos lugares"* (SANTOS, 1996) e conse-

quente aumento da complementaridade e dos fluxos. Se em 1988 o Brasil colhia 71,5 Mt de grãos plantadas em 42,8 Mha, em 1999 a produção sobe para 83,6 Mt e a área plantada diminui para 36Mha (Folha de S. Paulo, 06/03/2000). Lembra entretanto GOTTDIENER que mesmo especializando-se em tarefas particulares, as compartimentações do espaço são integradas pelo sistema global do capital (apud. Cataia, 2001: 211).

Todos esses elementos conjugam-se no uso agrícola do território! A agricultura brasileira é chamada a se reorganizar, sob os novos imperativos da globalização e do mercado (tornado global), graças às possibilidades do período histórico atual. Surgem então novos fatores característicos desta agricultura moderna. São eles: uma ampliação dos fluxos de informação, vide as relações de previsão de safras e especulação nas bolsas de mercadorias e futuro; um novo calendário agrícola, com maior número de safras ou mesmo plantios de entressafra; maior necessidade de capital aplicado à produção e em todas as relações, criando uma creditização do território e um alto grau do capital em fixos e fluxos; destaque e privilégio para as culturas de agronegócio e exportáveis; possibilidade de correção de solos, difundindo-se o uso racional de insumos modernos; aumento do uso de sementes novas ou "melhoradas" geneticamente; por fim, quem detém a "energia" não mais domina a "informação" no trabalho agrícola, havendo substituição de camponeses por técnicos especializados.

O campo agora é modernizado, na medida em que recebe um conteúdo novo de técnica, ciência e informação. O uso agrícola do território é assim integrado à outras atividades produtivas, funcionando muitas vezes sob uma lógica industrial; pode-se exemplificar este fato com a constituição, após 1975, dos Complexos Agroindustriais, remetendo ao domínio do capital industrial e financeiro e ao sistema global de acumulação, inclusive com o Estado sendo o elemento aglutinador (KAGEYAMA, 1990).

Há hoje no campo uma racionalidade que não existia; anteriormente plantava-se onde a terra permitia, hoje planta-se onde e como convém (economicamente). Aprofunda-se na agricultura uma racionalidade capitalista, que passa a articular os lugares e as respectivas produções.

Muda-se a composição técnica e orgânica do território agrícola com a criação, adoção e difusão de objetos técnicos e infra-estruturas aliados à biotecnologia, à química, à informática e à eletrônica (SANTOS, 1994). – o espaço é invocado à instrumentalizar-se e aumenta-se vertigionosamente a capacidade produtiva.

O território brasileiro vem incorporando muito dos elementos desta revolução agrícola, porém de forma dirigida, mais intensamente, às culturas de exportação, atrelada aos interesses de uma divisão internacional do trabalho. Um exemplo desta seletividade pode ser encontrado na produção, via irrigação de alta tecnologia, de frutas de mesa para exportação no Nordeste, como melão, manga e uva, nas cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Destaca-se o fato de em uma *área epidêmica de fome* (CASTRO, 2001) se desenvolver uma tecnologia de ponta para produtos alimentares de exportação – um paradoxo do ponto de vista social – desenvolvimento que por sua vez começou com investimentos realizados pelo Estado, via Codevasf.

Apenas como apontamento, entre 1970 e 2000 as produções de Arroz e Feijão crescem 2 vezes enquanto que as de Cana-de-Açúcar 5 vezes e a de Soja 17 vezes (IBGE). Enquanto culturas tradicionais da mesa do brasileiro apresentam um ganho de produção/produtividade discreto, o oposto ocorre com as de agronegócio e exportação, as quais receberam de forma mais intensa a modernização do campo.

A produção de alimentos reflete os interesses, públicos e privados, em produzir os cultivos que mais efetivamente atendam a uma demanda do mercado, desvalorizando as culturas alimentares básicas tradicionais. O próprio território é produzido e produtivo para a viabilização desta tendência.

Nessa nova agricultura, tecnificada, os alimentos são agora mercadorias, produzidos menos para atender as demandas sociais do que as da economia globalizada. Os espaços privilegiados são os que podem responder de forma mais eficaz a reprodução do capital, constituindo um processo modernizador altamente seletivo.

O território brasileiro se atualiza e serve, política e tecnicamente, aos interesses hegemônicos e ao Capital, não sendo mais usado para e pela população como um todo; as relações sociais acabam sendo tecnicizadas e a política das empresas, baseada em lógicas monetárias, acaba balizando as políticas governamentais, com conseqüências espaciais desastrosas e desnecessárias do ponto de vista da coletividade. Tem-se assim que o progresso político não acompanha o ritmo do desenvolvimento técnico e econômico, com o projeto de uma minoria sendo imposto ao conjunto da sociedade, pautando-se nos imperativos da globalização econômica, os quais têm a técnica como suporte. A sociedade acaba ficando à mercê do espaço, diante do uso cada vez mais corporativo do território.

Por fim, queremos lembrar que esse não é um caminho sem volta. As possibilidades técnicas estão aí, já são dadas - seu futuro depende do modo como serão aproveitadas pela Política. Por fim, lembremos as palavras de Milton Santos (1996b), que chamam a atenção para o fato de que

> *"além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o Brasil Profundo, espaço de todos, todo o espaço. /.../ Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades [entre os homens] que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade".*

Bibliografia

CASTRO, J. de, 2001, *Geografia da Fome*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 14ª ed.

CATAIA, M., 2001, *Território Nacional e Fronteiras Internas – a fragmentação do território brasileiro*, Tese de doutoramento, Departamento de Geografia – FFLCH/USP, São Paulo.

ELIAS, D., 1996, *Meio Técnico-Científico e Informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto*, Tese de doutoramento, Departamento de Geografia – FFLCH/USP, São Paulo.

ISNARD, H., 1982, *O Espaço Geográfico*, Livraria Almedina, Coimbra.

KAGEYAMA, A. (coord.), 1990, *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*, IPEA, Brasília.

RAFFESTIN, C., 1993, *Por uma Geografia do Poder*, Editora Ática, São Paulo.

SANTOS, M., 1988, *Metamorfoses do espaço habitado*, Ed. Hucitec, São Paulo.

SANTOS, M., 1994, *A Urbanização Brasileira*, Ed. Hucitec, São Paulo.

SANTOS, M., 1996, *A Natureza do Espaço*, Ed. Hucitec, São Paulo.

SANTOS, M., 1996b (1994), *O retorno do Território* in: SOUZA, M.A.A. de, "Território: Globalização e Fragmentação", Ed. Hucitec, São Paulo.

SANTOS, M., 2002, *O país distorcido*, Publifolha, São Paulo.

SOUZA, M. A. A. de, 1995, *Conexões Geográficas: um ensaio metodológico*, Boletim Paulista de Geografia, no 71.

NEGROS

Marcelo Leolino da Silva
Wilson Rogério Penteado Jr.
Renilson Rosa Ribeiro

A VISÃO DO MNU SOBRE A HISTÓRIA DOS NEGROS E AS IMPLICAÇÕES DESTA SOBRE A IDENTIDADE ÉTNICA

MARCELO LEOLINO DA SILVA*

Movimento negro e bibliografia**

A pergunta que norteou esta discussão bibliográfica foi como os autores trabalharam os movimentos negros reivindicatórios pós-abolição. Esses autores descrevem e analisam as condições sociais nas quais surgiram esses movimentos, suas atuações e perspectivas de agentes transformadores da realidade. Selecionei seis autores fundamentais para a discussão bibliográfica, passando por Florestan Fernandes e Roger Bastide que começaram a estudar o tema na década de 1940, financiados pela UNESCO. Eles tornaram-se leituras indispensáveis e referenciais para os autores subseqüentes. O trabalho de Clovis Moura da década de 1980, *Brasil: raízes do protesto negro,* que representa a linha de pesquisadores militantes. Depois, Mirian Lourdes Ferrara com *Imprensa Negra Paulista*, o qual apresenta uma coleta e análise mais sistemática da Imprensa Negra. Em seguida a Maria Ercília do Nascimento em "A estratégia da desigualdade: o movimento negro dos anos 70" de 1989 é uma das primeiras a estudar o movimento negro contemporâneo; a autora discute a dinâmica de constituição do movimento negro do final da Ditadura Militar. Por fim, o livro de George Reid Andrews parte de uma revisão da historiografia sobre "relações raciais" pós-emancipação no Brasil para construir a sua narrativa da condição do negro no pós-abolição.

---

* Graduando em Bacharelado e Licenciatura. IFCH/UNICAMP. Orientadora: Profa Dra Celia Maria Marinho do Azevedo. Agência financiadora: FAPESP.

** Este texto é um capítulo do projeto de iniciação científica.

Para Florestan Fernandes os movimentos negros das décadas de 1920 a 1960 do estado de São Paulo objetivavam a modernização das "relações raciais" herdadas do *antigo regime* que estavam em contradição com a sociedade moderna capitalista, ou seja, os movimentos negros reivindicatórios lutaram pelo desmascaramento da ideologia racial dominante, e pela instalação da ordem social competitiva condizente com a sociedade moderna. Assim, para o autor, as reminiscências das "relações raciais" arcaicas do *antigo regime* trasziam perigos inerentes à estabilidade da nova ordem social competitiva instalada com o advento da República e a consolidação do sistema capitalista. Portanto, os movimentos negros do período procuravam completar o processo de modernização não só de São Paulo, mas do Brasil.[1]

A estrutura social por volta de 1915, apontada pelo autor, permitiu a gênese de uma organização negra com os primeiros jornais do "meio negro". As transformações ocorridas com a modernização da sociedade, o surgimento de movimentos sociais, um recuo nas formas de repressão arcaicas do *antigo regime,* etc. criaram o novo ambiente social, possibilitando que os negros começassem a sair do estado de "anomia social" através de uma "organização larval". Esses alargaram seu horizonte cultural, adquiriram capacidade para entender a realidade racial brasileira. Na década de 1930, a fase inicial deu lugar a uma atitude reivindicatória com a criação da Frente Negra Brasileira.[2] As entidades negras transformaram a condição psicossocial do negro – sendo esta, segundo o autor, sua maior conquista – e tendo assim, autonomia intelectual e criando uma subcultura particular. Neste momento surgiram também lideres carismáticos que poderiam organizar e potencializar os inconformismos e direcionar a ação dos "homens de cor". Esses dois fatores aliados às transformações sociais já apontadas criaram as condições para os negros se organizarem e exigirem dos brancos um tratamento igual.[3]

As décadas de 1920 e 1930 viram surgir e desaparecer várias entidades negras por motivos diversos. Florestan Fernandes analisou o caso da Frente Negra Brasileira, pois era a mais significativa organização de "homens de cor" do período. Ela foi criada em São Paulo em 1931 e fechado em 1937 por

[1] F. FERNANDES, *A integração do negro na sociedade de classe*, São Paulo, Ática, 1978. pp. 10-2.
[2] Ibid. p. 46.
[3] Ibid. p.32.

Getúlio Vargas. Ela objetivou reunir forças para reivindicar uma abertura ampla e irrestrita da sociedade democrática aos negros. Florestan Fernandes caracterizou a Frente como de cunho integracionista, propensa a teorias fascistas, reivindicatória e, ainda, como vanguarda puritana liberal que propunha a reeducação dos negros para ingressar na sociedade de classes. No entanto, Florestan faz uma ressalva: este grupo não era maioria, mas sim uma minoria politizada.[4] O movimento negro reivindicatório do período fracassou, pois não realizou seu objetivo de integrar os negros à "sociedade inclusiva".[5] Fernandes afirma que, tendo em vista as táticas de combate ao "preconceito de cor",[6] seria necessário que os brancos e a elite branca se solidarizassem e promovessem a abertura dos setores econômicos, sociais e políticos. Na verdade os brancos se mantiveram indiferentes, enquanto a elite branca atuou, deliberadamente, para que os esforços dos líderes negros malograssem. Já os negros e "mulatos" identificados com o universo branco viam suas conquistas ameaçadas, temendo uma reação intolerante por parte dos brancos, em vista das agitações provocadas pelas pessoas inconformadas com a realidade racial brasileira.

A imprensa negra das décadas 1910 a 1940 é o objeto de estudo de Roger Bastide. O objetivo do autor é compreender a "mentalidade de uma Raça"[7] revelada nos seus jornais e revistas. Bastide aponta o caráter de unidade temática da imprensa negra. Assim, o autor divide a imprensa em dois períodos: de 1915 a 1925, é o primeiro período com nove jornais mais expressivos; neste momento, cerca de trinta a sessenta por cento das matérias dos jornais eram destinadas às informações sobre bailes, festas, aniversários, ou seja, composto por colunas sociais, revelando a busca, por parte do grupo, de uma ascensão social de classe e de uma identificação cultural com o mundo branco civilizado. Das influências do período para o surgimento da imprensa, o autor destaca a disseminação das idéias de democracia, liberdade, igualdade, a consolidação da República e um esforço de ampliar a educação pública.[8]

[4] Ibid. p. 66.
[5] Ibid. p. 10.
[6] Ibid. p. 37. Segundo Fernandes essa expressão é usada pelos militantes para se referir à junção do significado de duas expressões: "preconceito" & "discriminação racial."
[7] R. BASTIDE, *Estudo Afro-brasileiros*, São Paulo, USP, 1946. p.51.
[8] R. BASTIDE, *Estudo Afro-brasileiros*. p. 52.

O segundo período de 1930 a 1937 contava com cinco jornais, entre eles a *Voz da Raça*, publicação da Frente Negra Brasileira. O que caracteriza esse período é o cunho reivindicatório dos jornais aliados às organizações de protesto. Bastide observou nos documentos o auto-retrato do negro. Para o autor, na construção deste auto-retrato do negro, fica evidente que existe o preconceito, independente de outras questões, como representação coletiva do negro em que se evidenciava o sentimento de inferioridade racial.[9] O papel da imprensa negra era quebrar esse sentimento de inferioridade e estimular os negros a competir com os brancos. Desta forma, a imprensa negra usou como tática a reeducação e a valorização da imagem do negro.[10]

Clovis Moura interpreta um vasto leque de grupos específicos negros; estes, segundo ele, procuraram um retorno às origens étnicas e ressignificaram uma *marca* que a sociedade capitalista lhes impôs, transformando-a em algo positivo e organizando-se em torno dela. Esses grupos específicos negros seriam movimentos de resistência à marginalização, lutando pela sobrevivência biológica do grupo. São também, segundo o autor, o *locus* da resistência cultural afro-brasileira. Ele afirma, ainda, que existe um *espírito associativo do negro* brasileiro[11]. Isso explica a formação de laços de solidariedade e a conseqüente formação de grupos específicos negros.[12]

A imprensa negra é, para Moura, a primeira realização do movimento específico negro pós-abolição. Ela surge para suprir uma necessidade de comunicação dos negros, que não poderia ser feita pela imprensa comercial ou imprensa branca. Inicialmente, na década de 1910, a imprensa negra é mais um órgão de divulgação de bailes festas, etc., somente no final da década de 1920 começam a aparecer os jornais reivindicatórios.[13] A imprensa negra deflagrou a Frente Negra Brasileira em 1931 que chegou a contar com setenta mil associados. A ideologia da Frente é colocada como confusa e definida como uma filosofia educacional pelo autor, assim, a Frente Negra Brasileira buscou dar orientação moral aos negros. As intenções da entidade, que na época era um

---

[9] Ibid. p. 70.
[10] Ibid. p. 60.
[11] C. MOURA, *Brasil: raízes do protesto negro*, São Paulo, Global, 1983. p. 47. O autor atribui essa expressão, adotada por ele, a Artur Ramos.
[12] Ibid. p. 47
[13] Ibid. p. 55.

partido político, são interrompidas pelo Estado Novo em 1937 com seu fechamento. Juntamente com a Frente Negra Brasileira, as outras associações também se extinguiram, reaparecendo no final do *período getulino*.[14]

Somente na década de 1950 ressurge o movimento específico negro de forma significativa, a Associação Cultural do Negro e o Teatro Experimental do Negro, mas por falta de estrutura, como vários outros grupos de atuação social, extinguem-se rapidamente. Esses grupos buscavam educar e preparar o negro culturalmente. O movimento negro sai de circulação durante os anos mais violentos da Ditadura Militar. Somente no final da década de 1970 é quebrado o silêncio do movimento negro reivindicatório de forma expressiva. Isso foi possível graças à crise da Ditadura Militar, à redemocratização do país e as influências externas como: luta dos negros nos EUA e na África. Moura destaca que em 1978 surge o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (hoje, Movimento Negro Unificado), que se projetará nacionalmente. A união das organizações do eixo Rio-São Paulo deu origem a esse movimento. O marco de fundação foi a passeata realizada em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, denunciando o racismo no Brasil. O MNU caracteriza-se como movimento de protesto e denúncia do racismo, pela luta contra todo tipo de opressão, pela emancipação do negro. Assim, segundo Moura, este grupo é um marco no novo modelo de organização ideológica do negro, estabelecendo não só laços de solidariedade entre grupos, como entre regiões.

A autora Miriam Nicolau Ferrara descreve os jornais negros publicados num espaço de quarenta e oito anos (1915 a 1963) traçando o seu quadro histórico em *A imprensa Negra Paulista*. A autora parte do "pressuposto de que se trata de uma imprensa de integração do negro".[15] Os organizadores eram pequenos grupos de baixa renda, em geral do Estado de São Paulo, influenciados pelas idéias do panafricanismo e negritude.[16] A imprensa negra visava informar negros sobre acontecimentos do "meio negro", logo, não destinava espaço em suas colunas para questões nacionais e internacionais. Os jornais tinham, ainda, como "função socializar, integrar e controlar o grupo negro".[17]

[14] Ibid. pp. 48-57.
[15] M. L. FERRARA, *A imprensa negra paulista (1915-1963)*, São Paulo, FFLCH/USP, 1986. p. 40.
[16] Ibid. p. 39.
[17] Ibid. p. 196.

A ambigüidade é apontada pela autora como uma das marcas dos jornais. Com relação à África as reportagens são escassas; somente nas décadas de 1950 a 1960 aparecem telegramas factuais significativos que revelam o desconhecimento sobre o continente[18], apresentando-o como uma região exótica[19]. Assim, não se valorizam as ligações com a África propriamente, mas sim os seus descendentes do Brasil.

Ao caracterizar os negros como grupo minoritário[20], a autora, divide a imprensa negra, fruto da percepção da desigualdade social, em três períodos. O primeiro período de 1915 a 1923 apresenta nove jornais que são socio-recreativos, informando sobre casamentos, festas, etc.[21] Nesse período surge uma consciência étnica com ênfase sobre a solidariedade, a educação e a moral. A autora conclui que o primeiro período é marcado pela conscientização que resultará em uma atitude de reivindicação nos anos posteriores.[22]

O segundo período de 1924 a 1937 conta com treze jornais. Estes proclamam a necessidade de união do grupo para fazer as reivindicações de integração à sociedade brasileira. Há, no entanto, uma repetição dos temas do primeiro período, só que agora, os militantes estão mais conscientes. Os jornais valorizam o negro, incentivando-o a competir com branco e por isso criticam os "vícios" e assinalam a necessidade de esforço próprio. Essas manifestações ganham fórum político com a criação da Frente Negra Brasileira (1931 a 1937) que tem o jornal *A Voz da Raça* como imprensa própria.[23]

Do terceiro período de 1945 a 1963 são apresentados quatorze jornais. Os problemas dos negros são analisados, neste momento, pelo âmbito da luta de classes.[24] A autora afirma que a imprensa negra passava por um momento de revisão de seu passado, o que produziu um amadurecimento ideológico, uma maior conscientização, resultando em reivindicações pelos "direitos, participação e representação".[25]

---

[18] Ibid. p. 202.
[19] Ibid. p. 166.
[20] Ibid. p. 36.
[21] Ibid. p. 45.
[22] Ibid. pp. 95-103.
[23] M. L. FERRARA, *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. pp. 104-36.
[24] Ibid. p. 162.
[25] Ibid. p. 162.

A dinâmica de formação do movimento negra nos anos 1970 foi descrita e analisada por Maria Ercília do Nascimento. Segundo a autora, o movimento negro das décadas de 1970 reapareceu com a abertura política patrocinada pelo Governo Geisel, tendo como exemplo significativo a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial em 1978. Buscou-se conscientizar os negros de seu papel ativo na sociedade, recriando ao seu jeito a História; resgatando a cultura afro-brasileira e africanas, e denunciando o racismo. Assim, para Nascimento a marca da especificidade étnica aparece e orienta a ação desses grupos.[26] O MNU se insere, assim, no cenário político nacional, tentando colocar na pauta das discussões seus problemas específicos. Aliado às tendências de esquerda mais conscientes, o MNU caracteriza-se como um grupo heterogêneo, mas que afirma sua especificidade étnica. Segundo a autora, o movimento negro enfrentou problemas internos na construção da etnicidade, afastando-se de outros grupos sociais e que resultou em uma crise interna no início da década de 1980. Desta forma, a afirmação da etnicidade esbarrou em barreiras que dificultavam sua afirmação política. A autora conclui que o reconhecimento da etnicidade distancia os negros das outros lutas sociais, o que tende para formação de pequenos guetos. O resultado é o fechamento do movimento negro, como um todo, em si mesmo.[27]

Segundo a autora, as reações dos outros estratos raciais, organizados ou não, impediu a atuação do movimento negro. A indiferença dos eurodescendentes e dos negros e "mulatos" identificados socialmente com os brancos foi suficiente para minar a luta contra a discriminação e o preconceito levado a cabo pelo movimento negro. Por último, tornou-se evidente as dificuldades do MNU em unificar as diversas opiniões tendências dentro de um mesmo projeto, minado pela heterogeneidade e pelo isolamento.[28] Com a desarticulação e a crise do Movimento Negro Unificado, que se reflete nas demais instituições, abriu-se espaço para que o Estado e outros órgãos absorvessem a responsabilidade pela manutenção da cultura afro-brasileira e pela defesa dos direitos dos cidadãos sem a participação dos mais interessados.[29]

[26] M. E. do NASCIMENTO "Estratégia da desigualdade: o movimento negro dos anos 70" São Paulo [s.n.] 1989. pp. 89-103.
[27] Ibid. p. 121-7.
[28] Ibid. p. 126.
[29] M. E. do NASCIMENTO "Estratégia da desigualdade: o movimento negro dos anos 70" p. 127.

Utilizando os métodos de pesquisa da História Social, George Reid Andrews faz uma análise de baixo para cima, observando a ação dos afro-descendentes e a conseqüente reação da elite e dos demais grupos sociais. O autor registra em seu livro, *Negros e brancos em São Paulo (1888 - 1988)*, o início dos movimentos negros organizados já na década de 1910. Os jornais negros deixaram as marcas das preocupações coletivas dos negros do período. A necessidade de comunicação, que não poderia ocorrer via imprensa comercial, encontrou caminho na imprensa negra. Inicialmente documentando eventos sociais como bailes e aniversários; e posteriormente com tom de protesto político ideológico. O auge deste processo é a década de 1930 com a criação da Frente Negra Brasileira. A mobilização nas décadas de 1920 e 1930 de amplos setores da sociedade manifestando seu descrédito em relação à velha República, a urbanização e a exclusão dos negros das formas de manifestações sociais, explicam o contexto histórico no qual organizam-se entidades negras de protesto.[30]

O movimento negro de 1937 a 1945 é inexpressivo. Seu ressurgimento com o retorno da democracia foi marcado pela recusa dos negros de classe média, identificados com os brancos, em ingressar nas suas fileiras. Já a população branca não viu com bons olhos o ressurgimento do movimento negro. A reprovação desses dois "grupos raciais" para com as ações drásticas, aliado à sensibilidade dos líderes negros ao medo dos brancos e negros da classe média, impediram a radicalização das organizações negras. O conseqüente espaço aberto em organizações institucionais da República, diferente de outros períodos, acabou por fragilizar o movimento negro entre as duas ditaduras. As organizações que subsistiram direcionaram suas ações para o campo sociocultural, deixando a ação política para as décadas de 1970 e 1980.[31]

É com a abertura política da década de 1970 que o movimento negro reaparece no cenário político nacional, mais consciente, com membros mais bem instruídos e mais radicais em seus posicionamentos. O Movimento Negro Unificado é o ápice deste processo. Segundo o autor o movimento negro durante as décadas 1970 e 1980 não conseguiu mobilizar os trabalhadores e

[30] G. R. ANDREWS, *Negros e brancos em São Paulo (1888 - 1988)*, Bauru, USC, c1998. pp. 201-30.
[31] Ibid. pp. 290-4.

nem mesmo os afro-descendentes; isso ficou evidente nas eleições de 1982 e 1984, quando o número de deputados negros eleitos ficou longe da proporção de negros do país, resultando na ruptura da tênue unidade do movimento negro e em tentativas de buscar alternativas para seus propósitos. No entanto, as vitórias do movimento negro podem ser assinaladas ao se fazer a crítica ao mito da democracia racial, na abertura dos partidos para a temática do racismo, inclusive criando departamentos e lançando candidatos afro-descendentes. Deve-se assinalar também o espaço aberto na Igreja, nos sindicatos e o reconhecimento por parte do governo federal e estadual criando secretarias especiais para o combate ao racismo.[32]

Observando a historiografia sobre o movimento negro reivindicatório pós-abolição é patente a sua dificuldade de sobrevivência durante períodos de forte repressão do Estado como entre 1937 e 1945 e 1964 e 1978. Em geral todos os autores apontaram ambigüidades no pensamento das organizações negras nos diferentes períodos. A caracterização da Frente Negra como um grupo para-militar e integracionista é comum a todos os autores. Eles também tiveram muita cautela com relação ao número de membros da Frente, com a exceção de Clovis Moura que afirmou que havia cerca de setenta mil membros. Os trabalhos de Florestan Fernandes e Roger Bastide têm uma proximidade teórica muito grande. Para estes a modernização da sociedade brasileira obriga necessariamente à modernização das "relações raciais". Assim, o movimento negro é o agente que quer completar a modernização da sociedade e conseqüentemente as "relações raciais". Andrews rebate esta posição, afirmando que não há uma oposição intrínseca entre discriminação racial e a ordem social competitiva. Movimento negro, é para ele, resultado do processo de modernização e da ação de baixo para cima dos negros. O trabalho de Ferrara não se opõe ao de Roger Bastide, na verdade, ela faz uma revisão sistemática sobre imprensa negra paulista com um enfoque histórico descritivo e analisa representação da África na imprensa negra de 1915 a 1963, enquanto Bastide enfocou a representação coletiva dos negros paulistas de 1915 a 1945. As interpretações do período de 1945 a 1963 divergem nos trabalhos de Ferrara e Andrews. Para a primeira, a reorganização do movimento negro do período se dá de forma mais consciente do que os que o pre-

[32] G. R. ANDREWS, *Negros e brancos em São Paulo (1888 - 1988)*. pp. 299 325.

cederam. No entanto, Andrews opina que as atividades das entidades se restringiam às ações culturais e que a oposição tanto de negros quanto brancos e também a abertura que os afro-descendentes encontraram nas instituições republicanas minaram a reorganização de um movimento negro forte. As explicações de Andrews também divergem das de Nascimento, mas com relação à crise e aos saldos do movimento negro de início da década de 1980. O autor afirma que a abertura dos partidos, da Igreja e as suas reivindicações, o reconhecimento da existência do racismo por parte de setores externos ao meio negro, constituem saldos positivos para o movimento negro. A autora afirma que a crise interna do movimento negro possibilitou que o Estado se apropriasse da proteção da cultura afro-brasileira e dos direitos do cidadão, afastando a participação dos principais interessados.

Bibliografia

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classe*, São Paulo, Ática, 1978.

BASTIDE, R. *Estudo Afro-brasileiros*, São Paulo, USP, 1946

MOURA, C. *Brasil: raízes do protesto negro*, São Paulo, Global, 1983.

FERRARA, M. L. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*, São Paulo, FFLCH/USP, 1986.

NASCIMENTO, M. E. doEstratégia da desigualdade: o movimento negro dos anos 70, São Paulo [s.n.] 1998.

ANDREWS, G. R. *Negros e brancos em São Paulo (1888 – 1988)*, Bauru, USC, c1998.

CAPOEIRA E CIDADANIA: UM ESTUDO DA PRÁTICA CAPOEIRÍSTICA E SUA APLICAÇÃO EM PROJETOS SÓCIO-EDUCACIONAIS NA CIDADE DE CAMPINAS-SP

WILSON ROGÉRIO PENTEADO JR.*

I - Introdução

O trabalho que apresento nesta mesa baseia-se na pesquisa que realizei sobre a capoeira e que resultou em minha monografia de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais. A proposta da pesquisa foi analisar a manifestação da prática capoeirística em projetos sócio-educacionais na cidade de Campinas-SP.

Partindo da premissa de que uma mesma prática, no caso a capoeira, executada por diferentes grupos em diferentes lugares serve a propósitos distintos, minha proposta consistiu em analisar a capoeira enquanto prática voltada à formação de crianças e jovens, de camadas populares da periferia de Campinas, em futuros cidadãos. Não raro a capoeira tem sido praticada em projetos de cunho comunitário e de assistência a crianças e jovens em "situação de risco pessoal e social" como condutora destes aos princípios de cidadania[1]. Este fato explica-se pela própria concepção que muitos mestres possuem da capoeira, entendendo-a como filosofia de vida. Filosofia esta baseada em princípios morais valorizados pelo homem no convívio social, tais como: respeito mútuo, auto-controle, cooperação, disciplina, etc. Nesse sentido, a capoeira é entendida como um meio que contribui para a formação do cidadão.

* IFCH/UNICAMP.

[1] Entendemos o conceito de cidadania neste trabalho, como sendo o exercício e o gozo de direitos civis e políticos, implicando também o desempenho de deveres, que possibilitam ao indivíduo inserir-se na sociedade à qual pertence.

Tomamos por universo empírico desta pesquisa dois projetos sócio-educacionais situados na periferia do município de Campinas, o *Projeto de Formação I da Fundação ORSA* e o *Projeto Oficina Capoeirar da FEAC* – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas.

Meu trabalho consistiu, portanto, em analisar como a capoeira atinge os freqüentadores desses projetos em seus princípios morais e como são incorporados por esses sujeitos. A metodologia desta pesquisa foi de cunho essencialmente qualitativo onde privilegiou-se o método de observação participante além de entrevistas realizadas com os sujeitos envolvidos na pesquisa.

No *Projeto de Formação I da Fundação ORSA*, realizei observação participante durante um ano de forma regular (de agosto de 2000 a julho de 2001) e na *Oficina Capoeirar* do *Projeto Ame a Vida Sem Drogas* da FEAC acompanhei as atividades durante oito meses (de março a novembro de 2001). Esta pesquisa, que resultou em monografia, foi defendida e aprovada em dezembro de 2001 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP.

Com o resultado dos dados colhidos, foi possível constatar neste estudo que a capoeira, enquanto prática social, possui eficiência pedagógica. Tal eficiência justifica-se pelos princípios morais transmitidos pelo Mestre durante a "roda" de capoeira e incorporados por seus praticantes.

A "roda" de capoeira apresenta-se marcada por princípios moldados pela autoridade (do Mestre), pelo respeito mútuo (entre os participantes da "roda"), pela disciplina, pela pontualidade, pela assiduidade, etc. Assim, a liberdade na "roda" a que os Mestres em geral referem-se não corresponde à noção de "fazer o que se quer". Trata-se, isso sim, do princípio de se utilizar do próprio corpo como forma de expressão, forma de libertar os sentimentos de raiva, descontrole emocional, etc, obedecendo a *regras* no jogo da capoeira.

A relação mantida entre o Mestre de capoeira e seus discípulos na "roda" e fora dela é o que confere eficiência à capoeira enquanto prática educativa. Podemos entender a figura do Mestre de capoeira, nesse contexto, como sendo a figura central, o ponto de referência dos capoeiristas, não só durante o evento da "roda" de capoeira como também fora dele*.

* No corpo do texto da monografia **Capoeira e Cidadania: Um estudo da prática capoeirística e sua aplicação em projetos sócio-educacionais na cidade de**

Pelo próprio fato de ser praticada em uma instituição, a capoeira apresenta-se como prática disciplinadora já que, *as instituições pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis*[2].

Como pode-se perceber pelo até aqui exposto, este trabalho não consiste em um trabalho de negritude, não tem por temática central a questão do negro. Este estudo propõe-se a abordar uma prática afro-brasileira, a capoeira, para analisá-la no âmbito de projetos sócio-educacionais estabelecendo um diálogo entre esta prática e suas possibilidades de mostrar-se educativa, condutora de princípios morais valorizados pelo homem em convívio social, a crianças e jovens pertencentes às camadas socialmente marginalizadas.

Como este trabalho foi selecionado para ser apresentado numa mesa em que o tema para discussão é o "negro", decidi priorizar, nesta apresentação, a atuação da prática capoeirística ao longo da história brasileira. Uma prática que está em consonância com a trajetória do negro no Brasil.

A proposta aqui então, é tomar a capoeira praticada ao longo do tempo no Brasil para analisar a trajetória e as representações construídas em torno do "ser negro" em diferentes momentos da organização social brasileira. O que me proponho fazer nesta apresentação portanto, é tomar a capoeira praticada ao longo do tempo no Brasil, como filtro para analisar a trajetória do negro neste país em diferentes momentos.

II - A constituição da capoeira e a trajetória do negro na sociedade brasileira

Os estudos sobre o tema "Capoeira" apontam o surgimento dessa prática em território brasileiro. A hipótese lançada é de que a capoeira teria emergido das práticas vividas em comum pelos diversos grupos étnicos africanos escravizados no Brasil. A capoeira seria uma arma mantida não apenas por

---

Campinas-SP (2001), é possível constatar de que maneira os princípios morais da capoeira atingem essas crianças e jovens no cotidiano de suas vidas. Um exemplar dessa monografia encontra-se na biblioteca da Faculdade de Educação Física da UNICAMP.

[2] Cf. BERGER, Peter. & LUCKMANN, Thomas. "A sociedade como realidade objetiva" In: *A construção social da realidade*. Petrópolis: Editora Vozes,1973, pp. 80.

esse ou aquele grupo étnico, mas pelo negro de modo geral; um grupo diferenciado internamente mas que se apresenta monolítico quando se trata de se opor a uma ordem dominante. Esta prática teria representado um elemento de resistência física e cultural frente ao sistema vigente. Vários estudiosos do tema tratam da possível importância da prática capoeirística na formação de quilombos e em insurreições de negros rurais ou citadinos. Praticada também nas poucas horas livres dos negros, a capoeira representou um importante instrumento de luta no sistema escravocrata.

Grande parte das informações sobre a prática da capoeira deve-se, sem dúvida, a trabalhos historiográficos. Correspondem, sobretudo, à capoeira praticada no século XIX no meio urbano, na cidade do Rio de Janeiro. Para fazer a reconstituição histórica do período, os pesquisadores que dedicaram-se ao tema recorreram a ocorrências policiais da época.

A capoeira nos primórdios do século XIX era bem mais do que uma forma de resistência escrava. Era uma leitura do espaço urbano, uma forma de identidade grupal, um recurso de afirmação pessoal na luta pela vida, um instrumento decisivo do conflito dentro da própria população cativa[3].

Além da capoeira, outras manifestações populares praticadas pelo negro eram marginalizadas e conseqüentemente reprimidas, como o samba e o candomblé. Apesar de toda a repressão e perseguição à prática capoeirística, é somente no final do século XIX, em 1890, que esta prática constitui-se em crime. Referindo-se à capoeira como uma "doença moral" que prolifera na grande e civilizada cidade, o chefe de polícia da Corte (Rio de Janeiro) ressalta a necessidade de se formalizar a criminalização da capoeira, sugerindo a deportação dos estrangeiros e o envio dos brasileiros para colônias penais. Tal argumentação policial coaduna-se com os pressupostos evolucionistas vigentes àquela época os quais, pautando-se numa abordagem biológica do social, pressupunham a inferioridade racial do negro e daí sua incapacidade de transcender o estado de 'barbárie'[4].

[3] Cf. Soares, Carlos Eugênio Líbano. A Capoeira Escrava no Rio de Janeiro: 1808-1850. Tese de Doutoramento Universidade Estadual de Campinas – Campinas – SP, 1998. pp.32.

[4] Cf. Sousa Reis, Letícia Vidor. *O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 1997, pp.47.

Porém, com o avançar dos anos no século XX, em meio ao período repressivo à capoeira iniciam-se gestões no sentido de higienizar, isto é, minimizar ou destituir de sua origem africana aquela que deveria ser a nossa 'gymnastica nacional' por excelência. Entretanto, essa nova representação social da capoeira como um esporte – que vai, pouco a pouco, tornar-se hegemônica – tem origem nos mesmos pressupostos teóricos do determinismo racial pois nesse momento histórico, o discurso médio higienista, impregnado de uma visão eugênica, enfatiza a ginástica como fator de regeneração e purificação da 'raça'[5].

Como é sabido, até a abolição, o negro não existia enquanto cidadão, sua ausência em todas as esferas da intelectualidade, inclusive na literatura, era evidente. Mas no início do século XX o contexto era outro. O mito das três raças torna-se então plausível e pode se atualizar como ritual. A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambigüidades das teorias racistas, ao ser reelaborada pôde difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano ou nos grandes eventos como o carnaval, o futebol e a capoeira. O que era mestiço torna-se nacional"[6]. O que houve neste momento foi uma tentativa de se converter a capoeira de símbolo étnico em símbolo nacional e essa conversão passa pela esportização implicando na restrição dessa prática às academias e às exibições públicas. A capoeira sai das ruas, as maltas[7] paulatinamente se desorganizam, o negro se torna "cidadão" cabendo-lhe agora o papel de assumir sua condição de "cidadão brasileiro".

Contudo, será somente na "Era Vargas" que assistiremos à descriminalização da prática capoeirística. Em 1932 Getúlio Vargas libera uma série de manifestações populares e dentre estas a capoeira. Poderia ser praticada livremente, porém desvinculada de qualquer ato considerado marginal, subversivo ou agitador. Em 1936, a capoeira é oficializada pelo governo como modalidade de educação física. Com o surgimento do Mestre Bimba e da criação de sua escola como centro de cultura física e de defesa pessoal, elementos de uma camada social mais abastada, dentre estes, estudantes, políticos, in-

[5] Idem, pp. 83.

[6] Cf. Ortiz, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense. 1985, pp. 41.

[7] As maltas eram grupos de negros capoeiras (escravos, livres ou libertos) que circulavam no meio urbano imprimindo relações de poder no domínio público, isto é, no "mundo da rua".

telectuais, profissionais liberais e até militares, começam a praticá-la e, naturalmente a interferir na sua filosofia em função de dissociá-la do seu negro passado, até então ligado à malandragem e à marginalidade[8].

A antropóloga Letícia Vidor de Sousa Reis[9] observa que se houve um "jeito branco e erudito" de converter a capoeira em esporte, houve, por outro lado, um "jeito negro e popular" de fazê-lo, esboçado na Bahia dos anos 30 do século XX. É o que a autora chama, seguindo Eric Hobsbawm, de a "invenção da tradição". A criação do "mito" da capoeira como sendo genuinamente brasileira e baiana. De um lado Mestre Bimba com a criação da *Capoeira Regional Baiana* e de outro Mestre Pastinha com a *Capoeira Angola*. Bimba concebendo a capoeira como uma prática "mestiça" incluindo golpes e movimentos de outras lutas marciais e Pastinha defendendo a "pureza africana" da capoeira. Ficando ambos em comum acordo no que tange à capoeira como prática soberanamente baiana. Para ambos a "verdadeira capoeira" estava na Bahia.

A capoeira "legítima", socialmente falando, na Era Vargas, não será aquela do "negro desordeiro", antigo componente das maltas cariocas, reatualizado na figura do malandro carioca que foge ao trabalho disciplinado, mas a capoeira do negro baiano que, para obter a descriminalização da luta, acaba por desqualificar esse mesmo "malandro" (tanto do Rio de Janeiro quanto de Salvador). Neste período qualidades como 'preguiça' e 'indolência', consideradas como inerentes aos mestiços, são substituídas por uma ideologia do trabalho[10].

Pelo exposto, nota-se que a capoeira encontrou-se inserida nas mais diversas situações histórico-sociais. Durante o período escravocrata, representou um modo de resistência física e cultural, frente ao sistema vigente. Era uma prática restrita predominantemente aos negros, fossem eles escravos ou não. Já por volta da segunda metade do século XIX, apresenta-se, sobretudo, como uma "prática de rua" sendo inclusive compartilhada com um número significativo de brancos marginalizados. No período pós-1930, na Era Vargas, a capoeira é legalizada e passa a ser praticada por membros pertencentes a várias camadas sociais já que alcança o *status* de "esporte nacional".

---

[8] Ver sobre esta discussão Areias, Almir das. *O que é capoeira*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
[9] Sousa Reis, 1997, pp.98.
[10] Ortiz, 1985, pp.42.

O fato de ter emergido entre os negros na situação de escravos em território brasileiro fez da capoeira uma prática em constante perseguição. Tida como "coisa de negro" foi hostilizada e perseguida pelas autoridades nacionais até meados do século XX, para só então inserir-se no "acervo da memória nacional" da era varguista e, ainda assim desvinculada de seu *negro passado*.

A trajetória da capoeira confunde-se com a trajetória do negro no Brasil. Perseguido e marginalizado no decorrer da história brasileira por intelectuais e pelas autoridades civis sob uma justificativa pautada nos pressupostos evolucionistas, o negro passa a ser incluído no plano social brasileiro, a partir dos anos de 1930, na condição de cidadão, através da "ideologia da mestiçagem". Assiste-se neste momento a um esforço em se conceber o negro como parte integrante da sociedade brasileira; se antes esforçava-se para degrenir o negro e suas práticas, nos anos de 1930 há todo um esforço em se conferir uma positividade a essas práticas, porém, não mais na condição de "prática de negros" e sim de "cultura popular brasileira": a capoeira de "prática bárbara" torna-se "ginástica nacional" e o antigo "samba de pretos" passou a ser louvado como o "samba da minha terra" que "quando se canta todo mundo bole"[11]. Primou-se, neste momento da história do país, em demonstrar a contribuição do negro (agora cidadão brasileiro) para a construção da "identidade nacional". Um esforço intelectual do qual Gilberto Freyre, com sua teoria do "equilíbrio de antagonismos" em *Casa Grande & Senzala* publicado em 1933, é um exemplo.

Bibliografia

AREIAS, Almir das. *O que é capoeira*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BERGER, Peter. & LUCKMANN, Thomas. "A sociedade como realidade objetiva" In: *A construção social da realidade*. Petrópilis: Editora Vozes, 1973.(Coleção Antropologia 5).

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A Capoeira Escrava no Rio de Janeiro: 1808-1850. Tese de Doutoramento. Universidade Estadual de Campinas – Campinas – SP, 1998.

SOUSA REIS, Letícia Vidor. *O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 1997.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

[11] Cf. Sousa Reis, 1997.

LETRAS DE EXCLUSÃO: RACISMO, HISTORIOGRAFIA E MANUAIS ESCOLARES DE HISTÓRIA DO BRASIL

RENILSON ROSA RIBEIRO*

Com base nas proposições lançadas pela historiografia e à luz das orientações teóricas da História Cultural, a presente comunicação tem a finalidade apresentar nossa proposta de estudo sobre a construção das representações do negro nos discursos dos manuais escolares adotados no ensino de História no Brasil entre o segundo pós-guerra e a promulgação da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* de 1996.

O objetivo principal desta pesquisa será identificar e analisar as permanências e as transformações ocorridas nas práticas discursivas que forjam as imagens do negro nos manuais escolares da disciplina História, relacionando-as às contribuições dos estudos historiográficos desenvolvidos no período.

A análise dos manuais escolares procurará trabalhar com as temáticas recorrentes sobre a população negra nos seus conteúdos: 1. a formação do povo brasileiro; 2. resistências ("Quilombo de Palmares"); 3. o mundo do trabalho; 4. as contribuições da cultura africana; 5. o abolicionismo e o "13 de maio"; 6. a marginalização do negro no pós-Abolição.

Os manuais escolares ou livros didáticos, até os dias mais recentes o principal instrumento de difusão do conhecimento e da aprendizagem no sistema educacional brasileiro, constitui importante fonte para uma história da disciplina por conter seus conteúdos explícitos e apresentar os exercícios a serem realizados pelos professores e alunos na sala de aula. Dessa forma, a leitura desta fonte esclarece o que era ensinado e como o aluno poderia aprender o que era ensinado. Nas suas páginas, podemos identificar quais imagens de mundo e sociedade a escola está construindo no imaginário dos alunos. Ao se

* Mestrando em História -IFCH/UNICAMP.

história social, cultural e do cotidiano, sugerindo possibilidades de rever no ensino de 1° e 2° graus o formalismo da abordagem histórica que, a partir dos anos 1980, foi denominada de "tradicional"[1]. Nesse contexto, é que são gestadas as novas propostas curriculares para a disciplinas nas Secretarias de Educação de Estados e municípios brasileiros (FONSECA, 1993: 85-6).

A última década do século passado contribuiu de forma expressiva para a ampliação dos debates sobre o ensino de História, uma vez que nesse período houve, através do governo federal, a aprovação da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, de 1996, e, em decorrência, a elaboração do *Plano Nacional de Educação*, dos *Parâmetros Curriculares Nacionais para ensino fundamental e médio* (1997), dos *Referenciais Nacionais para Formação dos Professores* (1999), entre outros documentos. Essas leis e textos têm sido fonte de novas discussões e confrontos, tanto nas escolas, quanto nas universidades.

No campo dos estudos sobre relações raciais no Brasil, este período é marcante pela intensificação das revisões e críticas dirigidas ao discurso da "democracia racial".

O ponto de partida para o processo de revisão desse discurso do Brasil como "paraíso racial" é marcado por uma série de projetos de pesquisas sobre relações raciais no Brasil, desenvolvidos por eruditos nacionais, norte-americanos e franceses durante o começo dos anos 1950, sob os auspícios da recém-criada UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (ANDREWS, 1998: 22). Em resposta aos recentes horrores do Nazismo e do Holocausto – respaldado pela ideologia racista – derrotados nos campos de batalha, a UNESCO, adotou, como parte de sua missão institucional, o combate ao racismo em todo o mundo.

Na suposição de que a experiência brasileira da "democracia racial" à moda de Gilberto Freyre parecia oferecer ao resto do mundo uma alternativa

[1] Segundo Margareth Rago, ainda sob o forte abafamento político no país, nesse período, vivenciamos, "ao mesmo tempo e contraditoriamente, um período de florescimento cultural e intelectual em muitos campos, como na música e no teatro, o que se explica, em grande parte, pelo próprio crescimento urbano-industrial, pela expansão do mercado editorial, publicitário e artístico, pelo desenvolvimento das telecomunicações em todo o país e, especialmente, pelo relativo fortalecimento econômico das camadas médias. Além disso, novos grupos sociais, étnicos e sexuais passaram a participar da vida pública, trazendo suas questões e reivindicações e, ao mesmo tempo, ampliando as formas culturais e estéticas de consumo" (RAGO, 1999: 73).

particularmente promissora, "como uma lição ímpar de harmonia nas relações entre raças", num esforço de compreender como o igualitarismo racial havia se construído no Brasil e como funcionava na prática, a Divisão de Ciências Sociais da UNESCO comissionou equipes de pesquisas nas duas principais cidades do Sudeste brasileiro industrializado – Rio de Janeiro e São Paulo –, além de várias pequenas cidades de Minas Gerais e nos estados nordestinos da Bahia e de Pernambuco.

Mas, contrariando os resultados esperados, essas pesquisas revelaram a existência de preconceito racial e da discriminação. A nova geração de cientistas sociais lançava um ataque à tradicional mitologia racial que estava enraizada no imaginário nacional e internacional. Dessa maneira, caía o mito de que o Brasil era o paraíso (racial) perdido nas Américas (Cf. MAIO, 1997).

Todas as equipes constataram elevados níveis de desigualdade entre as populações branca e não-brancas, além de fortes evidências de atitudes e estereótipos racistas. Os estudiosos do Nordeste tenderam a considerar que tais desigualdades expressavam mais as diferenças de classe que as diferenças raciais, ou seja, como observa Andrews, "os negros sofriam discriminação e eram discriminados não por serem negros, mas por serem pobres" (ANDREWS, 1997: 101).

Os pesquisadores do Sudeste, ao contrário, deram mais ênfase ao preconceito e à discriminação baseada na raça, notando as diferenças no tratamento de acordo com os brancos e negros da classe trabalhadora e as enormes dificuldades enfrentadas por negros e mulatos cultos e qualificados que lutavam para se introduzir na classe média.

Os projetos da UNESCO significaram o primeiro reconhecimento por autoridades acadêmicas das mazelas da chamada "democracia racial" do Brasil. Segundo Oracy Nogueira, os projetos de pesquisa deixaram um legado mais poderoso para a história da luta contra o racismo e para o repensar da identidade nacional brasileira (Cf. NOGUEIRA, 1985).

O interesse da UNESCO pela problemática da raça no Brasil, em primeiro lugar, incentivou consideráveis debates, reflexões e artigos por parte de ativistas e intelectuais afro-brasileiros do Rio de Janeiro e São Paulo. Em segundo lugar, muitos estudiosos brasileiros que haviam participado de pesquisas, notadamente Thales de Azevedo e Florestan Fernandes, mais tarde, prosseguiram e fizeram da revelação (denúncia) do discurso da "democracia

racial" uma temática central de suas carreiras acadêmicas. Continuaram a publicar estudos críticos sobre relações raciais brasileiras durante os anos 1960, 1970 e 1980, participando da formação de estudiosos mais jovens, que prosseguiram na mesma linha desmistificadora, porém, aprofundando as análises e apresentando novas problematizações e questionamentos. O resultado da exposição dos estudantes brasileiros a tais mudanças, segundo Andrews, gerou uma nova onda de pesquisas nos anos 1970, 1980 e 1990 sobre a situação racial brasileira ainda mais críticas do que haviam sido os estudos da UNESCO.

Para Andrews, esse período, além dos estudos da UNESCO, é marcado também por inúmeras influências externas que se combinaram para minar a hegemonia ideológica deste *modelo de Brasil*. Entre elas estavam incluídas as visitas de cidadãos norte-americanos e os comentários por eles proferidos sobre as relações raciais existentes aqui; a especialização de jovens brasileiros com cursos superiores no exterior, especialmente durante o período da ditadura militar (1964-1985), quando o regime inviabilizou através de diferentes maneiras o questionamento da realidade nacional; o exemplo de movimentos negros nos Estados Unidos, tanto culturais quanto políticos, na luta pelos "Direitos Civis"; e as atividades de fundações norte-americanas de pesquisa no Brasil (ANDREWS, 1997: 105).

Embora a instalação do regime militar, que encampou a ideologia da "democracia racial" brasileira, tenha desencadeado um processo de censura e cassação de direitos políticos, contribuindo para enfraquecer os movimentos de base que incentivavam uma maior participação política na sociedade, os questionamentos não cessaram. De dentro e de fora das fronteiras nacionais, representantes da academia e dos movimentos negros colocavam em "xeque-mate" o mito.

O processo de abertura política iniciado no final dos anos 1970 e levado adiante na década seguinte proporcionou mudanças nos referencias que moldavam a sociedade brasileira. Nesse contexto de proposições de reforma toma força, por exemplo, dentro do debate sobre o ensino de História, a questão étnica e a luta contra o racismo, o preconceito racial e a discriminação (Cf. OLIVEIRA, 2000).

Durante os anos de 1980, como resultado dessas críticas e revisões, a "democracia racial" perdeu o seu domínio inquestionável na vida nacional. O fato ficou evidente, como salienta Andrews, em primeiro lugar, "na retórica

altamente revisionista em torno do centenário da emancipação brasileira de 1888, inclusive nas declarações de altas autoridades do governo e figuras políticas; em segundo, na incorporação de dispositivos anti-discriminatórios grandemente fortalecidos (em comparação com a Lei Afonso Arinos) na Constituição de 1988" (ANDREWS, 1997: 105).

As proposições lançadas pelos mais diferentes setores (como o movimento negro) da sociedade brasileira e as transformações ocorridas no âmbito da educação, em especial do ensino de História, presentes nas primeiras propostas curriculares e na *Constituição* de 1988 inauguram um novo momento nas discussões sobre a questão étnica na educação brasileira.

Os anos de 1990 são marcados pela intensificação dos debates sobre a questão étnica e a constituição de políticas anti-racistas na sociedade brasileira. Esses debates, segundo Celia de Azevedo, fundamentais para se coibir a prática do racismo institucional vigente no país, têm sido acompanhados de diversas propostas de medidas compensatórias, "que visam reverter o quadro de permanente discriminação e exclusão da população negra em relação aos direitos básicos de cidadania como educação, saúde, trabalho e lazer" (AZEVEDO, 2001: 348).

Com base nestas proposições, este estudo não só pretenderá contribuir para a compreensão da história da disciplina e a sua relação com os estudos pautados no conceito identitário (fechado) de raça e etnia, como também para recuperar a história cultural e social do Brasil, tendo como preocupação encontrar novas maneiras de narrar e repensar os papéis da História na nossa sociedade.

Palavras-chave: Racismo; Historiografia; Manuais Escolares; História do Brasil.

Bibliografia

ALMEIDA NETO, Antonio S. "O Ensino de História no período militar: prática e cultura escolar". São Paulo, FEUSP (Dissertação de Mestrado), 1996.

ANDREWS, George Reid. *Blacks and Whites in São Paulo – Brasil (1888-1988)*. Madison, University of Winconsin Press, 1991 [há edição em português: *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, SP, EDUSC, 1998].

_____. "Democracia racial brasileira (1900-1990): um contraponto americano" *In: Estudos Avançados*. São Paulo, USP, 11 (30), 1997, pp. 95-115.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. "Cotas raciais e universidade pública brasileira: uma reflexão à luz da experiência dos Estados Unidos", *In: Projeto História*. São Paulo, EDUC, n. 23, nov. 2001, pp. 347-58.

BITTENCOURT, Circe Maria F. "Livro didático e conhecimento histórico do saber escolar". São Paulo, FFLCH-USP (Tese de Doutorado), 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria F(org.). *O saber histórico na sala de aula*. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 1998.

CHERVEL, André. "História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa, *In: Teoria & Educação*. Porto Alegre, RS, n. 02, 1990, pp. 117-229.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 2000.

FONSECA, Selva G. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas, SP, Papirus, 1993.

FREITAS, Marcos César de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, SP, Contexto/USF, 1998.

LAPA, José Roberto do A. *História e Historiografia: Brasil pós 1964*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1985.

LE GOFF, Jacques *et al. A Nova História*. Lisboa, Edições 70, 1984.

MAIO, Marcos Chor. "A história do projeto UNESCO: estudos raciais e Ciências Sociais no Brasil", Rio de Janeiro, IUPERJ (Tese de Doutorado), 1997.

MUNAKATA, KAZUMI. "Produzindo livros didáticos e paradidáticos". São Paulo, PUC - SP (Tese de Doutorado), 1997.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1979.

PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. 6ª ed. São Paulo, Contexto, 1994.

PIRES, Veríssimo Lopes. "O ensino de História nas escolas primárias (1940-1950)". São Paulo, FEUSP (Dissertação de Mestrado), 1994.

RAGO, Luzia Margareth & Renato A. de Oliveira GIMENES (orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, SP, Gráfica do IFCH/UNICAMP, 2000.

RAGO, Luzia Margareth. "A "nova" historiografia brasileira", *In: Revista do Programa de Pós-Graduação em História – Anos 90*. Porto Alegre, RS, UFRGS, n. 11, jul. 1999, pp. 73-96.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA ÁREA DE HUMANAS – APLICAÇÕES DO CONHECIMENTO

Marina Célia Mendonça
Claudia Wanderley
Bernadetth Maria Pereira
Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta
Daniela Tonelli Manica
Eliana Santos Junqueira Creado

O FAZER CIENTÍFICO E A SOCIOLINGÜÍSTICA

MARINA CÉLIA MENDONÇA*

Introdução

Como se sabe, Saussure, no *Curso de Lingüística Geral* – obra de 1916 que tem sido exaustivamente colocada como aquela que serviu de marco inicial na constituição da lingüística como ciência -, coloca, entre outras dicotomias, os estudos sincrônicos e os diacrônicos. Também é conhecida sua preferência pela sincronia e as conseqüências desse marco teórico para a lingüística desenvolvida no século XX. Da mesma forma, já é senso comum (pelo menos entre os lingüistas) que o autor foi/é usado para embasar reflexões imanentistas da língua, extremamente formalizadas, dissociadas das realizações lingüísticas efetivas (nas quais interferem também a história, a cultura, a subjetividade).

Pois bem, a sociolingüística – esta inspirada sobretudo em trabalhos desenvolvidos por Labov – parece promover uma ruptura com a tradição saussureana de fazer lingüística. Propõe-se, entre outros feitos: recuperar a relação entre sincronia e diacronia; estudar as manifestações lingüísticas reais (ela vai atrás do "vernáculo" supostamente suscitado nas narrativas orais de experiências pessoais, isto é, vai atrás da linguagem usada em situações distensas de fala), manifestações estas condicionadas não só por fatores internos de variação, mas também por fatores externos à língua. A fala, vale a pena lembrar, estava além do escopo da análise lingüística para Saussure, já que, para este autor, ela se reportava ao individual e ao não-sistemático. É conhecida a postura de Labov a respeito da questão: para ele, a fala é um caos sistematizável. Pode-se dizer que Labov dá um "estatuto científico" ao estudo da fala, traçando um modelo de análise que lhe rendeu muitos conhecimentos in-

* PG-IEL-UNICAMP/CAPES.

teressantes sobre a linguagem, e lhe rendeu também muitos discípulos. Constituía-se então uma área de estudos que poderíamos denominar de sociolingüística laboviana, chamada de Teoria da Variação e Mudança Lingüísticas.

Neste artigo, pretendo refletir sobre dois recortes desse "fazer científico" no interior da sociolingüística. Minha posição é bastante cômoda, pois minhas pesquisas se inserem em outro campo de análise – análise do discurso – e é sempre fácil, estando no exterior de uma área, falar dela apontando-lhe fendas. Minhas reflexões, no entanto, propõem-se mais gerais: desejo pensar o "fazer científico" no interior da lingüística; tomo a sociolingüística como um espaço privilegiado em que embates sobre esse "fazer científico" acontecem.

1. O primado da forma

O estudo que será comentado a seguir revela aspectos interessantes sobre esse "fazer científico" no interior da sociolingüística. Trata-se de artigo de Berlinck, intitulado "A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem".

A autora parte da hipótese de que houve uma mudança no fenômeno da ordem V SN / SN V no português do Brasil e se propõe comprovar o fenômeno e, ao mesmo tempo, explicar como e por que ele se deu. Explicita sua filiação à Teoria da Variação e Mudança Lingüísticas e define três *corpora*, correspondentes a momentos históricos diferentes: século XVIII (1750), século XIX (1850) e século XX (1987).

Uma análise quantitativa da autora mostra que houve uma redução da ordem V SN ao longo do período de tempo selecionado (42% de ocorrências no primeiro momento, 31% no segundo e 21% no último, este que corresponde ao recorte sincrônico). A autora só explicita como colheu os dados neste último momento, conforme nota de rodapé: trata-se de "(...) conversações gravadas com 20 jovens (20 a 30 anos), naturais de Curitiba, de nível universitário, nas máximas condições possíveis de informalidade" (p. 111). Na nota, consta que os *corpora* diacrônicos são cartas de cunho pessoal; como se vê, bem de acordo com o modelo laboviano de fazer "ciência" – neste modelo, as cartas de cunho pessoal são manifestações escritas próximas das situações distensas de fala e, portanto, são documentos privilegiados para o sociolingüista que deseja encontrar, no recorte diacrônico, a linguagem próxima do vernáculo.

No entanto, o que me chama a atenção é que sua pesquisa praticamente ignora o que é social. Sua análise busca respaldo basicamente na estrutura lingüística, não deixando de ser imanentista. Apesar de ter havido uma seleção prévia de informantes para a pesquisa sincrônica, variáveis como classe social, escolaridade, idade, estilo realmente não foram consideradas. Em sua dissertação de mestrado, a autora defende sua postura citando o próprio Labov, que afirma que há uma resistência da sintaxe às influências sociais (Berlinck, 1988: 31).

O maior problema de seu texto, no entanto, que nos poderia levar não apenas a questionar o enfoque da língua assumido pela autora, mas também os próprios resultados de seu trabalho, é a abordagem dos dados diacrônicos. Cruzar dados sincrônicos falados com diacrônicos escritos, dada a mudança de modalidade, fatalmente será complicado. Não é possível fechar os olhos para as diferenças inevitáveis entre fala/escrita, práticas orais e práticas escritas. Se o conceito de "vernáculo" já é complicado, mais complicado ainda é recolher fontes históricas escritas que se aproximem deste vernáculo. Podemos fazer um esforço imenso para evitar problemas; como, por exemplo, selecionar gêneros condizentes com a sociedade da época analisada, investigar a situação de produção desse gênero – autor, interlocutor, práticas culturais/discursivas vigentes no momento histórico... Mesmo assim, é preciso assumir a relatividade do resultado, a despeito do mar de números em que jogamos nosso leitor ao optarmos pelo modelo laboviano de análise.

Berlink, no artigo analisado, não relativiza suas conclusões nem informa o leitor sobre a procedência dos *corpora* diacrônicos. Em sua dissertação de mestrado, explicita que as cartas de cunho pessoal que utilizou na pesquisa foram coletadas sem considerar diferenças dialetais (às quais a sintaxe também seria resistente) e indica sua procedência: Cartas de Gomes Freire de Andrade, Cartas clericais e Cartas da Bahia (século XVIII – 1751-1768); Cartas de Jesuíno Marcondes, Cartas de Dr. Faivre, Cartas de Álvares de Azevedo e Cartas ao amigo ausente (século XIX – 1848-1851). Mas nenhuma palavra sobre aspectos "sociais" que envolviam tais sujeitos da pesquisa. Nenhuma palavra sobre estilo, o que pareceria inevitável dados os *corpora* selecionados, pelo menos no que diz respeito às cartas clericais (um gênero bem delimitado e provavelmente muito influenciado pelo viés escrito da linguagem, já que seria esperado que os clérigos no século XVIII tivessem um alto grau

de letramento), e a Álvares de Azevedo (escritor de poesia e ficção e, obviamente, também com alto grau de letramento). Também deveria ter sido considerado o estilo de época. No Brasil, o marco do final do Barroco é 1768 e seria esperado que o estilo dos sujeitos da pesquisa no século XVIII tivesse, pelo menos, interferência do estilo barroco, que, como se sabe, primou pelas inversões sintáticas. Vejamos: o fator "estilo de época" justifica e reforça o resultado obtido pela autora para o século XVIII (grande quantidade da ordem V SN – 42%), e o gênero "cartas clericais" leva a crer que tenha acelerado esse resultado. Quanto ao que diz respeito ao século XIX, a escolha de cartas de Álvares de Azevedo por certo também influenciou nos resultados obtidos (em que ainda se tem uma grande quantidade da ordem V SN), devido ao óbvio alto grau de letramento do autor, o que deveria distingui-lo do falante comum do Brasil dos mil e oitocentos.

Além do "esquecimento" daquilo que Labov chamou de "fatores externos" à língua, os quais poderiam contribuir para o trabalho de Berlink, o que chama a atenção aqui é o grau de certeza que é colocado nesse trabalho - e as análises quantitativas colaboram para constituir essa imagem de coincidência entre fato lingüístico e análise (ou conhecimento) do fato. Essa coincidência é particularmente complicada na lingüística em se considerando os estudos diacrônicos. Podemos tentar reconstituir como os sujeitos viviam, por exemplo, mas reconstituir como falavam parece mais complicado. Os registros são parcos e quase sempre muito imperfeitos.

2. Fato ou hipótese?

Naro e Scherre, em "Sobre as origens do português popular do Brasil" assumem a necessidade de conjugar diversos fatores para explicar as origens do nosso português popular – apontam a atuação do substrato e da deriva das línguas românicas. No entanto, os autores entram em terreno movediço, já que faltam documentos que sirvam como evidências da tese defendida. Assim, os autores, apesar de relativizarem algumas conclusões, fazem afirmações apressadas sobre a diversidade lingüística dos primeiros séculos que se seguem à ocupação do Brasil pelos portugueses.

Na primeira parte do artigo, os autores, baseando-se principalmente em dados obtidos por Serafim da Silva Neto (1963), chamam a atenção para o *predomínio de uma "língua geral"* – um pidgin ou koiné de origem tupi – até

pelo menos o início ou meados do século XVIII, língua que dominava a comunicação entre todas as etnias até então. O fato de ter havido uma "língua geral" de origem tupi é fartamente documentado por Silva Neto, e sobre ele realmente não resta dúvida. Os autores apontam também a necessidade de considerar a *influência mútua entre as diversas línguas faladas por aqui*, o que parece difícil de negar, dado o conhecimento já produzido sobre o contato entre línguas.

Quanto ao português usado nos séculos XVII e XVIII, os autores referem-se a um texto de um missionário em que este imita a fala dos índios, texto citado por Silva Neto (1963: 35-36). Aqui chama a atenção a conclusão apressada dos autores sobre a relação entre esse texto e o que eles chamam de "português de preto" falado na Europa e na África (chegam a afirmar que um é *idêntico* ao outro). Afirmações apressadas como essa levam o leitor desavisado a ver como fatos o que não passam de hipóteses, hipóteses que deveriam ficar assim mesmo até que aparecessem evidências históricas. O próprio Silva Neto (1963: 53/57), que poderia ser tão criticado pela "falta de cientificidade" no texto citado pelos autores (devido ao forte preconceito lingüístico que o autor mostra em suas análises), foi mais cuidadoso em seu fazer científico quando cita o tal documento do missionário sobre a fala dos índios brasileiros.

Quanto à influência das línguas africanas sobre o português do Brasil, Naro e Scherre afirmam acertadamente que não há indícios históricos da existência de um "Português Negro", mas que, como as línguas dos nativos, as dos negros – basicamente Bantu e Yorubá – devem ter influenciado o português. Afirmam, inclusive, que "parece inevitável" (p. 440) *a constituição de pelo menos duas línguas gerais de base africana*, uma de base Bantu e outra, Yorubá. Segundo eles, a descoberta da comunidade Cafundó e de sua língua *sui generis*, no interior do estado de São Paulo, reforçaria a tese das línguas gerais de base africana: no caso, uma língua com gramática portuguesa e léxico Bantu utilizada para comunicação intergrupal. Outro fato que reforçaria essa tese é a grande influência lexical das línguas africanas no português popular do Brasil. Dadas essas línguas gerais de base não-européia, segundo os autores, seria "dispensável" a existência de pidgins ou crioulos de base lexical portuguesa.

Essa argumentação dos autores não convence. Ora, uma língua como o Cafundó, que se sabe de uso bastante restrito, até ritual, não pode servir de argumento decisivo para a existência de *línguas gerais* pidgnizantes de base africana. Além disso, apesar de parecer difícil acreditar que não tenha havido

crioulos ou pidgins de influência africana no Brasil, dada a imensa leva de escravos negros que aqui foram vendidos e explorados, realmente não há essas evidências. Nesse caso, parece-me que cabe ao sociolingüista investigar, por exemplo, os aspectos sócio-culturais, econômicos e identitários que envolveram o micro e o macro-cenário em que estiveram presentes os escravos africanos, tentando entender o porquê de tanto silêncio histórico sobre as línguas africanas no Brasil ou sobre a "micro-política lingüística", se posso chamar assim, que esteve presente no dia-a-dia dos africanos aqui escravizados e, depois da escravidão, ainda explorados. Em todo caso, na falta de evidências, o sociolingüista poderia contribuir com hipóteses explicativas, mas seria bom para a área que uma hipótese fosse tratada como tal.

4. Conclusão

Neste artigo, procurei refletir sobre o tratamento que dois autores deram aos dados lingüísticos históricos, em pesquisa no interior da sociolingüística. Há indícios, nesse tratamento, de que fazer sociolingüística não prescinde da necessidade de *exatidão*, esta tão presente nas ciências exatas e tão difícil nas ciências humanas. Eu diria que eles acreditam naquela idéia de Labov, citada na introdução, de que é possível ordenar o caos da fala. Esse parece um reflexo de uma das grandes ilusões de nós, lingüistas: achar que damos conta de nosso objeto de análise.

Referências Bibliográficas

BERLINCK, Rosane de Andrade. A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, Fernando (org.) *Fotografias sociolingüísticas*: Campinas: Pontes/UNICAMP, 1989.

_____. *A ordem V SN no português do Brasil:* sincronia e diacronia. Dissertação de Mestrado. IEL, UNICAMP, Campinas, 1988.

NARO, Anthony Julius, SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre as origens do português popular do Brasil. D.E.L.T.A, Vol. 9, No. especial, 1993 (437-454).

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. 3. ed. Trad. de Antônio Chelini *et al*. São Paulo: Cultrix, 1971.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1963.

A PRODUÇÃO DE TECNOLOGIA NAS CIÊNCIAS HUMANAS: O CASO ENDICI

CLAUDIA WANDERLEY*

As universidades tiveram transferidas várias publicações específicas sobre pesquisa voltadas para áreas científicas para a internet. Este tipo de passagem é chamada por Orlandi de *transporte*[1]. Trata-se, grosso modo, de uma importação bruta de um modelo de uma região para outra região, sem considerar as diferenças e especificidades locais que viabilizavam a realização do modelo em seu lugar original. E neste caso considero que esta importação se dá da região da impressão para a região do hipertexto. Este tipo de "empréstimo" embora seja a prática corrente não é a única maneira de trabalhar na rede. Também é possível explorar as potencialidades do meio eletrônico, sem querer produzir simulacros do sistema impresso.

Até onde sabemos, ou até a realização do projeto Endici, não havia sites, que utilizassem a produção teórica de sua área de conhecimento para implementar uma "prática" na rede, digamos; com exceção evidente dos trabalhos do próprio pessoal da área da computação. Ou seja, de acordo com nosso levantamento realizado em 2000, não há site na web que recorra ao ambiente www, considerando-o simultaneamente como: 1)objeto de reflexão, 2)implementação e desenvolvimento de software, ambos ligados fortemente A)a um campo teórico, B)a uma reflexão sobre sua prática possível no ambiente web, e C) a uma política de circulação de informação e propriedade intelectual embasada nesta reflexão teórica específica.

Em nosso levantamento, não encontramos pesquisadores diretamente conectados a rede, e oferecendo um serviço relativo a sua área, através de um software produzido com tal finalidade para o ambiente www.

* IEL/UNICAMP.

[1] Orlandi, 1998.

Este é parte do trabalho realizado para construir o sistema Endici. A parte com a qual trabalhei[2] mais especificamente durante este ano e meio de pesquisa. E são algumas destas instâncias de reflexão, necessárias à produção de um instrumento de linguagem, e alguns resultados de trabalho que apresento e discuto aqui.

II. A Construção Eletrônica

Para construir um glossário eletrônico sobre Saber Urbano e Linguagem, fundamentalmente a noção de construção se impõe. Os glossários têm uma história específica na história do conhecimento, já os meios eletrônicos e seu desenvolvimento são criados em outra época, com diferentes finalidades, e as teorias e metodologias para compreensão da linguagem (minha área de formação) também têm sua história particular na tradição acadêmica. Enfim, qual a "dosagem" de presença e reflexão sobre cada um dessas vertentes?

Ao produzir esta pergunta teoricamente, ao perguntar 'como orquestrar a construção deste glossário na web com tantos elementos?', a resposta como Analista do Discurso é: através da teoria da linguagem, na contradição destas relações.

Assim, o ponto de partida para nós nesta construção é:

1) O que um lingüista precisa saber para fazer um glossário eletrônico?

A primeira vista, para estar no ambiente eletrônico de rede, o pesquisador – como qualquer outro profissional interessado no meio – precisa saber quais são os fatores gerais relevantes para haver transferência de informação na web. Um antropólogo americano e um pesquisador holandês de cooperação intercultural, Hall & Hofsted (apud Bradley 2002[3]) sugerem três fatores relativos à transferência de informação, independentemente da audiência, local e ou método de entrega; o foco é a entrega eletrônica de informação via internet. Os fatores que eles apresentam são:

---

[2] cf. Wanderley, Claudia. The theoretical procedures to build an e-service for research results spread. In http://semanticweb2002.aifb.uni-karlsruhe.de/programme.htm

[3] Considerations for Connecting with a Global Audience, Red Keith Bradley, Slippery Rock University Slippery Rock, Pennsylvania
http://www2002.org/alternate/679/index.html

i. quem envia ou produz a informação, que a codifica para seu propósito, i.e. vendas, transferência de conhecimento ou como um instrumento de comunicação.
ii. A própria informação incluindo o meio, formato, layout, propósito e temporalidade da mensagem; e
iii. O receptor da informação que precisa estar apto a decodificar a mensagem e interpretá-la de acordo com seu background e herança cultural.

Para quem trabalha com teoria lingüística, esses elementos saltam aos olhos. É uma elaboração que exclui o funcionamento da própria linguagem. Embora todos os fatores girem em torno da informação, em momento algum se toca na questão de que as informações são linguagem, ou melhor, discurso.

Então consideremos rapidamente como compreender estes fatores sob a luz da teoria da linguagem com a qual trabalhamos, a Análise do Discurso realizada no Brasil[4].

A) Um pouco de teoria da linguagem para pensar tecnologia da linguagem

Pensando a partir de uma *disciplina da interpretação*, a tecnologia de linguagem se coloca para nós como um instrumento feito a partir do estudo e da compreensão da *língua imaginária*. Nos diz Orlandi, sobre as *línguas-imaginárias*, "são as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas. Construção. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas-imaginárias." (Orlandi & Souza, 1988:28).

Ora, as novas tecnologias chamadas tecnologias da informação são produto de línguas imaginárias (linguagem de programação) funcionando em materialidades de silício, de energia, e em rede.

Essas línguas-imaginárias como uma *norma* por exemplo presente nas gramáticas, circulam em diferentes teorias lingüísticas em diferentes modelos. Nos atendo ao nosso exemplo, a gramática pode ser um livro na estante, uma referência de consulta, um tesouro do conhecimento sobre a língua, um

[4] Neste caso enfatizo "realizada no Brasil", porque é graças à contribuição significativa de Orlandi sobre a questão da materialidade da linguagem, entre outras, que foi possível conceber o deslocamento heurístico, técnico e político que propusemos para realizar esta "transferência de informação via internet" na construção do glossário de base.

programa utilitário para computador, uma evidência histórica da unidade identitária nacional, um artefato da política lingüística, um elemento detectável no tecido cerebral, um processo cerebral não localizável, uma intuição inerente ao ser humano, etc. Enfim, os objetos de estudo sobre a normatividade lingüística se constituem como efeito de evidência da interpretação realizada em cada caso, se fixam e partem daí, da própria *materialidade* da posição da norma, situada na pergunta do pesquisador, para uma discussão sobre a natureza da "norma" como objeto real já ancorado na instituição que este funcionamento discursivo produz.

Isto, nos leva a considerar que o lugar da *materialidade* (Orlandi 1999) do sentido é um tipo de real, a partir do qual a ciência pode organizar e produzir conhecimento, análises, artefatos, que mais tarde poderá funcionar como política de administração dos sujeitos (Pêcheux, 1975). Assim, não propomos pensar o homem contemporâneo como cume de um processo linear de evolução partindo do homo sapiens que tem seu ápice atual na tecnologia, embora isto seja atualmente bastante útil para justificar e deflagrar a famosa globalização (cf. Wanderley, 1999).

Para nós analistas do discurso, mesmo pensar a passagem de um sujeito-carbono, um sujeito biológico, um sujeito-social, ou de algo semelhante para sujeito-silício, ou sujeito-energia elétrica, ou sujeito-linha-telefônica, ou sujeito-fibra-óptica, ou o sujeito-ciber, ou sujeito-web ou wap, enfim um sujeito já-lá afetado pelas novas tecnologias não é um caminho produtivo.

Mais diretamente isso significa que discutir como um cotidiano já-lá se modifica quando o sujeito "adentra" o mundo ciber, como o tempo já-lá acelera, ou como a geografia sub-sumida afeta de forma contraditória a prática já-lá anteriormente possível, traz de imediato como evidência a presença incontornável deste já-lá. Em Análise de Discurso, compreendemos metodologicamente o já-lá como memória, que não é – neste caso – o objeto central de nossa reflexão. O que não quer dizer que a memória não conta. Simplesmente consideramos que há um já-lá que sustenta a discursividade do mundo "físico", digamos, e uma outra que sustenta as necessidades de avanço tecnológico acompanhadas de políticas vigorosas para a assimilação social destes avanços. Em ambos os casos há uma convergência destas discursividades através do sentido de "avanço", "desenvolvimento".

De fato, não é nosso objetivo aqui traçar este percurso de convergência de sentidos, nem re-afirmá-lo; mas sim entrar nesta conversa a partir da perspectiva da linguagem, ao considerar técnica, prática e teoricamente o que podemos dizer destas tecnologias a partir de nossa filiação prática-teórica.

Portanto, a reflexão sobre novas tecnologias que propomos se posiciona na relação com as composições das condições de produção e transformações dos sentidos possíveis pelas/sobre novas tecnologias, e dos produtos dessas *línguas-imaginárias* tão em voga hoje.

O que, como já disse, mais me chama a atenção como lingüista é que embora as novas tecnologias se organizem praticamente a partir de relações entre diferentes reais da língua, o produto destas tecnologias comumente divulgado é, aparentemente, (a)portar "informação".

E aí é necessário um pequeno parênteses ...

2) Pequeno parênteses sobre a materialidade do sentido

De fato, para realizar este (a)porte, línguas-imaginárias são produzidas e propõem um simulacro do funcionamento de sua própria estrutura imaginária, como se fossem uma língua fluida. A velocidade da rede e a quantidade de informações se confundem com a própria fluidez dinâmica da linguagem humana. E por um instante sem recuo, o computador fala como nós e se comunica conosco, se comunica com outros computadores e nos comunica entre nós, escolarizados, alfabetizados.

Minha posição é que não há dúvidas que este fato não deixa de ser real em termos da teoria da linguagem, mas para produzir tal afirmativa é necessário recuar teoricamente a uma posição materialista e afirmar que sim o computador produz sentidos, se considerarmos que o real do computador é uma *língua-imaginária* e a base material (na maior parte dos casos) é de silício. E aí, desta perspectiva temos uma produção de sentidos sim. O computador caso seja trabalhado para funcionar com particularidades semânticas (me refiro especificamente a estudos de websemantics, e de robótica que venho acompanhando) significa, produz sentidos a partir deste real.

Ao meu ver, portanto, o que difere uma prática de linguagem de um computador de uma prática de linguagem de um ser humano, em última instância, são 1) a materialidade desta prática de linguagem e 2) a posição histórica

destes dois objetos[5] na sociedade. Ou nas palavras de Michel Pêcheux: diferentes tipos de real. Ou ainda, a partir do trabalho de Orlandi, já podemos formular: diferentes reais sobre/da/na/pela língua.

Só para concluir este breve parênteses, no caso dos seres humanos escolarizados (ou ocidentalizados), digo que a linguagem se organiza por diferentes tipos de língua-imaginária, – a própria gramática já citada é um exemplo em nossa cultura – e a base material (na maioria dos casos também) é de carbono. E aí que jogam materialmente as diferenças discursivas entre uma conversa e uma consulta na web.

E é justamente aí que a Análise do Discurso vai ser fundamental para a construção de um Glossário na Web que considere estes processos, os possíveis diferentes tipos de real, e viabilize um instrumental teórico e técnico que não re-produza este apagamento da presença/diferença da linguagem, da língua-fluida, da língua-imaginária e das materialidades no meio eletrônico.

A construção de um glossário que considere o real da língua no meio eletrônico é uma necessidade para compreender o próprio funcionamento da linguagem; é uma necessidade teórica na relação com as tecnologias da informação. E isso apenas pode se dar a partir de uma prática: no batimento entre a construção de um software e a compreensão do funcionamento discursivo aí, de maneira heurística.

II. Considerações

Ao nosso ver, este projeto de trabalho diz respeito a uma compreensão da transdisciplinariedade como um lugar de promover questões que coloquem em causa algumas das evidências às quais a produção do conhecimento, e sua divulgação, estão sujeitas. Por exemplo, a transparência da linguagem e sua reprodutibilidade infinita (cf. anexo 1). E, neste sentido, nosso esforço é compreender quais os papéis possíveis para a teoria da linguagem, no momento em que a percepção da "era da informação" ignora a presença da linguagem como objeto material e real. Um espaço de trabalho político, que toca nossa maneira de compreender, falhar, interpretar, se equivocar e se dizer historicamente. Um trabalho reflexivo.

[5] Sobre a perspectiva do ser humano como objeto, ver minha dissertação, 1999

Anexo1 - A produção de tecnologia nas ciências humanas: o caso Endici

I. A proposta de um software

Para compreender como é possível produzir o a(porte) de "informação" de que falam os autores, fizemos um caminho distinto. Ao invés de buscar o que significa aportar informação, que seria entrar novamente no ponto cego de relação com a língua; propusemos uma reflexão que compreende as novas tecnologias como linguagem. Para tanto – primeiro momento -, precisamos estabelecer qual o elemento mínimo da perspectiva teórica da linguagem que poderia constituir a base de análise para um objeto construído por diferentes reais de língua, e escolhemos o "texto" para funcionar neste lugar. Não é a noção corriqueira que aprendemos na escola, que foi utilizada, mas a noção que Orlandi inaugura considerando-o uma unidade significativa. Diz Orlandi (2001:78)

> "[...] trata-se do texto como forma material, como textualidade, manifestação material concreta do discurso, sendo este tomado como lugar de observação dos efeitos da inscrição da língua sujeita a equívocos na história. Trata-se do texto como unidade de análise (científica) do discurso. E é essa sua qualidade teórica, o de ser unidade de análise"

E é justamente esta qualidade de ser unidade que viabiliza o cálculo discursivo que produz o elemento mínimo produtor de informação do software: o texto. Retomando Michel Pêcheux (1969:87) em seu "esboço de uma representação formal dos processos discursivos", para formular esta noção de Orlandi de modo a ser viável elaborá-la para uma implementação eletrônica, temos em Pêcheux:

> "[...] fazemos a hipótese de que dadas as condições de produção de um discurso D_x no estado n , ou seja, I^n_x, é possível lhe fazer corresponder um processo de produção D_x, no estado n , processo que designaremos Δ^n_x ."

Ao discutir tanto a questão da correspondência entre I^n_x e Δ^n_x e a questão da transformação $I^n_x \rightarrow I^{n+1}_x$, Pêcheux (idem) propõe duas regras. São elas:

Regra 1

"*O processo de produção de um discurso* D_x *(no estado* n *) resulta da composição das condições de produção de* D_x *(no estado* n *) com um sistema lingüístico* L *dado.* Convencionaremos notar esta operação de composição pelo símbolo o , e escreveremos:

$$I^n_x \text{ o } L \rightarrow \Delta^n_x \quad "$$

Regra 2

"*Todo processo de produção* Δ^i_y *, em composição com um estado determinado* n *das condições de produção de um discurso* D_x *induz uma transformação deste estado.* Convecionaremos designar esta composição pelo símbolo *, e escreveremos:

$$I^n_x * \Delta^i_y \rightarrow I^{n+1}_x . \quad "$$

Ao nosso ver, a noção de texto elaborada por Orlandi, pode funcionar em ambas as regras preenchendo a variável n na qualidade de "forma material", um estado possível de ser considerado nas formulações, que convencionarei designar *f* (*f* estando dentro de n), e assim, no caso das correspondências haverá um cálculo diferenciado para realizar a passagem do que chamei anteriormente de base material, considerando aí o carbono e o silício, ou respectivamente *f*c e *f*s (um estado de funcionamento de uma materialidade de carbono, e um estado de funcionamento de uma materialidade de silício[6]). Assim em escrita formal para construir Endici, temos o seguinte cálculo:

$$(If c_x \text{ o } L \rightarrow \Delta f c_x) \quad \text{o} \quad (If s_x \text{ o } L \rightarrow \Delta f s_x) \rightarrow \Delta f s_x.$$
$$(If c_x * \Delta^i_y \rightarrow If c{+}1_x) \quad * \; (If s_x * \Delta^i_y \rightarrow If s{+}1_x) \rightarrow If s{+}1_x.$$

O que fica evidente portanto, é que a elaboração de fator específico de variança para o discurso D_x, abre a possibilidade de considerar diferentes tipos de reais da língua, pela composição específica no trabalho de diferentes mani-

[6] Neste trabalho as noções de carbono e silício, funcionam como relação de estruturação simbólica da própria relação com a língua, e não imediatamente filiadas aos domínios da física ou da química.

festações materiais concretas do discurso. Esta consideração é possível justamente por não apagar estas formas materiais. E é exatamente isso que permite a elaboração formal de um procedimento de linguagem a ser realizado pelo software, e nos injunge a significar estas relações diferentemente ($\Delta fs_{x'}$ e $Ifs+1_{x'}$), necessitando produzir um procedimento tecnológico distinto.

A) O funcionamento da Endici

Assim, a Enciclopédia Discursiva da Cidade (Endici) é o primeiro projeto na web a considerar a linguagem em sua materialidade para confecção de recursos eletrônicos de navegação. Uma vez que a equipe de pesquisadores do Labeurb propôs estabelecer, na rede mundial de computadores, uma relação não positiva com o sentido, com a língua, com a cidade, com o espaço.

O software introduz eletronicamente um procedimento parafrástico entre os recursos do discurso eletrônico da web. Endici é bastante diferente de glossários, dicionários e enciclopédias que foram pensados numa base lógica, ou organizados alfabeticamente. Endici é dedicada a uma relação específica com a linguagem, proposta pela Análise de Discurso produzida no Brasil. E é importante salientar que é exatamente por isso que a Endici não lida com um fundo comum de palavras e conceitos, ela lida com um fundo comum de textos. O que afeta a relação com a língua, com a tecnologia, e com os recursos do discurso eletrônico produzindo uma especificidade estrutural no sistema da Endici.

RECONSTRUINDO A MEMÓRIA DO CEFET-MG: UMA CONTRIBUIÇÃO À REFLEXÃO CRÍTICA DA EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

BERNADETTH MARIA PEREIRA*

Apresentação e Justificativa

A historia do CEFET-MG (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais) principia no inicio do século XX, 1910, com a criação da Escola de Aprendizes e Artífices para o emergente mercado de trabalho da nova capital do Estado de Minas Gerais. Desde então, passou por várias denominações e missões até a implantação da instituição como um centro de educação tecnológica, autarquia vinculada ao Ministério da Educação e Cultura e Desportos em 1978.

Seus cursos evoluíram da antiga formação de aprendizes e artífices para a formação de cursos do ensino médio e técnico; pós-médio; cursos de graduação de Engenharia Industrial, Tecnólogo em Normalização e Qualidade Industrial, Engenharia de Produção Civil, Tecnologia em Radiologia e Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes; pós-graduação lato-sensu e stricto sensu; promove cursos de especialização e aperfeiçoamento, desenvolvendo pesquisas nas áreas técnica e industrial, através da prestação de serviço às empresas, mediantes convênios.

Hoje, o CEFET-MG, com sede em Belo Horizonte, mantém Unidades Descentralizadas (UNED's) nas Regiões do Triangulo Mineiro (Araxá), Zona da Mata (Leopoldina) e Centro Sul (Divinopólis) e o recentemente inaugurado

* Professora do CEFET-MG (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais). Especialista e Mestra em Psicopedagogia da Educação pela Universidad de La Habana - Cuba. Doutoranda em Educação pela UNICAMP.

Centro de Ensino Tecnológico de Timóteo (CET/Timóteo), numa parceria entre o Cefet-MG e a Prefeitura Municipal, dessa cidade do leste mineiro e o setor produtivo da região.

Mudaram-se as profissões, cresceu a instituição, mudaram-se as maquinas e ferramentas, outras se encontram conservadas graças aos cuidados de alguns profissionais apaixonados com seu trabalho. No momento em que vemos nascer novas iniciativas de preservação do acervo e da memória das profissões, com o surgimento de novos museus, como o Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte, e com as mudanças nos conceitos museológicos de outros, a necessidade de se conhecer o acervo acumulado e a memória da instituição, além daquela de tornar públicos esse acervo e essa memória torna-se, para nós, evidente.

Portanto, o nosso projeto de pesquisa justifica-se por desencadear a execução de atividades que proporcionem não apenas reconstruir a memória e retratar a trajetória de uma instituição e dos indivíduos que nela atuaram e atuam, ao longo de seus quase 100 anos, mas também proporcionar uma discussão e reflexão crítica envolvendo a evolução da Educação Tecnológica, entre os atores sociais que vivenciaram e vivenciam o cotidiano escolar do CEFET-MG (Centro Federal de Educação tecnológica de Minas gerais).

Objetivo

O objetivo da nossa pesquisa é reconstruir a memória sócio-histórico-cultural da trajetória do CEFET-MG através de múltiplas fontes:

a) documentos textuais;
b) documentos iconográficos ; THOMPSON (2002); VON SINSOM (1991) BRAYNER (2000); NUNES (2000); MAGALHÃES (1997);SARAIVA e PAIVA-CHAVES (2000);
c) depoimentos orais. NUNES (2000); MAGALHÃES (1997);SARAIVA e PAIVA-CHAVES (2000);

A abordagem metodológica

> A *metodologia que adotamos revela algo sobre nós mesmos.*
> BORGES (1994).

As opções metodológicas deste trabalho serão fundamentadas em uma pesquisa teórico-bibliográfica e em uma pesquisa empírica.

A pesquisa empírica tem como referência os pressupostos teóricos da Metodologia da História Oral ou Método Biográfico, VON SINSON (2000), PORTELLI (1997), NORA (1991;1993), COHEN (1993) entre outros. Ela constará de depoimentos orais que, ao registrarem a história de vida de indivíduos, focalizam suas memórias pessoais e constróem uma visão mais dinâmica do funcionamento das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem. Muitas dessas memórias são chamadas subterrâneas porque ficam à margem da história oficial.

Registrando as experiências vividas pelos informantes em fitas magnéticas de áudio ou vídeo, construiremos um instrumento fundamental para a compreensão do passado recente.

A metodologia da História Oral também possibilita que indivíduos pertencentes a categorias sociais geralmente excluídas da história oficial possam ser ouvidos - deixando registradas para análises futuras sua própria visão de mundo e aquela do grupo social ao qual pertencem. VON SIMSON (2000).

Esse método apresenta um caráter novo e envolvente, porque pressupõe uma parceria entre informante e pesquisador, construída ao longo do processo de pesquisa e através de relações baseadas na confiança mútua, tendo em vista objetivos comuns. Constrói-se assim, uma visão do passado muito mais abrangente e dinâmica. PORTELLI (1997).

Paul THOMPSON (2002), através da sua definição de História Oral, reforça a idéia de que por meio da escuta das pessoas e dos registros de suas lembranças e experiências, poderemos interpretar a história, as sociedades e a cultura. A História Oral abrange tanto a análise das sociedades mais amplas como das vidas individuais. Ela une ao mesmo tempo, a evidência da pesquisa qualitativa e quantitativa fortalecendo a análise de ambas.

As interpretações de histórias de vida, dos relatos em profundidade, podem ganhar muito se acrescidos da dimensão psicológica, pois existem impor-

tantes *insights* a partir da psicanálise. Tanto as perspectivas psicológicas como as sociais são importantes para a interpretação.

Assim, optamos pela metodologia da História Oral como perspectiva de estudo que intenciona compreender e analisar, através da reconstrução das experiências vividas, dos processos e das relações que ocorreram no interior da escola, as diferentes dimensões da história da nossa instituição, de seu vínculo com o movimento social e com a cultura[1].

A metodologia da História Oral permite também uma perfeita aproximação com alguns elementos do pensamento de Walter BENJAMIN (1975, 1985,1987,1989), que fundamentará a nossa pesquisa teórico-bibliográgica. Tais elementos nos permitirão compreender as questões de tempo, história, memória, identidade, linguagem narrativa e a relação sujeito-objeto no contexto das práticas sociais e culturais dos diversos grupos que formam a instituição.

Benjamim busca uma íntima conexão e diálogo entre o sujeito e o objeto, entre o eu e o outro no ato da produção do conhecimento. A linguagem em Benjamim expressa a sensibilidade, a experiência vivida e a relação com o outro como forma de superar a concepção do conhecimento construída em cima da razão, da ordem social da modernidade capitalista. Nessa ótica, a dimensão do sujeito que prevalece é aquela em que estão presentes a verdade absoluta e a subjetividade não pode intervir.

Para Benjamim é através da linguagem que constituímos as nossas relações e nos constituímos nesse movimento. A linguagem é algo vivo que precisa trazer à tona os sujeitos, as pessoas e suas experiências vividas que emergem através da memória.

Aplicabilidade dos resultados da pesquisa e o impacto previsto

O desenvolvimento da pesquisa e principalmente o seu resultado ira viabilizar:

a) a criação de um Centro de Memória da instituição e um Museu Aberto de Ciência, Tecnologia, Educação e Arte; LE GOFF (1985); MAUAD (1997); BRITO (1989);

[1] A concepção de cultura aqui empregada é feita dentro de uma perspectiva mais abrangente, em que a cultura é vista "*... como estruturante profundo do cotidiano de todo o grupo social e se expressa em modos de agir, relacionar-se, interpretar e atribuir sentidos, celebrar, etc.*" (CANDAU, 1997: 239)

b) a produção de um documentário com os relatos das experiências dos profissionais que vivenciaram o cotidiano da instituição; QUEIROZ (1992); SINOTI (2000); NUNES (2000)
c) a elaboração de uma home-page da memória institucional e de um Museu Tecnológico Virtual; FELDEMAM-BIANCO (1998); NUNES (2000);
d) a criação de disciplinas ligadas especificamente ao tema do projeto e a consolidação de uma linha de pesquisa emergente na instituição, que conta desde o ano de 2001 com uma Comissão Permanente de Registro Histórico, e participa de projetos de pesquisa museológica.

Infra-estrutura disponível para o projeto

Este projeto está vinculado ao PQI 2002 (Programa de Qualificação Institucional) da CAPES, que pressupõe uma cooperação entre os grupos de estudo e pesquisa da instituição cooperante, no nosso caso a UNICAMP, e a instituição de origem, o CEFET-MG.

A instituição cooperante, através do Centro de Memória da UNICAMP, oferecerá apoio técnico por meio de seus laboratórios e distintas áreas de trabalho:

a) **Laboratório de historia oral**: orienta e fornece infra-estrutura de equipamentos e acompanha tecno e metodologicamente as pesquisas realizadas no CMU que se utilizam de recursos da Historia Oral. Ele recebe e armazena acervos formados por relatos orais colhidos pelos pesquisadores e os disponibiliza à comunidade cientifica em geral.
b) **Arquivos históricos:** Os serviços prestados pela área de arquivos históricos incluem a orientação de acesso ao acervo e a disponibilização de uma ampla sala de pesquisa equipada com micro computadores e leitoras copiadoras de microfilmes e microfichas.
c) **Documentação iconográfica** A área de documentação iconografica é responsável pelo tratamento de coleções de fotografias e vídeos.
d) **Laboratório de restauração de documentos gráficos:** O laboratório de restauração de documentos gráficos adota metodologias e técnicas de trabalho de preservação de documentos e de restauração de obras.
e) **Publicações do CMU:** A área de publicações do CMU destina-se à divulgação da produção cientifica, literária e artística promovidas ou estimuladas através das pesquisas que o mesmo abarca.

f) **Coordenadoria de pesquisa:** objetiva traçar uma filosofia e uma política de pesquisa e racionalizar recursos humanos e materiais a serviço do CMU.

A instituição de origem fornecerá apoio técnico à realização da pesquisa, principalmente através dos seguintes setores:

a) **Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação (DPPG):** através do Mestrado em Educação Tecnológica, dará apoio técnico à realização da pesquisa, principalmente através da equipe de professores e técnicos do LACTEA
b) **Laboratório Aberto de Ciência, Tecnologia, Educação e Arte (LACTEA):** O LACTEA conta com uma equipe de professores que trabalham na orientação de vários projetos de pesquisa, entre eles o de novos objetos e novos artefatos para as profissões emergentes visando, principalmente, à formação humanistico-tecnológica dos novos profissionais. Além disso, esses professores pesquisam também os objetos e artefatos que compõem o acervo e a memória histórico-institucional numa proposta de reconhecimento, recuperação e exposição desses objetos e artefatos num contexto museográfico e museológico que referendariam a importância da evolução das profissões no desenvolvimento da jovem cidade de Belo Horizonte.
c) **Comissão Permanente de Registros Históricos:** Foi criada em 2001 com o propósito de recolher, identificar e preservar o acervo do CEFET-MG.

Metas Previstas

Uma meta estabelecida é a formação de equipes compostas por docentes, funcionários técnicos, alunos da graduação e pós-graduação com a função de viabilizar a construção do acervo do CEFET-MG, através da formação de mão de obra especializada.

Esse "sentido de raízes, de identidade comum e de comunidade é crucial para permitir a ação social local. A História Oral pode, sem dúvida, dar sua contribuição para isto." (THOMPSON, 2002). Através do potencial da História Oral pretendemos reconstituir a memória sócio-histórico-cultural do CEFET-MG, gerando uma compreensão humana entre grupos e fortalecendo a formação de suas identidades em uma era global tendendo para uma cultura homogeneizada.

Referências

BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. R.J. Tempo Brasileiro, 1975

_____. *Obras escolhidas I. Magia e Técnica, Arte e Política*. S.P. Brasiliense, 1985

_____. *Obras escolhidas II. Rua de Mão Única*. S.P. Brasiliense, 1987

_____. *Obras escolhidas III. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. S.P. Brasiliense, 1989.

BRAYNER, Natália Guerra. Imagens e Pesquisa: diálogo entre ciência e arte. In *Tramas, Espelhos e Poderes na Memória*. Cadernos do CEAM. Universidade de Brasília. Ano I - No 2 -2002

BRITO, Marilza E. *Memória e Cultura*. Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1989

COHEN, Yolande. História Oral: uma metodologia, um modo de pensar, um modo de transformar as Ciências Sociais? *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Hucitec,. 1993.

LE GOFF, Jacques. Monumento/Documento. In: *Enciclopédia einaudi*, Lisboa, v.1, 1985. Apud MAUAD, Ana Maria. História, iconografia e memória. In VON SIMSON, Olga. (org). *Os desafios da História Oral*. Campinas. Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.

MAUAD, Ana Maria. História, iconografia e memória. In VON SIMSON, Olga. (org). *Os desafios da História Oral*. Campinas. Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Introdução, in FELDMAN-BIANCO, Bela e LEITE, Miriam L. Moreira (orgs). Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas, Papirus, 1998, apud NUNES, José Walter. Os grupos populares na filmografia de Brasília, in *Tramas, Espelhos e Poderes na Memória*. Cadernos do CEAM. Universidade de Brasília. Ano I - No 2 -2002

NORA, Pierre. Le lieux de mémoire. Gallimard, 1984 apud DE DECA, Edgar Salvadori. Memória e Cidadania. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). *O direito à memória*. São Paulo: DPH, 1991. P.129-136

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, PUC - SP. 10, 1993.

NUNES, José Walter. Os grupos populares na filmografia de Brasília, in *Tramas, Espelhos e Poderes na Memória.* Cadernos do CEAM. Universidade de Brasília. Ano I - No 2 -2002

MAGALHÃES, Nancy *A Imagem e fala como memória e história* - notas metodológicas. Trabalho apresentado no IV Encontro de História Oral - ABHO, Universidade Federal de Pernambuco, nov., 1997. (no prelo),

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. In: *Projeto História.* São Paulo, PUC – SP. 14, 1997.

_____. O que faz a história Oral diferente. In: *Projeto História.* São Paulo, PUC – SP, 14, 1997.

SARAIVA, Regina C. Fernandes e PAIVA-CHAVES, Teresa. A experiência de descobrir a memória. In *Tramas, Espelhos e Poderes na Memória.* Cadernos do CEAM. Universidade de Brasília. Ano I - No 2 -2002

QUEIROZ, M. I. Relatos Orais: do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMSON,Olga de Moraes, (org.) Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, p.14-43, 1998, apud Rosa, M. Inês et alli. Construindo um projeto coletivo em história oral. *NEHO* - História - USP, no. 1 p.81-90.

SINOTI, Marta Liwinezik. Da gravação à gravação: a entrevista na produção de documentários historiográficos. In *Tramas, Espelhos e Poderes na Memória.* Cadernos do CEAM. Universidade de Brasília. Ano I - No 2 - 2002

THOMPSON, Paul. História Oral e Contemporaneidade. In: *História Oral.* São Paulo. Gandalf Editora LTDA, n. 5. jun. 2002

VON SIMSON, Olga. Memória, Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento: o exemplo do Centro de Memória da Unicamp. P.63-74. In: FARIA Filho, Luciano Mendes de (org) *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação.* Campinas, SP. Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000 (Coleção Memória da Educação)

_____ *Depoimento oral e fotografia na reconstrução da memória histórico-sociológica*: Reflexões de Pesquisa. B.C.M.U. Campinas. V.3 n.5 p.14-24 jan/jun. 1991

SUSTENTABILIDADE: UMA EXPRESSÃO COM QUE SENTIDO?

ANA LUÍZA ARTIAGA RODRIGUES DA MOTTA*

Este artigo focaliza, na perspectiva teórica da Análise de Discurso, *os efeitos de sentidos,* traduzidos pelo discurso sobre desenvolvimento sustentável, no social. Essa materialidade é tomada para análise, a partir de certas condições de produção desse dizer. Observando assim, no fio do discurso, que *"as palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações"*.
(Orlandi:1999) .

"É difícil a vida de pescador... e ainda num sei porque, que eles estão implicando tanto com o pescador profissional... o turista vem deita e rola /.../ será porque nós somos pequeninhos..."
Pescador ribeirinho

O dizer da sustentabilidade se configura em situação o internacional. Mas com que *sentido* o Estado de Mato Grosso, o país, (o Brasil), se inscreve nessa minuta internacionalista dos países do 1.º mundo ao dizer sobre sustentabilidade?

Evidentemente, pensar o processo discursivo ambiental nos remete às condições de produção do discurso em seu espaço sócio-histórico. Como também, mobiliza leituras sobre a constituição, a difusão maciça desse discurso.

Segundo Kitamura (1994)[1], a construção do conceito de desenvolvimento sustentável, surge a partir dos problemas discutidos acerca das questões am-

* Professora do Departamento de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT. Mestranda em Lingüística pela UNICAMP. Este texto é parte da tese (em andamento) de mestrado sobre o discurso ecológico.

[1] Sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, ver Kitamura, Paulo Choji. 1994.*In A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável.*

bientais. Cientistas renomados apresentavam sugestões para estancar ou diminuir o crescimento das economias dos países industrializados. Propostas que eram ignoradas, devido ao interesse pelo crescimento econômico das nações industrializadas.

Já os países em desenvolvimento não sentiam o problema ambiental como algo palpável, já que estavam em processo de desenvolvimento, e pensar em ambiente seria contra as aspirações de desenvolvimento, dos países de terceiro mundo.

O autor Kitamura cita a partir de (Ward & Dubos, 1972), a conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano – inspirada na idéia de "uma só terra", realizada em Estocolmo em 1972, como uma tomada de posições que lança para o social uma ótica globalizante de desenvolvimento, que mais tarde é tomado, é exposto no conceito de **desenvolvimento sustentável**. Assim a avaliação dos problemas ambientais é o pano de fundo que *pôs em destaque a idéia de que o desenvolvimento econômico era compatível com a conservação do meio ambiente.*

No entanto, continua Kitamura (idem) que os avanços de se posicionar dos países industrializados é melhor visualizado a partir da crise do petróleo, em 1973. Mas é em 1987 que é divulgado o documento conhecido como o **Relatório Brundland** ou **"Nosso Futuro Comum".** Um dos pontos destacados no relatório refere-se à insustentabilidade de muitos padrões de desenvolvimento em curso. Nessa direção, *coloca-se que a pobreza, a falta de desenvolvimento e a superpopulação têm ligações estreitas com os problemas ambientais.* (op. cit. 15). O mesmo relatório traz à tona que *o uso e o manejo inadequados dos recursos naturais e do meio ambiente no mundo têm uma relação direta com as desigualdades na distribuição dos benefícios do desenvolvimento.* É daí então, a partir do relatório Brundtland, a popularização da expressão desenvolvimento sustentável.

Viola (1995)[2] diz que *o conceito de desenvolvimento sustentável ocupa uma posição central dentro do ambientalismo,* após, a circulação do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Viola (idem)

[2] Viola, J.Eduardo e Leis, Hector R. 1995. Discutem sobre desenvolvimento sustentável no artigo A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971 – 1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. *In Dilemas socioambientais e Desenvolvimento Sustentável.*

argumenta ainda, que *a acolhida do relatório dá ao conceito de desenvolvimento sustentável um reconhecimento que o conceito de ecodesenvolvimento nunca teve.(p.77)*

Nessa direção, a presença do Estado, das estratégias de ação de trabalho do governo para o desenvolvimento da cidade, do país com infraestrutura, saneamento básico, já significaria *o caminho sustentável*. Como vimos acima, a má distribuição de rendas, a pobreza, a ausência de saneamento básico ilustra o não desenvolvimento sócio-econômico do Estado, do país, da cidade. A sustentabilidade deveria ser pensada a partir dessas condições reais de tratamento do homem com o seu espaço, as suas condições de vida, de relação com a terra, com os rios, com o tratamento de lixos, etc.

Sentimos então, nesse discurso da *conscientização*, da *preservação*, do *desenvolvimento sustentável* a presença e a ausência do Estado com o seu papel de qualificar cidadãos, de dar condições do sujeito exercer os direitos e deveres, a partir de certas condições de produção, dele com seu espaço, o ambiente.

A nosso ver é um dizer que se estende via o discurso da ecologia, pelos vários segmentos da sociedade, ganha as páginas dos jornais, da mídia, e passa por um processo de naturalização, apagando os espaços para a reflexão, sobre esse dizer no social. O sujeito consome a expressão *sustentabilidade, desenvolvimento sustentável*, no dizer do dia-a-dia, mas com que sentido?

Pensando a constituição dessa palavra *sustentabilidade* no social, lembramos João Cabral de Melo Neto ao dizer sobre a existência de palavras no texto Catar Feijão, como um grão imastigável, aquelas que se usam, mas com que sentido?

O sentido, nesta perspectiva teórica da Análise de Discurso, em que nos filiamos, é presença na relação de uma palavra com outra, é movimento, está sempre em relação a . Assim, o sentido não está na expressão mas na formação discursiva que a movimenta, que a produz no social. "Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo o que dissemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras mas na discursividade" (...) Orlandi (1999:43) E aqui, observemos, no dizer do entrevistado, o jogo de sentidos que se instaura na formulação da expressão *sustentável, sustentabilidade* no social.

> " (...) **Turismo sustentável**, Que tanto fala hoje no mundo inteiro. **Nós acreditamos que seja o carro chefe nessa passagem do milênio. No momento todo mundo começou a se preocupar com sustentabilidade, mas gostaríamos ter claro que a comunidade, como cidadãos cacerense cada um de nós pudéssemos ter literalmente conceituada o turismo pra depois você ver a sustentabilidade do desenvolvimento sustentado;** é por isso que tem que ser discutido o turismo e por último, e, no final que nos discutimos o turismo sustentável". (Entrevistado – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, grifos nossos)

Há um jogo nessa formulação entre: "**Nós** que acreditamos que seja o carro chefe nessa passagem do milênio". E na continuidade desse dizer em: "No momento **todo mundo** começou a se preocupar com sustentabilidade(...)" O sujeito se coloca pluralizando o acontecimento em **Nós,** ao mesmo tempo, a posição sujeito se marca, se distancia do acontecimento fundindo - se no pronome indefinido **Todo.** Como já dissemos, é um dizer que se expande pela idéia da globalização. Assim, não sou eu quem estou dizendo, não é ele, mas é **todo o mundo**, que diz sobre **sustentabilidade** no **mundo.** Mas como se inscreve esse dizer na formação discursiva, no discurso de origem retratando as formações ideológicas, daquele que a formulou?

O jogo de palavras, do simbólico no real produz *gestos de interpretação*[3]. O dizer significa pelo movimento das palavras daquele que produz a formulação. Assim, falar sobre sustentabilidade tem a sua carga significativa, não na palavra em si, mas na relação desta com as demais palavras que constituem a formação discursiva.

Os dizeres não significam somente pelo que está distribuído no texto, é preciso pensarmos nas condições de produção do discurso. Pois, ao falarmos, ao escrevermos, ou quaisquer outras manifestações de linguagem nos filiamos a redes de memória, de sentidos constituídos.

Assim, conforme Orlandi (1999:32)[4] "as palavras não são só nossas". Elas significam pela relação, pelas condições de produção, *pela história e pela língua.* A linguagem tem essa plasticidade que aponta para este, aquele, e ou-

[3] Sobre gestos de Interpretação ver Orlandi, 1996.

[4] Orlandi, Eni P. 1999 Discute o funcionamento da linguagem *In Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos.*

tros dizeres que foram ditos, realizados ou que estão sendo possíveis a sua constituição dado o imaginário que faz parte do sujeito no processo discursivo.

É sobre esse tecido, essa espessura semântica, o lugar em que o analista se debruça e questiona sobre a materialidade simbólica, as evidências da linguagem. É nesse *gesto de interpretação* que o discurso se abre para as *escutas*.

Nesse jogo da língua, há que se observar a formação discursiva que constitui os sentidos desses discursos pela análise da posição sujeito que cruza, que significa no discurso.

Nessa direção, o discurso é a matéria-prima, o lugar onde pode- se observar na materialidade simbólica, a ideologia, o sentido acontecendo.

Cidadão e sustentabilidade

Qualificar cidadãos significa abrir possibilidades de outros papéis como frente de trabalho, de renda familiar. Em nosso entendimento, o dizer sobre sustentabilidade, precisa acontecer na base sustentável, para que ocorra o equilíbrio entre as partes que sobrevivem dos recursos naturais. Dito de outra forma, significa apresentar outras alternativas de trabalho para o sustento do cidadão. Já que, os recursos naturais são esgotáveis. Neste caso, o rio Paraguai na cidade de Cáceres-MT, é alternativa de trabalho. É uma condição de trabalho rústico, mas trabalho que dá ao cidadão, o pescador ribeirinho, o direito de sobrevivência e cidadania.

Dessa maneira, não estamos pensando aqui no segmento da sociedade que diz o discurso da sustentabilidade, mas a posição que esse discurso da sustentabilidade ocupa no social. Bem como, nos múltiplos *efeitos* de *sentidos* que são constitutivos das formações discursivas sobre **desenvolvimento sustentável**. Vejamos estas entrevistas:

> "(...)Se pensar aí essas propagandas essa forma visual de começar a tentar sensibilizar mesmo, aquele processo de Educação Ambiental mesmo, né, mostrar o que a gente tem de bonito e tentar **sensibilizar** pra **conservação**, eu acho que é o lado bonito do que tem acontecido, a conservação assim. Mas em relação a **sustentabilidade,** eu acho que ainda falta muito. E talvez por falta de discussão mesmo(...)Por exemplo nós estamos aqui(...) norte do Pantanal, é o início do Pantanal, ii, existem propostas assim, que acabam com, com **a sustentabilidade** do

> ambiente. Por exemplo, a hidrovia." (Entrevistada – bióloga - grifos nossos)
>
> "(...) dentro do Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Nós somos treinados, **nós multiplicadores**, monitores municipais somos treinados para a primeira **fase é a sensibilização / conscientização** para o **desenvolvimento do turismo sustentável**, onde estão discutindo, onde não é o palestrante o mais importante ... e sim os participantes então... dentro nós discutimos o que sobre o que cada um entende do turismo qual a leitura que cada um de nós temos, fazemos nessa palavra TURISMO, conceito TURISMO a partir daí nós vamos discutir" (...) (Entrevista com a Secretária de Turismo e Meio Ambiente - grifos nossos)

Que sentidos está adquirindo *multiplicadores, sensibilização, conscientização, desenvolvimento e turismo sustentável* nessa formulação? Que jogo a matemática da multiplicação textualiza nesse dizer? Sabemos que todo dizer tem uma direção política e social. A língua é essa possibilidade política que o cidadão tem para se dizer, se significar. Mas como trabalhar a sutileza da **sensibilização,** da **conscientização** para o **desenvolvimento sustentável**? De que políticas a cidade necessita diante de um determinado acontecimento para que ocorra a sensibilização? São questões que jogam com o espaço onde o sujeito se significa como cidadão. Como relacionar com o ambiente, que é parte tanto da sociedade como da história sem que ocorra a depredação?

Os sujeitos estabelecem limites, sentidos que são construídos, configurados no social, a partir do discurso institucionalizado. Isto é tomado no espaço urbano devido à posição sujeito, daquele que trabalha com o espaço de recursos naturais, neste caso desta análise o rio, a pesca, o comércio da compra e venda do pescado, do turismo. Assim, o gesto que o cidadão faz, diz sobre ele, sobre o seu papel na sociedade, sobre a sua posição diante da responsabilidade de ter e fazer parte do ecossistema. A nosso ver, não é o excesso de discursos ecológicos que muda a posição do sujeito no social , mas as metas, as ações concretas do Estado no social.

> "Para nós, brasileiros, portanto, a universalidade deste discurso planetário pode silenciar coisas bem mais importantes do ponto de vista desta qualificação do cidadão: água encanada e tratada, esgoto, asfalto.

> Mas ao invés disto ouvimos os argumentos de efeito de "Preservação do Equilíbrio Ecológico". Ora, a melhor maneira de preservar é construir condições para a preservação". Orlandi (2001: 167)[5]

Nessa direção, é preciso trabalhar a sustentabilidade, sustentando–a, e não suturando-a, abafando-a, na transferência de sentidos em que ela se inscreve a partir do Relatório Blundland. Kitamura (op.cit, 21) diz *que é possível identificar contradições presentes nas propostas para o desenvolvimento sustentável. Uma dessas contradições é o imperativo do crescimento econômico.* Ou seja, é impossível os países em desenvolvimento alcançarem os padrões de vida dos países já industrializados, em crescimento sobre uma infra estrutura estável.

Kitamura diz ainda que os documentos subscritos durante a **ECO-92,** mostram que na prática, a visão de desenvolvimento sustentável global parece descartada. E que a presença "verde" nas relações internacionais é o ponto que impõe os limites para os países em desenvolvimento.

Há um dizer, que se diz, propaga-se de fora para dentro, e não de dentro para fora sobre qualidade de vida, e desenvolvimento para os países em processo de desenvolvimento. O mesmo autor observa que sem que exista *uma presença forte do Estado, o desenvolvimento suatentável significará apenas uma melhoria em relação aos problemas ambientais decorrentes do desenvolvimento.* Kitamura finaliza complementando que *os problemas ambientais são também problemas de desenvolvimento, reclamando por soluções globais que contemplem de forma integrada fatores econômicos, sociais, políticos e os estritamente ambientais.*

Assim, muitos problemas ambientais convivem com a ausência, a falta de diretrizes políticas, que congreguem desenvolvimento e a preservação ambiental, do que de discursos políticos que tipicamente simplificam ou silenciam os problemas ambientais.

O dizer, da sustentabilidade a nosso ver produz no real um distanciamento das condições de produção do espaço urbano. A cidade como ela é realizada no discurso, acima, sobre sustentabilidade, fica virtual, irreal. A cidade real não se sustenta, nessa discursividade, já que não há lugar para os problemas

[5] Ver Orlandi, Eni P. 2001. Os efeitos e sentidos que o discurso ecológico textualiza no social,*In Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos.*

reais de infra-estrutura, saneamento básico e o próprio fato da depredação. Há uma redução, um grau zero de problemas em prol da sustentabilidade. Poderíamos dizer no Brasil, ao invés de **desenvolvimento sustentável, desenvolvimento em equilíbrio**. Como não jogar lixo nas vias fluviais, esgoto sem tratamento em rios e lagos, coisas básicas, já que isso produz uma série de danos a saúde do homem e da natureza. Mas se simplesmente entrarmos em uma formação discursiva dita pelos países industrializados, que tem a sustentabilidade econômica e o desenvolvimento, o discurso ecológico *da preservação e da conscientização* não se sustenta, cai no vazio, perde-se pelo excesso, pois o social significa pelo real do que a cidade produz, e é. Quanto ao ícone do discurso da sustentabilidade, esse continua sendo sustentado pela economia do mercado externo industrializado; e, é esse grau de sustentabilidade econômica que os países em desenvolvimento visam.

Desse modo, o sentido da expressão sustentabilidade vai se inscrever em uma outra formação discursiva, devido às condições de produção desse discurso em países, de fronteiras, culturas e políticas de desenvolvimentos distintos. Pêcheux (1990:15) diz que *a mesma palavra, a mesma frase não têm, de novo, o "mesmo sentido".*

Bibliografia

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado.* Rio de Janeiro, Graal, 1985.

COVRE-MANZINI, Maria de Lourdes. *O Que é Cidadania?* Brasiliense, SP. 1995.

DIEGUES, Antônio Carlos (org.) *A Imagem das Águas.* São Paulo:Editora Hucitec, 2000.

DUNLAP, Riley E. The evolution of environmental sociology: abrif history and assessment of the Américan Experience. IN: *The international hand book of environmental sociology.* Northampton, USA. 1997.

FERREIRA, Leila da Costa. *A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil.* São Paulo: Editora Boitempo, 1998.

FERREIRA, Leila da Costa & FERREIRA, Lúcia da Costa. Limites Ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o Estado e para a sociedade. *In.Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável.* Editora da UNICAMP,1995.

HENRY, Paul. Apêndice: Sentido, Sujeito, Origem. *In Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional.*Campinas, SP: 1993

LAGAZZI, Suzy. *A Discussão do Sujeito no Movimento do Discurso.* Campinas, SP. Tese de doutorado, IEL, UNICAMP,1998.

_____ *O Desafio de Dizer Não.* Campinas, SP: Pontes, 1988.

KITAMURA, Paulo Choji. *A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável*– Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental - Brasília, EMBRAPA, 1994.

MENDES, Natalino Ferreira. *Memória Cacerense.* Cáceres: Carlini e Carniato,1998.

NUNES, José Horta. *Formação do Leitor Brasileiro: Imaginário da leitura no Brasil Colonial.* Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1994.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. A análise de discurso: Algumas observações in: D.E.L.T.A., Vol, 2 nº 1, 1986.

_____*Interpretação: autoria leitura e efeitos do trabalho simbó*lico. Petrópolis, Vozes, 1996.

_____ "Enfoque lingüístico / discursivo da educação ambiental". In: Gaia e Ecoar de Educação Ambiental, 1996.

_____ *Análise de discurso: princípios e procedimentos.* Campinas, SP. Pontes, 1999.

_____ Trallhas e Troços: o flagrante urbano. In: *Cidade Atravessada.* Labeurb. Campinas: SP., 2001.

_____ *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos.* Campinas, SP: Pontes,2001

PÊCHEUX, Michel. Discurso e ideologia" in: *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.* (trad.) Eni P.Orlandi. 2. ed. Campinas, UNICAMP, 1995.

_____ *O discurso: estrutura ou acontecimento.* 2. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1997.

ROLNIK, Raquel. *O Que é Cidade?* Brasiliense, SP. 1988.

SILVA, Telma Domingues. *A Biodiversividade e a floresta tropical no discurso de meio ambiente e desenvolvimento.* - teses de doutorado, IEL, UNICAMP, Campinas, SP. 1995.

VIEIRA, Paulo Freire (Orgs.) e HOGAN, Daniel Joseph. *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

VIOLA, Eduardo J. O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. *In. Revista Brasileira de Ciências Sociais.* N.° 3 e Vol. 1 fevereiro, 1987.

VIOLA, Eduardo J. & LEIS, Hector R. A Evolução das políticas Ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo prevacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. *In. Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável.* SP. Ed. Da UNICAMP, 1995.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. Cidade e discurso – paradoxos do real, do imaginário, do virtual. *In. RUA, n.° 4,* UNICAMP - NUDECRI, Campinas, SP. 1998.

SUPRESSÃO DA MENSTRUAÇÃO: UMA DISCUSSÃO SOBRE ALGUNS DOS EMBATES ENTRE NATURAL E CULTURAL

DANIELA TONELLI MANICA*

Esta pesquisa investiga concepções sobre a *supressão da menstruação*, atualmente possível através da utilização de determinadas tecnologias contraceptivas que foram lançadas no mercado brasileiro há menos de dois anos, como as pílulas anticoncepcionais *Cerazette* e *Gestinol 28*, o DIU com progestágeno chamado *Mirena* e o implante *Implanon*. Considera também tecnologias presentes no mercado há mais tempo, como os injetáveis *Depo-Provera* e *Triciclon*, e o *Norplant*, embora este último não tenha nunca sido comercializado no Brasil. Esses contraceptivos diferem das pílulas mais tradicionais porque são formulados basicamente a partir da progesterona, hormônio feminino que, tomado continuamente, evita os sangramentos menstruais.

Procuro apresentar, nessa comunicação, alguns dos argumentos utilizados por ginecologistas em diferentes contextos em que debatem a supressão da menstruação. Utilizo para análise dois livros de ginecologistas: *Menstruação, a Sangria Inútil* de Elsimar Coutinho e *A Inteligência Hormonal da Mulher*, de Eliezer Berenstein[1], artigos e fóruns de discussão sobre o tema na internet, e a observação participante em congressos de Ginecologia.

Um dos ginecologistas mais presentes nessa discussão é Elsimar Coutinho, professor titular de Medicina e Reprodução Humana na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Em 1996, ele lançou a primeira edição de seu livro *Menstruação, a sangria inútil* e, desde então, tem aparecido freqüentemente na mídia para defender a supressão da menstruação. Elsimar Coutinho propõe *a suspensão da menstruação como benefício para a*

* Mestrado em Antropologia Social IFCH/UNICAMP.

[1] Que, na verdade, intitula-se *feminólogo* e não ginecologista.

saúde da mulher, para as mulheres *para quem o sangramento menstrual traz evidentes malefícios* e *para quem a menstruação não passa de um 'incômodo'*.[2] Seu principal argumento se resume nas primeiras páginas do livro:

> *Na realidade, tudo indica que no passado remoto, quando as mulheres começavam a ovular depois dos 18 anos e morriam antes dos 30, a menstruação era um fenômeno raro. Vivendo em bandos, sempre grávidas ou amamentando até a morte, não poderiam mesmo experimentar as menstruações repetidas, possíveis apenas quando mulheres e homens férteis vivem separados. Somente quando o homem começou a se organizar socialmente é que surgiram as condições que deram à mulher a oportunidade e os meios de sobreviver sem ser alvo da ação reprodutora dos homens. Os filósofos gregos, que estabeleceram as bases do racionalismo ocidental, analisaram a menstruação à luz da lógica e concluíram que se sangrar periodicamente não fazia mal às mulheres, devia fazer bem. A caracterização do sangramento periódico, tido como fenômeno benéfico por Hipócrates, o Pai da Medicina, e Galeno, o Príncipe da Medicina, corroborada pela execução da sangria pelo médico como recurso terapêutico insuperável, assegurou à menstruação uma conotação positiva, não apenas útil, mas indispensável à saúde da mulher.* [3]

A concepção de que menstruar faz bem teria, segundo ele, condicionado os laboratórios farmacêuticos a produzir pílulas anticoncepcionais o mais parecidas com o ciclo menstrual possível, preocupando-se, principalmente, com a manutenção dos sangramentos mensais. Com isso, buscavam a maior aderência das pacientes aos métodos propostos.

Além dessa conotação positiva da menstruação, Coutinho aponta para a freqüente associação da menstruação à feminilidade. A utilização de derivados da testosterona, hormônio masculino, na formulação do acetato de medroxiprogesterona (Depo-Provera) levou-o a ser acusado pela AMERJ (Associação Médica do Rio de Janeiro) de, através desse medicamento, estar transformando mulheres em homens. De fato, esse é um dos argumentos de Eliezer Berenstein em seu livro *A inteligência hormonal da mulher*.[4] Segundo ele,

[2] COUTINHO (1996:17)
[3] COUTINHO (1996:18)
[4] BERENSTEIN, Eliezer – *A inteligência hormonal da mulher*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

a mulher diferencia-se do homem em função da sua natureza cíclica, da sua ciclicidade hormonal e comportamental. Retirar das mulheres sua ciclicidade, manifesta mensalmente através dos sangramentos menstruais, seria o mesmo que transformá-las em homens. Essa associação é feita também pelo ginecologista Nelson Soucasaux, para quem o desejo pela supressão da menstruação seria a manifestação de uma rejeição psicológica das mulheres à sua feminilidade. [5]

A menstruação, para esses médicos, é parte de um ciclo natural à mulher, parte do que dá à mulher sua feminilidade. Recusá-la equivale a recusar a própria natureza. E a natureza é algo benéfico, com que não se deve mexer. É através da inversão dessa associação da menstruação ao domínio da natureza que Elsimar Coutinho pretende justificar a sua supressão. Seu argumento principal sustenta-se na afirmação de que a menstruação não é um fenômeno *natural*, e sim *social*, produto da *civilização*. Antes da *organização social*, as fêmeas viviam sob a constante influência da ação reprodutora dos machos, o que impedia-nas de ter ciclos férteis não fecundados e, portanto, de menstruar.[6] Segundo Coutinho, a menstruação é incompatível ao estado de *natureza*, e ele cita exemplos de situações em que mulheres menstruadas estariam destinadas à morte, como ao atravessar um rio cheio de piranhas ou ao aproximarem-se de um urso faminto.[7]

A distinção entre seres humanos e primatas estaria, para Coutinho, na passagem desse estado de *natureza* para a *civilização*, quando teria surgido a oficialização do casamento: *para atender aos interesses da sociedade, a liberdade sexual praticada na vida selvagem já não era permitida. O acasalamento obedecia a regras preestabelecidas.*[8] O casamento ocorria muito cedo e a mulher, então, entrava num ciclo de gravidez e amamentação que a fazia menstruar poucas vezes ao longo da vida.

Se a menstruação não é natural, então como fazer para ficar naturalmente sem menstruar? Essa foi uma das questões feitas a Coutinho, e em respos-

---

[5] SOUCASAUX, Nelson. *Pílulas anticoncepcionais tomadas sem intervenção.* 2000 http://www.guiasexual.com.br/forum/241000.htm

[6] COUTINHO (1996)

[7] No VII Congresso Paulista de Obstetrícia e Ginecologia, em que esteve presente debatendo a questão *É necessário menstruar?*

[8] COUTINHO (1996:28)

ta a ela o autor incluiu, na edição publicada nos Estados Unidos e Europa pela *Oxford University Press* e na nova edição de seu livro em português, um capítulo dizendo como isto é possível. No entanto, as possibilidades limitam-se à gravidez e lactação – não interessantes para as mulheres que buscam a contracepção – e à diminuição brutal da massa gordurosa no organismo com a prática intensiva de esportes – inviável para a maioria das mulheres. *Natural*, neste caso, significa a *não utilização de tecnologias hormonais*.

Esses exemplos revelam como os conceitos *natural* e *artificial* estão colocados em um jogo retórico de oposições. A própria menstruação pode ser pensada como artificial, por exemplo, quando o sangramento não resulta do ciclo menstrual *normal* da mulher e sim do uso de contraceptivos hormonais, como aponta Nelson Soucasaux.[9] Essa artificialidade fica mais evidente no caso das novas tecnologias contraceptivas que não simulam esse sangramento mensal.

O que está principalmente em questão, quando se debate a supressão da menstruação são a fertilidade feminina, a necessidade da contracepção, e a possibilidade da contracepção hormonal. E ao debater a contracepção hormonal, fala-se dos benefícios e riscos das tecnologias e, de uma forma mais geral, da *ação humana sobre o mundo*.

A respeito disso, Sérgio dos Passos Ramos, ginecologista diz o seguinte: *Menstruar ou não menstruar? Um ditado oriental diz que a água corre da montanha para o mar e que é possível mudar o sentido da corrente do rio, mas... não por muito tempo. É possível evitar que a mulher menstrue. Os medicamentos necessários irão contra a natureza e, sempre que se faz isto, há um preço a pagar. (...) Uma coisa é verdade: Todas as vezes que o homem alterou a natureza ele pagou um preço. Resta saber se as mulheres querem pagar este preço.*[10]

Eliezer Berenstein, por sua vez, pensa essas tecnologias como tentativas de controlar a natureza, personificada na mulher através de sua capacidade reprodutora: *Medicações (hormonais ou não) atingindo o objetivo de não menstruar são comemoradas com entusiasmo. Enfim, busca-se o domínio da*

[9] SOUCASAUX (2000)
[10] RAMOS, Sérgio dos Passos – *Polêmica: Menstruar ou não?* 2001. http://www.isabelvasconcellos.com.br/polemica.htm

razão sobre a natureza. É preciso dobrar a natureza aos pés dos homens para mostrar que somos superiores aos deuses que nós mesmos criamos.[11]

Um outro lado da questão da contracepção, que tem sido bastante enfatizado neste debate, é o fato de que, com a ampla utilização de métodos contraceptivos, o número de sangramentos menstruais ao longo da vida da mulher aumentou significantemente. Para Elsimar Coutinho e vários outros médicos, esse aumento é visto como causa de doenças que não eram tão freqüentes "antigamente". Ao relacionar menstruação a doença, efetua-se uma inversão na sua *conotação positiva*, caracterizando-a como algo nocivo, maléfico e insalubre. Assim, justifica-se com mais propriedade a sua supressão.

Esse argumento está implícito na fala do médico José Bento de Souza no fórum de discussão, quando ele diz que a mulher atual menstrua cerca de 450 vezes durante sua vida, enquanto nossas bisavós menstruavam 1/3 disso. Segundo ele, o organismo feminino não ficou indiferente a estas mudanças de estilo de vida e comportamento *e o que presenciamos hoje é um aumento de algumas doenças como câncer de mama, endometriose, miomas do útero, anemia, TPM e outras.* [12]

Essas mudanças de estilo de vida são chamadas, por alguns, de modernidade. Paulo Cézar Fernandes David, por exemplo, atribui o desejo de ficar sem menstruar à *mulher moderna*, e defende a utilização das tecnologias que suprimem a menstruação como um avanço da medicina e um direito da mulher.[13]

Nem todos os ginecologistas, no entanto, se arriscam a afirmar com tanta veemência a positividade da supressão da menstruação e a sua utilização como preventiva dessas doenças em questão. Soubhi Kahhale, professor associado e livre docente da USP, apesar de não ser contra a supressão da menstruação em alguns casos, resguarda-se de recomendá-la para pacientes que sentem-se bem menstruando e diz que *em relação à saúde da mulher (...) ou seja se protege ou não contra determinadas doenças como a endometriose ou algum tipo de câncer, faltam ainda evidências científicas para tal afirmação.*[14]

---

[11] BERENSTEIN (2001: 62-63)
[12] SOUZA, José Bento de – *Polêmica: Menstruar ou não?* 2001. http://www.isabelvasconcellos.com.br/polemica.htm
[13] DAVID, Paulo Cézar Fernandes – *Polêmica: Menstruar ou não?* 2001. http://www.isabelvasconcellos.com.br/polemica.htm
[14] KAHHALE, Soubhi – *Polêmica: Menstruar ou não?* 2001.

Para além do consultório médico, a questão da contracepção é *re-apresentada* no senso comum através da discussão sobre a supressão da menstruação (e aqui utilizo o sentido de re-presentação dado por Daniel de Coppet, que incorpora uma dimensão de ação social[15]) e, embora esse debate não se restrinja ao campo acadêmico da medicina (ginecologia), são os ginecologistas que, de uma posição socialmente caracterizada como de *autoridade*, falam sobre ela. Nestas re-apresentações entram em jogo não somente concepções sobre menstruação, feminilidade e contracepção, mas também as interações sociais que tornam essas questões possíveis e socialmente valorizadas, protagonizadas por ginecologistas, representantes dos laboratórios farmacêuticos, comunicadores e mulheres (enquanto pacientes).

Em função do contexto em que essas interações sociais ocorrem, isto é, de como essas questões são re-apresentadas, dizer que a *menstruação é social* tem um efeito diferente do que, por exemplo, quando fôra enunciado por Roussel no século XVIII, como cita Fabíola Rohden na sua análise sobre o surgimento do campo brasileiro da ginecologia no século XIX.[16] Nas falas aqui apresentadas, este argumento é usado para dizer que menstruar não é necessário; e mais, que a menstruação pode ser suprimida por tecnologias contraceptivas hormonais disponíveis no mercado. Por outro lado, enfatizar a menstruação como intrínseca à natureza feminina coloca o uso dessas tecnologias em dúvida.

É importante perceber, em todo esse debate, que natureza e cultura não têm significados fixos. Elas são, como sugere Carol MacCormack, palavras *polissêmicas*, que desde o século dezoito apresentam-se com significados ambíguos e contraditórios. Por isso, para a autora, a metáfora da natureza não deve ser tomada como verdade em nenhum sentido literal.[17] Para Marylin Strathern, a atribuição de significados fixos a natureza ou a cultura deve-se à

---

http://www.isabelvasconcellos.com.br/polemica.htm Ênfase minha.

[15] DE COPPET, Daniel – Comparison, a universal for anthropology. From 're-presentation' to the comparison of hierarchies of values in: KUPER, Adam (ed.) – *Conceptualizing Society*. London and New York, Routledge, 1992. p.71

[16] apud ROHDEN, Fabíola – *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001. p. 108

[17] MacCORMACK, Carol and STRATHERN, Marylin (eds.) – *Nature, Culture and Gender*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980. p.9

intenção ideológica de *produzir uma dicotomia (...) a partir de um conjunto de combinações (todos os significados que natureza e cultura têm em nossa cultura, ricos em ambigüidade semântica).* [18] A lógica desse processo intencional seria a mesma que cria *oposição hierárquicas* a partir da *diferença*. [19]

Dessa forma, torna-se necessário considerar natureza e cultura e todas as variações que aqui se apresentaram como *categorias êmicas*, conceitos que devem ser relativizados e considerados como construtos culturais constituídos num processo histórico, e ainda em constituição, com todas as suas inflexões e (re)significações; assim como perceber quais hierarquias e oposições são construídas a partir desses conceitos e de que processo social essas oposições estão falando.

Vários autores têm, de alguma forma, se preocupado em demonstrar como a produção de conhecimento – principalmente do conhecimento sobre o *corpo feminino* – está fundamentada por pressupostos historicamente datados, por mitos construídos com intenções ideológicas específicas e por relações de dominação e subordinação. Cabe, então, lembrar o que diz Joanna Overing ao defender que o *conhecimento "puro" nunca está separado do conhecimento moral ou "prático"* [20], e procurar perceber, em meio às falas sobre a supressão da menstruação, como algumas intenções operam com e a partir de determinados conceitos.

Aproveitando-se da ambigüidade desses conceitos e metáforas, os sujeitos aqui apresentados enunciam o seu *veredicto* sobre a supressão da menstruação, associando menstruação ora a feminilidade, fertilidade, maternidade e natureza feminina, ora a modernidade, contracepção, e doenças catameniais. Perceber a configuração desses conceitos nessas falas e a hierarquia que lhes é atribuída é, portanto, fundamental para entender as re-apresentações da menstruação e do corpo feminino.

Acho que a grande contribuição da análise antropológica para a discussão em questão, a produção do conhecimento científico e tecnológico, é, justamente, a relativização desses conceitos, é a demonstração de como eles estão cir-

---

[18] MacCORMACK (1980:177)
[19] MacCORMACK (1980:179)
[20] OVERING, Joanna (ed.) – *Reason and Morality*. London and New York, Tavistock Publications, 1985. p.17

cunscritos a certas intenções ideológicas de seus enunciadores. Penso que isso é fundamental no atual contexto, em que milhões de reais são destinados a projetos como o *Genoma* – cujos primeiros resultados já apontaram para a impossibilidade de se compreender a complexidade humana apenas a partir de moléculas – ao mesmo tempo em que cada vez menos projetos das ciências ditas *humanas* são contemplados. Vejo a pesquisa em ciências humanas como um espaço fundamental para a produção de um conhecimento que pretende questionar, desenredar e, se possível, criticar os pressupostos e as relações implícitas nas produções científicas e tecnológicas que estão, também, afinal, falando do *humano*.

COMPLEXIDADE SOCIAL NO USO DOS RECURSOS NATURAIS DO PNJ

ELIANA SANTOS JUNQUEIRA CREADO*

O modelo legal de conservação ambiental brasileiro pauta-se pelo modelo norte-americano, orientado pela noção de natureza selvagem ("wilderness"), segundo a qual determinadas áreas naturais com atributos ecológicos e/ou cênicos são escolhidas para constituir áreas protegidas, onde não deve ser permitida a presença humana. Um marco histórico-institucional do modelo foi a criação do primeiro parque nacional, Yellowstone, criado no final do século XIX, nos Estados Unidos. Posteriormente, este modelo expandiu-se para o resto do mundo, chocando-se com realidades diversas, nas quais, muitas vezes, as áreas escolhidas para serem protegidas possuem habitantes. Assim, em países da África, da Ásia e da América Latina, principalmente a partir da década de 70, alguns grupos locais contrapuseram-se à implantação dos espaços de proteção integral que, comumente, foram institucionalizados por meio de práticas autoritárias, via a expulsão ou transferência dos seus habitantes (Diegues 1999:10; ver também Diegues 1994; Jesus 1998).

No Brasil, o mecanismo legal mais recente que versa sobre o modelo de conservação, via áreas naturais protegidas, é o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). O SNUC foi aprovado pela lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Tal legislação diferencia dois tipos básicos de categorias de UCs (Unidades de Conservação): (i) **áreas de proteção integral** - estações ecológicas, reservas biológicas, parques nacionais, monumentos naturais e refúgios de vida silvestre; e (ii) **áreas de uso sustentável** -áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico, florestas nacionais, reservas de fauna, reservas de desenvolvimento sustentável e reservas particulares do patrimônio natural (Brasil 2000). As últimas, especialmente as reser-

* IFCH/UNICAMP.

vas extrativistas, resultaram, dentre outros motivos, da mobilização social local, como os movimentos dos povos indígenas, dos seringueiros e dos quilombolas, e da influência de estudos que tentam comprovar a compatibilidade da presença humana e a conservação, aliando-se a tais grupos locais e propondo a noção de co-evolução sócio-ambiental (Diegues 1999:11).

Destarte, no caso dos parques nacionais, não é permitido o uso direto dos recursos, ou seja, estão vedadas a coleta de recursos naturais e/ou atividades que resultem em dano ou destruição ambiental. Estão, por conseguinte, mais voltados para atividades de tipo recreativo, científico e educacional (Brasil, 2000).

Autores como Diegues (1994; 1999) posicionam-se a favor da presença do que intitulam "populações tradicionais" nas UCs de uso restritivo. Na nossa pesquisa, ao contrário, a categoria "populações tradicionais" é evitada como ponto de partida da análise, passando a ser entendida como um recurso político, surgido da interação dos moradores de UCs com outros grupos sociais, como, por exemplo, o próprio estado, ONGs nacionais e internacionais, entre outros. Esta análise, no entanto, não recusa a crítica que autores como Diegues (1994; 1999) fazem ao modelo de conservação ambiental, baseado em "ilhas verdes", e sequer desconsidera os direitos políticos destes grupos sociais locais.

Alguns dos motivos da recusa da utilização desta categoria deve-se ao fato dela constituir uma categoria que homogeneiza e essencializa os grupos sociais nela englobados; além de possuir uma carga excessivamente valorativa, que acaba restringindo o debate em torno do uso dos recursos naturais a um ator social específico (Ferreira, 1999). Tenta-se, assim, seguir as advertências de Veena Das (1999) no sentido de que a comunidade, principalmente ao emergir enquanto ator político, pode reproduzir internamente uma lógica opressora em relação aos indivíduos. Logo, cabe aos teóricos a busca de uma nova "teoria das comunidades", que estabeleça um código simbólico capaz de reconhecer a diversidade dentro da ação comunitária ao invés de reforçar categorias totalizadoras. Objetiva-se com esta postura evitar a tendência de se estudar tais grupos isoladamente, não perdendo de vista que suas ações políticas são influenciadas por contextos não restritos às interações travadas no âmbito local (Das 1999; Ferreira *et. al.* 2001; Schimink & Wood 1992).

De qualquer forma, no caso do Parque Nacional do Jaú, as relações sociais cruciais para a compreensão dos conflitos e negociações sociais relativos aos diferentes usos (diretos e indiretos) dos recursos naturais envolvem sobre-

maneira a tríade: **instituições governamentais - instituições não-governamentais – moradores do PNJ**; relações estas que precisam ser contextualizadas em uma gama mais ampla de relações sociais, que envolvem tantos outros atores, indivíduos e grupos, que podem ou não estar em interação face-a-face com um dos elementos desta tríade. Por meio deste procedimento, busca-se fugir de uma análise que veja os grupos sociais em si mesmos e, ao mesmo tempo, reconhecer a diversidade interna destes mesmos grupos.

Características Gerais do PNJ: aspectos físicos e sócio-políticos

O PNJ situa-se a duzentos quilômetros a noroeste de Manaus, entre os municípios de Barcelos e Novo Airão. Foi criado pelo decreto federal 85.200, em 24/09/80, abrangendo uma área de 2.272.000 ha, abarcando o divisor de águas entre os rios Negro e Solimões (FVA/IBAMA:2-6 e 63).

O parque, apesar de ser uma UC de proteção integral, possui moradores no seu interior. Parte considerável reside às margens dos três rios principais, os rios Unini, Jaú e Carabinani, e é formada por ex-seringueiros. À época da implementação da UC, a população teve que enfrentar forte repressão do órgão ambiental do governo, o antigo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal); evento que foi concomitante à decadência da produção gomífera. Hoje, o órgão ambiental responsável pela gestão do parque é o IBAMA. Este órgão, desde o ano de 1993, possui um acordo de cooperação técnica-científica com a FVA, inaugurando uma das experiências pioneiras de co-gestão de UCs. Tal parceria é permeada por tensões nos dois pólos de suas relações, tanto no pólo FVA-moradores, quanto no pólo FVA-IBAMA (FVA 1998; FVA/IBAMA 1998; Jesus 1998).

A atuação do IBAMA, atualmente, concentra-se nos rios Jaú e Carabinani, rios de menor concentração populacional e de menor mobilização social. Concomitantemente, a população é mais numerosa e com um maior grau de organização social no rio Unini, no qual a fiscalização do órgão ambiental é quase nula e onde as atividades políticas da FVA têm sido mais presentes. Constatou-se tal situação na primeira viagem de campo, realizada no mês de agosto de 2002, mas os dados precisam ainda ser organizados e avaliados para que considerações mais aprofundadas possam ser efetuadas.

Apesar da pesquisa estar em um momento inicial, somente com base no plano de manejo do PNJ, identificou-se alguns dos numerosos grupos/indivíduos sociais que estão ligados a esta complexa trama de relações sociais que se dão no contexto amazônico aqui considerado, a saber: (i) Fundação Vitória Amazônica (FVA); (ii) Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica (INPA); (iii) Universidade do Amazonas (UA); (iv) Fundação Nacional de Saúde (FNS); (v) Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM); (vi) Empresa Amazonense de Turismo (EMANTUR); (vii) Ministério Público; (viii) Prefeituras Municipais de Novo Airão e Barcelos; (ix) Capitania dos Portos; (x) Fundação Osvaldo Cruz (FioCRUZ); (xi) IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis); (xii) Instituto do Desenvolvimento; (xiii) Associação de Artesãos de Novo Airão; (xiv) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Airão; (xv) lideranças religiosas do município de Novo Airão; (xvi) Olaria, em Novo Airão; (xvii) Fábrica de Vassouras, em Novo Airão; (xviii) AIFO (ONG atuante em Barcelos, na área da Saúde); (xix) FUNAI; (xx) Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barcelos; (xxi) Associação de Pescadores de Peixes Ornamentais de Barcelos; (xxii) lideranças religiosas do município de Barcelos; (xxiii) Comunidade Seringalzinho; (xxiv) Comunidade Tambor; (xxv) Comunidade São José do Aracu; (xxvi) Comunidade Vista Alegre; (xxvii) Comunidade Floresta; (xxviii) Comunidade Manapana; (xxix) Comunidade Tapura; (xxx) Comunidade Democracia; (xxxi) Comunidade Lago das Pedras; (xxxii) usuários do PNJ; (xxxiii) "regatões" (comerciantes que compram e revendem os recursos extrativistas) (FVA/IBAMA 1998). Como este contexto amazônico insere-se no contexto do movimento ambientalista internacional, esta listagem tende a aumentar no decorrer da pesquisa, visto que muitos indivíduos/grupos sociais atuam em diferentes arenas sócio-políticas que, ainda, estão sendo identificadas pela pesquisadora e pelo grupo de trabalho no qual ela está inserida.

O fato da UC aqui considerada constituir uma experiência de co-gestão entre IBAMA e FVA, ou seja, entre um órgão governamental e uma organização da sociedade civil, complexifica ainda mais a análise a ser efetuada pela pesquisa. As experiências de co-gestão entre Estado e ONGs constituem um elemento institucional recente na sociedade brasileira e emergem como uma tendência em ascensão a partir dos anos 90. Neste caso, a noção de "espaço público" pode funcionar como base auxiliar para o estudo. Principalmente,

quando o estado associa tais parcerias com experiências participativas, que preencheriam as exigências legais de envolvimento das populações locais - conforme previsto na legislação constitucional e, mais especificamente no caso das unidades de conservação, no SNUC. A identificação rápida das parcerias Estado-ONGs com participação social é feita, no caso do PNJ, pelos próprios participantes da experiência de co-gestão e é uma identificação extremamente problemática. Como recomendam estudos sobre o tema, generalizações apressadas a respeito de tais "encontros" institucionais devem ser evitadas, pois são "encontros" para os quais contribuem uma multiplicidade de variáveis, que podem torná-los desde uma mera prestação de serviços a um "encontro" realmente participativo (Dagnino 2002; Teixeira 2002).

O grande leque de atores e indivíduos/grupos sociais e os diferentes tipos de interações sociais a serem considerados pela pesquisa é um desafio a ser enfrentado nos próximos dois anos e meio de trabalho, mas é um esforço necessário para a compreensão de uma realidade que alguns autores chamam de hipermodernidade (Das 1999), na qual se cruzam as influências de diferentes tempos, espaços, discursos e modos de vida (Das 1999:4; Leff 2000).

Glossário

FVA	Fundação Vitória Amazônica
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ONG	Organização Não-Governamental
PNJ	Parque Nacional do Jaú
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação

Bibliografia

Brasil. (2000). *Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1 °, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
http://www.socioambiental.org/website/noticias/naintegra/docs/snuc.html (2/2/2001).

Dagnino, Evelina (2002). "Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades". In: Dagnino, Evelina (org.). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. Local de pub.?: Paz e Terra/Unicamp, :279-301.

Das, Veena. (1999). *Critical Events – An anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press. (Chapter One).

Diegues, Antônio Carlos Sant'Ana. (1994). *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo, Edusp/NUPAUB.

_____(1999). A construção de uma nova ciência da conservação para as áreas protegidas dos trópicos: a etno-conservação. *Revista Debates Sócio-Ambientais*. São Paulo, Paralela Gráfica e Editora Ltda./CEDEC/ACIMA, ano V, n. 13, pp. 9-11, jul. e out.

Ferreira, Lúcia da Costa. (1999). Remanescentes de um pretérito mais que perfeito. In: *Revista Debates Sócio-Ambientais*. São Paulo, Paralela Gráfica e Editora Ltda./CEDEC/ACIMA, ano V, n ° 13, , pp. 20-21, jul./out.

Ferreira, Lúcia da Costa; Sivieiro, Simone de Oliveira; Campos, Simone Vieira de; Silveira, Pedro Castelo Branco; Oliveira, Vivian Gladis de; Mendes, Ana Beatriz Vianna; Pinto, Anaisa de Oliveira. (2001). Conflitos Sociais em Áreas Protegidas no Brasil: Moradores, Instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. /Apresentado na Seção Temática *Relações Sociais e Meio Ambiente* do X Congresso Brasileiro de Sociologia, Fortaleza, set./

FVA. (1998). A Gênese de um Plano de Manejo – o caso do Parque Nacional do Jaú. Manaus: Fundação Vitória Amazônica/Fundação Ford, dez.

FVA/IBAMA. (1998). *Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú*. Manaus, Fundação Vitória Amazônica/IBAMA, maio, 258p. (Versão 8).

Jesus, Edilza Laray de. (1998). Sociodiversidade no Jaú – A ética do com-viver. (mimeo). /Dissertação apresentada no programa de mestrado em Educação Ambiental da Fundação Universidade do Rio Grande – RS, dez./.

LEFF, Enrique. (2000). "Tiempo de Sustentabilidade". In: Revista Ambiente & Sociedade. Campinas: UNICAMP/NEPAM, ano III, n ° 6/7, 1°. sem. de 2000/2°. sem. de 2000.

Schimink, Marianne; Wood, Charles H. (1992). *Contested Frontiers in Amazonia*. New York, Columbia University Press. Cap. 1, pp. 1-32: Contested Frontiers in Amazonia: Introduction.

Teixeira, Ana Claudia. (2002). "A atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade" (mimeo:1-47). /Publicado posteriormente em: Dagnino, Evelina (org.). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. Local de pub.?: Paz e Terra/Unicamp/.

JUVENTUDE E MARGINALIDADE

Bernardo Curvelano Freire
Patrícia Curi Gimeno
Sergio E. Tonkonoff

A CARICATURA DE UM JOGO CARICATURAL; ALGUMAS PALAVRAS SOBRE O RPG E O INDIVIDUALISMO*

BERNARDO CURVELANO FREIRE**

A presente comunicação é uma síntese manca, de um trabalho realizado como monografia de conclusão de curso. Seu objeto (o RPG), que até pouco tempo atrás imaginei ser uma estrela solitária (e não é), foi pensado como privilegiado para abordar uma determinada problemática, a saber, da prática de papéis sociais em contextos de interação urbana refletida sob o prisma do conceito de individualismo como ideologia.

Dos elementos abordados, todos estavam ligados a dois campos da teoria social: primeiro, o que diz respeito aos elementos de organização social. O segundo, o que diz respeito aos sistemas simbólicos e suas variantes teóricas. Ambas as questões, penso eu, são indiscutivelmente ligadas. Levando em conta o trabalho de Louis Dumont (*O Individualismo: uma perspectiva antropológica da vida moderna*, 2000), percebeu-se ser de fundamental importância articular um conceito que operasse o caro e difícil jogo das relações de semelhança e diferença em um contexto delicado como a organização social em sociedades urbanizadas. Isto exatamente porque seria necessária uma noção que apontasse para os elementos da já dita organização e, em igual medida, tudo o que dizia respeito à criação de papéis (dinâmica não só referente ao RPG, mas também condizente com a relação entre o lúdico e o quotidiano). O "indivíduo" como categoria englobante (indivíduo-no-mundo; Dumont, Id.ibid.) supria esta necessidade e apontava, todavia, para uma outra.

---

* Trabalho baseado em monografia de conclusão do curso de bacharelado em Ciências Sociais, na UFSCar.

** Bacharel em Ciências Sociais pela UFSCar.

Isto porque o conceito de Dumont aponta basicamente para o sentido

instituído ⟶ em instituição

o que em termos mais precisos significa:

estruturado ⟶ em estruturação

Dumont aponta para a dinâmica das estruturas estruturadas e estruturantes. Mas levando em consideração dois elementos da sociologia clássica, eu passei a perseguir em pesquisa de campo sobre o RPG alguns aspectos da sociabilidade contemporânea que permitiram a ampliação da leitura no que diz respeito aos papéis sociais, permitindo a elaboração de uma leitura a respeito de estruturas em estruturação. Isto significa apontar para o que age em detrimento da estrutura (Lévi-Strauss, 1997).

O RPG, para os mais desavisados, não é um culto satânico, como insistem certos meios de comunicação, como vez por outra é comentado na Rede Globo de Televisão e, constantemente, na voz da Igreja Universal do Reino de Deus. Mas a acusação não deixa de ser interessante em um certo ponto de vista. Tanto a Globo como a Igreja Universal do Reino de Deus são, de uma forma ou de outra, patrulhas morais que divulgam a perspectiva cosmológica de um segmento social. Seja a do ponto de vista religioso, seja a do ponto de vista de uma faixa consumidora. E algo acontece no RPG que incomodam os mais moralistas, geralmente os pais de jogadores.

O RPG é um jogo no qual constroem-se personagens e improvisa-se, oral e dramaturgicamente[1], sua ação em um contexto narrativo, seja ele: um castelo mal assombrado, um colégio do subúrbio de Nova Iorque ou São Paulo, ou uma aventura na busca de um artefato mágico destinado a salvar o mundo. Joga-se em grupos e, como ocorre em qualquer jogo, o jogo possui suas regras que, para certos efeitos, podem ser mudadas ou negligenciadas. A idéia do trabalho em questão reservava à pesquisa de campo a convivência e o jogar RPG com grupos já formados em São Carlos e Campinas (o que enredou outras relações de jogo com São Paulo, Joinville, Curitiba, São José dos Campos e Sorocaba). E exatamente na presença nos bastidores dos jogos é que eu pude perceber situações importantes para o andamento do trabalho.

[1] Neste caso somente em certas modalidades de jogo.

Como qualquer jogo ou atividade lúdica (rituais incluídos), existe o momento de preparação que pode demorar por meses, como certos casamentos. É o caso de uma das modalidades de jogar RPG chamada *live action*, caracterizada pelo que chamei de jogo de ação dramatúrgica, por oposição ao jogo de mesa (ação verbal). Nestas duas formas de jogar, foi possível identificar a predominância de tipos de jogadores específicos em cada uma delas, o que significa que existem formas de jogar que privilegiam certos jogadores.

Aos que conhecem alguma coisa a respeito de RPG, já devem ter ouvido falar do *Vampire: the masquerade*, jogo que constrói um mundo sobrenatural figurado por vampiros, sendo estes pensados como filhos de Caim. Ou seja, seu próprio sangue. Entrar em detalhes a respeito deste universo para jogar no presente momento (tal como regras e sutilezas do comportamento dos jogadores em jogo) seria impróprio. Faço valer então o objetivo de identificar os elementos que coordenam a lógica da cosmologia dos jogadores apresentando parte do arcabouço simbólico fundamental para a prática do jogo. Portanto, a cosmo-lógica situará uma caricatura do jogo, apresentando somente os elementos essenciais para a presente comunicação.

A figura de Caim pode ser abordada como símbolo de revolta, como figura de mundanização da ação humana. Ou seja, da incursão do mito do indivíduo-no-mundo. Esta leitura pode ser referendada em autores tão diferentes entre si como o são Albert Camus (1999) e Edmund Leach (1983), e sintonizada com os livros que constroem o ambiente de jogo em questão (principalmente o *Book of Nod*). Caim é uma figura de recusa da autoridade de juízo proveniente de um ser superior, recusa esta relacionada com o questionamento acerca dos méritos dos critérios de Deus (leitura do *Vampire*). Em Camus (Op.cit.), Caim é o elemento que proporciona à cosmologia cristã a negação e a revolta no triunfo sobre o ressentimento, o que caracteriza a tomada de consciência do mundo. Em Leach (1983) é o segundo passo para a ligação do ser humano com a terra, lembrando-nos que Adão cometeu o pecado original, um incesto do ponto de vista estrutural. É o mito do *self made man*. E é o tipo de abordagem que uma gama de jogadores reflete em seu comportamento lúdico.

Aqueles mais sintonizados com este tipo de referência, os quais batizei de **pragmáticos**, atuam com maior facilidade em jogos de *live action*. A especificidade do jogo de ação dramatúrgica pode se resumir em alguns pontos que

definem a predominância de um tipo de jogador na organização e dinâmica dos jogos. Pelo fato de não se jogar o RPG em mesas, como jogos de salão, o *live action* acaba por agremiar, dezenas de jogadores, deixando-os afastados do fiscalizador das jogadas (narrador ou mestre de jogo), guiando o julgamento dos momentos duvidosos, geralmente, para as mãos daqueles que melhor interpretam suas personagens do ponto de vista dramatúrgico. Pensando a tônica do *Vampire*, por exemplo, que é um jogo político, o mais dissimulado trafega com mais facilidade e atinge com menos empecilhos seus objetivos[2]. Nitidamente, este tipo de jogador elabora um *background* (uma biografia resumida) para que os elementos para o improviso em jogo tenham maior solidez. No *live action* há o costume de se exigir tais *backgrounds* por escrito.

Este tipo de preocupação rendeu um campo de dados inesperado: os **mitos pessoais** (de si e para si). As histórias das personagens construídas pelos jogadores pragmáticos cumprem, estruturalmente, os mesmos requisitos mitológicos[3] que o mito de Caim, guardadas as idiossincrasias históricas. É exatamente a leitura de um sistema de mundo pela perspectiva do revoltado, de um desviante que conspira, por via de sua própria existência, contra o *status quo*. E, pelas dificuldades patentes de históricos detalhados, percebe-se o aspecto vulnerável das personagens, característica marcante dos anti-heróis, das personagens imorais.

A caricatura que propus toma sentido se posta diante do contraste com outra forma de jogar: a da ação verbal no ambiente do *Advanced Dungeouns and Dragons* (AD&D), inspirado nos cenários da vedete literária do momento, Tolkien. Ao falarmos do *AD&D*, estamos nos referindo a um universo inspirado em uma colagem de mitologias nórdica, celta e outras formas de paganismo, assim como do código de honra inscrita nas novelas de cavalaria e o sistema estamental cristão medieval, que, se observado pela lente de Dumont (2000), reflete a idéia da composição do indivíduo-fora-do-mundo característico de sistemas de organização holística[4]. Em outras palavras, é o jogo com-

[2] Lembrando aqui que o RPG não é agonístico em princípio, já que não é necessário que no término haja um vencedor e um perdedor em via de regra. Obviamente, a tensão do embate entre projetos de personagens, para não dizer dos atritos entre jogadores, caracteriza os aspectos de disputa comuns a qualquer manifestação lúdica.

[3] Referente à mitologia praticada por Claude Lévi-Strauss (1963)

[4] Sabendo que, pela leitura do próprio Dumont, além da de outras figuras, como Maurice de Gandillac, o homem holístico entra em crise exatamente no período da Idade

posto por aspectos da moral e da virtude, onde ladrões possuem **código de honra**. Não à toa que os jogadores mais confortáveis em jogar neste tipo universo classifiquei como idealistas.

O próprio sistema de montagem do *AD&D* deixa ao encargo do acaso dos dados (a imanência renascentista, na qual o supremo decide a culpa em um duelo) a atribuição das características fundamentais da personagem. Isto para não falar no sistema de composição do comportamento moral das personagens. O sistema dicotomiza dois campos: o de respeito (ou não) às leis, e o do comportamento bom ou mal de acordo com algo bastante parecido com o código cristão popular. Não é preciso muito esforço para reconhecer que o segundo aspecto engloba sempre o primeiro, fazendo que o mito seja o sistema, e não que o mito seja um sistema[5]. E é nesta lógica que a tensão entre os tipos de jogadores corresponde a um campo de disputa, detalhadamente abordada em outra ocasião[6].

Nesta curta exposição, é possível isolar os dois elementos referentes à questão das estruturas em estruturação, ou dos sistemas simbólicos em constituição, que servem como contrapartida para a abordagem antropológica de Dumont (2000), no que diz respeito ao individualismo. O primeiro aspecto pode ser apontado no próprio Marcel Mauss. Em seu artigo *Uma Categoria do Espírito Humano...* (1974), Mauss apresenta a idéia, sugestiva, de que há um paralelismo claro entre indivíduo empírico e indivíduo jurídico, promovendo, como de praxe, uma contra-reificação de categorias[7]. Ele deixa claro que em determinadas sociedades (que Dumont chama de holistas), os papéis sociais assumidos são significativos de uma ordem primeva estabelecida pela lógica de parentesco, tal como pode ser observado na tese de doutorado de Claude Lévi-Strauss. No meu trabalho, esta questão assumiu o caractere de **intergeracionalidade**.

Contudo, a sociedade que conhecemos e vivenciamos como Ocidental, moderna, capitalista, e/ou individualista, realiza o sujeito individual como res-

Média. O recurso de Tolkien de acrescer figuras mitológicas para a construção da Terra Média sana essa crise, do ponto de vista figurativo.

[5] No sentido de haver o esforço de montar, em um determinado cenário, histórias dentro de outras histórias.

[6] Minha monografia.

[7] Especialidade, aliás, dos *Annais Sociologique Française*.

ponsável por sua situação representativa perante o sistema social, desde o advento das várias fórmulas de liberdade como o cogito cartesiano, Romeu e Julieta, o estabelecimento das artes como atividade de criação, o sujeito cognitivo de Kant, a ação política revolucionária de Marx, além de inúmeros outros monumentos. Estamos lidando, portanto, com uma organização que, aos poucos, difunde-se em sua **intrageracionalidade**. É o indivíduo biográfico como englobador cuja expressão máxima ocorre na declaração da inviolabilidade da pessoa física.

O segundo problema decorre da prática organizacional das sociedades individualistas, a saber, a burocracia, referendada como problema crucial por Weber, Luhmann, Habermas, Marcuse e outros mais. Os especialistas, chamados por Weber de elite burocrática, configuram sistemas de sucessão de papéis de forma que o sujeito possa mudar de estatuto com o passar do tempo. Contudo, os critérios, a razão pela qual os sistemas são configurados, são subdivulgados em relação aos papéis mesmos. Entendendo que parte significativa da atribuição de significado aos papéis fica ao encargo do institucionalizando, torna-se patente à necessidade de abordar o ato de refiguração da realidade no ato de posse (Strauss: 2000) das lacunas de significado que são marca dos sistemas burocráticos.

Contudo, o que podemos expressar por via do jogo de RPG é que a direção pela qual a posse ocorre, analisada nos conceitos de mitos pessoais (mitos para jogar), é divergente no ambiente de uma mesma prática lúdica e significa práticas diferentes diante do sistema social. Para tanto, basta lembrar que para os jogadores **idealistas**, o mito é o sistema de jogo. Aliado ao fato de que o jogo é jogado como fuga, potencializando a esfera liminar que há no lúdico, o idealista conforma sua situação no campo do ressentimento, como inúmeras vezes foi possível observar. Em contraposição, o **pragmático**, como jogador, faz o si-mesmo um projeto de um outro. Além de construir narrativas a respeito da personagem, sempre contextualizando no tema da revolta, este tipo de jogador pensa o RPG como jogo e **aprimoramento**. Não como fuga.

As trajetórias de vida as quais eu pude conviver refletem, em qualquer sentido, a nítida falta de conexão entre os jogadores (todos enquadráveis na categoria "juventude") e o sistema social, seja este sistema concernente à família, ao sistema de trabalho, ao processo de amadurecimento caracterizado

pela escolaridade, ou aos mecanismos de sociabilidade padrão, como da produção cultural de massa (*mainstream*, especificamente), relacionamentos afetivos, etc... Para tanto, basta que se perceba que enquanto uma apropriação do espaço jurídico individual caminha em direção a uma recusa radical embalada por um indivíduo-fora-do-mundo quixotesco, a outra apropriação aceita que o mundo é como é, mas se recusa a se enxergar como parte integrada.

Não podemos esquecer que estou falando de jovens, majoritariamente, filhos de classe média que tem tempo e condições materiais para dedicar-se a um jogo demorado, custoso e que exige que haja a noção de tempo livre, noção esta que reflete a situação do trabalho e a preparação do jovem para o mesmo na sociedade brasileira urbana contemporânea. Refiro-me a um agudo paradoxo dos sistemas de organização social referente a um desencaixe estrutural entre instituição, instituinte e instituído, que torna o sistema vigente em alvo de recusa dos diversos sujeitos, mas que se fazem, em certa medida, na confirmação do mesmo sistema.

Bibliografia

Camus, A. (1997). *O Homem Revoltado*. São Paulo: Editora Record

Dumont, L. (1985). *Individualismo*: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro : Rocco.

Freire. B. C. (2002). *O jogar Role Playing Game (RPG):* uma análise das formas lúdicas modernas na perspectiva do individualismo como fundamento da identidade comum. São Carlos; UFSCar (monografia de conclusão de curso)

Friedman, C. S. (1999). *The Erciyes Fragments,* Clarkstone: White Wolf Game Studio

Leach, E. (1983). *A Gênese como mito in* Grandes Cientistas Sociais, org. Roberto DaMatta. São Paulo: Editora Ática

Lévi-Strauss, C (1997). *O Pensamento Selvagem.* Campinas: Papirus Editora.

_____ (1963), *Structural Anthropology*. New York: Torch Books

Mauss, M. (1974), *Sociologia e Antropologia*. Vol. 1 e 2, São Paulo, E.P.U. /EDUSP.

Strauss, A. (1999). *A Máscara e o Espelho*, São Paulo: EDUSP.

REPRESENTAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA ENTRE ADOLESCENTES MORADORES DO PARQUE OZIEL, CAMPINAS

PATRÍCIA CURI GIMENO*

Introdução

A pesquisa "Juventude e Violência", realizada entre adolescentes com idades de 13 a 18 anos, moradores do Parque Oziel, bairro da periferia de Campinas, tem como objetivo apreender suas representações acerca da violência. Para tanto, partimos da necessária problematização de parte considerável das discussões realizadas atualmente no Brasil sobre a violência, em que são associadas, de forma natural e automática, pobreza, juventude e criminalidade.

A escolha do Parque Oziel, como espaço privilegiado para a realização da pesquisa empírica, deu-se por este ser um exemplo emblemático, dentro da cidade de Campinas, da forma como o processo de estigmatização dos locais habitados por "pobres" alimenta e sustenta essa relação determinista entre pobreza e criminalidade, condenando, de antemão, seus moradores. Surgida em meados de 1996, a ocupação tem sido alvo de uma poderosa campanha, realizada pela mídia local, de depreciação de sua imagem. Em matérias e reportagens sensacionalistas, o Parque Oziel é apresentado à cidade de Campinas como uma verdadeira terra sem leis, em que os assassinatos e outras atitudes condenadas socialmente são fatores corriqueiros no local.

Feita tal escolha, a realização dos trabalhos de campo no bairro tornou-se possível através do apoio obtido do Externato São João, entidade salesiana da Igreja Católica que possui no local uma unidade de assistência a adolescentes. Durante o acompanhamento dos adolescentes atendidos por essa entidade,

* IFCH/UNICAMP. Orientadora: Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi.

busquei apreender suas representações acerca da violência a partir da abordagem de temas tais como: suas relações familiares, suas experiências de trabalho, suas relações com a escola e, nos seus círculos de sociabilidade, as turmas.

Assim, a problematização da relação entre pobreza, juventude e criminalidade, assim como a investigação das condições em que os grupos juvenis processam sua passagem para o mundo adulto foram possíveis, como proposto por José Machado Pais, a partir da concentração da atenção *"aos pontos de vista manifestados pelos jovens, enquanto tópicos de 'primeira ordem' a serem considerados, posteriormente, pela análise sociológica"*. (1993: 85). Isso posto, procedeu-se durante a pesquisa à confrontação dos dados colhidos junto à bibliografia levantada e os dados obtidos nas situações de campo através do acompanhamento e observação de cerca de 30 adolescentes, em média 9 meninas e 21 meninos atendidos pelo Externato São João; do acompanhamento e registro de conversas entre os adolescentes e a entrevistadora e dos adolescentes entre si; da observação e registro de algumas das reuniões de mães ocorridas na entidade e, finalmente, da realização de entrevistas semi-estruturadas, gravadas e posteriormente transcritas, com alguns adolescentes, funcionárias da instituição e com o conjunto dos adolescentes.

Não pretendo aqui, apresentar resultados que, em decorrência do estágio em que se encontra a pesquisa, ainda não são conclusivos. Buscarei, ao contrário, expor aqui parte das discussões bibliográficas em torno dos temas *Juventude, Pobreza e Criminalidade* que auxiliaram e nortearam a elaboração das perguntas principais do trabalho empírico realizado.[1]

Pobreza, juventude e criminalidade

A violência, entendida aqui como fenômeno inerente às relações sociais, foi reduzida, atualmente, no Brasil, quase exclusivamente, à "verdade" de que os crimes são cometidos prioritariamente pelas classes menos privilegiadas da sociedade. Essa redução, que, segundo Cecília Coimbra (2001), em estudo sobre o "mito das classes perigosas", pode ser entendida como resul-

[1] A pesquisa, *"Juventude e Violência: representações sobre a violência entre adolescentes moradores do Parque Oziel, Campinas"*, teve início em agosto de 2001 com financiamento do Pibic/Sae e orientação da Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi. Em agosto de 2002 foi concedido pelo programa Pibic/CNPq um ano de renovação do projeto inicial.

tante de um processo histórico de estigmatização das classes populares, inicia-se com os debates que se travaram, no final do século XIX e começo do século XX, em torno da constituição de uma idéia de Nação moderna, que se fundamentavam na associação da pobreza à "degradação moral". Apesar de terem predominado sobretudo nos anos 1920 e 1930, é possível verificar que a lógica norteadora dessa associação perpetuou-se ao longo das décadas, apenas ganhando, de acordo com o contexto social, político e econômico em questão, uma roupagem diferente.

Assim, na década de 1940, em decorrência, sobretudo, das políticas trabalhistas de Getúlio Vargas, a identidade dos indivíduos pertencentes às classes menos privilegiadas da sociedade foi construída através de sua confrontação com a identidade de trabalhador. Criou-se, então, através da transformação da vadiagem, da desordem e da embriaguez em contravenções penais, a distinção entre os pobres "decentes", que possuíam carteira de trabalho regularizada, e os pobres "perigosos", que estavam fora do mercado de trabalho ou subempregados. Mais adiante, nas décadas de 1960 e 1970, os alvos dos discursos sobre as "classes perigosas" passam a ser os migrantes, sobretudo os que vieram da região nordeste para a região sudeste.

Finalmente, a partir da década de 1980, a nova configuração da violência tem sido entendida, por alguns autores, como resultado do próprio processo de abertura política que, ao se concretizar, como afirma Teresa Caldeira (2000: 56), *"não trouxe consigo o respeito pelos direitos, pela justiça e pela vida humana, mas, sim, exatamente os seus opostos. (...) Na verdade, o universo do crime indica o caráter disjuntivo da democracia brasileira de duas maneiras: em primeiro lugar, porque o crescimento da violência em si, deteriora os direitos dos cidadãos; e, em segundo, porque ele oferece um campo no qual as reações à violência tornam-se não apenas violentas e desrespeitadoras dos direitos, mas ajuda a deteriorar o espaço público, a segregar grupos e desestabilizar o estado de direitos"*.

A partir dessa mesma década, verificamos a construção e o fortalecimento contínuo da relação entre juventude, pobreza e criminalidade. Esse renovado processo de estigmatização sustenta-se, tanto pela preocupação que a condição juvenil gera na população adulta, quanto pela crença, não menos importante, de que a criminalidade seria o reflexo natural da situação de pobreza em que se encontra grande parte da juventude brasileira.

Por um lado, encontramos a convicção, por parte do universo adulto, de que a fase de transição que caracteriza a juventude é marcada por uma série de crises que se dirigem, sobretudo, às figuras de autoridade da sociedade e que, como lembra Helena Abramo (1994:14), *"carregam a possibilidade de ruptura do processo de integração do jovem à ordem, da transmissão da herança cultural ou mesmo da própria ordem social. E é esta mesma crise, plantada no centro da condição juvenil, que coloca a juventude como um problema da sociedade moderna"*.

No Brasil, a partir dos anos 80, em decorrência da constatação da interferência do contexto social na elaboração das manifestações juvenis, a sociologia passa a considerar os jovens dos setores populares como sujeitos de estudo. Entre outras coisas, essa inclusão se deu pela consideração de fatores tais como a crescente participação dos jovens provenientes das camadas menos privilegiadas da sociedade no mercado de trabalho, o aumento, ainda que precário, da escolaridade e, ainda, o aumento da importância dos meios de comunicação de massa. (Abramo, 1994)

A partir dessa mesma época, a violência passa a ser entendida, por parte sociologia, como resultado da desesperança e da situação de miséria em que se encontra grande parte dos jovens brasileiros. As tentativas de explicação para a significativa participação destes jovens nas estatísticas da criminalidade[2], sugerem que a revolta surgida com o aumento da exclusão social, marcada pelo desemprego, pelos salários insuficientes, pela ineficiência do sistema educacional, pela desestruturação familiar e pela falta de perspectiva, levariam os jovens a optar quase que naturalmente pela criminalidade. A

[2] Ao analisar o impacto das estatísticas na construção de uma imagem negativa dos pobres, Alba Zaluar afirma que a visão da criminalidade, sempre controlada e exercida por esses indivíduos, é fruto da manipulação da imagem do "trabalhador pobre" que passa a ser confundida com a do "bandido", e ambos, indistintamente, são vistos como potencialmente perigosos. Para a autora, *"do ponto de vista meramente estatístico, essa afirmação tem o sentido de uma profecia auto-cumprida, por serem objeto de suspeita sistemática, sendo presos para averiguação pelo simples fato de estarem perambulando pelas ruas. Desse modo, os trabalhadores pobres, mesmo quando fazem o esforço de manter a identidade de trabalhador no desemprego ou com baixos salários e ganhos, acabam sendo autuados por pequenos delitos. É esse o truque da super-representação dos pobres nas estatísticas ilegais ou criminosas."* (Zaluar, 1994: 60)

violência seria, neste sentido, o resultado final e, o mais natural, de um processo de degradação social gerador de desesperança e revolta.

Essa relação, entre pobreza, juventude e criminalidade que, até os anos 80 é apenas esboçada, será, a partir da década de 1990, potencializada e elevada à categoria de "verdade quase absoluta", através da atribuição de novas características à juventude, sobretudo pobre, tais como o individualismo, o hedonismo, o pragmatismo e, sobretudo, a própria violência.

No entanto, acredito que, tanto as formas de manifestações da juventude, como as percepções que originam tais atribuições derivam de características presentes em nossa própria sociedade. Ou seja, nossa hipótese é a de que os jovens, ao processarem a sua inserção na dinâmica social, o fazem a partir de elementos encontrados na própria realidade social. Com isso, ao se caracterizar a juventude atual como individualista, hedonista, pragmática e violenta, o que se faz, de certa forma, é atribuir, a um grupo social específico, características que perpassam nossa própria dinâmica social como um todo. Assim, como bem afirma Thiago C. Matheus (2002:98), como conseqüência de *"uma situação anômala, da falência das instituições de socialização, da profunda cisão entre integrados e excluídos, de uma cultura que estimula o hedonismo e leva a um extremo individualismo, os jovens aparecem como vítimas e promotores de uma dissolução social"*.[3]

Contudo, vale lembrar que, com essa breve apresentação, não se pretendo negar a existência da relação entre condição juvenil, pobreza e criminalidade. A pretensão é, ao contrário, mostrar como, ao longo de nossa história, essa relação foi transformada em algo automático e determinista. Assim, na tentativa de problematiza-la, buscamos responder a questões concernentes, por exemplo, à relação dos adolescentes com a escola; suas experiências e expectativas profissionais; suas relações com a família; suas formas de sociabilidade em espaços como a escola, o bairro, o Externato São João, em seus momentos de lazer e; finalmente, suas percepções acerca da violência presente em seu bairro de residência. Com esses pontos norteadores, tento responder a

[3] *"Ou seja, se a sociedade projeta o retrato de seus conflitos nos jovens, estes por sua vez se identificam com as questões que dizem respeito aos laços sociais e se colocam de maneira ativa frente a estas questões, procurando respostas e posicionamento"*. (Matheus, 2002: 104)

perguntas como: De que modo os adolescentes lidam com a constatação – quando ela existe - de que, via de regra, a escola não os prepara adequadamente para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e, por isso mesmo, excludente, e que, portanto, um bom rendimento escolar não representa, necessariamente, qualquer garantia de melhores colocações profissionais ou de ascensão social?; De que forma os relacionamentos familiares, ou, a propalada "desestrutura familiar", influenciam suas práticas de sociabilidade e em suas construções de projetos para o futuro?; De que modo as possibilidades, ou impossibilidades de trabalho influenciam a constituição de seus valores e planos, tanto presentes, quanto para o futuro?Como a violência, presente em seu local de moradia, interfere tanto em seu cotidiano, quanto na formação de seus valores e projetos?

Apesar de não possuir, ainda, respostas conclusivas para essas perguntas, o desenvolvimento da pesquisa de campo tem-nos mostrado a validade da problematização proposta entre a relação juventude, pobreza e criminalidade. Foi possível constatar que a violência, apesar de rotinizada em seu local de moradia, não é vivenciada como um problema banalizado e é motivo de indignação entre eles. As situações de campo têm apontado, ainda, para o fato de que as representações que esses jovens constroem acerca da violência têm como referência maior suas experiências com esferas que ultrapassam o universo do bairro e são, além disso, muito mais complexas que a adesão ao mundo da criminalidade, como resposta à situação de marginalidade em que se encontram.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena. *Cenas Juvenis*. São Paulo: Páginas Aberta, 1994.

ARIÉS, Philippe. *História social da Criança e da Família*. 2. ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros*. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do autor; Niterói: Intertexto, 2001.

MACHADO PAIS, José. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.

MATHEUS, Tiago Corbisier. *Ideais na adolescência: falta (d)e perspectiva na virada do século*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

ZALUAR, Alba . *A Máquina e a Revolta*. São Paulo : Brasiliense, 1985.

_____. "Crime e Trabalho no Cotidiano das Classes Populares.", *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro : Revan : UFRJ, 1994.

_____. "Crime, Justiça e Moral : a Versão das Classes Populares.", *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro : Revan : Ed. UFRJ, 1994.

_____. "Teleguiados e Chefes : Juventude e Crime.", *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro : Revan : Ed. UFRJ, 1994.

_____ . *Da revolta ao crime S.A* ._São Paulo: Moderna, 1996.

_____ . *Pobre, Logo Clientelista. Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro : Revan : Ed. UFRJ, 1994.

_____. *Violência e crime*. In. *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) – antropologia*. Volume 1. São Paulo : Ed. Sumaré : ANPOCS; Brasília, DF.: Capes, 1999.

LOS "PIBES CHORROS". EL NACIMIENTO DE UNA SUBCULTURA JUVENIL DELICTIVA EN ARGENTINA*

SERGIO E. TONKONOFF**

INTRO - *"Porque nosotros la mayoría de las veces: relojes, camperas, oro. Pero después lo empeñamos. Las cadenas, todo eso, las empeñamos de toque. Una vez tenía un reloj, loco! ... un Rolex. Ese reloj se lo saqué a un chavón de traje [cara engravatado].Un reloj todo de oro, espectacular!... Me lo agarró la hijita de Javier y : pa!, pa! , me lo rompió todo. Me quedé dormido, re-borracho. Y al otro día ví que estaba con el reloj: pa! pa!, [golpeando el suelo] con el reloj de oro ..."*

Acaso este relato pueda oficiar como prueba de la pretendida irracionalidad de los Pibes Chorros [Jovens Bandidos]. ¿Quién en sus cabales descuidaría un reloj de oro?. Y más: ¿quién lo haría después de haber arriesgado la libertad o la vida para obtenerlo?. Frente a esto el sentido común, bien-pensante y bien-habiente, reaccionará encadenando rápida y oscuramente elementos que, entiende, proceden de la oscuridad: el delito, el alcohol (o la droga) y, ¿porque no?, el sueño.

Dando un paso muy corto, este catálogo de monstruosidades emparejadas podrá incluir, además, juventud y pobreza por lo que ambas tienen de desmesurado. De modo que, calibrado con el metro de una razón utilitaria y

* La palabra "Pibe" es usada coloquialmente para designar a un joven o a un niño. La palabra "Chorro" pertenece al lunfardo ["gíria" de Buenos Aires], significa ladrón. Ya antes de interpelar exitosamente el pánico moral de los argentinos, los Pibes Chorros contaban con un tipo de música que los caracterizaba: la "cumbia villera" [favelada] con grupos como Flor de Piedra, Yerba Mala o Los Pibes Chorros. También poseían un estilo de vestimenta característico y un argot propio. Lo que aquí se presenta es producto de una investigación realizada para el CONICET de Argentina.

** IFCH/UNICAMP.

moralizante, el confuso episodio encuentra explicación: jóvenes delincuentes, provenientes de las sombras de la ciudad y de las tinieblas de su propia (in) consciencia, irrumpen en el sosiego de quienes honestamente viven y consumen. Atacan. Y vuelven a su morada en un paraje asimilable al estado de naturaleza. En consecuencia: no debe haber mesura en la pena de quienes no conocen la medida o, en todo caso, debe haber la más dura de las penas.

Como se ve, si el bien y el mal vuelven a ser los dobles respectivos de la razón y la sin razón, y si la razón queda del lado de la sociedad de los consumidores legítimos, entonces, todos los elementos puestos en escena por el relato de un joven-lobo vuelven a ocupar su justo lugar. Situaciones, objetos y sujetos pueden clasificarse fácilmente según conocidas polaridades: nosotros y ellos, sensatos e insensatos, desprotegidos y peligrosos.

Sólo queda el reloj complicando este despliegue liso. Y esto por que, bien visto, un reloj de oro es, también él, bastante irracional. Aunque la moral esté de su parte.

Es un reloj, sin dudas, "espectacular". Las fuerzas que moldearon sus materiales lo querían definitivo: había sido hecho para durar siempre. Y para establecer una distancia tan visible como permanente. Un reloj "todo" de oro: notoriamente excesivo respecto de su modesto valor de uso. Claro que es precisamente allí, en lo evidentemente superfluo de su constitución, donde manifiesta el status de su portador. Por eso es un modelo. Un arquetipo al cual deben referirse todos los ejemplares de su especie. No tanto por su perfección mecánica como por su capacidad de exhibir una diferencia.

Nuestros jóvenes, por su parte, no pueden apropiarse de él sin someterlo a un tratamiento previo. Puesto que se trata de un objeto demasiado connotado por su procedencia ha de ser procesado, transfigurado. Perderlo o destruirlo es, después de todo, una forma de consumirlo; de acercarlo a la configuración cultural que lo ha capturado. También pueden venderlo. Y es esta alternativa (destrucción o venta para un nuevo consumo) la que permite dar cuenta de las líneas de fuerza que se anudan en el espacio cultural constituído por los "Pibes Chorros".

UNO - En general los ladrones profesionales y adultos, los "chorros", asumen como propia la imposibilidad de sostener un trabajo lícito. Continuidad y monotonía son las propiedades que encuentran como características, e intolerables, de cualquier faena legal. Otro rasgo típico en ellos parece ser una aguda incapacidad de representarse un futuro personal.

Rasgo que se ve acompañado de una firme renuencia a hablar sobre el tema. Ambos trazos nos conducen al centro de la (sub)cultura en la que este "tipo delincuente" cobra sentido.

Digamos, pues, que el ladrón profesional trabaja profesionalmente. Y que su tarea consiste en apropiarse del trabajo de los demás. Más cerca del cazador que del labriego, del guerrero que del industrial, la naturaleza de su actividad es predadora: el ladrón cosecha donde no ha sembrado. Haciéndose de un golpe con lo que otros obtuvieron a través de un esfuerzo sostenido, y dilapidando lo abruptamente conseguido de manera igualmente abrupta, la experiencia delictiva se halla del lado del consumo, no del de la producción. Su cifra no es la acumulación sino el gasto.

Pero a los ojos del ladrón el trabajo no sólo es tedioso, ajeno a la tensión exaltada de su actividad rapaz y belicosa: también es indigno. Su bochorno consiste en ser signo de debilidad. Quien es débil debe servir a otros, debe producir riquezas sin consumirlas, debe utilizar el tiempo presente en favor del porvenir. Quien es débil debe trabajar. Fuerte es aquel el capaz de manifestar agresivamente su vigor a través de hazañas. De arriesgarlo todo en una sola jugada. Y de ganar. Fortaleza y astucia, prepotencia y fraude, son los vehículos de su proeza. Por eso es el honorable. El digno de respeto. Cada victoria cubre pues al campeón con el maná que habitaba en su oponente rendido. Por eso cada éxito lo hace más fuerte, y la mayor fortaleza le provee nuevos éxitos. Por eso su disposición al exceso y una orgullosa indiferencia por el mañana.

Sucede que el mundo del delito es, para decirlo con las precisas palabras de un ladrón profesional, "ya bondi". Una existencia nómade y clandestina, donde las intensidades en juego obligan a "subirse a cualquier bondi". O, mas bien, al bondi del ahora absoluto. Un mundo en el que cada acción se agota en si misma: ajena a toda trascendencia brilla con el fulgor de lo inmediato, y por ese mismo fulgor es devorada. De allí que el botín de un formidable golpe mas que "capitalizarlo", dejándolo de este lado de la ley y del trabajo, lo reenvíe al centro mismo del gasto, donde lo ganado se perderá irremediablemente. De allí la imposibilidad de justificar utilitariamente la propia conducta. Y la ausencia de palabras para nombrar el porvenir.

DOS - Junto con la posibilidad de emular el gasto delictivo con un énfasis que recuerda a la fe de los conversos, existe la alternativa de que el objeto

robado por los Pibes Chorros sea vendido, "empeñado de toque". En este caso, la traducción a valor de cambio es el paso previo a un gasto de otra índole. Nadie piensa aquí en acumular dinero. Sólo en consumirlo rápidamente. Pero no es éste un proceder carente de sentido, como no lo eran la destrucción o el derroche. No se trata de la manifestación de un deseo desatado que, producto de un hueco en la socialización o de una malformación psicológica, se descargaría, sin mediaciones, sobre cualquier objeto o sujeto. Antes bien, la satisfacción que el consumidor, cualquier consumidor, obtiene en el consumo "desatado" es la del deber cumplido. Y esto porque nos encontramos frente a un mandato social que no puede ser impunemente desoído. Claro que la recompenza es alta: el juego del consumo no sólo hace surgir un mundo de valores coercitivos, también permite integrarse a él con la alegría que comunica la pertenencia a una comunidad poderosa.

De este modo, la ropa, la música, los sitios frecuentados, producidos o capturados por la lógica impenitente del mercado, configuran signos y rituales de un tipo hegemónico de identidad juvenil. Un ser joven a la medida de nuestro ethos epocal: a la sazón apático, acrítico, despolitizado, individualista y bello. Es posible que frente a esta figura todo lo que haya sean desviaciones. Pero, por lo mismo, su presencia normativa puede establecer gradaciones, operar modulaciones, trazar límites y producir exclusiones. Integrar, diferenciar y expulsar son los trabajos simultáneos de "lo joven hegemónico". La pobreza constituye, entonces, su última frontera.

Tradicionalmente signados por una fugaz transición de la niñez al trabajo, los jóvenes de los sectores populares nunca fueron muy jóvenes. En ausencia de una prolongada moratoria, el paso a la madurez (trabajo y familia propia) se realizaba aquí con cierta celeridad. Ahora, fuera o en los márgenes del mercado laboral y del sistema de educación formal, muchos de los miembros biológicamente jóvenes de los sectores populares urbanos, no tienen más remedio que serlo también socialmente. Sin otro lugar que el del ocio forzado, deben pugnar por construir una identidad a travéz de elementos pasibles de significarlos positivamente.

De modo que si, como regularmente sucede, los objetos suntuarios robados no son vestidos ni destruidos sino cambiados por dinero y éste por objetos más directamente significantes, es porque los Pibes Chorros son, ciertamente, más pibes que chorros. Procurarán, pues, un consumo capaz de

las mismas funciones simbólicas de aquellos pero en un contexto diverso. Entonces, estos objetos serán trabajados e incorporados a un código legible por el propio entorno. El derroche orgiástico del guerrero cederá frente a un gasto que transfigure el material inicial en signos de lo joven. Y el reloj robado y empeñado se transformará en zapatillas.

TRES – Es sabido que el fútbol ocupa un lugar principal entre las actividades de los jóvenes varones populares y urbanos. Y que, cada barrio dispone de un espacio para su práctica ritual.

Por su disposición el fútbol precisa de la fuerza física regulada y de la habilidad de sus jugadores. Y agrega a esta tensión entre fuerza y maña, otra polaridad: la que existe entre el respeto de las reglas y su transgresión velada. Así potencia y pícardía, honestidad y trampa, se combinan en el marco del enfrentamiento reglado con un equipo adversario, constituyendo un ejecicio privilegiado para la autoafirmacion periódica de cada uno de los jóvenes en cuestión. Y, por lo mismo, para la construcción social de su masculinidad.

Con la retirada de la escuela y el trabajo la esquina y la "canchita" [campinho] aparecen aquí como ámbitos centrales de identificación. Ámbitos cuya lógica no es enteramente asimilable a la de una institución "societal". La estructura sociológica de estos espacios puede describirse, más bien, como sociabilidad. Al decir de Simmel: una "forma lúdica de la asociación", "una relación que no es nada sino relación". Territorios de la conversación inconducente y el estar juntos porque sí. Donde el intercambio, el contacto y el habla son fines y no medios. Donde la sociedad sólo está presente como fantasma.

En ambos espacios, el recurso a la fuerza física posee un valor de primer orden. No porque encarnen la distopía de la violencia marginal soñada desde el centro. Simplemente porque un modo tradicional de autodefinición entre, y al interior, de los grupos de varones adolescentes (pobres y no pobres) es el que tiene lugar a través de los golpes de puño en la esquina y la manifestación de potencia en la cancha.

Digamos por otra parte que, así como cada barrio popular posee un "potrero", cada centro comercial, cercano a estos barrios, posee una relativamente importante "casa de deportes". Allí los artículos deportivos son ofrecidos en numerosas cuotas a un elevado precio. Señalamos esto porque si es del todo evidente que el fútbol es una actividad relevante y significativa para los jóvenes pobres, quizá no lo sea tanto que la ropa deportiva es su lujo.

Se trata de atuendos vistosos que no siempre se conforman con los colores del equipo de preferencia de su portador. Acaso alguno de ellos pueda invocar la comodidad que brinda este tipo de vestido como pretexto para su uso. Con eso tal vez intente una justificación frente a la "moral de de la utilidad" que solía caracterizar a sus padres trabajadores. La clave, sin embargo, parece estar en otro lado. La ropa deportiva es cara y no sirve para trabajar. En realidad, en los barrios pobres, tampoco se usa para practicar algún deporte. Al fútbol se juega con prendas ya gastadas, reservándose el brillo de la tela sintética para significar, sin reservas, lo que verdaderamente representa: ocio.

Es cierto que el deporte, en tanto que opuesto al trabajo, puede pensarse también como ocio. Pero constituye todavía un espacio signado por el esfuerzo y la disciplina. Un ideal regulador y edificante tensiona su espíritu: la energía juvenil flotante y siempre pronta a convertirse en violencia o desviación, piensa el mundo adulto, puede ser canalizada deportivamente. Afirmación regulada de la masculinidad, normalización saludable del cuerpo y templanza del alma: el fútbol es, después de todo, un tradicional medio de control social[1].

Cuando vuelven del trabajo o de la escuela, cuando salen de sus casas en dirección a la esquina, antes o después del futbol, los jóvenes populares lucen sus mejores atuendos deportivos. A veces van a bailar con ellos los fines de semana. Los Pibes Chorros los usan todo el dia, todos los días.

FINAL – La ropa deportiva que caracteriza a los Pibes Chorros es las más costosa. Pero tal vez lo importante no sea que vistan caro sino que lo hagan con estilo. Pantalones largos y camperas holgadas, se combinan aquí con una gorrita de visera sobre la frente. Es probable que la pieza central del conjunto sea el calzado. Zapatillas confeccionadas por companías transnacionales con materiales resistentes y aparatosos. De gruesas suelas de goma filigranada, como una rueda de automóvil, son usadas com la legueta salida de forma prominente y los cordones desatados. Sobrecargadas de ribetes de colores fuertes, siempre limpias y cuidadas, los Pibes Chorros las llaman "llantas" [rodas].

[1] Claro que no es solamente eso. También constituye un campo de disputas culturales y políticas que da lugar a la configuración identidades diversas. Se ve, por otra parte, como la dimensión de sociabilidad a la que hacíamos referencia no agota el análisis ni siquiera en el nivel "local" en el que nos ubicamos. También aquí las relaciones entre sociabilidad ("Geselligkeit") y sociedad ("Gesellschaft") son complejas. Simmel , y Maffesoli siguiendo a Simmel, han procurado dar cuenta de la especificidad de este vínculo.

Zapatillas muy caras y muy vistosas paseándose, con los cordones desatados, por barrios que supieron ser obreros. Ostentando, como las u•as de los mandarines, un profundo desprecio por toda labor física productiva. Materializando un gasto que no puede ser recuperado ni siquiera por una utilidad deportiva. Su agitación se recorta sobre el fondo quieto y deprimido de jóvenes pobres y pasivos, y hace del ocio forzado un valor positivo.

Son zapatillas para "salir de caño". Periódicamente, dos o tres jóvenes dejan la esquina que les pertenece en dirección a otros barrios: "vamos a ganar", dicen. Lo que ellos mismos denominan "meter caño", consiste en intentar hacerse, a mano armada, del dinero y los bienes de otras personas. Para ello se trata de disponer un campo de acción y recorrerlo en busca de potenciales presas. Se debe conseguir neutralizarlas, hacerse con el botín de sus pertenencias, sortear los obstáculos que puedan presentarse, y salir ileso. Solamente así se habrá ganado.

Es que los Pibes Chorros son pobres deslocalizados. Solos o "en banda" frente a la sortilegio abismante del mercado estaban condenados a no ser, a permanecer tras el umbral de visibilidad de la ciudad del consumo. La lógica de la polarización social vigente había querido que deseen en paz y luego mueran en silencio. Ante la imposibilidad de cumplir acabadamente con tan singular mandato, ellos "salen de caño". Es decir, recusan el lugar que se les había asignado y acometen hacia un centro que les está física y simbólicamente negado. De allí vuelven com algunos objetos y muchas historias. También traen el reconocimiento del que carecían. Un reconocimiento mayor al que jamás imaginaron: la inseguridad "ontológica" de una Argentina de alto riesgo lleva ahora su nombre. Aptos para concentrar todos los temores y todas las miserias de una sociedad que se siente desintegrar, una cruzada estatal y mass mediática los convirtió en un "enemigo conveniente". Sólo el miedo generalizado al desempleo es capaz opacar su resplandor.

Pero su orgullo no termina allí. No sólo se han arriesgado a la cárcel o a la muerte que avidamente se les desea. Han puesto en juego, además, su vínculo con las redes familiares y vecinales que los sostienen, y que tienden a participar del pánico moral que los condena. Todavía entonces, cuando la más encrespada ola de recelo, exclusión y violencia punitiva se eleva frente a ellos como un destino, los Pibes Chorros la toman a contrapelo y, mientras pueden, barrenan [verruma].

La suya es una estrategia centrífuga. Han "salido". Han arriesgado su seguridad y la de otros ganándose con ello uma identidad social definida, negativamente privilegiada. Es decir, socialmente relevante. Luego han vuelto al barrio a cantar su gesta y a enrrostrar con arrogancia su aristocracia espúera.

Y todo para ser jóvenes como hay que serlo. Para traer o comprar zapatillas. Zapatillas espectaculares como un reloj de oro. Producidas por la industria globalizada para consumidores legítimos, ya eran kitch. Ahora en sus pies son monstruosas: el resultado de la mixtura de dos reinos. Tres, en realidad. Han devenido "llantas": un estandarte tejido con retazos de glorias delictivas, lujos populares y brillos hegemónicos. Símbolo de uma nueva subcultura juvenil, nacida en conección con el núcleo central de la cultura dominante en Argentina. Cultura que es, también ella, la del gasto espectacular e improductivo.

Bibliografía

Barbero, J. (1998) "Jóvenes: Des-orden Cultural y Palimpsestos de Identidad ", en Laverde et all. (Eds.): *'Viviendo a Toda': Jóvenes, Territorios Culturales y Nuevas Sensibilidades*, Bogotá: Siglo del Hombre Eds.

Bataille,G. (1974) *La Parte Maldita*, Barcelona: Edhasa.

Baudrillard, J. (1999) *La Economía Política del Signo*. México: Siglo XXI.

Bourdieu, P. (1988) *Cosas Dichas*, Barcelona: Gedisa.

Cohen, A. (1955) *Delinquent Boys. The Culture of the Gang*, Chicago: The Free Press

Elias, N. y Dunning, E. (1992) *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. México: F.C.E.

Hall, S. et all. (1976) *Resistance Trough Rituals*, , London: Hutchinson.

Hebdige, D. (1979) *Subculture. The Meaning of Style,* London : Metheuen.

Huizinga, J. (1961) *Homo Ludens*, Buenos Aires : Emecé.

Maffesoli, M. (1990): El Tiempo de las Tribus, *Barcelona: Icaria Ed.*

Simmel, G. (1949) "The Sociology of Sociability", en American Journal of Sociology, 55, n 3, November.

Tonkonoff. S. (1998) "Desviación, Diversidad e Ilegalismos: Comportamientos Juveniles en el G.B.A.". en *Delito y Sociedad – Revista de Ciencias Sociales*, 10, Bs. As: Ed. La Colmena

---------- (2001) "'Meter Caño'. Jóvenes Populares Urbanos: Entre la Exclusión y el Delito", en *Delito Y Sociedad – Revista De Ciencias Sociales*. Número 15, Bs. As: U.B.A.

Zaluar, A. (1994) *O Condomínio do Diabo*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

ARTE E SOCIEDADE

Karen Fernanda Rodrigues de Souza
Jean Carlo Faustino
Raimundo Nonato Pereira Moreira
Flávio Antônio Fernandes Reis
Lucas Kiyoharu Sanches Oda
Mariângela Ribeiro de Almeida
José Geraldo Costa Grillo

SOBRE A INSERÇÃO DA MAÇONARIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: ASPECTOS SOCIOLÓGICOS[1]

ANA PAULA BELON LIMA*

1. Apresentação

1.1 Introdução à proposta do projeto

O tema da presente investigação é a inserção da maçonaria nas sociedades contemporâneas. A análise dessa inserção partirá do ponto de vista da constante interação, através de diferentes coordenadas, do campo social maçônico com outros, enfocando, sobretudo, as lutas simbólicas desenvolvidas num universo social maior, multidimensional, isto é, a sociedade brasileira, a partir de uma pesquisa intensiva num município do estado de São Paulo, Porto Feliz.

A pesquisa contemplará, para tanto, a interpelação firmada entre maçonaria (simultaneamente, local, nacional e internacionalizada) e a sociedade na qual se situa, por meio dos discursos e atuações desses dois campos sociais envolvidos. A proposta da pesquisa é, dessa forma, realizar uma sociologia da maçonaria contemporânea, entendendo as relações estabelecidas entre esta instituição e as diversas instâncias sociais, no período compreendido entre 1983 até o presente momento.

1.2 Breve exposição da estruturação da sociedade maçônica

Para muitos, a maçonaria é uma sociedade semi-secreta que se expandiu pelo mundo ocidental, diversificando sua organização interna, baseada na

[1] Cabe aqui ressaltar que este texto trata-se do (resumo do) projeto aprovado pelo CNPq em agosto de 2002. Portanto, neste presente momento, a pesquisa se encontra em andamento.

* Graduanda em Ciências Sociais - IFCH/UNICAMP.

ordem ritualística. Surgiu – embora haja controvérsias entre os maçons acerca da sua origem – em 1717, em Londres, na Inglaterra, com a unificação de quatros grupos ('Lojas') originando a 'Grande Loja de Londres', cuja configuração serviria para toda a organização posterior da sociedade, com seus princípios sociais expressos oficialmente na "Constituição de Anderson", elaborada em 1723. Uma vez que a história real se confunde com a fundação mítica, a maçonaria, para seus adeptos, consiste numa sociedade perene que sempre existiu, sendo que a formação contemporânea, denominada por eles de *Especulativa*, teria surgido da transformação de uma fraternidade, guilda, de pedreiro-livres[2] no período medieval ao se separar as artes e os ofícios da construção, chamada de questão operativa, dos princípios morais e sociais que criaram a Maçonaria Moderna, ou, como já dito, Especulativa.

Como, para muitos maçons, a Maçonaria Moderna estaria relacionada à Maçonaria Operativa, a estrutura atual teria se desenvolvido baseada naquela fraternidade de corporação de ofícios de pedreiros medievais, responsável pela difusão entre eles de ensinamentos vinculados não apenas à arte gótica[3], mas também concernentes a instruções morais, sociais e religiosas, as quais deviam ser mantidas em sigilo.

Considerando que a Maçonaria Operativa retém uma estrutura hierárquica similar à das corporações de ofício (Mestre, Companheiro e Aprendiz – referem-se aos três primeiros graus, em ordem decrescente, da divisão hierárquica ritualística da sociedade maçônica), apesar da inexistência do consenso no interior da própria visão maçônica a respeito dessa concepção, encontramos ainda hoje esta representação na maçonaria. A partir desse conjunto de representações, a maçonaria pode ter resignificado simbolicamente a sua atual configuração hierárquica interna. "Não desmente na aparência as suas origens porque conserva os lugares, os termos e os modos, como se ainda trabalhasse manualmente e

[2] O próprio termo *maçom* deriva do francês *maçon*, cuja tradução é pedreiro, construtor.

[3] Adotada pela Inglaterra em 1175, o florescimento da arte gótica, originária de Paris, estava intimamente vinculada à prosperidade da economia urbana e ao desenvolvimento das ciências, refletindo a mentalidade da Baixa Idade Média. A arquitetura gótica simbolizava o mistério da fé cristã, sem com isso ser uma arte monástica, antes trata-se de arte cristã. Cabe ressaltar a presença de um forte grau de simbolismo nesse estilo de construção (o sacerdote de uma catedral, por exemplo, defrontando o altar, dirigia-se ao Leste, porque representava o nascente), bem como o segredo das técnicas das corporações na edificação destas catedrais (Cheney, [19--?]).

produzisse mercadorias. Na realidade, nas suas lojas não se produzem mais manufaturados, mas idéias e modalidades agregativas (...) A pesquisa, o trabalho que o maçom deve se aperfeiçoar em conduzir, está ligado à inteligência e ao espírito que movem o próprio comportamento"(Rugiu, 1998: 161)[4].

A própria estratificação social, baseada na divisão social do trabalho, é incorporada pela maçonaria, que a organiza segundo seu campo de significados, tendo em vista o "progresso da *divisão do trabalho religioso*, que é, ele próprio, uma dimensão do progresso da divisão do trabalho social, portanto, da divisão em classes" (Bourdieu, 1998: 13). Assim, a ascensão social está presente tanto internamente na maçonaria quanto na sociedade em que esta se encontra inserida. A ascensão social, através da passagem pelos diversos graus previstos conforme o rito adotado, para a ótica maçônica, consiste num direito da própria divisão hierárquica firmada pelas tradições – tradições que se pretendem medievais.

Portanto, mesmo compreendendo a maçonaria através da realidade em que está submetida, uma vez que "é preciso (...) perceber a maçonaria como uma organização profundamente marcada pelas determinações do contexto histórico no qual ela está inserida" (Barata, 1999: 63), verifica-se a preservação de aspectos do mundo do trabalho da Baixa Idade Média, codificado pelo simbolismo, pela linguagem e pelo ideário da atual maçonaria.

Percebendo que a modificação estrutural da sociedade em que está inserida a maçonaria implica em redefinições internas à sua lógica, pode se pressupor que a igualdade defendida pela Maçonaria Operativa diverge daquela da Especulativa. Embora mantida em ambas, o princípio de igualdade da Operativa se assemelhava à igualdade que desfrutavam os membros das corporações de ofício, pois "na Idade Média, o operário vive por toda a parte ao lado do mestre, partilhando os seus trabalhos, na mesma oficina, na mesma bancada. Ambos faziam parte da mesma corporação e levavam a mesma existência" (Durkheim, 1984: 147). Relacionando a transição da Operativa para a Especulativa com a substituição do sistema mercantil para o capitalista, pode

[4] Assim, "o burguês 'aceito' é mestre ou aprendiz daquela Corporação só nominalmente, e usa o estabelecimento comercial (em geral chamado oficina ou loja) como lugar de gratificação cultural e de elevação especulativa, que o ajude a esquecer suas recentes ou remotas baixas origens e ratifique o seu sucesso social. (...) Aparentemente nada mudou. Permanecem a velha terminologia, as velhas formas litúrgicas, a velha hierarquia formal expressa pelos três graus essenciais: aprendiz, companheiro e mestre" (ibidem: 161)

se pensar que a maçonaria, como esta nova sociedade regida pelo capital, que institucionalizou a igualdade abstrata mediante a hierarquização social promovida pelo próprio sistema econômico, também tenha redefinido o conceito de igualdade. Portanto, deve-se submeter a idéia de igualdade ao lado da de hierarquia dos princípios capitalistas, esvaziando, conseqüentemente, de veracidade qualquer julgamento de contradição[5], uma vez que se esta ocorre deve ser analisada a partir do conjuntura social em que se situa.

1.3 Estrutura da sociedade maçônica atual no estado de São Paulo

Organizada, em cada cidade, a partir de pequenos núcleos (denominados de 'lojas') auto-regulados que escolhem a forma interna de organização através da filiação a um tipo de hierarquia ritualística de graus e símbolos – nomeados como ritos – variante de um núcleo básico de simbologia e preceitos comuns, estas se congregam em grupos maiores regionais, as Grandes Lojas Estaduais ou numa confederação em cada país, denominada de Grande Oriente[6]. No Brasil, há um Grande Oriente[7], o GOB (Grande Oriente do Brasil), fundado em 1822, que, apesar da extensão territorial que atinge, divide a filiação das lojas maçônicas com as potências estaduais. A administração regional do estado de São Paulo é dada à Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo – GLESP[8] – cujas lojas filiadas seguem em sua maioria[9] o Rito Escocês Antigo e Aceito – REAA – como hierarquia ritualística.

---

[5] "(...) a Maçonaria engendra uma grande contradição, pois prega a igualdade e mantém uma hierarquia altamente estratificada" (Sobrinho, 1999: 89)

[6] O Grande Oriente do Brasil e as 22 Grandes Lojas Estaduais são duas correntes que dividem a Maçonaria brasileira, conforme a filiação das lojas. O reconhecimento dos pares, independentemente da filiação, desenvolve-se a partir de um órgão controlador internacional que concatena todas as lojas regulares. Portanto, compete à Grande Loja Unida da Inglaterra, ou como denominam os maçons, Grande Loja Mãe-do-Mundo, aprovar um intercâmbio de informações codificado em sinais e símbolos para o reconhecimento de seus.

[7] Com aproximadamente 2.000 Lojas, cerca de 61.500 obreiros ativos (*31.12.1999*), reconhecido por mais de 100 Obediências regulares do mundo, o Grande Oriente do Brasil é, hoje, a maior Obediência Maçônica do mundo latino e reconhecida como regular e legítima pela Grande Loja Unida da Inglaterra, de acordo com os termos do Tratado de 1935.

[8] Possuindo 496 unidades (Lojas) filiadas, em 2001, a GLESP contou com 16.900 membros, segundo dado levantado no endereço eletrônico www.glesp.com.br.

1.4 A maçonaria em Porto Feliz

A primeira loja da GLESP a ser criada foi a da cidade de Porto Feliz. A loja *Inteligência de Araritaguaba*, em menos de dois meses após sua fundação na data de 19 de agosto de 1831 passou à jurisdição do Grande Oriente Brasileiro (extinto na segunda metade do século XIX). Hoje, sob a orientação da GLESP, a loja de Porto Feliz segue o *Rito Escocês Antigo e Aceito*.

Após várias disputas internas travadas entre a loja de Porto Feliz, a *Inteligência de Araritaguaba*, e a loja da capital do Estado, a *Amizade* (fundada em 13 de março de 1832), acerca da posse do epíteto de loja mais antiga do Estado de São Paulo, a Assembléia Legislativa Maçônica do Estado de São Paulo reconheceu definitivamente em 16 de junho de 2001 que a loja *Inteligência de Araritaguaba* é a pioneira em solo paulista[10]. A disputa acirrada se desenvolveu entre os campos da importância histórica e da importância social, cuja discussão não se encerrou ainda hoje, tendo em vista que maçons e historiadores contrários a esse desfecho afirmam que, embora tenha sido provado que a loja portofelicense foi a primeira loja paulista, por ela ter funcionado pouco tempo, fechando por volta de 1850 e reabrindo em 1875, sua importância social não pode ser comparada com a da loja *Amizade* (Castellani, 1996). Contra-argumentando, os maçons portofelicenses fizeram o levantamento da atuação da loja desde a sua fundação, inclusive com a participação da *Inteligência de Araritaguaba* na instalação de lojas em outras cidades nos estados de São Paulo e no Paraná[11].

---

[9] Segundo a estatística feita pelo endereço eletrônico, www.masonicworld.com/estat/ da quantidade de lojas que seguem determinado rito, constatou-se que: no Rito Escocês Antigo e Aceito, há 1.020 lojas; no Moderno ou Francês, 49; no Adonhiramita, 28; no York, 11; no Brasileiro, 10; Emulação, 7; e apenas 1 no Schroeder.

[10] Assembléia Maçônica reconhece Loja de Porto Feliz como a primeira do Estado. *Tribuna das Monções*, 30 de junho de 2001, p. 11.

[11] O levantamento que se segue foi extraído do texto inédito *Breve histórico da loja Inteligência de Araritaguaba*, do maçom portofelicense Reinaldo Crocco Jr. As lojas fundadas com a participação da *Inteligência* foram: AMIZADE, em São Paulo, a 13/03/1832; HARMONIA AREENSE, em Areias, a 21/09/1833; UNIÃO E FRATERNIDADE, em Bananal, a 15/091834; AMOR A ORDEM RESPEITADA, em Ubatuba, a 02/03/1837; UNIÃO PARANAGUAENSE, em Paranaguá, a 05/07/1837; ASILO DA VIRTUDE, em Capivari, a17/06/1844; FRATERNIDADE CURITIBANA, em Curitiba, a 01/04/1845; CONCILIAÇÃO MORRETANA, em Morrete, a 15/06/1847;

É importante mencionar que a sua fundação deu-se aproximadamente trinta anos depois do surgimento das primeiras lojas reconhecidas no Brasil, presentes nos estados do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco[12] e 27 anos antes da elevação da vila de Porto Feliz à categoria de cidade, em 1858.

Necessário se faz afirmar também que esta loja foi desativada em três momentos, seguidos por reaberturas que ocorreram em 1875, 1947 e 1983. Desde 1983 até o presente ano, obedecendo à circunscrição temporal dada pelo projeto, a loja *Inteligência de Araritaguaba* computou 47 maçons, sendo que atualmente há 35 membros pertencentes à sociedade.

A atuação da maçonaria em Porto Feliz desde sua última abertura fez-se acompanhar de constantes embates com a Igreja católica acerca da presença de maçons na maior parte das entidades assistenciais. Ora, desde a fundação da maçonaria em 1717, houve conflitos entre a Igreja católica e a maçonaria, sendo seguidos por emissões de bulas papais que impuseram restrições e perseguições aos católicos maçons[13]. Em Porto Feliz, evidenciou-se um dos episódios importantes da disputa entre estas duas instâncias sociais. Em 1986, bispo da então Diocese de Sorocaba, D. José Lambert proibiu explicitamente (a pedido incessante de uma organização católica) os maçons portofelicenses que se diziam católicos de participarem de qualquer sacramento e de administrar quaisquer entidades assistenciais ligadas àquela igreja[14], entendendo que o nenhum católico pode pertencer à ordem maçônica, entidade que "*maquinaria contra a igreja*".

2. Objeto e justificativa

Tendo em vista a inexistência de uma pesquisa sociológica sobre a maçonaria, torna-se necessário o levantamento das profissões e das posições ocu-

---

IPIRANGA, em São Paulo, a 15/06/1847; FRATERNIDADE CAMPINEIRA, em Campinas, a 07/07/1858; INDEPENDÊNCIA, em Campinas, a 01/09/1859; INTELIGÊNCIA E FRATERNDIADE, em Tietê, a 15/12/1989.

[12]Há divergências entre os maçons e os maçonólogos quanto à data da introdução da Maçonaria brasileira. Alguns afirmam que a Maçonaria se iniciou em 1797 com a Loja *Cavaleiros da Luz*, situada em Salvador, Bahia, e através da Loja *União*, em 1800, seguida pela *Reunião*, em 1802, também no Rio de Janeiro.

[13] Para maiores informações a respeito dos conflitos travados entre a Igreja católica e a maçonaria, veja, entre outros: ALBERTON, V. et al. *A Maçonaria e a Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*.

[14] Ver Tribuna das Monções, 21 de junho de 1986, n. 2061.

padas pelos maçons portofelicenses. A dimensão sociológica poderá possibilitar o entendimento do recrutamento dos futuros maçons.

A pesquisa a ser feita irá adentrar na pretensa correspondência entre os pressupostos de igualdade contidos no discurso maçônico e a condição social de seus membros, de forma a analisar as questões sociais e econômicas da maçonaria em seu contato com a sociedade civil, algo que ainda não foi analisado nas pesquisas feitas até o presente momento, salvo como um fato secundário ou incidental. Entender estes pontos significa entender os aspectos da atuação da maçonaria na sociedade pelos âmbitos político-econômicos e socioculturais.

Como, até o presente momento, poucas foram as pesquisas que investigaram o elemento sócio-econômico da instituição como objeto principal do trabalho – e a maioria, quando o estudou, fê-lo de modo incidental –, essa pesquisa poderá fornecer informações esclarecedoras para o conhecimento da atuação da maçonaria na sociedade brasileira, nos tempos atuais.

Duas razões foram fundamentais para a escolha da cidade de Porto Feliz como objeto exemplar de estudo: a importância histórica, considerando o fato de que foi a primeira cidade no estado de São Paulo a sediar uma loja maçônica, e a sua baixa densidade demográfica, 81,67 (45.452 habitantes em 556,5 Km²)[15], que permite uma melhor leitura da influência maçônica no contexto social atual, devido a maior acessibilidade às informações pertinentes a atuação dos membros da maçonaria local. O acompanhamento da trajetória dos maçons, não se restringirá ao exercício do papel de figura maçônica, englobando também sua atuação enquanto cidadão portofelicense, açambarcando a esfera familiar.

O discurso maçônico referente ao ingresso nesta associação contempla apenas a necessidade de crer em um ente superior e possuir um nível intelectual suficiente que possibilite a compreensão dos ensinamentos maçônicos. Tal atitude faz pensar que o nível econômico não se reflete no ingresso na maçonaria. Entretanto, ao se considerar o tipo de profissões dos maçons se notará a discrepância entre o aquele discurso e a realidade já apenas em dados. Em Porto Feliz, a maioria maçônica pertence a profissões liberais ou faz parte das forças armadas[16]. O contraponto com os dados mais gerais forneci-

[15] Segundo dados obtidos pelo recenseamento do IBGE, encontrados no endereço eletrônico www.ibge.gov.br/

[16] Há, entre os 35 maçons portofelicenses, as seguintes profissões: 4 advogados, 1 militar, 2 médicos, 2 engenheiros, 1 corretor de seguros, 1 contabilista, 6 aposentados, 2

dos pelo projeto maior[17] permitirá verificar – o que é uma hipótese a ser considerada – que esta cidade pode ser tomada como caso exemplar.

Os dados referentes às instituições assistenciais de Porto Feliz que recebem verbas da maçonaria poderão facilitar a investigação concernente à atuação desta associação, num município brasileiro com caracterização sócio-econômica semelhante aos da maioria do estado de São Paulo. Ou seja, uma base econômica tradicional, na qual se desenvolvem atividades agrícolas e comerciais predominantemente. Permite também a identificação das disputas, para a realização destes investimentos, entre a Loja *Inteligência de Araritaguaba* e outras instituições mantenedoras de entidades caritativas e sociais, principalmente em relação ao *Rotary Club*, com qual os maçons se contrapõem abertamente.

Além disso, a loja portofelicense também favorece a compreensão do processo de segmentação e hierarquização da estrutura atual da maçonaria, pois pertenceu desde sua fundação, em 19 de agosto de 1831, até 19 de agosto de 1832, ao Grande Oriente Brasileiro (extinto em 1860), data em que passou à jurisdição do Grande Oriente do Brasil, vindo finalmente se filiar à GLESP na década de 1950, com a qual está até hoje.

3. Objetivos

1. Compreender a interação da maçonaria com outras instituições sociais, tais como Igreja católica e Rotary Club, partindo da investigação da manutenção de entidades caritativas (asilos, hospitais, creches, por exemplo).
2. Traçar as trajetórias dos maçons, desde o período anterior ao seu ingresso na associação até os dias atuais, a partir do levantamento de dados concernentes à profissão e à posição social do maçom na sociedade, com o propósito de compreender a relação da estrutura interna com a sociedade em que a maçonaria se instala.

---

bancários, 1 cartorário, 2 gerentes comerciais, 1 professor do Ensino Médio, 6 comerciantes, 1 técnico químico, 1 dentista, 1 metroviário, 1 veterinário, 1 administrador e 1 vendedor.

[17] KOFES, Suely. *Trajetórias de Maçons e Transformações da Maçonaria: entre segredo e conhecimento, sistema moral, apoio mútuo e política.* Campinas: 2002 (aguardando julgamento da FAPESP).

3. Investigar o exercício da influência da lógica simbólica e dos princípios de igualdade do discurso maçônicos para entender a relação firmada entre os maçons e entre estes e os não maçons, tanto através do âmbito interno da associação quanto do contexto externo.

4. Discussão teórica

Como um dos propósitos da pesquisa é estudar a interferência do elemento filosófico sobre a ética e a economia, ou seja, como essa conduta orienta ou condiciona, parcialmente, atividades sociais diversas, e como tais a influenciam, será analisada a relação entre os princípios de teor igualitário presente no discurso maçônico e a realidade sócio-econômica do maçom, bem como a estruturação da associação maçônica na interação com o contexto social. Para esta discussão, serão consideradas concepções weberianas e marxianas. Também Gramsci será de extrema relevância para a compreensão da estruturação da sociedade maçônica sob a perspectiva do poder, tendo em vista que o autor trabalhou com a situação internacional da maçonaria em interação com outras instituições sociais, partindo da concepção de hegemonia social exercido por essa associação[18].

A hierarquia presente na estrutura da maçonaria, tanto local e nacional quanto internacional, por sua vez, remete à divisão social do trabalho, ou melhor, divisão social de funções sob a perspectiva simbólica. Ora, a configuração maçônica atual rege-se por um sistema de cooperação (Durkheim, 1984) expresso em normas que permeiam a relação estabelecida entre as diversas unidades maçônicas e entre estas e a sociedade na qual se insere.

Essa dimensão simbólica que permite a reprodução do campo social presenciada na maçonaria de Porto Feliz, será analisada tendo em vista os textos de Pierre Bourdieu, para quem o poder simbólico é o "poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (Bourdieu, 1998:7). Esta discussão permitirá um contraponto à tese durkheminiana de que "os símbolos são os instrumentos por excelência da 'integração social': enquanto instrumentos de conhecimentos e de comunicação (...) eles tornam possível o *con-*

[18] GRAMSCI, Antonio. *Rotary Club, Maçonaria, Católicos.* In: *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 415-422

sensus (...) que contribui fundamentalmente para a reprodução social" (ibidem: 10) e a tradição marxista que "privilegia as *funções políticas* dos 'sistemas simbólicos'" (idem: 10), cuja explicação repousa nas produções simbólicas a partir dos interesses da classe dominante que procura impor a definição de mundo social, que condiga com aqueles.

Ora, não escapa da organização maçônica o consumo capitalista, pois diversos são os componentes da ordem material que adquirem outro significado pela sua ordem simbólica. Como a aquisição de distintivos simbólicos denota o *status* e, conseqüentemente, honra e prestígio ao maçom que os possui, percebendo que a lógica maçônica interpretou, através de seu próprio sistema de significados, esses objetos (Sahlins, 1990). Finalmente, avaliando a contradição entre o sistema hierárquico do simbolismo maçônico em relação ao pressuposto de igualdade valorizado pela associação, deve-se investigar, por meio dessa lógica simbólica, as distinções sociais interna e externa dos maçons.

5. Método e técnicas de pesquisa

Tendo em vista as discussões anteriores, esta pesquisa procura investigar se o status social conquistado no seio da sociedade pelo maçom, devido à aquisição de recursos financeiros, advenha do fato de serem iniciados na maçonaria ou se o próprio convite feito pela Loja ao candidato à iniciação baseia-se na vida econômica do ingressante. A pesquisa se orientará a partir de asserções, como, por exemplo, do teólogo Wilges, de que "*Não é maçom quem quer, mas quem pode ser* (...) A maçonaria se preocupa em escolher homens que ocupem postos-chave nas classes armadas, na política, nos bancos (...) Os pobres, não podendo pagar as mensalidades, não poderão ser maçons" (Wilges, 1987: 149)[19]. No campo doutrinal, compete à sociologia investigar a conduta significativa do adepto; e, por conseguinte, a influência do comportamento deste em outras atividades sociais, bem como os conflitos surgidos desse impacto (Weber, 2000).

Baseado nessa intenção, serão avaliados os dados obtidos, através de entrevistas com os maçons, referentes à sua formação educacional, sua situação profissional, seu estado civil, procurando delinear o perfil dos adeptos dessa associação, ou em outros termos, a hierarquia dos agentes sociais tanto no interior da estrutura da maçonaria, quanto na sociedade portofelicense. Jul-

[19] Grifo meu.

ga-se que a realização desse procedimento encontrará êxito, pois, numa área de baixa densidade demográfica, como Porto Feliz, o mapeamento das trajetórias de cada membro pode ser realizado com dados obtidos tanto com a maçonaria e seus simpatizantes quanto com seus inimigos.

Noutra etapa, não se ignorará a reprodução social na maçonaria (por meio do poder simbólico, como previu Bourdieu), avaliando os dados acerca do recrutamento dos parentes dos maçons tanto nessa instituição como nas suas derivadas, denominadas paramaçônicas, pois a cosmovisão da maçonaria não se restringe aos iniciados, abrangendo também aqueles indivíduos com os quais possuem laços de parentesco. As ordens paramaçônicas *DeMolay* e *Rainbow-Girls (Garotas do Arco-Íris)*, embora não se limitem exclusivamente aos descendentes dos maçons, têm a maioria de vagas destinadas a este público[20]. Além disso, percebeu-se – em sondagens – que aqueles que não eram filhos de maçons e que participavam das organizações paramaçônicas, tiveram seus pais ou parentes convidados a ingressar na maçonaria. Em quaisquer destas instituições, os participantes são preparados para assumirem cargos de liderança, até mesmo a nível estadual, denotando a valorização de posições sociais reconhecidamente elitizadas. Contudo, como essa reprodução da ordem maçônica não se restringe ao âmbito de ordens paramaçônicas, mas é perpetuada, em grande parte, pela ação dos maçons entre seus parentes, pretende-se acompanhar a atuação destes homens ora como cidadãos portofelicenses ora como adeptos dessa sociedade maçônica, por meio de entrevistas não apenas com os integrantes da loja de Porto Feliz, mas com os seus parentes, ou melhor, com os seus filhos. Retoma-se, desse modo, o conceito de hereditariedade de inspiração medieval que revelaria a nostalgia ao artesanato tanto na instituição em questão, quanto na sociedade em que se situa (Rugiu, 1998).

Serão abordados também os investimentos realizados pela loja nos mais variados setores sociais, compreendendo o desenvolvimento sócio-econômico da cidade em questão, seja impulsionando-o, seja coibindo-o, verificando a disputa pela promoção de práticas assistencialistas, em Porto Feliz, entre a maçonaria e entidades filantrópicas e grupos religiosos (neste caso, principalmente os católicos).

[20] Há ainda a ordem paramaçônica *Estrelas do Oriente* que apresenta como condição de participação às mulheres certo vínculo de parentesco com a figura do maçom.

A análise compreenderá as declarações da sociedade portofelicense separada, sob a linha divisória da maçonaria, em duas categorias, os maçons e não-maçons. Serão estas declarações que orientarão o desenvolvimento da pesquisa, porque se entende que o exercício contínuo do *habitus* científico (Bourdieu, 1998) deve ser considerado nesta pesquisa a fim de apurar a 'reação' do conjunto teórico maçônico diante de suas operações práticas. Neste sentido, conforme dito anteriormente, a correspondência entre a teoria e a prática, numa tentativa da construção do conhecimento prático.

Os recursos, aos quais se recorrerá para realização da pesquisa são revistas, boletins de circulação interna e livros publicados pela própria maçonaria (como as obras escritas por maçonólogos), visitas a endereços eletrônicos, além de emprego de entrevistas com maçons e não-maçons portofelicenses. Outros recursos de extrema importância que serão abordados pela pesquisa são as proclamações, as cartas, os discursos proferidos em conferências e em reuniões anuais realizadas por autoridades da maçonaria brasileira, pois apresentam o pensamento e a ação dessa sociedade. Para compreender melhor a inserção da sociedade maçônica, serão utilizadas obras clássicas da sociologia e da antropologia que, embora não tenham tratado da instituição em sua totalidade ou tampouco aludido à mesma, contribuirão significativamente como arcabouço teórico para a análise aqui proposta.

O recorte temporal compreenderá o dia 30 de março de 1983, quando a loja maçônica *Inteligência de Araritaguaba* retomou suas atividades ou, como a maçonaria define, houve o "reerguimento das colunas", até o presente momento da pesquisa.

7. Bibliografia

7.1 Referências teóricas

ALBERTON, V. et al. *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1983

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 2. ed. São Paulo/Brasília: Martins Fontes/Ed. Universidade de Brasília, 1987

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: A Ação da Maçonaria Brasileira (1870-1910)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectivas, 1974

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998
CASTELUCCI, Romeu. *Efemérides de Porto Feliz*. Ss : [S.1.: s.n] , 2000
CHENEY, Sheldon. A arte gótica: o apogeu cristão. In: _____ . *História da Arte*. São Paulo: Martins S/A, [19--?], p. 239-269, v. 2
COHN, Gabriel (org.). *Max Weber: sociologia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999
COSTA, Fernando Marques da. *A Maçonaria Feminina*. Lisboa: Vega, 1979
DURKHEIM, Émile. *A divisão social do trabalho*. 2. ed. Lisboa: Presença, 1984. v. 2.
ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979
GRAMSCI, Antonio. Rotary Club, Maçonaria, Católicos. In: _____ . *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 415-422
MARX, Karl. *A ideologia alemã*. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996
MARX, Karl. *O Capital*. 6. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livro Primeiro.
RODRIGUES, José Albertino (org.). *Émile Durkheim: sociologia*. São Paulo: Ática, 1978
SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990
WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 2000
WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1972
WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (org.). *Weber*. São Paulo: Ática, 1989, p. 128-141
WILGES, Irineu Silvio. *Cultura religiosa: as religiões no mundo*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. v. 1

7.2 Artigos de jornais

ASSEMBLÉIA maçônica reconhece loja de Porto Feliz como a primeira do Estado. *Tribuna das Monções*, Porto Feliz, 30 jun. 2001. p.11.
BISPO proíbe maçons de serem católicos. *Tribuna das Monções*, Porto Feliz, n. 2061, 21 jun. 1986. p.1.
VALLE, Isac Isaías, Pe. Igreja católica e maçonaria. *Tribuna das Monções*, Porto Feliz, 12 jul. 1986. p. 2

7.3 Endereços eletrônicos

GRANDE Loja Maçônica do Estado de São Paulo. Maçonaria Regular. Histórico 2001. Disponível em: http://www.glesp.com.br. Acesso em 28 de março de 2002.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. População. Censo. Municípios. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/. Acesso em 25 de março de 2002.

MASONIC WORD. Ritos. São Paulo. Disponível em: http://www.masonicworld.com/estat/. Acesso em 16 de abril de 2002.

7.4 Obras produzidas pela maçonaria sobre si mesma

ALBERTON, Valério. *O Conceito de Deus na Maçonaria*. 2. ed. Rio de Janeiro: Aurora Ltda., [198-?]

ASLAN, Nilcola. *História Geral da Maçonaria: Fatos da Maçonaria Brasileira*. Rio de Janeiro: Aurora, 1979

CASTELLANI, José. *Grande Oriente de São Paulo – 75 anos*. São Paulo: Grande Oriente de São Paulo, 1996

RUGIU, Antônio Santoni. *Nostalgia do Mestre Artesão*. Campinas: Autores Associados, 1998

SOBRINHO, Octacílio Schüller. *Maçonaria: introdução aos fundamentos sociológicos*. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1999

ZVEITER, Waldemar. *Maçonaria e Ação Política*. Rio de Janeiro: Mandarino, [19--?]

7.5 Publicações periódicas maçônicas

A CABALA e o Misticismo Maçônico. *A Verdade*, São Paulo, Ano 45, n. 391, p. 23-24, jan/fev. 1996

ANDRADE, Guildo Antônio. Fé não se impõe. *A Verdade*, São Paulo, Ano 45, n. 391, p. 25, jan/fev. 1996

CASTELLANI, José. Os primórdios da Moderna Maçonaria. *Perfil Maçônico*, Ano I, p. 14-17, [199-?]

COM o olho no futuro. *A Verdade*, São Paulo, Ano 45, n. 391, p. 9-10, jan/fev. 1996 .

CROCCO Jr, Reinaldo. Porto Feliz e os 500 anos do Brasil. *A Verdade*, São Paulo, Ano 49, n. 418, p. 26-28, mai/jun. 2000.

DESAFIO a vencer: a conquista dos meios de comunicação. *A Verdade*, São Paulo, Ano 49, n. 418, p. 12-16, mai/jun. 2000.

MEDIOCRIDADE e Ação. *A Verdade*, São Paulo, Ano 49, n. 391, p. 4, jan/fev. 1996.

REFABRICANDO a esperança. *A Verdade*, São Paulo, Ano 49, n. 418, p. 4, mai/jun. 2000.

VILAR, Edson Luís. A Egrégora Maçônica. *A Verdade*, São Paulo, Ano 49, n° 418, p. 29-31, mai/jun. 2000.

"ENTRE A IGREJA INVISÍVEL E A IGREJA UNIVERSAL: UMA LUZ PARA O SEU CAMINHO – A IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL E MÍDIA RELIGIOSA NO CASO DA 'LUZ PARA O CAMINHO' (1976-2000)"

KARINA KOSICKI BELLOTTI*

O tema desse trabalho é a relação entre religião e meios de comunicação de massa, no que se refere às atividades da empresa sem fins lucrativos ligada à Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), "Luz Para O Caminho" (LPC Comunicações), em funcionamento em Campinas-SP, desde sua fundação, em 1976, como sucursal brasileira da entidade "The Back Of God Hour", ligada à Igreja Cristã Reformada dos Estados Unidos e Canadá. Constitui-se uma continuação dos estudos sobre religião e meios de comunicação iniciados no projeto de iniciação científica fomentado pela FAPESP, "Uma Igreja Invisível?", que enfocava o pioneirismo dos protestantes históricos no uso estratégico da mídia religiosa na experiência do Centro Áudio Visual Evangélico (CAVE).

Considerada uma grande novidade no campo religioso, a mídia e a propaganda religiosa vêm se desenvolvendo no mundo ocidental desde meados do século XIX, e encontrou um berço e um celeiro nos Estados Unidos, onde o pluralismo e a competição religiosa favoreceram o proselitismo pelos mais diversos meios, liderado principalmente pelos fundamentalistas cristãos.

No Brasil, os estudos sobre religião e meios de comunicação são relativamente recentes, quando o fenômeno tornou-se mais visível na sociedade brasileira, a partir da década de 80. Mas o uso religioso da mídia é antigo, sendo os protestantes históricos os pioneiros nessa prática.

* IFCH/UNICAMP. Orientadora: Profa. Dra. Eliane Moura Silva.

Várias denominações protestantes históricas uniram-se na década de 50 para fundar o Centro Áudio Visual Evangélico, a primeira iniciativa estratégica de uso dos meios de comunicação, conforme demonstrado no nosso projeto de iniciação científica[1] afirma que os Adventistas do Sétimo Dia foram os pioneiros no uso do rádio no Brasil, por conta de sua estrutura eclesiástica simples e flexível, que permitia a expansão rápida de missionários pelo país.

Ao se considerarem as iniciativas pioneiras de adventistas e protestantes históricos (dentre eles, a IPB), ocorridas entre os anos 40 e 50, é possível traçar uma historicidade para o uso religioso dos meios de comunicação, que enfrentou resistências dentro de alguns grupos, como o católico e o protestante histórico, mas que não deixou de ocorrer, embora dependente muitas vezes de iniciativas pontuais.

Dentre as obras que trataram do fenômeno da mídia religiosa protestante destacam-se *A Igreja Eletrônica e seu impacto na América Latina* (Vozes, Petrópolis, 1986), de Hugo Assmann; *Cristãos usando os meios de comunicação social – Telehomilética* (Paulinas, São Paulo, 1980), de Reinaldo Brose; Os Evangélicos e a Mídia (Dissertação de mestrado em Sociologia, UFRJ, 1997), de Alexandre Brasil Fonseca; o capítulo sobre mídia em Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment, (Tese de doutorado em Sociologia, UNICAMP, 1993), de Paul Freston; e o trabalho sobre a Igreja Universal do Reino de Deus, *Teatro, Templo e Mercado* (Vozes, Petrópolis, 1997), de Leonildo Silveira Campos.

Somente o *boom* religioso, decorrente da expansão de igrejas pentecostais autônomas nos últimos 20 anos, despertou a atenção da sociedade para a mídia religiosa – seja para adotá-la, seja para criticá-la –, e deu razão aos pioneiros que, isoladamente, tentaram convencer suas congregações de que era preciso "pregar nos telhados". E, principalmente, conferiu fôlego aos estudos acadêmicos sobre as relações entre religião e comunicação.

Por outro lado, durante pesquisa de Iniciação Científica, foi possível constatar que a produção de mídia corresponderia a uma das expressões de transformação da experiência religiosa em experiência de fruição estética, tendo

[1] (Karina Kosicki Bellotti. Uma Igreja Invisível? – Protestantes históricos e meios de comunicação de massa no Brasil (anos 50 a 80), Monografia de conclusão de curso, IFCH – UNICAMP, 2000). Alexandre Brasil Fonseca, na sua Dissertação de mestrado Os Evangélicos e a Mídia (Departamento de Sociologia, UFRJ, 1997).

em vista a reflexão de Edin Sued Abumanssur[2] sobre o peso do descrédito das instituições religiosas tradicionais não minaria a religiosidade e a busca transcendental e, sim, que ela assumiria outras manifestações, como a busca pela arte.

José Jorge de Carvalho[3] por sua vez, indica uma tendência de espetacularização de algumas expressões religiosas, que não visariam ao aperfeiçoamento individual, mas somente à satisfação imediata, como uma vivência, articulando-se à tendência de uma demanda cada vez maior por um universo religioso que enfatize não o processo (a busca), mas o produto (o símbolo, o resultado).

Nosso intuito, porém, é localizar não somente um significado único para a existência da mídia religiosa, pois é uma esfera de "representação, prática e apropriação", que será analisada sob o prisma da História Cultural, como aponta Roger Chartier[4]:

> "a definição de história cultural pode, nesse contexto, encontrar-se alterada. Por um lado, é preciso pensá-la como a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço. As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas), que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modela, que constituem o objeto de uma história cultural" (p.27).

O estudo da LPC permite o aprofundamento de questões surgidas durante a análise do CAVE: como se pode inserir a atuação da LPC dentro da historicidade da mídia evangélica? Qual a sua contribuição ao produzir audiovisual sob a supervisão da IPB – e sob o peso de toda tradição dessa denominação? Em que medida a mídia evangélica representa uma experiência religiosa es-

---

[2] Edin Sued Abumanssur, A Tribo Ecumênica – um estudo do ecumenismo no Brasil nos anos 60 e 70. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP, 1991:106-114).

[3] José Jorge de Carvalho. "Uma querela dos Espíritos – para uma crítica brasileira do suposto desencantamento do mundo moderno", in *Cadernos do IFAN-USF*, n.º 23, 1999:14.

[4] Roger Chartier. *A História Cultural entre práticas e representações*, Difel, Lisboa, 1990.

tética e até que ponto é válido pensar nesse sentido? Haveria outros sentidos nessa mídia, considerando o fato de ela estar inserida em um contexto de ressacralização do espaço público (tarefa catalisada principalmente pela mídia religiosa e secular), e em um contexto de relativa abertura do protestantismo brasileiro? Em que medida a LPC concorre para tornar universal uma igreja julgada invisível na sociedade brasileira?

Nosso projeto, portanto, visa estudar a trajetória da LPC e sua produção ao longo desses últimos 25 anos, a fim de acrescentar mais um capítulo de reflexão cultural sobre a importância, os sentidos e os alcances da mídia evangélica seja dentro da comunidade evangélica ou da sociedade em geral. Até que ponto a mídia religiosa, em especial a evangélica, não é um meio de referência cultural que se junta a um coro difuso mas persistente de busca pelo sagrado nos limites imbricados de um mundo profano e secular?

* * *

As fontes até agora analisadas compreendem a produção audiovisual e literária de Luz para o Caminho e da Editora Cultura Cristã (Casa Editora Presbiteriana), de propriedade da Igreja Presbiteriana do Brasil. A metodologia utilizada segue um princípio simples: parafraseando Marshall Mcluham, o meio, *por vezes*, corresponde à mensagem. Isto é, a escolha do meio de representação de uma mensagem influi no conteúdo dessa mensagem. Por isso, ao invés de fazermos uma abordagem temática, englobando diversos meios de comunicação em torno de um assunto, preferimos abordar cada meio de comunicação utilizado, respeitando as suas especificidades, limitações e potencialidades.

Outro princípio que norteia o trabalho é que tudo aquilo que é produzido no âmbito dos meios de comunicação possui um sentido histórico. Por vezes, conseguimos captar esse sentido em alguns detalhes, em algumas frases, mas sempre relacionados ao modo como a obra é composta e estruturada. Procurou-se articular esse sentido a um contexto mais amplo, seja da história do protestantismo, seja do momento presente da sociedade em geral.

É importante ressaltar também que tudo o que se insere no universo da comunicação, seja agora, nos anos 2000, seja há 50 anos ou mais, é uma forma de diálogo entre o(s) produtor(es) da mensagem e sua possível recepção. E esse diálogo pressupõe escolhas teológicas e estéticas, que perfazem a men-

sagem, de forma que ela se transforme em uma intervenção na sociedade. A questão mais pertinente para nós não são dados de Ibope, ou quaisquer outros medidores de opinião, mas sim quais as representações que um grupo evangélico utiliza para se comunicar com a sociedade e com seus fiéis e, a partir daí, determinar os sentidos que a religiosidade e a prática protestantes adquirem numa sociedade que promove a ressacralização dentro e fora dos espaços religiosos institucionais.

* * *

Procuramos desenvolver com maior profundidade o conceito de representação aplicado às produções de televisão, VHS, e rádio da Luz Para O Caminho, e à literatura infantil publicada pela LPC e pela Editora Cultura Cristã.

Dentro de um contexto de competitividade religiosa, em que diversas expressões religiosas buscam dar legitimidade à sua "verdade" para o mundo, os meios de comunicação se constituem um meio privilegiado de estabelecer um espaço para as religiões. A Luz Para O Caminho, apesar de se declarar não proselitista, realiza um trabalho de evangelização que visa divulgar uma mensagem cristã protestante reformada, com ênfase na salvação. O argumento comum nos produtos da LPC – sejam os programas de TV/VHS, sejam os programas de rádio ou os livros infantis, é encorajar o arrependimento do interlocutor, para que ele peça perdão a Deus e tenha seus pecados eliminados por Cristo.

Mas diferentes formas de se veicular a mensagem implicam em diferentes mensagens. É o que constatamos até esse momento da pesquisa. Toma-se como exemplo a comparação de dois programas de rádio, "Nosso Almanaque do AR", produzido pelo Centro Áudio Visual Evangélico (CAVE), no final dos anos 60, e o programa "Coração Caboclo", produzido pela LPC no final dos anos 90. Enquanto a série "Coração Caboclo" deu ênfase no sofrimento, a série "Nosso Almanaque do Ar" (CAVE) voltou-se para a tolerância religiosa e para o entretenimento, sendo que ambos apelaram para reconstruções do universo caipira brasileiro.

Já a literatura infantil, por conter iconografia, forneceu rico material de análise. As representações de Cristo são variadas, ainda que obedeçam a um tipo físico europeu – branco, esguio e de olhos claros. Nossa preocupação foi mostrar como as imagens de Jesus estão articuladas à narrativa e à intenção dos autores em construir uma identidade cristã para as crianças, os cristãos

adultos de amanhã, que supostamente terão a missão de levar adiante a mensagem cristã.

São livros que foram produzidos nos Estados Unidos, Inglaterra e Dinamarca, mas que foram publicados no Brasil, o que denota uma identificação de uma parcela protestante histórica para com as idéias protestantes americanas – que foram sua matriz, afinal. Conceitos considerados fundamentalistas circulam pelo Brasil por meio dessa literatura, e mesmo que a tiragem dos livros seja pequena, significa que há uma demanda por esse conteúdo, ainda que aparentemente "descolado" de nossa realidade.

O elemento agregador do fundamentalismo cristão americano é sua reação ao que ele considera excessos da modernidade. Não seria esse o maior anseio que esse tipo de literatura estaria atendendo no Brasil? A desagregação do ideal da família nuclear "burguesa", a violência epidêmica, a banalização da vida, a desvalorização do trabalho formal, não estariam alimentando o interesse das pessoas em reforçar valores que estariam sendo ameaçados em seus cotidianos?

Bibliografia

ABUMANSSUR, Edin Sued. *A Tribo Ecumênica*, dissertação de mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP, 1991.

ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus – fundamentalismo no judaísmo, cristianismo, e islamismo*, São Paulo, Cia. Das Letras, 2001.

BELLOTTI, Karina Kosicki. *Uma Igreja Invisível? Protestantes históricos e meios de comunicação no Brasil (anos 50 a 80),* Monografia de conclusão de graduação, Campinas, 2000.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, Templo e Mercado,* Vozes, Petrópolis, 1997.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe & WILSON, Derek. *Reforma: o Cristianismo e o mundo (1500-2000)*, Record, Rio de Janeiro, 1997.

FONSECA, Alexandre Brasil. *Os Evangélicos e a Mídia*, Rio de Janeiro, dissertação de mestrado em Sociologia – UFRJ, 1997.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil : da Constituinte ao Impeachment,* tese de doutorado em Sociologia, UNICAMP, 1993.

HOOVER, S. M. & LUNDBY, K. *Rethinking Media, Religion, and Culture*, SAGE Publications, California, 1997.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O Celeste Porvir*, ASTE, São Paulo, 1995, 2ª edição.

MORGAN, David. *Protestants & Pictures: Religion, Visual Culture, and the Age of American Mass Production*, Oxford University Press, 1998.

EXPANSÃO E CHOQUE – A IURD E AS REAÇÕES QUE PROVOCA EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA MÍDIA

GUILHERME MANSUR DIAS *

Ao ser convidado a participar do I Encontro de Humanidades, pensei que não seria possível participar, dado que meu projeto estava no início e, mais precisamente, em fase de reelaboração. Estou numa fase de mudança da proposta inicial mandada para a CNPQ e vim esperando contar como aconteceram e estão acontecendo essas mudanças e, acima de tudo, contar com a contribuição de vocês para essa reelaboração.

Meu projeto faz parte de um projeto integrado, coordenado pela professora Bela Feldman-Bianco e que se chama *Imigrantes portugueses, imigrantes brasileiros: globalização, antigos imaginários e (re)construções de identidade (uma comparação triangular)*, junto ao programa de pesquisas *Identidades: Reconfigurações de Cultura e Política do CEMI- IFCH-UNICAMP/ PRONEX-CNPq*. Semestre passado, foram colocados cartazes chamando bolsistas a participarem do CEMI e acabei me interessando e fazendo parte desse grupo de pesquisa. Este projeto maior já estava em curso e nos foram oferecidos alguns materiais e algumas possibilidades de pesquisa que poderíamos nos interessar. Igor J. de Renó Machado, que atualmente desenvolve sua pesquisa de doutorado sobre imigrantes brasileiros na cidade do Porto, em Portugal, me mostrou alguns materiais (cerca de 80 artigos de jornais portugueses) que falavam da Igreja Universal do Reino de Deus. Tomei contato com os textos e, a partir dali, fazendo leituras de pesquisadores do CEMI e vendo o tratamento da Igreja Universal veiculada pela mídia portuguesa, me interessei em estudar a IURD em Portugal.

* IFCH/UNICAMP. Orientadora: Bela Feldman-Bianco.

Achei interessante trazer as propostas iniciais do projeto mandado para a CNPQ e como o estou repensando no momento, conforme já salientei.

Com o assim chamado "processo de globalização", as mudanças no cenário das migrações internacionais são bastante significativas. Não é diferente o que ocorre com Brasil e Portugal. O Brasil, país eminentemente de imigração e o maior receptor de emigrantes portugueses, tornou-se, a partir de meados de 1980, também país de emigração; enquanto o Portugal - há séculos exportador de emigrantes - transformou-se no período pós-colonial também em país de imigração (Feldman-Bianco: 145, 1997). Os emigrantes do Brasil que chegam a Portugal recebem diversas formas de recepção por parte dos portugueses, tendo em vista as relações históricas ambivalentes entre os dois países e as mudanças complexas que decorrem da transformação de Portugal numa nação pós-colonial européia. E não ocorre algo diferente entre as instituições brasileiras que migram para Portugal. É o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. Essa instituição, fundada no Brasil em 1977 e hoje presente em mais de 80 países em todo o mundo, chegou em Portugal em 1989 e começou a aparecer na mídia como um elemento estrangeiro forte. A partir de 1992, as recorrências sobre a IURD na mídia portuguesa começaram a aumentar, chegando ao seu auge em 1995, ano em que aconteceram alguns episódios marcantes para a igreja tanto no Brasil quanto em Portugal. Foi neste ano que o bispo Von Helden concretizou o assim chamado "espisódio da santa", num programa noturno da Rede Record no Brasil no qual ele chutou a imagem de N. Sra. Aparecida, e que ocorreu o Caso Matosinhos e o Caso Coliseu, dos quais falarei mais a frente. Nesse movimento, a IURD foi adquirindo mais templos, rádios e concessões em programas de televisão portugueses. Vimos que a partir de Portugal, a Igreja começou a se expandir para os países da Europa e África principalmente, ganhando uma projeção internacional mais ampla, haja visto que até então o único país nos qual a IURD realmente fazia sucesso era o Brasil.

Me interessei então, em primeiro lugar, pelas estratégias de expansão da igreja e quis verificar, devido aos trabalhos que envolvem Portugal e portugueses no CEMI, se existia ou não uma estratégia lusófona[1] por parte da

[1] Entendo por estratégia lusófona a estratégia de expansão física e ideológica de um agente (Igreja, governo, etc.) nos países de língua portuguesa.

Igreja, em vista de sua enorme expansão e crescimento em países de língua portuguesa. Para verificar essa estratégia, entrevistaria pastores da alta hierarquia iurdiana em São Paulo e no Rio de Janeiro. Queria estudar as razões gerais do sucesso da IURD e tive contato com alguma literatura que ia neste sentido. A segunda parte do projeto seria ver as diversas reações da população portuguesa à IURD, através do material recolhido por Igor, tentando fazer uma ligação entre a estratégia de expansão lusófona da IURD e uma estratégia também lusófona, em disputa, levada a cabo pelo governo português pós-colonial.

Tive algumas dificuldades para chegar às pessoas que poderia entrevistar para tentar clarear a primeira indagação. Além disso, notei que minha questão inicial e a forma de resolvê-la foram um pouco ingênuas. Foi então que resolvi inverter minhas pretensões e não me preocupar com questões tão genéricas como a que tinha me proposto inicialmente (Por que a IURD faz tanto sucesso nos países de língua portuguesa?). Comecei a me indagar, devido a leituras que fiz e ao material que tinha, o por que das reações fortes da mídia portuguesa e da população em geral contra a IURD. No caso dos jornais portugueses a negação da IURD é bastante forte. Eles enfatizam os problemas judiciais que envolvem a instituição, o acúmulo e a circulação de capital da igreja de Edir Macedo e o caráter comercial da "seita", uma "multinacional brasileira". Mas as acusações não param aí. Algumas reportagens chegam a falar do envolvimento da IURD com o narcotráfico colombiano e com o roubo de crianças.

E as indagações continuam mais atuais do que nunca. Em agosto deste ano, Edir Macedo esteve em Portugal e as críticas reapareceram seguindo o mesmo estilo, mas mais cautelosas. A aversão à IURD continua grande por parte da mídia portuguesa.

Esse ódio ganhou as ruas em dois episódios principais, dos quais as reportagens que tenho tratam. São os casos Coliseu e Matosinhos. O que ficou conhecido como caso Coliseu foi um movimento de protesto que se deu na cidade do Porto quando membros da IURD se envolveram na compra do Coliseu do Porto, o que foi encarado pela população do Porto e de Portugal em geral como uma ofensa dessa instituição, levando-se em conta a importância cultural do Coliseu. Segundo *O Diário de Notícias*, "o ocorrido foi um atentado à cultura e a uma cidade". Houve uma passeata bastante grande contra a ven-

da do local e diversos segmentos da sociedade portuguesa se envolveram no episódio, o que deu origem à associação amigos do Coliseu, que se comprometeu a ficar responsável pelo local, evitando então sua venda à IURD. O caso Matosinhos ocorreu num shopping deste distrito do Porto, no dia 9 de novembro de 1995. Segundo *O Público*, durante dez horas, os crentes que freqüentavam um templo dentro desse shopping estiveram cercados por uma multidão que os insultava, arremessava objetos e tentava agredi-los. Eram, em sua maioria jovens que lideravam a chamada "operação limpeza". Segundo *O Diário de Notícias*, "passivamente muita gente assistiu e aplaudiu". A polícia precisou intervir nesse episódio, mas foi acusada pela IURD de ter sido conivente com a violência ocorrida, já que ela teria ignorado os primeiros telefonemas de membros da Universal.

A forma como esses episódios foram narrados e trazidos ao público, tanto pela mídia portuguesa quanto por artigos de estudiosos portugueses e brasileiros estão me fazendo pensar sobre o significado dessa instituição brasileira para os portugueses. Como Max Gluckman, tentando achar as recorrências de uma determinada "situação social", me deparo com essas duas situações e com o material que tenho disponível para levantar algumas indagações, hipóteses e mesmo afirmações.

Analisei alguns artigos que antecederam e seguiram os episódios narrados, tentando ver o que eles me proporcionavam, tendo como pensamento de fundo as relações Brasil-Portugal. Além dos mais variados tipos de acusação contra a IURD, as recorrências destes artigos tendem a expor as visões de uma instituição brasileira que incomoda. Alguns exemplos podem deixar isso mais claro. Vejam as frases seguintes: "Não há nada pior para quem está em casa sentado no sofá... do que um bispo João Luís ou José Carlos com sotaque de telenovela a dar-nos mediáticas lições de civismo" (Diário de Notícias, 11/11/1995); "Basta assistir a uma das habituais emissões televisivas da Igreja Universal do Reino de Deus para compreender como a sua força persuasiva provém da boa sintonia com os programas que são os pratos-fortes das nossas televisões ditas generalistas: o apelo à emoção, a simulada devassa da privacidade, o arrepio do medo e do irracional, até a hábil manutenção do sotaque brasileiro das telenovelas" (Público, 05/08/1995); "A Igreja Universal fala a mesma linguagem das telenovelas, e não só na pronúncia, tão familiar aos ouvidos dos portugueses, mas também nas muitas vidas difíceis,

muitas promessas fáceis de felicidade, a cumprir logo no fim da série" (Público, 27/08/1995); "Pelo simples facto de os bispos da IURD serem brasileiros, começa-se a escutar, na praça pública, observações de profundo mau-gosto em relação àqueles que falam português com sotaque brasileiro e até, como aconteceu na famigerada manifestação do Porto, a perseguí-los e ameaçá-los" (Público, 03/09/1995); "São indícios irracinais que vemos aflorar contra os brasileiros, a quem nos unem laços familiares e culturais profundos..." (idem).

Essas frases mostram o incômodo de um sotaque brasileiro, algo já "tão familiar aos ouvidos portugueses", mas que, ironicamente, aparece, na maioria das vezes, associado a uma certa dose de irracionalidade. E a negação dessa aversão aos brasileiros vem fundamentada por "laços familiares e culturais profundos", o que desnuda toda a ambivalência das relações entre brasileiros e portugueses (Feldman-Bianco). Os brasileiros ainda fazem parte do imaginário português de nação e uma instituição brasileira de caráter missionário como é o caso da IURD faz estes fantasmas reaparecerem. Afinal, não são os portugueses mais a desbravar os mares atlânticos, mas os brasileiros invertendo este papel. O fato de Portugal estar sendo "usado" pela Universal para a expansão dessa igreja pelo mundo não é muito bem visto pela mídia portuguesa. Cito duas passagens para explicitar: "Portugal foi só mais um passo, uma plataforma para o lançamento da IURD junto das comunidades lusófonas" (Público, 27/08/1995); "Portugal pode estar a ser usado como ponte para o envio de dinheiro do Brasil para a Europa, destinado a financiar a instalação da Igreja Universal do Reino de Deus" (Público, 03/01/1996). Portugal é usado e os portugueses são usados, prato cheio para percebermos como as narrativas de nação se concretizam nas atitudes do dia a dia dos portugueses. A instituição malandra, esperta, persuasiva, que usa Portugal para se expandir pelo mundo vem de um país, cujo binômio "alegre-malandro" (Machado) pode caracterizar bastante bem seus habitantes. Esteriótipos reforçados, as reações ganham ares violentos e promovem casos como o do Coliseu e o de Matosinhos.

Percebo nos artigos uma reação à IURD. Levanto o caráter de brasilidade de uma igreja como a Universal. Mas não quero dizer com isto que as reações à ela, em sua maioria negativas, se justifiquem por este caráter. É claro que dezenas de outros fatores contribuem para as diversas formas de reação. O

fato de Portugal ser um país fortemente católico e os interesses com os quais a IURD entra em disputa (interesses midiáticos, principalmente), por exemplo, ajudam nos ataques à Universal. Nos mesmos artigos que estou analisando, Monsenhor Eduardo Melo, da Igreja Católica portuguesa, acusa a IURD de "falta de senso, de equilíbrio, de maturidade; falta de delicadeza e de respeito pelos outros e por tudo, além de ignorância e da falta de imaginação". Como vêem, as relações entre igreja católica portuguesa e IURD não são assim tão amigáveis também. Mas insisto no fato de a Universal ser brasileira porque ainda acho que se trata de algo fundamental. Segundo uma pesquisa realizada em 1997[2], 2.1% da população portuguesa (de cerca de 10 milhões de habitantes) eram cristãos não pertencentes à Igreja Católica. Eles se dividiam entre as três principais igrejas não-cristãs: Testemunhas de Jeová, Maná e IURD. A Maná e a IURD são as mais atacadas pela mídia portuguesa. No entanto, a recorrência de acusações contra a Igreja Universal do Reino de Deus é bem maior. Interessante perceber que a Maná foi fundada pelo português Jorje Tadeu e que os crentes da Testemunhas de Jeová já professam em Portugal desde 1925 (Farias e Santos). Não quero no entanto, como já disse, fazer a ingênua suposição de que a IURD por ser brasileira é mais tratada na mídia. Só creio ser interessante pensar um pouco na "brasilidade" dessa instituição.

Enfim, noto que a IURD mexe com Portugal e com os portugueses. Para além das ocorrências nos episódios citados, creio que a Universal teve papel fundamental nos debates sobre religião que vão da mídia até a justiça. A nova lei de liberdade religiosa começou a ser discutida em Portugal a partir dos episódios referidos e, ironicamente, a IURD não foi contemplada com os privilégios da nova lei, que inseriu somente as religiões que estão em Portugal a mais de 30 anos. O que significa realmente a IURD para os portugueses? O que posso extrair das relações brasileiros-portugueses a partir do enfoque Igreja Universal do Reino de Deus?

Essas são as indagações mais recentes do meu projeto. Apesar de não ter desistido das entrevistas com pastores pertencentes à alta cúpula da Universal e das indagações sobre a expansão dessa instituição pelo mundo, decidi

[2] Filiação religiosa em Portugal REVISTA SOCIEADE E ESTADO, 1999, xiv, 1 Jan-jun. Novos movimentos Religiosos em Portugal: Passado, Presente e Futuro.

começar com os pés mais no chão, com o material que tinha. Pretendo participar de sites de bate-papo portugueses e perceber o que significa a IURD para os que batem papo no computador. Sei que ela continua sendo um elemento estrangeiro forte. A ida de Edir Macedo a Portugal em agosto passado fez a mídia reavivar suas críticas à Universal e a questionar o caráter mesmo da IURD. Especular sobre a fortuna de Edir Macedo é o que os jornais fazem. Além de sondarem os realmente surpreendentes "mil milhões de euros" do patrimônio da Universal, a mídia volta às acusações judiciais movidas em todo o mundo contra a igreja e ao seu caráter de "estabelecimento comercial". Conta, em retrospectiva, a trajetória da IURD, mostrando que Portugal foi e continua sendo usado como porta da Europa tanto para brasileiros como para instituições brasileiras.

Essas recorrências são sinais de que a IURD não se calou, como dizem as reportagens. O "Papa da IURD está de volta". Isso amedronta uma elite midiática, mas também amedronta uma população. Por que? É a pergunta que me faço e que coloco para discussão com meus colegas.

Bibliografia

FARIAS, M.H. e SANTOS, Thiago. "Novos movimentos religiosos em Portugal: Passado, Presente e Futuro" in Revista Socieade e Estado, 1999, XIV, 12, Jan-Jun.

FELDMAN-BIANCO, Bela (1992). Multiple Layers of Time and Space: the construction of class, ethnicity and nationalism among portuguese immigrants in GLICK SHELLER, Nina, BASCH, Linda and BLANC-SZANTON, Cristina (orgs.). *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity and nationalism reconsidered*. New York: Annals of the New York academy of sciences, 645.

FELDMAN-BIANCO, Bela (1996). "Imigrantes, imigrantes brasileiros. Globalização, antigos imaginários e (re)construções de identidade (uma comparação triangular)" *in Projeto integrado: Identidades: reconfigurações de cultura e política. Estudos de migrações transnacionais de população, signos e capitais*. Campinas, Unicamp.

FELDMAN-BIANCO, Bela (2001a). Portugueses no Brasil, brasileiros em Portugal. Antigas rotas, novos trânsitos e as construções de semelhan-

ças e diferenças culturais in RAMALHO e SOUSA RIBEIRO, Antônio (orgs.). *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade.* Porto: Afrontamento.

FELDMAN-BIANCO, Bela (2001b). "Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: Constructions of Sameness and Difference" in *Identities,* vol. 8 (4), pp. 607-650

FRESTON, Paul. (1993), *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Campinas, Tese de Doutorado, IFCH-Unicamp.

_____. "Breve História do Pentecostalismo Brasileiro" in *Nem Anjos nem Demônios*. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ, 1994: 67-159

MACHADO, Igor J. de Renó. (1998), *Terra quase estrangeira: invenções do exótico no porto, Portugal.* Projeto de doutorado em Ciências Socias do IFCH-Unicamp, Campinas.

MACHADO, Igor J. de Renó. (2002a), "A lusofonia na mídia portuguesa, o caso da comemoração dos 500 anos brasileiros" in *Convergência Lusíada* (no prelo).

MACHADO, Igor J. de Renó. (2002b), *Terra quase-estrangeira: brasileiros no Porto, Portugal. Texto apresentado paras qualificação de doutorado.* Unicamp. Campinas, 2002.

MAFRA, Clara Cristina J.(1999), *Na posse da palavra: religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais*. Tese de Doutorado do Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro

MARGARIDO, Alfredo (2000), *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias lusófonas.

MARIANO, Ricardo (1995), *Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando*. Projeto de Mestrado da USP, SP

CLERMONT, JERUSALÉM: UM ESTUDO DA PRIMEIRA CRUZADA

MARCOS MONTEIRO RABELO*

O projeto de pesquisa intitulado *Clermont, Jerusalém: um estudo da Primeira Cruzada* tem, por objeto, a expedição pregada pelo papa Urbano II no ano de 1095, a mesma que mais tarde viria a ser conhecida como Primeira Cruzada. A proposta é esboçar algumas das idéias que deram origem a tal empreitada, levada a cabo contra os muçulmanos do Oriente Próximo, além de identificar os motivos que poderiam ter impelido homens socialmente – e até regionalmente – tão diferentes a se reunirem na realização desse evento.

Ideais, interesses e motivações por trás da Primeira Cruzada são reconhecidamente inúmeros, e continuam a ser motivo de intenso debate historiográfico. E muito embora nesse meio ainda predominem as explicações de tipo "espiritualista", as quais ressaltam o fervor religioso e as vantagens eclesiásticas concedidas pelos religiosos como os principais catalisadores[1], estudos relativamente recentes apontam também para aspectos mais "mundanos" a estimular os primeiros cruzados, tais como os saques e a obtenção de terras e bens nas regiões de além mar[2]. Jonathan Riley Smith, por exemplo, identifica

* IFCH/UNICAMP.

[1] Vale notar que os trabalhos considerados clássicos sobre esses aspectos são os estudos de Carl ERDMANN, *The Origin of the Idea of Crusading* (Princeton, 1977) e de Paul ALPHANDÉRY, *La Chrétienté et l'Idée de Croisade* (Paris, 1954). Alphandéry lança a idéia de que a única cruzada autêntica seria a primeira, marcada pela difusão do entusiasmo religioso e por uma resposta popular. Ver em CONSTABLE, Giles. "The Historiography of the Crusades", in: MOTTAHEDEH & LAYOU (org). *The Crusades from the Perspective of Bizantium and the Muslim World.* Washington: Dumbarton Oaks, 2001 – pág. 14.

[2] É curioso notar o quanto tais artigos podem reproduzir velhas idéias e apresentar o movimento das cruzadas de maneira quase caricatural. Esse é o caso, por exemplo, de G.M. Anderson, em seu trabalho intitulado "An Economic Interpretation of the Medi-

uma forte presença dos laços feudo-vassálicos a impulsionar os exércitos de barões e cavaleiros, cujos componentes chegam, em casos específicos, a deixar para trás toda uma vida, além de bens em grande quantidade, na Europa, apenas para se estabelecerem nas terras conquistadas do oriente[3]. Já o seu discípulo Marcus Bull não nega tais aspectos, mas em seus estudos nas regiões do Limousin e da Gasconha, encontra bem disseminado entre os laicos um sentimento de fortalecer sua "saúde espiritual", ou seja, buscam na Cruzada uma espécie de redenção para os pecados que carregam na consciência, de modo a se precaverem de qualquer ataque da ira divina. "A cruzada é uma forma de redenção semelhante à entrada num mosteiro"[4].

Essa multiplicidade de idéias acerca do que motivava os cruzados remete diretamente a outro problema, o de como se pode definir uma Cruzada. Se a tomarmos em suas próprias perspectivas, podemos dizer que a Cruzada tem como finalidade dar combate aos assim chamados "inimigos da fé cristã", sejam esses os muçulmanos da Espanha ou do Próximo Oriente, sejam os próprios cristãos heréticos do sul da França[5]. Nem todas têm a Terra Santa como o seu destino final; algumas sequer contam com uma sanção papal[6]. Cada uma das Cruzadas que são assim denominadas traz suas próprias particularidades, de maneira que o conjunto se caracteriza muito mais como *eventos* ao longo de toda a Idade Média do que enquanto *instituições* puramente religiosas ou propriamente eclesiás-

---

eval Crusades" (1992), onde desenvolve a idéia de que as cruzadas seriam "uma estratégia de maximização dos lucros da Igreja – que tinha seu monopólio sobre a salvação das almas ameaçado pelo avanço dos muçulmanos – e de cruzados individuais, os quais esperavam fazer fortuna no oriente".

[3] RILEY SMITH, Jonathan. "The Motives of the Earliest Crusaders and the Settlement of the Latin Palestine, 1095-1100", in: *The English Historical Review* 389 (1983) – pp. 721 736.

[4] BULL, Marcus. "The Roots of Lay Enthusiasm for the First Crusade", in: *History* 78 (1993) – págs. 353-372. O comentário final é de Jean Flori.

[5] Sobre esse aspecto, cabe muito bem a observação de Ernst-Dieter Hehl, em seu artigo intitulado "What Essentially is a Crusade", de que uma cruzada seria uma guerra realizada sob as ordens e com a autoridade de Deus – uma guerra *Deo auctore*. Citado em CONSTABLE, Giles. *Op Cit,* pág. 14.

[6] Ver por exemplo em BURNS, R.I. "The Crusade Against Al-Azraq", in: *American Historical Review* 93 (1988) – págs. 80-106; STRAYER, J.R. "The Crusade Against Aragon", in: *Speculum* ? (19??) – págs. 102-113.

ticas[7]. "O movimento das Cruzadas se parece com um espectro de empresas, cada qual com sua própria personalidade, mas unidas por alguns aspectos comuns"[8].

Diante do que foi visto, é possível afirmar que cada Cruzada só poderá ser claramente compreendida *se* e *quando* tomada na relação com o momento histórico específico em que acontece, levando em conta diversos fatores de ordem social e cultural, e mesmo política e econômica, os quais podem estar envolvidos diretamente no seu "fazer-se". Esse termo não é utilizado por acaso: o que se observa no caso da Primeira Cruzada, por exemplo, é que após a pregação em Clermont, a idéia viaja por grande parte dos territórios da atual França e, bem menos, da Alemanha; e não só por meio dos emissários do papa, mas também no discurso de diversos pregadores populares. A partir desse momento, a Cruzada deixa de ser um ato "da Igreja", e se faz de atos de fé, entusiasmo devoto, pela cobiça de uns, ou através dos laços socialmente construídos no interior da família e da comunidade[9].

Portanto, para perfazer esse percurso, não bastaria apenas tomar as narrativas datadas no período entre 1095 e 1100 (muito embora, como se há de notar, a grande maioria das fontes esteja situada nesse intervalo). O trabalho de pesquisa abarca também uma etapa para se estudar a bibliografia concernente ao contexto histórico da Europa no século XI. Movimentos ocorridos no seio da própria cristandade, caso da Paz e da Trégua de Deus têm seus ecos entre os laicos[10], com destaque para a formação do que Georges Duby chama de uma "nova cavalaria", para a qual seria ilícito derramar o sangue de um cristão, mas não talvez de um infiel[11]. E por fim, mas não menos importante, seria o papel desempenhado pela peregrinação, nesse período já considerado

[7] CONSTABLE, Giles. *Op Cit,* pág. 16.
[8] RILEY SMITH, Jonathan. "The Crusades and the latin East, 1095-1204: A Personal View", in: *Crusades and Muslins in the Twelfth Century Syria*. New York, 1993 – p. 10.
[9] Para uma boa visão geral sobre as cruzadas, ver: *The Cambridge Medieval History, Vol V: Contest of Empire and Papacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
[10] Sobre a Paz de Deus e a Trégua de Deus, assim como seus efeitos nos meios laicos, ver COWDREY, H.E.J. "The Peace and the Truce of God in the Eleventh Century", in *Past and Present* 46 (1970) – págs. 42-67; DUBY, Georges. "Os Leigos e a Paz de Deus", in: *A Sociedade Cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989 – págs. 37-47.
[11] DUBY, Georges. *Op Cit,* págs. 46/47. Sobre esse aspecto ver também o artigo de FLORI, Jean. "L'Eglise et la Guerre Sainte: de la 'Paix de Dieu' à la 'Croisade'", in: *Annales ESC* 47 (1992) – págs. 453-466.

uma antiga profissão de fé entre os cristãos, revestida de um profundo sentimento de devoção em relação a Deus. A ela fazem menção constantemente os primeiros documentos relativos às Cruzadas, o que nos leva a imaginar o quão estreita seria, em princípio, a relação entre ambas[12].

Longe de ser uma "nova interpretação" para as origens da Primeira Cruzada, esta pesquisa tem a intenção de ser um exercício de leitura, análise e interpretação de uma bibliografia atualizada sobre a Cruzada, assim como de algumas fontes bastante conhecidas sobre o mesmo episódio. Trata-se, portanto, de uma introdução ao vasto tema que figura hoje, entre os mais ricos na produção histórica sobre o medievo, graças à amplitude do fenômeno histórico que representa.

[12] Paul ALPHANDÉRY – *Op Cit* – já ressaltava o significado da peregrinação para os cristãos com os seguintes dizeres: "a peregrinação cria uma vida nova, marca a crise decisiva onde o homem se despoja do 'velho', se purifica de suas culpas. Não é apenas a correção do erro, é o início de uma vida nova". É importante notar que na própria documentação, a cruzada aparece indicada com termos como *peregrinatio, iter, via*, e seus participantes como *peregrini*. Ver em CONSTABLE, Giles. *Op Cit*, pág. 11.

ARTE E SOCIEDADE

Karen Fernanda Rodrigues de Souza
Jean Carlo Faustino
Raimundo Nonato Pereira Moreira
Flávio Antônio Fernandes Reis
Lucas Kiyoharu Sanches Oda
Mariângela Ribeiro de Almeida
José Geraldo Costa Grillo

"A HISTÓRIA NAS HISTÓRIAS DE MACHADO DE ASSIS: AS CRÔNICAS DOS ANOS 1870"

KAREN FERNANDA RODRIGUES DE SOUZA*

Gostaria primeiramente de agradecer ao comitê organizador do ***I Encontro de Ciências Humanas***, em especial ao Mário e ao Marcos, pelo convite para expor minha pesquisa. Eventos como este são essenciais, pois acabam permitindo um diálogo, uma aproximação entre estudos originalmente elaborados com temáticas, metodologias e filiações próprias.

Sou aluna do quarto ano de graduação em História, e em 2001 iniciei um projeto de iniciação científica tendo como órgão de auxílio à pesquisa o PIBIC/CNPq. Em um projeto integrado, orientado pelo professor Sidney Chalhoub, meu tema voltava-se para o testemunho histórico do literato Machado de Assis através de crônicas escritas para jornais da década de 70 do século XIX.

Trabalhei especificamente com duas séries cronísticas: "Notas Semanais" (1878) e "História de quinze dias", renomeada como "História de trinta dias" (1876-1878), encontradas nos periódicos O Cruzeiro e Ilustração Brasileira, respectivamente. Num total de 54 crônicas, todas foram recolhidas, fichadas e depositadas num banco de dados organizado pelo Centro de Pesquisa em História Social da Cultura – CECULT.[1]

Meu intento era, a partir de uma perspectiva de análise em história social, procurar desvendar os conteúdos de crítica social e política dos textos, sempre assinados por *personagens / narradores* inventados; além de tentar recuperar a experiência de Machado de Assis enquanto funcionário público, chefiando a

* IFCH/UNICAMP.

[1] O Banco de Cronistas foi criado por pesquisadores deste gênero literário com o intuito de pesquisá-las em jornais da época, anotá-las e reuni-las futuramente em livros. Por hora possibilita a visualização de um amplo conjunto de crônicas e autores.

segunda seção da Diretoria de Agricultura do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, responsável por assuntos referentes à política de terras e à lei de 28 de setembro de 1871 – "Ventre Livre".

"Notas Semanais", minha primeira série trabalhada, abarcou 14 crônicas escritas por Machado de Assis sob o pseudônimo de *Eleazar*. Estavam localizadas no periódico carioca O Cruzeiro, de junho a setembro de 1878 e saíam aos domingos na sessão "Folhetim do Cruzeiro", localizada nas colunas da parte inferior da primeira página. Já "História de quinze dias" foi assinada por *Manassés*, outro narrador criado, e estendeu-se de julho de 1876 a abril de 1878 no quinzenal Ilustração Brasileira. Em seu último ano, quando tornou-se mensal, a série denominou-se "História de trinta dias". No total, para este jornal, foram escritas 40 crônicas.

Inicialmente procurei, além da leitura e fichamento[2], inteirar-me sobre o papel de obras literárias enquanto documentos, na relação História e Literatura, e, mais especificamente sobre as crônicas, ainda retratadas como um gênero inferior. Após isto, voltei-me a escritos específicos sobre Machado de Assis, sua vida, obra e cargos exercidos enquanto funcionário público. Realizei ainda leituras de bibliografia específica sobre a época, buscando compreender o contexto histórico em que foram produzidas e muito dos comentários feitos pelos narradores.

Machado de Assis escreveu crônicas desde os primórdios de sua carreira até seu mais forte reconhecimento enquanto literato. Todavia, como mostra John Gledson em BONS DIAS![3], mesmo com um número superior a seiscentas, estas tiveram importância diminuta dentro do contexto de sua obra, devido a um sentido preconceituoso de tratá-las como gênero menor voltado para um momento em especial e estando, assim, limitado a ele.

Parte do desprezo motivava-se pela "vida parasitária"[4] das crônicas em periódicos, oferecendo pouco entendimento externo. Mas esta interpretação esquecia que no século XIX o mais importante e influente meio de comunica-

[2] Os dois jornais trabalhados foram adquiridos junto à Biblioteca Nacional através de microfilmagem e depositados no Arquivo Edgard Leuenroth – AEL (IFCH/UNICAMP).

[3] GLEDSON, John (introdução e notas); Machado de Assis: BONS DIAS!; São Paulo; Editora da UNICAMP/HUCITEC; 1990.

[4] GLEDSON, John. Op.Cit.

ção era o jornal e, portanto, a existência de uma série cronística possibilitava ao autor mostrar tanto seu potencial artístico quanto participar do projeto de "educar a sociedade", pois "(...) interessados em difundir suas discussões e seus pontos de vista de uma maneira formativa, estes escritores não se conformam em limitar-se ao simples registro daquilo que viam no mundo das ruas - que tomava então as páginas dos jornais. Mais do que registrar e conhecer este mundo, queriam transformá-lo, e para eles seria justamente esta a missão da literatura".[5] Daí serem as crônicas

> "(...) uma das principais fontes em que o historiador encontrará com tanta transparência as sensibilidades, os sentimentos, as paixões de momento e tudo aquilo que permite identificar o rosto humano da história".[6]

É evidente que, em nenhum momento, pode a literatura ser tratada como "espelho" do real, mas, acreditar que seus representantes viviam num mundo isolado, sem tomar parte nas discussões do período é algo por demais ilusório: a seu modo, cada escritor acaba por evidenciar acontecimentos de sua sociedade. E, permitindo uma aproximação com os fatos, qualquer obra literária será evidência histórica, com propriedades específicas e pronta a ser adequadamente interrogada.[7]

Para isso, caberá ao pesquisador buscar a *lógica social do texto:* " (...) não o caráter manifestamente ficcional ou não de determinado testemunho histórico, mas a necessidade de destrinchar sempre a especificidade de cada testemunho"[8], interrogando com total afinco sua fonte, o motivo de sua produção, quem a produziu, o quão intencionava aproximar-se da realidade e, o quanto se aproximou, querendo ou não. Independente de ser crônica, uma fonte deve antes de tudo ser historicizada, a partir de um pressuposto essencialmente materialista, desmistificando a crença numa produção literária "transcendente e/ou autônoma" com criadores atemporais preocupados apenas com os critérios estéticos de sua arte.

---

[5] PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda; O carnaval das letras; Rio de Janeiro, Secretaria Municipal da Cultura, 1994. Pág. 15.
[6] NEVES, Margarida de Souza; "História da Crônica. Crônica da História" in RESENDE, Beatriz (org.) Cronistas do Rio; Rio de Janeiro; José Olimpo; CCBB; 1995.
[7] CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (organização); A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil; Rio de Janeiro; Nova Fronteira; 1998. Pág.7.
[8] CHALHOUB, S. e PEREIRA, L. (org). Op. Cit. pág. 8.

Portanto, a vasta obra de Machado de Assis historicizada, tomada como testemunho histórico, permitirá saber-se mais sobre o contexto em que foi escrita, além de mostrar - em específico na minha pesquisa - sua rotina burocrática durante o período no qual exerceu a chefia da segunda seção da Diretoria da Agricultura, tratando em especial da política de terras ("terras públicas") e de assuntos relacionados à escravidão, fortemente baseados pela lei de 28 de setembro de 1871 ("Ventre Livre").Isto traria à tona testemunhos do próprio literato sobre questões sociais e políticas decisivas na época.

Vários são os temas abordados nas séries analisadas. Um tema corrente na época e que não deixa de aparecer nestes escritos é a escravidão. Para exemplificar, usarei aqui excertos de três crônicas, lembrando que são de uma época em que Machado de Assis trabalhava diretamente com o cumprimento da lei de 28 de setembro de 1871 – "Ventre Livre"; além de observar as transformações na lavoura, relacionadas tanto às técnicas de produção quanto à mão-de-obra.

Falando sobre o centenário de independência dos Estados Unidos e o fim dado à escravidão, Manassés destacava:

> *"(...) o maior dos milagres dessa nação é ter sufocado, durante o longo espaço de quatro anos, a maior guerra civil dos tempos modernos, e com ela extirpado uma detestável instituição social..."*[9]

Algum tempo depois voltava:

> *"De interesse geral é o fundo da emancipação pelo qual se acham libertados em alguns municípios 280 escravos (...)*
> *A Lei de 28 de Setembro faz agora cinco anos. Deus lhe dê vida e saúde! Esta lei foi um grande passo na nossa vida. Se tivesse vindo uns 30 anos antes estávamos em outras condições..."* [10]

Até meados do século XIX, o escravo era a mão de obra quase exclusiva da grande lavoura de exportação que, por sua vez, gerava uma das principais rendas para o Estado. A lei do "Ventre Livre" pode ser vista como a primeira intromissão considerável do governo nas relações senhor-escravo; levava a uma instabilidade de autoridade daquele, além de dar ao escravo um ponto

[9] "História de quinze dias"; Ilustração Brasileira; 15/07/1876.
[10] "História de quinze dias"; Ilustração Brasileira; 01/10/1876.

de apoio legal à liberdade. Suas principais funções eram dar liberdade aos filhos de escravos nascidos após tal data; libertar também os que não fossem matriculados por seus donos até o prazo exigido; e ainda criar um fundo de emancipação, destinado a promover alforrias através de indenização do preço dos cativos aos senhores. Mesmo com possíveis fraudes e freqüentes tentativas de "amenizar" o cumprimento desta lei, encontramos um esforço por parte do governo imperial em garantir sua realização.

Nas crônicas acima percebe-se a opinião do narrador: escravidão é instituição horrenda que precisa ser exterminada. Mas como será que pensava o criador deste autor, no caso, Machado de Assis? Raimundo Magalhães Júnior, em estudo biográfico sobre o literato revela um dado importante: tratando de um caso de matrícula fora do prazo, Machado de Assis dá seu parecer a favor da libertação dos cativos e usa a lei do "Ventre Livre" para fundamentar tal resolução[11]. Este acontecimento serve para mostrar um pouco do pensamento do escritor, que, além de uma "missão" para com a sociedade, ainda marcada por prática tão irracional, também seria um funcionário público prezando pela efetivação de uma lei que obrigava as matrículas de escravos por parte de seus proprietários.

Outra menção importante apareceria na "História de quinze dias" de 15 de junho de 1877:

> *" E saiba agora o leitor que o ato do benfeitor da Santa Casa inspirou a um amigo meu um ato bonito.*
> *Tinha ele uma escrava de 65 anos, que já lhe havia dado a ganhar, sete ou oito vezes o custo. Fez anos e lembrou-se de libertar a escrava...de graça. De graça! Já isto é gentil. Ora, como só a mão direita soube do caso (a esquerda ignorou), travou da pena, molhou-a no tinteiro e escreveu uma notícia singela para os jornais, indicando o fato, o nome da preta, o seu nome, o motivo do benefício, e este comentário: "Ações desta merecem todo o louvor das almas bem formadas".*
> *(...)O meu amigo recuou; não mandou a notícia às gazetas. Somente, a cada conhecido que encontra acha ocasião de dizerque já não tem a Clarimunda.*
> *_ Morreu?*
> *_Oh! Não!*

[11] MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Machado de Assis Desconhecido. RJ: Civilização Brasileira, 1878.

_Libertaste-a?
_Falemos de outra coisa, interrompe ele vivamente, vais hoje ao teatro? Exigir mais seria cruel."[12]

Este "belo ato" nos lembra outro, descrito em época próxima: a liberdade concedida ao preto Raimundo por Luís Garcia, no romance machadiano Iaiá Garcia, escrito para O Cruzeiro a partir de 01 de janeiro de 1878 e assinado por ninguém menos que nosso outro narrador: *Eleazar*.

Entretanto há algo destoante nestas cenas, a liberdade "concedida" a Raimundo beirava a dramaticidade, assumindo um tom sério desprovido de ironias; enquanto Clarimunda só tem mencionado seu rendimento financeiro ("pagara de sete a oito vezes seu preço"). Também, quando liberta, não permanece junto ao ex-senhor, atitude contrária à do preto velho.

Então como explicar esta diferença nos escritos do literato? Uma possível interpretação aparece ao tentarmos unir os dois narradores e suas táticas distintas de trabalhar com fato semelhante: é possível que Machado de Assis quisesse transmitir as mudanças significativas que passam a ocorrer após 1870, quando as transformações nas atitudes dos próprios negros, ou ao menos o medo que trazem, revelam aos senhores as mudanças ocorridas nesta classe no decorrer do processo histórico. Ambas demostram muito do preconceito social desta época: "(...) pelo menos a partir de um determinado momento, as classes proprietárias ficaram de certa maneira a reboque dos acontecimentos apesar de insistirem na sua auto-imagem de sujeitos históricos onipotentes e arrogantes".[13] Daí o motivo de, mesmo com maneiras tão distintas, o amigo de Manassés e o personagem de Eleazar enfatizarem seu direito de proprietários ao darem a liberdade a seus escravos.

Por fim, deve-se destacar que Manassés e Eleazar não são os mesmos, e muito menos representam percepções diretas de Machado de Assis. Relacioná-los aqui –ainda que de modo sucinto- foi a estratégia encontrada para aproximar-se do criador das crônicas, levantando pistas, e quem sabe arriscando palpites, sobre o momento em que escreve e os processos históricos que testemunha.

---

[12] "História de quinze dias"; Ilustração Brasileira; 15/06/1877.
[13] CHALHOUB, Sidney; Visões da liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na Corte; São Paulo: Companhia das Letras; 1990.

SOCIOLOGIA DA LITERATURA: DOSTOIÉVSKI E A QUESTÃO NACIONAL

JEAN CARLO FAUSTINO*

A sociologia da literatura pode ser dividida em duas grandes linhas de análise: uma que enfatiza a análise externalista e outra internalista. Como exemplo recente da análise externalista pode-se citar o trabalho presente no livro *As Regras da Arte*[1], onde Bourdieu analisa o romance *Educação Sentimental* de Flaubert e a formação do campo literário francês. Porém, a pesquisa a ser aqui apresentada se pauta pela análise internalista mais própria de Lucien Goldmann – autor do clássico livro *Le Die Caché*[2], onde se encontra a análise da obra de Racine e Pascal. Embora não se tenha notícia de uma tradução brasileira dessa obra, os aspectos metodológicos podem ser encontrados nos livros *Dialética e Cultura*[3] e também em *Sociologia do Romance*[4].

No entanto, para se trabalhar com a obra de Dostoiévski torna-se necessário também conhecer a análise que Mikhail Bakhtin[5] (autor lido nos cursos de antropologia do IFCH) realiza da forma inovadora e peculiar dos romances de Dostoiévski. Outros inúmeros autores também se tornam necessários para

* Mestrado em Sociologia - IFCH/UNICAMP.

[1] BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário.* Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

[2] GOLDMANN, Lucien. *Le Dieu cache : etude sur la vision tragique dans les pensees de Pascal et dans le theatre de Racine*. Paris. Gallimard, 1975.

[3] GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Tradução de Luiz Fernando Carodo, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979. 2ª Edição.

[4] GOLDMANN, Lucien. *A Sociologia do Romance.* Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990.

[5] BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da Poética de Dostoiévski.* Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo, Forense Universitária, 1981.

a compreensão do século XIX e, em particular, para a compreensão dos temas em discussão e da crise na sociedade russa na qual o autor viveu e produziu sua obra. Porém, para os fins dessa exposição, é preciso deixar esses pormenores de lado e prender-se no que foi enunciado no seu título: *Dostoiévski e a questão nacional* ou, em outras palavras, o que Dostoiévski (e nós) temos a ver com a questão nacional russa.

Dostoiévski viveu num momento histórico em que o nacionalismo encontrava o seu ápice: o século XIX. Mas não se trata, aqui, de chamar a atenção para os aspectos biográficos do escritor e sim para o fato de que o seu pensamento e suas idéias (as quais inevitavelmente estariam presentes em seus romances) desenvolvem-se em relação às questões da sua época.

Obviamente, a questão nacional não é o único aspecto mas, por outro lado, é um aspecto importante – não só pelo momento histórico mas também pelo fato de Walter Benjamin chamar a atenção para a característica de ser, Dostoiévski, um escritor nacionalista[6].

A observação de Benjamin, embora muito precisa e esclarecedora, não deve surpreender porque – conforme já se disse anteriormente – esse era o contexto ideológico da época; época também do surgimento da sociologia, a qual – a exemplo da literatura – irá se ocupar também do nacionalismo, conforme observado pelo professor Octavio Ianni. num dos Cadernos publicados aqui no IFCH[7].

Para uma sociologia da literatura, orientada pelos aspectos metodológicos de Lucien Goldmann, a compreensão da atividade político-ideológica do escritor, em relação ao grupo que fazia parte, é um aspecto essencial da análise de sua obra.

E, no caso de Dostoiévski, a sua postura político-ideológica normalmente é classificada como eslavófila o que, muito resumidamente, significa que ele se opunha ao caminho burguês de desenvolvimento da Rússia – defendido pela segunda corrente ideológica da época: o ocidentalismo[8].

---

[6] BENJAMIN, Walter. *Dostoevsky's The Idiot* in Selected Writings, volume 1 (1913-1926).The Belknap Press of Harvard University Press, London/England, 1996.

[7] IANNI, Octavio. *Sociologia e Literatura.* Campinas, Unicamp, IFCH, Cadernos "Primeira Versão", nº 72.

[8] FRANK, Joseph. *Pelo Prisma Russo: ensaios sobre literatura e cultura.* Tradução Paula Cox Rolim, Francisco Achcar. São Paulo. Edusp, 1992. Página 191.

No entanto, uma pesquisa sociológica não pode se contentar apenas com esse enunciado. De modo que é preciso ir além dessa interpretação sintética buscando apreender o seu significado no contexto do autor e dos seus contemporâneos. Assim, com esse objetivo, até o momento da pesquisa em questão, analisou-se a atividade político-ideológica de Dostoiévski relativo ao primeiro período de sua carreira como escritor – período, esse, que pode ser chamado de pré-siberiano por referir-se aos anos anteriores à sua prisão e deportação para a Sibéria, sob a acusação de conspirar contra o governo czarista.

O que significava essa conspiração, no ano de 1848? Para o imperador russo, significava a possibilidade de um levante revolucionário semelhante ao que ocorria na Europa. Porém, essas suspeitas eram exageradas – o que era opinião, inclusive, de autores da época. De fato, os círculos que Dostoiévski vinha freqüentando discutiam as teorias do socialismo utópico de Fourier mas estavam longe de se constituir numa ameaça real ao regime.

A participação de Dostoiévski, nesses círculos, restringia-se basicamente à defesa de um único interesse urgente: a emancipação dos servos[9].

A emancipação dos servos vinha, na época, sendo responsável por várias revoltas camponesas. Eric Hobsbawn, no livro *A Era das Revoluções,* diz que houve "*148 movimentos de agitação camponesa em 1826-34, 216 em 1835-44, 348 em 1844-54*" até chegar no número de 474 até o ano de 1861[10].

A emancipação dos servos também havia sido a mesma bandeira de reforma dos militares que ficaram, treze anos antes (em 1826), conhecidos como os dezembristas – os quais, assim como Dostoiévski, e outros membros do círculo de que fazia parte, foram enviados para o presídio siberiano[11].

A emancipação dos servos também havia sido defendida por Puchkin – tido como o fundador e fundamento da literatura russa, e amigo dos dezembristas[12].

---

[9] FRANK, Joseph. *Dostoiévski: As Sementes da Revolta, 1821-1849.* Tradução de Vera Pereira. São Paulo. Edusp, 1999. Página 333

[10] HOBSBAWN, Eric J. *A Era das Revoluções: 1789-1848.* Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo, Paz e Terra, 1996, 9ª edição, página 324.

[11] MILNER-GULLAND, ROBIN; DEJEVSKY, NIKOLAI. *Rússia: dos Czares aos Sovietes, volume II.* Madrid, Edições del Prado, 1997, página 119.

[12] VOLKOV, Solomon. *Petersburgo: uma história cultural.* Tradução de Marcos Aarão Reis. São Paulo, Record, 1997, página 47

A emancipação dos servos era uma prerrogativa de um grupo literário anterior à Dostoiévski, que no início do século XIX dera início à uma curiosidade literária que iria se tornar freqüente na Rússia da época: a transposição do tema da servidão, na Rússia, para o tema da escravidão no Brasil. Dessa forma, segundo Leonid Shur, os escritores impedidos pela censura czarista de tratar abertamente da emancipação dos servos aproveitava *"o tema da escravidão dos negros da América para desmascarar a realidade servil russa*[13]*"*.

Essa transposição literária do tema da servidão na Rússia, para o tema da escravidão no Brasil, normalmente era feita através dos relatos de viagens – então muito populares na Rússia. Cita Leonid Shur que:

> *"Nos seus livros e notas de viagem, os marinheiros russos chamam a atenção, em primeiro lugar, para o contraste surpreendente apresentado pela natureza maravilhosa do Brasil frente à miséria e ao embrutecimento de seus habitantes, sobretudo dos negros, cuja escravização todos abordam com terrível fúria.*[14]*"*

Mas o aspecto mais curioso dessa transposição possivelmente encontra-se num conto que, embora escrito por na Rússia, por um escritor russo e para um público russo, tem uma trama que passa-se no Brasil:

> *"Em 1805, na revista Véstinik Evrópi (Noticiário da Europa), aparece o conto "Gueróiskaia rechítelost negra" (A Perseverança Heróica de um Negro). Narra a história de um negro brasileiro, que durante longos anos economizara dinheiro para comprar a liberdade da mulher e dos filhos. Mas o fazendeiro tira-lhe o capital e "manda castigá-lo em sua presença, dando vazão a toda sua crueldade". Para livrar os entes queridos "das mãos do monstro", Ganno mata a mulher e os filhos.*
>
> *Assim, o tema do escravo negro não desaparecia nem da literatura, nem do jornalismo, alimentando-se com as raízes da realidade russa, com o ódio da vanguarda para com o poder servil*[15]*."*

---

[13] SHUR, Leonid A. *Relações Literárias e Culturais entre Rússia e Brasil nos Séculos XVIII e XIX*. Tradução Victória Namestnikov El Murr, página 20.
[14] SHUR, op. cit., página 26.
[15] SHUR, op. cit., página 21.

Assim, embora a perspectiva de análise seja internalista, a pesquisa sobre o meio intelectual em que o autor vivia conduziu-me por um momento para essas curiosidades literárias que evidenciam uma proximidade social ainda não muito esclarecida mas já apontadas por autores como Antônio Cândido, Roberto Schwarz e Boris Schnaiderman.

Schnaiderman escreveu um pequeno livro[16] que cita e ao mesmo tempo completa o argumento apresentado pelo livro de Leonid Shur. Antônio Cândido traça um paralelo entre Rússia e Brasil ao afirmar que nos dois países os escritores sempre reivindicaram, para si, um papel maior do que aquelas atribuídas à sua função específica[17]. E Roberto Schwarz seja até mesmo a sugerir uma proximidade de conteúdo entre a obra de Machado de Assis e a de Dostoiévski[18].

Portanto, esses paralelos entre a sociedade russa e a brasileira, no século XIX, de certa forma antecipa uma das possíveis contribuições do trabalho de pesquisa em questão: a evidência de que a compreensão do outro aumenta a compreensão de nós mesmos.

Palavras-Chave: Sociologia, Literatura, Cultura, Dostoiévski

[16] SCHNAIDERMAN, Boris. *Projeções: Rússia / Brasil / Itália.* São Paulo, Editora Perspectiva. S/D.

[17] MELLO e SOUZA, Antônio Candido. *Literatura e Sociedade.* São Paulo, T.A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000, página 78.

[18] SCHWARZ, Roberto. "As Idéias Fora do Lugar" in *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social no início do romance brasileiro.* São Paulo, Duas Cidades, 1977.

SOB A ÉGIDE DE CALÍOPE E CLIO: HISTORIOGRAFIA E LITERATURA EM EUCLIDES DA CUNHA

RAIMUNDO NONATO PEREIRA MOREIRA*

Este trabalho apresenta alguns dos resultados iniciais de uma pesquisa por nós desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História da UNICAMP, na qual objetivamos discutir alguns dos possíveis influxos exercidos por Victor Hugo (1802-1885) e por seu romance histórico *Quatrevingt-treize* (1874) sobre a narrativa de *Os Sertões* (1902). A partir desse escopo, argumentamos que Euclides da Cunha incorporou aspectos da obra ficcional de Hugo e do seu referente histórico, a rebelião camponesa da Vendéia (1793-1796), para construir determinados elementos do discurso polifônico sobre a Guerra de Canudos (1896-1897). Assim, um duplo impulso moveu-nos em direção a essa pesquisa: por um lado, nas últimas três décadas, historiadores e literatos têm se debruçado e reavaliado as relações entre os diferentes gêneros literários e a escrita da história; por outro, uma notável coincidência entrelaçou em 2002 duas efemérides significativas no contexto de nossa pesquisa – o bicentenário de nascimento de Victor Hugo e os cem anos do lançamento de *Os Sertões*.

Destacar a presença de Victor Hugo na literatura brasileira do século XIX é um truísmo. Como assinalou recentemente Sérgio Paulo Rouanet, o autor francês foi idolatrado por várias gerações de poetas e escritores como foram, no Brasil, Gonçalves Dias, Castro Alves, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Raimundo Correia e, inclusive, Euclides da Cunha. Mais de cem brasileiros o traduziram, a exemplo do imperador Pedro II e de Machado de Assis[1].

---

* Doutorando em História - IFCH/UNICAMP.

[1] ROUANET, Sérgio Paulo. A Revolução Francesa das letras. *Folha de S. Paulo*, 14 de julho de 2002, Caderno Mais! p. 13.

Não obstante estudiosos como Adelino Brandão, Francisco Foot Hardman, Leopoldo M. Bernucci e Edgar De Decca sublinharem as marcas de Hugo na escrita de Euclides da Cunha, a tradição interpretativa da obra deste autor não se deteve exaustivamente aos influxos hugoanos sobre *Os Sertões*. Como destacou Foot Hardman, os críticos têm ressaltado muito o papel desempenhado pela ideologia do progresso. Engenheiro e militar, era previsível que o pensamento de Euclides fosse perpassado por idéias relacionadas aos grandes movimentos político-culturais da sua época: positivismo, evolucionismo, materialismo, socialismo reformista, republicanismo. Entretanto, na sua obra, aparece uma outra polaridade que a marca profundamente: "trata-se de um romantismo de base hugoana, que provoca em sua prosa e poesia uma interessante combinação estética de sublime, dramatização da natureza e da história e discurso socialmente empenhado"[2].

As referências ao escritor francês espalham-se desde os poemas juvenis, passando por artigos de jornais, até os trabalhos maduros do nosso autor. A imagem, por excelência, do conjunto da obra hugoana, que se cristalizou em Euclides da Cunha, foi aquela relacionada à Vendéia, ou seja, o levante monarquista e clerical ocorrido no oeste da França e narrado no *Quatrevingt-treize*[3], que associou nobres e camponeses da Bretanha em oposição à República francesa e aos seus aliados locais. Como destacou Leopoldo Bernucci, a temática da Vendéia aparece nos escritos euclidianos como uma das suas idéias mais emblemáticas. Assim, mesmo antes da produção do "seminal ensaio" sobre o movimento sertanejo, já em uma crônica de abril de 1892, "a idéia da insurreição contra a Revolução Francesa, vista como correlato do fenômeno Canudos, começa a germinar". Portanto, "a matriz já estava construída em 1892 para moldar os textos vindouros"[4].

As alusões à contra-revolução bretã surgem, repetidas vezes, no conjunto dos textos euclidianos e parecem ter se constituído numa das suas obsessões.

---

[2] HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides da Cunha. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 26, jan. abr. 1996, p. 293- 294.

[3] HUGO, Victor. *Quatrevingt-treize*. Paris: Garnier-Flamarion, 1965. As citações mencionadas no presente trabalho são da tradução em língua portuguesa *Noventa e Três*. Porto: Lelo & Irmão, 1977.

[4] BERNUCCI, Leopoldo M. *A imitação dos sentidos*. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 25-27.

A primeira referência explícita apareceu nas páginas de *O Estado de São Paulo* em 6 de abril de 1892. Nesse texto, Euclides comparou as rebeliões que estorvavam o governo Floriano Peixoto ao episódio da Revolução Francesa já aludido. Após constatar que "a república brasileira tem também sua Vendéia perigosa", destacava que os rebeldes nacionais não se equiparavam aos "heróicos vendeanos". Como defensor da nova ordem, encerrava o artigo profeticamente: "A República vencê-los-á, como a grande revolução à Vendéia, com uma diferença fundamental porém – a glória do republicano francês foi verdadeiramente brilhante, graças à própria grandeza dos vencidos"[5].

A simbologia da *chouannerie* retornou ao centro das preocupações euclidianas em março de 1897, no rastro da derrota da expedição Moreira César. Abalado pelos acontecimentos, o autor redigiu dois artigos, publicados nas edições de 14 de março e 17 de julho de *O Estado de São Paulo*, emblematicamente denominados *A Nossa Vendéia*. Sob a sua perspectiva, as motivações políticas de ambos os movimentos eram semelhantes: "Como na Vendéia o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do Império". No corpo do mesmo artigo, estabelecia nexos de identidade entre os vendeianos e os sertanejos: "O *chouan* fervorosamente crente ou o *tabaréu* fanático, precipitando-se impávido à boca dos canhões que tomam a pulso, patenteiam o mesmo heroísmo mórbido difundido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados"[6].

Em agosto de 1897, ao partir para a viagem cujo destino final seria Canudos, o então correspondente de guerra levava consigo a idéia de um livro sobre o movimento sertanejo, provisoriamente batizado *A Nossa Vendéia*. Mesmo após constatar, *in situ*, quão frágil e inverossímil se apresentava a metáfora da Vendéia, essa imagem permaneceu ativa nas referências euclidianas. No corpo de *Os Sertões,* não obstante o abandono, a denúncia e o escárnio frente à teoria conspirativa, os símbolos e os signos da *chouannerie* – tal qual os guerrilheiros de Antônio Conselheiro – ressurgiam, teimosamente, por entre as fendas do texto: "Malgrado os defeitos do confronto, Canudos era

[5] CUNHA, Euclides da. Dia a dia. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 656-657.

[6] Idem. A Nossa Vendéia. In: _____. *Canudos* (Diário de uma expedição). Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p. 167.

a nossa Vendéia. O *chouan* e as charnecas emparelham-se bem como o jagunço e as caatingas. O mesmo misticismo, gênese da mesma aspiração política; as mesmas ousadias servidas pelas mesmas astúcias, e a mesma natureza adversa, permitiram que se lembrasse aquele recanto lendário da Bretanha [...]"[7].

Em *Os Sertões*, as correlações estabelecidas entre a Vendéia e Canudos são fortes e tentadoramente persuasivas, mas, também, são esporádicas, passageiras e, sobretudo, contraditórias. A imagem da Vendéia estava marcada por uma oscilação, que denotava a incerteza ou a dúvida do autor no tocante à sua aplicação ao caso de Canudos, ora mostrava a semelhança (*símile*), ora mostrava a identidade (*metáfora*). "Se Canudos não é a Vendéia em sua forma completa, ao menos se parecerá com ela"[8]. De qualquer modo, a idéia da insurreição contra a Revolução Francesa, vista como análoga ao movimento de Canudos, é um dos sustentáculos teóricos da escrita euclidiana da história.

No caso específico da herança de Victor Hugo sobre a formação intelectual de Euclides da Cunha, o romântico francês proporcionou ao nosso escritor uma entrada mais iluminadora ao fenômeno da Vendéia. Abandonando a perspectiva historiográfica de Michelet, descartando a ironia de Tocqueville e mesmo ignorando as lições de Carlyle, Euclides recorreu à terceira parte do *Quatrevingt-treize*. Para o brasileiro, "ler esta versão histórico-literária da Revolução Francesa importava em encontrar um diapasão que o colocasse entre a nota da história, como comprovante dos fatos e a nota da ficção que suprindo os vazios daquela, acrescentava-lhe [...] 'os sonhos dos homens'"[9].

As pistas, até então evidenciadas, sugerem uma relação de *simetria* entre o *Noventa e Três* e *Os Sertões* ou, ainda, entre os seus referentes históricos – a Vendéia e a Guerra de Canudos. Embora nem Hugo nem o seu romance sejam citados diretamente na maior obra euclidiana, no interior dessa existem *sinais* que tornam plausível a hipótese aqui esboçada. Assim, Euclides não apenas estabeleceu uma *aproximação histórica sugestiva* entre os even-

[7] Idem. *Os Sertões* (Campanha de Canudos). São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 365-366.
[8] BERNUCCI, op. cit., p. 26.
[9] Idem, p. 27-28.

tos que se processaram na Bretanha, no final do século XVIII, e no interior da Bahia, no crepúsculo do século XIX, como também se apropriou e transfigurou elementos do *Quatrevingt-treize* para construir a trama de *Os Sertões*.

Há uma notável semelhança entre os títulos de capítulos que integram a terceira parte do *Noventa e Três* – "As florestas", "Os homens" e "A sua vida na guerra" – e os blocos nos quais está segmentado *Os Sertões* – "A terra", "O homem" e "A luta". Um rápido exercício de leitura comparada possibilita interessantes analogias no tocante aos estilos narrativos, aos adjetivos aplicados às principais personagens, ao jogo de antíteses característicos de ambos os escritores. Assim, Euclides evidencia que, de forma idêntica a *chouannerie*, os *jagunços* possuíam "apelidos funambulescos". Na fase final de *A luta*, os novos cabecilhas de Canudos ganham apelidos, no mínimo, improváveis: Pedro, *o Invisível*, *José Gamo* e *Caco de Ouro*. O exemplo mais evidente é o paralelo entre o sertanejo Joaquim Macambira e a personagem ardilosa do *Imanus*. Em *Os Sertões*, Macambira foi caracterizado como "espécie grosseira de *Imanus* acobreado e bronco" ou como "espécie de *Imanus* decrépito"[10].

Ambos os trabalhos destacam a cumplicidade entre os guerrilheiros e a natureza. Nas charnecas ou nas caatingas, os exércitos republicanos enfrentavam inimigos invisíveis em conluio com as forças vivas da natureza. Nas páginas do *Quatrevingt-treize* fica patente que a Vendéia teve por auxiliar a floresta. Assim, "o aldeão tem dois pontos de apoio: o campo que o alimenta, e o bosque que o oculta". Uma conivência secular vinculava os homens às formações vegetais: "As trágicas florestas bretãs representaram, de novo, o seu papel de servas e cúmplices daquela rebelião, como o tinham sido de todas as outras". Na guerra, os *azuis* batiam-se contra adversários mágicos, intangíveis: "Batalhões invisíveis estavam de atalaia. Exércitos ignorados serpeavam debaixo dos exércitos republicanos, saíam da terra de repente e tornavam a entrar [...] gigantes para combater, anões para desaparecer". Em suma, na Vendéia, "a alma da terra encarna-se no homem"[11].

Por sua vez, Euclides destacou as especificidades relacionadas a uma guerra no sertão, a começar por sua intrincada vegetação: "[...] as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de cer-

[10] CUNHA, *Os Sertões*, p. 313 e 648.
[11] HUGO, op. cit., p. 8, 10, 11, 22.

to modo na luta. Armam-se para o combate; agridem". A mesma simbiose entre a natureza e o combatente nativo, presente na Vendéia, poderia ser vislumbrada nas cercanias de Canudos: "E o jagunço faz-se guerrilheiro-tugue, intangível... As caatingas não o escondem apenas, amparam-no [...] A força militar decai a um plano inferior. Batem-no a terra e o homem". Portanto, "a natureza toda protege o sertanejo. Talha-o como Anteu, indomável. É um titã bronzeado fazendo vacilar a marcha dos exércitos"[12].

Assim, parece-nos verossímil supor que Euclides da Cunha se inspirou no romance de Victor Hugo para aproximar determinadas imagens da Bretanha às do sertão e os tipos humanos dos *chouans* aos dos *jagunços*. As analogias estabelecidas pelo nosso autor permitem-nos esboçar a seguinte conjectura: Euclides *colou* imagens da Vendéia, filtradas do *Quatrevingt-treize*, aos acontecimentos dramáticos de Canudos, provocando um deslocamento de referentes. Através de um jogo de imagens, ligou os eventos de 1793 aos fatos do seu próprio tempo, evidenciado a força que determinados escritos possuem sobre o tempo presente. Se, por um lado, o romance de Hugo marcou a narrativa euclidiana da Guerra de Canudos, por outro, o relato do escritor caboclo influenciou, em muito, os sentimentos e as opiniões dos seus contemporâneos e dos pósteros acerca daquele que foi um dos grandes massacres da República brasileira.

[12] CUNHA *Os Sertões*, p. 357, 361, 363.

CIVILIDADE DE CORTE: A RACIONALIZAÇÃO DE UM MICROCOSMO SOCIAL

FLÁVIO ANTÔNIO FERNANDES REIS*

No contexto do final da Idade Media (X-XV), desenvolveram-se, ao redor das figuras senhoriais, laços que podemos chamar de "associações masculinas". Esses vínculos entre homens – senhores e seus guerreiros em primeiro lugar, levaram à formação de "comunidades" que desenvolveram códigos cada vez mais especializados com o passar do tempo.

Com o fim das invasões bárbaras dos primeiros séculos medievais, houve o surgimento de relações mais distintas entre os guerreiros. Estes não se sentiam simples homens de guerra, e sim, tornavam-se com o passar do tempo, categorias de estirpe e distinção. Lá pela altura do século XII, as casas senhoriais almejavam reforçar cada vez mais seus laços de relação através do desenvolvimento da instituição da vassalagem. Surgem, entre os nobres (os que guerreiam) organizações que se fundamentam em regras e rituais de distinção. Dentro da sociedade medieval dividida em categorias , é no meio dos guerreiros que surgem a chamada "cavalaria".

O século XII surge como uma época marco na qual o guerreiro vai se fundindo com o cortesão. Os cavaleiros vão se reunindo ao redor da figura do soberano, ligados pelos laços da vassalagem e desenvolvendo entre eles sentimentos morais como fidelidade, lealdade, honra; e unidos pelo conhecimento e cumprimento de uma série de regras de decoro e convivência social, e não apenas pelo comportamento mais típico da experiência militar. Nesse contexto cabe ressaltar o surgimento da mulher como mais um elemento social, destacando-a como um jogo cortesão definidor de literaturas e de um imaginário próprio que se relacionam ao conceito de "cortesia".

* IEL/UNICAMP.

Georges Duby desenvolve estudos sobre o chamado "amor cortes", observando nele os aspectos da ideologia da cavalaria, nos quais a mulher representa uma aventura a ser conquistada, para a comprovação dos méritos do cavaleiro. "Amar de fino amor era correr a aventura".[1] E como podemos perceber na cultura cortesã, o regimento das maneiras é uma constante. O *fin'amors* também possui suas regras, além de outras características peculiares. Uma delas é o seu caráter onírico e o poder que concede a mulher. Estas marcas são fortes na literatura do amor cortês: "É aqui que amor cortês revela sua verdadeira natureza: onírica. O amor cortês concedia à mulher um certo poder".[2] Mesmo sendo atribuído este poder às mulheres, Duby afirma estar este poder "*confinado no seio de um campo bem definido, o do imaginário e do jogo* (grifo nosso)".[3]

Outro autor que se refere a isto é Robert Delort. Segundo ele, este fenômeno representa uma nova concepção do amor, sendo às vezes casto e ardente, em conflito com os tabus religiosos, mas correspondente ao mesmo tempo com as ansiedades e necessidades dos jovens, que viam nesta forma de amar um jogo, no qual a mulher é considerada como uma mestra, uma 'senhora', colocada num patamar superior, exigindo de seu súdito fidelidade absoluta e devoção.

Examinando trabalhos de estudiosos como Reto Bezzola, Nobert Elias, Auerbach, Jacques Le Goff, Georges Duby, percebemos que a cortesia é um aspecto bastante explorado. Estes autores estudaram este fenômeno cultural no âmbito das cortes inglesas, francesas, germânicas ou italianas. A partir do estudo das teorias dos autores citados, voltamos nossa observação para a corte portuguesa, tendo como viés uma obra muito significativa para a literatura de corte portuguesa: "*A crônica de D. João II e Miscelânea*" de Garcia de Resende (1470-1536).

Nietzsche, em *A Genealogia da Moral,* observa: "a moralidade não é um traço natural, nem legado da graça de Deus – ela foi adquirida por um processo de adestramento que terminou fazendo do homem um animal interessante, um ser previdente e previsível."[4] Três nomes são de indispensável

[1] Duby, G., "Amor Cortês" in *História das Mulheres do Ocidente*, p. 332.
[2] Duby, G. , *Op. cit.* p. 333.
[3] *Idem.*
[4] Elias, N., *Op. cit.*, p.10.

menção quando se fala de comportamento, de controle e instituição dos modos: Nobert Elias, com sua Sociologia do processo civilizador, sua sociologia de comportamento de corte; Nietzsche, com sua análise racional do adestramento do homem social; e Freud, com sua contribuição enquanto sistematizador do processo de repressão imposto pela civilidade. Os trabalhos destes autores discutem o processo de socialização humano: a civilização pela tortura, pelas dores físicas e psíquicas.

A partir destes autores, percebemos a sociedade de corte como um microcosmo no qual ocorre um processo que chamamos de "gestação" dos valores morais, e até humanos, e estes "sentimentos" adquiriram a naturalidade num nível que se pode nomear de "sprezzatura social". Este imaginário solidificado pelo cerimonial e pelas simbologias da corte definiram um fazer literário que legitima os lugares sociais, os quais distinguiam os que possuíam o abrandamento dos costumes e a elegância como cortesão, e aqueles que não possuíam estas qualidades, não corteses ou civilizados.

Para sermos mais sintéticos nesta exposição, avançaremos agora apara a observação da corte de D. João II, de Portugal, a partir da crônica do cortesão português Garcia de Resende.

Em primeiro lugar, trata-se de uma narrativa bastante diferente dos moldes de crônicas de outros autores portugueses. Garcia de Resende, nascido em 1470, ainda em pouca idade é promovido a cargos de confiança do príncipe D. João II. Ele pode ser considerado um verdadeiro escritor cortesão, tendo vivido na corte de vários reis portugueses (D. AfonsoV, D. João II, D. Manuel), ao lado de Gil Vicente e Sá de Miranda. A sua obra fora dedicada ao príncipe D. João II, cognominado pelo poeta de "o príncipe perfeito". A *Crônica de D. João II (e Miscelânea)* foram obras produzidas 40 anos após os acontecimentos narrados. Como sugere Joaquim Veríssimo Serrão, em seu prólogo à edição fac-similar da crônica, pode-se perceber na obra de Garcia de Resende a sensação de nostalgia, se não uma saudade da vida de corte do Portugal anterior e uma crítica ao Portugal feito mercantil.

Observando o desenvolvimento da cultura de corte e o aspecto da cortesia na corte de D. João II, e a própria *Crônica* de Garcia de Resende, percebemos vários elementos importantes para nossa pesquisa. Esta crônica é constituída de relatos bastantes detalhados dos "costumes" e "virtudes' do "príncipe perfeito'. Não podemos perder de vista que Garcia de Resende fora camerista de

D. João II e, conforme nos orienta Martin Warnk, este era um dos mais importantes títulos atribuídos na corte: "a nomeação para camareiro que exigia um juramento especial (...) O título significava, basicamente, privilégios em termos de serviços: o camareiro tinha fácil acesso ao príncipe e, durante os cerimoniais ele tinha lugar reservado próximo do soberano. O camareiro tinha roupas melhores, para que pudesse se 'deixar ver' melhor". (173, O artista de corte).

O fato de Garcia de Resende ser um artista de corte (poeta compilador do *Cancioneiro Geral* de 1516) faz com que este autor possua privilégios provindo da sua função essenciais na propaganda real. A corte é como é um ambiente de mecenato e circulação das obras destes autores.

Redigida em Évora pelos anos de 1530 a 1533, teve sua primeira edição em 1545, após a morte do autor. Foi impressa por Jorge de Resende, irmão do cronista, com o título de *Vida e grãdissimas virtudes: e bõdades; magnânimo esforço exceletes costumes e muy caos feytos de D. João II*. Juntamente com a crônica fora publicada a *Miscelânea e Variedades de Histórias, costumes e casos, e cousas que em seu tempo acontecerão*.

A segunda edição é de 1554, e talvez tenha existido por ocasião do centenário de nascimento de D. João II. Outra edição saiu em 1596, intitulada pela primeira vez como "crônica". Em 1607, Jorge Rodrigues preparou outra edição, a qual chamou de *Chronica que trata da vida e grãdissima virtude do christianissimo D. João, ho segundo*. Esta edição é semelhante a de 1596.

No ano de 1622 aparece outra publicação da parte de Antonio Álvares, sendo que esta edição passou por algumas mudanças por motivos nacionalistas e religiosos.

Em 1752 Luis de Moraes e Castro faz nova edição, trabalho este com graves erros de impressão. Outra edição surge em 1798, seguindo a de Antonio Álvares (1622), porém, com as devidas correções. Esta ultima é considerada como a mais fidedigna ao texto.

A sucessiva retomada da crônica, editada em diferentes momentos em Portugal, reforça o que Antonio Álvares declara em sua carta "Ao leitor" da edição de 1622. Segundo ele, D. João II é um exemplo de virtudes a ser seguido. Podemos, portanto, considerar esta crônica como parte daquela literatura que nomeamos como "literatura de formação", muito comum e disseminado pelos séculos XV e XVI.

Nesta obra buscamos identificar o que o autor chamou de "virtudes, feições, costumes, e manhas do rei'. O cronista, a partir de lembranças de ações políticas feitas por D. João II, destaca as atitude do rei que denotam as suas virtudes de bondade, justiça e perspicácia, aspectos estes que reforçam o alcunha de "príncipe perfeito", não só entre os portugueses, mas também nos outros reinos :

> estimou sempre muyto os bons homens virtuosos, e os bons cavaleiros, os verdadeiros, os letrados, e homens de bom saber, e de bons costumes, e manhas, e os seus naturais, e com qualquer homem em especial tinha alguma coisa boa folgava muyto.[5]

O cronista nos informa que o Rei possuía o que se chamou de "livro das pessoas de calidade". Nele estavam relacionadas as pessoas que deveriam receber as mercês reais. Noutro livro semelhante, estavam aqueles que deveriam servi-lo nos cargos de confiança.

Outro aspecto citado sobre o monarca é a sua desenvoltura nos jogos e nas festas reais, pelas quais o rei possuía grande gosto:

> Nos dias de domingo, e santos cavalgava pela cidade acompanhado de um festivo e contente cortejo e muytas vezes de trombetas, e atabales, charamellas, e sacabuchas, e com muyto estado andava as ruas principaes, de que o povo, e todos recebiam muyto contentamento, e lhe alimpavam com grande diligencia as ruas, e lançavam panos as janellas, e as molheres postas nellas, e se via hum homem sua porta, detinhasse com elle, e perguntavalhe algua cousa, de que os homens ficavam com grande contentamento, e ganhava com isso os corações de seus povos; e sempre hia a carreira , e faziam correr todos os que o bem faziam, e ele corria a mais das vezes, e o fazia com muyta graça, e desenvoltura , e era muyto pêra folgar de ver os singulares ginetários, e ginetes que entam avia. [6]

Noutro momento o cronista ressalta as virtudes religiosas do rei, declarando-as como exemplares aos seus contemporâneos:

> avia por cousa baixa ter ódio, e se com paixão fazia, ou dizia alguma cousa, era logo tam arrependido com satisfaçam, que dizia o bispo de

[5] Crônica de D. João II. Prólogo do autor, p. XVII.
[6] G. de Resende, p. XXI.

> Viseu dom Diogo de ortiz, que foy seu confessor, que era pecador, e singular penitente (...) Em quaesquer casa que estivesse tinha oratório fechado, em que todalas noites, depois de despejado, e despedido se recolhia com muyta devoçam a rezar os sete psalmos, e se emnedar a Deus. (pp. XXI-XXII)

As virtudes cavalheirescas e corteses são elencadas uma a uma pelo autor;

> "foy desenvolto, e muy manhoso em todalas boas manhas que hum príncipe deve ter, e singular dançador em todalas danças, e muy bom cavalgador de gineta, e da brida, muy destro, muy braceiro e forçoso, tanto que cortava com uma espada três e quatro tochas juntas de hum golpe, que não achou que o fizesse". (XX).

São mencionadas ainda as seguintes virtudes de galantaria:

> "Vestia-se ricamente, e nunca se vestia de festa, que dissesse primeiro a pessoas que se vestisse com ele, a que sempre por isso fizera mercês, e quando assi se vestia avia sempre muytos homens bem vestidos, os quaes com os olhos, e palavras dava muyto contentamento, (...) se vestia também a raynha, e as damas, e avia ali serão de sala de danças, e baylos, que ficava em festa". (pp. XX-XXI)

Chamamos a atenção no prefácio a duas linhas de condução: O desenvolvimento de um retrato que traz ecos muito fortes da "uirtus antiga" [7]e a legitimação de um modo de vida galante, à maneira italiana. Este segundo aspecto é esclarecido por Alexandre Soares Carneiro em seu artigo sobre a poesia do Marques de Santillana[8] na corte renascentista ibérica, no qual ele comenta sobre a forte influência da cultura humanística italiana na península Ibérica.

A corte de D. João II é um exemplo de microcosmo social. Este rei, segundo o cronista estabelece uma série de medidas, com a intenção de criar um

[7] Referimos a "virtus' da Antigüidade, o que é muito apregoado entre os estóicos: "virtus é dar quilo que por si só é devido à honra, ser adversário e inimigo dos homens e costumes maus (...), defensor dos homens e costumes bons, a estes prezá-los, a estes querer-lhes bem. Estudos sobre este assunto foram muito bem desenvolvidos por Maria Helena da Rocha Pereira, *Estudos de história da cultura clássica I*, p. 394.

[8] Carneiro, A, S. "Renascimento na Espanha: a poesia na época d eD. Joan II de Castela e a obra do Marques de santillana". Vide Bibliografia.

ambiente especial e singular para seus cortesãos. Para isso se vale do abrandamento, ou se quisermos, a racionalização dos modos daqueles que estão a sua volta, mesmo que esta necessidade exija forte fiscalização do rei. O "príncipe perfeito", a partir de seu próprio exemplo orienta os outros cortesãos, e institui um ambiente de corte de códigos bastante precisos que legitimam o poder real como algo natural e cristalizado, como se quer também com sentimentos de lealdade, bondade, justiça, obediência.

Concluímos a partir dos apontamentos feitos, que a sociedade de corte é um estágio fundamental para a conceituação da sensibilidade (modo de sentir) ocidental. Inicialmente, observamos o processo com data bem demarcada da passagem do cavaleiro a cortesão. Percebemos como a transposição de uma realidade à outra é muito significativa para a compreensão de alguns fenômenos culturais.

Depois, noutro momento nos debruçamos na crônica de Garcia de Resende, percebendo que o monarca D. João II está inserido num imaginário de legitimação do poder, valendo-se da estratégia de criação de um ambiente entre os cortesãos que sustente seu poder (o microcosmo social). Para tanto ele se vale de ações que estabeleçam uma convivência de corte na qual os nobres se sintam identificados e distintos pelos códigos de elegância e virtude, selecionados dos outros e entre eles mesmos.

Bibliografia

BEZZOLA, Reto. *Les Origines et la Formation de la Littérature Courtoise en Occident*. Vol.II. Slatkine/Champion, Paris, 1986.

BLOCH, Marc. *A sociedade Feudal*. Lisboa, Edições 70, 1987.

BURKE, Peter. "L'homme de Cour" in *L'homme de la Renaissance*. Paris, Seuil, 1990.

CROPP, Glynnis M. *Vocabulaire courtois des Troubadours de l'époque classique*. Genève, Droz, 1975.

DELORT, Robert. *La Vie au Moyen* Âge. Paris, Edita, 1982.

DUBY, Georges et Perrot, Michelle. "O amor Cortês" in *História das Mulheres no Ocidente – Idade Média*. Porto, Afrontamento, 1990.

ELIAS, Nobert. *O processo civilizador*. (Vols. I e II) R J, J.Z.E., 1982.

_____ *A Sociedade de Corte*. RJ, JZE, 2001.

LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Vol. I. Lisboa, Estampa, 1995.

_____ *O homem Medieval* . Lisboa, Presença, 1989.

_____ *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa, Estampa, 1994.

MAGNE, Augusto S.J. *Glossário da Demanda do Santo Graal, Achegas para Lexicologia da Língua Medieval e Clássica*. Vol.I. RJ: I.N.L., 1967.

RESENDE, Garcia. *Crônica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa, INCM, 1973

SILVA, Victor Deodato. *Cavalaria e Nobreza no Fim da Idade Média*. SP, EDUSP, 1990.

STAROBINSKI, Jean. "A Palavra civilização", in *As Máscaras da Civilização*. SP, Companhia das Letras, 2001.

WARNK, Martin. *O artista de Corte*. SP, EDUSP, 2001.

ANÁLISE DO DISCURSO DO SEDUTOR

LUCAS KIYOHARU SANCHES ODA*

É lícito considerar que a escolha de um corpus é estratégica para o sucesso de qualquer teoria. Considerando-se que a Análise do Discurso de tradição francesa (AD) é fundamentada em grande parte na teoria althusseriana de Ideologia e aparelhos ideológicos do estado (AIE), elegeu-se o discurso político e religioso como discursos perfeitamente analisáveis, pois eles representam explicitamente instituições ideológicas. No entanto, se a AD se propõe como uma teoria de análise de discursos, ela deveria analisar qualquer conjunto de discursos que apresentasse o menor indício de relação e organização entre si.

Partindo desse pressuposto e do exemplo de um corpus "diversificado" vindo das análises feitas por Possenti (1990), utilizo aqui o discurso sedutor - entenda-se sedutor com finalidade sexual - como corpus para poder comparar os conceitos de *lugares* e os *pré-construídos* que, embora pertencentes a teorias distintas, apresentam semelhanças em suas definições. A saber: essas duas teorias que utilizo não são somente separadas por séculos de história, mas principalmente por suas fundamentações teóricas que fazem com que ambas assumam práticas dicotômicas na análise de discursos. Enquanto a *Retórica* em toda sua tradição trabalha com um sujeito consciente que age através de seus discursos tentando convencer ou persuadir (no sentido de Perelman, 1996), a AD trabalha com um sujeito *assujeitado* por uma formação discursiva.

Antes, duas definições:

- Os ***pré-construídos*** são elementos discursivos que se encontram no *interdiscurso* e são determinantes para o *assujeitamento*, carregando toda a ideologia de uma *formação discursiva* (FD). São elementos discursivos anteriores à enunciação, exteriores e independentes do intradiscurso que constituem toda

* IEL/UNICAMP / CNPq (lucas@iel.unicamp.br).

uma "realidade" aceita coletivamente, pelas quais um sujeito é interpelado através da Ideologia e os sentidos que ela quer reproduzir. O pré-construído representa no intradiscurso uma marca do interdiscurso, desses elementos exteriores, anteriores, consensuais (dentro da Formação Ideológica). Haroche, Henry e Pêcheux em 1971 já diziam que os pré-construídos são "lingüisticamente analisáveis". Assim, através de elementos lingüísticos do discurso é possível pegar o interdiscurso. Os pré-construídos presentes nos discursos de uma FD, provindos do mesmo interdiscurso, são os responsáveis pela organização e sustentação na constituição de um corpus discursivo. Se os pré-construídos são os elementos que garantem a constituição de um corpus e se são eles lingüisticamente analisáveis, pode-se verificar as marcas lingüísticas onde eles se evidenciam.

- Os ***lugares*** são premissas, conceitos que constituem um saber prévio responsável por fornecer conteúdos para os diversos tipos de argumentos. Podemos notar ainda em Meyer (1993) e Reboul (1998) que o lugar pode ser diretamente relacionado às orações relativas e perguntas com interrogativos de base. Há ainda a distinção entre lugar-comum e específico que é desenvolvida principalmente por Aristóteles (1998), Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000), Meyer (1993) e Romualdo (1995), que se apresenta como fundamental, mas não terá espaço para ser desenvolvida aqui.

A propósito: se retirássemos toda a sustentação teórica, todo o complexo conceito de ideologia em que a AD é fundamentada, e utilizássemos a definição de pré-construído como sendo de elementos discursivos anteriores representantes de uma "realidade" coletivamente compartilhada nos quais os discursos se baseiam, haveria uma semelhança muito grande entre o pré-construído e os lugares.

Partamos aos dados: é consenso que na sociedade feudal do século XII a Igreja era a *Ideologia* dominante constituindo assim uma *formação ideológica* (FI) com um determinado interdiscurso. Tem-se claro que é um interdiscurso plenamente dominado pela ideologia da Igreja que servirá como substrato para o surgimento das diversas FDs que porventura existiram no século XII, e uma delas é a *FD do Amor Cortês*, nosso primeiro objeto de análise:

> "Farei uma pequena canção antes que chova gele ou bata o vento; minha dama me experimenta a fim de ver a maneira como a amo; e por mais que entre em litígio comigo, jamais me desprenderei dos seus elos.

> "Pelo contrário, entrego-me a ela a ponto de deixar que me inscreva no rol [dos seus criados]. E não me tenhais por ébrio se amo a minha boa senhora, pois sem ela não posso viver, tal o domínio que sobre mim exerce a esperança do seu amor. (...)"
> (Guilhem de Peitieu – fragmento, in: Spina, 1996)

Como o objetivo dessa pesquisa é criticar conceitos e não catalogar sistematicamente pré-construídos de uma FD, não foi necessário um grande número de canções para comparação, pois podemos, conhecendo o interdiscurso da FI católica medieval, e tendo as concretizações de seu Aparelho Ideológico do Estado através do *Tratado do Amor Cortês* de Andreas Capellanus, relacionar o pré-construído diretamente com o interdiscurso a que se relaciona e suas regras.

Encontramos pré-construídos da FD do Amor Cortês já nas primeiras páginas do *Tratado do Amor Cortês*: o Amor nasce com a visão da beleza de um outro sexo e dessa lembrança que tende a se perpetuar. A *beleza, o elogio da dama, de seus aspectos físicos* amplificados e detalhados constitui um pré-construído dessa FD.

O amante passa a desejar obsessivamente estar junto à amada: temos um pré-construído que ainda pode ser um outro, o de que *o enamorado sempre teme que esse amor não atinja o resultado que deseja*. Na cantiga teremos estes dois pré-construídos quase sempre relacionados para formar argumentos mais fortes na sedução da dama. Assim, quando Guilherme de Poitiers diz que "*sem ela [a dama] não posso viver*", ele utiliza pré-construídos da FD do Amor Cortês, mesmo que não sejam imediatamente relacionados com o suposto pré-construído original, ou se evidenciem sintaticamente.

Agora, considerando todos pré-construídos que podemos encontrar na canção acima: *elogio da dama*, *necessidade de concretização do amor*, *analogia com as relações feudais* e o próprio *carpe diem*, mais explicitamente, verificamos que eles podem ser tranqüilamente classificados como lugares de argumentos da *Retórica*. Para persuadir uma mulher, utilizando um discurso epidídico, é necessário, como já aconselhava Aristóteles no Livro II da *Retórica*, ressaltar suas qualidades físicas e morais. Em todas as canções de amor estas qualidades serão sublinhadas e repetidas, assim como o *carpe diem* que deliberará para que a dama não espere o tempo passar e se entregue o quanto antes ao trovador.

A coincidência de aplicação dos conceitos de lugar e pré-construído que podemos obter na análise de canções de amor, não vai se repetir na análise de discursos sedutores modernos e contemporâneos, porque os dados que encontraremos são deveras diversos entre si e não poderão permanecer fixos dentro dos limites de análise da AD.

Agora um trecho da música "Façamos (Vamos Amar)" de Cole Porter na versão de Carlos Rennó:

> Os cidadãos, no Japão, fazem / Lá na China um bilhão fazem / Façamos, vamos amar / Os espanhóis, os lapões fazem / Lituanos e letões fazem / Façamos, vamos amar / Os alemães, em Berlim, fazem / E também lá em Bonn / Em Bombaim, fazem / Os hindus acham bom / Nisseis, nikkeis e sanseis fazem / Lá em San Francisco muitos gays fazem / Façamos, vamos amar (...)

Analisando esta música através do conceito de *lugar* de Aristóteles e Perelman, podemos encontrar um lugar onde o amor é universal: *todos amam*; e outro no sentido de Perelman, o lugar comum da *quantidade* (2000), onde o argumentação será baseada no seguinte esquema: o que é em maior número é preferível ao que é em menor número; logo, se todos amam, amar é *normal* ou mesmo uma *norma* e, para que a amada seja normal, ela deve amar também.

Outro dado, a Lira XXXIV da *Marília de Dirceu* de Tomás Antonio Gonzaga:

> Que havemos de esperar, Marília bela?
> Que vão passando os florescentes dias?
> As glórias, que vêm tarde, já vêm frias;
> E pode enfim mudar-se a nossa estrela.
> Ah! Não, minha Marília,
> Aproveite-se o tempo, antes que faça
> O estrago de roubar ao corpo as forças
> E ao semblante a graça.

O clássico lugar do *carpe diem* pode ser evidenciado na poesia acima. Além dele fazer parte da estética literário do Arcadismo de Gonzaga, é um lugar que vai servir de premissa para um tipo de argumento. O poeta tenta persuadir sua amada a se entregar a ele alegando que o tempo está passando

e que se ela se tardar muito a amá-lo, talvez não possa ter mais forças nem disposição no futuro.

Nos dois dados acima, podemos aplicar o conceito de lugar com êxito para analisar discursos. No entanto, se tentássemos aplicar o conceito de pré-construído da AD, não obteríamos êxito algum.

Podemos admitir que há uma formação ideológica medieval, porque é explícita sua associação a uma formação discursiva e ao assujeitamento. No entanto, no caso da atualidade, podemos nos perguntar: há uma formação ideológica e discursiva a que estariam submetidas a Lira de Gonzaga e a música de Cole Porter? Há que se considerar que a formação ideológica intervém em determinada formação social num momento dado. Será que há uma formação ideológica que perpassa o século XVIII até o nosso século XXI? Nada provável; há grandes mudanças nas relações entre as classes e as ideologias. Poderiam ainda defender que as definições dos conceitos que aqui uso são muito fixas e específicas; mas são as definições propostas pelos analistas de discursos. Eu somente utilizo conceitos que, queiram ou não, são fundamentais.

Nesse artigo quis demonstrar que os conceitos de pré-construído e lugar comum podem coincidir para designar o mesmo fenômeno, embora pertencentes a teorias distintas. Nas canções de amor o *elogio da virtude da dama*, além de ser um pré-construído que carrega uma ideologia estóica-cristã, é um lugar comum presente em vários discursos clássicos, além de ser detalhadamente desenvolvido no capítulo IX do Livro I da *Retórica* de Aristóteles. A AD utiliza o conceito de lugar comum, só que ele está tão modificado por uma teoria e sua ideologia, que passa a ser outra coisa, um elemento do pré-construído, uma noção obscura. Nos dados moderno/contemporâneos verificamos que as coincidências de conceitos não existem mais. Enquanto os conceitos diferentes de lugares (comuns, específicos) podem ser perfeitamente utilizados para as análises, o pré-construído não pode ser utilizado para analisar o mesmo fenômeno como pôde nos dados medievais.

O pré-construído apresenta-se como um conceito limitado que, ora relacionado com a formação discursiva, ora com o interdiscurso, carece de uma melhor definição e discussão. Quando se espera que o pré-construído possa explicar um tipo de fenômeno, ele é limitado por uma teoria e, por fim, pelo assujeitamento que insiste em desconsiderar que o sujeito age – nem sempre,

mas age. Já a utilização dos lugares comuns é mais ampla do que poderia ser o pré-construído, mesmo quando ele é relacionado ao interdiscurso. O lugar comum está por trás do senso comum como vimos no exemplo do lugar da quantidade. Está até mesmo nas bases - se é que há bases – do interdiscurso: outra noção que carece de inúmeras discussões.

Bibliografia

ACHCAR, F. (1994) *Lírica e Lugar-Comum: alguns temas de Horácio e sua presença em português*; São Paulo: Edusp;

ARISTÓTELES (1964) *Arte Retórica e Arte Poética*, trad. Antonio Pinto de Carvalho; São Paulo: DIFEL;

BARTHES, R. (1975) "A Retórica Antiga", in: Cohen, J. [et alli], *Pesquisas de Retórica*; Petrópolis: Vozes;

BLOCH, M. (1987) *A Sociedade Feudal*; Lisboa: Edições 70;

BLOCH, R. H. (1995) *Misoginia Medieval e a invenção do amor romântico ocidental*; Rio: Ed. 34;

BRANDÃO, H. H.N. (1995) *Introdução à Análise do Discurso*; Campinas: Editora da Unicamp;

CAPELÃO, A. (2000) *Tratado do Amor Cortês*; São Paulo: Martins Fontes;

DUBY, G. (1995) *Heloísa, Isolda e outras damas no século XII*; São Paulo: Cia das Letras;

_____. (1991) "O Modelo Cortês", in: Duby, G. & Perrot, M. (orgs) *História das Mulheres no Ocidente*; Porto: Afrontamento;

FOUCAULT, M (1997) *A Arqueologia do Saber*; Rio: Forense Universitária;

GADET, F. & HAK, T. (orgs) [et al.] (1990) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*; Campinas: Editora da Unicamp;

GONZAGA, T. A. (2000) *Marília de Dirceu & Cartas Chilenas*; São Paulo: Ática;

HAROCHE, C., HENRY, P. & PÊCHEUX, M. (1971) "La Sémantique et la Coupure Saussurienne: langue, langage, discours", in: *Langages*, Paris, nº 24;

MAINGUENEAU, D. (1991) *L'Analyse du Discours: introduction aux lectures de l'archive*; Paris: Hachette;

_____. (1997a) *Novas Tendências em Análise do Discurso*; Campinas: Pontes: Editora da Unicamp;

_____. (1997b) *Os Termos-Chave da Análise do Discurso*; Lisboa: Gradiva;

MEYER, M. (1993) *Questões de Retórica:linguagem, razão e sedução*; Lisboa: Edições 70;

PÊCHEUX, M (1988) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*; Campinas: Editora da Unicamp;

PERELMAN, C & OLBRECHTS-TYTECA, L. (2000) *Tratado da Argumentação: a nova retórica*; São Paulo: Martins Fontes;

PLEBE, A. & EMANUELE, P. (1992) *Manual de Retórica*; São Paulo: Martins Fontes;

PORTER, C. (2002) "Façamos (Vamos Amar)", versão: Carlos Rennó. in: *Chico Buarque – duetos*, BMG Brasil – Compact Disc Digital Audio;

POSSENTI, P. (1998) *Os Humores da Língua: análise lingüística de piadas*; Campinas: Mercado das Letras;

REBOUL, O. (1998) *Introdução à Retórica*; São Paulo: Martins Fontes;

ROUGEMONT, D. (1988) *O Amor e o Ocidente*; Rio: Guanabara;

SPINA, S. (1996) *A Lírica Trovadoresca*; São Paulo: Edusp.

A CANÇÃO COMO NARRATIVA: A TRANSFORMAÇÃO DISCURSIVA NA MPB (1965-1975)

MARIÂNGELA RIBEIRO DE ALMEIDA*

Levantaremos aqui algumas considerações sobre a produção cultural dos anos 60 e 70, mais especificamente, sobre os Festivais da canção e as músicas apresentadas em tais eventos. Como o presente trabalho ainda está em andamento, nos limitaremos em pontuar a significação da música popular brasileira em meio à produção cultural desses anos. Dessa forma, esse texto apresenta mais questões que respostas ao tema e objeto por nós propostos.

É importante lembrar que pensar a cultura brasileira dos anos 60 e 70 nos remete de imediato a questões políticas. Durante essas décadas, de governos populistas (Juscelino Kubitschek e João Goulart – cada um a seu modo) que pareciam caminhar para a "revolução brasileira", passamos a uma ditadura militar que durou 20 anos. Nesse período, tivemos uma produção cultural que se tornou paradigmática para as artes posteriores no Brasil. Como observou Schwarz num texto escrito naquele momento, "o Brasil estava irreconhecivelmente inteligente" (SCHWARZ, 1978, p.68).

Dentro desse contexto, nossa pesquisa tem como objeto o discurso das canções apresentadas nos Festivais – o que engloba canções dos diversos movimentos musicais ocorridos na época. Tal recorte é justificado porque nos anos 60 e 70, ocorreu uma interessante ligação entre a música popular e a TV brasileira. Além dos diversos programas televisivos musicais (Jovem Guarda, O Fino da Bossa, Bossaudade, Esta noite se improvisa, Pra ver a banda passar, entre outros), tivemos os famosos Festivais (considerando os Festivais de MPB organizados pela TV Excelsior, os da TV Record, o Festival Internacional da Canção, organizado inicialmente pela Secretaria do Turismo da Guanabara e depois

* Mestrado em Sociologia do IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) da Universidade Estadual de Campinas.

pela TV Globo e o Festival Abertura da TV Globo). "Catalisando o clima inflamado da época e servindo como arena de debate das principais tendências culturais – amplificada pela crescente abrangência da TV – os festivais tornaram-se o evento político-musical dos anos 60" (PAIANO, 1994, p.163).

A partir desses eventos, muitos compositores e cantores foram consagrados pela crítica e pelo público: "[...]os festivais atuaram na construção de um "campo" para a música popular, consagrando as posições de uma geração contra tudo (ou quase tudo) o que havia sido dito e feito até então" (PAIANO, 1994, p.163). Além de ajudar na "institucionalização" da música popular brasileira (cristalizada na sigla MPB), transformando-a em parâmetro para toda produção musical posterior, os Festivais aceleraram a consolidação da indústria fonográfica entre nós na medida em que fizeram a "mediação" entre a arte política, que caracterizou os anos 60 (HOLLANDA, 1984; SCHWARZ, 1978), e a ainda incipiente indústria cultural. "Ao menos nos primeiros anos, a MPB manteve um vínculo com a televisão, a qual exibiu os Festivais, fundamentais para constituir um público para essa música" (VILARINO, 1999, p.19).

Conforme nos mostra o historiador Napolitano (2001), os Festivais trouxeram um novo padrão de gosto e consumo para a indústria fonográfica: "em 1959, de cada dez títulos comprados, 7 eram estrangeiros; em 1969, essa relação se inverte, nas mesmas proporções [...] o mercado brasileiro passou a consumir canções compostas, interpretadas e produzidas (na forma de fonogramas) no próprio país" (NAPOLITANO, 2001. p.83). Napolitano ainda apresenta dados de pesquisas do Ibope demonstrando que os programas "Jovem Guarda" e "Fino da Bossa" conseguiam pontuação equivalente, e Elis Regina e Chico Buarque vendiam tantos discos quanto Roberto Carlos.

Retomando, a respeito do debate sobre a cultura nacional, vale lembrar que nos primeiros anos 60, o Brasil ainda se via como um projeto a ser realizado e a discussão da cultura estava associada à temática do nacional e do popular (ORTIZ, 1988). No governo de Jango, as características desenvolvimentistas e populistas de Juscelino Kubitschek acentuaram-se ao trazer para mais perto possibilidades como a reforma agrária e a educação popular. Estudantes e intelectuais se empenharam pela construção de "uma arte política e conscientizadora". Naquele momento, ressalta Ortiz, falar em cultura era o mesmo que discutir os destinos políticos do país. Foi o momento de projetos nacionalistas dos CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE (União

Nacional dos Estudantes), da AP (Ação Popular), do Teatro de Arena e da Música de Protesto. Apesar das diferenças entre esses grupos, como, por exemplo, as divergências entre a AP (que busca valorizar a própria arte do povo, considerando este como criador) e os CPC (que defendiam a necessidade de uma "vanguarda político-cultural" para conscientizar as massas), a questão da arte popular predominava no debate sobre o nacional.

A maior parte da música produzida nesse contexto, e apresentada nos Festivais, não fugia a essa regra. Uma boa parte das canções apresentadas nos primeiros Festivais utilizavam o que chamam de "a predominância do popular para se pensar o nacional" (NAPOLITANO, 2001; PERRONE, 1988; VILARINO, 1999). Dois exemplos são: "Arrastão" de Edu Lobo e "Disparada" de Geraldo Vandré, vencedoras, respectivamente, do I Festival de Música Popular Brasileira da TV Excelsior em 1965 e do II Festival de Música Popular Brasileira da TV Record em 1966. Além disso, analisando as músicas que participaram das três etapas (1° e 2° eliminatória e finalistas) dos Festivais de 1965 a 1967, observamos que temas regionais e populares predominavam – juntamente com o tema que definia o ato de cantar como ação política. Lembremos de "Canção de não cantar" de Sérgio Bittencourt, "Casa de Pau, pó e pá" de Catulo de Paula, "Maria Vintém" de Luis Chaves, "O Combatente" de Walter Santos; além das canções do Show Opinião, como a famosa "Opinião" de Zé Kéti e "Carcará" de João do Vale e das canções das peças teatrais, como "Procissão" de Gilberto Gil, apresentada em Arena conta a Bahia. Mesmo a Bossa Nova, que tinha uma temática intimista, incorpora a partir dos anos 60 temas regionalistas e sociais. "Alguns compositores e arranjadores deixaram de lado os arranjos jazzísticos da Bossa Nova e começaram a se utilizar de gêneros mais tradicionais e rurais" (PERRONE, 1988, p.35). Lembremos, por exemplo, de Carlos Lyra, que juntamente com Nara Leão e outros foi responsável pela divulgação da nova batida "bossa nova" de João Gilberto e depois se vinculou ao CPC da UNE e tornou-se um dos compositores da chamada música de protesto. Vale lembrar também que Sérgio Ricardo, Nara Leão e mesmo Vinícius de Moraes também se engajaram nessa cultura baseada nos termos nacional-popular.

Nesse contexto, e como conseqüência dessa "utopia nacionalista" que busca concretizar a identidade nacional, observa-se ainda um trânsito entre as áreas restritas (eruditas) e ampliadas (de massa) no seio da indústria cultural.

Ortiz enfatiza que, entre nós, as contradições entre uma cultura artística e outra comercial não se manifestavam de forma antagônica, porque muitos criadores da cultura de esquerda viam nos *mass media* a possibilidade de atingir um público amplo. Isto é, intelectuais e artistas viam na televisão a possibilidade de "educar o povo" que se encontrava no extenso território nacional.

Se nos anos 40 e 50 era difícil pensar a televisão e o rádio como uma indústria cultural integrada, com o golpe de 64 esse quadro começa a mudar, sobretudo a partir de 1969, quando o Estado militar possibilita a transmissão em rede. Mas a grande mudança ocorre, ainda segundo Ortiz, no campo da discussão. Isto é, após as mudanças realizadas durante o governo militar, essa discussão associa-se à temática do "internacional-popular". Passada a fase de precariedade da indústria da cultura, esta se consolida ajustada aos padrões internacionais. E a discussão sobre a cultura brasileira ultrapassa os limites do nacional: "até então, a discussão se confinava aos limites internos da nação brasileira, seja na sua versão tradicional, seja na forma isebiana; hoje ela se transforma em ideologia que justifica a ação dos grupos empresariais no mercado mundial" (ORTIZ, 1988, p.206).

Os Festivais de 1968 são significativos para observar como a MPB (e toda produção cultural de um modo geral), que até então tinha uma temática fundamentada no "nacional-popular" e uma preferência nítida pelo violão acústico, sofre mudanças. O Tropicalismo que desde 1967 já criticava, com suas letras e guitarras elétricas, essa regra nacional-popular, nos festivais de 1968 chocou com apresentações como "É proibido proibir", de Caetano Veloso. Em meio à fortificação da indústria cultural, o Tropicalismo nos mostrou uma outra realidade, baseada agora nos termos "internacional-popular". Por isso, estudiosos como Favaretto (1979), Vasconcelos (1977), entre outros, ressaltam que esse movimento foi o que melhor expressou a complexa relação moderno/arcaico existente entre nós.

Além disso, a própria música engajada, a partir de 68, procurou novas formas poético-musicais. Com a radicalização das formas de luta política, tais como a guerrilha, intelectuais e o movimento estudantil passaram a criticar a MPB, vista como o principal veículo ideológico e cultural de esquerda. Pedia-se um posicionamento mais claro às canções, como observamos no famoso artigo de Walnice Nogueira Galvão: "não há na canção popular brasileira sinais de uma consciência avançada, nem proposta para qualquer ação que

não seja cantar" (GALVÃO, 1976, p.97). Para Walnice, músicas como "Pedro Pedreiro" de Chico Buarque e "Disparada" de Geraldo Vandré (grandes sucessos na época) cantavam apenas "o dia que virá", não propondo ação alguma. Podemos notar em músicas como "Pra não dizer que não falei das flores" de Vandré e "Canção do amor armado" de Sérgio Ricardo o quanto a MPB foi influenciada por essa nova necessidade política levantada pela autora.

Após 1968 há também significativas mudanças na indústria fonográfica. Desde 1965 os Festivais funcionavam como "laboratórios" para tal indústria na medida em que sondavam o público, criavam novas demandas e difundiam "modas" ao lançarem novas tendências, como a Tropicália. Mas em 1968 a repressão do governo impossibilitara a participação dos principais compositores e cantores, agora exilados[1]. Além disso, a indústria cultural já se estrutura de forma mais profissional e a fonográfica passa a apostar em outras formas de publicidade, como as trilhas sonoras das telenovelas, que a partir de 1969, começam a ocupar um papel central na Rede Globo.

Nessa perspectiva, os Festivais de 1969 já apresentam indícios de um esgotamento, explicado tanto pela repressão acirrada do AI-5 quanto pela nova direção da indústria fonográfica (agora autônoma da TV). Estando grande parte dos artistas consagrados exilados, os dois festivais que ocorreram nesse ano trouxeram novidades, nomes como Alceu Valença, Gonzaguinha, Belchior, Ivan Lins. Mesmo assim "o valor dos festivais enquanto instância de consagração respeitada foi caindo ano a ano" (PAIANO, 1994, p.178). E os próprios participantes dos Festivais passaram a criticar a instituição que se formou tal evento[2].

---

[1] Autores como Vilarino (1999), Paiano (1985), Campos (1986), Silva (1994) e Ricardo (1991) apontam que a partir de finais de 1967, os Festivais vão se profissionalizando e começam a desagradar artistas e intelectuais.Campos, por exemplo, observa que os Festivais haviam tornado "um torneio entre os melhores dentre os profissionais atuantes na música brasileira" (CAMPOS, 1986, p.126). Nesse sentido, a partir do exílio de nomes já consagrados na MPB, os Festivais perdem seu brilho.

[2] Chico Buarque, na mesma direção de Campos (1986), reclama do que se tornou a "fórmula festivalesca" utilizada por compositores que pretendiam apenas ganhar os Festivais. Caetano Veloso, Gilberto Gil e Sidney Miller apontam para idéias parecidas. Reclamam que o gosto do público estava definindo a maior parte da produção dos compositores preocupados com o prêmio (que, segundo informa Campos, tornara-se exageradamente alto para os primeiros colocados).

Os Festivais que seguiram entre 1969 e 1975, e as músicas apresentadas nesses eventos, expressam de forma interessante as mudanças ocorridas no período na medida em que apontam para uma nova geração de cantores e compositores e um cenário em que o próprio termo MPB é ampliado. Curioso é observar que há uma bibliografia pouco expressiva sobre a MPB criada a partir dos anos 70. Esse é um ponto interessante para se observar, isto é, o que revelam as letras das canções nesse novo cenário político-social? A MPB passa a abarcar uma infinidade de " 'objetos não identificados', híbridos, portadores de elementos estéticos de natureza diversa em sua estrutura poética e musical" (NAPOLITANO, 2001, p.342) ou dá continuidade àquele projeto dos anos 60 - de orientação política e coletivista?

No amplo debate que se construiu sobre os limites e avanços de cada "movimento" cultural, que fez parte dessa cultura de esquerda, alguns defendem o tropicalismo e criticam os projetos nacionalistas como o CPC e a música de protesto (MENDES; CAMPOS); já outros criticam o tropicalismo por achar que este naturaliza o anacronismo brasileiro (arcaico/moderno) que tenta denunciar (SCHWARZ, 1978); há os que falam que o "desbunde" (que designa na MPB a orientação para uma utopia não localizada no tempo ou no espaço) e a linguagem da "fresta" caracterizam os anos 70 (VASCONCELOS, 1977); e, por fim, há os que defendem que todos esses "movimentos" culturais foram permeados por um romantismo revolucionário (RIDENTI, 2000). Dentro desse quadro, pretendemos partir do elemento textual (as letras) da música popular, para compreender como o popular, o povo, a política e outros temas eram pensados e expressos nas canções mais significativas do período em questão.

Além disso, acreditamos que essa discussão nos possibilitará pensar a ligação dos Festivais com o desenvolvimento do "campo" da música popular e da própria indústria fonográfica no Brasil. Sabemos que é justamente no período em questão, que nossa indústria cultural se desenvolve e se profissionaliza. A relação entre os projetos culturais dos anos 60/70 e a indústria cultural ainda aparece como um ponto controverso. Ou seja, até que ponto a profissionalização crescente dos Festivais influenciou na temática das músicas apresentadas nesses eventos? Como pensar a relação entre essa arte política da esquerda e o mercado? Essa relação influenciava a produção musical? Questões como essas serão pensadas e discutidas no desenrolar do nosso trabalho.

Para isso, o material básico dessa pesquisa é formado pelas letras das canções apresentadas nos festivais que ocorreram entre 1965 e 1975: 2 Festivais da TV Excelsior, 4 Festivais da TV Record, 7 Festivais FIC (Internacional da Canção), 2 Festivais Universitários; esse material não exclui a análise complementar de outros documentos impressos da época, fontes audiovisuais e obras fonográficas, os quais serão utilizados para complementar as análises e comparar os resultados.

Pretendemos localizar nas letras das canções dos Festivais o narrador social. Como narrador social entendemos algo mais que o artista que compõe e/ou executa a canção. Conforme Jameson (1985), descobrir o narrador de uma obra de cultura significa desvelar quem fala, como fala e por que discursa de tal maneira. Em outras palavras, buscaremos analisar como um determinado grupo social, historicamente determinado e, ao mesmo tempo, produtor dessa história, pensa o seu cotidiano e tem seu pensamento expresso na arte que cria.

Vale observar, nesse sentido, que nos propomos pensar a obra de cultura como algo que expressa necessariamente um conteúdo social; pensamentos distintos como os de Hegel, Marcuse, Lukács e Jameson, ao tratarem de estética concordam que forma e conteúdo não são coisas distintas: [...] "a forma não é vista como um padrão ou molde inicial, aquilo com que começamos, mas antes como aquilo com que terminamos, como a articulação final da lógica mais profunda do próprio conteúdo" (JAMESON, 1985, p.252). Através da análise das letras das canções selecionadas, pretendemos observar como a classe média intelectualizada, maior produtora da MPB daquele tempo, pensava o seu cotidiano e suas relações sócio-políticas; como pensava a si mesma e aos outros (encarnados na idéia de "povo") e nossas tantas ambigüidades.

Muitos trabalhos sobre a arte brasileira do período em questão serão fundamentais (CONTIER, PAIANO, RIDENTI, TINHORÃO, entre outros). Sobretudo porque buscaremos investigar até mesmo as teorias que se cristalizaram sobre a arte política dos anos 60. Ou seja, compreender como na poética da MPB transparecem as várias questões mais ou menos consensuais acerca da arte política dos anos 60/70. De quais formas o artista falou da política, do popular, da sociedade? E por que alguns discursos foram predominantes em determinados períodos (como o popular entre 65-67)? O historiador Napolitano apresenta, nesse sentido, quadros interessantes sobre as pa-

lavras mais presentes nas canções finalistas dos Festivais da Record. Em 1967, foram elas, em ordem decrescente: saudade, jangada, umbanda, iemanjá, liberdade; o que significa que a temática predominante dizia respeito à valorização do popular. Em 1968, embora a temática anterior se repita (amor, mulher, Maria, povo, sertão), e até se radicalize, apontando a necessidade de ação direta (é o ano de "Pra não dizer que falei das flores" e "canção do amor armado"), surgem os tropicalistas com novidades como "É Proibido Proibir" de Caetano Veloso, "Caminhante Noturno" de Os Mutantes, sugerindo uma ampliação do termo nacional-popular para interncaional-popular. Não há quadros sobre os Festivais a partir de 1969, o que significa que será necessário construir, pois, a história cultural dos tempos mais duros da ditadura brasileira ainda estão pouco analisados. Do que falava e o que pensava esta geração segundo a música popular do período?

Em suma, acreditamos que a narrativa da MPB nos possibilitará pensar a sociedade brasileira destes anos e decodificar sobretudo o sujeito social que dela fala: o que pensa de si e da sua geração, o que pensa do país, suas propostas futuras, individuais e coletivas, e também os impasses de um tempo bastante difícil para a sociedade brasileira, os chamados "anos de chumbo".

Referências

CAMPOS, A. *Balanço da Bossa e outras bossas.* São Paulo: Perspectiva, 1986.

ESTEVAM, C. *A questão da cultura popular.* R.J.: Tempo Brasileiro, 1963.

FAVARETTO, C. F. *Tropicália: Alegoria, Alegria.* São Paulo: Kairós, 1979.

FELIX, M. (org). *Violão de rua – poemas para a liberdade.* 3 vol. R.J.: Civilização Bras., 1963.

GALVAO, W.N. *Saco de gatos.* S.P.: Duas cidades, 1976.

_____ . "Nas asas de 1968: rumos, ritmos e rimas". In: *Rebeldes e Contestadores: 1968, França, Brasil Alemanha.* Fundação Perseu Abhamo, 1999.

GIANI, L.A.A. *Música de protesto.* Unicamp/IFCH, mimeo, 1985.

GIL, G.; RISÉRIO, A. *O poético e o político e outros escritos.* R.J.: Paz e Terra, 1988.

GULLAR, F. *Vnaguarda e subdesenvolvimento.* R.J.: Civilização brasileira, 1969.

HEGEL, G.W.F. *Lições sobre a estética: introdução.* In: Cadernos de tradução. S.P.: USP, 1997.

HOLLANDA, H.B; GONÇALVES, M.A. *Cultura e participação nos anos 60.* SPBrasiliense, 1984.

IANNI, O. *O Brasil Moderno.* São Paulo: brasiliense, 1994.

JAMESON, F. *Marxismo e forma.* São Paulo: Hucitec, 1985.

LUKÁCS, G. *Introdução à uma estética marxista.* R.J.: Civilização Brasileira, 1978.

MEDAGLIA, J. *Música impopular.* S.P.: Global, 1988.

MELLO, Z.H.; SEVERINO, J. *A canção no tempo.* 2 volumes. S.P.: ed. 34, 1998.

MENESES, A.B. *Desenho mágico: poesia e política em Chico Buarque.* S.P.: Hucitec, 1982.

NAPOLITANO, M. *Seguindo a canção.* São Paulo: Anna Blume, 2001.

ORTIZ, R. *A Moderna Tradição Brasileira.* São Paulo: ed. Brasiliense, 1988.

PAIANO, E. *Do berimbau ao som universal.* São Paulo: USP/ECA, mimeo, 1994.

PERRONE, C. *Letras e letras da MPB.* R.J.: Elo ed., 1988.

RICARDO, S. *Quem quebrou meu violão.* São Paulo: Record, 1991.

RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro.*São Paulo: Record, 2000.

_____ . "Breve recapitulação de 1968 no Brasil". IN: GARCIA, M. A.(org). *Rebeldes e Contestadores.* São Paulo: ed. Perseu Abramo, 1999.

ROCHA, G. *Cartas ao mundo.* S.P.: Cia das letras, 1997.

SCHWARZ, R. "Cultura e política: 1964-1969". In: *O pai de família.* RJ: Paz e Terra, 1978.

_____ . *Duas meninas.* São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SILVA, A. R. *Sinal Fechado: a música popular brasileira sob censura.* R.J.: Obra aberta, 1994.

SQUEFF, E.; WISNIK, J.M. *O nacional e o popular na cultura brasileira – música.* S.P.: Brasiliense, 1982.

TINHORÃO, J.R. *História social da música popular brasileira.* S.P.: ed.34, 1998.

_____ .*Pequena história da música popular.* Petrópolis: Vozes, 1978.

VASCONCELLOS, G. *Música Popular: de olho na fresta.* Rio de Janeiro: Graal, 1977.

VELOSO, C. *Verdade tropical.* S.P.: Cia das letras, 1997.

VILARINO, R. *A MPB em movimento: música, festivais, censura.* S.P.: Olho D'agua, 1999.

A GUERRA DE TRÓIA NO IMAGINÁRIO ATENIENSE: SUA REPRESENTAÇÃO NOS VASOS ÁTICOS DOS SÉCULOS VI-V a.C.*

JOSÉ GERALDO COSTA GRILLO**

1. Delimitação e constituição do *corpus*

A escolha da iconografia da Guerra de Tróia deve-se ao fato de que as cenas representadas sobre os vasos gregos têm sido agrupadas e constituídas, por historiadores e arqueólogos, em *corpus* com temas precisos. *Corpus* de imagens têm sido constituídos sobre os artesãos, os escravos, os guerreiros, as relações de gênero, a homossexualidade, o casamento, os funerais, os rituais religiosos, os personagens divinos ou heróicos, os múltiplos episódios mitológicos etc. (Cf. Schmitt-Pantel; Thelamon, 1983, p. 14-17). Dentre os episódios mitológicos, um *corpus* costumeiramente delimitado é o *Ciclo Troiano*, referente à *Guerra de Tróia* (Boardman, 1997a, p. 228-231; 1997b, p. 230-233; 1997c, p. 229; Carpenter, 1991, p. 195-232). Por Ciclo Troiano entende-se o conjunto das obras homéricas (*Ilíada* e *Odisséia*) e das obras de outros poetas (*Kypria*, *Aithiopis*, *Pequena Ilíada* e *Iliou persis*, que só sobreviveram em sumários). Isso se

---

* Esta comunicação é, com algumas modificações, um Projeto de Iniciação Científica a ser desenvolvido, com financiamento da Fapesp, no curso de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari, no período de agosto de 2002 a julho de 2003. Este projeto consiste, primordialmente, do levantamento da documentação iconográfica referente à Guerra de Tróia nos vasos áticos dos séculos VI a V a.C. relacionada ao tema do imaginário. Mas, também, da leitura e fichamento das fontes literárias antigas (Ciclo Troiano) e da bibliografia moderna relacionada aos estudos homéricos, à mitologia grega, à iconografia, à arqueologia e ao imaginário social. E, por fim, da elaboração de um projeto de pesquisa visando a pós-graduação.

** História - IFCH/UNICAMP. Orientador: Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari.

deve ao fato de a *Ilíada* e a *Odisséia* tratarem, respectivamente, de apenas um dos dez anos da Guerra de Tróia e do retorno de só um dos heróis após a guerra e de as demais obras tratarem, em seu conjunto, de todo o período da guerra e dos retornos de vários outros heróis (Trédé, 1997, p. 51-52).

O recorte cronológico (Séculos VI-V a.C.) e espacial (Ática) inspira-se nos estudos iconográficos (Boardman, 1997a, p. 228-231; 1997b, p. 230-233; 1997c, p. 229; Carpenter, 1991, p. 195-232; Shapiro, 1994, p. 11-63) que têm assinalado que a representação da Guerra de Tróia nos vasos áticos passa, por um movimento de início, meio e fim, isto é, há o surgimento das representações (primeiro quartel do século VI a.C.), o seu desenvolvimento e, por fim, o seu desaparecimento (último quartel do século V a.C.).

2. Justificativa

Os vasos gregos têm, desde muito tempo, atraído a atenção dos historiadores, pois esses objetos de formas, origens e dimensões diversas, revelam-se extraordinários documentos da civilização grega, permitindo ao historiador um contato direto com aspectos múltiplos da vida pública e privada dos antigos gregos, ampliando, assim, seu campo de leituras (Metzger, 1964, p. 5).

Todavia, até bem recentemente, as imagens pintadas sobre os vasos eram consideradas como ilustrações que viriam, de alguma maneira, confirmar os fatos estabelecidos a partir dos textos (Villard, 1956, p. 3). Mas, atualmente, a perspectiva mudou e passou-se a dar um status de *documento* inteiramente à parte a essas imagens e a estudar cada representação pintada por ela mesma, exatamente como se faz com um texto, levando em conta sua particularidade, a maneira como ela interpreta o real. Nesse sentido, este repertório de imagens torna-se um verdadeiro objeto de história, permitindo colocar de maneira diferente as questões tradicionais e abrindo novos campos de trabalho (Orrieux; Schimitt-Pantel, 1995, p. 472). Enfim, os vasos gregos com suas representações são uma fonte singular para se compreender tanto os hábitos de vida como do imaginário social dos gregos, pois as cenas pintadas são, assim como os poemas, criações dos artistas que partem talvez da realidade, mas a transpõem à sua maneira. Tentar compreender a constituição desse imaginário é uma das tarefas do historiador (Orrieux; Schimitt-Pantel, 1995, p. 156).

Nesse contexto, o tema da Guerra de Tróia no imaginário ateniense faz-se importante uma vez que não se tem notícia de um trabalho que aborde glo-

balmente a representação cerâmica da Guerra de Tróia relacionada com o imaginário. Por um lado, obras como as de John Boardman (1997a, p. 228-231; 1997b, p. 230-233; 1997c, p. 229), Thomas H. Carpenter (1991, p. 195-232) e Harvey Alain Shapiro (1994, p. 11-63), ainda que façam uma abordagem abrangente da Guerra de Tróia, acusam, simplesmente, a existência de um movimento com início, meio e fim na iconografia troiana, ressaltando as preferências por essa ou aquela cena, por esse ou por aquele personagem de um período para outro, mas não oferecem uma explicação para a causa ou causas desse movimento, nem se preocupam com a importância da Guerra de Tróia para a sociedade ateniense. Por outro lado, obras como as de François Lissarrague sobre cenas do armamento e partida do guerreiro (1999, p. 84-90) e do guerreiro morto em combate (1984, p. 35-48), Efthymia Mintsi (1991, p. 19) e Haiganuch Sarian (1994/1995, p. 66), sobre Hypnos e Thanatos, Sono e Morte, respectivamente, destacam, cada uma por sua vez, o sentido épico, heróico dessas cenas e seu impacto na sociedade ateniense dos séculos VI a V a.C. Essas últimas obras representam um significativo avanço na interpretação dos temas troianos; todavia, trabalham com temas e personagens particulares, sem se preocuparem com o tema maior da Guerra de Tróia.

3. Objetivos

Os objetivos deste projeto são três: 1) fazer o levantamento da documentação iconográfica referente à Guerra de Tróia na cerâmica Ática; 2) fazer leituras e fichamentos de fontes literárias antigas e de obras bibliográficas modernas e 3) elaborar um projeto de pesquisa para a pós-graduação.

O *levantamento da documentação* visa a constituição de um *corpus* documental e temático para a pesquisa (Catálogo Imagético). A *leitura e fichamento* das fontes literárias antigas e da bibliografia moderna visam a conhecer a concepção do tema da Guerra de Tróia na tradição literária para depois compara-la com a da tradição imagética, a aquisição de um referencial teórico e metodológico apropriado para se abordar o tema e o travamento de um diálogo historiográfico que leve em consideração: os debates interpretativos, as fontes utilizadas, as abordagens metodológicas e as concepções teóricas e conceituais de história e de arqueologia. De posse desses dados, será elaborado um *projeto de pesquisa*, visando à pós-graduação, que constará da delimitação do tema, justificativa, problemática que essas imagens colocam quando

relacionadas ao tema do imaginário, as possíveis respostas (hipóteses) a essa problemática, o referencial teórico e metodológico e a bibliografia.

4. Metodologia

O *levantamento da documentação* iconográfica será feito a partir das obras de John Davidson Beazley (1956; 1963; 1971), do *Beazley Archives*, recorrendo-se ao completo índice de temas mitológicos presente tanto na versão impressa como na virtual, do *Corpus Vasorum Antiquorum* e do *Lexicum Iconographicum Mythologiae Classicae*.

Após o recolhimento desses dados, usar-se-á o procedimento metodológico da *seriação*, que visa obter uma *ordem* conforme a semelhança ou dessemelhança, re-agrupando os objetos em grupos mais fortemente ligados (Ginouvès, 1997, p. 83-88); esse re-agrupamento das imagens por *séries* permite tornar manifesto tanto as repetições, como as variantes, as equivalências ou as substituições, que permitem perceber as regras de organização destas imagens, e isto, não somente do ponto de vista formal, mas, também, no que concerne ao conteúdo das imagens (Lissarrague, 1990, p. 10). Essa seriação permitirá o estabelecimento de um *elenco temático* e a *seleção das imagens* obedecendo-se aos seguintes critérios: 1) imagens que contenham elementos pertinentes ao tema; 2) eliminação das imagens de conteúdo idêntico ou semelhante.

Uma vez feito isso, será elaborado o *catálogo imagético* da documentação, obedecendo a ordem do elenco temático. Cada imagem terá uma *ficha catalográfica* (Ver *Anexo*) contendo: a) *Imagem*, b) *Técnica* da decoração, c) *Forma* do vaso, d) *Proveniência* (lugar onde o vaso foi achado), e) *Data*, f) *Atribuição* (quem é o artista), g) *Descrição* (do conteúdo da cena, organizada em Face A e Face B do vaso e suas possíveis subdivisões: A1, A2 etc), h) *Coleção* a que pertence o objeto (cidade, museu e nº do inventário), e i) *Bibliografia*.

5. Levantamento Bibliográfico Inicial

A. Fontes iconográficas

Beazley Archives (http://www.beazley.ox.ac.uk)
Corpus Vasorum Antiquorum - CVA
Lexicum Iconographicum Mythologiae Classicae – LIMC

B. Fontes literárias

HESIOD. *The Homeric Hymns and Homerica*. With an english translation by Hug G. Evelyn-White. Cambridge: Harvard University, 1982. *The Epic Cycle*, p. 479-539.

HOMÈRE. *Iliade*. Trois tomes. Texte établi et traduire par Paul Mazon. Paris: Les Belles Lettres, 1998.

_____*Odyssée*. Trois tomes. Texte établi et traduire par Victor Bérard. Paris: Les Belles Lettres, 2001.

C. Bibliografia moderna

BEAZLEY, John Davidson. *Attic Black Figure Vase Painters*. Oxford: Clarendon, 1956.

_____ *Attic Red Figure Vase Painters*, 3 vols. Oxford: Clarendon, 1963.

_____ *Paralipomena. Addtions to Attic Black-Figure Vase-Painters and to Attic Red-Figure Vase-Painters*. Oxford: Clarendon, 1971.

BÉRARD, Claude (et al.), *La cité des images. Religion et société en Grèce antique*. Lausanne; Paris: Fernand Nathan; L.E.P., 1984.

_____ (éd.), *Image et société en Grèce ancienne. L'iconographie comme méthode d'analyse*. Actes du Colloque International, Lausanne 1984. Lausanne: Institut d'Archéologie et d'Histoire Ancienne, Université de Lausanne, 1987.

BOARDMAN, John. *Athenian Black Figure Vases*. London: Thames and Hudson, 1997a.

_____ *Athenian Red Figure Vases: Tthe Archaic Period*. London: Thames and Hudson, 1997b.

_____ *Athenian Red Figure Vases: The Classical Period*. London: Thames and Hudson, 1997c.

BURGESS, Jonathan S. *The Tradition of the Trojan War in Homer and the Epic Cycle*. Baltimore: Johns Hopkins University, 2001.

CARPENTER, Thomas H. *Art and Myth in Ancient Greece*. London: Thames and Hudson, 1991.

CHARTIER, Roger. *Au bord de la falaise. L'histoire entre certitudes et inquiétude*. Paris: Albin Michel, 1998.

DURAND, Gilbert. *Structures anthropologiques de l'imaginaire*. Paris: Dunod, 1992.

ÉTIENNE, Roland; MÜLLER, Christel; PROST, Francis. *Archéologie historique de la Grèce antique*.Paris: Ellipses, 2000.

FINLEY, Moses Immanuel. *The World of Odysseus*. London: Pimlico, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia, história e arqueologia histórica no contexto Sul-Americano, in: Idem (org.) *Cultura material e arqueolo-*

gia histórica. Coleção Idéias 1. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998, p. 7-34.

LISSARRAGUE, François. *Vases grecs. Les athéniens et leurs images*. Paris: Hazan, 1999.

_____ *L'autre guerrier. Arches, peltastes, cavaliers dans l'imagerie attique*. Paris; Rome: La Découvert; École Française de Rome, 1990.

LISSARRAGUE, François; THELAMON, Fraçoise. *Image et céramique grecque*. Actes du Colloque de Rouen 1982. Rouen: Université de Rouen, 1983.

METZGER, Henri. *La céramique grecque*. Paris: PUF, 1964.

MINTSI, Efthymia. Hypnos et Thanatos sur les vases attiques (520-470 av. J.-C.), *Histoire de l'Art* 15, 1991, p. 9-20.

MOSSÉ, Claude. *La Grèce archaïque d'Homère à Eschyle, VIII^e-VI^e av. J.-C.*. Paris: Seuil, 1984.

ORRIEUX, Claude; SCHMITT-PANTEL, Pauline. *Histoire greque*. Paris PUF, 1995.

PATLAGEAN, Evelyne. L'Histoire de l'imaginaire. In: Le Goff, Jacques (dir.). *La nouvelle Histoire*. Paris: Complexe, 1988, p. 307-332.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História* 15/29, 1995, p. 9-27.

RASMUSSEN, Tom; SPIVEY, Nigel (eds.). *Looking at Greek Vases*. Cambridge: Cambridge University, 1991.

SARIAN, Haiganuch. Morte e Sono na arte grega: notas de iconografia funerária. *Clássica* 7/8, 1994/1995, p. 63-74.

SHAPIRO, Harvey Alain. *Myth into Art. Poet and Painter in Classical Greece*. London: Routledge, 1994.

SCHEFOLD, Karl. *Gods and Heros in Late Archaic Greek Art*. Cambridge: Cambridge University, 1992.

SNODGRASS, Anthony M. *An Archaelogy of Greece. The Present State and Future Scope of a Discipline*. Berkeley: University of California, 1987.

_____ *Hommer and the Artists. Text and Picture in Early Greek Art*. Cambridge: Cambridge University, 1998.

TRÉDÉ, Monique. Homère et le cycle épique, in: Saïd, Suzanne; Trédé, Monique; Le Boulluec, Alain. *Histoire de la litterature grecque*. Paris: PUF, 1997, p. 11-54.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mythe et société en Grèce ancienne*. Paris: Seuil, 1992.

_____ *Mythe et pensée chez les Grecs*. Paris: La Découverte, 1996.

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Myhe et tragédie em Grèce ancienne*, tomes 1-2. Paris: La Découverte, 2001.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Le monde d'Homère*. Paris: Perrin, 2000.

VILLARD, François. *Les vases grecs*. Paris: PUF, 1956.

Os Olhares da Metrópole

Alex Manetta
Marlon Leal Rodrigues
José de Barros Pinto Filho
Carolina Beckman
Alexandre Filordi de Carvalho
Carin Carrer Gomes

TECNOESFERA, PSICOESFERA E USO SELETIVO DA CIDADE

ALEX MANETTA*

Campinas (SP), cidade fortemente inserida na dinâmica econômica mundial concentra um considerável terciário superior que inclui centros de excelência em pesquisa e desenvolvimento de alta tecnologia, com destaque na pesquisa agropecuária instituições como IAC – Instituto Agronômico de Campinas, IB – Instituto Biológico, CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – e EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Na pesquisa e desenvolvimento das telecomunicações atuam empresas de ponta no ramo alocadas em dois parques do Pólo de Alta Tecnologia da cidade (Prefeitura Municipal de Campinas).

Ainda no setor de serviços, conta com cerca de 70 hotéis, serviços na área de saúde com 22 hospitais, consultorias, instituições de ensino superior e pesquisa – UNICAMP e PUC Campinas – além de concentrar o segundo maior pólo industrial do estado dividido em três distritos industriais.

Esta cidade movimenta importantes fluxos de finanças com 46 bancos, 136 agências e uma renda per capta de US$ 10.800,00 em 2000, grandes fluxos de bens – centro comercial com 12 shopping-centers – e amplos fluxos de mensagens – 90 bibliotecas, 16 cinemas, 13 museus, 12 teatros, 10 emissoras de rádio FM e 4 AM, 6 emissoras de TV e 1 a cabo, 4 jornais e 69 livrarias.

Campinas conta também com importante fluxo de pessoas – taxa de crescimento de 1,87% ao ano entre 1991 e 2000 – e uma população de 996700 habitantes em 2000[1]. Esta cidade está equipada ainda com o terminal aeroportuário internacional de Viracopos e quatro das mais modernas rodovias do país – Bandeirantes, D. Pedro I, Anhanguera e Santos Dumont. Por estes e

* IG/UNICAMP. Orientador: Prof. Dr. Márcio Cataia.

[1] SEADE, Prefeitura Municipal de Campinas e Listel 2000.

outros motivos esta cidade está sendo cotada entre as dez melhores no Brasil em oportunidades de negócios (Jornal Correio Popular, 02/12/01).

Estão, portanto, agregadas ao lugar atividades intensamente ligadas ao *circuito superior da economia urbana*, este que envolve capital intensivo, tecnologia de ponta, emprego reduzido, grande utilização de marketing e propaganda, capaz de uma macroorganização do espaço. A conexão do lugar com o mundo se realiza por intermédio de sistemas de objetos técnicos que operam baseados nas possibilidades criadas pela *tecnociência*, ou seja, a conjunção entre técnica e ciência, realizada sob a *égide do mercado* (SANTOS, 1979 e 1999).

A utilização conjunta de redes de comunicação e de transporte confere grande *mobilidade* aos bens e mensagens, com ênfase para as NTCI – *novas tecnologias da comunicação e informação* – que permitem hoje a comunicação instantânea e simultânea, amplo conhecimento dos territórios, a possibilidade da gestão centralizada e à distância de atividades espalhadas pelo planeta, dando assim um novo caráter ao espaço geográfico e proporcionando novos usos dos lugares e territórios como recurso pelos agentes hegemônicos da política, da economia e da cultura. Desse modo, eleva-se a difusão e a incorporação de técnicas, idéias e hábitos exógenos ao lugar a uma amplitude nunca vista antes na história.

A presença destas atividades e objetos modernos pode ser vista como uma manifestação do *espaço reticular* no lugar (SANTOS, 1999). Este é de uso exclusivamente hegemônico e notadamente das grandes empresas transnacionais que interferem nos processos mais significativos da cidade, intensificando a vida de relações agora inserida numa lógica global.

O espaço reticular só se instala em locais minimamente modernizados para assumirem tal função, logo é seletivo, pois contempla apenas pontos e áreas que interessam ao fluxo e acúmulo de capital, excluindo e desvalorizando o restante do *meio ambiente construído*, este "... retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais" (SANTOS, 1998:127).

As cidades, portanto, não possuem uma homogeneidade de seus objetos e atividades em toda a sua extensão, e sim locais privilegiados que são rapidamente adequados às demandas das grandes empresas que necessitam de infra-estruturas e modelos organizacionais que permitam fluxos intensos e grande precisão em suas ações.

Reconhece-se que estas grandes empresas exercem forte influência sobre os poderes públicos em suas varias escalas – municipal, estadual e federal – chegando mesmo a ultrapassar a autoridade e a jurisdição dos Estados-nação. Isto não significa a derrota ou a morte do Estado frente às empresas, pois "... sem o Estado, o capital social não tem como projetar e realizar seus interesses coletivos..." (HARDT e NEGRI, 2001: 328). A esse mesmo respeito nos fala SANTOS (1997) sobre o realce que ganha a política das empresas frente à política dos Estados.

No caso de Campinas existe uma companhia pública, a Ciatec – Companhia de Desenvolvimento do Pólo de Alta Tecnologia – que tem a função de planejar e executar as políticas de ciência e tecnologia da cidade, coordenando a instalação de empresas e núcleos de pesquisa no pólo de alta tecnologia, oferecendo incentivos fiscais às empresas que se interessarem por estas políticas públicas municipais (Prefeitura Municipal de Campinas).

Contraposto ao *espaço reticular* existe o espaço de todos os homens ou como denominou PERROUX (in SANTOS, 1999) o *espaço banal*. Este é coeso preferencialmente em função da contigüidade, do dia-a-dia, da coexistência entre a diversidade e das relações pessoais. O espaço banal imprime vivacidade ao chamado *circuito inferior da economia urbana* (SANTOS, 1979), que se mantém através do trabalho intensivo e de capital reduzido, utiliza dinheiro líquido e créditos pessoais. É capaz de uma organização restrita do espaço.

A existência desta complexidade que reúne técnicas, objetos e atividades de várias idades e procedências, ou seja, o *meio ambiente construído* permite não só a coexistência, mas a complementaridade entre atividades do *circuito superior* e do *circuito inferior* da economia urbana, que juntos concretizam a totalidade do fenômeno econômico da cidade.

Segundo ALMEIDA (2000), os dois circuitos da economia urbana existem pelas diferentes oportunidades de consumo que abrange a população como um todo, pois um – o circuito superior – atende às necessidades e consumos das classes mais privilegiadas em termos de renda e parte dos consumos da classe média. O outro – o circuito inferior – vive principalmente em função das classes de baixa renda.

Esta abordagem da cidade nos demanda expor a noção da relação *lugar/mundo*, que causa repercussões e reorganizações não só econômicas, tal como nos evidencia a noção dos circuitos da economia, mas repercussões in-

discutivelmente espaciais por se tratar de intervenções relativas à esfera *imaterial* (ações) e à esfera *material* (objetos) concomitantemente.

A estas esferas do *espaço geográfico* SANTOS (1999), retomando as idéias de CARVALHO (1941) chama de psicoesfera as bases imateriais das crenças, idéias e da criação de sentidos. *Tecnoesfera* se refere às bases materiais tecnificadas, ou ainda à *biosfera tecnificada*, pois para Delgado de Carvalho além da atmosfera, da hidrosfera e da litosfera que formavam a biosfera – esfera da vida – haveria uma psicoesfera responsável pela formação das línguas, religiões e ideologias.

A intervenção do mundo nas diferentes localidades ao invés de criar a homogeneização do espaço acaba por aprofundar as diferenças através da inserção de grandes sistemas de engenharia – auto-estradas, redes de informação e outros equipamentos urbanos – que carregam consigo novas técnicas, normas, hábitos e ideologias.

O aprofundamento das desigualdades acontece, pois cada lugar assimila, repele ou condiciona a chegada das novidades de forma *singular* por suas características anteriores, *herdadas* e peculiares, chamadas *rugosidades* (SANTOS, 1999).

Como rugosidades entendemos não só aspectos materiais cristalizados no espaço, mas também aspectos organizacionais, ideológicos e culturais, que oferecem resistência ou estimulam a incorporação de elementos exógenos e até então estranhos à comunidade local.

A cada evento que ocorre novas formas, nexos e ordens são criados, os lugares e regiões ganham novos conteúdos dando vida à dialética entre sistemas de objetos técnicos e sistemas de ações, revelando que manifestações econômicas, políticas e culturais dependem indiscutivelmente da *existência material* (BRAUDEL, 1989).

Arranjos de objetos técnicos podem ser instalados, adequados ou desenvolvidos para realização de atividades culturais *rígidas*, tal como acontece na instalação de um teatro que pretende grande público no Shopping-center Higienópolis em São Paulo (Jornal Gazeta Mercantil, 31/10/01), ou ainda como no caso do Shopping-center Parque Don Pedro em Campinas o "... maior centro de compras da América Latina..." (Jornal Correio Popular, 11/11/2001), com investimentos de R$ 300 milhões para a instalação de grandes lojas, 15 salas de cinema, serviços culturais e de alimentação.

A locação de escolas particulares em dois shoping-centers de Campinas e o investimento de grandes redes de Hotéis no interior paulista – 24 novos projetos com investimentos de R$ 180 milhões até 2003 – (Jornal Gazeta Mercantil, 31/10/2001) são sinais destas mesmas atividades culturais rígidas incentivadas pela segregação sócio-espacial, pelo turismo de negócios e de lazer.

As materialidades e arranjos de objetos técnicos, assim como servem às manifestações culturais rígidas, servem também às manifestações culturais *flexíveis*. Sobre este aspecto da realidade, já notava BAKHEUSER (1944) no desenvolvimento de sua *antropogeografia* que atividades econômicas-culturais eram praticadas como forma de sobrevivência de vastas parcelas da população no Rio de Janeiro (RJ), que ocupavam a cidade como podiam, quer se acumulassem no centro urbano, quer se disseminassem irregularmente pelos arribardes e subúrbios, quer finalmente se espalhassem pelas ruas, praças, galerias e gares na mercancia ambulante de produtos vários. CATAIA (2001) fala também sobre o empenho dos indivíduos que adaptam o meio em que vivem e produzem o território apropriado ao período histórico correspondente na busca da autonomia e sobrevivência cotidiana.

Pode-se falar, portanto, na existência de um *circuito cultural rígido* e de um *circuito cultural flexível* em Campinas. O primeiro é intimamente relacionado ao circuito superior da economia urbana, e o segundo circuito é aquele que revela processos de identificação e de solidariedade orgânica contra a rápida deterioração das condições de vida nas *periferias*, contra o império da violência e contra o papel crescente dos condicionamentos transnacionais na formação de novas identidades na cidade (CANCLINE, 1994).

Por periferia entende-se não as áreas distantes do centro geométrico da cidade, mas as áreas excluídas pelos objetos e atividades modernas, assim como pelos cuidados dos poderes públicos e da iniciativa privada (ALMEIDA, 2000).

Junto ao circuito inferior da economia urbana o circuito cultural flexível cria alternativas à falta de emprego, de serviços e principalmente à falta de espaços, filosofias e atividades que promovam o encontro, a coletividade e a *festa*, no sentido empregado por ATTALI (2001).

O melhor conhecimento a respeito da cidade contemporânea e de seus processos pode apontar soluções para os graves problemas de cunho sócio-espacial, tal qual nos demonstram as incríveis estratégias de sobrevivência reveladas pelos setores econômicos e culturais mais populares que reagem à crise das relações pessoais e de trabalho nas grandes cidades brasileiras.

Ressaltamos que a importância de estudar os circuitos culturais segundo critérios da geografia reside primeiramente no fato desta análise mostrar-se útil ao conhecimento das dinâmicas e tendências que a cidade assume atualmente, conhecimento este inseguro, como adjetiva SOUZA (1997), que ainda aponta esta insegurança como uma das principais causas da crise urbana.

Bibliografia

ALMEIDA, Eliza P.de, (2000) "A metropolização-periferização brasileira no período técnico-científico-informacional", Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP.

ATTALI, Jacques, *Dicionário do Século XXI*, Record, Rio de Janeiro, 2001.

BACKHEUSER, Everardo, (1944) "Comércio ambulante e ocupações de rua no Rio de Janeiro", Revista Brasileira de Geografia, Janeiro – Março, ano VI.

BRAUDEL, Fernand, (1989) *Gramática das Civilizações,* M. Fontes, São Paulo.

CANCLINI, Néstor Garcia, (1994) "Identidad cultural frente a los processos de globalización e regionalización : México y el tratado de libre comércio de américa do Norte", in MONETTA, Carlos e QUENAN, Carlos. *Las reglas del juego*, Corrigida, Argentina.

CARVALHO, Delgado de, (1941) "Evolução da geografia humana",Anais Do Ix Congresso Brasileiro de Geografia, Vol. I.

CATAIA, Márcio A, (2001) "Território nacional e fronteiras internas, a fragmentação do território brasileiro",Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP.

HARDT, Michel e NEGRI, Antonio, (2001) *Império*, Record, Rio de Janeiro – São Paulo.

SANTOS, Milton, (1979) *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, Rio de Janeiro, F. Alves.

SANTOS, Milton, (1987) *O espaço do cidadão*, Nobel - São Paulo.

SANTOS, Milton, (1997) "Da política dos estados à política das empresas", *Cadernos da Escola do legislativo*, Belo Horizonte.

SANTOS, Milton, (1998) *Técnica, espaço, tempo:globalização e meio-técnico-científico-informacional*, 4ª ed., HUCITEC, São Paulo.

SANTOS, Milton, (1999) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção,* São Paulo, HUCITEC.

SOUZA, Maria Adélia A de, (1997) "Cidade: lugar e geografia da existência", V Simpósio Nacional de Geografia, Salvador.

"Boca de Lixo": lugar de resistência

Marlon Leal Rodrigues*

Não que a palavra seja imperfeita e esteja, em face do visível, num déficit que em vão se esforçaria por recuperar. São irredutíveis uma a outro: por mais que se diga o que se vê, o que se vê não aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens e metáfora, comparações, o lugar em que essas resplandecem não é aquele que os olhos descobriram, mas aqueles que as sucessões da sintaxe definem.

M. Foucault (1992: 25)

Introdução

Neste trabalho, tenho como propósito desenvolver algumas considerações a respeito do – documentário *Boca de Lixo*[1] (1991), de Eduardo Coutinho – como possível espaço tenso de resistência, conflito e de naturalização dos sentidos na constituição dos sujeitos. A perspectiva teórica que orientará a minha reflexão será a da Análise do Discurso francesa, AD, cujos pilares são Foucault (1969, 1971) e Pêcheux (1969, 1975, 1980), em virtude de esta corrente trabalhar no limite do lingüístico com o social, enquanto partes constitutivas.

Considerando, ainda, que esta relação, do lingüístico com o social – proporciona um certo tipo de leitura, conforme Orlandi (1996: 46): "que trabalha o efeito da objetividade, levando em conta o deslize, o equívoco, a ideologia". Nisto, ainda Orlandi (idem), "o trabalho do analista é, em grande medida, situar (compreender) – e não refletir – o gesto de interpretação do sujeito e expor seus efeitos de sentido".

* PG/IEL/UNICAMP. Agradeço ao CNPq pela bolsa de doutorado. Processo no. 141268/2002-6.

[1] Utilizo a transcrição feita pela profa. dra. Suzy L.Rodrigues como *corpora*.

1. Discurso, Sujeito, Ideologia e Formação Discursiva

Para a AD, discurso é, (Foucault, 1986), um jogo estratégico de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva, "o espaço em que o saber e o poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido". Já o sujeito é (Pêcheux, 1988) constituído pela ideologia que o interpela ao mesmo tempo em que constitui.

De acordo com Pêcheux (1971), "as palavras podem mudar de sentido segundo as posições tidas por aqueles que as empregam". Ainda Pêcheux (idem),

> Falar-se-á de formação ideológica para caracterizar um elemento suscetível de intervir, como uma força confrontada à outra força, na conjuntura ideológica característica de uma formação social, em um dado momento; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são individuais.

As formações discursivas, conceito cunhado por Foucault (1986), integram conjuntos de enunciados, falados ou escritos, dispersos em acontecimentos. Elas são constituídas por práticas discursivas que determinam os objetos, as modalidades de enunciação dos sujeitos, os conceitos, as teorias, as escolhas temáticas.

De acordo com Orlandi (2001: 31), fazer análise do discurso é, antes de qualquer coisa, "praticar ainda o exercício do entremeio", situando-se no espaço específico sem confundir "descrição e interpretação". Dessa forma, penso que analisar o discurso, a posição sujeito e suas possíveis significações é, ainda Orlandi (idem, 34), trabalhar a "relação língua/discurso como a que existe entre a condição material de base e de processo".

2. Breves notas sobre o documentário e seu sujeito

2.1 Coutinho

Coutinho realizou um documentário de um depósito de lixo – normalmente chamado de lixão – no Estado do Rio de Janeiro, cujo "autor" registra o quotidiano das famílias que tem o lixão como fonte de renda, além de morar nele. Este tipo de "retratação", de um dos múltiplos aspectos da sociedade, ou gênero jornalístico, antes do advento da fotografia e da câmara de filmagem,

era feito, em alguma medida, pela literatura, crônicas, cartas, relatos, narrativas orais etc..

Contemporaneamente, o documentário, entre seus diversos sentidos (Pêcheux, 1988), assumiu um certo efeito de denúncia social, crítica aos sistemas políticos, à sociedade como um todo – ou a setores específicos. O seu "autor", no caso aqui o Coutinho, denuncia, assim, os governos e suas formas e modos de "tratar" enquanto prática discursiva os diversos segmentos sociais, geralmente os mais desfavorecidos ou marginalizados, de formas variadas.

Os documentários atendem, também, a diversos propósitos e efeitos, pois são, geralmente, produzidos por jornais de grande circulação, por emissoras de televisão, por universidades, "a título de pesquisa"; e também por certos profissionais autônomos, caso de Coutinho.

A diversidade de documentários, enquanto discurso e seus sujeitos, não constituem meras formas de "retratar" uma face da problemática social, mas modalidades, marcadas ideologicamente, inscritas em formações discursivas em que seus sujeitos se filiam, uma vez que o documentário, por si só não é um dado em si ou *a priori*, pois corresponde sempre uma *posição sujeito*, ou uma posição que Coutinho pode ocupar.

O documentário é ainda uma demanda ou busca de sentidos ao mesmo tempo em que se constitui em contestação social, pois possui uma realidade material como acontecimento, de forma que o discurso se constitui de uma certa inquietação tensa de sentido, com duração relativamente curta ou instável.

2.2 Documentário

De acordo com Grolier (1970: 293), a palavra documentário significa, enquanto adjetivo, "referente a documento", ao passo que, enquanto substantivo: "o que vale como documento (...) em fita de curta metragem geralmente com caráter de reportagem. A palavra documentário vinda do latim (Faria, 1988: 183) *documentum –i*, significava aviso, lição, ensinamento, exemplo, modelo, indicação, amostra, prova e documento.

Estas considerações têm algum sentido somente no discurso do senso comum, uma vez que, de acordo com Albagnano (2000), o senso comum refere-se a "um juízo sem reflexão, comumente sentido por toda uma ordem, todo um povo, todo uma nação, ou por todo o gênero humano". Posto desta forma, seria provável inferir que o documentário vale por si só, como uma "verdade"

em si, uma força contestadora de um fato social, ou, ainda, como um discurso constituído de estabilidade enquanto "pro a e documento".

Ele poderia ser considerado um fato em si – no discurso do senso comum -, dada a sua apresentação. No entanto, ele é apenas um efeito ideológico produzido discursivamente.

Ainda no discurso do senso comum, o documentário também apaga, em certo sentido, o lugar sujeito do documentarista com, inclusive, toda sua discursividade. Todavia, isto se configura como um efeito de sentido do discurso.

De acordo com Cândido (1978: 327), documentário, posto como documento,

> não existe em si, (...) é parte constitutiva da ação, de maneira que nunca parece que o autor esteja informado ou desviando a nossa atenção para um traço da sociedade.

Na perspectiva que adoto, o documentário, ainda de acordo com Cândido (idem, 329), é constituído pela "dialética da ordem da desordem", ou seja, um acontecimento discursivo constituído pela instabilidade ou jogo dos sentidos.

3. Resistência no jogo dos sentidos

Nesta seção, analisarei a resistência no jogo dos sentidos que constituem os catadores de lixo, um jogo discursivo enunciado no lixão, lugar marcado socialmente por certo tipo de discursividade, em que os sujeitos, para falar dele ou a partir dele, devem ocupar determinada posição sujeito, ou seja, constituir-se em sujeito desse discurso. No entanto, essa constituição, como acontecimento discursivo, não se dá de forma estabilizada ou estabilizadora, mas corresponde a um processo de embate, esquiva, desvio, deslize, anulação, tentativa de fixação de certos sentidos e não outros etc., enfim, como foi dito anteriormente, é um espaço tenso de resistência na "dança" nada harmônica dos sentidos.

3.1 Documentário e Sentido

Já abordei em seções anteriores a respeito do documentário. No entanto, algumas questões ainda são pertinentes.

Será ele um discurso ponto de contestação? oposição? Quais efeitos o constituem? Será que ele é apenas um produto comercial marcado pela lógica de mercado oficial ou marginal?

3.1.1 Ponto de contestação[2]

O seguinte enunciado representa o discurso ponto de contestação: "eu quero mostrar como é a vida real de vocês[3]". Dois sentidos *a priori* seriam viáveis de se considerar. Primeiro: o "real" – visível, transparente – a que o sujeito se refere nada mais é do que efeito ideológico das condições sociais tecidas discursivamente nas redes do e pelo poder. Segundo: será que existe um outro "real" possível dos catadores de lixo sobre os quais virtuais interlocutores de Coutinho – para quem o documentário seria destinado – teriam um outro tipo de representação discursiva que não aquela, ou, ainda, esses interlocutores não "saberiam" ou não tinham tomado "consciência" de tal discursividade a respeito da existência social desses catadores de lixo?

Assim, se o documentário for considerado um discurso de ponto de contestação social, a partir de uma certa regularidade, alguns de seus efeitos poderiam ser o de provocar algum tipo de mobilização social, indignação a um certo estado de coisas, de tal ordem, que chegaria a ponto de produzir uma discursividade cujo efeito poderia ser o de incluir socialmente os moradores do lixão, isto se se considerar que eles pertencem a uma posição sujeito marginal, os excluídos.

Ao seguinte enunciado, "eu quero mostrar como é a vida real de vocês", seria possível atribuir um certo efeito de sentido. Um discurso em que o sujeito enunciador – Coutinho – fosse portador de algum tipo de "poder" o tornaria defensor dos marginalizados do lixão. Se fosse dessa forma, bastaria apenas "o gesto" de "mostrar o real" como se este "real" estivesse oculto, fora dos "olhos" e conhecimento de todos os partícipes da sociedade e ainda não fosse constituinte e constituído apenas de um efeito ideológico do sistema político, ou seja, conseqüência mais ou menos estabilizada socialmente de uma prática discursiva, o capitalismo.

Outra possibilidade, a respeito do efeito discursivo, seria a de ao "mostrar" este "gesto", ele ser capaz de provocar um efeito de sentido tal que alterasse de forma "drástica" o estado de coisas.

---

[2] A relação entre constatação, confronto e contradição no documentáriao "Boca de Lixo" foi discutido na disciplina LL041 – Introdução a Análise do Discurso, ministrada pela Profa. Dra. Suzy Lagassi-Rodrigues no 1°. semestre de 2002. Essa relação vem sendo tratada no projeto "O Discurso nas Fronteiras do Social", desenvolvido pela profa. Suzy.

[3] O enunciador e sujeito desse discurso é o Coutinho.

Se assim fosse, o efeito de sentido do enunciador do documentário poderia se tornar uma "arma" eficaz de denúncia social, a fim de garantir o direito elementar a certo modo de existência de vida. Inclusive, o discurso da Constituição Federal Brasileira dá também a esse modo de vida garantia nos respectivos enunciados:

> Artigo 1° A República Federativa do Brasil (...) constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como função: (...) II a cidadania; III a dignidade da pessoa; IV os valores sociais do trabalho (...). Artigo 3° Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I construir uma sociedade livre, justa e solidária; III erradicar a pobreza e a marginalidade e reduzir as desigualdades sociais (...). Artigo 5°. Todos são iguais perante a lei sem nenhuma distinção (...). Artigo 6° São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho (...).

O documentário estabeleceria uma relação de interdiscursividade por oposição ao discurso da Carta Magna, um discurso em defesa dos marginalizados que os sucessivos governos "democráticos" "esqueceram" – que, a bem da verdade, nunca procuraram incluir e terminam por excluir cada vez mais dos benefícios sociais. O documentário ainda poderia ter um efeito de corroer e desmoralizar a Constituição Federal, ser uma afronta direta, e a todo um conjunto de discursividade, tal como: as religiões, a solidariedade, a modernidade, o desenvolvimento social, o humanismo etc..

Uma pausa, a respeito da modernidade, Rouanet (1993: 12) afirma o seguinte: "podemos partir para um modelo civilizatório antimoderno. E podemos repensar a modernidade, em busca de uma alternativa neomoderna". Ainda Rouanet (idem, 13), "o segundo caminho seria lutar por um projeto antimoderno de civilização".

No entanto, este efeito de contestação, de alguma forma, constitui-se, apenas, **em um certo discurso de incômodo social, um mal estar suportável**[4], uma vez que o sentido dele não demanda outros sentidos, processos discursivos e práticas discursivas de transformação das condições de existência dos moradores do lixão. Não pretendo insinuar que o efeito de sentido do documentário deveria provocar um reação, uma demanda de sentidos e práticas discursivas imediatas, a curto e médio prazo, no entanto, não será

[4] Grifo meu.

necessário fazer uma pesquisa para constatar que o número de lixões é crescente no país.

O fato de existir a discursividade como acontecimento produzido pelo documentário não surtiu nenhuma demanda de novos sentidos alardeadores cujos efeitos reverteriam os sentidos e estados de coisas dos moradores de qualquer lixão.

3.1.2 Oposição

O documentário poderia ser pensado como um discurso de Oposição – que se oporia ao discurso anterior – cujo efeito apontaria para outra demanda de sentidos. O enunciado desse discurso, "pras pessoas verem como é que é", remete a uma instância de sentidos possíveis de serem atribuídos ou, pelo menos, considerados, como demonstrarei a seguir.

O sentido de "oposição" poderia ser constituído por uma outra voz, de organizações não-governamentais, movimento de direitos pela cidadania, por exemplo, ou um outro discurso, dos partidos de esquerda, discurso de crítica social, por exemplo, que seria sua parte constitutiva, o seu anverso sem o qual não haveria o verso. Enquanto oposição, quais interrogações poderiam vir no rastro das significações na relação interdiscursiva? Discursos de denúncia social contra o governo que não desenvolve projeto parta tirar seus "concidadãos" desse estado de coisas? Denúncia contra o capitalismo, e assim colocar em evidência um de seus aspectos cruéis? Etc.

Talvez seja considerável pensar que exista um conjunto de elementos suficientes para instaurar uma certa regularidade discursiva, cujos efeitos negativos instauradores estabeleceriam uma relação discursiva parafrástica tensa por oposição marcada a um estado de coisas interna ao lixão, que será vista a seguir, e externa ao lixão, direito a cidadania, melhores condições de vida, direito a lazer, direito a educação etc., ou seja, inclusão na chamada "polis", a partir dos seguintes enunciados e as respectivas considerações:

> "e se todo mundo tá aqui é porque depende": assim, estar e não estar aqui: alguém está aqui e alguém não deveria está aqui; parte do mundo está aqui e parte do mundo não deveria está aqui; certas pessoas estão aqui e certas pessoas não deveriam está aqui; algumas pessoas estão aqui e algumas pessoas não deveriam estar aqui; estas poucas pessoas, os desamparados estão aqui, os miseráveis estão aqui e poucas pessoas, os desam-

parados não deveriam estar aqui, os miseráveis não deveriam estar aqui. Depende e não depende: talvez depende e talvez não depende; pode ser que dependa e pode ser que não dependa; será que realmente depende e será que realmente não depende.

"pelo menos a gente aqui tamos mostrando que a gente somos trabalhador": assim, estamos trabalhando e não estamos trabalhando: isto que fazemos é trabalhar e isto que fazemos não é trabalhar. Somos trabalhadores e não somos trabalhadores: isto que fazemos é uma atividade de trabalhador e isto que fazemos não é uma atividade de trabalhador; isto que fazemos talvez seja uma atividade de trabalhador e isto que fazemos não seja uma atividade de trabalhador.

"eu teria vergonha se tivesse roubando": assim, ter vergonha e não ter vergonha: por que eu teria vergonha? e por que eu não teria vergonha?; tenho motivo para ter vergonha e não tenho motivo parta ter vergonha; eu não tenho vergonha e eu tenho vergonha. Estar roubando e não estar roubando: isto que faço é digno e isto que faço não é digno; trabalhar aqui não é roubar e trabalhar aqui é desprezível como roubar.

"pode filmar. Com muito prazer. Porque eu não tenho vergonha não": assim, poder filmar e não poder filmar: por que pode filmar e por que não pode filmar; talvez possa filmar e talvez não possa filmar; será que é preciso filmar? e será que não é preciso filmar?; você deveria filmar e você não deveria filmar; tem motivos para filmar e não tem motivos para filmar; eu deixo você filmar e eu não deixo você filmar.

"comida se aparecer a gente também recolhe": assim, a comida aparece e a comida não aparece: a comida sempre aparece e a comido nunca aparece; as vezes tem comida e as vezes não tem comida; de vez em quando a comida aparece e de vez em quando a comida não aparece. A gente come e a gente não come: a gente sempre come e a gente não come; se tiver a gente e se não tiver a gente não come.

"o que a gente cata aqui, a gente cata pão, cata um resto de comida": assim, a gente cata aqui e a gente não cata aqui: a gente só cata aqui e a gente não cata aqui; de vez em quando a gente cata aqui e de vez em quando a gente não cata aqui; sempre a gente c ata aqui e nunca a gente cata aqui. Cata resto de comida e não cata resto de comida: cata sobra de comida e não cata sobra de comida; a gente cata resto comida e a gente não resto de comida.

Seria possível constatar, nestes enunciados, elementos que podem garantir, além de uma regularidade, um sentido tenso de uma condição de "trabalho" desprezível, anti-social, marginalizado etc. e, principalmente, uma posição sujeito marcadamente tensa de resistência à *pesada materialidade*, de que nos fala Foucault (2001), e da qual todos querem se esquivar, sem deixar de considerar que o efeito desta *materialidade* se configura em maior ou menor tensão de acordo com a posição sujeito, ou seja, alguns sujeitos serão mais resistentes aos efeitos e outros serão menos resistentes aos efeitos.

Poderia de alguma forma considerar que a oposição dos catadores de lixo seria a posição dos não catadores de lixão ou "os cidadãos", ou ainda um outro contra-ponto, os incluídos socialmente – sujeitos de uma outra regularidade discursiva, os inclusos ou aqueles que, pelo menos, não vivem de catar os restos, as sobras sociais para sobreviverem – caso se considerar que os catadores do lixão são os excluídos socialmente.

Agora, tomo como ponto de partida duas oposições talvez possíveis de serem pensadas: exclusão/inclusão e condições humanas/condições não humanas.

3.1.2.1 Sentido exclusão/inclusão

O lixão como lugar gerador de discursividade e como um todo registra duas ou três cenas possíveis de ver o exterior do lixão, como, por exemplo, o Cristo Redentor. É possível considerar que há alguma demanda de sentido em virtude do efeito de imensidão do lixão como um universo sem fim, como se não existisse quase nada além do lixão, como se as fronteiras estivessem muito além e não existisse só lixo, urubus, catadores de lixo, caminhões despejando lixo e mais lixo, e as pessoas catando lixo e mais lixo.

Este efeito discursivo pode ser comparado, em alguma instância – vulgarizando a questão -, quando se olha, por algum tempo, o céu cuja "impressão" é de uma imensidão sem fim, como se sua existência fosse em si e para si mesma. No entanto, se olhando para o céu o efeito ou "impressão" estão inscritas em outra instância, já o sentido do documentário vem carregado de um aspecto negativo, pois é constitutivo de uma significação histórica e uma memória discursiva (Courtine, 1994) do lixo.

Estas considerações se fazem significativas à medida que é possível pensar a exclusão/inclusão como elementos constituintes de um espaço social tenso e histórico.

Um efeito possível do documentário seria o de talvez considerar que o lixão estivesse fora da "cidade" ou do social – com tudo que isto possa significar. Desta forma, o efeito da existência do lixão é que estaria excluindo e suplantando o social com é possível, constatar alguns de seus possíveis sentidos nos seguintes enunciados: "aqui tamos mostrando que a gente somos trabalhador"; "eu teria vergonha se tivesse roubando"; pode filmar com muito prazer". Assim, seria o lixão um lugar de trabalha, de honestidade, lugar de uma certa admiração, lugar que ninguém tem vergonha do que faz tanto que é possível filmar em virtude de sua transparência. Poderia ainda pensar que o lixão também estivesse reivindicando um estatuto de igualdade social a partir das categorias trabalho, honestidade, transparência, dignidade em oposição ou como contra-ponto à cidade, ou seja, o que se faz no lixão não é muito diferente do que se faz na cidade, portanto somos iguais ou melhores.

Seria o lixão que estaria afetando a cidade, questionado-a com os seus múltiplos sentidos de lixo (trabalho, honestidade, transparência, vida, orgulho etc.), como visto em outras seções, de forma que um dos possíveis efeitos do lixão é apenas um efeito ideológico do documentário.

Visto de outra "perspectiva" ou de outro lugar discursivo, o lixão seria um espaço discursivo de exclusão histórica a reivindicar um estado de coisas, de forma a apagar os elementos de uma memória discursiva do lixo que o constitui.

Ou seria, então, uma das formas de modalizações de exclusão social que, em cada época ou sociedade, se manifesta como sintoma daquilo que conhecemos como "civilização". Essa sociedade ainda não foi capaz de solidificar uma estrutura social, que no mínimo, não é estratificada em acontecimentos discursivos tão díspares, ou seja, de um lado os pertencentes à sociedade ou à grande *polis* (forma de grande feudo, um pouco mais complexo que os da idade média) e, de outro lado, os interditados que só podem existir ou circular em determinados lugares marcados ideologicamente, que o IBGE denomina de miseráveis ou excluídos.

Creio que para o lugar de excluído possa haver algum sentido à medida que se regularize o de incluído. No entanto, a inclusão é constitutiva da exclusão que está de forma arraigada na cultura humana, a partir de uma memória discursiva regular.

Exemplifico: as práticas discursivas religiosas, de um modo geral, em particular a judaico-cristão, são concebidas a partir de dois grandes lugares mar-

cados: os pertencentes a uma ordem dos incluídos (estabilizadora) e a outra dos excluídos (também estabilizadora), mas em outro lugar, daqueles que não se "ajustam" parcialmente ou completamente à ordem do discurso de Deus. Em suma, há os incluídos pertencentes à ordem de Deus e os excluídos dos sem Deus. Uma se estabiliza a partir da estabilidade da outra e vice-versa. Se uma dessas duas ordens desaparecer, a outra perde seu sentido mais forte.

A questão da inclusão e exclusão social se constitui em uma construção histórica, arraigada discursivamente em forma de grandes *pré-construídos* (Pêcheux 1988).

A exclusão social, talvez, seria algum tipo de reserva social para sinalizar discursiva e ideologicamente aos partícipes, em alguma instância, o que Foucault (1996: 8-9) disse:

> suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

A exclusão sinaliza o quanto os espaços são marcados ideológica e discursivamente, e ela não está demandando, simplesmente, novos sentidos e muito menos se trata de incluir, desmarginalizar, ou, ainda, fazer "justiça social", mas, sim ritualizar a presença dos "poderes, perigos e pesada materialidade" (Foucault, 1996) dos discursos para quem não cumprir os ritos da ordem social em questão.

Assim, o sentido do documentário pode ser inscrito nessa ordem dos avisos, restrições e interdições cujos interlocutores seriam os partícipes da grande *pólis*.

3.1.2.2 Sentido de condição humana/não humana

Se um dos possíveis efeitos de sentidos do documentário seria o de não "mostrar" a exterioridade do lixão, como foi visto em seções anteriores, isto é significativo, uma vez que o efeito de imensidão do lixo reduz e interdita o sentido do *humani generis*, pois se o sentido do homem é, em alguma medida, aquilo que ele faz e o constitui, então o documentário coloca em questão a condição da existência humana. Assim, quais sentidos poderiam ser atribuídos a humanidade, ou, ainda, seria conveniente falar em humanidade a par-

tir da discursividade do documentário, considerando que ele é apenas mais uma ritualização histórica que a humanidade parafraseia?

Em se tratando de gênero humano, seria razoável conceber que o não humano seria o gênero animal, de forma que contraporia o homem ao animal; o primeiro, categorizado pela sua racionalidade enquanto o segundo pela sua instintividade, ou seja, desprovido de razão. No entanto, o sentido do não humano não está fora do sentido do humano, pois ambos são categorias constitutivas de um mesmo sentido, o de humanidade. Neste caso, é possível falar em humanidade, mesmo considerando o que esta humanidade produziu e as práticas discursivas que ainda está por produzir.

As expressões latinas *homo homini lupus* e *homo sum: humani a me alienun puto*, (Rónai, 1980: 81), servem para caracterizar, ao menos em uma instância político ideológica, o homem e sua humanidade e, ainda, significar de alguma forma o gênero humano ao atribuir-lhe sentidos a partir da discursividade gerada pelo documentário.

Para finalizar esta seção, considerando o seguinte enunciado: "sabe pra quem o senhor podia mostrar? Podia mostrar pro Collor [Fernando Collor de Melo[5]", um dos possíveis sentidos do documentário, pensando a condição humana e a condição não humana, é que a questão da humanidade, do *homo sapiens*, afigura-se uma questão de natureza político-ideológica com todos os sentidos que esta palavra possa significar e não como uma questão de natureza humana.

Em suma, a humanidade pode ser definida a partir das relações tecidas no jogo do drama político-social em que o poder e saber se articulam de forma a redefinir os sentidos, as interdições e os lugares que os sujeitos podem e devem ocupar (Foucault 1996).

É possível inferir que a existência do lixão faz algum sentido, um sentido histórico mais ou menos estabilizado em virtude de ter uma memória discursiva que lhe "abone" e garanta a existência em qualquer época e sociedade.

3.2 Catadores de lixo: resistência aos sentidos

Se nas seções anteriores abordei considerações que diziam respeito ao documentário, nesta farei uma análise cujo objetivo será o de descrever o jogo

[5] Ex-presidente da República, eleito em 1989, acusado de corrupção, teve que renunciar, além de enfrentar um processo de Impedimento pelo congresso Nacional.

da resistência, da instabilidade e da naturalização de alguns sentidos, em detrimento de outros possíveis, na fala dos catadores de lixo.

Tomo alguns enunciados, no sentido de Foucault, (1986), para demonstrar o funcionamento desse jogo.

3.2.1 Sentido de afronta

Os seguintes enunciados: "o que você tem aí moço" e "pra ficar assim botando esse negócio na nossa cara" articulariam com maior ou menor efeito o sentido de afronta, de interdição, de contestação da câmara.

Afronta cujo sentido seria o de interpelar, interditar seu interlocutor de forma direta como se estivesse a proibi-lo de filmar, de estar naquele lugar. São duas posições sujeito em confronto. De um lado, Coutinho que, enquanto jornalista, tem um certo "aval" para fazer o que está fazendo; e de outro lado, seu interpelante, morador do lixão que reivindica sua "privacidade", não uma "privacidade" qualquer, mas, sobretudo, uma "privacidade" para negar um estado de coisas do qual ele se afigura parte "constitutiva" que produz certos sentidos negativos: forma degradante de viver, catar lixo é uma coisa desprezível, lixo é porcaria, coisa anti-social etc..

Essa afronta, antes de qualquer coisa, seria um jogo de esquiva e desvio de sentidos, seria a tentativa de interditar a circulação de um discurso sobre o lixão. Sentido e discurso que deveriam permanecer na "privacidade" em virtude, também, de haver uma certa "descrença" que aquele documentário ou discursividade sobre ele seria capaz de alterar o estado de coisas do lixão. Seria a negativa de uma instauração de sujeito do lixão para um não pertencimento a ele.

3.2.2 Sentido de negação

Nos seguintes enunciados: "eu teria vergonha se estivesse roubando", "a gente não tem mesmo para onde ir", "você bota no jornal aí, quem vê pensa que é pra gente comer, né? Mas não é pra comer" e "eu tô revoltada é com isso. O cesto do pai dela cheio de comida e a gente filmando aqui" seria possível apreender um jogo de esquiva, recusa, tentativa de desvio, deslize, "réplica" e "tréplica" da pesada materialidade dos sentidos sobre a posição sujeito dos catadores de lixo.

Se, de um lado, os sujeitos denunciariam sua posição social com a própria negação, em contra-partida eles também poderiam negar essa posição, uma vez que o lixão demanda sentidos pejorativos, como visto em seções anteriores, pelos quais os sujeitos são reconhecidos discursivamente e, portanto, deveriam permanecer a uma certa distância do "convívio social", razão pela qual a tentativa de esquiva do sentido, além de ser para negá-lo, seria ainda para permanecer sobre o "manto" da opacidade.

A negação, assim, afigura-se uma tentativa de tornar opaco os sentidos sobre eles, ao mesmo tempo que configuraria também uma denúncia social a um estado de coisas, pois, se estão ali, vivendo como vivem, fazendo o que fazem, ou ocupando a posição sujeito, apesar de toda gama de sentidos que se cruzam, é tão somente em virtude de não serem interditados em outros lugares sociais.

Assim, a negação possui alguns aspectos a considerar. Seria uma denúncia a um estado de coisas, denúncia à posição do sujeito e uma tentativa de esquivar dos sentidos do lugar de enunciação. Seria, também, a resistência ao sentido de pertencimento ao lixo.

3.2.3 Sentido de Auto-Afirmação

O conjunto desses enunciados pode configurar o sentido de auto-afirmação. Assim: "eu tenho orgulho aqui", "desde sete anos eu trabalho no lixo", "pelo menos a gente aqui tamos mostrando que a gente somos trabalhador", "não tamos vagabundando, não tamos roubando nem... de ninguém, não", "a metade foi tudo criado comigo aqui no lixo", "Deus me dá saúde é pra mim trabalhar, né?" e "eu não tenho medo pelo seguinte: porque eu acho que sou brasileiro, eu sou humano então eu sou livre, eu tenho o direito de falar o que eu quero e o que penso".

O sentido de auto-afirmação dos enunciados acima implica, primeiro, em uma contraposição de sentidos negativos (não tenho orgulho do que faço, catar lixo não é trabalho etc.) dos quais os sujeitos querem se esquivar.a partir de uma certa memória discursiva no senso comum que diz: todo pobre é ladrão, tudo que faz é querer roubar, pobre é vagabundo etc., pobre não tem direito e ainda não possui estado de humanidade.

Segunda implicação: constituir um outro, ou "novo", sentido a partir de uma negação, de uma resistência de que o efeito seria o resgate de uma certa

demanda positiva de sentidos que poderiam se converter em legitimidade de um estado de coisas. Este proporcionaria também um reconhecimento por parte daqueles que os excluem e os interditam.

A auto-afirmação configura uma resistência e a possibilidade de deslocamentos de sentidos da ordem da marginalidade, se se considerar que o lixão está à margem da sociedade, muito embora seja constitutivo dela, para a ordem da sociabilidade, a instalação de espaço de legitimidade em relação ao externo do lixão.

3.2.4 Sentido de resignação

Se nas seções anteriores, o jogo dos sentidos foi de afronta, negação, auto-afirmação em que é possível observar a busca por outras significações no espaço do lixão cujos sentidos se caracterizariam pela "dança" da estabilidade e instabilidade do acontecimento, ao passo que, nesta seção, os sentidos estão, de alguma forma, propensos a uma certa ordem estável em uma relação menos tensa. No entanto, esta ordem não deixa de ser conflitiva em relação às demais ordens na disputa pelo espaço.

Assim, os enunciados configurariam, em alguma instância, o sentido de resignação, um efeito ideológico: "a gente precisa daquela lixeira porque tem comida de porco", "a gente vai levando a vida assim como pode", "até um dia vai melhorar. Deus tendo misericórdia", "qualquer coisa pra mim tá bom", "tem gente que o dia que não sente o cheiro desse lixo ele tá doente em casa", "eu já apanhei lixo em vários lugares do país" e "em todo e qualquer lugar eu vivi de lixo".

Essa estabilidade de sentidos nos enunciados acima pode significar, em um primeiro momento, que o lixão absorveu os demais sentidos, ele "quebrou" desde a resistência até a negação: "a gente não tem mesmo para onde ir". Isto seria significativo por alguns motivos: seria a resignação um tipo de pertencimento ao lixo? Caso possa se confirmar, então este sentido de pertencimento ao lixão pode representar que os sujeitos estão condenados ao lixo, foram capturados na rede das significações e foram vencidos por uma falta de oposição, pelo menos neste momento da enunciação. Isto talvez seja possível em virtude de os sujeitos serem afetados mais ou menos pelos efeitos de sentido que o lixão demanda.

A resignação implicaria, também, um caráter estabilizado da desumanização do sujeito, que, de algum modo, faz sentido nas teias da história e é,

inclusive, assegurada por uma memória discursiva estabilizada que torna a desumanização "suportável".

Outro aspecto importante e considerável, que foi visto em seções anteriores, seria a imensidão do lixo que parece fechar algumas possibilidades de ruptura a este estado de coisas, além de apagar o externo ao lixão como se não houvesse um outro, uma outra instância a um estado de coisas, nem mesmo a possibilidade de luta.

Esta probabilidade suplantaria o caráter de afronta, negação e auto-afirmação para estes sujeitos, à medida que a resignação se estabilizaria, também, a partir dos procedimentos de interdição dos discursos, sentidos e sujeitos.

Seria possível afirmar que esse sujeito resignado – pego pela exclusão social, ocupando um lugar de resistência, uns mais, outros menos, de formas diferenciadas – pelos sentidos do lixão não conseguiu se esquivar da pesada materialidade dos sentidos, talvez em decorrência de ter incorporado uma certa discursividade histórica, por isso faz sentido, que pode representada em parte pelos seguintes enunciados: pobre não tem vez mesmo, cada um tem ficar no seu lugar (social), as coisas sempre foram assim mesmo, é por que Deus quis e quer assim etc., ou seja, essa *pesada materialidade* histórica dos sentidos consegue fazer certos sentidos para alguns sujeitos e para outros não, isto também não quer dizer que tais efeitos não ocorram sem nenhuma tensão e resistência aos sentidos.

3.3 O Documentário e o confronto com a materialidade da língua

O jogo dos sentidos, os efeitos produzidos tanto pelas posições dos sujeitos quanto pelos efeitos de sentido, significam algo somente pelo confronto da materialidade da língua que o documentário produz – com som ou sem som[6].

O suposto "impacto" ou efeito de sentido provocado pelo documentário não constitui um lugar de regularidade suficientemente novo, muito embora gerador de discursividade, em virtude do sujeito constituído no lixão e pelo lixão, e ainda o que deriva dele, possuir uma memória discursiva inscrita his-

[6] Nas aulas da Profa. Dra. Suzy L-Rodrigues, o documentário foi trabalho com o som e sem o som.

toricamente[7] e não outra, o que, conseqüentemente, diminui a demanda de efeitos de sentido outros, quer no discurso do senso comum, que é possível se considerá-lo um discurso "menos político" em relação aos seus elementos, temas, objetos que o constituem, um discurso utilizado circunstancialmente, geralmente na impossibilidade de se manter uma discussão, como: tudo é assim mesmo, todo mundo é igual, sempre foi assim, as coisas nunca mudam, religião, futebol e política não se discute etc, e ainda de fácil estabilidade de sentido, ou, seu contra-ponto, quer no discurso "mais político", mais elaborado, com certa definição da posição sujeito, estruturado em relação aos seus temas, objetos, elementos etc.. Condição que o constitui com uma certa consistência de possíveis efeitos de sentido.

Posso, assim, considerar, a partir também das análises, que o efeito de sentido do documentário é muito mais assegurado pelo lugar marcado do interlocutor virtual do documentário, do que propriamente do documentário em si, pois, uma vez que o efeito de sentido em sua materialidade (corporificação em certos discursos) demanda posições marcadas dos sujeitos (locutor e interlocutor) historicamente, e uma relação estável ou instável, ou ainda, mais ou menos estável na constituição dos discursos, sentidos e seus possíveis efeitos, uma vez que eles não têm existência em si, ou seja, parte do efeito é constituído pelo lugar sujeito do interlocutor virtual de Coutinho. O efeito de sentido, também, é constituído por certos lugares sociais e não por outros que ele circula.

Assim, o "incômodo", o "impacto", a "impressão", o "choque" e o "mal-estar" são assegurados pelo confronto do sujeito e suas posições com a materialidade da língua, conforme Pêcheux (1990: 50-1), "aquilo que é colocado pelos lingüistas com a condição de existência (de princípio), sob a forma de existência do simbólico", ou seja, "abordar o próprio da língua", aquilo que faz que língua seja língua, estar na ordem do simbólico.

[7] Para um discurso possuir uma certa memória discursiva, é necessário, entre outras considerações, que esse discurso produza um efeito tal e que faça sentidos tais a ponto de provocar uma ruptura, de outros discursos, e ao mesmo transpor os princípios de interdição, tanto do sujeito, quanto do discurso, para garantir novos dizeres e constituir, assim, um arquivo histórico, ou seja, uma memória discursiva, de acordo com Foucault (1986).

O confronto da materialidade da língua é constituído e ainda se dá no vão da passagem de um sentido inscrito na ordem do discurso – e por isso portador de uma certa estabilidade que o normatiza "por uma higiene pedagógica do pensamento" (idem, 51) – o outro sentido não previsto que pode ser qualquer um, dadas as condições de interlocução, que fogem a qualquer consistência "lógica" no trabalho do sentido sobre o sentido sempre escorregadio.

Se o sentido do documentário se apresenta na ordem da normalidade discursiva, é tão somente em virtude do efeito ideológico, uma vez que esta mantém uma relação interdiscursiva por paráfrase com uma certa memória discursiva e não com outra, como é possível considerar nos seguintes enunciados dos catadores de lixo, por um lado: "Deus ajuda! Deus dá força, saúde, coragem, e nós corre atrás, né?", "e tendo saúde a gente corre atrás", "minha mãe criou nós todos aqui", "até um dia vai melhorar, Deus tendo misericórdia de nós"; e por outro lado, o discurso de senso comum: "um dia a vida vai melhorar", "com força, saúde e coragem a gente consegue tudo", "se Deus quiser uma dia vai melhorar", "a gente vai vivendo como pode", "se Deus me dar força, saúde e coragem a gente vai levando a vida" etc. Estas relações interdiscursivas fazem sentido uma vez que tem seus discursos estão inscritos na história, com certos sentidos ideológicos e não outros, o que legitimas e pode explicar essa ordem da normalidade discursiva.

É nesse vão, momento "relâmpago", "ínfimo", que se dá a passagem ou o trabalho do sentido (normatizado) sobre o sentido (virtual possível). É o momento do confronto com a materialidade da língua – que não é nem antes, com um sentido já dado, nem depois, com o outro sentido inscrito – que o documentário faz sentido e assegura uma certa regularidade no confronto com a língua.

4. Considerações Finais

Para finalizar, considerando o seguinte enunciado: "sabe pra quem o senhor podia mostrar? Podia mostrar pro Collor [Fernando Collor de Melo]". Um dos possíveis sentidos, que este enunciado demanda, seria o de cobrança da efetivação de um discurso do então presidente Fernando Collor de Melo, que na campanha eleitoral, atravessou o país, juntamente com Frei Damião, considerado um santo-vivo – hoje morto – dos pobres e miseráveis do nordes-

te. Um dos discursos mais fervoroso do candidato foi o de encamisar os descamisados e de acabar com a miséria social, de forma que lanço-se assim como o candidato dos miseráveis, tendo o Frei Damião como cabo-eleitoral que se comprometeu fervorosamente com o candidato das elites brasileira.

Pensando o documentário e seus enunciados, ainda, é bem provável que seja relevante estabelecer uma relação histórica, ainda que precária nestas considerações finais, deles com a humanidade. Será que eles estariam denunciando a humanidade e para a humanidade um estatuto para a existência de seus sujeitos que ela mesma estabelece e não leva afinco?

Dessa forma, já um dos possíveis sentidos que documentário e seus enunciado demandam, pensando a condição humana e a condição não humana, é que a questão da humanidade, do *homo sapiens,* afigura-se uma questão de natureza político-ideológica com todos os sentidos que esta palavra possa significar, ou seja, o modo e a condição de vida/existência, se pensar o extremo nível de desigualdade social – aqueles que vivem para além da marginalidade, os desprovidos daquilo que é elementar a existência humana, os "sem-" alguma coisa – é de alguma maneira determinada pela forma que cada grupo constitui suas relações sociais, mais hierarquizada ou menos hierarquizada. Quando maior foi a hierarquia social, tanto quanto será os níveis de desigualdade entre os partícipes sociais, os catadores de lixo, aqueles que vivem de comer e catar restos, por exemplo.

Se a questão da humanidade, por um lado, é uma questão de natureza política-ideológica, por outro lado, não é uma questão de natureza humana, ou seja, o modo e a forma de vida/existência que varia de um estado extremo de miséria social a um outro estado extremo de "benesses da vida social" – uma dádiva dos deuses pagãos, do Deus dos cristãos e outros tantos deuses que contribuem de forma constitutiva para sustentar essas "benesses de vida social" -, muito embora, tenha um sentido assegurado historicamente, esse modo e forma de vida/existência não se constituem como condição necessária para a existência do *homo sapiens* como sugere a relação político-ideológica na análises neste trabalho.

Em suma, a humanidade pode ser definida a partir das relações tecidas no jogo do drama político-social em que o poder e saber se articulam de forma a redefinir os sentidos, as interdições e os lugares que os possíveis sujeitos podem e devem ocupar (Foucault 1996).

É possível inferir que a existência do lixão faz algum sentido, um sentido histórico mais ou menos estabilizado em virtude de ter uma memória discursiva que lhe "abane" e garanta a existência em qualquer época e sociedade.

Bibliografia

ALBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. 4ª. Ed. São Paulo: Editora Martins Pontes, 2000.

CANDIDO, A. "Dialética da Malandragem": In ALMEIDA, M. A. Memória de um Sargento de Milícia, Edição Crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: Livro Técnico e Científico, 1978.

CONSTITUIÇÁO FEDERATIVA DO BRASIL, Editora Ediouro, 1988.

COURTINE, Jean-Jacques. "Le tissu de la mémoire: quelques perspective de travail historique dans les science du langage". In: *Langage, mémoire, histoire, langage*, 114, juin, 1994. Larousse.

FARIA, E. *Dicionário Escolar Latino Português*. 6ª. Ed. Rio de janeiro: FAE – Ministério da Educação, 1991.

GROLIER, DICIONÁRIO 28, Léxico e enciclopédico da Língua Portuguesa. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Codex Ltda, 1970.

FOUCALT, M. *Arqueologia do Saber*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. *A Ordem do Discurso*. 7ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

ORLANDI, E. P. *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1996.

____. Discurso e Texto. Campinas-SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. *Semântica Discursiva: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3ª. Ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. São Paulo: Pontes, 1990.

_____. *La sémantique et la courpore saussurienne: langue, langage, discourse*. Language, no.24. Decembre, 1971. p. 94-106.

RÓNAI, P. *Não perca o seu latim*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

ROUANET, P. S. *Mal-Estar na Modernidade*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

O USO DO HELICÓPTERO NA ACELERAÇÃO DOS FLUXOS AÉREOS NA METRÓPOLE DE SÃO PAULO

JOSÉ DE BARROS PINTO FILHO*

Parte-se para este texto do pressuposto de que o objeto de estudo da Geografia é o *espaço geográfico*, formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1999), de modo que assim é possível compreender tanto a materialidade quanto à intencionalidade, ambas resultado da transformação do espaço pelo homem. Assim sendo, este texto visa estabelecer uma discussão teórico-empírica sobre o surgimento no atual período técnico-científico e informacional, de um novo meio de transporte, o helicóptero, cujo uso funcional pelo poder público e pelo *circuito superior da economia urbana*[1], ajuda a revelar o atual estágio de metropolização de São Paulo.

O território brasileiro acolheu nas últimas décadas sucessivas modernizações, que somadas às mudanças econômicas e normativas promovidas pelo governo, dinamizaram o território em suas várias escalas – municipal, estadual e nacional, respondendo as necessidades do capitalismo mundial. No entanto as modernizações ocorreram de modo desigual, havendo sua primazia e concentração na Região Metropolitana de São Paulo, terceiro maior

* Depto. de Geografia - IG/UNICAMP. Orientador: Prof. Dr. Márcio Cataia.

[1] Milton Santos (1979) esclarece que a revolução no domínio do consumo foi acompanhada da deformação da estrutura do consumo, acarretando novas formas de produção e de comércio (pp-29). As diferentes oportunidades de consumo, são a causa e o efeito da existência de dois circuitos da produção, distribuição e consumo dos bens e serviços em países periféricos, o superior e o inferior. O circuito superior da economia urbana é resultado direto da modernização tecnológica, cujas atividades são criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que dele se utilizam. O circuito inferior da economia urbana também é resultado da mesma modernização, porém se dirige a poucos que dela podem se beneficiar ou que não se beneficiam.

aglomerado urbano mundial, ao lado das Regiões Metropolitanas de Tóquio e Cidade do México.

Esta concentração se traduz na grande densidade de sistemas técnicos que possibilitam maior fluidez na aceleração dos fluxos, materiais e imateriais, o que explica a localização da sede das mais importantes empresas comerciais, industriais e financeiras, principais controladoras do grande capital corporativo e privado no País.

Para CASTILLO (2001) os novos meios técnicos, entre eles as sofisticadas tecnologias da informação, propiciam novas estratégias de competição e relações cooperativas entre as empresas e Estado, além de um novo uso e conhecimento do território. Assim, na Metrópole de São Paulo são tecidas importantes ações políticas que repercutem em todo o território nacional, em virtude das inúmeras instituições nela situadas.

Conforme SANTOS (1994), o Brasil possui atualmente, três centros importantes de comando, sendo São Paulo o de maior poder de controle; seguido de Brasília, centro decisório político e econômico; e o Rio de Janeiro que traz resquícios de força política de períodos anteriores. Esta divisão auxilia na compreensão da dinâmica sócio-territorial em função das redes de macrosistemas de objetos técnicos das telecomunicações e aeroviários pela análise do sistema de seus fluxos, tendo como elemento central neste texto o uso do helicóptero pelos diversos agentes, e sua rede organizacional na Metrópole de São Paulo, onde estão relacionados a um complexo circuito de cooperação no movimento dos sistemas de ações das empresas hegemônicas, ou seja, daquelas representadas pelo *circuito superior da economia urbana*.

Segundo o Departamento de Aviação Civil (DAC), a frota brasileira de helicópteros civis passou de 277 aeronaves em 1990 para 893 em 2001, observando um aumento de quase três vezes[1], enquanto a cidade de São Paulo já é considerada a segunda do mundo em helicópteros e em seu tráfego aéreo, atrás somente de Nova Iorque.

[2] O DAC é um departamento ligado ao Ministério da Aeronáutica, que tem como princípios: "O estudo, a orientação, o planejamento, a coordenação, o controle, o incentivo e o apoio às atividades da aviação civil, pública e privada." No site www.dac.gov.br encontra-se informações e serviços referentes ao Brasil.

De acordo com o Serviço Regional de Proteção ao Vôo de São Paulo (SRPV/SP) o movimento de helicópteros em julho de 2002, é de 83% do total de operações (pousos e decolagens) do Aeroporto Campo de Marte (SP); a média mensal no ano de 2002 até julho é de 9859 operações[2]. A maior parte das empresas de Táxi Aéreo de São Paulo está instalada nos aeroportos Campo de Marte (SP) e Congonhas (SP), fazendo uso de suas infra-estruturas, dentre elas: abastecimento, manutenção, hangaragem.

As infra-estruturas e sistemas de engenharias relacionadas ao helicóptero, são assim definidos pelo Departamento de Aviação Civil:

- Heliponto - Área homologada ou registrada, no solo ou elevada, utilizada para pousos e decolagens de helicópteros.
- Heliponto civil - Heliponto destinado, em princípio, ao uso de helicópteros civis.
- Heliponto militar- Heliponto destinado ao uso de helicópteros militares.
- Heliponto privado - Heliponto Civil destinado ao uso de helicópteros de seu proprietário ou de pessoas por ele autorizado, sendo vetada sua utilização em caráter comercial.
- Heliponto público- Heliponto Civil destinado ao uso de helicópteros em geral.
- Heliponto elevado - Heliponto localizado sobre edificações.
- Heliportos - Helipontos Públicos dotados de instalações e facilidades para apoio de helicópteros e de embarque e desembarque de pessoas, tais como: pátio de estacionamento, estação de passageiros, locais de abastecimento, equipamentos de manutenção, etc.
- Área de pouso e decolagem de emergências para helicópteros – Área construída sobre edificações, cadastrada no Comando Aéreo Regional respectivo, que poderá ser utilizada para pousos e decolagens de helicópteros, exclusivamente em casos de emergência ou de calamidade.
- Área de pouso ocasional - Área de dimensões definidas, que poderá ser usada, em caráter temporário, para pousos e decolagens de helicópteros mediante autorização prévia, específica e por prazo limitado, do Comando Aéreo Regional respectivo. Deverá de obedecer às normas de segurança exigidas para os helipontos em geral.

[3] Fonte: www.srpvsp.mil.br

No intuito de aceleração dos fluxos e diante de uma grande diversidade de uso funcional do helicóptero na Metrópole de São Paulo, foram criados corredores visuais para ordenar o tráfego aéreo (Croqui 1), como aerovias que acompanham em sua maioria vias terrestres, como as Marginais dos rios Tietê e Pinheiros. Outro elemento importante revelador desta aceleração é que a Grande São Paulo é a primeira no mundo em número de helipontos, cerca de 200 helipontos[4] estando sua maior concentração nos lugares de alta densidade técnica-científica e informacional. Em destaque as Avenidas: Paulista, Luiz Carlos Berrini, das Nações Unidas, Faria Lima, e entorno (Croqui 2).

São "os *espaços da racionalidade* /.../ produzidos e organizados segundo as lógicas do acontecer hierárquico, ou seja, sob a égide de técnicas informacionais. Despontam nos territórios como pontos ou manchas de verticalidades, de razões globais, que impõem uma ordem pragmática ao funcionamento dos lugares. Conformam, mesmo, regiões edificadas por crescentes solidariedades organizacionais, onde um comando remoto da parcela política da produção se faz cotidianamente (SILVA, 2001:217)".

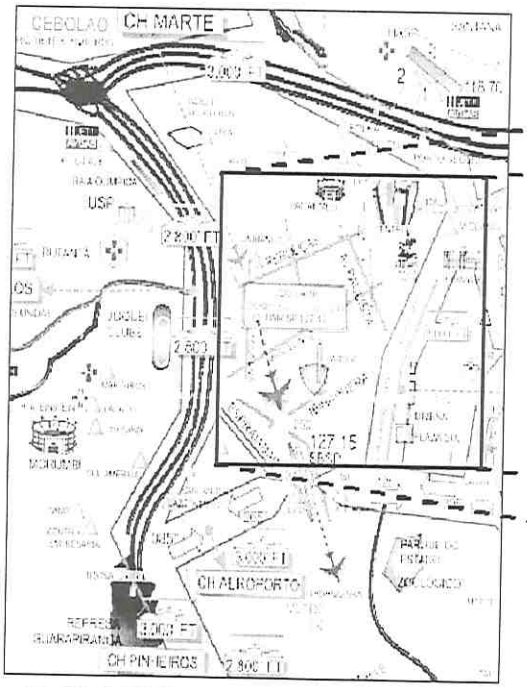
Assim, os espaços da racionalidade refletem os espaços da globalização, estes segregadores. Segundo CATAIA (2001) existiria uma verdadeira *alienação do território,* esta entendida como a perda de controle político por parte dos lugares segregados.

A Metrópole de São Paulo incorpora empreendimentos entre os maiores e mais complexos heliportos do mundo, como: o Helicidade (município de São Paulo) e o Helipark (município de Carapicuíba). São obras modernas que podem chegar a R$ 15 milhões de reais, e visam atender a demanda por instalações aeroportuárias em função do mercado potencial [5]. Essas grandes obras de engenharia são os incentivos territoriais produzidos para viabilizar o funcionamento de uma parcela da economia da metrópole paulistana. Segue alguns dos serviços apresentados pelo Helipark, para melhor definição do que é um heliporto e da seletividade de seus usuários:

[4] Fonte: www.helicidade.com.br

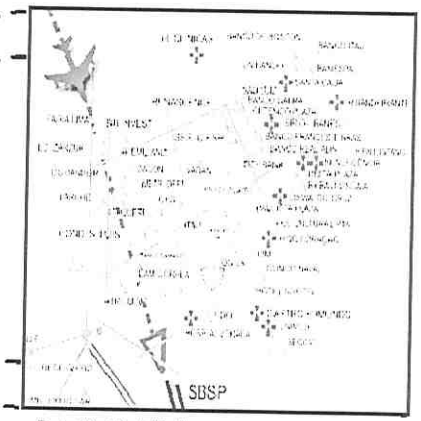
[5] O Estado de São Paulo, em matéria intitulada "SP vai ganhar duas bases de helicóptero", de 7 de maio de 2001.

Croqui nº 1 - Principais corredores visuais para Helicópteros no Município de São Paulo (2002)



Fonte: Pilots Help/Helibras

Croqui nº 2 - Área de maior concentração de Helipontos no Município de São Paulo (2002)



Fonte: Pilots Help/Helibras

- Sala VIP para embarque de passageiros;
- Sala de *briefing* (para notificações e planos de vôo);
- Abastecimento (querosene e gasolina), hangaragem, lavagem e polimento de helicópteros;
- Serviços de transportes com carros blindados, mediante agendamento prévio;

- Hotel para pilotos e mecânicos;
- Sistema de segurança (monitoramento 24 horas);
- Assessoria aeronáutica (compra, venda, transferências) e assessoria aeroportuária (projetos, construção e homologação de helipontos);
- Biblioteca técnica e jurídica contendo normas, leis, regulamentos e informações (nacionais e internacionais) em papel ou meio eletrônico;

1. Estação de telecomunicação com freqüência própria, isenção de tarifas aeroportuárias e contato via rádio 24 horas.

Os heliportos Helicidade e Helipark ganham as páginas de jornal e internet, expondo inquietude e desinformação. Na seção, São Paulo Reclama, do jornal O Estado de São Paulo, cartas dão o tom da discussão quanto ao funcionamento dos mesmos. Os principais argumentos por parte da população são: o nível alto de ruído acusado nos pousos e decolagens; a proximidade de zonas residenciais e áreas de grande circulação populacional; a alta rotatividade de aeronaves representada pelo atendimento 24 horas; e o perigo de queda de aeronaves. Em carta resposta, a Sattin S.A. Administração e Participações, em defesa ao empreendimento Helicidade enfatiza que: "São Paulo já é a segunda maior cidade do mundo em número de helicópteros, fenômeno que dificilmente será alterado por decreto /.../ o projeto e o impacto de sua construção sobre a região foram analisados por órgãos como o DAC, Corpo de Bombeiros, CNLU [Comissão Normativa de Legislação Urbanística], Secretaria da Habitação e SMT [Secretaria Municipal de Transportes], obtendo a aprovação total de todos[6]."

Hoje, o helicóptero é usado para diversos fins nos segmentos: militar, civil e parapúblico (governo civil, instituições públicas, etc). A tipologia dos vôos na Metrópole de São Paulo vai desde o tradicional transporte de executivos, aos vôos panorâmicos e de turismo, fotos, filmagens, transporte ou patrulhamento de cargas, inspeção de linhas de transmissão de energia, defesa civil, emergência hospitalar, eventos (casamento, natal), e também ao caso raro e recente do resgate de prisioneiros, ocorrido no Presídio José Parada Neto, em Guarulhos. O fato do seqüestro do piloto e aeronave desencadeou mudanças

[6] Jornal O Estado de São Paulo: Carta n. 12.743 - Direito de resposta -10 /06/01

no sistema de segurança e embarque de passageiros pelas empresas de Táxi Aéreo, heliportos e aeroportos.

Quanto à fabricação de helicópteros, o Brasil possui a única fábrica da América do Sul, situada em Itajubá (MG), a Helibras - Helicópteros do Brasil S.A., também líder no mercado nacional de helicópteros a turbina. Esta Companhia é constituída com capital da Eurocopter Company – grupo franco-alemão líder mundial na venda de helicópteros – (45%), Bueninvest (30%) e governo de Minas (25%), através da MGI. Conta com 300 funcionários de alta especialização técnica e faturamento líquido anual superior a US$ 50 milhões [7].

O mercado de helicóptero no Brasil apresentou grande evolução na década de 1990. A Revista Flap n. 31 em 1998, em matéria intitulada "Helicópteros no Brasil – Um jeito Brasileiro", cita que um dos fatores do aumento de helicópteros foi à introdução de modelos populares no mercado, com preço na faixa de 330 mil dólares[8]. Nos céus do Brasil estão presentes além dos modelos "populares", os modelos mais sofisticados e caros do mundo. Segundo a Revista Época, em matéria de 10 de julho de 2000, o modelo Dauphin, fabricado pela Helibras, está avaliado em US$ 6 milhões.

A maior parte dos discursos proferidos pelas empresas de Táxi Aéreo quanto ao aumento no número de aeronaves e de sistemas de engenharia associado ao seu funcionamento na Metrópole de São Paulo, referem-se ao saturamento do sistema viário e os problemas de segurança pública, como causas: o congestionamento e a violência. Apesar dos órgãos competentes estabelecerem algumas normas e metas para melhoria do trânsito, como o rodízio de veículos no município de São Paulo, e a construção do Anel Viário Mário Covas, o problema em grande parte incide no planejamento das redes de transportes coletivos (metrô, trem, ônibus) e sua distribuição sócio-territorial. Diante disto é que algumas empresas de Táxi Aéreo chegam a cobrar, conforme o modelo de helicóptero, de R$ 400,00 a R$970,00 por

[7] Fonte: www.helibras.com.br

[8] A matéria do jornal o Estado de Minas do dia 22 de setembro de 2001, trata o anúncio do primeiro consórcio do mundo para a compra de helicópteros, O HELIPLANO. Lançado pela Helibras - Helicópteros do Brasil S.A. O autofinanciamento foi a estratégia encontrada pela empresa para aumentar as vendas. O preço de cada unidade é de US$ 1,150 milhão, autofinanciados através do banco HSBC, em 36 meses.

hora/pessoa[9], e para atrair os usuários lançam slogans como "Passe por cima de suas dificuldades" ou "Tá com pressa, passe por cima".

Assim, o aparecimento de uma nova rede de transporte focada no uso do helicóptero na Metrópole de São Paulo relaciona-se de um lado a deficiência configurada em certas redes de transporte, e de outro, está intrinsecamente relacionado à necessidade de fluidez na aceleração dos fluxos aéreos, em razão das relações face-a-face em função de todo jogo político que envolve tanto o Estado quanto as Empresas, mesmo porque nem todas as decisões e ações corporativas são concretizadas utilizando-se das novas tecnologias da informação, como a internet ou a vídeo conferência. Ao contrário do que se acreditava, as novas tecnologias da informação não inibiram a mobilidade das pessoas físicas ou jurídicas mas sim foram propulsoras na ampliação das possibilidades de trocas, influenciando no aumento dos fluxos, dentre eles os fluxos aéreos de negócios.

Observa-se então, um novo uso seletivo do território, estabelecido pela dinâmica das modernizações revelada nos diversos usos deste meio de transporte rápido que é o helicóptero, associado a sistemas técnicos complexos necessários a seu funcionamento. A exigência do helicóptero para o atual funcionamento da cidade determina exigências análogas em outros setores, tais como abastecimento, peças de reposição, pesquisa, formando um verdadeiro circuito espacial de produção. O helicóptero torna-se assim de extrema importância para o funcionamento da Metrópole de São Paulo, em razão de suas possibilidades de uso tanto de caráter público, na orientação de trânsito, defesa civil e policiamento, quanto especialmente no atendimento aos anseios dos homens do *tempo rápido* ligados a interesses hegemônicos, na necessidade de transposição dos desafios impostos pela urbanização..

Neste sentido, o helicóptero, objeto técnico detentor e transportador de informação sobrevoa a metrópole impondo a ideologia da rapidez e segurança, elementos precisos e preciosos para os círculos de cooperação corporativos.

[9] Revista Veja – São Paulo, matéria "ninho de helicópteros", 9 de maio de 2001

Síntese Bibliográfica

CASTILLO, R., (2001), "Tecnologias da informação e os novos fundamentos do espaço geográfico", in *Desafios da Comunicação*, DOWBOR, L., IANNI, O., RESENDE, P. E. A., SILVA, H., Petrópolis, RJ, Vozes.

CATAIA, M., A., (2001), "Território Nacional e Fronteiras Internas: a fragmentação do território brasileiro", tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

SANTOS, M.,(1979), *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A.

SANTOS, M.,(1994), *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo, Hucitec/ EDUC.

SANTOS, M.,(1999), *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3 ed., São Paulo, Hucitec.

SILVA, A., M., B. da, (2001), "A contemporaneidade de São Paulo: produção de informações e novo uso do território brasileiro", tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

FOTOGRAFIA E VISIBILIDADE. MORADORES DE RUA EM CAMPINAS

CAROLINA BECKMAN*

O trabalho fotográfico com moradores de rua de Campinas surgiu no primeiro semestre de 2001 como experiência de campo para a disciplina "Fotografia e Ciências Humanas " ministrada pelo professor Fernando de Tacca, a qual tinha como objetivo registrar imagens do centro da cidade de Campinas e a partir desta experiência foi realizada uma ensaio fotográfico sobre uma personagem específica- o Sr. Francisco- pois houve um maior contato e envolvimento com esse indivíduo- o qual foi publicado na revista Studium (ver http://www.studium.iar.unicamp.br/nove) .

Juntamente com essas primeiras fotografias, com as primeiras experiências em campo e com as enormes dificuldades para estabelecer uma ponte entre o mundo acadêmico e o mundo das personagens que eu fotografava assim como algumas discordâncias com a metodologia antropológica, como por exemplo o emprego da " neutralidade científica" apareceu- me a vontade de mostrar o cotidiano dessas pessoas- pelas quais passamos muitas vezes e que preferimos fingir não ver- com o emprego da fotografia- uma linguagem que aliada a conceitos da sociologia e da antropologia mostrava- se mais ampla -, pois assim como considera José de Souza Martins ao " misturar" a fotografia com a ciência ,seja ela a sociologia ou a antropologia, surgiria um diálogo maior entre o " eu fotógrafo" e o " eu cientista social "[1].

Obviamente que assim como constatou Martins o "eu sociólogo" acabou por entrar em conflito muitas vezes com o fotógrafo, pois os dois teriam origi-

* IFCH/UNICAMP. Projeto de Iniciação Científica financiado pela FAPESP. Orientador: Prof. Dr. Fernando de Tacca.

[1] Martins, José de Souza, sociólogo e professor da USP em entrevista concebida ao jornal Folha de São Paulo- caderno Mais! em 17/09/02.

nalmente olhares distintos. Entretanto foi exatamente desta divergência entre os meus dois " eus" que surgiu um terceiro, o qual mostrou- se preocupado em unir as duas linguagens, em usar a fotografia em um trabalho acadêmico, mas não como um trabalho simplesmente descritivo ou documentário e sim como uma linguagem sensível que aliada a linguagem tradicional iria resultar em um texto, um trabalho mais completo, composto por símbolos que talvez o caderno de campo não fosse capaz de traduzir ou que realmente não tenham tradução para a linguagem escrita.

Ao contrário do que dizem alguns estudiosos do assunto eu estava ali não apenas me apropriando do ser fotografado (Sontag, Susan: 1981:4), nem muito menos colecionando mundos (Sontag, Susan: 1981:4). O trabalho com o Sr. Francisco e o com os demais moradores de rua foi uma maneira de realizar trocas, de encarar o trabalho de campo, as descrições etnográficas e as relações com o outro com menos frieza, desprovida da extrema neutralidade científica, sem enxergar essas pessoas como simples objetos os quais estavam ali para simplesmente serem observados. Pude concluir que o trabalho de campo, seja ele antropológico ou não, acaba por estabelecer relações fortes demais para que consigamos manter um distanciamento do ser em estudo.

Ao mesmo tempo em que eu estabelecia uma relação não só de estudo, mas uma relação humana com aquelas pessoas acabei por sentir- me algumas vezes como ladra de almas, como se estivesse retirando daquelas pessoas algo que eu jamais poderia retribuir. Estaria eu, uma aluna de ciências sociais, moradora de um mundo protegido por cercas fazendo o que ali ? Por que conhecer a vida, os medos, os desejos, as necessidades e o cotidiano dessas pessoas? Para colocá-los em algumas páginas as quais ficariam perdidas dentro de uma biblioteca?

Não. Durante os 12 meses em que eu estive na praça do Fórum em Campinas eu não fui somente uma antropóloga ou socióloga, eu também estive naquela praça como ser humano, como pessoa a qual estava não apenas retirando informações do outro e sim trocando informações, experiências com o uso da observação direta, uma observação na qual eu me permiti sentir, ouvir, falar e estabelecer uma cumplicidade com aqueles moradores de rua.

Contudo para que se possa realizar uma pesquisa com esses objetivos- sem subestimar o outro, sem tratá-lo como um objeto, e desprovida das " imaculadas certezas" da ciência – é preciso saber " ver, ser e escrever" (Winkin: 1998:132) e realizar estas três " artes" de maneira conjunta.

O objetivo desse trabalho é justamente mostrar que a relação entre o olhar dito científico e o erroneamente considerado leigo é uma relação de trocas, que não é preciso e nem muito menos possível usar a neutralidade científica para tratar com outras pessoas, que os seres que estudamos são dotados de história pessoal, de vontades, de vida, sentimentos, necessidades e tratar isso de uma maneira fria, extremamente científica é como colocar barreiras entre você (o pesquisador) e o seu interlocutor.

Além de tentar apontar algumas mudanças (já concretizadas por uma parte da antropologia) o trabalho com os meninos da praça – como eu costumo chamá-los – foi uma forma de mostrar que a fotografia não é apenas uma ilustração da realidade, que podemos usar outras formas de linguagem fora a escrita, que dividir, compartilhar os resultados da pesquisa é extremamente necessário.

Neste período no qual eu trabalhei com um grupo específico de moradores de rua eu pude observar o quanto aquelas fotografias, as imagens deles impressas no papel eram importantes. E muito tempo depois, após perceber que eu sozinha não poderia matar a fome física, moral, social daquelas pessoas, após enxergar que a ilusão de uma revolução imediata era uma ilusão grande demais; percebi que aquelas fotos eram mais que documentos, que muitas vezes elas eram como " vida" para os meninos da praça do Fórum, uma espécie de alimento, de ajuda na construção de uma auto- imagem, a qual poderia ser positiva ou negativa.

É a partir deste trabalho inicial- o ensaio "O Homem De Duas Espadas" que eu pretendo realizar a difícil tarefa de mostrar costumes, hábitos, em fim, culturas. Pretendo me inserir em um mundo muito próximo do nosso, mas que assim como os demais possui seus códigos próprios, códigos estes que não pretendo "traduzir" literalmente, mas que vou prazerosamente expor aos olhares curiosos para que cada um exercite sua arte de ver, entender e respeitar a cultura, a vida, os costumes e os sentimentos do outro.

Anexo 1- Bibliografia

Dubois, Philipe. O ato fotográfico e outros ensaios, Campinas, Papyrus, 1993

Feldman-Bianco, B. e Moreira Leite, M.(org.). Desafios da Imagem: Fotografia, Iconografia e Vídeo nas Ciências Sociais, Campinas, Papyrus, 2001(2ª ed)

Eckert, C. e Monte-Mor (org.). Imagem em foco: Novas Perspectivas em Antropologia, Porto Alegre, Editora da Universidade UFRGS.

Samain, E.(org.). O fotográfico. São Paulo, Editora Hucitec/CNPq, 1998.

Clifford, James. " *Introduction: Partial truths* " , in: Clifford, James and Marcus, George M. (Eds), Writing Culture - The poetic and politics of ethnography, Berkley: University of California Press, 1986, pp1-26.

Marcus, George. *"The modernist sensibility in recent ethnographic writing and the cinematic methaphor of montage* " . In Taylor, Lucian Visializing Theory. Routledge. NY e Londres 1994, pp37-53.

Cardoso de Oliveira, Roberto. "O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever", in *Revista de Antropologia*, São Paulo, Usp, vol.39, n1,1996, pp13-37.

Samain, Etiene. *"Os riscos do texto e da imagem. Em torno de Balinese Character (1942) de Gregory Bateson e Margaret Mead"* , in Significação. Revista Brasileira de Semiótica, Uso, n14, 2000, pp. 63-88.

Tacca, Fernando de. *"Sapateiro- O retrato da casa"* Boletim Especial de fotografia do Centro de Memória, Unicamp 1993.

- *"O Profano Sacralizado"* In Revista Studium, 7, 2001. http.//www.studium.iar.unicamp/sete.
- " *Fotografia e Cinema na Pesquisa Antropológica"*, Journal of Osaka University of Foreign Studies, New Series 18, Japão 1997.
- A Imagética da Comissão Rondon, Papirus, Campinas, 2001

Barthes, Roland. *"A Mensagem Fotográfica"* In Teoria da Comunicação em Massa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____ . "A Câmara Clara",Rio de Janeiro, Nova Fronteira 1984.

Sontag, Susan. "Ensaios sobre a fotografia", Rio de Janeiro, Arbor 1981.

Gregori, Maria Filomena. "Viração experiência com meninos de rua", São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

Collier, Jonh. "Antropologia Visual", São Paulo, EPU- Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

Jameson, Fredric. "As marcas do visível", Rio de Janeiro, Graal, 1995.

Paiva, Joaquim. "Olhares Refletidos", Rio de Janeiro, Dazibao, 1989.

Szarkowski, John. "Modos de Olhar – 100 fotografias do acervo do Museum of Modern Art, New York", Rio de Janeiro, 1999.

Winkin, Yves. "Nova Comunicação: Da teoria ao trabalho de campo"; organização e apresentação de Etiene Samain, Campinas, SP: Papirus, 1998.

Anexo 2- Ensaio Fotográfico

O HOMEM DE DUAS ESPADAS

CAROL BECKMAN

Bem à minha frente estava um prédio imponente, com duas esculturas em ferro: à direita a Justiça e à esquerda o Direito.

Sentado entre as duas esculturas estava um homem que eu já havia observado anteriormente nas minhas visitas àquela praça no centro de Campinas.

A praça do Fórum, da Justiça e do Direito abrigava desempregados, moradores de rua e bem pouca virtude de dar a cada um aquilo que é seu.

Ao lado da figura justa e honrada podíamos ver um homem diferente dos demais que eu havia conhecido na praça. Um homem sempre distante de todos e dos acontecimentos locais.

Chamado de louco por alguns e marginalizado pelos mesmos homens que foram marginalizados pela sociedade, "seo" Francisco conversava com aquela figura de olhos vendados que segura uma balança devidamente equilibrada, e parecia realmente querer arrancar-lhe a venda para que pudesse ver tudo o que acontecia na praça do Fórum.

Envolto em pequenos furtos, tráfico de drogas, prostituição, sapateiros, crianças e pombos estava este homem que se sentiu livre para me contar sobre os seus "poderes" e suas "digitais".

Como tantos outros moradores de rua, seo Francisco havia perdido tudo o que possuía, ou como ele prefere falar, havia perdido todos os seus poderes.

Francisco designava como poder tudo aquilo que era seu, como amor, dinheiro, sexo, pensamento e vida, e acreditava que tudo isso estava retido pelo poder judiciário.

Era ali, atrás da figura que simboliza a jurisprudência, que estavam todas as suas coisas, toda a sua vida. E era com essa figura que ele conversava, brigava e implorava por uma vida mais balanceada, sem sapatos molhados e principalmente com aquilo que uma cigana havia lido em suas mãos. Mãos

fortes, de um homem que viera ao mundo para ser poderoso, como ele mesmo diz "o único homem com o desenho de duas espadas em sua mão".

Foi no dia 14 de abril de 2001, e eu pela primeira vez roubei a alma desse homem, retive-a por alguns instantes dentro da minha câmera para mostrar que na praça da senhora Justiça e do senhor Direito homens, mulheres e crianças são desrespeitados, discriminados e colocados cada dia mais à margem do resto da sociedade.

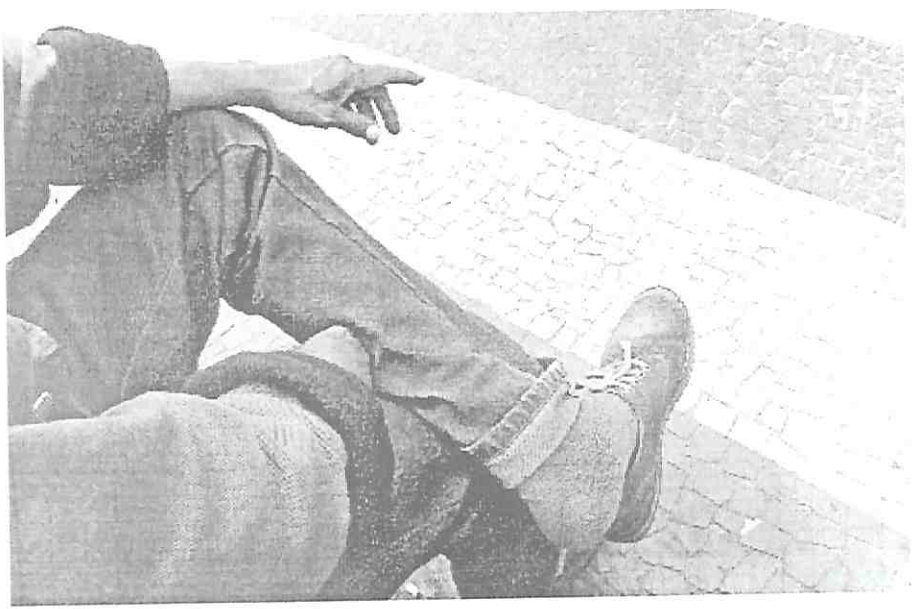
Imobilizei o seo Francisco para mostrar que uma fotografia era mais do que uma lembrança, do que um documento, do que um registro, muito mais do que a imortalização de um momento. Essas fotos são a maneira que eu encontrei para mostrar a vida dessas pessoas pelas quais passamos todos os dias e que fingimos não enxergar; foi a maneira que eu encontrei para falar da falta de justiça na praça da Justiça.

E já que Fernando Pessoa diz que as palavras são falhas quando querem expressar qualquer sentimento, eu decidi abandoná-las para mostrar através dos olhos, das mãos, dos pés, das sombras e quem sabe até da alma – como tentou Babenco em seu filme *Coração Iluminado* – que o poder do ser humano está sendo aprisionado por um poder que se intitula maior; para mostrar que mesmo tendo o céu como teto essas pessoas vivem, sobrevivem – seja o que for –, continuam dando vida ao centro, às cidades e, principalmente, continuam sendo uma prova de que a Justiça está cada vez mais desequilibrada.




SP
Drogaria São Paulo

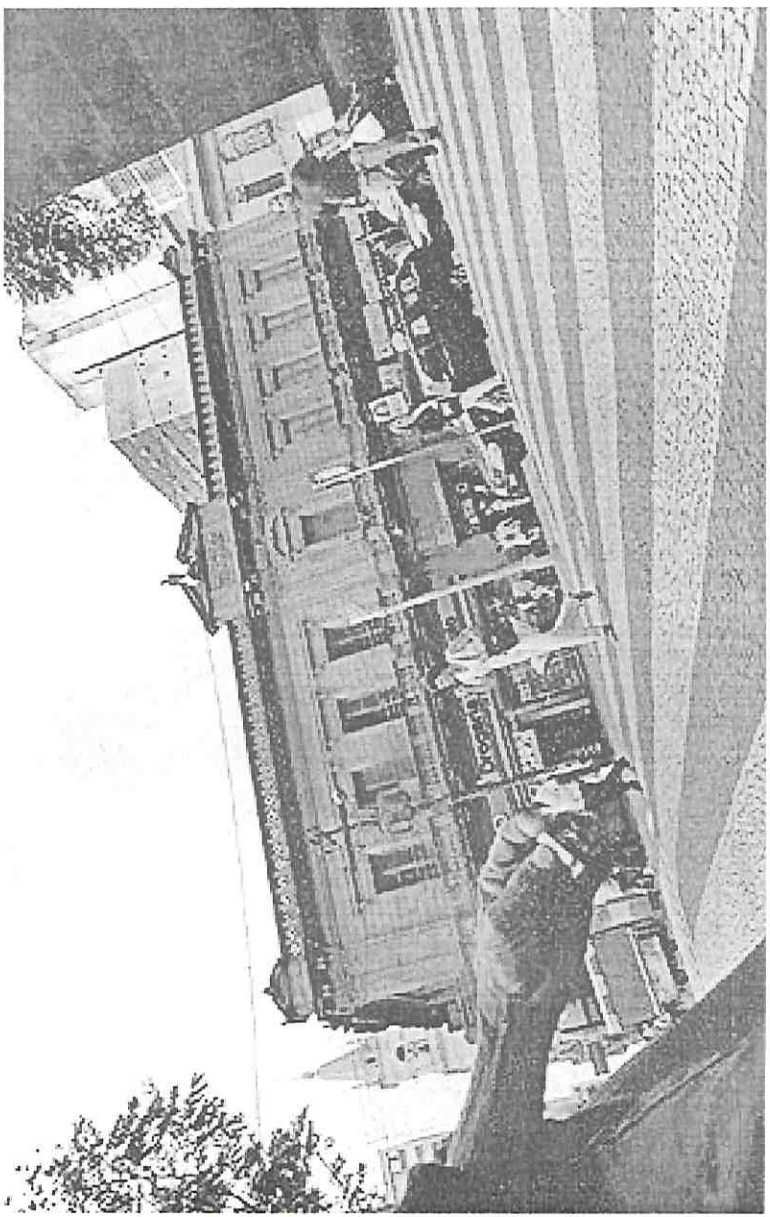












PARA ALÉM DOS ARCOS DOURADOS: A PEDAGOGIA CULTURA DO MCDONALD'S

ALEXANDRE FILORDI DE CARVALHO*

Três movimentos plasmam a constituição de nosso tema neste artigo. O primeiro, tange o que designaremos de fundo da questão. O segundo, toca a compreensão da Pedagogia Cultural, sua constituição e práxis nas ciências humanas hodierna. E, finalmente, aportados nos movimentos anteriores traremos uma "crítica social" à guisa do McDonald's para a questão da relação do ser humano com a nossa cultura.

Segundo Manuel Castells, experimentamos atualmente uma nova sociedade em formação pautada por novas relações temporais e espaciais, interconectadas pela virtualidade e presença momentânea de informações globais. Dentro dessa dinâmica, o autor constrói a idéia de sociedade em rede. Para Castells,

> Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores políticos; e para uma organização social que vise a suplementação do espaço e invalidação do tempo (1999: 498).

Não há como negarmos que tais constatações são vivenciadas por nós, embora em distintas formas e intensidades. Para exemplificar, podemos pensar em nossa interação com as redes infográficas — textos visuais produzidos pelo tecnicismo informático — presentes nos *e-learnings* ou nos amplos acessos culturais permitidos pela *internet*.

* Doutorando em Filosofia – FFLCH/USP.

Mas uma das formas específicas que contribuem para a transmutação dessas relações históricas baseadas em inovação e descentralização, numa dinâmica cultural de desconstrução e reconstrução contínuas de saberes e produtos, em um processamento instantâneo de novos valores agregados à uma transitoriedade intensa, está justamente na base fundante da relação capitalista transmutada, desde a primeira Revolução Capitalista do século XIX, em um novo sentido de atuação e de construção social. Não somente porque vivemos na era do capital volátil, mas, sobretudo, porque vivemos na era das relações voláteis, ou seja, instantâneas, ou ainda, espetaculares.

A *Sociedade do Espetáculo* de Guy Debord, obra situada no final dos anos sessenta, no contexto das transformações sociais vividas na Europa, especificamente na França, já nos aponta, desde então, para uma aurora nas transformações materiais que a sociedade passaria a ter a partir de novas relações sociais e materiais contidas em recentes formas de produção. Essas novas relações, segundo Debord, têm por base a transformação do capital, notadamente de cunho econômico, para um capital mais reticular, amplo, de fácil dissimulação baseado e fundamentado naquilo que o autor designa sociedade do espetáculo, ou sociedade mediada por imagens.

Em sua tese de número trinta e quatro, encontramos a seguinte proposição: "O espetáculo é o *capital* em tal grau de acumulação que se torna imagem" (2000: 25). E como havia anteriormente fundamentado, explica, em sua quarta tese, que "o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens" (idem: 14), logo, diante dessas premissas, "tudo que era vivido diretamente tornou-se uma representação" (idem: 13).

As representações, capazes de condensar intensas relações sociais, estariam para Debord, presentes em várias fórmulas particulares de atuação das imagens. Sendo estas sempre o meio e o próprio fim de falar de nossa própria época histórica, quer sejam através de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimento, não importa, uma vez que o espetacular se constituíra como o modelo atual da vida dominante da sociedade. Deste modo, as imagens são formas simbólicas construídas dentro de contextos sócio-históricos determinados. Elas não são elementos metafísicos destituídos de uma historicidade e de um núcleo de referência situacional. Assim, não nos é receoso de afirmar que as formas simbólicas agem na concepção e

formação que o *Homem* poderá vir a ter sobre o mundo que o cerca, uma vez que, como indica Cliford Geertz, são as formas simbólicas "fontes extrínsecas de informações — mecanismos extrapessoais para a percepção, compreensão, julgamento e manipulação do mundo", [como se fornecessem] "um gabarito ou diagrama para a organização dos processos sociais e psicológicos" (1989: 188). Daí podermos assentir com Debord: "a imagem construída e escolhida por *outra pessoa* se tornou a principal ligação do indivíduo com o mundo" (2000: 1888).

Desta maneira, a produção de imagens na sociedade contemporânea não nos diz somente da construção das relações sociais, mas nos servem de partida para a análise das novas possibilidades de educação que surgem para além dos limites de uma educação formal. Afinal, a possibilidade de apreensão e de relação com um dado conteúdo cultural impõe-se através da presença ubíqua das imagens em nossa sociedade. Atestamos assim uma conclusão: vivemos em um mundo social muito específico, preponderantemente visual, de uma cultura das imagens, inevitável à nossa constituição humana, portanto, temos um novo enfoque pertinente à Educação.

Diante deste contexto, poderíamos situar e entender as relações educacionais em um sentido amplo de uma nova cultura educacional que, como indica Milton José de Almeida, circunscreve-se a uma nova cultura oral cuja sustentação promana de imagens e sons.

> Dessa nova oralidade compartilham de maneira fundamental as produções de imagens e sons de cinema e principalmente da televisão. Se anteriormente à massificação do cinema e da televisão poderíamos pensar em uma comunidade de pessoas, hoje é forçoso pensar em uma comunidade de espectadores, de consumidores de imagens e de sons, pessoas que formam sua inteligibilidade de mundo a partir das informações dos meios de comunicação de massas, das informações que lhes vêm por imagens e sons, dessa nova oralidade (1994: 45).

Para o autor, as imagens representam uma nova modalidade de formação, posta não em um sentido restrito, ao contrário, dada a amplitude das fronteiras que abrigam as imagens e da capacidade que essa amplitude possui de trazer múltiplos elementos cognitivos e sensitivos aos sujeitos que estão mergulhados nesse contexto de uma nova oralidade. Poderíamos, então, forçosamente pensar que a educação atual não poderia deixar de fomentar [leitores] para essa nova realidade. Daí o sentido da Pedagogia Cultural.

Para Joe L. Kincheloe e Shirley Steinberg, educadores americanos, a expressão Pedagogia Cultural "enquadra a educação numa forma variada de áreas sociais, incluindo mas não se limitando à escola" (2001: 114). Para esses autores, "áreas pedagógicas são aqueles lugares onde o poder é organizado e difundido, incluindo-se bibliotecas, TV, cinema, jornais, revistas, brinquedos, propagandas, videogames, livres, esportes, etc." (idem: 14). Outrossim, conceberão o processo pedagógico

> ...como algo que se ajusta ao nosso desejo (ao nosso anseio por algo superior a nós mesmos, configurado pelo contexto social no que trabalhamos, nosso investimento afetivo que nos cerca), apreende nossa imaginação e edifica nossa percepção (14-15).

É exemplar o McDonald's neste sentido. Ainda mais porque à luz dos Estudos Culturais a relevância maior para o debate educacional é desfocada do núcleo educação-escola. As organizações que criam o currículo pedagógico cultural

> ...não são educacionais, e sim, comerciais, que operam não para o bem social mas para o ganho individual. A pedagogia cultural é estruturada por dinâmicas comerciais, forças que se impõem em todos os aspectos a nós mesmos e às vidas privadas das nossas crianças (idem: 15).

Tal constatação nos faz pensar no mesmo sentido da educação como "nova oralidade", em que os "padrões de consumo moldados pelo conjunto de propagandas das empresas capacitam as instituições comerciais como professoras do novo milênio" (idem: 15). Aqui não nos interessa a questão do consumo, mas das propagandas que são situadas na dinâmica de imagens pós-fotográficas. Como veremos, o que o McDonald's nos fornece é uma propaganda disfarçada por conteúdos escolares; ou, inversamente, conteúdos escolares que são utilizados como propagandas.

Assim, tomamos o McDonald's como um texto social capaz de nos dizer sobre as mudanças no *status* e na forma da educação agir. É nesse sentido que "os estudos culturais se esforçam por examinar a diversidade de práticas e expressões de comunicação, institucionais e artísticas de uma sociedade" (idem: 15). Portanto, com nos aponta Henry Giroux, os

> Estudos Culturais se baseiam na crença de que entramos num período no qual as distinções que separam e enquadram as disciplinas acadêmicas estabelecidas não podem dar conta da grande diversidade de fe-

> nômenos culturais e sociais que caracterizam um mundo pós-industrial cada vez mais hibridizado (1995: 89).

Daí o motivo do termo *texto cultural* designar um dado fenômeno cultural, através do qual, podemos ampliar a nossa leitura (compreensão) de mundo. Ao fazermos isso balizamos novas práticas de transformação, inserção e de crítica social.

O nosso fenômeno cultural, neste sentido, é o McDonald's. Suas criações lúdico-pedagógicas através de jogos, panfletos, cartazes, anteparos de bandeja, portam imagens fornecedoras de formas simbólicas para a construção palpável do ser humano. Através desse procedimento a empresa cria novas referências de compreensão de nossa histórica, fomentando, quiçá, uma nova possibilidade de prática social e educacional que diz daquilo que temos sido. Suas imagens subsumidas na produção lúdica traduzem conceitos históricos, sociais, valorativos, éticos e de referência de vida, talvez uma *Weltanschuung*, que faz da ida ao McDonald's uma possibilidade de aprendizado não-formal.

Por conseguinte, estar no McDonald's é estar inserido em um contexto de interação sócio-imagética. Ali, as relações sociais são permeadas, não exclusivamente nesse aspecto, por uma série de argumentos visuais que, a todo momento, podem nos trazer novas possibilidades assertivas de construção de uma visão de mundo. Portanto, de um modo de compreender, dizer e construir a nossa história, a vida social — num sentido amplo.

Podemos dizer ou pensar na peculiaridade dessa dinâmica através da idéia contida no termo desenvolvido por Kincheloe (2001): a McDonaldlândia. Através desse termo nos seria permitido entender as multiformes práticas desenvolvidas pelo McDonald's para abranger alguns aspectos fundamentais da vida humana: segurança, lazer, consumo, alimentação, confiança, desejo, fantasia, e, como estamos atestando, educação. Assim, a McDonaldlândia é um lugar (território) onde seus "habitantes", por assim dizer, ganham referências para a construção de uma identidade. A identidade, no caso, é possibilitada pela construção cultural específica da cultura McDonald's, e da relação que essa cultura mantém com a sociedade. De tal modo, é no sentido da identidade que as formas simbólicas ganham a sua força como agente de gabarito cultural. Não obstante a isso, quando falamos de uma McDonaldlândia pensamos na possibilidade de uma identidade, quase no sentido étnico, que a

empresa permite aos seus freqüentadores. Ou seja, no McDonald's alguns ideais podem ser vividos através de seu *ethos* democrático e igualitário, uma vez que todos são tratados como todos; todos podem comer como todos, todos podem ter acesso à mesma "educação". Ao permitir o McDonald's uma contínua relação com sua cultura de imagens, portando forma simbólicas, ele abre a possibilidade de uma constante formação de seus receptores.

Essa formação, dentro do que defendemos, será viabilizada no complexo imagético que a empresa utiliza para fruição de seus consumidores; divulgação dos seus conceitos, práticas e valores; mas também como informação ampla que perpassa vários eixos temáticos: história geral e brasileira, conceitos econômicos e idiomas — através de anteparos de bandeja; língua portuguesa: redação — através de concursos; ética e valores, ciência e ecologia — através de jogos.

Através da Pedagogia Cultural do McDonald's, podemos conceber, em certas proporções, as transformações que a educação vem sofrendo em nossa sociedade do espetáculo; ao mesmo tempo exercitamos, a partir de esboços teóricos, os desafios que essas transformações nos trazem. O McDonald's é uma inevitabilidade; é um fato de nossa civilização; é uma realidade. Como educadores, desejamos permitir que a educação seja uma interlocutora com as possibilidades de questionamento e de crítica que toda realidade social carrega consigo. Não levar em consideração o poder dos gabaritos sociais presentes na cultura de imagens do McDonald's é deixarmos de olhar fixamente para as questões de nossa contemporaneidade.

Resumidamente, a Pedagogia Cultural do McDonald's nos traz três conclusões. Em primeiro lugar, é inevitável a relação de nossa atual cultura de imagens com a formação do ser humano. Em seguida, o McDonald's é exemplar nisso e nos diz de uma transeducação que é experimentada nas informalidades dos fenômenos e fatos sociais: a sociedade está plena de gabaritos culturais fornecendo valores, idéias, concepções, projeções para a vida humano-social. Finalmente, não podemos abrir mão desses fenômenos e fatos para a construção de uma educação que seja histórica, crítica e transformadora dentro de uma sociedade cuja educação tem sido transformada em um consumo imediato de uma formação espetacular, ou melhor, McDonaldizada.

Contra um feitiço somente um outro feitiço. A educação deveria ser a resposta para uma pedagogia que vem se McDonaldizando numa cultura de

imagens, permutada por conceitos e concepções de eficiência, calculabilidade, previsibilidade e controle. E nunca é demais lembrar que "sob a superfície das imagens, investem-se corpos em profundidade" (FOUCAULT. 1987. 190).

Bibliografia

ALMEIDA, M. J. *Imagens e Sons: a nova cultura oral*. São Paulo: Cortez, 1994. 110p.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 237p.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 5.ed.Petrópolis: Vozes, 1987.277p.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LCT, 1989. 323p.

GIROUX, Henry. *Praticando Estudos Culturais nas Faculdaes de Educação*: In. SILVA, Thomas T. *Alienígenas na Sala de Aula*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 236p.

KINCHELOE, Joe L; STEINBERG, S. R. *Cultura Infantil: a construção corporativa da infância*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 417p.

CONHECER O LUGAR E TRANSFORMAR O MUNDO. O ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO POSSIBILIDADE

CARIN CARRER GOMES*

Que é, hoje, a consciência do lugar?
Não nos embaracemos com essa questão,
penúltima herança das idéias estabelecidas
em um mundo quase imóvel. Hoje certamente
mais importante que a consciência do lugar
é a consciência do mundo, obtida através
do lugar.
Milton Santos, 1994.

O Mundo e a Geografia

A vida acadêmica, no seu sentido mais puro, reserva a possibilidade de pensar profundo sobre a existência, sobre o mundo, a liberdade, a ética. A responsabilidade de escolha é de total individualidade, sendo cada um responsável por aquilo que acredita e realiza, *o homem está condenado a ser livre.(...) livre porque, uma vez lançado ao mundo, é responsável por tudo quanto fizer* (SARTRE,1946: 9).

O Geógrafo assume a responsabilidade, que é um privilégio, de pensar e interpretar o mundo através da afirmação de seu método. O prazer desta tarefa está repleto de compromissos, pois interpretar o mundo é conhecer a existência, é explicar a realidade social, revelando a própria vida. Maria Adélia de Souza, mestra na liberdade do pensar, em suas maestrias sempre repetia uma frase genial de Ortega y Gasset: *el mundo soy yo, mi vida y mis*

* IG/UNICAMP.

circunstancias! E essa lucidez sobre o mundo é de extrema seriedade, pois envolve e é envolvido pela relação entre o pessoal (singular) com o todo, nesse instante, começa-se a revelar a necessidade de teorizar o que representa a dialética entre o todo e o particular.

A Geografia para a leitura da realidade utiliza-se de conceitos próprios que substantivam o seu método, Milton Santos sempre alertou que o método é fundamental na construção de idéias que expliquem de forma coerente e clara a realidade e suas diversas facetas. A Geografia tem em seu método o exercício do pensamento livre e os Geógrafos a responsabilidade de substantivá-lo e torná-lo condizente às mudanças da realidade. Sem a base do método a leitura geográfica do mundo pode ser deturpada e assim nada contribuirá ao avanço social. O método geográfico em qualquer período da história se deteve ao Espaço, uma instância que a cada momento remodelou seu sentido adaptando-se às mudanças do mundo passando, grosso modo, de um espaço substrato para um espaço como abstração, um *ente*, uma instância social. No período atual cunhado por Milton Santos de *período técnico-científico e informacional,* a Geografia se dedica ao *meio geográfico* (uma mistura das ações – intencionalidades, mais o substrato modificado e o meio construído – as artificialidades). Ainda com Milton Santos tem-se uma renovada concepção do método da Geografia, o *meio geográfico*, ou melhor, o Espaço Geográfico podendo atualmente ser concebido como uma totalidade: *forma-conteúdo*, a relação indissociável entre *espaço* e *tempo*, uma hibridez entre *tecnoesfera* e *psicoesfera*. *A idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa idéia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistema de objetos e sistemas de ações.* (SANTOS,1996:63).

Hoje o entendimento desta totalidade, em uma eterna totalização (SARTRE) faz com que se apreenda o Espaço Geográfico como uma abstração, que se concretiza nos recortes analíticos da Geografia. O Geógrafo articula categorias analíticas – Território, Lugar, Paisagem e Região – para hierarquizar sua análise e compreender o mundo. É o que Milton Santos dizia sobre o processo de fragmentação e totalização da análise para permitir a relação contraditória entre o total e particular, teorizando assim sobre o

mundo. Aqui se pretende verificar melhor essa relação entre o específico e o geral, entender o lugar como a concretude dos eventos.

Em um mundo dito *globalizado*, urge a compreensão do **lugar**, um conceito importantíssimo por ser a manifestação do global e por devolver ao mundo tais manifestações. *Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. Ou como afirma Maria Adélia de Souza "todos os lugares são virtualmente mundiais". Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade.* (SANTOS,1996:252)

Vive-se atualmente em um período em que a técnica, a ciência e a informação são dados constitutivos da realidade, caracterizando a passagem do mundo de probabilidades para o mundo de possibilidades. *Por essa razão atribuímos tanta importância ao fenômeno da técnica na interpretação de lugares. Nesse sentido, o lugar é o lugar de uma escolha. O mundo está aí e o lugar colhe no mundo atributos que o realizam histórica e geograficamente. É o mundo que se dá seletivamente no lugar* (SANTOS,1999:22). Em nenhum outro momento da história a relação do mundo e do lugar esteve tão profunda, e nesse sentido a metafórica globalização torna-se real, seletiva, perversa e dialeticamente contendo um novo caminho, a possibilidade de repensar o mundo.

O mundo, nas condições atuais, visto como um todo, é nosso estranho. O lugar, nosso próximo, nos restituiu o Mundo: se este pode se esconder pela sua essência, não pode faze-lo pela sua existência. No lugar estamos condenados a conhecer o Mundo, pelo que ele já é, mas também, pelo que ainda não é. (SANTOS, 1994).

A Geografia oferece a oportunidade de trabalhar com um conceito, o lugar, que com toda a propriedade faz com que se reflita sobre a realidade que tange a todos, apresentando o Mundo.

O Lugar

A primeira tentativa que traz esse fragmento do texto é conceitualizar o que seja o lugar para a Geografia, assume-se a contribuição de Milton Santos para tanto: *O lugar é a oportunidade do evento. E este, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. É*

como se a flecha do tempo se entortasse no contacto com o lugar. O evento é, ao mesmo tempo, deformante e deformado. Por isso, fala-se na imprevisibilidade do evento, a que Ricoeur chama de ***autonomia,*** *a possibilidade, no lugar, de construir uma história das ações que seja diferente dos projetos dos atores hegemônicos. É esse o grande papel do lugar na produção da História e apontá-lo é a grande tarefa dos Geógrafos neste fim de século* (SANTOS, 1994).

O geógrafo Márcio Cataia complementa a idéia acima lembrando de voltar a atenção ao lugar através das suas identidades (as peculiaridades) para que não se perca a análise em uma unidade homogênea do mundo, *o lugar pode ser definido de dentro, a partir do interior dele próprio, por causa de sua identidade, de sua solidariedade. O local, inclusive, pode ser definido de fora; é aquele que não possui um caráter próprio, mas está ligado àqueles que o visitam e àqueles que são visitados (...) O lugar engloba locais, não podendo as realidades locais serem compreendidas fora da macro ordem do lugar.* (CATAIA, 2001:208)

O conceito de lugar na Geografia revelou inúmeras interpretações, tendo em seu emprego a conotação e compreensão da existência, da co-existência, da co-presença, da solidariedade, da seletividade, do acontecer solidário, da dimensão do cotidiano, do singular e do subjetivo. *O lugar, de maneira geral é um espaço sensato, isto é, apropriado ao nosso sentido, um espaço que nos convém, um espaço sensível. Mas um espaço orientado, um espaço de orientação, que permite responder a pergunta: Onde estamos? Enfim, é um espaço que dá lugar ao sentido, ao bom senso, ao pensamento sensato. Um lugar se abre para outros lugares e o lugar de todos os lugares, o lugar comum, este é o mundo. É tênue a diferença, portanto, entre lugar e Mundo* (SOUZA,1997(a):8). Mas, além das interpretações inerentes ao lugar citadas acima, seu emprego alerta às desigualdades vivenciadas nos lugares. Maria Adélia de Souza aponta que, *os lugares parecem revelar todas as contradições do mundo: nos lugares esse mundo se revela cruel, perverso, tornando o cotidiano de cada um quase uma fatalidade* (SOUZA,1997(a):2). Nesse apontamento a Geógrafa claramente ensina sobre essa contradição e sua revelação na compreensão do lugar, sendo realmente seu valor objetivo, o valor do conhecimento para uma outra possibilidade.

Com esses esclarecimentos pode-se começar a desvendar o lugar como "nó" de uma complexidade do mundo atual. Para compreender o mundo, a falácia da globalização, as desigualdades, os diversos usos dos territórios, é preciso ter claro o que são as especificidades dos lugares, suas diversas densidades e solidariedades. O lugar conforma e permite a concretização e aprofundamento da divisão territorial e internacional do trabalho; também a especialização profunda dos lugares para atender exigências de produção e circulação do novo modo-de-produção capitalista. Milton Santos nos elucida sobre este momento histórico em que a divisão do trabalho se dá nos lugares e estes oferecem as possibilidades desta compartimentação. E não se deve esquecer que a singularidade está intrinsecamente associada, hoje, com essa compartimentação dos lugares. *No lugar – um cotidiano compartido entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.* (SANTOS,1996:258).

Este ponto explícita a relação dada nos lugares entre racionalidades e contra-racionalidades, racionalidades como imposições hegemônicas aos lugares e as contra-racionalidades como a resistência a essas imposições. *Globais, os lugares ganhão um quinhão (maior ou menor) da "racionalidade" do "mundo". Mas esta se propaga de modo heterogêneo, isto é, deixando coexistirem outras racionalidades, isto é, contra-racionalidades, a que equivocadamente e do ponto de vista da racionalidade dominante, se chamam "irracionalidades". Mas a conformidade com a Razão Hegemônica é limitada, enquanto a produção plural de "irracioanlidades" é ilimitada. É somente a partir de tais irracionalidades que é possível a ampliação da consciência* (SANTOS, 2000: 114-115). Esse emaranhado entre o que seja uma imposição racional e a revanche que é tida como "irracional" foi denotado por uma "esquizofrenia" no lugar. Tal *esquizofrenia* citada por Milton Santos constitui-se a partir da

singularidade das pessoas, mas também das instituições, firmas e grupos, que realizam o mundo ao seu interesse.

Vê-se, então, a seleção perversa que os lugares estão sujeitos, as novas realidades do mundo se impondo aos lugares, afetando a existência (de forma mais subjetiva e objetiva que encontramos). *Importam-se empresas e exportam-se lugares. Impõe-se de fora do país o que deve ser a produção, a circulação e a distribuição dentro do país, anarquizando a divisão interna do trabalho como o reforço de uma divisão internacional do trabalho que determina como e o que produzir e exportar, de modo a manter desigualmente repartidos, na escala planetária, a produção, o emprego, a mais valia, o poder econômico e político. Escolhem-se, também, pela mesma via, os lugares que devem ser objeto de ocupação privilegiada e de valorização, isto é, de exportação.* (SANTOS,1999-a)

Os lugares são ligados e conectados pela informação (embutido todo o avanço técnico), consolidando e impondo uma especialização dos lugares, um aprofundamento da divisão territorial do trabalho. A especificidade dos lugares se apresenta como as diferenças de salário mínimo, mão-de-obra qualificada e desqualificada, ou seja, distintas relações culturais, distintas formações sócio-espaciais. O mercado está se valendo das distinções para perpetuar a lógica produtiva deste período. Já que os lugares têm uma produtividade distinta há uma especificidade distinta reproduzindo o capital pela seletividade dos lugares. Sobre os fundamentos da divisão do trabalho e sua relação com o lugar, Marx em seu momento histórico alertava para o início desta seleção: *A divisão territorial do trabalho, que confina ramos particulares de produção em distritos particulares de um país, recebe novo impulso na empresa manufatureira, a qual explora todas as particularidades* (MARX, citado in CASTILLO; TOLEDO &ANDRADE, 1997:75).

Os Geógrafos vão mais adiante com esse dado, pois o mundo atual é outro, o capitalismo se destrói e reconstrói, e assim a necessidade de rever conceitos é fundamental. Cada momento redefine o valor, o sentido e o papel do elemento na nova totalidade. Não só mais a empresa manufatureira explora as particularidades, como escreveu Marx, mas todo e qualquer instituição globalizada e detentora das possibilidades do mundo tecnificado e informacionalizado selecionam e impõem lógicas adversas aos lugares. *Uma tal comple-*

xidade vem do aperfeiçoamento da divisão técnica e social do trabalho e da mundialização das relações. E, a esta situação soma-se a atual unicidade técnica planetária, que possibilita a chamada globalização da economia e uma nova etapa da divisão sócio-territorial do trabalho. Esta provoca um aprofundamento da especialização dos lugares (CASTILLO; TOLEDO &ANDRADE, 1997:75). Ao mesmo tempo em que há uma especialização dos lugares, com a globalização e as novas possibilidades dadas, impõe-se a unicidade das técnicas, significando que as culturas específicas soma-se a uma cultura de massa, com o avanço do capitalismo e seu novo modo de produção esse mosaico técnico começa a convergir, ocorrendo uma padronização das técnicas, o que permite a concretização da globalização, da imposição de racionalidades adversas aos lugares. Para melhor entender esse processo deve se considerar a análise que Milton Santos faz sobre as novas densidades nos lugares.

O aprofundamento da divisão territorial e internacional do trabalho e a seletividade espacial sensível aos lugares só são possíveis diante das densidades técnica, informacional e comunicacional que se encontram de forma particularizadas nos diversos lugares. *Os lugares, pois, se definem pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional, pela sua densidade comunicacional, cuja fusão os caracteriza e distingue.* (SANTOS, 1994). Essas densidades estão intrinsecamente associadas, mas são distintas. Para Milton Santos a densidade técnica é dada pelos diversos graus de artifício de um lugar, chamado por Simondon de *objeto técnico maduro,* ultrapassando a perfeição da natureza e subjugados as necessidades dos que o criaram. A densidade informacional seria uma derivação da técnica, é a ação com a informação destes objetos técnicos. *A densidade informacional nos informa sobre os graus de exterioridade do lugar, sua propensão a entrar em relação com outros lugares e a efetivação dessa propensão, privilegiando setores e atores.* (SANTOS, 1994). E a densidade comunicacional seria o tempo plural do cotidiano partilhado e conflitual da co-presença. *As relações informacionais são verticais, as relações comunicacionais são uma resultante do meio social ambiente. As primeiras são mais dependentes da tecnoesfera, as segundas os são mais da psicoesfera. (...) De todo modo, e nas condições atuais, as relações informacionais transportam com elas o reino da necessidade, enquanto as relações comunicacionais podem apontar o reino da liberdade.* (idem, 1994).

Essa relação que Milton Santos apresenta sobre o lugar é a forma mais clara de explicar o todo na parte e a parte no todo. Essa idéia das densidades dos lugares nos traz à tona outro elemento importante de análise do lugar e do mundo, as solidariedades orgânica, organizacional e institucional que une às densidades uma maior familiaridade política no seu tratamento. *Relaciona-se, assim, a solidariedade orgânica a uma ordem local, com base numa interação estabelecida pelos objetos contíguos de um sub-espaço. À solidariedade organizacional corresponde um sistema de objetos esparsos, obedientes à lei de acumulação global, viabilizado pela informação. O lugar é assim o resultante do embate entre proximidade espacial e proximidade organizacional (...) é também verdade que a solidariedade institucional pode servir como um fiel da balança que ora aproxima-se mais e soma esforços com a solidariedade orgânica, ora tende a reforçar os vetores oriundos dos interesses globais, sustentando a solidariedade organizacional.* (CASTILLO; TOLEDO & ANDRADE, 1997:79-80). Análise que assume um significado de interdependência e complementaridade entre a sociedade e o modo-de-produção capitalista.

Todo esse legado para a compreensão do que venha a ser o lugar frente ao mundo, por essa ótica da seletividade, do uso específico, das densidades e das solidariedades está muito bem sintetizado neste trecho de Milton Santos, *(...) se o mundo tornou possível, com as técnicas contemporâneas, multiplicar a produtividade, somente o faz porque os lugares, conhecidos em sua realidade material e política, distinguem-se exatamente pela diferente capacidade de oferecer às empresas produtividade maior ou menor. É como se o chão, por meio das técnicas e das decisões políticas que incorpora, constituísse um verdadeiro depósito de fluxo de mais-valia, transferindo valor às firmas nele sediadas. A produtividade e a competitividade deixam de ser definidas devido apenas à estrutura interna de cada corporação e passam, também, a ser um atributo dos lugares. E cada lugar entra na contabilidade das empresas em diferente valor* (SANTOS, 1999-a).

Outro ponto a se destacar, ainda que timidamente, é que toda essa dialética nos lugares, a racionalidade enviesada e a resposta da contra-racionalidade, congrega a idéia da dimensão do cotidiano - ainda que um conceito arriscado pela sua complexidade e jovealidade na Geografia – o qual encontra-se a esperança de novas possibilidades para todos (dimensão das contra-racionalidades): *O mundo do cotidiano é também o da produção ilimi-*

tada de outras racionalidades, que são, aliás, tão diversas quanto as áreas consideradas, já que abrigam todas as modalidades da existência (SANTOS, 2000: 126-127). Essa dimensão merece devido cuidado pela peculiaridade que ela pode revelar sobre os eventos, Milton Santos instiga trazendo essa prerrogativa para a análise, porém apenas lança o conceito para que possamos desenvolver e pensar com esperança sobre a existência.

O Espaço Geográfico como Possibilidade

Esta tentativa de compreensão do mundo e do lugar, em sua abstração, o Espaço Geográfico, esta longe de ser concluída com uma visão pessimista do lugar e do mundo, mesmo tendo todas as manifestações favoráveis a tal pensamento. Mas deve-se retomar a sensibilidade de todos sobre o lugar e sua substantivação otimista, uma relação que é positiva quando se entende o todo e o particular como uma totalidade dialética e possível de transformação. Sem esquecer do ensinamento de Milton Santos, o mundo é um conjunto de possibilidades. E as possibilidades estão dadas a todos, mas nem todos sabem disto. A idéia que encontra-se na insistência de SANTOS de que acima de qualquer presunção individualista, **o espaço é banal**.

Na inspiração do jovem Geógrafo Fábio Tozi, para quem o otimismo é cerne para o traçado da Geografia, protesta que *A esperança é renovada a cada novo momento, a cada nova situação que se impõe aos lugares (...) As bases técnicas do futuro promissor estão presentes nos lugares de forma concreta ou latente. As solidariedades que mantêm a vida nas situações mais impróprias e inacreditáveis reabilitam os objetos, e consequentemente sua racionalidade primeira. E podem a partir disto partir para o novo uso das técnicas, um novo uso do território, que atenda aos princípios do homem, e dignifique sua existência* (TOZI, 2001:62).

A entrelaçada relação vista entre mundo, lugar e existência faz com que se pense tratar de conceitos relacionados que respondem não só a anseios e perguntas particulares e individuais, mas também as questões que o todo tem gritado em suas mais múltiplas formas. A importante responsabilidade do Geógrafo se pauta na sintonia entre a realidade e o instrumental teórico, empírico e técnico que a Geografia hoje oferece. Essa ação é a prática efetiva do pesquisador e intelectual. O privilégio concedido pela Geografia, mas alcançado por poucos, se respalda na busca incessante de compreender a sin-

gular existência que é tudo. Certificando-se, assim, que essa prática é a própria revolução!

Bibliografia

CASTILLO, Ricardo; TOLEDO, Rubens & ANDRADE, Julia. *Três Dimensões da Solidariedade em Geografia – Autonomia Político-Territorial e Tributações.* Revista Experimental, n°3, setembro, 1997, São Paulo.

CATAIA, Márcio Antonio. *Território Nacional e Fronteiras Internas: A fragmentação do território brasileiro.* Tese de Doutoramento. Orientação Profa. Dra. Maria Adélia A. de Souza.Departamento de Geografia - FFLCH – USP. 2001.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo Razão e Emoção* (1996). HUCITEC, 3° ed, 1999, São Paulo.

_____ *O Lugar: Encontrando o Futuro.* 1994.

_____ *Guerra dos Lugares.* In: Jornal Folha de São Paulo, (8/8/1999-a).

_____ *O Território e o Saber Local: Algumas Categorias de Análise.* Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, anoXIII, n°2, 1999.

_____ *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal.* 2° ed., Record. São Paulo, 2000.

_____ *Técnica Espaço Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional.* HUCITEC. 4° ed. São Paulo, 1998.

SARTRE, Jean- Paul. *O Existencialismo é um Humanismo* (1946). In: Os Pensadores. Abril Cultural, 1978, São Paulo.

SOUZA, Maria Adélia de. *O Lugar de Todo Mundo - A Geografia da Solidariedade.* Conferência feita no I Encontro Internacional de Geografia da Bahia. 1997(a).

_____ *Cidade: Lugar e Geografia da Existência.* Conferência do 5° Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Salvador, 1997(b).

TOZI, Fábio. *Geografias da Desigualdade – Território e Fome.* Monografia. Orientação Maria Adélia de Souza. Departamento de Geografia – IG – Unicamp. 2001.

TRABALHO, POLÍTICA E TRABALHADORES

Fernando Ferrone Corrêa
Camilo Albuquerque de Braz
Paula Cristina Bin Nomelini
Cristiane Regina Miyasaka

AS CONTRADIÇÕES TEÓRICO-TÁTICAS DO PCdoB FRENTE À OFENSIVA NEOLIBERAL NO BRASIL*

FERNANDO FERRONE CORRÊA**

Introdução

Este artigo tem duas pretensões. A primeira é analisar a concepção que o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) teve da ofensiva neoliberal no Brasil. A segunda é mostrar como, apesar da análise correta da situação, o partido não foi capaz de formular uma alternativa realmente revolucionária, condizente com a tradição política que arroga para si, para fazer frente à ofensiva em questão. Contudo, antes de entrarmos na análise do PCdoB, faremos uma exposição de nossa própria análise da situação. Isto se faz necessário, pois mesmo que seja importante ater-se ao discurso do partido, acima de tudo, é essencial investigar em que medida ele tem compromisso com os fatos.

a) Caracterização do Neoliberalismo

Nossa caracterização baseia-se fundamentalmente no livro *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil* de Armando Boito Jr[1]. Sua primeira parte retrata justamente o esforço que o autor fez para caracterizar o fenômeno neoliberal. Segundo Boito, o neoliberalismo é um conjunto de políticas justificadas por um discurso de classe, no caso, da classe burguesa. Os principais idealizadores deste discurso foram o casal Friedman, Hayek e os pensadores da

* Este artigo é resultado de pesquisa realizada com auxílio financeiro do CNPq.
** Graduando em Ciências Sociais da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Marxistas – Cemarx – cuja sede se localiza no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH – da mesma universidade.
[1] Armando Boito Jr., *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

escola de Virgínia[2]. Basicamente, sua tese principal é a de que os monopólios de maneira geral, e o monopólio estatal em particular, ao tolher a liberdade de escolha do consumidor frente à oferta livre no mercado, suprimem o conjunto de liberdades do próprio indivíduo e inibem a eficiência do aparelho produtivo. Segundo os neoliberais, a liberdade do consumidor é o *pressuposto* para a liberdade individual e para a alocação ótima dos recursos disponíveis.

É sabido que os governos europeus do pós-guerra implantaram um regime que, posteriormente, ficou conhecido por *welfare state*. Este se caracterizou por investimentos maciços de recursos públicos em bens coletivos: educação, saúde, previdência social, etc. Também é igualmente verdade que, mesmo que este mesmo modelo de desenvolvimento capitalista não tenha sido aplicado na periferia do capitalismo, houve experiências de desenvolvimento que resultaram em conquistas semelhantes. No Brasil, por exemplo, um sistema público de educação, saúde, previdência social foi implantado no decorrer do pós-guerra pelos governos desenvolvimentistas. Também é considerável o número de empresas estatais que surgiu no período. De diversas maneiras, este capitalismo de Estado estava relacionado com a ampliação dos direitos sociais, a começar pelo fato de ele aumentar a capacidade de regulação e de investimento do Estado nacional. O pensamento neoliberal vai contra todas estas conquistas. Segundo ele, são todos claros exemplos de monopólio onde a liberdade do consumidor inexiste, visto que, caso queira ser atendido, por exemplo, num hospital – nas palavras dos neoliberais, consumir um produto específico: bens que garantem saúde – terá que "escolher" entre uma gama restrita e submetida à padronização do serviço público, não dispondo, já que o serviço público usufrui de verba definida politicamente, de mecanismos para "punir" os hospitais ruins e "premiar" os bons. Por isso, a medida preconizada pelo neoliberais para garantir a liberdade do consumidor e ao mesmo tempo aumentar a eficiência do serviço hospitalar é a *privatização* deste aparato de bem-estar. Sendo a saúde uma mercadoria como outra qualquer, o consumidor será soberano e seus ofertantes terão a concorrência como aguilhão que lhes imporá a eficiência.

O mesmo argumento – da garantia da liberdade do consumidor e da eficiência – é utilizado para prescrever a *abertura comercial* e a *desregula-*

[2] São livros muitos significativos: Milton e Rose Friedman, *A Liberdade de escolher*, Rio de Janeiro: Record, SD e F. A. Hayek, *Os fundamentos da liberdade*, Brasília: UnB, 1983

mentação do mercado em geral, e em particular, do mercado de trabalho com a supressão ou diminuição de direitos trabalhistas. Segundo os neoliberais, qualquer garantia de direitos trabalhistas dada pelo estado é prejudicial, pois interfere no livre jogo da oferta e da procura falseando o mecanismo de preço. A proteção trabalhista encarece artificialmente o produto (força de trabalho) e prejudica sua inserção no mercado – ou melhor, garantiria o monopólio de uma minoria de trabalhadores em detrimento do emprego e da remuneração da grande maioria. A abertura comercial – que se caracteriza pela diminuição ou supressão de incentivos fiscais e barreiras alfandegárias – é o que garantiria a livre circulação de mercadorias no mercado global, contribuindo, através da lei da oferta e da procura, para regular os preços em direção ao preço de mercado – que é o indicador das necessidades do organismo social.

Boito mostra como este pensamento é, na verdade, não um conjunto de propostas práticas, cujo benefício adviria igualmente para todos os indivíduos, mas um pensamento marcadamente de classe, em que quem se beneficia é o conjunto da classe burguesa em detrimento dos trabalhadores, entendidos aqui como proletariado e campesinato. Segundo o autor, o discurso da liberdade do consumidor é uma reedição anacrônica de um antigo discurso burguês. No período concorrencial do capitalismo, principalmente século XIX, até se entendia o discurso favorável à liberdade do consumidor, pois havia um capitalismo em expansão cuja característica mais marcante era ser composto por uma imensa pluralidade de agentes capitalistas. Contudo, o século XX viu nascer uma nova fase do capitalismo, quando o capital não se encontrava mais fragmentado em diversos agentes, mas cada vez mais concentrado nas mãos de poucos. Falar, neste período, de liberdade do consumidor é propor um discurso que não tem fundamento na realidade sócio-econômica. Ademais, a crítica às interferências do estado na economia não leva em conta o fato de que tais políticas foram, em grande medida, conquista dos próprios trabalhadores para terem um mínimo de proteção perante aos monopólios privados que se constituíam. De mais a mais, os neoliberais, ao atacarem tão ferozmente o monopólio estatal, se esquecem convenientemente dos monopólios privados, cada vez mais potentes no capitalismo atual.

Outro elemento importante da análise de Boito é situar-se no debate atual sobre a *noção* de globalização. Segundo ele, a política neoliberal comporta um elemento *imperialista* no sentido de que ela não é aplicada de igual modo no

centro e na periferia do capitalismo. Assim, a abertura comercial se dá de maneira desigual: quando, no Brasil, por exemplo, o mercado é praticamente todo aberto ao exterior, na Europa os produtos agropecuários são altamente protegidos. O mesmo ocorre com certos produtos no mercado estadunidense. As siderúrgicas estadunidenses, por exemplo, são protegidas por *lobbies* muito fortes que restringem um dos poucos mercados onde um produto brasileiro – o aço – é competitivo. O mesmo se dá com o açúcar, a soja, o suco de laranja, etc. De igual modo, as privatizações na Europa não foram tão intensas e tão desreguladas quanto o foram no Brasil. Ora, a noção de globalização, quando contesta o fenômeno neoliberal, o faz sem levar em conta as particularidades regionais: torna-se um discurso catastrofista e impotente diante da realidade atual[3].

No Brasil, a política neoliberal foi aplicada um pouco tarde, se comparada com o resto do mundo[4]. Ela começa de maneira muito tímida no governo Sarney e toma corpo com o governo Collor. Há um certo interregno de indefinição no governo Itamar e se consolida plenamente com os dois governos FHC (1994 e 1998)[5]. O caso brasileiro, mesmo tardio, se encaixa perfeitamente em nossa definição: neste período um número inaudito de privatizações foi realizado. Além disso, a regulamentação estatal do mercado de trabalho que se dava através de uma legislação que garantia direitos mínimos aos trabalhadores (CLT) foi atacada, causando grandes prejuízos aos trabalhadores. O mercado de capitais foi aberto à especulação internacional e diversas proteções alfandegárias foram suspendidas, causando enorme prejuízo à indústria nacional.

---

[3] Cf. Octavio Ianni, *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995; *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996; *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

[4] Cf. Sebastião C. Velasco e Cruz, "Alguns argumentos para reformas orientadas para o mercado". *In: Revista Lua Nova*, nº 45, 1998.

[5] Por ocasião do *I Encontro de Pesquisa em Humanidades*, meu camarada Danilo Martuscelli, durante a apresentação de sua comunicação, chamou minha atenção para o fato de que o governo Itamar fora responsável por privatizações importantes durante seu governo. Isto caracterizaria sua estadia na Presidência da República não como um interregno, mas como parte da era neoliberal. Discordo desta opinião, apesar de reconhecer que o dado é verdadeiro, pois o simples fato de um dos elementos que caracterizam a política neoliberal ser aplicado, não indica plenamente sua existência. Creio que seriam necessários mais estudos para comprovar a tese de Martuscelli.

Em resumo, a política neoliberal, em geral e no caso particular brasileiro, se mostra claramente antipopular, antinacional, de retorno ao capitalismo anterior às conquistas populares do século XX.

b) O PCdoB frente ao fenômeno neoliberal

Para o PCdoB, o neoliberalismo é a forma que a burguesia encontrou para sair, nas palavras do partido, de uma "crônica e integral crise" por que passa desde o pós-guerra. Segundo o partido, isto é evidenciado, do lado do capital, pelo fato de que (1) as economias capitalistas apresentam problemas na acumulação de capital e (2) há diacronismo entre os ciclos econômicos das grandes potências: (a) a economia japonesa, está estagnada há anos e (b) há sinais de crise na economia americana que cresceu muito durante uma década, mas não possui fundamentos sólidos. Não obstante, dada a conformação específica do modo de produção capitalista, estes problemas não podem ser resolvidos no âmbito do próprio capital, sendo necessário, pois, encontrar outra saída.

Segundo o PCdoB, esta estaria na esfera do trabalho:

> *"Os aumentos da composição orgânica do capital e do exército industrial de reserva convergem para a política de desvalorização da força de trabalho. Adotam-se transformações técnicas para elevar a taxa de extração de mais-valia relativa. Ao mesmo tempo, intensifica-se o ritmo de trabalho (mais-valia absoluta) e promove-se a regressão das formas de trabalho, a diminuição dos salários, a dispensa de trabalhadores, que se tornam supérfluos com as novas tecnologias, a anulação de conquistas trabalhistas e o surgimento de esquemas de subcontratação (terceirização)"*[6]

Ao mesmo tempo, há uma contradição de outra natureza: entre nações. Segundo o PCdoB, as economias do capitalismo periférico sofrem outros ataques, como por exemplo, a desnacionalização através de compra de empresas estatais por empresas multinacionais. Isto se dá, evidentemente, sem a contrapartida: os países do centro do capitalismo que mantêm, por exemplo, o protecionismo de suas áreas estratégicas. Esse ponto será bem desenvolvido para o partido, comentaremos mais detalhadamente a frente, quando trataremos das questões táticas.

[6] "Resoluções do X Congresso" *In: A Classe Operária*, nº. 208, 9 jan. 2002.

Para resumir, então, o que entende por neoliberalismo, o partido escreve:

> "Essa diversidade de políticas e processos está contida no projeto neoliberal, que consiste na privatização das empresas e do patrimônio público; na retirada do Estado da gestão e do papel regulador da economia; na desregulamentação; na abertura nas áreas comercial, financeira e tecnológica; na disciplina fiscal; na estabilidade monetária obtida à custa do sacrifício do desenvolvimento econômico e social; e na promoção de reformas regressivas nas áreas social e trabalhista"[7]

De uma forma geral, a análise realizada pelo PCdoB é muito parecida com a que nós mesmos fizemos acima.

c) Análise das contradições no discurso e do realismo da tática

Entendemos por propostas as táticas adotadas pelo partido. A tática é um elemento do discurso do partido, e não poderia entrar em conflito com as outras partes. Notamos que há uma contradição não propriamente oriunda da análise de conjuntura do partido, mas relativa à herança histórica que ele se arroga e à tática frente à conjuntura.

Em diversos momentos do texto, o partido se arroga um lugar na tradição marxista de vertente *leninista*. Um dos elementos que poderiam ser escolhidos como argumentos em favor do partido é o fato do partido entender a luta política sob um duplo aspecto: programa mínimo e programa máximo. Vejamos como isso aparece em Lênin.

Na obra *Duas Táticas da Social-democracia na Revolução Democrática*, Lênin propõe a divisão do programa partidário em dois momentos[8]. Para entendermos, é preciso retomar a análise da conjuntura específica sobre a qual Lênin se debruçou. Tratava-se da Rússia Czarista. A prática partidária tinha mostrado a Lênin que certas liberdades *políticas* eram essenciais para a organização partidária da classe operária. Contudo, estas liberdades eram praticamente inexistentes e, de certo modo, impossíveis no regime czarista. Lênin via também que havia frações burguesas que reivindicavam liberdades *políticas* semelhantes àquelas reivindicadas pelo proletariado. É verdade que tinham outro fim em mente, mas tratava-se de liberdade semelhantes. Lênin,

[7] Idem, Ibidem.
[8] V. I. Lênin, *Obras completas*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1982.

então, propôs que o proletariado se aliasse àquelas frações burguesas no intuito de juntos lutarem por direitos *políticos*. Lênin era cônscio do fato de que a democracia burguesa comporta limites muito grandes para o proletariado, contudo eram um forte avanço em direção ao socialismo. O *programa mínimo*, era então, o programa que compilava as medidas visando uma maior democratização, resultado de uma aliança com certas frações burguesas. O *programa máximo* é a revolução socialista propriamente dita, um novo momento de ruptura com a ordem social vigente de exploração de uma classe por outra.

De uma certa forma isto estaria presente no PCdoB, senão de forma explícita, ao menos sob a carapaça de certas expressões: o intuito do programa mínimo de Lênin era ser um meio para a revolução, uma forma de acumular *forças*. Ao invés de dizer programa mínimo, o PCdoB diz *acumulação de forças, criação de condições*. Isto vai aparecer nos seus documentos principalmente com relação à segunda contradição apresentada por nós: aquela que se dá, não na relação direta entre capital e trabalho, mas sim, entre nações, mais exatamente, entre as nações do centro e as da periferia do sistema capitalista.

Segundo o PCdoB, o Brasil é um país dependente, explorado, e com a política neoliberal esta situação se agravou ainda mais. Se é vontade do partido a revolução, e ele segue as teorias de Lênin, é natural que ele analisasse a situação na mesma perspectiva que Lênin fez com a Rússia czarista. Assim, ao invés de propor uma revolução imediata – programa máximo – ele pensa, num primeiro momento, em acumular forças – programa mínimo. Concretamente, isto se daria através da tomada do governo e da implantação de um projeto de reconstrução nacional. Com uma economia soberana, fincada fortemente na nação brasileira como um todo, o Brasil teria mais capacidade para a revolução socialista.

Isto, aparentemente, não fere a teoria leninista. Contudo, ao lermos Lênin, vemos que ele está preocupado com liberdades políticas, conquista de direitos políticos. A aliança com frações burguesas era uma maneira de conseguir liberdade de expressão e organização, por exemplo. No PCdoB, a coisa toma uma outra feição. O PCdoB pretende desenvolver forças produtivas, a economia, para assim poder acumular força política para a revolução. Ora, desenvolvimento das forças produtivas, nos moldes do sistema capitalista, significa realizar uma aliança com setores burgueses. Estes setores seriam, para o partido, aqueles descontentes com a política neoliberal: trata-se da bur-

guesia industrial brasileira e da pequena-burguesia. Isto instaura uma contradição entre o discurso de pertença a uma tradição e as práticas efetivas.

Na verdade, aqui se nota uma profunda influência do pensamento de Stálin[9]. Até alguns anos, o partido se declarava abertamente filiado às teorias stalinistas. Contudo, fatores de ordem política fizeram com que as referências a Stálin fossem desaparecendo. Suas idéias, não obstante, permaneceram. João Quartim de Moraes chama a atenção para dois conceitos importantes de Stálin: nação e etapa[10]. O conceito de *nação* é construído segundo uma tipologia que leva em consideração tanto elementos políticos como econômicos[11]. Isto faz com que estes traços sejam tratados de forma simétrica, isto é, tendo o mesmo peso explicativo. O direito, enquanto traço político, tem o mesmo peso do desenvolvimento econômico, traço econômico. Assim, isto permite uma escolha tática que privilegie um ou o outro. O PCdoB escolhe aquele que privilegia o traço econômico. Em Lênin, o conceito de *estado* não é construído num esquema tipológico, mas segundo suas funções políticas (aparelho especial de repressão e manutenção do direito burguês).

Quanto ao conceito de *etapa*, é mais do que evidente. No discurso do PCdoB, o partido faz a revolução segundo o caminho: desenvolvimento econômico nacional – acúmulo de força política – revolução socialista. Em Lênin, o acúmulo de forças (programa mínimo) é pré-requisito para a construção do partido. Ela é anterior à revolução propriamente dita, não é uma etapa da revolução que, de resto, se faria de uma vez só.

Além deste problema relativo à heterodoxia com relação à herança leninista, optamos por analisar as propostas do PCdoB segundo outro critério. Trata-se agora de analisar as propostas frente à configuração do poder no estado brasileiro. Dissemos que já que o PCdoB não pretende abolir a legalidade vigente, ele terá que brigar eleitoralmente. Dissemos também que o PCdoB entende que algumas frações da burguesia brasileira foram afetadas

[9] Joseph Stálin, *Fundamentos do leninismo*. São Paulo, Global, SD.

[10] João Quartim de Moraes, "A influência do pensamento de Stalin no comunismo brasileiro". *In.* Daniel Aarão Reis Filho [et al.] (org.), *História do Marxismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

[11] Há um livro interessante que coleta vários escritos de Stalin sobre a questão nacional. Trata-se de *Le marxisme et la question nationale e coloniale*. Paris, Bethune, 1974. Desconheço se há traduções para o português.

pela política neoliberal, assim elas seriam potenciais aliadas num governo de reconstrução nacional anti-imperialista.

Contra esta tese, propomos outra: as possibilidades de alianças duradouras num possível governo de reconstrução nacional anti-imperialista são muito baixas. Isso porque não é verdade que as frações burguesas enunciadas pelo partidos – pequena-burguesia e burguesia industrial nacional – foram apenas prejudicadas com a política neoliberal. É verdade que seus benefícios são menores que a fração hegemônica – a do grande capital monopolista e financeiro internacional – contudo, se os compararmos com diversos segmentos de trabalhadores, seus ganhos foram consideráveis: a burguesia industrial brasileira, se por um lado perdeu com abertura comercial, ganhou com a desregulamentação do mercado de trabalho. Mesmo a pequena-burguesia, que é a associada menor dos agentes da política neoliberal – ganhou benefícios com a política cambial adotada no início do Plano Real e ainda hoje ganha com a desregulamentação do mercado de trabalho. Muitos industriais e pequenos empresários se beneficiaram com as privatizações dos setores de educação e abriram escolas particulares, configurando o que Boito chama de uma nova burguesia de serviços[12].

Esse seccionamento se reflete no estado brasileiro: o governo FHC vive até hoje uma unidade conflituosa, porém ainda una, entre monetaristas – representantes do capital financeiro internacional – e desenvolvimentistas – representantes do capital industrial brasileiro. O conceito que permite pensar isto é o de *bloco no poder*, formulado originalmente por Nicos Poulantzas e aplicado por Boito para explicar a configuração estatal brasileira na ofensiva neoliberal[13].

Utilizando este conceito, podemos afirmar que a tática do PCdoB é equivocada, uma vez que não leva em consideração a *unidade* do bloco no poder brasileiro, mas apenas os *conflitos*.

---

[12] Apresentamos aqui em linhas gerais as relações entre as frações de classe na conjuntura neoliberal no Brasil. Para um maior aprofundamento, vide Armando Boito Jr., cit.

[13] O livro de Poulantzas é *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, François Maspero, 1971, especialmente a seção 4 do capítulo 3 do segundo volume. Há boas traduções para o português.

CAMELÔS NO SINDICATO: ETNOGRAFIA DE UM CONFLITO NO UNIVERSO DO TRABALHO (NOTAS SOBRE UMA PESQUISA EM ANDAMENTO)

CAMILO ALBUQUERQUE DE BRAZ*

1. Notas

Essa pesquisa se iniciou no final de 2000, quando da realização de um pequeno projeto de pesquisa para avaliação de meu desempenho na disciplina Pesquisa Antropológica, ministrada pela professora Maria Filomena Gregori, a Bibia, na Unicamp. Os primeiros contatos que tive com meus interlocutores datam, portanto, dessa época.

Ao longo de 2001, trabalhei junto ao professor Omar Ribeiro Thomaz a fim de desenvolver e amadurecer o projeto, que culminou na concessão de uma bolsa de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Oficialmente, portanto, minha investigação se iniciou em março deste ano e terminará em dezembro. Desde já, advirto que meu intento é continuar trabalhando neste tema, num Mestrado futuro.

2. Objetivos da pesquisa

Dois fatores singularizam esta pesquisa. O primeiro talvez seja que nela o que se propõe é estudar, a partir de uma perspectiva antropológica e qualitativa, questões concernentes ao universo do trabalho, cuja tradição de pesquisas, sem estar ausente no campo antropológico, consolidou-se, em grande medida, entre os sociólogos e economistas. Constitui, assim, um dos objetivos mais gerais contribuir para aquecer uma discussão teórico-metodológica com

* IFCH/UNICAMP.

respeito à questão do trabalho – tendo em vista um certo refluxo dos estudos antropológicos acerca deste tema, nos últimos anos.

Dessa forma, essas notas começam por considerações acerca de alguns trabalhos clássicos e caros ao pensamento social no Brasil, que procuraram estudar o universo do trabalho a partir de uma perspectiva antropológica. O intuito aqui, ao tentar perceber como alguns autores estudaram essa temática e quais os pressupostos teóricos e metodológicos de que se utilizaram, é duplo: por um lado, tentar mostrar como uma análise antropológica do universo do trabalho é possível e rica e, por outro, apreender como esses autores nos ensinam a executá-la.

Em 1972, Rosilene Alvim defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Seu trabalho se insere numa vigorosa tradição que se instalava entre jovens antropólogos cariocas e que tinha como proposta o estudo do(s) universo(s) do trabalho. A autora, a partir de um estudo de caso – os ourives de Juazeiro do Norte, no Ceará –, se propõe, a partir das representações dos trabalhadores da "arte do ouro", compreender como eles se definem dentro da atividade econômica em que estão inseridos (Alvim, 1972). As entrevistas dirigidas e observação participante permitem alcançar as categorias nativas que definem sua prática econômica; a construção de um sistema de representações nos aproxima ao elo que as explica. Só assim seria possível a análise das contradições apontadas pelo trabalhador, como ele se representa enquanto vendedor de sua força de trabalho e possuidor do controle dos meios de trabalho – no limite, como dá conta de sua situação ambígua ou transitória. Mais do que isso, Alvim parte de suas representações a fim de preencher as lacunas que enxerga nos dados quantitativos a respeito desse universo de trabalho. A base do seu trabalho é a idéia de que "o discurso dos operários está completamente envolvido com os meios de trabalho, o objeto de trabalho e o produto" (ibid.: 86). Os relatos orais de antigos ourives permitem ainda reconstituir a história dessa prática de trabalho e revelam como os trabalhadores aspiram a superação da contradição de serem os possuidores dos meios de trabalho – são "artistas" –, mas vendedores de sua força de trabalho.

Na mesma direção, vai o estudo de caso de José Sérgio Leite Lopes sobre os operários das usinas de açúcar de Pernambuco, pesquisa apresentada também como dissertação de mestrado no Museu Nacional, no início da déca-

da de 70 (Lopes, 1978). Seu objetivo é a descrição do trabalho dos operários do açúcar através de seu pensamento a respeito de sua prática econômica. As representações, categorias de pensamento e modelos de comportamento do grupo social estudado se aliam à observação direta: "assim, nos preocuparemos aqui em analisar as representações e comportamentos dos operários do açúcar a respeito do seu trabalho, de sua prática econômica" (Ibid.: 07). A partir disso, o autor procura enxergar a reinterpretação que os operários fazem de categorias e práticas impostas a esses trabalhadores, inclusive na esfera de produção bem como as relações estabelecidas entre si e com os órgãos diretivos da usina. Seu procedimento permite compreender como os trabalhadores interpretam a retórica da usina a respeito do seu trabalho e, assim, busca descrever as conseqüências, para os operários, de suas condições de trabalho. É central aqui o universo de representações dos trabalhadores mais velhos sobre a implementação da jornada de trabalho legal, da CLT (que nunca se efetivou nas usinas, pelo menos para os "operários") e sobre novas formas de concepção do salário. Trata-se, enfim, de um trabalho antropológico denso, que busca observar as peculiaridades deste mercado de trabalho por meio das histórias de vida dos operários, seu dia-a-dia, suas ambições. Segundo Lopes, na história de vida aparece a visão deles sobre os outros grupos sociais. Assim, o autor analisa as trajetórias sociais desses indivíduos e busca compreender sua visão acerca de sua condição.

Logo na introdução de seu estudo sobre famílias de operários da Grande São Paulo, Carmen Cinira Macedo P. de Moraes procura mostrar como, ao enfrentar o estudo das chamadas "sociedades complexas", o antropólogo se vê desvendando modos de vida heterogêneos. Mais do que isso, nas sociedades regidas pelo modo de produção capitalista, passa a iluminar "o modo pelo qual a desigualdade social é produzida e vivida no interior da ordem urbano-industrial". O propósito da autora é compreender de que forma as famílias de operários organizam sua experiência, avaliam suas condições de trabalho e de existência enquanto operários e como, individualmente, constróem expectativas com relação ao futuro. A passagem do tempo só fica clara quando percebemos que "o significado do trabalho fabril, para esta população, só poderá ser claramente compreendido se vinculado às avaliações acerca de sua condição passada" (Ibid.: 77). Para Moraes, "passado, presente e futuro não são momentos seccionados, mas um conjunto vivenciado, de certa forma, simul-

taneamente, construindo-se o significado da condição presente sempre por referência a esse conjunto" (Ibid.: ibid.). Mais do que isso, o que ela nos diz é que "as avaliações das condições de existência são sempre comparativas, seja face à de outras pessoas, seja face à própria, em outros momentos do processo da vida" (Ibid.: ibid.). Analisando as representações desses trabalhadores, Moraes aponta seu desejo de abandonar a condição operária, o que se traduz em sua visão do presente e expectativas quanto ao futuro. Além disso, pela análise de seu discurso conclui que a figura do "operário" se constrói por referência ao "patrão", tido como o "outro". Na conclusão, Moraes retoma alguns desses pontos. Destaca-se a importância ressaltada ao trabalho etnográfico e antropológico no estudo dos diferentes universos de trabalho, partindo das categorias e representações dos próprios operários para a compreensão desses universos. Segundo a autora, "cumpre não esquecer que a atividade humana envolve, sempre, o esforço dos homens de construir e integrar significados que possam dar sentido a sua vida concreta e que esse esforço se traduz em formas de conceber sua própria inserção na realidade social" (Ibid.: 143).

Por fim, gostaria de falar sobre um trabalho que, de certa forma, lança mão tanto da sociologia quanto da antropologia do trabalho para a compreensão de um fenômeno concreto. Trata-se de uma compilação de artigos sobre a trajetória de vida e a mobilidade social de trabalhadores da indústria química na Bahia, tendo como cenário a Salvador dos anos 70 e 80 (Agier, Castro & Guimarães, 1995). Logo na introdução, os autores lembram a importância do componente subjetivo da ação no enfoque escolhido – a representação da trajetória e da posição social do sujeito, lembrando-nos que, a partir da segunda metade dos anos 70, a sociologia e a antropologia do trabalho se esforçaram para "reencontrar os sujeitos e teorizar a construção de suas ações" (Ibid.: 12). Logo de início, Castro e Guimarães insistem que o desafio permanente para a compreensão do processo de formação de atores sociais está em restabelecer os nexos entre subjetividades pessoais e grupais, individuais e coletivas (op.cit.). Agier sublinha ainda que a busca por uma lógica que torna "operárias" as trajetórias profissionais dos sujeitos da pesquisa só se efetivou quando se percebeu que "a posição atual do sujeito dá um significado *a posteriori* às suas práticas passadas e constrói um sentido para sua história" (op. cit.: 78).

Dito isso, espero que tenha ficado claro a pertinência de uma antropologia de universos do trabalho – nesse caso, de um universo específico: os traba-

lhadores da economia informal da região central da cidade de Campinas. Esse é nosso ponto de partida.

Isso nos leva à segunda singularidade desta pesquisa, que é o fato de ela ter, como seu foco de interesse empírico, uma instituição que é, em si mesma, intrigante – um sindicato de trabalhadores informais, nomeadamente o Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal de Campinas, uma forma de organização que remete à experiência histórica de representação de interesses dos chamados "trabalhadores formais", mas que, no caso a ser tratado, propõe-se a defender interesses de trabalhadores informais – "camelôs". Enfrentar analiticamente este objeto requer estudar a complexa relação entre trabalho formal e informal, a qual no último decênio ganhou novas características, tendo em vista que, atualmente, a informalidade atinge um espectro cada vez maior de trabalhadores, assumindo formas as mais variadas.

Mas um terceiro elemento não pode deixar de ser sublinhado nestas notas. Algo que, de certa forma, aparece já no título da pesquisa. Trata-se do fato de que há, no Terminal Central, um claro conflito entre os camelôs e os comerciantes estabelecidos. Esse conflito incide precisamente na discriminação, na tentativa de imposição de uma visão particular, na conquista de um mesmo espaço social.

Assim, o que venho buscando é perceber, por meio de dados qualitativos e à luz da antropologia, como esses trabalhadores vivenciam e experienciam a sua situação. Dito de outra forma: tendo em vista I) que o universo empírico em questão é composto por indivíduos que estão excluídos (por diversos motivos, inclusive "estruturais") do chamado mercado formal de trabalho e, mais do que isso, são trabalhadores da economia informal inseridos em uma situação de conflito (expresso nas relações com os comerciantes, com a mídia e mesmo com o poder público); II) tendo em vista, também, as transformações pelas quais o universo do trabalho tem passado no Brasil; torna-se relevante perceber como eles percebem sua própria situação e quais suas expectativas futuras.

3. Alguns dados etnográficos

Um primeiro aspecto que gostaria de chamar a atenção, diz respeito a um elemento que constantemente é sublinhado pelos antropólogos. Trata-se da dificuldade de, sem nunca ser considerado igual pelos nossos interlocutores, ser finalmente aceito – um processo que permanece, talvez, como um foco

virtual, um objetivo a ser alcançado ao longo da pesquisa de campo propriamente dita. De minha parte, experenciei essa dificuldade, ao longo das minhas visitas semanais ao campo. Percebo hoje que a relutância inicial em falar sobre si mesmos a alguém de fora diminuiu, embora permaneça.

Pelo fato de o Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal ser um dos principais focos de interesse empírico nessa pesquisa, o campo dessa pesquisa está circunscrito nas áreas adjacentes ao Terminal Central de ônibus urbanos da cidade de Campinas, que é onde atuam os comerciantes informais abarcados pela atuação do sindicato.

Este surge em 1990, a partir da constatação de indivíduos que trabalhavam naquela área, como "ambulantes", de que era necessário criar instrumentos que lhes possibilitassem maior legitimidade na situação de conflito em que se encontravam, devido às pressões do Poder Público, da mídia e dos comerciantes estabelecidos para que saíssem daquele local. É no momento em que surge o sindicato que os trabalhadores deixam de trabalhar como "ambulantes" e passam a se estabelecer em "pontos fixos", segundo os relatos de meus interlocutores.

No final de 1997, o fundador do sindicato, Antonio Belo, deixa o cargo e "some", segundo relatos, devido a problemas relacionados a dívidas. Em seu lugar, fica Maria José Salles, a Zezé, que trabalhava como secretária no sindicato. Zezé tem uma história de vida peculiar. Começou, segundo afirma, sua "militância", trabalhando em Comunidades Eclesiais de Base, como fazia sua mãe. De lá, trabalhou junto à vereadora Vanda Russo, do PT, no final dos anos 80. Em 1998, logo após assumir a presidência, Zezé instaura algumas modificações no sindicato. A Área do Terminal Central, é dividida em cinco "setores" – Terminal Central "Frente", "Fundo", Setor Túnel, Jumbo e Carlos Gomes. Em cada setor, são escolhidos alguns indivíduos que compõem as "comissões" de cada setor, que auxiliam Zezé no trabalho de organização dos trabalhadores da economia informal. Segundo os relatos até então obtidos, estes membros foram escolhidos em assembléias, pelos próprios comerciantes. É claro que, aqui, a opinião da presidente teve um peso maior, bem como o fato de os indivíduos eleitos serem aqueles que estão no local há mais tempo – assim como, hoje em dia, têm um peso maior as "indicações" de novos membros para as comissões, feitas por aqueles indivíduos que já fazem parte delas.

Os membros das comissões atuam no sentido de fazer valer as regras estabelecidas pelo sindicato no que diz respeito à organização de bancas, à limpeza, ao tratamento para com os clientes, entre outras coisas.

Outro elemento que gostaria de ressaltar diz respeito à *nominação* desses indivíduos, dados obtidos a partir de observação participante e de conversas com eles. Chama atenção o fato de que, geralmente, as pessoas com quem conversei se auto-referem enquanto "camelôs", mas, quando diretamente interpeladas, se dizem "comerciantes informais", afirmando que termos como "camelôs" ou "ambulantes" são pejorativos ou *desclassificatórios*. Talvez isso nos indique como as identidades são, como indica a bibliografia recente sobre o tema, circunstanciais. Inseridos numa situação de conflito permanente, imbuídos de um certo sentimento de inferioridade até pelo fato de serem constantemente vítimas de estigmatização, afirmar ser um "comerciante informal" e não um "camelô" talvez seja uma das formas encontradas por esses trabalhadores para adquirir legitimidade. Não se pode deixar de frisar, aqui, que eles estavam conversando com um "pesquisador da Unicamp" que, como eu já disse, pode até ser aceito, mas nunca é considerado um igual. Será sempre um "outro", por mais que seja "do bem".

Por fim, gostaria de ressaltar o impacto que a mídia local exerce sobre esse grupo. Sempre que saem matérias no Correio Popular enfocando os camelôs, nas quais se dá voz quase sempre justamente aos indivíduos e/ou grupos que estão no lado oposto desse conflito, há uma mobilização desses indivíduos no sentido de manifestarem sua indignação. É aí que são organizadas e levadas a cabo as manifestações dos camelôs pelo centro da cidade – uma forma, como eles mesmo dizem, de "calar a boca" dos comerciantes formais. Note-se que tais manifestações não são contudo, exclusivamente respostas do grupo a tais matérias. Basta lembrar que, em meados de junho deste ano, quando da apreensão de CDs no camelódromo que culminou na prisão de um dos membros da comissão do Setor Jumbo, que é um dos trabalhadores que está há mais tempo no local e que ajudou Antonio Belo a fundar o sindicato, uma manifestação foi realizada.

4. Hoje

A pesquisa hoje prossegue no intuito de coletar as trajetórias de vida e, sobretudo, ocupacionais de alguns desses trabalhadores, tanto daqueles que

fazem parte das comissões, quanto daqueles que não fazem. Para além de permitir obter os motivos que levaram esses indivíduos ao mercado de trabalho informal, o objetivo é tentar perceber quais as representações que eles fazem de sua condição, bem como quais suas expectativas futuras.

Além disso, vendo mantendo contato com a bibliografia sociológica e econômica especializada sobre mercado de trabalho informal.

5. Notas para uma pesquisa futura

Me atrevo, por fim, a indicar algumas notas para uma pesquisa futura, a ser desenvolvida num Mestrado em Antropologia. Em parte, o próprio trabalho de campo suscitou algumas questões novas, bem como a bibliografia existente sobre informalidade. Muitos autores discordam entre si sobre as origens da informalidade, bem como sobre os efeitos dela na economia. Não é meu objetivo, aqui, tecer maiores considerações sobre tais embates, mas apenas trazer à luz alguns pontos significativos.

Em primeiro lugar, o que os estudos recentes salientam é que a informalidade, diferentemente do que se pensava quando dos primeiros estudos sobre o tema, realizados pela Organização Internacional do Trabalho na África e na América Latina ao longo dos anos 70 e 80, não se trata de um fenômeno transitório ou exclusivo das chamadas economias periféricas. Cada vez mais, se afirma o mercado de trabalho informal como um fenômeno estrutural e crescente e se vem tentando apontar as relações que se estabelecem entre ele e o mercado formal.

Em segundo lugar, embora discordem em muitos pontos, vários autores afirmam a situação do indivíduo inserido em atividades econômicas informais como de extrema vulnerabilidade. Nisso todos concordam: trata-se de situações sociais vulneráveis. Nesse sentido, muitos autores vêm tentando apontar quais os mecanismos de que esses indivíduos lançam mão a fim de tornar essa vulnerabilidade menos latente.

Ora, em minhas visitas a campo venho constatando que grande parte dos indivíduos que sobrevivem hoje do trabalho informal na região do Terminal Central trabalham em companhia de familiares. Muitos familiares dividem um mesmo ponto, ou juntam dois ou mais pontos. Muitos indivíduos trabalham como funcionários em pontos de parentes. Muitos deles vêm para Campinas a fim de trabalhar com esses parentes.

Sendo assim, a hipótese nessas notas para uma pesquisa futura é a de que as relações familiares estabelecidas entre esses indivíduos constituem uma das formas – certamente não a única – por eles encontrada a fim de dar conta de sua situação de vulnerabilidade. Dito de outra forma, se o sindicato é a principal via institucional encontrada por esses indivíduos no que diz respeito à representatividade e legitimação política no jogo de forças que se estabelece com relação ao já mencionado conflito existente entre eles e o Poder Público, a polícia e os comerciantes estabelecidos, a nossa hipótese é a de que não é a única forma encontrada por esses indivíduos no que diz respeito à obtenção de certa segurança. As outras seriam redes que eles estabelecem entre si, das quais as relações familiares seriam, certamente, um exemplo. O objetivo será, portanto, o de investigar essas relações mais a fundo a fim de obter qual sua dinâmica, assim como as formas pelas quais são representadas pelos indivíduos nelas inseridos.

6. Agradecimentos

- Á Fapesp;
- Ao professor Omar Ribeiro Thomaz;
- Ao professor Álvaro Comin – Cebrap/USP;
- Á professora Nadya Araújo Castro Guimarães – Cebrap/USP;
- Ao pesquisador do Cesit/Unicamp – Denis Maracci Gimenez;
- Aos meus colegas da Unicamp, em especial a Rodrigo César da Silva;
- Aos trabalhadores com quem venho estabelecendo relação de pesquisa;

Bibliografia

Alvim, Maria Rosilene Barbosa, *A Arte do Ouro – um estudo sobre os ourives de Juazeiro do Norte,* Dissertação de Mestrado, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1972.

Agier, Michel; Castro, Nadya Araujo & Guimarães, Antonio Sergio Alfredo; *Imagens e Identidades do Trabalho*, São Paulo, Editora Hucitec, 1995.

Lopes, José Sérgio Leite, *O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª edição, 1978.

Moraes, Carmen Cinira Macedo P. de, *A Reprodução da Desigualdade: o projeto de vida familiar de um grupo operário*, São Paulo, Editora Vértice, 2ª edição, 1985.

SOCIEDADE HUMANITÁRIA OPERÁRIA: O MUTUALISMO NO ESTUDO DA CLASSE OPERÁRIA*

PAULA CHRISTINA BIN NOMELINI**

As relações sociais estruturadas a partir da industrialização trazem aspectos específicos, referentes às necessidades próprias desse modo de produção para sua viabilização. Ao mesmo tempo, as respostas criadas para esses desafios são também determinadas pelo lugar social dos agentes que as articulam e pelo contexto sócio-político em que se formatam.

As sociedades mutualistas são "entidades que mediante contribuições mensais asseguravam aos sócios serviços previdenciários como tratamento médico, auxílio a doentes, inválidos, velhos e viúvas."[1] Além disso, podiam fornecer bibliotecas, festas, palestras, jogos. Essas sociedades podiam ter como critério para admissão de sócios a categoria profissional, a etnia, a localização (por bairro ou empresa) ou ser impostas pelos patrões. Em alguns casos de sociedades mutualistas operárias, sua função também passa pelo aspecto sindical e reinvindicatório. Essa definição é resultante de um movimento historiográfico atual que tenta quebrar certas interpretações recorrentes no estudo do movimento operário.

Tradicionalmente, o mutualismo foi interpretado a partir de uma visão idealizada e evolutiva da classe operária. Vários autores[2] apresentaram as

---

* Esse é o título de uma pesquisa em andamento, financiada pela Fapesp, com início em 07/2002 e término em 07/2003. O orientador é o professor do Departamento de História /Unicamp Claudio H M Batalha.

** IFCH/UNICAMP.

[1] LUCA, Tania Regina de *O sonho do futuro assegurado*, São Paulo: Contexto, 1990, p 7.

[2] Os autores analisados são: FAUSTO, Boris *Trabalho urbano e conflito social 1890 – 1920,* São Paulo: Difel, 1977 ; FOOT HARDMAN, Francisco Nem Pátris Nem Patrão

sociedades de socorros mútuos como organizações espontâneas e embrionárias, local onde se desenvolveria uma cultura operária que culminaria na forma de organização final – o sindicato. Elas seriam as primeiras respostas dos operários para sobreviverem, estando restritas a certos períodos econômicos. Portanto, caracterizam o mutualismo como algo especificamente operário, independente da Igreja, Estado, patrões e outros setores da sociedade. A atuação das sociedades mutualistas seria apenas no âmbito do assistencialismo, estigmatizado "como estágio pré-histórico do sindicalismo, correspondente a uma solidariedade espontânea gerada pela vivência coletiva dos infortúnios a que se encontrava exposto o operariado pela ausência de direitos sociais."[3]

Esse viés interpretativo compreende o movimento operário como resultante de sucessivas formas de organização, que não interagiam entre si e com a sociedade, cujo ponto máximo é o sindicalismo, símbolo da forma acabada de uma consciência de classe. Partindo de um arcabouço conceitual rígido, negam a complexidade da realidade e experiência históricas, ao buscarem na classe operária apenas os elementos que confirmem o modelo que privilegiam para a elaboração de interpretações , homogeneizando e ordenando as diversidades sociais.

A leitura diferenciada das fontes sobre o 1º Congresso Operário (1906), o 2º Congresso Operário Estadual de São Paulo (1908) e o 2º Congresso Operário (1913) [4] demonstram como é impróprio privilegiar correntes ideológicas e certas formas de organizações operárias no estudo do movimento operário. Esses documentos apresentam o cotidiano dos proletários, plural e complexo, dotado de diversas estratégias para sobreviverem, entre elas as associações beneficentes. Nos três encontros houve debates sobre a questão assistencia-

---

Vida operária e cultura anarquista no Brasil, São Paulo:Brasiliense, 1983 ; FOOT HARDMAN, Francisco e LEONARDI, Victor *História da Industrialização e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20,* São Paulo: Ática, 1991; POSSAS, Cristina Saúde e trabalho A crise da previdência social, São Paulo: Hucitec, 1989; RODRIGUES, José Albertino *Sindicato e desenvolvimento no Brasil,* São Paulo: Difel, 1968.

[3] FORTES, Alexandre "Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX" IN *Cadernos AEL Sociedades operárias e mutualismo,* Campinas:Unicamp, v .6, n 10/11, 1999, p 175

[4] Documentos estão reproduzidos em HALL, Michael McDonald e PINHEIRO, Paulo Sérgio A classe operária no Brasil documentos 1889-1930, 1979, v1.

lista e a luta reivindicatória, evidenciando o peso das organizações mutualistas no movimento operário do início do século XX. É necessário o estudo dessas diferentes formas de articulação e ação dos proletários no tempo e espaço para a construção de interpretações sobre o movimento operário brasileiro que respeite sua diversidade interna.

O primeiro passo para essa construção é a leitura crítica da historiografia produzida sobre o tema. A seguir, é necessário se voltar para a pesquisa empírica, em busca de novos tipos de documentos e através da releitura dos tradicionais. Dentro dessa perspectiva, elaborei um projeto de pesquisa que tem como objetivo interpretar o movimento operário através do mutualismo. As sociedades de socorros mútuos podem nos fornecer indícios sobre a construção de uma identidade operária, sobre como os operários entendiam e mobilizavam a idéia de solidariedade, o papel disciplinador que essas organizações tinham sobre os associados, a diversidade das práticas culturais e políticas dentro do cotidiano operário, como articulavam seus interesses diante os outros setores socias.

O objetivo inicial da pesquisa é estudar como a *Sociedade Humanitária Operária* se organizou, como era administrada e quais serviços prestava aos sócios, explorando a sua influência na formação e articulação de uma identidade operária. Essa associação mutualista foi criada em Campinas no dia 18 de setembro de 1898, por operários de diferentes profissões e etnias. A principal documentação utilizada são os livros de Atas das Assembléias de Diretoria e Gerais, o livro de Contabilidade e o de Matrícula. Além disso, serão utilizados os jornais da cidade (principalmente *Comércio de Campinas* e *Diário do Povo*), a legislação municipal, estadual e federal, os almanaques de Campinas e as obras contemporâneas produzidas em Campinas, referentes a sua economia e sociedade.[5] Inicialmente, o recorte cronológico proposto é de 1898 até a década de 1920, período em que foi criada a lei Elói Chaves (1923), marco fundador da previdência no Brasil.

Os resultados parciais obtidos na pesquisa evidenciam aspectos sobre o cotidiano operário campineiro e o siginificado do mutualismo no processo de industrialização e urbanização vivenciados em Campinas no início do século

[5] A documentação está localizada nos arquivos e biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

XX. A partir da década de 1850, financiada pela agricultura cafeeira, várias indústrias instalaram-se na cidade, voltadas para a produção de maquinário para o beneficiamento de café, alimentos e vestuário.

Com a implantação de redes ferroviárias, que ligavam a cidade ao litoral santista, na década de 1870, Campinas tornou-se um pólo econômico e cultural do estado. O processo de urbanização acelerou com a dinamização do comércio, aumentando o número de bancos e companhias que prestavam serviços públicos como iluminação, transporte, àgua encanada e esgoto. Outro fator estimulante foi a imigração, iniciada em 1850 para as fazendas de café, trazendo principalmente alemães, italianos e espanhóis. Esse desenvolvimento econômico foi desestabilizado pelas epidemias de febre amarela que atingiram a cidade na década de 1890, diminuindo drasticamente o contingente populacional, que migrou principalmente para São Paulo (assim como o capital e as indústrias).

No início do século XX, a cidade passa por reformas que procuram "higienizar" o espaço urbano e, patrocinado principalmente pelo poder público municipal, procura-se promover uma imagem moderna de Campinas, com o objetivo de atrair capitais e indústrias para a região. A partir dos anos de 1910 e 1920 a cidade retoma um crescimento econômico e urbano, marcado por uma tentativa do poder municipal em promovê-lo de maneira ordenada.[6]

A *Sociedade Humanitária Operária* foi organizada para assistir aos operários em caso de doença e morte. Alguns critérios para a admissão dos sócios eram: ser operário, ter salário maior que 4 000 reis diários, conduta social adequada e estar de acordo com os estatutos da sociedade. [7] Para ingressar na *Sociedade* era preciso ser proposto por um sócio, sendo reconhecido por

[6] Sobre a cidade de Campinas, os autores analisados são: BADARÓ, Ricardo de Souza Campos *Campinas: o despertar da modernidade*, Campinas: Unicamp / CMU, 1996 ; BAENINGER, Rosana *Espaço e tempo em Campinas Migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*, Campinas: Unicamp / CMU, 1996; CAMILO, Ema E R *Guia histórico da indústria nascente em Campinas 1850-1887*, Campinas: Mercado das Letras, 1998 ; LAPA, José Roberto de Amaral A cidade Os cantos e os antros, São Paulo: Edusp, 1996 ; SEMEGHINI, Ulisses *Do café à indústria. Uma cidade e seu tempo*, Campinas:Unicamp/CMU, 1991

[7] É necessário um período maior de pesquisa para que possam ser identificadas as diferentes definições que atribuem ao que é ser operário e ter uma conduta adequada durante o período determinado.

algum dos membros da diretoria ou aprovado pela comissão de sindicância (eleita pelos diretores). Depois de aceito, deveria pagar uma jóia e mensalidades (após 1918, a *Sociedade* começa a cobrar uma taxa para os funerais, separada da mensalidade).

As diretorias tinham mandatos anuais, eram eleitas em Assembléias Gerais por voto individual e secreto (apenas tinham esse direito os sócios que não estivessem em débito), sendo composta pelos seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, Procurador, Visitadores e Comissão de Contas. De maneira esporádica, e formadas por indicação do presidente, havia as Comissões para Reforma dos Estatutos, Comissão de Sindicância e Comissões para resolverem assuntos singulares e momentâneos (como no caso da compra do Estandarte, por exemplo).

Caso comuicasse a *Sociedade* que estava doente, o sócio recebia a visita de um dos Visitadores (eram no total de quatro, que dividiam entre si a área que deveriam cobrir), que passaria um recibo a Secretaria contendo os dias em que o operário esteve doente, não podendo trabalhar, recebendo por cada dia o equivalente a 3000 reis . Em caso de morte, era dado 50 000 reis, para o auxílio nas despesas do enterro, onde a diretoria sempre se fazia presente. [8]

Para a administração da *Sociedade*, a Diretoria se reunia mensalmente, em sessões noturnas, onde discutiam os serviços que haviam prestado, os sócios propostos, o expediente da secretaria, o balanço financeiro e casos eventuais que afetavam a "ordem e progresso" da associação.[9] As Assembléias Gerais eram convocadas para a eleição da Diretoria ou cargos vagos, para a

[8] Os valores dos auxílios foram definidos inicialmente em Assembléia Geral de acordo com a situação dos operários. Durante o *período* analisado (1898 – 1921) houve a criação de valores intermediários de acordo com a gravidade da doença e o tempo em que ficavam em casa, uma pensão para inválidos e o aumento do auxílio funeral. Todo esse movimento é marcado pelas tensões cotidianas e será analisado mais profundamente na segunda parte da pesquisa.

[9] Outro aspecto que será analisado durante a pesquisa é o discurso que a Diretoria adotava para justificar seus atos e manter a *Sociedade* coesa em torno de certos objetivos. Um elemento constante desse discurso, é a mobilização dos membros da Diretoria para que se empenhassem em seus cargos trazendo o progresso para a associação, além de exigir que todos tivessem ordem e calma para discussão dos assuntos, condenando atos violentos ou caluniosos (levavam a expulsão).

aprovação dos estatutos e em certos casos extremos, através de anúncios em jornais.

No início a *Sociedade* não possuía sede própria, efetuando suas reuniões na sala das casas de membros da Diretoria. A partir de 1906, ela aluga uma sala na sede da *Liga Operária de Campinas* mas, quando esta muda de sede e pretende aumentar o aluguel, a *Sociedade* compra um prédio próprio. Em 1904 ela adquiriu o Estandarte e na década de 1910 conseguiu comprar outro prédio. Ambos eram alugados para sócios, que residiam nos prédios. Com a crise financeira de 1918 – 1919, devido a epidemia de gripe que assolou a cidade, a *Sociedade* vende um desses prédios.

Através dos ofícios discutidos durante as sessões outras evidências relevantes se colocam, como: as múltiplas associações com as quais a *Sociedade Humanitária Operária* mantinha correspondência e/ou contato, sendo estas mutualistas, recreativas, esportivas, maçônicas, assintenciais, reivindicatórias ; a relação com órgãos do governo municipal (principalmente a Câmara, através do pagamento de impostos) e estadual (referentes aos questionários respondidos para estatísticas do estado) ; eventos sociais promovidos pela *Sociedade* (festejos para inauguração do Estandarte, peças de teatro para arrecadação de fundos) e aqueles nos quais participava ; as relações de conflito entre os associados e destes com a diretoria, revelando aspectos do cotidiano operário, valores e interesses diversos (os conflitos mais recorrentes são aqueles resultantes das visitas aos doentes, quando os Visitadores, não encontrando o associado em casa, o denuncia a Diretoria como explorador da *Sociedade*, suspendendo seus auxílios) ; aspectos externos que influenciavam o funcionamento da *Sociedade* (como a epidemia de gripe em 1918, a greve dos funcionários da Mogiana em 1919-20, participação em "bandos precatórios" organizados por outras associações) ; a relação da *Sociedade* com a imprensa local (vínculo com determinados jornais que, provavelmente, eram os mais lidos entre os associados) ; a prestação de outros serviços aos sócios, como hipotecas.

Essa pesquisa, no seu estágio inicial, baseado principalmente na leitura das fontes, apresenta uma série de indícios que nos remetem a várias questões que, analisadas com maior cuidado, poderão fornecer uma interpretação coerente a diversidade de experiências e ideais que compunham o cotidiano

daqueles operários em Campinas no início do século XX. A produção de uma explicação histórica que respeite a dinamicidade e complexidade da vida social, partindo de sujeitos que são considerados os "vencidos", atenta aos limites de coesão e distanciamento das experiências, valores e objetivos destes, torna-se um desafio instigante ao pesquisador.

Revisionando a historiografia, é notável o emudecimento de diversas vozes que não correspondiam ao modelo prévio de explicação adotado. Outra tendência é a de igualar essas diferenças, proporcionando uma coerência teórica que apresenta-se irreal. A leitura das diversas fontes nos trazem os fragamentos necessários para a elaboração de uma outra história, desde que inseridos dentro do contexto onde foram produzidos. Ao analisar o lugar social de onde são produzidos, a quem se destinam, quais são suas intenções originais podemos desvendar aspectos das relações sócio-econômicas daquele período e local. Dessa maneira, o pesquisador apresenta uma história plural e dinâmica, construída por vários sujeitos que se articulam de diversas maneiras em torno de diferentes objetivos, muitas vezes determinados por forças sociais, econômicas e políticas que se transfiguram nos conflitos cotidianos.

A "QUESTÃO SOCIAL" E O JORNAL A EPOCA (1912-1919)

CRISTIANE REGINA MIYASAKA*

O Projeto de Pesquisa em nível de Iniciação Científica "A 'Questão Social' e o jornal *A Epoca* (1912-1919)" teve dois objetivos principais. Um deles foi colaborar com um Projeto Integrado mais amplo desenvolvido pelo CECULT – Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (IFCH/UNICAMP) intitulado "Cultura e diversidade no Brasil: para além da história da identidade nacional (séculos XIX e XX)", que é parcialmente financiado pelo CNPq. Essa colaboração se deu através da alimentação coletiva do banco de dados Clubes e Sociedades de Trabalhadores. Além desse objetivo, houve a preocupação de me preparar, enquanto estudante de graduação, para o trabalho do historiador. Para tal, o contato com fonte primária foi de grande relevância.

O Projeto Integrado teve como questão norteadora o debate sobre a construção e o sentido de uma identidade nacional que tem sido, pelo menos desde a primeira metade do século XIX, uma constante nos círculos intelectuais brasileiros. A necessidade de repensar o tema em tempos de globalização - que, para muitos, dissolveria não só as fronteiras nacionais mas qualquer outro tipo de especificidade cultural dos grupos sociais, étnicos etc. - aparece como um desafio instigante. Nesse sentido, não buscou-se resgatar o recorte nacional como o mais legítimo para a análise: ao contrário, objetivou-se entender o ambíguo e contraditório processo que fez e faz da nação uma instância como outras de construção de identidades. Portanto, o desafio desse projeto foi recolocar o velho tema da nação e do sentido da identidade nacional analisando-o à luz de novas descobertas empíricas e das indagações colocadas ao nosso tempo por um novo processo de supressão de diferenças.

O meu projeto inicial, dentro da problematização mais ampla encontrada no Projeto Integrado já citado, propôs-se a analisar o modo como a chamada

* IFCH/UNICAMP. Orientador: Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha.

"questão social" e as formas de organização dos trabalhadores em clubes e sociedades de diversos tipos apareceram no noticiário do jornal *A Epoca* na segunda década do século XX. Buscou-se, com isso, desenvolver uma reflexão sobre a construção de identidades de classe para além dos espaços restritos dos sindicatos e associações políticas, investigando o modo como estas podem se expressar em outras formas de associação – como os clubes dançantes, as irmandades religiosas ou os centros esportivos.

Diante dessa abordagem, a cultura operária não é entendida apenas como o que diz respeito à vida associativa dos trabalhadores, mas também está ligada às tradições, às práticas, aos ritos e aos símbolos criados e incorporados por esses cidadãos. Além disso, por trabalhadores foi utilizada a definição extremamente ampla usualmente empregada pelo movimento operário na virada do século, que ia do trabalhador fabril ao empregado no setor de serviços, incluindo tanto assalariados como trabalhadores autônomos.

Convém também precisar que a "questão social" presente no título é um termo genérico, largamente empregado na Primeira República e celebrizado na frase erroneamente atribuída à Washington Luiz: "a questão social é um caso de polícia". Este termo remete à existência de tensões decorrentes das condições de trabalho e de existência do operariado.

Quanto à escolha do jornal *A Epoca* para a realização dessa pesquisa, motivos específicos podem ser apontados. Sua coleção completa encontra-se microfilmada no Arquivo Edgard Leuenroth do IFCH/UNICAMP, onde a pesquisa é realizada. Ademais, com uma duração de aproximadamente sete anos (1912-1919), o jornal representou um marco na história da imprensa carioca, pois contrastou com o conservadorismo gráfico e de conteúdo dos demais diários da época, tais como *O Jornal do Commercio, O Paiz, A Gazeta de Noticias* e o *Correio da Manhã*. Dentre suas inovações, pode-se destacar a diagramação diferenciada, o uso freqüente de fotografias assim como sua mudança de conteúdo. A maioria dos jornais limitava-se a artigos de opinião, relatos sobre determinados acontecimentos, uma parte literária composta de um folhetim ou de uma crônica e pequenas notas sobre assuntos diversos. Os artigos de maior importância eram dedicados à política e, uma vez que outra, à economia. Em *A Epoca* as reportagens sobre os mais diversos assuntos como a vida nos cortiços ou o carnaval no morro, davam um dinamismo ao jornal, que acentuava suas diferenças com o restante da imprensa diária. Cenas da vida

cotidiana e, particularmente crimes, ganhavam um destaque nas páginas de *A Epoca* que não tinham em outros jornais. Além disso, este jornal foi um dos primeiros a estabelecer (o que mais tarde seria copiado por outros) uma coluna operária, espaço dedicado à discussão dos problemas dos trabalhadores e que noticiava o funcionamento de suas organizações.

Assim, diante dos objetivos do projeto de pesquisa apresentados como a partir de suas delimitações conceituais e materiais, o desenvolvimento da pesquisa pautou-se em duas atividades principais. A primeira delas realizou-se através da leitura do periódico *A Epoca* para o preenchimento de fichas com informações acerca da classe operária. Além disso, foram feitas reuniões com o orientador Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha para discussão de bibliografia relacionada ao tema da pesquisa.

Foram preenchidas aproximadamente 1300 fichas, compreendendo o período de 31 de Julho de 1912 à 31 de Dezembro do mesmo ano. As informações encontradas foram as mais variadas e não se limitaram exclusivamente às organizações de classe, mas estavam relacionadas também aos clubes esportivos, dançantes e carnavalescos, que provavelmente eram freqüentados por operários cariocas do período, já que se encontravam em bairros suburbanos.

Geralmente, o periódico *A Epoca* possuía oito páginas por edição, com variações aos domingos. A maioria das informações encontradas localizavam-se na "Columna Operaria" e na coluna "Nos Suburbios". A primeira delas era dedicada exclusivamente às reivindicações da classe operária. Seu editor, Mariano Garcia, que era cigarreiro e operário, normalmente escrevia um artigo de fundo sobre as necessidades dos trabalhadores e em seguida publicava uma série de notícias de divulgação das próprias associações e dos associados. Normalmente, essas notícias estavam relacionadas às reuniões e assembléias, tanto para divulgar quando e onde iriam ocorrer como para relatar as deliberações. Além disso, eram publicadas notícias de festas e eventos de posse de diretoria, de aniversário de associação e de arrecadação em benefício de seus cofres. Comissões nomeadas, assim como diretorias eleitas, também apareciam na coluna. Em certos casos, as associações publicavam manifestos em prol da luta do operariado ou tentando atrair mais associados.

Um fato que ocupou grande espaço no periódico e não apenas na "Columna Operaria" foi a realização do 4º Congresso Operário Brasileiro, entre os dias 7 e 15 de novembro de 1912 no Palácio Monroe no Rio de Janeiro.

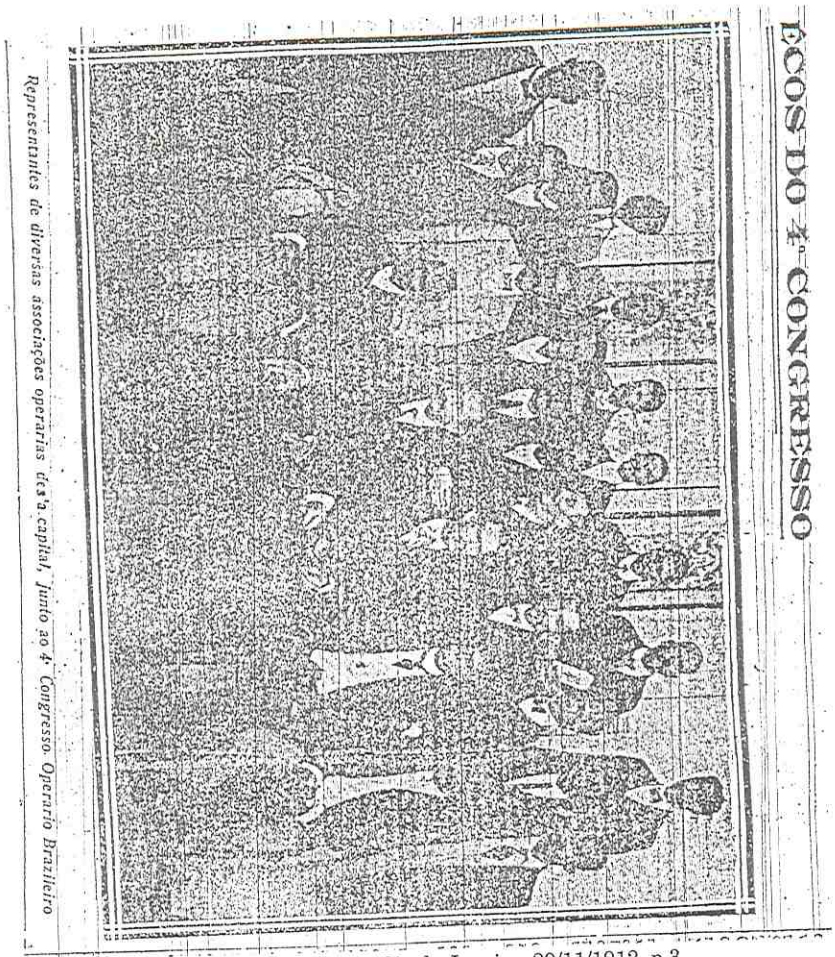
Aproximadamente 150 fichas foram dedicadas ao evento, que desde o início causou polêmica por ter sido sugerido pelo deputado Mario Hermes, filho do então presidente Marechal Hermes da Fonseca. Acusações de que se tratava de um congresso realizado por policiais foram feitas em outros jornais, o que gerou indignação daqueles que o estavam organizando e que publicavam suas opiniões n'*A Epoca*. A Liga do Operariado do Distrito Federal foi a associação que assumiu a promoção do evento, no qual estiveram presentes 74 delegações de várias partes do país. Vários assuntos foram discutidos e deliberados. Foi criada uma comissão central para a organização da Confederação Brasileira do Trabalho, que ficou responsável por lutar para que as deliberações se tornassem realidade, principalmente através da criação de leis. Dentre as reivindicações aprovadas, pode-se citar as que versaram sobre a determinação da jornada de oito horas de trabalho diárias, incluindo um dia de descanso semanal, o direito à indenização por prejuízos à saúde causados pelo trabalho, a regulamentação do trabalho nas fábricas, o direito à pensão para idosos e inválidos, a limitação do trabalho das mulheres e menores, entre outras.

É interessante destacar ainda que foram publicadas várias fotos durante e depois do Congresso, sendo algumas das plenárias e outras de militantes que trabalharam na organização. Segue em anexo uma foto das delegações do Rio de Janeiro que estiveram presentes no evento e que foi publicada no dia 29/11/1912 (figura 1).

Em relação à coluna "Nos Suburbios", apareceram várias notícias de clubes carnavalescos, pois tratava-se de um período em que esses clubes estavam se preparando para o carnaval de 1913. Notícias sobre clubes dançantes e esportivos também apareceram nessa coluna, porém com menor freqüência. Geralmente essas notícias eram para informar sobre a realização de assembléias ou para divulgar a posse de diretorias. Raramente citou-se que essas associações eram freqüentadas por operários, porém, por elas localizarem-se em bairros nos quais residiam muitos operários, elas foram fichadas.

Com o intuito de dar maior consistência à pesquisa, leituras bibliográficas também foram realizadas. Os principais temas tratados relacionaram-se a uma visão geral e panorâmica sobre a formação da classe operária no Brasil e sobre a constituição do modo de produção capitalista durante a Primeira República[1].

[1] Para tais questões, Cf. BATALHA, Claudio. *O movimento operário na Primeira Re-*



Écos do 4º Congresso, *A Epoca*, Rio de Janeiro, 29/11/1912, p.3.

Além disso, questões polêmicas como o mito criado na década de 1960 de que o movimento operário na Primeira República era estrangeiro e anarquis-

pública. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000 e FOOT-HARDMAN, Francisco e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil,* São Paulo: Ática, 1982.

ta[2] quanto a diferença entre sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo[3] também foram discutidas.

Para apresentar de maneira sucinta as correntes que estudaram a classe operária brasileira ao longo do século XX, irei me pautar em um artigo de Cláudio Batalha[4] publicado em 1998. Segundo o autor, os primeiros estudos sobre a temática foram realizados por militantes – não apenas sindicalistas e ativistas políticos, mas também outros profissionais ligados de forma militante ao movimento operário. Esses estudos podem ser classificados de três maneiras: os que descreveram cronologicamente os grandes feitos do movimento e de suas organizações; os que "poderíamos chamar de histórias 'corte' ou histórias 'inaugurais'"[5], cujo exemplo mais marcante estaria ligado à fundação do Partido Comunista em 1922, que foi representada como uma divisão na história do movimento, já que o período pré-PC seria considerado como inconsciente; e, por fim, as memórias. "Em comum, esses três tipos de produção militante têm a função legitimadora da classe, da política sindical, da corrente ideológica ou partido, ou ainda, do indivíduo militante."[6]

Durante a década de 1960, iniciou-se a produção acadêmica sobre classe operária. "Essa tradição abarcava sociólogos preocupados em elaborar grandes sínteses, que estabeleciam teorias explicativas do movimento operário e de suas opções ideológicas."[7] Essas teorias foram questionadas ao longo da década seguinte por trabalhos historiográficos desenvolvidos por estudiosos americanos especializados no Brasil.

Com a mudança no sistema político na década de 80 e conseqüente abrandamento da repressão, os estudos acerca da classe operária ampliaram-se. Some-se a esse processo o ressurgimento dos trabalhadores no cenário políti-

[2] Para tal discussão, Cf. Michael HALL e Paulo Sérgio PINHEIRO, Alargando a história da classe operária: organização, luta e controle, p. 96-120 e Maria Cecilia Velasco e Cruz, O modelo revisto, p. 148-183.

[3] Para tal discussão, Cf. Edilene TOLEDO, *O Sindicalismo Revolucionário em São Paulo e na Itália,* p. 1-39 e Adhemar Lourenço da SILVA Jr, O Anarco-Sindicalismo no Brasil: notas sobre a produção de um mito histórico-histoiográfico, p. 151-159.

[4] Cf. Cláudio BATALHA. A Historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências, p. 145-158.

[5] Ibid., p. 147.

[6] Ibid., p. 147.

[7] Ibid., p. 148.

co, a produção historiográfica vinda do exterior e a diversificação das fontes tradicionais.

"Entretanto, esse processo implicou uma crescente fragmentação do campo de estudo. A teoria cedeu espaço para estudos de caráter mais empírico, em parte, uma reação natural à produção de sociólogos e cientistas políticos nesse campo."[8] Ao final dos anos 80, uma crise atinge esse campo de estudos. Atualmente sua importância acadêmica, que foi construída ao longo de duas décadas, está consolidada.

Tanto Silvia Petersen[9] como Claudio Batalha[10], afirmam que ainda existem muitas dimensões desse tema que precisam ser exploradas e rediscutidas. É possível perceber um aumento de estudos mais regionalizados, pois muitos dos anteriormente realizados trataram de uma esfera mais ampla de pesquisa, ou seja, em termos nacionais. Em seu artigo, Petersen dá ênfase para a atualidade da temática, apresentando lacunas na historiografia até então produzida, questões que podem ser repensadas, além de apontar a existência de novos objetos. Batalha, por sua vez, busca mostrar que é possível estudar o movimento operário através da história das instituições, porém sob uma nova abordagem. Essa necessidade se dá devido às abordagens da história da classe operária que surgiram principalmente na década de 80 e que trataram apenas do trabalhador comum, não militante, já que eles constituíam a maioria do operariado. Isso, entretanto, não deve retirar a importância de se estudar as instituições e organizações de classe.

Como exemplo dos estudos mais regionalizados, pode-se citar a obra de Sidney Chalhoub: *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque*[11], que permitiu o contato com a vida diária dos trabalhadores do Rio de Janeiro, em especial da dos portuários. As diversas formas de controle social presentes na sociedade carioca foram analisadas a partir de processos criminais e contribuíram para um maior entendimento

[8] Ibid., p. 153.
[9] Silvia Petersen, Ainda o movimento operário como objeto historiográfico, p. 62-78.
[10] Claudio BATALHA, Vida associativa: Por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário, p. 91-99.
[11] Cf. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

de questões que podem ser encontradas nas notícias do jornal *A Epoca*, tais como as relacionadas à moradia dos trabalhadores.

Para finalizar, é interessante realizar um balanço das atividades desenvolvidas durante a pesquisa. Primeiramente, é necessário reiterar a importância do trabalho com fontes primárias para a pesquisa histórica, devido ao contato com os materiais produzidos sobre o objeto de estudo assim como pela riqueza de informações que elas podem oferecer.

Em relação às fichas que produzi, elas terão a sua utilidade, pois contribuirão para a ampliação da reflexão acerca da classe operária, já que armazenam diversas informações sobre as associações operárias, dançantes, esportivas e carnavalescas.

Atualmente, a pesquisa ainda está em andamento, pois não foi possível pesquisar todo o período previsto no projeto inicial. Esse fato decorre de motivos específicos. Em primeiro lugar, devido à grande quantidade de informações encontradas no periódico *A Epoca*, que superou as expectativas apresentadas inicialmente no projeto "A 'Questão Social' e o jornal *A Epoca* (1912-1919)" e impediu o cumprimento do cronograma previamente estabelecido. Ademais, deve-se levar em consideração o fato de que o periódico apresenta oscilações no fluxo de dados que podem ser coletados. Para exemplificar, podemos citar o desaparecimento da "Columna Operaria" no ano de 1913 e o seu ressurgimento em 1917. Essa situação está ligada ao quadro geral de refluxo do movimento operário que ocorre entre os anos de 1913 e 1917.

Por meio das leituras complementares foi possível compreender melhor o universo operário assim como entrar em contato com as interpretações feitas a respeito do tema. Além disso, foram estabelecidas ligações entre a bibliografia e a fonte *A Epoca*, como por exemplo na questão polêmica do 4° Congresso Operário Brasileiro. Este foi criticado durante a sua realização devido à sua proximidade com o governo assim como foi interpretado por diversos historiadores como um precursor do sindicalismo estatal da década de1930, sem importância por não ter tido um caráter revolucionário. Entretanto, segundo Batalha, "a historiografia tende a desqualificar esses casos diminuindo sua importância ou questionando seu caráter de classe."[12] Nesse sentido, o

[12] Claudio BATALHA, Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República, p.120.

autor defende o estudo sobre o sindicalismo reformista, já que ele também foi uma expressão da atuação da classe operária.

Através da pesquisa com a fonte comecei a desenvolver um tema para a minha monografia de final de curso. A leitura da coluna "Nos Suburbios" provocou-me diversos questionamentos, pois nela é possível observar diversas reivindicações dos moradores dessa área, tais como as relacionadas à higiene desses bairros. Tenho como curiosidade entender como a noção de higienização passou a fazer parte da vida desses moradores suburbanos no Rio de Janeiro. Como era a mentalidade dessas pessoas antes do surgimento dessa noção? Ela surgiu depois da reforma de Pereira Passos? Foi construída ao longo do século XIX?? Espero poder me aprofundar nesse assunto, pois de acordo com as informações coletadas no periódico *A Epoca,* uma pesquisa sobre esse tema é viável. Nesse sentido, um redirecionamento da bibliografia está sendo feito atualmente, o que impedirá uma leitura bibliográfica mais enfática sobre a imprensa operária, que não foi realizada até então, principalmente devido às próprias limitações de tempo de uma bolsa de Iniciação Científica.

Bibliografia

BATALHA, Claudio H. de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, São Paulo: Contexto, 1998, p. 145-158.

BATALHA, Claudio H. de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

BATALHA, Claudio H. de Moraes. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. *Ciências Sociais Hoje, 1990,* São Paulo: Vértice, 1990, p. 117-127.

BATALHA, Claudio H. de Moraes. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*, Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, n.8, dezembro/1997, p. 91-99.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FOOT-HARDMAN, Francisco & LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*, São Paulo: Ática, 1982.

HALL, Michael M. & PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, luta e controle. *Remate de Males*, Campinas, v.5, 1985, p. 96-120.

PETERSEN, Silvia R. F.. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. *Anos 90,* Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, n.8, dezembro/1997, p. 62-78.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. O Anarco-Sindicalismo no Brasil: notas sobre a produção de um mito histórico-historiográfico. *Histórias de Trabalho*, Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1995, p. 151-9.

TOLEDO, Edilene T. *O Sindicalismo Revolucionário em São Paulo e na Itália: circulação de idéias e experiências na militância sindical transnacional entre 1890 e o fascismo*, Tese de Doutorado, Unicamp, 2002, p.1-39.

VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *Amarelo e Negro: matizes do comportamento operário na República Velha*, Dissertação de Mestrado, IUPERJ, 1981, p.148-183.

GLOBALIZAÇÃO, TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Fábio Tozzi
Mariana Lamas Ramalho
André Luís Ribeiro Barbosa
Fabrício Gallo
Clayton Luiz da Silva

GEOGRAFIAS DA DESIGUALDADE USO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E FOME

FÁBIO TOZI*

O período técnico-científico informacional da história tem como um dos seus elementos diferenciadores a globalização, seu discurso e suas perversidades. O território brasileiro deste período mostra lugares selecionados alinhados com os objetos mais avançados criados pela tecnociência e torna-se apto a negociar com o mundo. No entanto, as desigualdades multiplicam-se e revelam-se nos usos dados ao território. Sua preparação técnica permite uma produção agrícola capaz de alimentar sua população, mas a fome, uma das manifestações das perversidades do período, se amplia. A produção de alimentos e de famintos, de novas necessidades (de abundância e de escassez) é essencial ao aprofundamento do modo de produção em sua fase atual de reprodução, em suas escalas de ação, em suas manifestações territoriais.

Josué de Castro, há mais de 50 anos, denunciou a fome no mundo. Desde então, a evolução tecnológica permitiu novas conquistas ao Homem, dando-lhe novas possibilidades que podem ou não, pela política, concretizar-se. Estas novas possibilidades têm que ser entendidas, cientificamente, para o nosso presente.

A tentativa hoje de revelar o aspecto perverso dessa globalização e a preocupação com uma Geografia não só das redes, mas de outros elementos constituintes do espaço, de todo o espaço, faz com que a fome e as desigualdades tenham que ser abordadas, faz emergirem as Geografias da Desigualdade (SOUZA, 1996).

* Geógrafo pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Aluno do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp.

Fome, subnutrição, território – a questão dos conceitos

Como, através da Geografia, contribuir para o entendimento da fome?

Este texto busca desenvolver acerca deste questionamento para interpretar uma das perversidades do mundo. A fome, banalizada e transformada em espetáculo pela grande mídia, acompanha a história humana em todos os seus períodos, em todos os seus lugares. Mas é necessário, para o seu esclarecimento, que desenvolvamos o entendimento do nosso tempo, é preciso que entendamos o que é a fome no atual período não como algo que possa ser compreendido isoladamente, mas como parte de um conjunto de desigualdades que se combinam e se somam de maneiras complexas, nos diferentes lugares e nos diferentes períodos. A fome, hoje, em si não basta, não se explica. Precisamos estar atentos para as fomes do mundo, para as carências da existência dos Homens de nosso tempo. À alimentação – necessidade vital – acrescentam-se outras necessidades, produzidas, induzidas pela expansão de um modo de produção que se estrutura na reprodução do capital, que tem nessa reprodução seu próprio fim, e cuja decorrência é a rápida proliferação de desigualdades, de novas abundâncias, mas também de novas escassezes.

As pesquisas nutricionais e médicas possuem grande visibilidade nos estudos sobre a fome, e a recorrência à subnutrição busca suprir o fato de que a *fome* não se fundamenta como um conceito científico, pois sua subjetividade impede sua sistematização. A fome é, assim, um sentimento inegavelmente subjetivo, mas demonstrável de várias maneiras no organismo. O uso dos indicadores utilizados pela Nutrição permitem, portanto, uma interpretação quantitativa da fome a partir de seus processos biológicos, orgânicos. Há, dessa maneira, uma grande contribuição dos estudos Nutricionais para a compreensão da situação alimentar brasileira, mas também uma grande lacuna: sem que desconsideremos a contribuição dessas pesquisas, temos que enfrentar o fato de que as análises majoritariamente biológicas da fome reduzem os aspectos sócioterritoriais envolvidos. Mas há um cuidado que os cientistas sociais devemos ter ao lidarmos com esses estudos: ao naturalizarmos os processos envolvendo a fome, tratando-os como uma questão da biologia e da fisiologia, corremos o risco de tratarmos também a fome como manifestação natural, excluindo o fato de que hoje, antes de ser natural, a escassez - de alimentos, de infra-estruturas, de informação - é um elemento

essencial à sustentação do modo de produção capitalista, tanto quanto a abundância, ambas socialmente produzidas, ou seja, *"... a fome, hoje, não é mais um problema da biologia mas da sociologia, por meio de geografias específicas, justamente porque a abundância é possível"* (CASTILLO, s.d.: 3). Essa passagem de uma escassez natural para uma escassez produzida é intrínseca à passagem de um espaço (e um meio) natural para um espaço (e meio) geográfico, e do predomínio dos ritmos sociais sobre os ritmos da natureza, dado pelo conhecimento, previsão e alteração das condições naturais.

Os usos dados ao território brasileiro nos revelam desigualdades: a presença dos objetos e das informações é seletiva e alguns seus lugares ligam-se ao que há de mais avançado na tecnologia mundial nos diversos complexos produtivos, mas grande parte da área do país e de sua população continuam excluídos dos objetos que caracterizam fases ainda anteriores de modernização. A análise territorial da fome e das desigualdades (combinações territoriais entre fartura e carência), deve considerar estas características do período, mas especialmente a produção, a acumulação e a circulação intensas da informação, em todas as suas formas, que possibilitam ao mesmo tempo um controle sobre o território nacional que pode servir às políticas de Estado, mas que serve principalmente aos interesses econômicos dos agentes capitalistas na medida em que a informação possibilita novas integrações econômicas, novas maneiras de distribuir a produção, em seu sentido mais amplo, por todo o território.

Fome e produção de alimentos sempre foram duas temáticas estritamente relacionadas, mas se antes essa relação era direta e envolvia quantidades produzidas e quantidades a serem destinadas à alimentação, trata-se agora de outra coisa, de compreender a possibilidade da presença da abundância na produção agrícola brasileira (dada por suas características ligadas à técnica, a ciência e a informação), em contraste a uma escassez de alimentos, ambas sustentadas pela racionalidade do mercado. Técnica e informação, a partir de seu controle restrito e restritivo, combinam um funcionamento planetário solidário e uma ação localizada que induzem os lugares a novas manifestações que são fragmentadas e que os tornam ao mesmo tempo alienados e dependentes dos novos artifícios introduzidos. Estes são os princípios explicativos essenciais do uso agrícola do território brasileiro, efetivado principalmente pelos interesses hegemônicos alimentadores da dialética da abundân-

cia/escassez, e dos quais partimos para a interpretação da fome e das desigualdades no Brasil.

Caracterizando o período histórico: a abundância, a escassez e as necessidades criadas

Alguns conceitos são característicos dos estudos geográficos de sempre, e são revistos para poderem explicar o tempo contemporâneo, incorporando a complexização do processo histórico, tais como o lugar, a região, a paisagem e o território, que nos revelam a concretude do espaço, e pensá-los hoje requer um entendimento do mundo das relações do presente. Possibilitado pela informatização do planeta e pela circulação rápida e "livre" da informação, este período histórico apresenta, ao contrário dos anteriores, a possibilidade do controle distante da produção por meio de matrizes informacionais a partir das quais se dissemina um número não aproximável de normas que são aplicadas em escalas mundiais, tanto na produção industrial quanto na produção agrícola. As ações dos grandes agentes políticos e econômicos do presente promovem uma rápida reorganização dos territórios e mudanças que se dão de forma seletiva nos lugares, gerando a cada novo momento novas formas de produção, mas também de riqueza e de pobreza, de globalização e de fragmentações. Por isso podemos dizer, juntamente com Pierre GEORGE, que *"nunca há um novo mapa do mundo porque o mapa do mundo está em constante renovação"* (1994: 15).

Assim, pensar o espaço e a sociedade de hoje significa partir do entendimento de como a informação, a técnica e a ciência são cada vez mais os elementos determinantes da produção, das ações e da vida atuais (SANTOS, 1999), e como a partir deles os lugares se interagem possibilitando de formas diferenciadas para os agentes sociais a realização dos seus projetos, a manifestação de suas intencionalidades.

O território brasileiro do período técnico-científico e informacional recebe novas infra-estruturas e objetos que reqüalificam suas capacidades produtivas, sua organização, suas normas, e portanto seus usos. O Estado, agente capaz de regular o território em sua totalidade, abdica do interesse geral, de toda a população e se torna aderente ao modo de produção mais ágil, atual, hegemônico, beneficiando a expansão e o aprofundamento do mercado pelo

território[1]. As instituições – sejam as grandes empresas, as ONGs ou outras - interferem nos usos do território e portanto também o normatizam, governando-o a partir de seus interesses egoístas (SANTOS, 1996). Neste sentido, destacamos também a contribuição de RAFFESTIN (1993), que propõe, ante a visão unidimensional do Estado como única fonte de poder, uma visão multidimensional do espaço, em que toda manifestação política que ocorre num território representa uma manifestação de poder.

Este contexto do presente nos faz repensar as necessidades e a escassez. A passagem de um espaço natural, cíclico, para um espaço geográfico, político e intencional, traz a existência de um novo meio, que constantemente se artificializa. E se em outro momento da história humana podíamos falar de uma territorialidade absoluta (SANTOS, 1997a), na qual o entorno próximo fornecia o necessário à continuidade da vida, hoje, com os fluxos e as redes internacionalizados, um modelo técnico e de produção único e planetário, o aumento da comunicação intersociedades e a interdependência dos lugares (idem, 1999) fazem com que as necessidades - naturais ou produzidas - sejam constantemente recriadas e não possam mais ser atendidas pelo que está ao redor multiplicando-se e possibilitando que as formas de satisfação dessas necessidades possam ser comercializadas. O desenvolvimento técnico que se clona nos diversos territórios e nos lugares, através da reprodução de técnicas alienígenas, é um implantador e condutor de novas necessidades artificialmente produzidas pelo mercado.

Às necessidades fundamentais da sobrevivência dos indivíduos, dentre as quais estão a alimentação, o sexo e o abrigo, somam-se outras, que ao mesmo tempo em que produzidas se tornam essenciais à continuidade da vida numa sociedade que faz evoluir constantemente suas técnicas e seus conhecimentos.

Mas há um outro aspecto a ser destacado: as novas interações promovidas pela Revolução Informacional. Se os séculos e as décadas anteriores presenciavam uma difusão tecnológica que obedecia às características de seu tempo, a atualidade nos mostra como a predominância da informação no período

[1] Ou nas palavras de Maria Adélia de Souza, estes *"tempos em que o Estado, em nome da globalização e da reengenharia, abdica dos pobres e se volta totalmente para as empresas"* (SOUZA, 1999: 41).

torna real a simultaneidade e a instantaneidade dos eventos e dos acontecimentos e de como a difusão das técnicas (que sempre acompanham uma norma política) é acelerada, tornada quase instantânea[2]. A essa rapidez do mundo contemporâneo se associa uma rapidez correspondente dos processos geradores de desigualdades: *"O fato de países e regiões apresentarem diferenças quanto ao momento oportuno de dotarem seu povo do acesso ao poder da tecnologia representa fonte crucial de desigualdade em nossa sociedade"* (CASTELLS, 2000: 52). Eis a preocupação que reafirmamos, da necessidade de produzirmos esforços para compreendermos os processos das desigualdades neste período; as necessidades dos homens de hoje; a produção de carências aos homens de hoje.

Como a informação é o elemento que mais diferencia o meio atual dos meios precedentes, esse meio – *técnico-científico informacional* – é mais presente como psico-esfera do que como técno-esfera. A psico-esfera apoia, acompanha e antecede a modernização (RIBEIRO, 1991) dos objetos pelo território: enquanto todo o território brasileiro pode ser considerado como possuidor de uma psico-esfera ligada à modernidade, apenas parte dele é dotado dos objetos que complementam os anseios por ela gerados, do que decorrem continuas e novas formas de carências

Dessas características atuais, Milton SANTOS (2000: 128-129) considera que há hoje uma criação *"acelerada e artificial de necessidades"*, que conduz a uma *"produção ilimitada de carências e escassez"* que tem como mediadora a impossibilidade da entrada da maior parte da população nessa *"racionalidade"* da produção e do consumo.

A Questão Central: O Uso do Território

O território é a organização política do espaço, que se dá pela presença de um governo estatal, de fronteiras, da diferenciação de normas num espaço subentendido e diferenciado. Mas o território não pode ser visto apenas por este aspecto da política, pois se torna frio. É preciso sempre considerar o seu

[2] Para Castells, a *"... Revolução Industrial estendeu-se para a maior parte do globo durante os dois séculos seguintes"* [ao seu início na Inglaterra] enquanto que *"... as novas tecnologias da informação difundiram-se pelo globo com a velocidade da luz em menos de duas décadas, entre meados dos anos 70 e 90..."* (CASTELLS, 2000: 52).

conteúdo, revelado pelo seu uso, qualificando-o a uma análise social. O território, em si, é inerte, é o seu uso que lhe dá sentido ético.

O território, como espaço geográfico concreto, como totalidade, se caracteriza por materialidades e imaterialidades que coexistem e se influenciam a partir da ação de todos os agentes. O uso do território revela ações, normas e materialidades constantemente recriadas que atendem aos desejos de seus agentes, compreendendo desde os interesses pessoais da sobrevivência dos indivíduos, da política ampla do alcance do Estado, aos anseios da reprodução do capital como objetivo das corporações e como lema da modernização. Por isso o território, como construção social, é um revelador das desigualdades que podem ser apreendidas a partir do seu uso, e se apresenta sob duas maneiras: como norma e normado, ou seja, sua organização interfere e condiciona os novos usos, e ao mesmo tempo ele é também a base da geração e imposição de novas normas (ibidem, 1999). Assim, o território recebe incessantemente novos dotes de técnica, de trabalho, de informação, com novas normas que de antemão condicionam - mas não determinam - os usos possíveis. Mas os objetos, as ações, inseridos na complexidade das relações sociais cotidianas, são refuncionalizados, bem como refuncionalizam. A simples disposição das coisas no território, ao incentivar ou coibir ações, produz normas que se impõem à sociedade, em suas diversas escalas geográficas de ação.

As redes são formas concretas com que a globalização se faz nos lugares: a ligação pontual planetária é reprodutora das normas da modernidade, do capital. É também uma das indutoras da alienação do território, que se torna assim resultado de interesses internacionais que fazem do território nacional recurso, em todas as suas escalas, de interesses externos. A produção agrícola brasileira, como empiria, nos revela esses elementos: é controlada por grandes multinacionais proprietárias de terras; por grandes empresas que controlam a produção de sementes, de insumos, de agrotóxicos e de maquinários, e que acabam definindo, com base em suas análises monetaristas e individualistas, o que deve e o que não deve ser produzido. A isso acrescenta-se a política estatal brasileira compromissada com os interesses das empresas.

Como não esperar que deste controle externo do território brasileiro, de sua organização, seu uso, não resultem desigualdades abruptas e que não cessam de aumentar?

O uso agrícola do território: abundância e possibilidades do fim da fome?

A produção de alimentos no Brasil tem mostrado, nas últimas décadas, crescimento constante, muito superior ao da sua população. Mesmo que esta produção se dê de forma concentrada em alguns lugares é passível de ser transportada, bastando a intenção política para tanto. Mas longe de qualquer determinismo entre a produção de alimentos de um lugar e a incidência local de fome, impregnado de dualidades pautadas na presença/ausência, tratamos dos usos desiguais dados ao território, a seu desenvolvimento desigual e combinado. Ao determinismo opomos a fluidez do território, a mobilidade possibilitada a todas as fases da produção.

Toda esta fluidez e a integração – mesmo que incompletas – postas ao funcionamento do território brasileiro, características intrínsecas à difusão do meio técnico-científico informacional, geram novas especializações dos lugares e novas divisões do trabalho. Disso resulta uma alteração da relação entre a área e a arena de produção no Brasil (SANTOS: 1994). As várias fases da produção, do consumo, da distribuição são possíveis de realizarem-se em todo o território nacional, enquanto que a arena de produção, ou seja, a produção propriamente dita, se dá em áreas cada vez menores, selecionadas e continuamente incentivadas a manterem sua competitividade.

A agricultura atual caracteriza-se pela dissociação entre energia e informação (RAFFESTIN) em seus processos, ou seja, enquanto a primeira é realizada no campo pelo trabalhador, a segunda é vinda de fora e dita o ritmo e os procedimentos. As grandes empresas mundiais de agro-negócios podem, com as novas tecnologias, obter um controle sobre diversas fases do processo de produção, que incluem desde a venda de sementes especiais, combinadas ao uso de agrotóxicos específicos e de maquinário especializado para o trato e a colheita, entre outros aspectos, enquanto que os trabalhadores rurais detém apenas sua energia, sua força de trabalho. O novo meio que se faz cada vez mais presente pelo território viabiliza situações em que cada vez mais o novo se impõe. Daí o fato de que os novos avanços da agricultura – como a biotecnologia e a agricultura de precisão - terem na técnica, na ciência e na informação suas bases de desenvolvimento. A informação é o novo elemento dinamizador da agricultura, que se torna técnica e que exclui de maneira acelerada o antigo agricultor, tornado incapaz de competir com as grandes

empresas. Libertas de uma discussão política sobre o uso hegemônico dos meios de produção, dos conhecimentos, do território, as novas tecnologias se tornam formas com as quais as perversidades se prolongam.

Estas novas combinações tornam a abundância ainda mais presente, mas *"a esperança de enfrentamento da fome pelos progressos técnicos trazidos pelo desenvolvimento científico sucumbiu diante da perversidade da nova ordem mundial"* (SOUZA, 1996: 25). Mesmo que afirmadas pelos discursos do fim da fome e da Segurança Alimentar, a modernização agrícola é reprodutora e fomentadora das desigualdades e ampliam as formas de alienação. Basta para isso verificar o controle que algumas grandes empresas globais possuam sobre a produção e a circulação de alimentos no mundo, e o apoio estatal dado a esse movimento.

Fome e globalização no território brasileiro

Ao mesmo tempo em que o Brasil revela-se um território que se moderniza, da produção abundante de alimentos, da grande produção industrial, muitas outras informações nos mostram que as desigualdades presentes em seu território não cessam, ao contrário, ampliam-se no atual período. O retardo no crescimento de crianças - nanismo - é presente de forma grave em todo o nosso território, assim como a subnutrição e a mortalidade infantil, aspectos perversos e mortais das desigualdades brasileiras. Grande parte da população não é servida sequer por redes de infra-estruturas públicas básicas, como rodovias e sistemas de esgotos. A taxa de pobreza, alta e inaceitável, reflete outro aspecto perverso do modelo de desenvolvimento adotado, tal como os índices de analfabetismo. O rápido processo de urbanização brasileiro leva a rápidas mudanças nos territórios e nos lugares, conduzindo a novas concentrações populacionais e novas necessidades. Os pobres migram em busca de coisas que não existem nos lugares onde vivem, pois ambos - os lugares e os pobres – são "esquecidos" pelo planejamento territorial, que transformado em técnica ignora o território como totalidade e se presta à seletividade, aos privilégios desiguais entre os lugares, entre as classes.

Os governos dos países ignoram as especificidades de suas formações sócio-espaciais e priorizam a adoção de um modelo político e econômico único (neoliberal) que, independentemente das particularidades das desigualdades territoriais se internacionaliza, tendo como base as normas do dinheiro e sua

reprodução. Eis a tentativa de, aproveitando-se das diferenças territoriais, homogeneizar a cultura, as necessidades e o consumo em escala mundial. A modernização, levada e imposta aos países pobres, os fazem ter contato com novos objetos e novos comportamentos, mas ao mesmo tempo os leva à impossibilidade de servir sua população dos benefícios destas modernidades, conduzindo inevitavelmente a novas manifestações da escassez. Do período atual, a informação é o novo motor, e sua posse é fundamental na elaboração das estratégias dos agentes sociais, tanto aquelas da reprodução capitalista, quanto as da reprodução da existência, cotidianamente. Por isso, a disponibilidade e o acesso à informação, em todas as suas formas, é um elemento essencial da existência e do entendimento das desigualdades.

Os estudos acerca da abundância e da escassez no território devem incorporar, assim, as materialidades e as imaterialidades, os descompassos entre uma psicoesfera ampla e uma tecnoesfera restrita, que faz a produção de necessidades ser constante enquanto que a satisfação destas necessidades é esporádica ou inatingível nos lugares.

É possível repensar, a partir da Geografia e das desigualdades do território brasileiro, a globalização, presente como fábula e manifesta como perversidade. Se o discurso fácil quer fazer acreditar a presença de uma sociedade global e globalizada, as perversidades dos processos globais manifestam-se no território. Conjuntamente a tantas redes, tantos objetos técnicos, tantas grandezas de produções, se mantêm a fome, a pobreza, a desigualdade dos direitos, do acesso ao território.

Bibliografia

BOSI, Maria Lúcia. *A face oculta da nutrição: ciência e ideologia.* Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1988.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede.* São Paulo, Paz e Terra, 2000.

CASTILLO, Ricardo. *Interpretações sobre o conceito de escassez para os estudos geográficos e de ciências sociais.* s.d.

GEORGE, Pierre. *A Geografia no encalço da história.* In SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org) et al. "O Novo Mapa do Mundo - Natureza e Sociedade de hoje: uma leitura Geográfica". São Paulo, HUCITEC, 1994. 2° edição.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder.* São Paulo, Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana C. T. *Matéria e espírito: o poder (des)regulador dos meios de comunicação.* In PIQUET, R & RIBEIRO, A. C. T. "Brasil: Território da desigualdade - descaminhos da modernização". Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora, 1991.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal.* São Paulo, Record, 2000.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.* São Paulo, HUCITEC, 1999. 4° edição

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional.* São Paulo, HUCITEC, 1998. 4° edição.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira.* São Paulo, HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. *Da política dos estados à política das empresas.* In "Cadernos da Escola do Legislativo" n.6, jul/dez. Minas Gerais, 1997a.

SANTOS, Milton. *O retorno do Território.* In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. "Território - Globalização e Fragmentação". São Paulo, HUCITEC, 1996. 3° edição.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *A Metrópole global? Refletindo sobre São Paulo.* In SOUZA, Maria Adélia A. de (org) et al. "Metrópole e globalização". São Paulo, CEDESP, 1999.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Geografias da Desigualdade: globalização e fragmentação.* In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura."Território - Globalização e Fragmentação". São Paulo, HUCITEC, 1996. 3° edição.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Globalização e efeitos perversos – Relendo a Geografia da Fome.* Aracajú, 1° Encontro Nacional da ANPEGE, 5 – 9 de outubro de 1995.

TOZI, Fábio. *Geografias da Desigualdade – Território e Fome.* Monografia. Departamento de Geografia, IG/Unicamp, 2001.

EMPRESAS RETICULARES: INCENTIVOS TERRITORIAIS, USO E ALIENAÇÃO DO TERRITÓRIO

MARIANNA LAMAS RAMALHO*

Este trabalho pretende estudar a ação política de uma *empresa reticular* no território brasileiro, especialmente na escala do território municipal e seu entorno. Essa ação *envolve incentivos fiscais* e *territoriais* concedidos por parte do poder público.

Nesta pesquisa parte-se da noção de espaço geográfico elaborada por Milton Santos como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, onde a técnica é objeto e é ação.

> *"Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma"* (SANTOS, 1996:52).

Contudo, não são as ações em si que importam, mas suas relações com o espaço geográfico, através das suas composições materiais e imateriais. O espaço geográfico é dotado de uma dinâmica que lhe imprime a característica de a cada momento ser reorganizado em função de novos usos.

Na Geografia o espaço deve ser considerado como o espaço de todos e não apenas de determinados agentes ou instância da sociedade. Trata-se de relacionar o espaço geográfico à noção de *espaço banal*, que na visão de PERROUX (1981) corresponde ao espaço de todos: empresas, instituições, pessoas.

* Graduanda/Bolsista Fapesp – do Instituto de Geociências – Departamento de Geografia/UNICAMP.

No mundo da globalização, o espaço geográfico é remodelado ganhando novos contornos, novas definições, enfim um novo caráter. E também uma nova importância, ligada à eficácia das ações, estreitamente relacionadas com a sua localização. O processo de globalização impõe situações de extrema competitividade, onde os lugares refletem os embates entre os diversos agentes, e o território na sua totalidade revela os movimentos de fundo da sociedade.

> *"O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população (...) é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi."* (SANTOS, 2000: 96).

O território é o território usado, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. É formado por lugares contíguos e lugares em rede que, no entanto, são os mesmos lugares contendo funcionalizações distintas. Essas diferentes partes do território são unificadas principalmente pelas redes de *informação*. A partir disso, o uso do território se concretiza através da primazia das normas e da relevância política, impostas de fora por empresas transnacionais, num verdadeiro uso corporativo do território.

Encontra-se novos recortes territoriais como resultado de uma novo uso desse território, através do que Milton Santos designa de *verticalidades* e *horizontalidades*. *"As horizontalidades são zonas de contigüidade que formam extensões contínuas"* (SANTOS, 2000:108). Essa contigüidade está relacionada àqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial. Aqui retoma-se a idéia de espaço banal.

"As verticalidades podem ser definidas, num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos" (SANTOS, 2000:105). Distantes uns dos outros, os pontos encontram-se ligados pelas redes materiais e imateriais, que podem ser definidas como instrumentos da mobilidade espacial, traduzida analiticamente em termos de circulação (fluxos materiais) e comunicação (fluxos imateriais), exercendo um papel fundamental na organização, uso e regulação do território em suas diversas escalas.

O sistema de produção e circulação que se serve desse espaço de fluxos é constituído por um sistema reticular, exigente de fluidez e velocidade. No entanto, o uso dessa fluidez gera desigualdades, uma vez que são apenas os agentes do *tempo rápido* que plenamente participam desse processo. O exem-

plo mais acabado deste tipo de agente é a *empresa reticular*, segundo técnicas de produção flexível que se difundem a montante e a jusante do aparelho industrial *stricto sensu*, reforçando o papel organizacional das redes logísticas (SAVY, 1995).

Esses espaços de fluxos se organizam numa espécie de solidariedade, isto é, *"as relações que mantêm a agregação e a cooperação entre agentes resultam em um processo de organização, no qual predominam fatores externos às áreas de incidência dos mencionados agentes"* (SANTOS, 2000:106). Esses agentes são as *empresas reticulares*, definidas como empresas que se utilizam de redes corporativas, vinculadas às *NTCIP* (Novas Tecnologias da Comunicação, Informação e Produção), que possibilitam aos fluxos informacionais ultrapassarem fronteiras.

Através dos "nós" do espaço de fluxos, que conformam redes, as *empresas reticulares* acabam por exercer um papel de regulação do conjunto do espaço. A essa idéia CATAIA (2001:221) imprime o *"conceito de* ***territórios alienados*** *para designar aqueles municípios que prepararam seu chão com obras de engenharia e normas, que receberam investimentos empresariais e tornaram-se reféns das políticas empresariais"*.

CATAIA (2001) ressalta que nos dias de hoje *"os municípios fomentados por empresas não precisam contar com um planejamento conjunto (Estado/empresas), esses municípios têm a política das empresas a lhes normatizar o território. Daí falar-se, hoje, em* ***territórios alienados***".

A empresa reticular a ser analisada será a indústria de refrigerantes Pepsi-Cola (marca pertencente à AMBEV – Companhia de Bebidas das Américas) localizada no Município de Jundiaí (SP). Esta empresa foi escolhida porque tem uma ação mercadológica global, servindo portanto aos propósitos de verificação de uso da totalidade do território nacional por meio das redes e, de ação estratégica a partir de interesses externos.

Como *empresa reticular*, a Pepsi-Cola usa a totalidade do território nacional a partir de redes materiais e imateriais, visando a realização plena dos seus interesses. Estes têm início no processo de produção envolvendo as etapas de fabricação (do concentrado e do refrigerante), distribuição, circulação e consumo, conformando um circuito de produção.

A utilização conjunta das redes materiais e imateriais confere hoje grande mobilidade aos bens e mensagens com ênfase para as NTCIP que permitem a

comunicação instantânea e o amplo conhecimento dos territórios, possibilitando uma gestão centralizada com as operações descentralizadas, proporcionando novos usos do território por parte dos agentes hegemônicos.

No município de Jundiaí a fábrica da AMBEV, parte de uma mais vasta rede, possui uma especialização operacional: ela apenas fabrica o refrigerante. Há uma grande diferença entre fábricas de concentrado e de refrigerantes da marca Pepsi-Cola. Nas primeiras são preparados "kits", contendo a formulação específica do que seria o xarope Pepsi, que posteriormente é enviado às fábricas de refrigerante, onde a produção deste se concretiza (a partir, grosso modo, de uma mistura de água, açúcar e xarope).

As fábricas de concentrados dos produtos Pepsi encontram-se dispersas pelo mundo (Canadá, México, Venezuela, Argentina, Turquia, Índia, Japão, EUA, Porto Rico, Uruguai, Irlanda, Paquistão, China, Filipinas), totalizando 14 fábricas. No Brasil, as fábricas de refrigerantes da marca Pepsi-Cola, recebem os "kits" de concentrado que são fabricados em Colônia do Sacramento, Uruguai (www.ambev.com.br). Conforma-se assim a rede física de produção e distribuição de concentrados.

A realização plena dos interesses de uma empresa global, como a Pepsi-Cola, envolve a capacidade de uso da totalidade do território nacional para sua ação. Isso implica o domínio da circulação, não só dos produtos, como das finanças, dos investimentos e da propaganda. Por isso, ela é capaz de criar ou moldar um perfil de consumo, visando o aproveitamento máximo de sua produção.

A necessidade de dispor da totalidade do território nacional implica ações estratégicas, visando o controle local, nacional e inclusive supranacional, utilizando apenas em alguns pontos do território os atributos que julgam relevantes. A instalação da fábrica de refrigerantes Pepsi-Cola no Município de Jundiaí tem caráter estratégico, principalmente, com relação ao uso e distribuição da rede de água.

A água é o componente de maior quantidade existente no refrigerante (cerca de 99%), por isso suas características devem estar adequadas de modo a não permitir alterações na aparência, na estabilidade, no odor ou no sabor da bebida. Sendo a água o elemento vital na fabricação de refrigerantes, ela surge como um dos principais, senão o principal fator técnico de localização para as indústrias de bebidas. Outros fatores são também condicionantes,

como a proximidade do mercado consumidor, a existência das redes rodoviária e viária da cidade, a localização adequada de distribuidores e o acesso às matérias-primas fundamentais.

O Município de Jundiaí, localizado entre duas das principais cidades do estado – São Paulo e Campinas – apresenta infra-estrutura que corresponde às estratégias de localização da indústria em questão, como ter uma ampla rede de distribuição e tratamento de água e esgoto e ser cortado pelas rodovias Anhanguera e Bandeirantes, o que garante fácil acesso ao mercado consumidor e distribuição do produto final.

As *empresas reticulares* só se instalam em locais minimamente modernizados, logo, são seletivas na escolha dos locais de implantação de seus projetos. Muitas vezes estas empresas acabam por exercer forte influência sobre os poderes públicos em suas várias escalas (estadual, municipal e federal). Há muitos exemplos de empresas que se valem de seu poder para exercer sua política sobre o território, a *guerra fiscal* é exemplo desse tipo de ação política. Mas há outros, estes mais propriamente geográficos: doação de terrenos; ligações ferroviárias, rodoviárias e mesmo aeroviária; desenvolvimento de terminais portuários; energia elétrica subsidiada; rede de coleta de esgoto e lixo; água tratada, etc, que são verdadeiros *incentivos territoriais*.

PERROUX (1981) lembra que, para existir, toda empresa transnacional necessita ter uma ligação muito forte com o poder público, um exemplo disso é a instalação das EADI's[1], uma delas localozada no município de Jundiaí. Inclusive, o mesmo autor chega a dizer que o grau de soberania de um território nacional poderia ser "medido": sobrepondo-se ao território as redes materiais sobrariam os espaços soberanos controlados pela economia local, regional ou nacional.

[1] Estação Aduaneira Interior - EADI, também denominada "porto seco", é um terminal alfandegado de uso público, destinado à prestação, por terceiros, dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro. A EADI é instalada, preferencialmente, adjacente às regiões produtoras ou consumidoras. Na EADI são também executados todos os serviços aduaneiros, a cargo da Secretaria da Receita Federal, inclusive os de processamento de despacho aduaneiro de importação e exportação (conferência e desembaraço aduaneiros), permitindo, assim, a sua interiorização.

Bibliografia

CATAIA, M. A., *Território Nacional e Fronteiras Internas. A Fragmentação do Território Brasileiro,* Tese de doutorado – FFLCH/USP, 2001.

PERROUX, F., *Ensaio Sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento,* Lisboa, FundaçãoCalouste Gulbenkian, 1981.

SANTOS, M., *A Natureza do Espaço, Técnica e Tempo, Razão e Emoção.*, São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, M., *Por Uma Outra Globalização. Do Pensamento Único à Consciência Universal,* São Paulo, Record, 2000.

SAVY, M., Morphologie et Géographie des Réseaux Logistiques, in SAVY, M. e VELTZ, P. (orgs.), *Économie Globale et Réinvention du Local,* Éditions de l'Aube, Marseille, 1995.

INSERÇÃO DO BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL E INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

ANDRÉ LUÍS RIBEIRO BARBOSA*

A análise da inserção comercial do Brasil, no mundo contemporâneo, é da mais alta importância e atualidade. Tanto é assim, que o debate da política externa brasileira, nessa área, tem transbordado os foros especializados de discussão – governamentais, empresariais e acadêmicos – atraindo, cada vez mais, os meios de comunicação de massa e a população em geral. Quem se esqueceria da agitação provocada pelo embate Brasil-Canadá, em defesa das empresas de aviação Embraer e Bombardier, na Organização Mundial do Comércio (OMC)? E, mais recentemente, do furor nacionalista irrompido pelo plebiscito-protesto contra o projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)? Testemunhamos, ademais, como esses tópicos, nestas eleições de 2002, passaram a compor, em um nível inédito, a agenda da campanha dos candidatos à presidência da República.

Essa mudança de comportamento não é gratuita ou aleatória. A sociedade começa a perceber os efeitos da globalização no setor produtivo e nas políticas governamentais. Daí, sua participação ativa, os protestos e a busca de compreensão desse processo, estabelecido à sua revelia, provocador de oportunidades inestimáveis de desenvolvimento, mas, igualmente, de distorções cruéis entre os países. Esse foi um dos motivos que inspiraram este trabalho. Outro foi o desafio e a vontade de refletir sobre assunto tão complexo e dinâmico, normalmente tratado com superficialidade ou com preconceito maniqueista.

O cenário internacional ganhou novo status na década de 1990. De um lado, ocorreram transformações políticas e econômicas determinantes em

* IA/UNICAMP.

função do término da disputa ideológica da Guerra Fria. De outro, os progressos tecno-científicos revolucionaram a integração material e imaterial dos territórios, levando-nos a vivenciar o que Milton Santos denominou de "meio técnico-científico-informacional,"[1] ou seja, um vasto e complexo sistema planetário de telecomunicações, transportes e informações, que funciona em rede, multiplicando as relações entre os objetos e as pessoas, aproximando lugares distantes, mas, infelizmente, também, desagregando territórios contíguos[2]. Dessa forma, para o bem e para o mal, o internacional passou a constituir um fator de inestimável relevância na política interna dos países e no cotidiano do seu povo.

Vivemos em um contexto de intensificação das relações entre as nações e de crescente atuação das instituições privadas (empresas, de todos os tipos, bancos, ONGs) e dos indivíduos no plano global. Estados são considerados os únicos sujeitos de direito internacional. Embora, no século XX, Organizações Internacionais, indivíduos e empresas tenham adquirido algum status jurídico internacional, os Estados permanecem os atores predominantes no cenário das relações internacionais[3]. Não por isso, as empresas, sobretudo as de grande porte e atuação extraterritorial, deixaram de se tornar importantes agentes modificadores da realidade internacional, dotadas, que são, de pode-

[1] SANTOS, M., *Técnica, espaço, tempo – Globalização e meio técnico-científico informacional.* São Paulo: Hucitec.

[2] "(A) história do homem de nossa geração é aquela em que os momentos convergiram, o acontecer de cada lugar podendo ser imediatamente comunicado a qualquer outro, graças a esse domínio do tempo e do espaço à escala planetária. A instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria entre lugares e acontecimentos uma relação unitária à escala do mundo. Hoje, cada momento compreende, em todos os lugares, eventos que são interdependentes, incluídos em um mesmo sistema global de relações." In SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço.* São Paulo: Hucitec, 1996, p.162

[3] *"Legal personality can be unlimited, in the sense that, in principle, all international rights and obligations can be accorded to a subject. This is so only in the case of states, the original, primary and universal subjects of international law. States have exclusive jurisdiction with respect to their territory and personal jurisdiction over their nationals. Other subjects of international law, such as international organizations created by states, have legal personality only with respect to certain international rights and obligations."* In MALANCZUK, Peter. *Akehurst's modern introduction to international law.* Londres: Routledge, 1997.

res político-econômicos de fato. Todos esses fatores aumentaram, em ritmo acelerado, a interdependência dos países entre si, das empresas entre si e dos países com as empresas.

Essa realidade, por si só, não contempla conclusões valorativas. Em princípio, não é benéfica, nem nociva, a não ser na medida em que a velocidade das transformações atropela a capacidade dos agentes, públicos ou privados, de refletirem sobre seu significado e a elas adaptarem-se segundo seus interesses e objetivos. Além dessas implicações mais práticas, a nova ordem internacionalizante das relações estatais e privadas pode ser, potencialmente, negativa ou positiva. A natureza e a ética das mudanças dependerão da identificação das ideologias condutoras do processo. E a avaliação dos resultados será diversa, em primeiro lugar, face ao aspecto que se queira exaltar: o "como" (econômico, político, social, cultural); em segundo, em função do seu enfoque subjetivo: o "quem" (Estado ou setor privado, qual Estado ou classe de Estados, quais empresas ou quais segmentos de atividade etc.).

Via de regra, as análises da inserção do Brasil, no comércio mundial, privilegiam o fator puramente econômico das relações. Naturalmente, tal abordagem é fruto da dogmática capitalista, que subordina o desenvolvimento e o progresso da nação, bem como os demais aspectos da vida, ao crescimento da produção e do consumo, ao aumento da competitividade, ao saldo positivo da balança comercial e a outros fatores considerados prioritários, como se todo o resto fosse mera conseqüência. Enfim, tratam a questão da integração comercial do País com o mundo como uma relação de natureza econômica. No plano macro, há essa busca, a qualquer custo, de obtenção de superávites comerciais para compensar o déficit estrutural da conta de serviços (pagamento de juros e remessa de lucros ao exterior) e, assim, reduzir a atual dependência de financiamentos estrangeiros. E, em conseqüência do aumento das exportações, estima-se a elevação da produção e do nível de empregos. No plano micro, implementam-se medidas esparsas de favorecimento da indústria e agricultura relativamente competitiva.

Ora, essa percepção reducionista do papel do comércio internacional é incompatível com os desígnios e anseios da nação brasileira. Com localização privilegiada, na América do Sul, o País possui escala continental (em extensão territorial, população e PIB), extensa fronteira terrestre e marítima, unidade lingüística, indústria e agropecuária relativamente desenvolvidas, além

de ser considerado um "global trader" com longa tradição de relacionamento pacífico com o mundo[4]. O Estado, na busca de sua inserção comercial com o mundo, não pode estar adstrito a objetivos e interesses economicistas típicos do setor privado com o qual não se confunde.

O primeiro equívoco consiste na visão reducionista do comércio, como se representasse mera atividade mercantil de circulação de produtos e serviços visando ao lucro. Seu significado é, em verdade, bem mais abrangente. Segundo o dicionário Aurélio[5], "comércio" é: *1. Permutação, troca, compra e venda de produtos ou valores (...) 3. Relações de sociedade".* Paulo Sandroni, em seu "Novíssimo Dicionário de Economia",[6] coloca que "(o)*s atos de comércio promovem a transferência de mercadorias entre os indivíduos, deslocando-os de regiões onde são abundantes para outras onde não existem em quantidade suficiente para satisfazer o consumo,* e que *(...) quanto mais aprofundada for a divisão do trabalho social, mais necessária será a função mediadora do comércio entre os grupos sociais".*

Chama a atenção, nessas definições, o caráter social e cultural do comércio, que permeia a função econômica. De fato, por "troca", deve-se compreender, além do intercâmbio de valores econômicos, aqueles culturais, posto que, nos produtos e serviços, estão cristalizadas idéias, técnicas, informação, bem estar, costumes. Sandroni, na continuação do verbete, assinala: "*Além de sua função econômica fundamental, o comércio estimula a expansão dos meios de comunicação e transporte e o intercâmbio cultural entre as comunidades*"[7].

Quanto à adjetivação "internacional"[8], acrescente-se à noção de comércio a característica de se realizar entre países. Não que seja praticado pelos "Es-

[4] Sobre as especificidades do Brasil como país e sua identidade no plano internacional das relações, consultar: LAFER, Celso. *A Identidade Internacional do Breasil e a Política Externa Brasileira – passado, presente e futuro. São Paulo:* Perspectiva, 2001.

[5] FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa.* Nova Fronteira. 1ª ed.

[6] SANDRONI, Paulo (Org.). *Novíssimo Dicionário de Economia.* São Paulo: Best Seller, 2000.

[7] idem

[8] "Inter", do latim, significa posição intermediária, algo que se exerce mutuamente entre 2 ou mais coisas. Portanto, "internacioanal", ainda segundo FERREIRA, é o termo proveniente do inglês "international" (essa origem, aliás, é por si só representativa, já que a Inglaterra foi a maior nação mercantilista no século XIX), que significa:

tados", assim considerados na acepção jurídica do termo, mas porque envolve a prestação de serviço ou a entrega de bem em território diverso do da sua origem. Assim, o comércio internacional envolve, na sua prática, empresas e indivíduos, isto é, agentes econômicos privados, já que não é da função específica dos Estados a prática de negócios[9]. Porém, envolve os Estados, assim considerados, porque cabe a estes a assinatura dos tratados de comércio internacional, como função inerente à sua soberania. Portanto, o comércio internacional compreende, de uma parte, a participação das empresas e indivíduos, no interesse de seus objetivos particulares e, de outra, a de Estados, no exercício de interesses públicos nacionais. O objetivo do Estado é o bem comum. Da empresa, o lucro. São as duas faces de uma mesma moeda, voltadas para direções opostas.

Percebemos a dicotomia entre o preponderantemente político e público, e o primordialmente econômico e privado. Até que ponto esses interesses são coincidentes ou conflitantes será uma questão de opção política do Estado, em virtude de seu projeto nacional. No exercício de sua soberania, na consecução de sua política externa, seja ela na área de segurança, direitos humanos, meio ambiente ou comércio, ele terá que perseguir as possibilidades que promovam, de maneira mais satisfatória, a realização de seu povo e o melhor uso de seu território. Conforme ponderou Milton Santos, espera-se *"do Estado e dos municípios que façam um mínimo de política, voltando-se para o bem-estar comum"*[10].

Parece claro que uma estratégia de inserção do País, no comércio internacional, não pode prescindir de considerações políticas e sociais abrangentes tal a sua complexidade. O modo como a integração do país com o mundo é realizada produz efeitos desejáveis ou não, em vista de sua capacidade de modificação da cultura, da identidade e do modo de vida de toda a sociedade brasileira.

"1. Que se realiza entre nações. 2. Relativo às relações entre nações. 3. Que se espalha por diversas nações (...) 6. Que vai de nação a nação".

[9] Estados praticam atos de comércio internacional apenas excepcionalmente. São os casos de compras governamentais, em que os Estados agem, na verdade, como sujeitos particulares, representados por seus governos.

[10] SANTOS, Milton. *Da Política dos Estados à Política das Empresas,* In *Cadernos da Escola do Legislativo.* Outubro 1997.

O modelo de desenvolvimento calcado na aplicação cega de políticas neoliberais - abertura do mercado, desregulamentação e privatização, tal como pregado pelo Consenso de Washington, em 1989 - se, por um lado, atende aos ideais das grandes corporações e instituições financeiras, por outro, cria vácuos no poder organizador do Estado, deixando o território e o povo à mercê de decisões tomadas no contexto das empresas nacionais e, com freqüência, estrangeiras. Essa lógica, dirigida para o bem do mercado, deve ser rechaçada, pois exacerba a desagregação do território em regiões competitivas e não competitivas, desenvolvidas e não desenvolvidas, aumentando as desigualdades sociais, já que estabelece classes mais ou menos integradas ao sistema, mais ou menos marginalizadas. No Brasil, toda sua riqueza *"se reverte a cada dia em um cruel, persistente e agravante sistema de pobreza, com todas as suas conseqüências desumanas: a fome, o analfabetismo, as epidemias, a violência, que afeta toda a população brasileira, mas sobretudo os mais pobres"*[11].

O comércio mundial, é verdade, está distante dos modelos ideais da competição perfeita e dos discursos ideológicos que correlacionam integração econômica a desenvolvimento e crescimento. A realidade das negociações internacionais, ademais, é muito complexa e tende para os interesses dos países ricos e poderosos. Ainda assim, os caminhos são inúmeros e, dentro do pragmatismo que caracteriza a política externa brasileira, as perspectivas podem ser otimistas. Como se pronunciou o Ministro Celso Lafer, *"não é da natureza da política externa ser fácil; quando se trata de traduzir necessidades internas em possibilidades externas, num mundo de conflitos e tensões, devem-se esperar dificuldades. Dificuldades que vale a pena enfrentar porque mesmo um país de escala continental como o Brasil, nas condições atuais da realidade internacional, não pode ficar isolado"*[12].

[11] SOUZA, Maria Adélia de. *Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação* in SOUZA, Maria Adélia de (Org.). *Território: Globalização e Fragmentação.* São Paulo: Hucitec, 1996.

[12] LAFER, Celso. *Suspeitas, interesses e as negociações da Alca* In *RelNet, Informe ALCA 05,* 16/07/2002.

AEROPORTOS EM FAZENDA NO CENTRO-OESTE REGULADOS POR SÃO PAULO: ELEMENTOS DO CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

FABRÍCIO GALLO*

Para a discussão do tema que será tratado devemos partir do pressuposto de que o objeto de estudo da geografia é o espaço geográfico. Este é aqui considerado como um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistema de objetos e de sistemas de ações (SANTOS, 1996). O Território, tanto quanto a Região, o Lugar e a Paisagem, configura-se como uma concreção do espaço geográfico e pode ser definido como um conteúdo político e delimitado por fronteiras, que podem apresentar diferentes graus de institucionalidade (CASTILLO, 1999).

O território é uma mediação entre a sociedade nacional e local e o Mundo, que metaforicamente representa as ações verticalizadas que atendem a agentes e interesses hegemônicos da economia globalizada, que se apresentam como norma, e que para se concretizar, efetivar, vão depender das possibilidades do lugar. Assim o território não é só visto como receptáculo e passa a ser também uma norma, pois os lugares passam a oferecer as condições para a efetivação dos vetores externos (SANTOS, 1996).

CATAIA (2001:170b) sugere que "... é o uso do território que o torna objeto e ação, espaço humano". O mesmo autor ressalta que a incorporação de infra-estruturas ao território não é apenas a produção de obras de infra-estrutura, há a produção de um valor territorial, que incorporado ao lugar, cria uma nova divisão territorial do trabalho, porque os objetos técnicos são produzidos intencionalmente e da mesma forma são localizados, ou seja, eles especializam o lugar.

* Graduando do curso de Geografia no Instituto de Geociências da UNICAMP. Orientador: Prof. Dr. Márcio Cataia - Dep. de Geografia do Instituto de Geociências da UNICAMP.

O território brasileiro, especificamente a Região Centro-Oeste, incorporou ao longo do tempo, um arcabouço técnico que propiciou àquela região a possibilidade de se inserir no circuito mundial de produção agrícola, ou melhor dizendo, de praticar uma agricultura científica globalizada (SANTOS, 2001), pois a produção do Centro-Oeste, que visa basicamente o mercado de exportação, está atrelada a uma referência planetária, e assim recebe influência das mesmas leis que regem e que controlam outros aspectos da produção. Entendemos também que no caso da produção que ali se pratica, as decisões acerca do processo produtivo (incluindo preços, investimentos, cotações, especulações) não se dão naquele lugar e sim em outro porque hoje as tecnologias da informação possibilitam a dispersão das atividades produtivas pelos territórios, contudo o comando da economia permaneceu centralizado. BERNARDES (2001:56), sobre isso, afirma que "... em contrapartida, formaram-se núcleos com alta concentração de atividades de comando e objetos informacionais" e que a circulação da maior parte dos fluxos, de ordens, dinheiro, bens e pessoas ocorre no centro da Região Concentrada.

Para SANTOS (1993) a Região Concentrada[1] abrange os estados da Região Sul, mais os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e parcelas do Mato Grosso do Sul, Goiás e Espírito Santo. A cidade de São Paulo, como centro da Região Concentrada, pode ser vista como uma metrópole onipresente (BERNARDES, 2001:57) ou também como um lugar onde se "... exerce um tempo mundial, onde se instalam as forças reguladoras da ação nos demais lugares" (SANTOS, 1994:43).

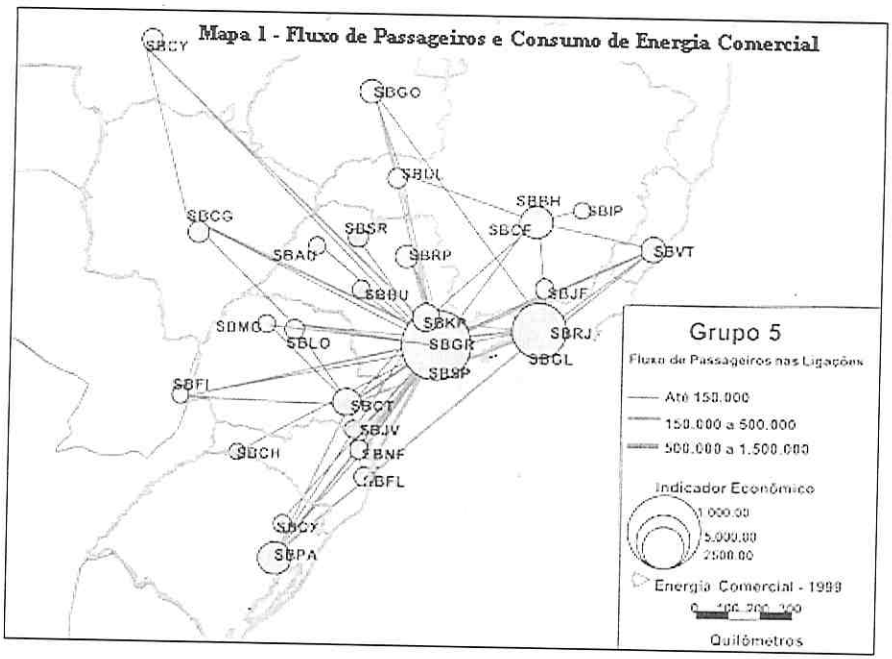
O tempo da metrópole onipresente, que atinge os mais diversos lugares, é um tempo corporativo que se sustenta pela produtividade e pela competitividade e, por conseguinte, racionalizado milimetricamente, transformando os demais tempos em temporalidades subalternas já que as formas do acontecer hierárquico acentuam a seletividade dos investimentos e a maximização dos lucros; desta forma se institui um uso reticular do território, delegando à ci-

[1] Milton Santos explica que a Região Concentrada se trata "... de uma contínua área onde uma divisão do trabalho mais intensa que no resto do País garante a presença conjunta das variáveis mais modernas – uma modernização generalizada – ao passo que no resto do País a modernização é seletiva, mesmo naquelas manchas ou pontos cada vez mais extensos e numerosos, onde estão presentes grandes capitais, tecnologias de ponta e modelos elaborados de organização" (1993:39-40).

dade de São Paulo o centro da reorganização corporativa do país (BERNARDES, 2001:57). Mesmo que a produção agrícola se dê espacialmente no Centro-Oeste é em São Paulo que encontramos serviços como a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BMF), Bolsa do Boi Gordo, entre outras, que regulam preços e cotações. Além disso, em São Paulo encontram-se sedes de grupos agropecuários, de serviços de consultorias, advocacias altamente especializadas e assistências técnicas de toda ordem, e toda essa estrutura revela a densidade dos negócios que ocorrem nessa cidade, atraindo para si os fazendeiros e produtores do interior do país.

Por isso, o processo produtivo no Centro-Oeste só se tornou possível pela existência das redes. DIAS (1994:10) comenta que da mesma maneira que o processo produtivo, processos de múltiplas ordens para serem viabilizados, implicam estratégias de circulação e comunicação, sendo que estas representam "...duas faces da mobilidade que pressupõem a existência de redes, uma forma particular de organização". RAFFESTIN (1993) aponta ainda que há circulação (transferência de bens e seres) e comunicação (transferência de informações), em todo tipo de transporte (ou fluxo), simultaneamente. Numa região onde a densidade técnica dos transportes terrestres é baixa, outro tipo de rede técnica, a aérea, pode servir de recorte para se entender como se dá a integração regional do Centro-Oeste e qual o papel da cidade de São Paulo nisso, pois o espaço aéreo também pode ser visto pelo âmbito da estratégia do mercado, hoje um elemento de fundamental importância a ser incorporado na análise da organização do território brasileiro. CORDEIRO e LADEIRA (1996) comentam ainda que o impacto das tecnologias de informação no período atual poderia manter a tecnocracia dirigente controlando as ações nas sedes das corporações ou empresas, nas cidades ou nas fazendas, mas não se pode desconsiderar a necessidade constante dos contatos pessoais, face-a-face, intra e inter-relacionais. Corrobora-se então, a idéia de que a presença física das pessoas responsáveis pela produção e pelo seu gerenciamento na metrópole reguladora (São Paulo) torna-se necessária para a execução de planos e da própria estratégia empresarial e mercadológica.

Tendo em vista essa centralidade de São Paulo, o DAC (Departamento de Aviação Civil) elaborou um estudo (mapa 1 abaixo)onde mapeou os fluxos aéreos na região Centro-Sul do país.



Fonte: DAC (Departamento de Aviação Civil) – 2002

Contudo este estudo mostra apenas as ligações de vôos domésticos, não apontando os fluxos dos aviões que partem dos aeroportos situados nas fazendas do Centro-Oeste para São Paulo. Assim, entende-se que esse "fluxo aéreo" não deve ser apenas o regular, também deve ser enquadrado o transporte aéreo não regular (aquele oriundo de pequenos aeroportos e dos localizados em fazendas) como fruto das demandas geradas pelo setor terciário em São Paulo. A tabela 1 a seguir mostra um panorama com o número de aeródromos nos estados da Região Centro-Oeste e em São Paulo.

Tabela 1 – Número de aeródromos totais e em fazendas por estado da Região Centro-Oeste e em São Paulo

Estados	Número total de aeródromos	Aeródromos em fazendas	% de aeródromos em fazendas
São Paulo	624	165	26,45
Mato Grosso	481	328	68,2
Mato Grosso do Su	379	352	92,9
Goiás	137	86	62,8

Fonte dos dados: ROTAER/DAIS – 2001

Tendo em vista o número elevado de aeródromos localizados em fazendas, principalmente nos estados da Região Centro-Oeste (chama atenção a porcentagem do Mato Grosso do Sul), pode-se sugerir que o uso a que são destinados está relacionado às atividades produtivas das fazendas e suas estreitas relações com as atividades terciárias localizadas em São Paulo, ou seja, a atividade produtiva agrícola está estreitamente relacionada com o comando financeiro exercido por São Paulo.

O uso desses fixos geográficos (os aeroportos em fazendas do Centro-Oeste) se dá atendendo a um grupo específico e os beneficiários finais com programas de implantação de infra-estruturas e modernização dos aeroportos, previstos pela União (sinônimos de aumento de fluidez do território), serão não só as pessoas que detém o controle produtivo, mas atenderá à lógica externa que comanda esse sistema produtivo. Cada vez mais dota-se o território de próteses geográficas funcionalizando-o à mercê da economia globalizada, sugerindo um uso corporativo do mesmo.

Essas redes, os aeroportos na fazendas do Centro-Oeste, imprimem ordem e desordem ao mesmo tempo: em escala global e nacional são portadoras de ordem; já na escala local, as mesmas redes podem ser portadoras de desordem (DIAS, 1994). Assim a disposição dos aeroportos nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás sugerem relações extra-locais, que *alienam o território* (CATAIA, 2001a) já que as decisões sobre as atividades produtivas da região não se dão ali, se dão na metrópole de São Paulo; isso traz uma nova organização para o mesmo atendendo (principalmente) aos interesses de uma economia mundializada.

Bibliografia

BERNARDES, A. M. *A contemporaneidade de São Paulo. Produção de informações e novo uso do território brasileiro*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001

CASTILLO, R. A. *Sistemas orbitais e uso do território. Integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CATAIA, M. A. *Território Nacional e Fronteiras Internas: a fragmentação do território brasileiro*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001a.

CATAIA, M. A. *As desigualdades e a tecnificação do território brasileiro*, in CARLOS, A.F.A. (org.) *Ensaios de Geografia Contemporânea. Milton Santos, Obra Revisitada*. Editora da Universidade de São Paulo. : Hucitec, : Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001b.

CORDEIRO, H.K. & LADEIRA, F.S.B. *O espaço aéreo favorece a desterritorialidade?*, in SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. *Território: Globalização e Fragmentação*. Ed. Hucitec, ANPUR, 4 ed., São Paulo, 1998.

DAC; IAC. *Fluxos aéreos nas ligações nacionais*, 2002.

DIAS, L. C. *Geografia e qualidade de vida: pensando as redes técnicas*, in GEOSUL – Revista do Departamento de Geociências. Ed. da UFSC, nº 17, ano IX, setembro de 1994.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Ática, São Paulo, 1993.

SANTOS, M. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2ed. Ed. Record, Rio de Janeiro, 2001.

_____ *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Ed. Record, 2ed. São Paulo, 2000.

_____ *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1996.

_____ *Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e Meio Técnico, Científico Informacional*. Ed. Hucitec, São Paulo. 1994.

ALIENAÇÃO DO TERRITÓRIO, MANIPULAÇÃO DE FRONTEIRAS E CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

CLAYTON LUIZ DA SILVA*

O objeto de estudo da Geografia é o espaço geográfico, conceitualmente compreendido como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1999), visto que deste modo é possível compreender tanto a materialidade quanto a intencionalidade, ambas resultado da transformação do espaço pelo homem. Transformação esta que se dá sempre num território, definido como um *compartimento político delimitado por fronteiras onde incidem normas válidas somente no seu interior*. Mesmo que algumas medidas atravessem fronteiras, ou seja, *impliquem* em outros territórios, sua *aplicação* só se efetiva a partir de um território para o qual essa medida foi tomada.

Segundo SANTOS (1999), a noção de território que interessa à geografia é a de *território usado*. Para ser usado o território é recortado por fronteiras que envelopam um poder político-institucional. Ainda segundo SANTOS (1996) a realização de uma sociedade mundial fez com que também o espaço geográfico se tornasse total. Junto ao processo de unificação dos Estados iniciado desde o começo do período capitalista ocorre também um movimento de diversificação. É a consagração de um princípio de unidade e diversidade na história, onde o Estado-nação pode ser o exemplo mais significativo.

Cada Estado-nação tem para si um conjunto de leis que valem somente dentro dos limites de suas fronteiras, de modo que existem regimes jurídico-políticos diferenciados. Disto deriva uma concepção jurídica das fronteiras

* IG/UNICAMP - clayton.silva@ige.unicamp.br. Orientador: Prof. Dr. Márcio Cataia (IG/UNICAMP).

nacionais, produzida pelo direito internacional, que tem como função delimitar o conjunto de atividades dos sujeitos do direito. A construção jurídica do território visa igualar do ponto de vista do direito internacional os diferentes Estados Territoriais, onde suas fronteiras marcam o limite da competência territorial. Esta concepção jurídico-política das fronteiras foi elaborada justamente quando os Estados Modernos estão tomando sua forma atual, ou seja, final do século XIX e início do século XX, no momento em que cada um exige reconhecimento político frente aos outros. É assim que se passa a dar o reconhecimento internacional das fronteiras nacionais.

Delimitado por fronteiras jurídicas aceitas internacionalmente, o território surge como categoria universal, como o elemento constitutivo do Estado. Por isso CATAIA (2001) afirma que nenhum Estado pode ser definido sem a recorrência às suas fronteiras. As fronteiras nacionais têm por função legal circundar e proteger o território, baseadas em um conjunto de normas produzidas internamente. Ainda que normas oriundas de outros territórios possam implicar na sua reorganização. Dentro de suas fronteiras o Estado tem o poder de produzir o seu plano de organização do espaço. A fronteira e o Estado dão unidade à autoridade posta sobre um território e constituem a base da soberania nacional.

Segundo POLANYI (2000) a criação de novas fronteiras é o fundamento da soberania dos povos, por isso desde a descolonização da África, por exemplo, vem aumentando o número de novos territórios e suas necessárias fronteiras. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial o número de territórios nacionais vem aumentando. Essa fragmentação prova o quanto as fronteiras permanecem "vivas". BACKHEUSER (in MEIRA MATTOS, 1990) preocupado em compreender o funcionamento político do território chega a propor leis sobre a evolução das fronteiras. Esse aumento do número de territórios nacionais é por demais evidente, principalmente nos momentos de guerra ou de crises – recentemente a Iugoslávia fragmentou-se dando origem a novos territórios nacionais.

Menos evidente, mas de também fundamental importância, é a fragmentação interna aos territórios nacionais, justamente por que é essa fragmentação que dá origem a novos territórios locais (municípios) ou regionais (estados federados). Essas fronteiras internas encerram diferentes escalas de poder dentro do território, servem e são criadas para a regulação deste, além de serem uma exigência política de regulação do território.

Num Estado Unitário o poder se encontra centralizado, sendo que às suas partes (províncias, comunas, etc) são delegados certos poderes meramente administrativos e que podem ser chamados de volta a qualquer momento pelo poder central. Diferente disso num Estado Federal a descentralização do poder é o fundamento de seu funcionamento. Na Federação a soberania pertence à União, enquanto que aos membros federados resta suas autonomias. Aquela regulação implica em uma divisão, ou seja, é necessário dividir *também os territórios* para reinar (RAFFESTIN, 1993). Para MARTIN (1993:115) "as 'fronteiras internas' têm, no fundo, a mesma importância estrutural das 'fronteiras externas' para a sobrevivência do Estado burguês. Elas traçam limites que permitem ao Estado classista sustentar a divisão conflituosa das classes sociais ao mesmo tempo em que este Estado exerce um efeito polarizador para o conjunto das classes sociais".

O capitalismo gerou sucessivas divisões internas ao território nacional para torná-lo mais funcional à produção. Em cada etapa de modernização capitalista foi necessária a criação de novas formas de produzir, que exigiram novas divisões do território. COSTA (1992:291) lembra que a discussão das fronteiras "... é imprescindível, dado que elas incorporam uma das mais reconhecidas relações entre o Estado e o Território, bem como as relações interestaduais".

O Brasil logo após a Segunda Guerra Mundial possuía 1580 municípios, em 1999 já eram 5506. No estado de São Paulo este salto foi de 270 para 645 municípios, para o mesmo período (CATAIA, 2001).

Como um país federado, o Brasil apresenta três esferas de poder: soma-se à decisão municipal a carga normativa estadual e federal. Perante a lei todos os municípios possuem as mesmas condições, mas apesar de apresentarem essa igualdade jurídica os territórios contêm ainda a diferenciação geográfica, fruto do desenvolvimento das relações de produção e suas necessárias bases materiais e imateriais.

Hoje, os municípios não possuem somente *ligações horizontais*, contíguas com seus vizinhos, mas também *ligações verticais*, distantes que influenciam na regulação dos territórios. Mas o que antes como hoje distingue os municípios uns dos outros é o *território como norma* (SANTOS, 1999), ou seja, suas densidades técnicas que, quanto mais desenvolvidas são, maior é a inserção do lugar no mundo e, portanto, maiores os vetores verticais, longínquos a agir sobre um subespaço do território nacional.

A reafirmação do papel das fronteiras começa a se dar principalmente a partir dos anos 1970, marco da utilização das NTCI (Novas Tecnologias da comunicação e da informação) que permitiram a formação das redes mundiais de produção e transmissão de imagens, informação e dados nunca vistas antes. Desse modo, o papel das fronteiras na conformação das políticas territoriais vem se realçando nos dias de hoje, apesar dos discursos presentes na mídia sobre o fim das fronteiras. As NTCI´s quando propiciam um controle externo ao lugar das atividades que nele se darão condicionam as rupturas políticas e consequentemente a criação de novas fronteiras internas, por isso à coerência do lugar juntam-se imposições estrangeiras, estranhas ao lugar. Por isso hoje os territórios nacionais são transformados em espaços nacionais da economia internacional (SANTOS, 1999).

O conceito de fronteiras internas, relativo às novas tecnologias das comunicações e da informação, é extremamente relevante, pois os subespaços do território nacional, podem ser mais rapidamente conhecidos e apropriados por interesses externos a eles e à sua região. Ganhando um novo sentido, pois o desenho municipal passa a ser também orientado segundo interesses específicos que não levam em conta a totalidade que encerrra. As fronteiras assim manipuladas permitem que ações distantes possam modelar a vida social de diferentes lugares. É a criação de um mecanismo de *alienação do território* (CATAIA, 2001), que significa que num dado momento o uso do território deixa de ocorrer segundo os ditames internos.

No Brasil é muito clara a aceitação de um modelo imposto de fora de inserção do território nacional no mercado internacional. Mercado este que procura ditar como a produção, a circulação e a distribuição devem ocorrer, de modo a reforçar internamente a divisão territorial e social do trabalho e o poder político internacional. À medida que o território é entregue a uma regulação desinteressada a ele, faz com que suas crises internas também fujam ao seu controle. SANTOS (1999) afirma que a guerra fiscal é uma manifestação de uma problemática maior denominada guerra dos lugares, que significa uma luta entre compartimentos políticos (municipais ou estaduais) que possuem certas qualidades – isenção de impostos, incentivos territoriais (*ortopedias territoriais* especialmente preparadas para uso de alguns poucos agentes) – que são de interesse dos agentes hegemônicos. Mas a "guerra fiscal" só existe por que existem as fronteiras. LIMA (1998)

publicou um livro cujo título é bem explicativo: *Como Investir em Mairiporã sem Pagar Impostos*.

As influências das ligações verticais, que ocorrem em função das relações internacionais, se realizam de maneira particular em cada lugar. Dão-se pelo encontro de influências homogeneizadoras e um território com sua história. Por um lado ocorre uma desorganização de algumas das antigas atividades do município e seu entorno, por outro uma nova reorganização destes em função das novas práticas impostas pelos agentes externos que neles se objetivam.

Todavia o *peso* da história do lugar, suas *rugosidades* (SANTOS, 1999), ou seja, as heranças do passado cristalizadas nas formas são uma barreira para algumas das novas atividades. Os agentes das novas atividades municipais buscarão manter relações onde mais diretamente possam exercer sua interferência, onde haja menor resistência ao seu poder hegemônico, de forma que possa condicionar com maior facilidade as normatizações que serão objetivadas em um dado subespaço.

Quanto a isto é exemplar a modernização que se desenvolve no novo município de Gavião Peixoto (SP), mais um dos muitos que foram criados em função da onda emancipacionista que redesenhou o mapa do Brasil após a Constituição de 1988. A Constituição de 1988 delegou às Assembléias Legislativas estaduais a responsabilidade de regulamentar as emancipações de novos municípios, e, regra geral[1], as leis aprovadas nos 26 estados reduziram os requisitos necessários para as emancipações.

Essa modernização no território de Gavião Peixoto, município emancipado de Araraquara-SP em 27 de dezembro de 1995 e tradicionalmente ligado à atividade agrícola (onde a lavoura – cana-de-açucar e laranja – é praticamente a única fonte de renda da maior parte da população, constituída quase toda em trabalhadores rurais), vem ocorrendo em função da instalação de um "Pólo Aeroespacial" criado pelo governo do estado de São Paulo, cujo empreendimento pretende levar o setor aeroespacial para a região.

Em 24 de junho de 2001 o então Governador do estado de São Paulo, Mário Covas, e o Presidente da Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica)[2],

[1] Na última década (1990) os únicos estados brasileiros que não instalaram novos municípios foram os estados da Bahia e do Amazonas (CATAIA, 2001).

[2] De acordo com a revista Carta Capital (25/10/2000) a Dassault, juntamente com outras empresas francesas, no fim do ano de 1999, comprou 20% das ações da Embraer.

Maurício Botelho, anunciaram a decisão de construir a quarta fábrica da empresa em Gavião Peixoto. "O novo empreendimento implica a criação de um distrito aeroespacial que, para sua implantação, contará com um apoio da Fapesp (Fundação de Amparo a Pesquisa do estado de São Paulo) no valor de US$ 10 milhões anuais, por um período de seis anos, realizado por meio de uma linha dentro do programa Parceria para a Inovação Tecnológica, voltada para a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia aeroespacial" (Revista: Pesquisa Fapesp, nº 54, Junho de 2000). Sua realização é resultado do encontro de várias forças: do poder municipal, do poder estadual, da Embraer e sua implementação tem requisitado uma grande mobilização de recursos bem como uma reorganização do município e de seu entorno.

Hoje, muito mais do que antes, o que se verifica na política praticada pelo Estado em todo o território nacional é a articulação do poder público segundo os interesses das grandes empresas. Estas têm a possibilidade de especular com o território como um todo, porém agindo pontualmente. Longe de perder sua força, o Estado, reunião de entes federativos, adere suas políticas aos interesses das grandes empresas, passando a legislar segundo a vontade destas. Em matéria da revista Pesquisa Fapesp de julho de 2000, fica explicita a articulação que o poder público fez para facilitar a implantação da nova unidade da Embraer no estado de São Paulo: "O governo do estado aposta na formação desse novo pólo de desenvolvimento. Investe R$ 27 milhões na aquisição de uma área [...] que será cedida à Embraer por um período de 35 anos, renováveis por mais 35; na infra-estrutura básica do terreno, como fornecimento de energia, água e tratamento de efluentes e na pavimentação dos acessos rodoviários".

O estado de São Paulo entrou abertamente na luta, com outros membros da Federação, pela nova unidade da Embraer. "São Paulo venceu a disputa com Minas Gerais, Paraná e Bahia. O programa da Fapesp, que vai financiar projetos de pesquisa da empresa, fundamentais para o desenvolvimento de uma família de aviões regionais e de jatos militares da Embraer, e o terreno de 600 alqueires foram os trunfos do Governador Mário Covas" (Jornal do Brasil, 30/07/200). Em outra matéria do jornal O Estado de São Paulo, caderno de economia de 21 de junho de 2000, fica explicita essa "competição e vitória" do governo estadual: "A localização da nova unidade da Embraer, denominada Site Aeroespacial, está sendo considerada uma vitória do gover-

nador Mário Covas, que, depois de perder alguns grandes investimentos para outros estados, conseguiu manter a Embraer em solo paulista".

Em 22 de junho de 2000 o jornal O Estado de São Paulo trouxe informações sobre o confronto entre um dos agentes de uma das atividades tradicionalmente abrigadas no município de Gavião Peixoto e seu entorno e o projeto do governo estadual. Este agente, o Grupo Cutrale – grande empresa do setor cítrico – ofereceu grande resistência à venda de suas terras. "O grupo é dono de 200 dos 600 alqueires a serem usados no projeto e demonstrou não ter intenção de negociar essas terras [...]. Sem entendimento com o grupo Cutrale, a alternativa será a de recorrer à desapropriação. O secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial, José Aníbal, garantiu que 'o poder de desapropriação do governo é fulminante'".

No entanto a organização de uma nova atividade pressupõe a desorganização de muitas outras, que oferecem diferentes resistências segundo seu poder de atuação política. Uma matéria do Jornal O Estado de São Paulo de 19 de setembro de 2000, trata sobre a demissão de 700 funcionários da Cutrale Sucocítrico, em função da desapropriação de sua fazenda em Gavião Peixoto-SP. Em outra matéria do mesmo jornal, datada do dia 21 de junho de 2000, fica clara a facilidade que o governo estadual teve para liberar o restante de terras envolvidas no projeto do "Pólo Aeroespacial": "O acordo com os outros citricultores foi tranqüilo e a desapropriação será feita nos próximos dias...".

As transformações advindas de um projeto de tal envergadura repercutem tanto sobre o município de Gavião Peixoto quanto em seu entorno. "A Prefeitura Municipal de Gavião Peixoto, em parceria com o Senai (Serviço Nacional da Indústria), está adotando providências para que sejam ministrados cursos de eletricidade, mecânica, computação e idiomas para a Embraer..." (ADTP News, 20/07/2001). Quanto ao entorno, que já conta com três universidades (Unesp de Araraquara, USP e Ufscar de São Carlos), ainda terá no Senai de Araraquara-SP o curso de *trainee* de produção aeronáutica, num convênio no valor de R$ 3,3 milhões que envolve Embraer, Sert (Secretaria de Relações do Trabalho) e a prefeitura (jornal Folha de São Paulo, 25/08/2001). São Carlos-SP, passará ainda a contar com um novo curso de engenharia aeronáutica.

A especulação imobiliária marca presença em Araraquara-SP, onde a Hotelaria Accor Brasil S.A., irá construir um hotel da rede Ibis. O hotel será construído ao lado de um shopping-center e terá como público alvo o turismo

de negócios. Segundo a revista Época (24/02/2000) o município de Araraquara terá um novo shopping-center, um novo supermercado do Grupo Pão-de-Açucar, além da presença da Embraer dar impulso ao setor de comércio e ajudar a valorizar prédios e terrenos.

Nesse sentido procurou-se demonstrar que toda reorganização municipal cria novas condições que modificam a sua *tecnosfera,* bases fixas da produção cujo conteúdo material "se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, freqüentemente traduz interesses distantes", e a sua *psicosfera*, "reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido... fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário" (SANTOS, 1999:203-4).

Agora pode-se deixar a psicosfera, reino das paixões, "falar", "ter voz", "dar vida ao imaginário" por meio de reportagem da revista Época (24/07/2000): "A filha emancipada [trata-se do município de Gavião Peixoto-SP] deixou de ser borralheira para virar Cinderela [...]. Aproxima-se um antigo sonho: [refere-se a Araraquara] deixar a rival São Carlos para trás e torna-se uma das maiores cidades da rica região central do estado".

Entender o funcionamento do território paulista a partir das relações território/empresas torna claro o quanto a organização do território de um novo município implica na desorganização e/ou reorganização de muitos outros municípios, atividades e expectativas.

Palavras Chave: Território – Fronteiras – Alienação – Fragmentação

Resumo

Junto ao processo de unificação dos Estados iniciado com o período capitalista ocorre também um movimento de diversificação, que consagra um princípio de unidade e diversidade na história, onde o Estado-nação, com seu conjunto de leis que valem dentro dos limites de suas fronteiras, pode ser um exemplo. A criação de novas fronteiras é o fundamento da soberania. Dentro delas o Estado produz seu plano de organização do espaço. A fronteira e o Estado dão unidade à autoridade posta sobre um território. Porém, de mesma importância, mas pouco discutidas, são as fronteiras internas, que são uma necessidade política de regulação do Território Federado em suas três esferas de poder político-administrativo: União, estados e municípios. Os municípios,

hoje, não possuem somente ligações horizontais, contíguas com seus vizinhos, mas também ligações verticais, distantes, que influenciam na sua regulação. Assim, sua modernização cria vínculos (solidariedades) com o mundo que passam a responder, também, às políticas territoriais das empresas, principalmente transnacionais. Estuda-se aqui como estas influências podem levar à fragmentação política do território paulista e à imposição de novas formas de organização sócio-espacial.

Bibliografia

CATAIA, M., A,. (2001), *Território Nacional e Fronteiras Internas: a fragmentação do território brasileiro*, tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

COSTA, W. M. da, (1992), *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo, HUCITEC/EDUSP.

LIMA, R. D. de (1998), *Como Investir em Mairiporã sem Pagar Impostos. O menor ISS do Brasil. Incentivos Fiscais à Instalação e Novas Indústrias.* Mairiporã, Editora Folha de Mairiporã Ltda.

MARTIN, A. R., (1993), *"As Fronteiras Internas e a 'Questão Regional' do Brasil"*, tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

MEIRA MATTOS, C. de, (1990), *Geopolítica e Teoria de Fronteiras. Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro, Bibliex.

POLANYI, K., (2000) *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Campus.

RAFFESTIN, C., (1993[1980]), *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo, Ática.

SANTOS, M., (1999), *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3ª ed., São Paulo, Hucitec.

SANTOS, M., (1996), *Por Uma Geografia Nova*. 4ª ed., São Paulo, Hucitec.

MEMÓRIA, VIOLÊNCIA E ESTADO

Alessandra Bagatim
Mário Augusto Medeiros da Silva
Valentina Salvi

FALN: FORÇAS ARMADAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL. O INTERIOR PAULISTA, COM SEUS ALCANCES E LIMITES, TAMBÉM PARTICIPA DA LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR*

ALESSANDRA BAGATIM**

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) surgiu no ano de 1922 e viveu, até a década de 1980, ilegalmente, com exceção de alguns curtos períodos. Em 1966, dois anos após o regime ditatorial ter sido instaurado no Brasil, o Partido realizou seu 6º Congresso para a discussão de seu regimento interno. Durante o Congresso o chamado Partidão defendeu a necessidade de mudanças sociais, políticas e econômicas no Brasil através da efetivação de uma revolução brasileira, a ser realizada em duas etapas: a primeira, nacional e democrática (que lutaria pelo fim dos resquícios feudais e da dependência imperialista); e a segunda, socialista. Mas, para a concretização destas transformações o partido privilegiava a via pacífica.

Porém, vivia-se no Brasil um momento de endurecimento político. O poder estava assegurado pela força das armas. Castelo Branco, o presidente, era um dos membros da Escola Superior de Guerra (assim como seriam os seus quatro sucessores) e a democracia e a liberdade estavam cerceadas.

Além disso, as Revoluções Cubana e Chinesa, assim como a Guerra do Vietnã, enchiam de brilho os olhos da esquerda brasileira e de seus simpatizantes. A derrota de forças imperialistas por meio da organização de movimentos armados, assentados no campo e que utilizavam a população civil foram as lições trazidas por estas experiências.

---

* Este texto é uma versão modificada de um capítulo de minha Monografia intitulada: "Forças Armadas de Libertação Nacional: o grupo de esquerda armado de Ribeirão Preto. (1967-1969)".

** IFCH/UNICAMP.

Deste modo, a esquerda brasileira, que se aglutinava basicamente no PCB, não aceitou suas teses e defendeu a imprescindibilidade da luta armada. A conseqüência direta do atrito foi um verdadeiro multiplicar de grupos de esquerda armados saídos, principalmente, do Partidão a partir de 1966.

A FALN[1] (Forças Armadas de Libertação Nacional) é um exemplo deste desmembramento do PCB. Originada a partir da cisão de um Comitê Zonal do partido, tornou-se um grupo armado, independente e atuante nos arredores da cidade de Ribeirão Preto (SP), em 1967.

Composta, principalmente, por estudantes, a FALN também contou com a presença de operários, camponeses, intelectuais e profissionais liberais entre seus quadros. No total abrangeu aproximadamente 80 membros e se espalhou por quase 40 municípios da região, tendo o aval de Marighella, segundo Vanderley Caixe,[2] considerado o líder do grupo.

A organização foi responsável pela publicação de quatro periódicos: *O Berro*, *Você deve Saber*, *Informação Extra* e *Prática Revolucionária*. Além disso, realizou alguns comícios relâmpagos, pichações em muros, explosões de bombas e organizou grupos menores nas cidades circunvizinhas a Ribeirão Preto, como: Sertãozinho; São Joaquim da Barra; Orlândia; Franca; Pitangueiras, entre outras. Segundo Caixe[3], tentar ligações com as cidades vizinhas não significava uma estratégia de luta, mas a busca de novos companheiros.

No dia 8 de outubro de 1969, data do aniversário de morte de Che Guevara, explosões de bombas aconteceram concomitantemente em Ribeirão e cidades vizinhas, ação organizada pela FALN. As bombas eram de efeito moral e espalhavam folhetos de críticas à Ditadura e de homenagem a Che.

Além disso, planejavam o seqüestro de um usineiro da região, para conseguirem dinheiro, mas o grupo foi descoberto no dia em que o plano seria executado.

A FALN teve uma vida curta, menos de dois anos, e suas ações tiveram pouca expressão nacional, porém, ela não escapou da sagacidade dos torturadores, a equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, e ele pessoalmente, estiveram em Ribeirão Preto. Ninguém escapou.

---

[1] Embora o nome do grupo seja escrito no plural, optei por tratá-lo no singular, já que me refiro à **organização** FALN. Além disso, os próprios membros do grupo a tratam no singular.

[2] CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998, p, 92.

[3] Entrevista com Vanderley Caixe realizada em Ribeirão Preto no dia 31 de maio de 2002.

Tornou-se famosa, por exemplo, a história da madre Maurina Borges que, mesmo não sendo integrante da organização, foi torturada, com rumores até hoje não confirmados de uma possível violência sexual. O que a ligava ao grupo era o fato de ter cedido um espaço do orfanato em que era diretora (o Lar Santana) a um dos integrantes da FALN, Mário Lorenzato. Este fazia parte do MEJ (Movimento Estudantil Jovem), de caráter católico, que usava o espaço do Lar Santana para reuniões. Quando ficou sabendo que Lorenzato estava sendo procurado pela polícia, madre Maurina queimou todos os papéis que se encontravam na sala usada por ele. O aparelho do Lar Santana foi classificado no Processo 65 do acervo *Brasil Nunca Mais* como o "*sistema nervoso*" da organização e madre Maurina como "*elemento da cúpula terrorista*".[4]

Madre Maurina saiu do Brasil em 1970, quando as Organizações VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes) e REDE (Resistência Democrática) seqüestraram o cônsul japonês, em São Paulo, Nobuo Okuchi, e seu nome constava na lista dos cinco presos políticos que deveriam ser trocados pelo cônsul.

Após a prisão da madre, o arcebispo de Ribeirão Preto, Dom Felício da Cunha, apoiado por 42 sacerdotes da arquidiocese, excomungou os dois delegados de Polícia da cidade, Renato Ribeiro Soares e Miguel Lamano. Esta foi a única penalidade canônica noticiada pela imprensa no período ditatorial.[5] Segundo afirmou Dom Paulo Evaristo Arns, foi através do caso de Ribeirão Preto que ele começou sua luta pela justiça social.[6]

A FALN tem características que a singularizam: é provável que tenha sido o único grupo a não se originar a partir de uma capital. Foi a primeira organização armada a sair do PCB. Teve, guardadas as proporções, o maior percentual de camponeses entre seus membros, quando comparada às demais. Contou com a presença de uma mulher e de um camponês em sua direção. Envolveu em sua história, ainda que involuntariamente, a figura de uma madre. Foi a organização mais integrada por jovens de menos de 25 anos. E foi a responsável pela efetivação de uma penalidade canônica.

Por outro lado a FALN teve como líder o quase desconhecido Vanderley Caixe. Sua ação mais ousada foi o assalto à pedreira da prefeitura, cujas di-

[4] Fundo BNM, Processo 65, p. 916.
[5] GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, São Paulo: Ática, 1987, p. 220.
[6] *Folha de S. Paulo*. Caderno Mais, 07 de junho de 1998.

namites roubadas não chegaram a ser usadas, já que o grupo cairia uma semana após a ação. Era uma organização pequena, de maioria ainda muito jovem e com pouca experiência política. Por isso, foi classificada como despreparada, ingênua, canhestra, composta por um bando de românticos.

Segundo Vicente Alessi Filho[7], membro da FALN:

> "... a ***firma*** *de Ribeirão era pequena, era confusa, queria dar passos que não podia. (...) Aconteceu o roubo da dinamite na pedreira e a tentativa de seqüestro que foi o gargalo da brincadeira* ". [8]

Seguindo a mesma linha de Alessi Filho, Jacob Gorender classificou a FALN como "*o jardim de infância das organizações de esquerda do pós-64*".[9]

Em depoimento Vanderley Caixe disse que Gorender[10] agiu com desonestidade ao analisar a FALN desta maneira, porque as falhas do grupo, que são admitidas por ele, foram as mesmas cometidas nas demais organizações armadas de esquerda. Caixe defende, por exemplo, que todas as organizações não tinham uma linha teórica definida; misturavam o foquismo, da Revolução Cubana, com a luta prolongada, defendida por Mao Tsé-Tung, e pensavam em uma coluna móvel, misturando teorias.

Vanderley defende ainda que todos os grupos, e não apenas a FALN, trabalhavam com tentativas táticas e teóricas, com experimentações de ações e quadros e com treinamentos para pôr fim à Ditadura e implantar o socialismo.

A diferença é que a FALN, por ser pequena e por estar localizada no interior, conseguiu menos crédito de possíveis futuros integrantes. Além disso, o menor número de quadros, os poucos meios financeiros, o pequeno tempo de duração do grupo e a queda completa da organização, quando descoberta, em menos de uma semana, impediram que ações de maior vulto fossem desenvolvidas.

---

[7] Vicente Alessi Filho se desligou do grupo antes de sua queda e foi para São Paulo junto de Silvio Rego Rangel, que também abandonou a organização. Quando esta foi descoberta, eles foram presos, torturados e condenados. Segundo Matilde Leone são os antagonistas de Vanderley Caixe (LEONE, Matilde. *Sombras da Repressão*. São Paulo: Vozes, 1998, p. 133)

[8] LEONE, M. *Op. cit.*, p. 152/153.

[9] GORENDER, J. *Op. cit.*, p.220.

[10] Jacob Gorender foi companheiro de cela de vários integrantes da FALN, na década de 1970, no Presídio Tiradentes. Segundo Caixe era alguém por quem ele tinha grande estima.

Como puderam, então, acreditar que conseguiriam chegar ao triunfo da revolução se agiam isoladamente, diante de um país que possui proporções espaciais de um continente?

Vanderley Caixe, explica que:

> *"... no momento em que nós saímos para isto [a luta armada], para este caminho, era um problema de saber: 'O que nós vamos fazer? Dentro deste quadro todo da revolução brasileira quem somos nós?' Por base, nós chegamos a atingir 40 municípios aqui na região. Mas quem éramos nós dentro disso, quer dizer, o Brasil não são 40 municípios (sic), o Brasil é enorme. (...) Mas algum tempo depois, Marighella, expulso do partido, cria a Aliança Libertadora Nacional. Daí a pouco estoura na serra o pessoal do Lamarca e a VPR aparece e desponta. Então o quadro já começou a ficar mais claro e nós pudemos, nesse quadro todo, situar qual seria nosso papel. Quer dizer, nós entendíamos e discutíamos isto, que* ***nosso papel era auxiliar no processo revolucionário e nós ocuparíamos o nosso espaço nesta região.*** *E o encontro com as organizações, ele se daria em um processo de luta, era esse processo de luta que acabaria unificando o movimento revolucionário".* [11] (grifo meu)

O integrante da FALN, Magno Dadonas, pertencente ao grupo da cidade de Franca, atesta o defendido por Caixe. Diz ele:

> *"Caixe sempre nos levava a crer que Ribeirão Preto era apenas um núcleo do movimento que na verdade seria muito mais amplo. Ou ele estava tentando nos motivar ou ele estava mentindo [porque pensar que Ribeirão Preto era parte de um movimento mais amplo] dava mais esperança".* [12]

Além do sentimento de esperança motivado ao se saber que a FALN não pretendia agir isoladamente, como ressaltou Dadonas, esta postura do grupo de Ribeirão Preto condizia com o defendido por Marighella, que esperava o surgimento espontâneo, por todas as partes do Brasil, de um número incontável de grupos revolucionários autônomos.[13] O líder da ALN acreditava que no primeiro momento da revolução seriam necessários vários grupos arma-

[11] Entrevista com Vanderley Caixe em Ribeirão Preto no dia 31 de março de 2002..
[12] LEONE, M. *Op. cit.*, p. 107.
[13] RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993, p. 223.

dos, espalhados por todo o país, para abalar o aparelho burocrático militar do Estado. E num segundo momento caberia a uma única organização a vanguarda do processo revolucionário, papel que a ALN pretendia desempenhar.[14]

Marighella também defendia que principiar o trabalho armado era sinônimo de revolução, e que só a ação garantiria a vanguarda aos grupos[15]. Como ser a vanguarda revolucionária era um dos pressupostos comuns a todas as organizações[16], não se cogitava ficar apenas na teoria ou nas chamadas doutrinações.

Diante desta realidade, a formação teórica ficava relegada a um segundo plano e a única certeza era a necessidade de começar a luta, mesmo que os caminhos para isto não fossem claros. Segundo Caixe:

> *"... nenhuma das organizações tinha isto [o caminho ideal para a luta] muito claro. Sabia-se realmente o seguinte, é preciso começar (...) Havia uma expressão que Régis Debray usava muito: 'é preciso bater forte que isto chamará os adormecidos'".* [17]

Assim, entre deficiências e incertezas, também sentidas nas demais organizações, a FALN foi desenvolvendo suas ações: pichações em muros, explosões de bombas, divulgação de *"O Berro"*, assalto à pedreira e organização do movimento nas cidades vizinhas e na área rural.

E, embora a necessidade de iniciar a luta armada imediatamente acarretasse em um fraco embasamento teórico, as características da FALN permitiram que ela tivesse uma posição bastante coerente diante do quadro político que se desenhou no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970, ou seja, a de se preparar como força auxiliadora no processo revolucionário que era traçado

---

[14] Idem, *ibidem*, p. 42.

[15] RIDENTI, M. *Op. cit.*, p. 42.

[16] Idem, *Ibidem*, p. 54. O autor elenca alguns pressupostos que ele classifica como comuns a todos os grupos de esquerda do período, assim, além o surgimento de uma vanguarda de novo tipo que eles passariam a significar, havia a imprescindibilidade da guerrilha rural, a luta em favor da derrubada da Ditadura, a expulsão dos imperialistas do país, a ruptura com o imobilismo do PCB, a importância da mobilização das massas trabalhadoras (rurais e urbanas) e a necessidade de transformação da estrutura de classe da sociedade.

[17] Entrevista com Vanderley Caixe em Ribeirão Preto no dia 31 de março de 2002.

pelos grupos de esquerda armada brasileira; o que não acontecia com as organizações maiores e mais bem estruturadas que buscavam ser a vanguarda revolucionária, agindo independentes umas das outras.

Bibliografia:

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, São Paulo: Ática, 1987.

LEONE, Matilde. *Sombras da Repressão*. São Paulo: Vozes, 1998.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

Documentação Processual:

Fundo Brasil Nunca Mais. Processo 65.
Arquivo Edgar Leuenroth – Unicamp

Fonte Oral:

Entrevista com Vanderley Caixe
Ribeirão Preto, 31 de maio de 2002.

DOCUMENTOS E MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR*

MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA

A presente comunicação acerca do tema *Documentos e Memórias da Ditadura Militar* se dará em três níveis, sendo que todos eles entrelaçados e articulados. Na verdade, o terceiro deles será uma decorrência especulativa, que ainda se pretende desenvolver melhor.

A pesquisa faz parte do projeto **Documentos e Memórias da repressão militar e da resistência política: Brasil 1964 – 1985.** Embora esteja envolvido com o tema desde o segundo semestre de minha graduação, só recentemente me tornei bolsista efetivo do projeto. Os trabalhos são orientados pela Profª. Drª. Maria Lygia Quartim de Moraes, do departamento de Sociologia (IFCH – UNICAMP). Para entender o surgimento deste projeto, chegamos ao primeiro nível.

1. O Estado, a Memória e a Dívida

Ao fim da década de 1990, começa a haver pressões junto ao Estado, por parte de ex-militantes ou seus familiares, para que ocorre ressarcimento material e/ou moral pelas torturas, desaparecimentos e abusos sofridos durante o período da ditadura militar (1964-1985). Na verdade, essa pressão já existia, mas somente nesse período se torna mais forte e articulada, como por exemplo com a criação de um grupo civil de representantes de entidades e indivíduos, o Movimento Tortura Nunca Mais[1]. Quanto ao ressarcimento moral, este será melhor abordado no decorrer de minha apresentação.

---

* Comunicação apresentada ao *I ENCONTRO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS DA UNICAMP*, em 04/10/2002 por Mário Augusto Medeiros da Silva, graduando em Ciências Sociais – UNICAMP.

[1] Mais informações em: www.torturanuncamais.org.br

Logo, em meios de 1998 a 1999, o então governador do estado de SP, Mário Covas, assina um decreto para que ocorra a reparação. Ainda que o presidente da República, sociólogo *exilado* no período (há controvérsias sobre o fato) dissesse que não havia necessidade de se retirar ossos de dentro do armário. Todavia, há muito tempo que os esqueletos já dançavam e se faziam audíveis, incomodando ouvidos medrosos.

Mas havia um problema: ressarcir a quem? Quem foi vítima da Ditadura? Onde estavam estas pessoas? Algumas em cemitérios clandestinos, como os de Perus e da Vila Formosa em SP. Outros, não se sabe onde. E o mais difícil: o que é tortura? Como identificá-la?

Nesse sentido constituiu-se a Comissão de Justiça e Paz em SP, destinada a analisar essas questões, encontrar tais pessoas e analisar seus processos, para apresentar quem possui efetivo direito.

Onde entra a UNICAMP nisso? A profª. Maria Lygia sabia desse movimento por parte do Estado, por estar sempre ligada a essa questão. Em verdade, ela é uma das vítimas da ditadura, pois é ex-militante da ALN e teve seu marido, Norberto Nehring, assassinado[2]. Sendo assim, a UNICAMP prontificou-se a auxiliar a Comissão, uma vez que possui no Arquivo Edgar Leurenroth (AEL) todos os tomos, microfilmes e processos do Projeto Brasil: NUNCA MAIS (BNM). Este é uma compilação realizada pela Arquidiocese de SP em 1985 de todos os processos originais das Auditorias Militares, em que todos ou a maioria dos atingidos pela ditadura estão presentes, bem como seus relatos e denúncias.

Um dos maiores problemas (provar que houve abusos do Estado) estava resolvido. Glauco Mattoso, em seu livro, *O que é tortura?* [3]afirma que há uma grande dificuldade em definir o termo. Resume dizendo que seja todo o abuso físico, psicológico, momentâneo ou prolongado, pessoal ou extendido a uma pessoa ou a suas próximas imposto a alguém. Com base nisso, é possível uma definição do que é o projeto e o fim de nossa pesquisa: Todos aqueles que denunciaram tortura pessoal ou a companheiros no estado de SP, homens e mulheres, têm o direito de serem ressarcidos.

---

[2] Cf. MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Memória Biográfica e Terrorismo de Estado: Brasil e Chile;* Campinas: IFCH; col. Primeira Versão; vol. 96; 2001.

[3] MATTOSO, Glauco. *O que é Tortura?;* SP: Brasiliense; col. Primeiros Passos, 1984

2. A Memória e sua construção

Passamos agora a um segundo momento dessa apresentação. Quando se trata do termo memória, enquanto um aspecto socialmente compreensível, deve-se ter em mente que a memória só faz sentido caso ela seja comungada, compartilhada por um grupo social. Os aspectos individuais não nos interessam aqui.

Na perspectiva de Maurice Halwabchs, em seu livro *A Memória Coletiva*, a memória é socialmente construída , sendo um produto dos grupos sociais que dela compartilham.

Dizer isso tem pelo menos duas decorrências extremamente importantes: a significação dos fatos relembrados só serão recordados num futuro caso haja alguma sobrevivência no e do grupo, enquanto entidade física. Uma outra conclusão a que se pode chegar é a que a construção da memória, num plano mais elevado dos interesses, é política e seletiva. E a ritualização vencedora (ou a rememoração da posteridade) é frutos dos embates, das lutas dos grupos sociais.

Essa análise de Halbwachs é particularmente interessante pois permite compreender os significados que os símbolos, os discursos, a escolha de figuras ditas históricas, cânones e até mesmo que a *história dos vencedores* adquirem. Um exemplo mais antigo na história do Brasil Republicano em que isso pode ser observado é o da própria constituição da I República, com Deodoro e outros, das lutas que se seguiram antes e depois do evento para formalizar uma *história oficial* que durante muito tempo foi veiculada e tida como certa. Os grupos políticos envolvidos se engalfinharam para a construção de símbolos, discursos, atos e eventos que entraram no imaginário coletivo da República.[4]

Isso posto, pode-se entender o por quê dos problemas de se dizer que *o golpe se deu em 31 de março* ou *em 1º de abril de 1964*; a questão da *desordem generalizada* e *a necessidade de reconduzir o país ao bom caminho;* o *grande crescimento econômico* ou a *alienação do povo,* entre outras coisas que todos ouvimos acerca do período. Existe ainda uma luta para construção de um retrato do que ocorreu à época. Os antigos militantes necessitam de voz,

[4] Cf.: CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*; RJ: Cia. Das Letras; 3ª ed.; 1999.

contar suas histórias por mais difícil e doloroso que lhes possa ser. Recentemente, há alguns meses, a Biblioteca do IFCH tinha em sua estante de novas aquisições uma então nova edição da *Revista do Clube Militar Brasileiro*. Edição esta que era por ocasião – note-se bem – de uma *Homenagem à Revolução de 31 de março de 1964*[5]. Frisemos estas palavras: **Revolução ou Golpe?**

Para revisitar Halbwachs: trata-se de um grupo social que reivindica um imaginário coletivo. E creia-se ou não, há ainda muitos que tomam essa interpretação(da ordem instaurada, o freio a um comunismo imaginário, a barragem da depravação e a manutenção da tradição católica e dos bons costumes no coração das criancinhas) como a mais factível. Os livros didáticos de História dos anos 1980 (e até 1990), que se acredita em que muitos aqui aprenderam – com exceção daqueles que tiveram professores excepcionalmente *subversivos* – não deixam esta comunicação mentir. Quem não se lembra do livro didático de Estudos Sociais que passava rapidamente pelos nomes dos presidentes militares sem grandes análises?

É muito provável que esse projeto consiga dar maior visibilidade a um grande público (bem como outras iniciativas, por exemplo: a transformação da antiga sede do DOPS em Centro Cultural etc.) acerca de uma outra versão da História. Chegamos ao 3° e último momento dessa explanação.

3. Os porões revisitados: tateando as trevas

Ao fim dos anos 1970, com a funesta abertura e anistia total (total mesmo: até para torturadores e agentes dos aparelhos de Estado) começam a ser produzidos livros que buscam a denúncia dos horrores praticados não somente pelo Estado e seus aparelhos ideológicos[6] (Direito, Escola, Imprensa etc.) e seus agentes (censores, intelectuais orgânicos, policiais, promotores, juizes, ministros etc.). Um aspecto muito particular nos chamará atenção agora: a literatura produzida a partir dos anos 1980, memorialística, de registros, *desbundes* e experiência da década anterior. Vale dizer que: 1) é imprescindível tomar contato com a literatura antes e durante o golpe; 2)esse é ponto em que se está fazendo especulações a serem desenvolvidas em estudos mais a frente.

[5] Cf.: Revista do Clube Militar Brasileiro; março/ 2001

[6] Cf. ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*; trad. Walter José Evangelista, Maria Laura V. de Castro; RJ: Graal; 1985

Recentemente, li *Os Carbonários*[7], de Alfredo Sirkis em que o autor (ex-militante secundarista, guerrilheiro da VPR, participante dos seqüestros dos embaixadores suíço e alemão e tendo ligações com as ações de seqüestro dos embaixadores japonês e norte-americano) escreve, após sua volta do auto-exílio, sobre suas experiências. Cabe notar que Sirkis traça todo um panorama esperançoso de uma *fração* de geração (sim, porque não eram todos os preocupados com os desígnios do país. *A rememoração coletiva pode conduzir ao perigo da construção de um tempo mítico*), que acaba por pegar em armas para tentar subverter uma ordem ilegitimamente imposta. Nos anos de arroxo, por volta de 1973, 74, ocorre o que se pode dizer *os grandes desbundes*: revolucionários que não criam mais na possibilidade de mudança por acharem que tudo havia degringolado e que talvez fosse mais fácil ser *hippie* na Europa ou nos EUA que ser guerrilheiro por estas bandas. Ler o relato de Sirkis é perceber a angústia de uma parcela de pessoas que tentaram conduzir a História a um outro rumo e efetivamente não conseguiram. Ler seu relato é algo angustiante nas últimas páginas, pois se desnudam as ilusões perdidas de indivíduos dessa época.

Essa é uma perspetiva interessante. Poucos são os relatos que não chegam à conclusão de que não valeu a pena a empreitada. Poucos são aqueles que não lamentam o fato de tantas vidas terem sido traídas. É assim em *O que é isso, companheiro?*, na Literatura Marginal, na música punk e dark dos anos 80, no mais recente filme de Ugo Giorgetti, *O Príncipe* etc. Interessante observar que é algo completamente diverso da idealização pré – 1964 ou durante os primeiros anos de golpe.

De fato, não valeu a pena? Os *filhos da Revolução, a Geração Coca-Cola* (para lembrar Renato Russo) crêem nisso[8]. Mas queremos tratar daqueles que efetivamente viveram o momento. Repetimos: não valeu a pena? Por que a perspectiva da derrota é tão comum? A leitura de excertos de um conto de Caio Fernando Abreu evidencia o descompasso dos ex-revolucionários:

"A roda? Não sei se é você que escolhe, não. Olha bem pra mim – tenho cara de quem escolheu alguma coisa na vida? Quando dei por mim, todo

[7] SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida;* SP: Global; 1981

[8] Cf. ABRAMO, Helena Wendell. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*; SP: Scritta; 1994.

mundo já tinha decorado a tal palavrinha-chave e tava a mil, seu lugarzinho seguro, rodando na roda. Menos eu, menos eu. Quem roda na roda fica contente. Quem não roda, se fode. Que nem eu, você acha que eu pareço muito fodida? Um pouco eu sei que sim, mas fala a verdade: muito? Falso, eu tenho uns amigos. Fodidos que nem eu. Prefiro não andar com eles, me fazem mal. Gente da mesma idade, mesmo tipo de. Ia dizer problema(...)

Sabia que eu até vez em quando tenho mais pena de você e desses arrepiadinhos de preto do que de mim e daqueles meus amigos fodidos? A gente teve uma hora que parecia que ia dar certo. Ia dar, ia dar. Sabe quando vai dar? Pra vocês, nem isso. A gente teve a ilusão, mas vocês chegaram depois que mataram a ilusão da gente. Tava tudo morto quando você nasceu, boy. (...) Acho que sou melhor porque peguei a coisa viva. Tá bom, desculpa gatinho. Melhor, melhor não. Eu tive mais sorte, foi isso? Eu cheguei antes. E até me pergunto se não é sorte também estar do lado de fora dessa roda besta que roda sem fim, sem mim."[9]

Está mais que na hora de uma nova história ser contada, ser visualizada. Há uma produção e interesse grande da Academia pelo assunto. Mas há que se fazer mais. Obrigado.

[9] ABREU, Caio Fernando. "Dama da Noite" In: *Os Dragões não conhecem o paraíso.* SP: Cia das Letras; 1988

OBEDIENCIA Y BANALIDAD: LOS MILITARES EN LOS CAMPOS CLANDESTINOS DE DETENCIÓN EN LA ARGENTINA

VALENTINA SALVI*

Pero no es solamente el hecho de que sea un secreto, el tema por el que discurrirá este trabajo, sino su relación con el Mal. Porque como dice Georg Simmel, en su Sociología, "si el secreto no está en conexión con el Mal, (sin embargo) el Mal está en conexión con el secreto". (Simmel,1939:351) No sólo, porque lo inmoral se oculta sino también, porque como el cínico, "nadie es tan malo que quisiera además parecerlo". (Simmel,1939:351) Y esto ha sido tan así en la Argentina que la maquinaria desaparecedora intentó no sólo hacer desaparecer a los desaparecidos sino también a sus desaparecedores. Y de este modo, como sostiene Pilar Calveiro, licuar la responsabilidad fundamental que le cabe a un Estado que se encargó de producir semejante poder desaparecedor. (Calverio, 1998: 42).

Si bien, el secreto va unido al sentimiento de que podemos traicionarlo, no obstante, su significación sociológica del secreto encuentra su medida práctica en "la capacidad o inclinación del sujeto para guardarlo o, si se quiere, en su resistencia o debilidad frente a la tentación de traicionarlo". (Simmel,1939:354) Cabe preguntarse, entonces, ¿ cómo fue posible que la maquinaria de desaparición haya logrado hacer abstracción de esta, su condición paradójica, deshechar todo resto que se oponga a la voluntad de ocultamiento y convertir al secreto en un mero instrumento de seguridad e impunidad?

Ahora bien, ¿ por qué hablamos aquí de secreto para intentar comprender las implicancias sociológicas que las formas de ocultamiento e impunidad

* IFCH/UNICAMP.

tienen para la perpetración del terrorismo de Estado? Parafraseando a Héctor Schmucler, porque "la desaparición es, en rigor, expresión de una voluntad de ocultamiento que buscó borrar toda huella, pero que paradójicamente se presenta como el lugar desde donde es posible reconocernos en nuestra memoria". (Schmucler, 1995: 51) Entonces, no hemos, aquí, de esquivar el hecho de que con la desaparición se hace evidente la presencia ambigua pero deliberada de un secreto y de sus guardianes.

Si bien, las relaciones recíprocas entre las personas se ven determinas por el hecho de que el sentido del secreto está constituido por la relación existente entre el que posee el secreto y el que no lo posee. Sin embargo, esta ambivalencia del secreto desoculta su cualidad siniestra cuando en tiempos sombríos el secreto se vuelve expresión sociológica de la instrumentación del horror.

Por ello, la desaparición como figura de poder, que tiene su correlato institucional en los campos clandestino de detención, es el alma oculta y negada del "Proceso de Reorganización Nacional". Cuya voluntad de ocultamiento se ejerció materialmente sobre los cuerpos de las víctimas y simbólicamente sobre todo el cuerpo social. Al interior de los campos, estos dispositivos de absorción, desaparición y ocultamiento sometió a los prisioneros cotidianamente a la creencia de que eran olvidados por su familia y por la sociedad, en la medida en ellos mismos eran sometidos al terror de un presente perpetuo que les impedía recordar el afuera: su pasado, su familia y sus vivencias. Asimismo, fuera del campo, la sociedad parecía haber olvidado no sólo la desaparición de su gente; sino también, la presencia misma de los desaparecedores entre sus miembros. (Calveiro, 1998)

Si bien, el secreto configura, en rigor, la clausura del campo de concentración como una realidad total y cancelada, puesto que mantiene oculto el carácter violento e ilícito de la metodología negada. No obstante, "su accionar clandestino es demostrativo de su condición perversa: sabe que su accionar es incorrecto, por ello lo oculta y lo niega, lo que al mismo tiempo confirma la existencia de los derechos de quienes pisotea y destruye." (Duhalde, 2000: 50)

En efecto el secreto en su conexión con el Mal se transforma en un mecanismo por el cual el Estado, oculto tras el silencio, expone a sus subordinados al imperio de la transparencia. Como un poder omnividente

pero invisible que se vuelve tanto más poderoso cuanto mejor logra ver lo que hacen sus súbditos sin dejarse ver. En efecto, los detentores del secreto pretendieron desarticular cualquier secreto posible. Y así, configuraron una economía del terror por la cual no era posible saber lo que sabían de nosotros. El miedo como antesale del terror fue la expresión molecular de la dictadura puesto que la ocultación de la represalia produce en todo cuerpo social la significación perversa de la arbitrariedad y la factibilidad contingente de su ocurrencia.

Por otro lado, nos recuerda Simmel, que "el secreto del uno es en cierto modo acatado por el otro, y de este modo, lo oculto involuntaria o voluntariamente, es respetado voluntaria o involuntariamente". (Simmel,1939:351) Esta dialéctica del secreto extiende los efectos perversos de la voluntad de ocultamiento más allá de los muros del campo. En efecto, el carácter intimidatorio del terror lleva, a su vez, a la negación de la realidad represiva. Por ello, como dice Pilar Calveiro, los campos clandestinos de detención eran, en Argentina, un secreto a voces, una realidad al mismo tiempo sabida y negada. (Calveiro, 1998: 147) Entonces, si la muerte como amenaza es la moneda corriente del poder, el convencimiento de que "esto no me puede pasar a mi", es su más eficaz resultado. Y así, en nuestro país, el silencio de unos se calló en el miedo de otros.

No obstante lo dicho, la maquinaria desaparecedora hizo de la condición ambivalente del secreto la herramienta de concretización de su lógica siniestra. En el gesto totalitario de la desaparición, se señala el lugar vacío que el poder esconde. No se trata, entonces, de un ocultamiento ingenuo sino de volver loco y aterrorizar con aquello que se sabe y no se puede revelar.

Frente a este sentido exterior del secreto, Simmel reconoce, también, un sentido interno. "Cuando un grupo como tal toma el secreto como su forma de existencia, el sentido sociológico del secreto se convierte en interno y determina las relaciones de los que lo poseen en común." (Simmel,1939:364) Tanto ha sido así en la Argentina que era común una visión dicotómica que separa al mundo en dos grupos enfrentados: los "hermanos juramentados" y una masa indistinta de enemigos, también, juramentados. De allí, que son considerados enemigos todos aquellos que al no estar expresamente incluídos, estan excluídos.

Este principio esotérico adquirió, con la Doctrina de la Seguridad Nacional, la forma de una ideología suficientemente laxa como para considerar como acto de subversión, y por tanto extraño al ser nacional, hasta "una pelea entre padres e hijos, entre padres y abuelos..." (Duhalde, 2000: 67), según una declaración de Videla del mes de abril de 1976.

En el conexto de una geopolítica dominada por el conflicto Este-Oeste, en las Fuerzas Armadas predominó, al igual que en las sociedades secretas, una interpretación de la política interna basada en una lógica conspirativa. En tal sentido, la guerra generalizada y absoluta como ideología-límite, y no como realidad histórica, se convirtió en el argumento válido para arrazar todas las instituciones y hacer de las Fuerzas Armadas grupos de criminales organizados por tareas. Resultado de esta ficción conspirativa es el hecho de que el conocimiento técnico del aparato de inteligencia adquiera central protagonismo y se vuelva el cerebro oculto del aparato represivo. Por ello, el servicio de inteligencia, en Argentina, mas que una organización de espienaje y contra-espionaje, fue un instrumento de manipulación y violencia, que con el argumento de combatir la presencia de otras sociedades secretas en el seno de la nación, se convirtió en un aparato de intervención en el cuerpo social.

Sin duda, el accionar perverso de una metodología que encuentra en el secreto un soporte instrumental para asegurar su protección, se siente fácilmente amenazado por el acto de resistencia que significa guardar un secreto. De allí, que los recuerdos del mundo exterior, del pasado y de los seres queridos constituían, para las víctimas, ese segundo mundo que como líneas de fuga rompían con la cancelación y el aislamiento del poder del campo, arrebatándole, a los asesinos, el monopolio sobre el tiempo. Por ello, hacer transparente al prisionero, siginificó, en los campos clandestinos de detención de todo el país, despojar a los hombres y a las mujeres de todos los apoyos anteriores, de su memoria, de sus vivencias, de sus recuerdos, de sus secretos.

En la Argentina, la arquitectura de la muerte está constituida por un conjunto de operaciones, que correlativamente yuxtapuestas en el cuerpo del detenido, componen el gesto completo de la desaparición. En los campos, la "patota", el "Grupo de Tareas", los "Verdes", los "encargados del Traslado" o "los desaparecedores de cadáveres" eran las piezas de un mecanismo de desaparición de trabajadores, sindicalistas, militantes, estudiantes,

periodistas y familiares. Sin embargo, cada una de estas partes, al tiempo que denotan en el calvario del supliciado la cruel división de tareas que disimula la responsabilidad del verdugo, refuerza el dispositivo del secreto. De modo que cada miembro del mecanismo burocrático no tenga mucho que revelar puesto que no precisa conocer el movimiento completo del horror que ejecuta.

Padarojalmente, también, el secreto otorga a sus detentores cierto apartamiento quern refuerza la tendencia a la autonomía. "Una autonomía que se aproxima a la anarquía (puesto que) el apartamiento de las reglas acatadas por la generalidad, fácilmente tiene por consecuencia para la sociedad secreta, el desarraigarla, de los apoyos que suministra la norma." (Simmel,1939:379) En efecto, donde impera la clandestinidad del secreto crece la arbitrariedad de su propia naturaleza. El carárter imperativo y absoluto de la maquinaria desaparecedora se manifiesta en la exposición permanente, incierta y omnipotente de la vida a una violencia sin precedente efectivicada de la forma más banal y profana. Se trata de un poder Soberano que se concibe así mismo como un poder divino puesto que tiene el derecho absoluto sobre la vida y sobre la muerte.

También, al interior del grupo el secreto se cierra sobre sí mismo al reforzar la confianza mutua entre sus miembros. Confianza basada en la capacidad de callerse, puesto que el fin del secreto es aquí la protección. Ahora bien, si la debilidad de las sociedades secretas está justamente en el hecho de que el secreto no se guarda por mucho tiempo, al punto que se dice que el secreto entre dos ya no es secreto, ¿ cómo hacer de la confianza mutua una garantía de obediencia irrestricta? Sobre todo porque no se trata de ese tipo de confianza basada en la fe de la personalidad, como algo que se regala sin pedir nada a cambio, sino un tipo de confianza de carácter abstracto y sociológico, que ya no necesita de renovación subjetiva. Es más, un tipo de confianza bajo la cual se pueda colocar cualquier tipo de contenido de la vida en común.

Para ello, nos dice Simmel, las sociedades secretas ponen en práctica un conjunto de medios para favorecer psicológicamente la discresión: el juramento, la amenaza de muerte o castigo y el aprendizaje de silencio. Este último resulta particularmente importante allí donde con la ruptura radical de todas las veleidades morales, el peligro de la indiscresión es más

considerable. De este modo, la asocioción no se limita a la prohibición de hablar sobre un objeto concreto sino que se extiende a toda la función del habla. Por ello, nos dice Hannah Arendt, "las personas se unen más firmemente a partir de la experiencia practicada de un ritual secreto que de la simple admisión de un conocimiento secreto". (Arendt, 1958: 378) Lo importante es la forma objetiva de esta práctica, que al hallarse desligada de la personalidad subjetiva, permite al individuo encontrar a su disposición un sustrato suprasocial. Y así, parafraseando a Simmel, la medida y la clase de su contenido espiritual depende más de su capacidad de obedecer que de aquello que tiene que callar.

El ritual de las manos sucias al involucrar de manera homogénea a todo el aparato burocrático, produce tanto una igualación falsa de las responsabilidades como un tipo de solidaridad acrítica entre los ejecutores del genocidio. De tal modo, la estructura organizacional del aparato represivo se vacía de la finallidad racional de guardar el secreto por todos sabido e instituye un mecanismo por el cual se produce automáticamente el cininismo esperado de cada uno de sus miembros.

Ahora bien, si el secreto produce, en primera instancia, un efecto aislador e individualizador sobre la personalidad, especialmente cuando se trata de comportamientos inmorales, la socialización del secreto en la sociedad secreta produce el efecto inverso y compensatorio. De este modo, el carácter mismo de lo ocultado pierde importancia y se vuelve cada vez más indiferente. Entonces, donde el secreto queda reducido a exterioridades meramente formales, se favorece el predominio de lo objetivo y un tipo de acción instrumental que no se pregunta por las consecuencias morales de sus actos.

Por otro lado, el secreto permite que el propio grupo oculte u propia existencia. "Entre las medidas de protección, la de tornarse invisible es, en rigor, la más radical". (Simmel,1939:365) En efecto, la maquinaria desaparecedora pretendió no sólo mantener en secreto a sus miembros, su finalidad y sus particulares decisiones sino también el hecho mismo de que constitutían una asociación ilícita. No obstante, "la sociedad secreta no permite, nos recuerda Simmel, que desaparezca de sus miembros la conciecia clara y acentuada de que constituyen una sociedad; el patetismo del secreto, perceptible siempre y siempre que hay que guardar, presta a la forma de la

asociación un sentido propia frente al contenido, un sentido muy superior al que tienen otras asociaciones." (Simmel,1939:380)

Al respecto Hannah Arendt sostiene, retomando una conceptualización de Alexandre Koyré, que las organizaciones totalitarias pueden ser concebidas por su estructutra sociológica como "sociedades secretas montadas a plena luz del día". (Arendt,1958:376) Porque, en este caso, el mecanismo de impunidad estaba asegurado por el hecho de que el líder totalitario proclamaba públicamente su responsabilidad personal por los crímenes cometidos por sus oficiales, de tal modo que la violencia organizada proveía el sentimiento de seguridad frente al mundo normal donde los asesinatos estaban fuera de la ley y la moral. Los asesinatos eran públicamente perpetrados y oficialmente confesados por la jerarquía.

A diferencia de las formas de organización totalitarias europeas, la tecnología de desaparición de personas concretó estrategias de impunidad que pretendieron administran, en el tiempo, el horizonte experiencial que reconstruye la memoria sobre los hechos. La maquinaria represiva argentina se propuso conquistar la historia –y las versiones futuras sobre ella- en la medida en que se adjudicó la tiránica tarea de clausurar instrumentalmente la significatividad abierta de la muerte. Tal como sostiene Héctor Schmucler "la desaparición intenta suprimir toda huella, aún la de la voluntad de suprimir la huella. Se trata de olvidar que en la Argentina un espacio de la desaparición fue posible". (Schmucler,1995:52) De allí, que no ha sido exclusivamente la verdad de lo efectivamente sucedido lo que buscó ocultarse, sino también, olvidar a futuro la responsabilidad de preguntarse por cómo fueron posibles los campos clandestinaos de detención-desaparición.

Resumen

El presente trabajo se propone pensar las implicancias sociológicas que el secreto tiene para las formas de ocultamiento e impunidad en la figura de la desaparición. Dado que la desaparición de personas se conviertió en Argentina en expresión de una voluntad de ocultamiento que buscó borrar toda huella, pero que paradójicamente se presenta como el lugar desde donde es posible reconocernos en nuestra memoria. Entonces, hemos, de reflexionar en esta oportunidad sobre el hecho de que con la desaparición se hace evidente la presencia ambigua pero deliberada de un secreto y de sus guardianes. Introducir

la cuestión del secreto como instrumento que permite hacer cómo hacer de la confianza mutua una garantía de obediencia irrestricta. Un tipo de confianza de carácter abstracto y sociológico, que ya no necesita de renovación subjetiva. Es más, un tipo de confianza bajo la cual se pueda colocar cualquier tipo de contenido de la vida en común, donde la medida y la clase de su contenido espiritual depende más de su capacidad de obedecer que de aquello que tiene que callar.

Bibliografia:

ARENDT, H., 1958, *The origins of totalitarianism*, New York: Meridian Books Inc.

CALVEIRO, P., 1998, *Poder y desaparición. Los campos de concentración en Argentina* ,Buenos Aires: Colihue.

DUHALDE, E., 2000, *El Estado Terrorista Argentino. Quince años después, una mirada crítica*, Buenos Aires: Eudeba.

SCHMUCLER, H., 1995, *Formas del Olvido*. Confines. Buenos Aires, 1: 1.

SIMMEL, G., 1939, *Sociología. Estudios sobre las formas de socialización*. Espasa-Calpe Argentina. Buenos Aires.

ESPAÇOS E SOBERANIA NO BRASIL

Mariana Vercesi de Albuquerque
Rita de Cássia Nonato
Mário Lamas Ramalho
Christiana Galvão Ferreira de Freitas

O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PERMANENTE E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. A ORDEM INTERNACIONAL E O DEBATE SOBRE A RATIFICAÇÃO DO TRATADO NO BRASIL

CHRISTIANA GALVÃO FERREIRA DE FREITAS*

Introdução - a criação do Tribunal Penal Internacional Permanente

Aos 17 dias de julho de 1998, cerca de 160 países, 17 organizações intergovernamentais, 14 agências especializadas e fundos das Nações Unidas e 124 organizações não-governamentais, reuniram-se na cidade de Roma, capital italiana, com o objetivo de estabelecer as bases para a instituição de um Tribunal Penal Internacional Permanente (TPIP).

A lei orgânica do Tribunal, também chamada de Estatuto de Roma, aprovada por meio de uma votação não registrada por 120 votos a favor, 7 contra e 21 abstenções passou a vigorar a partir do dia 11 de abril de 2002, data da criação formal do TPIP, através da ratificação de seu Estatuto por mais nove países, chegando a 66 e ultrapassando em seis o número necessário para sua entrada em vigor. [1]

* IFCH/UNICAMP.

[1] De acordo com o art. 126 do Estatuto de Roma, "Entrada em Vigor". Até o dia 10 de abril de 2002 os países que já haviam ratificado o Estatuto de Roma eram: África do Sul, Alemanha, Andorra, Antígua e Barbuda, Argentina, Áustria, Bélgica, Belize, Benin, Botsuana, Canadá, Costa Rica, Croácia, Chipre, Dinamarca, Dominica, Equador, Eslovênia, Espanha, Estônia, Fiji, Finlândia, França, Gabão, Gana, Holanda, Hungria, Ilhas Marshall, Islândia, Itália, Iugoslávia, Lesoto, Liechtenstein, Luxemburgo, Macedônia, Mali, Maurício, Nauru, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Centro-Africana, San Marino, Senegal, Serra Leoa, Suécia, Suíça, Tadjiquistão, Trinidad e Tobago e Venezuela. No dia 11 de abril de 2002, ratificaram o Estatuto de Roma: Bósnia, Camboja, Congo,

No presente artigo, tratamos brevemente da instituição do TPIP, apontando suas características, especificidades e fundamentos. Num segundo momento, tecemos algumas considerações sobre a ordem internacional, contexto no qual se insere nossa problemática. Por fim, trazemos à tona o cerne de nosso objeto de estudo: o debate acerca da ratificação do tratado do TPIP no Brasil e algumas de suas posições.

O Tribunal Penal Internacional Permanente: A Instituição

De acordo com o Preâmbulo do Estatuto de Roma, o TPIP surge como uma iniciativa de Estados que, ao reconhecerem a gravidade dos crimes de violação aos direitos humanos e sua constante ameaça à paz, à segurança e ao bem-estar da humanidade e, decididos a erradicar a impunidade dos autores desses crimes e a assegurar a defesa e proteção desses direitos nos planos nacional e internacional, como forma de garantir que a justiça internacional seja permanentemente respeitada, convieram a *"estabelecer um Tribunal Penal Internacional de caráter permanente, independente e vinculado ao sistema das Nações Unidas que tenha jurisdição sobre os crimes mais graves que preocupam a comunidade internacional em seu conjunto."*[2]

Segundo o Estatuto de Roma, o TPIP *"será uma instituição permanente, estará facultada a exercer sua jurisdição sobre indivíduos com relação aos crimes mais graves de transcendência internacional"*[3], a saber: genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crimes de agressão.[4] Dessa maneira, o TPIP é concebido como uma corte supranacional que visa a defesa e proteção dos direitos humanos no plano internacional.

O TPIP será sediado na cidade holandesa de Haya[5] e operacionado através de uma corte permanente, composta por um promotor-chefe e 18 juízes de diferentes nacionalidades com mandato de duração de nove anos[6]. A corte, dotada de

---

Eslováquia, Irlanda, Jordânia, Mongólia e Romênia.[1] O Brasil foi o 94º país a assinar o Tratado em 2000 e sua ratificação se deu em 12 de junho deste ano.

[2] Preâmbulo do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional Permanente de 1998.

[3] Art. 1 do Estatuto de Roma do TPIP.

[4] Art. 5 "Crimes sob a jurisdição do Tribunal", Estatuto de Roma do TPIP.

[5] Art. 3 "Sede do Tribunal", Estatuto de Roma do TPIP.

[6] Art. 36 "Qualificações, candidatura e eleição dos Juízes", Estatuto de Roma do TPIP.

jurisdição global no plano internacional, tem como objetivo principal investigar e levar a julgamento indivíduos - não Estados - que tenham cometido alguns dos graves crimes internacionais anteriormente citados.

Com relação às jurisdições internas dos Estados, a jurisdição do TPIP deverá se basear em duas possibilidades: inerência e complementaridade[7]. Isto significa que este instituto só entrará em ação quando forem cometidos crimes para os quais a competência originária já é dele (inerentes à sua competência) ou caso a jurisdição nacional se mostrar falha face às violações de direitos humanos (jurisdição complementar[8]) nos seguintes casos: omissão, ausência de imparcialidade no julgamento, demora injustificada ou incapacidade do Estado.

Na verdade, a Corte do Tribunal Penal Internacional Permanente deverá ser competente para julgar casos ocorridos nos territórios dos Estados-partes ou envolvidos nacionais dos membros. Esta competência será originária somente para os crimes já anteriormente mencionados.

A adesão ao Estatuto de Roma feita por um Estado impõe a ele uma séria pré-condição, que o distingue de outros tratados na área das relações internacionais. Trata-se da não admissão de reservas[9]. Este é um dos pontos mais inovadores e polêmicos deste documento. Isto porque, de acordo com esta premissa: ou o Estado ratifica o Tratado em sua íntegra, ou não o ratifica. Aqui inicia nossa problemática: a questão de aderir, ou não, e de adequar a legislação nacional de um dado estado ao Estatuto de Roma do TPIP não se configura como um conflito de ponto de vistas e de interesses que se resolva no plano do Direito, porque envolve problemas que dizem respeito aos princípios constitutivos da ordem internacional.

Não surpreende, portanto, que a implantação efetiva do TPIP venha sendo objeto de viva controvérsia.

---

[7] Art. 1 do Estatuto de Roma do TPIP "O Tribunal".

[8] Sobre o assunto, ver: JARDIM, Tarciso Dal Maso, "A Cooperação Estadual e o Princípio da Complementaridade".

[9] Art. 120, do Estatuto de Romado TPIP "Reservas". Nos termos da Convenção de Viena (1969) também chamada de Lei dos Tratados, as reservas constituem uma declaração unilateral feita pelo Estado, quando da assinatura ou ratificação , com o propósito de excluir ou modificar certas previsões do tratado , quando de sua aplicação naquele Estado. (nota da autora)

De um lado, os defensores do TPIP afirmam a necessidade e relevância da criação dessa instituição com base no argumento de que esta corte representa em si a materialização de uma proposta de internacionalização da proteção jurídica dos direitos humanos. Além disso, para eles a implementação do TPIP não configura uma ameaça à soberania nacional, que será apenas relativizada ou flexibilizada face à importância de se salvaguardar os diretos humanos não apenas no plano interno, mas também no externo.

À primeira vista, este parece ser o entendimento predominante em nosso país. Com efeito, sendo o Brasil um dos signatários do Tratado, a ratificação do mesmo foi insistentemente defendida nos meios jurídicos e em setores da "sociedade civil" com argumentos como os que se seguem.

Ao referir-se ao 11 de setembro e a grave crise no Oriente Médio, a jurista Flávia Piovesan declara:

> *"contra o risco do terrorismo de Estado e do enfrentamento do terror, com instrumentos do próprio terror, só resta uma via—a via construtiva de consolidação dos delineamentos de um "Estado de Direito" no plano internacional. Para este Estado, é essencial o primado da legalidade e uma Justiça preestabelecida, permanente e independente, capaz de assegurar direitos e combater a impunidade, especialmente a dos mais graves crimes internacionais. O Tribunal Penal Internacional é capaz de reduzir o "darwinismo" no campo das relações internacionais, em Estados fortes, com elevado poder discricionário, atuam como bem querem em face de Estados fracos. (...) O Tribunal Penal Internacional Permanente celebra, sobretudo, a esperança de que a força do direito possa prevalecer em detrimento do direito da força."*[10]

Neste mesmo sentido, demonstrando-se favorável à ratificação do Brasil ao Tratado do TPIP, Cançado Trindade afirma que *"é alentador que as conquistas de direito internacional em favor da proteção do ser humano venham projetar-se no direito constitucional, enriquecendo-o e demonstrando que a busca de proteção cada vez mais eficaz da pessoa humana encontra guarida nas raízes do pensamento tanto internacionalista como constitucionalista"*.[11]

---

[10]PIOVESAN, Flávia, "A força do direito versus o direito da força", in *Folha de São Paulo*, 2 de maio de 2002.

[11] TRINDADE, Antônio Augusto Cançado *A proteção internacional dos direitos humanos: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos*. São Paulo: Saraiva, 1991. p. 631.

Formulados por duas personalidades bastante representativas, os juízos que acabamos de citar fornecem uma ilustração fiel da opinião predominante no debate brasileiro. A ausência de contestações mais incisivas ao ponto de vista que eles expressam justifica a expectativa manifesta pelo Secretário Nacional de Direitos Humanos, o Professor Paulo Sérgio Pinheiro de que o projeto de ratificação do Tratado não deveria esbarrar em obstáculos maiores.[12]

O problema na lista de adesões ao Tratado não é de número dos países, mas de relações de poder. Assim, um segundo ponto que salta à vista é a ausência das mais importantes potências geopolíticas do mundo, com exceção dos grandes países europeus. Não ratificaram o Tratado a China, a Índia, a Rússia, o Japão e os Estados Unidos.

O caso dos EUA é o mais relevante devido ao seu peso internacional. Relutantes desde o início, os EUA acabaram assinando o Tratado nos momentos finais do governo Clinton (31/12/00). Com a ascensão de Bush à presidência norte-americana, este fez reiteradas manifestações de rejeição ao Tratado e, recentemente, anunciou que retiraria sua assinatura, mantendo a sua oposição à Corte. De acordo com, Christopher Joyner, (professor de Direito Internacional na Universidade de Georgetown):

> *"Washington não quer correr o risco de que seus funcionários que tomam decisões ligadas ao uso da força possam ser processados.(...) Ademais, poderiam ser feitas acusações contra membros de forças de manutenção da paz americanas. O governo também teme que cidadãos americanos sejam julgados por uma corte que poderia Ter em seus quadros juizes antiamericanos."*[13]

Algo similar poderia ser dito a respeito das motivações que levam as demais potências a reagirem ao TPIP. Exceto o Japão, todos esses países convivem com situações de agudo conflito interno, que não raro se expressam em

[12] PINHEIRO, Paulo Sérgio, in *Folha de São Paulo,* 31 de março de 2002.

[13] "Tribunal internacional passa a existir hoje", A15, in *Folha de São Paulo,* 11 de abril de 2002. Apesar do TPIP pautar-se pelo princípio da complementaridade, sendo acionado apenas em caso de recusa ou impossibilidade de julgamento por parte dos Estados-membros, o Estatuto do TPIP também prevê duplo julgamento pelo cometimento do mesmo crime, o que torna possível que um indivíduo seja julgado tanto no seu país quanto pela Corte do TPIP, dependendo das circunstâncias e caso se faça necessário.

confrontos militares de extrema violência. Que razões teriam esses países para aderir a um mecanismo como esta Corte permanente dotada de jurisdição global, competente para julgar crimes contra a humanidade quando existe o risco de que a ação deste venha a atingir os seus funcionários e homens de Estado, afetando, portanto sua soberania?

De fato, não podemos analisar o debate político-jurídico que se faz acerca do TPIP no Brasil sem considerarmos sua discussão no plano internacional. Trata-se de uma problemática inserida no contexto das relações internacionais e, por isso, devemos tomar a ordem internacional e a proteção jurídica dos direitos humanos no plano internacional como pontos de partida para nosso estudo.

Ordem Internacional e Proteção Jurídica dos Direitos Humanos

Para entendermos o alcance da novidade representada pelo TPIP e a natureza das questões que ele levanta, partiremos da análise de Hedley Bull sobre a ordem internacional na sociedade contemporânea.

Em sua investigação sobre a natureza da ordem na política mundial, Hedley Bull chama de ordem internacional a ordem de uma sociedade de estados, ou seja, de uma sociedade internacional. Para ele, esta sociedade internacional existe *"when a group of states, concious of certain common interests and common values, form a society in the sense that they conceive themselves to be bound by a common set of rules in their relations with one another, and share in the working of common institutions."*[14] Nesse sentido, a ordem internacional é definida como *"a pattern of activity that sustains elementary or primary goals of the society of states, or international society."*[15]

Bull diferencia a ordem internacional da sociedade de estados da ordem mundial definindo esta como *"those patterns or dispositions of human activity that sustain the elementary or primary goals of social life among mankind as a whole"*[16]. Dessa maneira, Bull pensa a ordem mundial não apenas como sendo mais abrangente que a internacional- visto que aquela abarca tanto a ordem doméstica existente dentro dos estados particulares como também a

[14] BULL, Hedley, *The Anarchical Society*, 1977, p.13.
[15] Idem, p.9.
[16] Ibidem, p.20.

ordem do sistema político mais abrangente, do qual o sistema de estados configura apenas uma parte,- como também mais fundamental e primordial - porque em última instância, a unidade da sociedade de toda a humanidade não são os estados, mas sim os seres humanos individuais. Portanto,

> *"if any value attaches to order in world politics, it is order among all mankind which we must treat as being primary value (...). If international order does have a value, this can only be because it is instrumental to the goal of order in human society as a whole."*[17]

Assim, se a ordem internacional da sociedade de estados tem como função principal preservar o sistema e a sociedade de estados através da manutenção da independência ou da soberania externa dos estados individuais com o fim de evitar a guerra e atingir a paz, essa ordem só tem valor na medida em que é um meio para se atingir a ordem na sociedade de toda a humanidade.

Ao analisar a realidade do sistema internacional moderno, Bull se coloca a seguinte questão: a idéia de sociedade internacional corresponde efetivamente à realidade do sistema internacional moderno?

Para ele, a sociedade vista como um elemento sempre esteve e continua presente no sistema internacional moderno. Contudo, ela é apenas um dos elementos deste sistema e, por vezes, sua sobrevivência se dá de forma bastante precária. Neste sentido, Bull afirma que

> *"the modern international system in fact reflects all three of the elements singled out, respectively, by the Hobbesian, the Kantian and the Grotian traditions: the element of war and struggle for power among states, the element of transnational solidarity and conflict cutting across the divisions among states, and the element of co-operation and regulated intercourse among states."*[18]

A primeira, de tradição realista, considera a política internacional como um estado de guerra. De acordo com esta visão, as relações internacionais entre os estados são conflituosas porque os interesses de um excluem os do outro. Assim, o estado é livre para lutar por seus objetivos, estando isento de restrições morais ou legais. A moralidade e a legalidade estão inseridas na sociedade, contudo a vida internacional está para além desta.

[17] Ibidem,p.22.
[18] Ibidem, p.41.

Já a visão kantiana, de tradição universalista, enxerga na política mundial a construção de uma sociedade de indivíduos transnacionais (uma comunidade de toda a humanidade). As relações internacionais são mais que relações entre estados, são relações entre todos os indivíduos da humanidade. Os interesses de todos os homens é único e é o mesmo. Há um imperativo moral que determina as relações internacionais. A comunidade de toda humanidade é objeto do mais alto esforço moral.

Por último, a visão grotiana, de tradição internacional, vê a política mundial inserida numa comunidade mundial. Trata a política internacional nos termos de uma sociedade de estados ou de uma sociedade internacional. As relações são limitadas por regras e instituições comuns. Assim como Hobbes, Grotius atribui às soberanias ou aos estados o papel principal nas relações internacionais, contudo diferentemente dele, não considera a política internacional um completo conflito de interesses, mas sim um campo de negociações. Há imperativos morais e legais, segundo os quais às relações internacionais se regem.

Apesar da sociedade internacional ter estado e ainda permanecer presente no sistema internacional moderno,

> *"one of these three elements may predominate over the others in different historical phases of states system, in different geographical theaters of its operation, and in the policies of different states and statesmen."*[19]

Primeiramente, a manutenção da ordem na sociedade internacional se dá através da criação de um interesse comum por parte dos estados: o de atingir os objetivos elementares da vida social. Para que a ordem seja mantida, é necessário criar certas regras de convivência que venham a ser socialmente efetivadas. Desse modo, a função das regras é prover um guia preciso sobre qual deve ser o comportamento compatível com o alcance dos objetivos fundamentais da vida social.

Assim, Bull identifica três complexos de regras mais relevantes para a manutenção da ordem internacional: elas podem ter o status de direito internacional, ser normas morais, consuetudinárias ou configurar-se como regras do jogo.

---

[19] Ibidem, p.41.

A primeira e mais importante delas é

> *"the complex of rules that states what may be called the fundamental or constitucional normative principle of world politics in the present era. This is the principle that identifies the idea of a society of states, as opposed to such alternative ideas as that of a universal empire, a cosmopolitan community of individual human beings, or a Hobbesian state of nature or state of war, as the supreme normative principle of the political organization of mankind."*[20]

Embora predominante, a idéia de sociedade de estados não é a única presente no sistema internacional. Na realidade ela vem se confrontando sempre com as outras idéias rivais. Isto não é incompatível com a ordem. "***Order in a world scale (...)does require that one or another of these basic ideas should be clearly in the ascendancy;*** *what is incompatible with order on a world scale is a discord of competiting principles of universal political organization*"[21], sem que uma prevaleça sobre a outra.

Não cabe neste artigo apresentar em maiores detalhes uma obra de tal porte e complexidade como a de Bull e muito menos discuti-la. Como foi dito no início deste tópico, nós a tomamos como quadro de referência para elaborar o problema com o qual estamos lidando neste artigo e a esta altura ele já está, em suas linhas gerais,bem desenhado.

O TPIP vincula-se diretamente à segunda das visões de sociedade internacional anteriormente mencionada (a visão kantiana ou cosmopolita) e nela encontra sua justificativa: trata-se de uma corte supranacional cuja finalidade é a proteção dos direitos humanos no plano internacional. Este Tribunal toma os indivíduos como portadores de direitos e supõe a criação de mecanismos universais para garanti-los. Ora, como já mencionado anteriormente, pelo fato das outras duas visões (hobbesiana e grottiana) terem sido claramente predominantes no processo de constituição da ordem internacional presente, a criação do TPIP lança luz sobre tensões e levanta questões complexas para as quais não vamos encontrar respostas fáceis.

Alguns dos instrumentos historicamente empregados com o fim de pacificar a comunidade a longo tempo dilacerada por conflitos sangrentos dão uma

[20]Ibidem, pp.67 e 68.
[21] Ibidem, p.68.

idéia dessas dificuldades. Ao invés do julgamento e conseqüente punição prevista pelo TPIP, as comissões de paz, de verdade e o instituto da anistia se guiam pela lógica do perdão – os crimes, os agravos não desaparecem da memória, mas as comunidades que recorrem a esses dispositivos decidem politicamente que o melhor para todos é cancelar a cobrança de débitos passados para tornar possível a criação de condições mais propícias para a busca de um futuro de paz. Como conjugar duas lógicas tão diferentes? Nos marcos jurídicos da 'sociedade de estados' a resposta é fácil: o Estado é soberano para decidir como tratar os seus problemas internos, cabe aos poderes constituídos a escolha entre punir ou desculpar. Mas como se apresenta o problema em um mundo que esteja dotado de um Tribunal Penal Internacional Permanente –com mandato para indiciar suspeitos, estabelecer culpas e fixar penas— mas desprovido de um governo mundial e legitimidade bastante para perdoar? Esta é uma séria questão, para a qual ainda não somos capazes de formular possíveis respostas.

O debate sobre a ratificação do tratado no Brasil

Como já mencionado anteriormente neste artigo, a princípio, o debate político-jurídico acerca do TPIP no Brasil revelou-se favorável à sua ratificação, ainda que alguns institutos previstos pelo Estatuto de Roma sejam incompatíveis com a nossa Constituição Federal de 1988. No presente, apesar do Tratado do TPIP já ter sido ratificado, as principais controvérsias têm gerado em torno de três previsões polêmicas do Estatuto: a pena de prisão perpétua, a entrega de nacionais ao Tribunal e a possibilidade de duplo julgamento pelo cometimento de mesmo crime.

O primeiro capítulo da C.F. de 1988 define os princípios fundamentais do regime democrático brasileiro. De acordo com o art. 1°, o Brasil constitui-se um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos básicos, dentre outros, a soberania e a dignidade da pessoa humana.[22] É importante ressaltar que a própria Constituição define o que chama de "Estado Democrático" como aquele no qual *"todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição."*[23]

[22] Art. 1° da Constituição Federal de 1988.
[23] Parágrafo único do art. 1° da Constituição Federal de 1988.

Dentre os princípios fundamentais de nossa Carta Magna, vale ressaltar o artigo 4°, no qual estão elencados aqueles que regem as relações internacionais do Brasil: *I)independência nacional; II)prevalência dos direitos humanos; III)autodeterminação dos povos; IV)não-intervenção; V)igualdade entre os Estados; VI)defesa da paz; VII)solução pacífica dos conflitos(...).*"[24] Podemos, assim, observar que o Estado Brasileiro funda-se no princípio democrático de governo e preza interna e internacionalmente pela inviolabilidade dos direitos humanos.

Contudo, apesar do § 1° do artigo 5° da Constituição Federal[25] prever que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata e o § 2° do mesmo artigo dispor que tais direitos e garantias, expressos na Constituição Federal, *"não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte"*[26], a automática exigibilidade das normas internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico interno através da incorporação do Estatuto de Roma ao direito interno brasileiro suscita dúvidas quanto à sua compatibilidade em relação à Constituição Brasileira. Estes questionamentos se tornam especialmente relevantes devido à especificidade do Tratado em não admitir reservas.[27]

Podemos formar uma idéia do teor do debate em curso no Brasil através de um breve exame da troca de argumentos sobre um dos pontos polêmicos antes mencionados: a prisão perpétua.

O artigo 77[28] do Estatuto de Roma prevê a possibilidade de aplicação da pena de prisão perpétua para crimes de extrema gravidade e segundo circunstâncias pessoais do condenado. Teoricamente, tal disposição confrontaria

---

[24] Art. 4° da Constituição Federal de 1988.

[25] Reza o art.5° § 1° da C. F. de 1988 "As normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata."

[26] [26] Versa o art.5° §2° da C.F. de 1988 "Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte."

[27] Reza o art. 120 do Estatuto de Roma: "Não se admitirão reservas ao presente Estatuto."

[28] Versa o art. 77 do Estatuto de Roma: " O Tribunal poderá aplicar a pena de prisão perpétua ao réu quando justificada pela extrema gravidade do crime e pelas circunstâncias pessoais do condenado."

frontalmente com o artigo 5º, XLVII, b[29] da Constituição Federal, que estabelece a impossibilidade de penas de caráter perpétuo.

Essa tese de incompatibilidade com a Constituição é, todavia, contestada por juristas como Antônio Cachapuz de Medeiros, Tarciso Dal Maso Jardim e Sylvia Steiner.[30] Segundo esta jurista, a previsão da pena de prisão perpétua pelo Estatuto de Roma resultou de grande debate, prevalecendo a previsão da pena perpétua em lugar da pena de morte. Além disso, aquela figurou no Estatuto apenas como hipótese excepcional, sendo suscetível de revisão e redução.

Sendo assim, para esse grupo, tais argumentos conduzem à conclusão de que não há incompatibilidade real entre o Estatuto de Roma e a Constituição Brasileira no tocante à prisão perpétua, visto que essa vedação restringe apenas o judiciário interno, não se aplicando em nível internacional.

Já Cezar Roberto Bittencourt, apesar de reconhecer no TPIP sua função humanizadora e pacificadora das relações internacionais, faz ressalvas à previsão da pena de prisão perpétua, argumentando que

> *"o princípio da humanidade do Direito Penal é o maior entrave para a adoção da pena de morte e da prisão perpétua. Este princípio sustenta que o poder punitivo estatal não pode aplicar sanções que atinjam a dignidade da pessoa humana ou que lesionem a constituição físico-psíquica dos condenados. (....) Finalmente, um sistema penal somente está justificado quando a soma das violências –crimes, vinganças e punições arbitrárias- que ele pode prevenir, for superior ao das violências constituídas pelas penas que cominar. É enfim, indispensável que os direitos fundamentais do cidadão sejam considerados indisponíveis, afastados da livre disposição do Estado que, além de respeita-los, deve garanti-los."*[31]

Apesar de ter sido favorável à ratificação do Tratado por parte do Brasil, para Bittencourt, o Brasil deveria ter tentado revisar o Estatuto de Roma (que rege o TPIP), para que fosse permitida, por exemplo, sua adesão com reservas. Isto porque tal medida facilitaria a adesão não só do Brasil, mas também de inúmeros outros países.

---

[29] Reza o art. 5º XLVII, b da C. F.: "não haverá penas de caráter perpétuo."
[30] STEINER, Sylvia Helena, "O que é o Tribunal Penal Internacional", Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000.
[31] BITTENCOURT, Cezar Roberto, "Tribunal Penal Internacional. Prisão Perpétua: Inconstitucionalidade", *in* www.e-jurídico.com.br, agosto de 2001, p.7.

Quanto à extradição, ou seja, a entrega de um indivíduo de um Estado a outro para julgamento Estado, é proibida pelo artigo 5.°, incisos LI e LII da Constituição Federal[32]. O artigo 89 do Estatuto de Roma prevê a entrega de nacionais para o Tribunal Penal Internacional, que em termos, jurídicos é diferente da extradição. Para a corrente defensora do TPIP, a incompatibilidade neste caso também é aparente. De acordo com Miguel Guskow,

> *"não pode haver confusão de institutos e de entendimentos quanto à entrega de um indivíduo ao TPIP com a extradição. (...) A extradição diz respeito à cooperação entre Estados, regida pelo princípio da igualdade soberana. A entrega diz respeito à cooperação entre Estados e o TPIP, uma relação regida pelo princípio da complementaridade, pela qual o TPIP tem caráter excepcional e complementar."*[33]

Para os defensores do TPIP, em decorrência dos seus princípios de inerência e complementaridade, a previsão da possibilidade de duplo julgamento pelo cometimento do mesmo crime não deve ser considerado como um óbice à ratificação do Tratado. Isto porque o TPIP só entrará em cena caso o julgamento do Estado-parte se revelar falho ou injusto.

Nesse sentido, ao reconhecer que as incompatibilidades do Estatuto de Roma em relação à Constituição Federal são apenas aparentes, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 203/2000) apresentada pelo deputado Nilmário Miranda não prevê modificações substanciais no texto constitucional - relacionadas à prisão perpétua ou à extradição -, limitando-se a incluir, no artigo 5.° da CF, um 3.° parágrafo com a seguinte redação: "*a República Federativa do Brasil poderá reconhecer a jurisdição do Tribunal Penal Internacional nas condições previstas no Estatuto aprovado em Roma no dia 17 de julho de 1998.*" Contudo, apesar do Brasil já ter ratificado o Estatuto de Roma, esta Proposta de Emenda Constitucional ainda está sendo apreciada na Câmara do Deputados.

---

[32] O art. 5° LI e LII da C. F. versam respectivamente: "nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei" e " não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião."

[33] GUSKOW, Miguel, "O Tribunal Penal Internacional e os problemas futuros a enfrentar em relação à Soberania Nacional" *in* www.escritórioonline.com.br, junho de 2001, p. 15.

O que este exame revela é que, ao contrário do que se vê em outros países, o debate sobre o TPIP vem se restringindo, até o momento no Brasil, a seus aspectos jurídico-formais. As questões politicamente mais delicadas aparecem apenas nas entrelinhas, como na alegação de que diferenças entre as normas de seu estatuto e algumas disposições na Constituição brasileira não são importantes porque o TPIP só agiria em caso de julgamento feito pelo Estado-parte se revelar falho ou injusto. Ora, confirmar ou reformar uma decisão judicial é uma das prerrogativas mais importantes e mais cedo apropriadas pelos Estados nacionais, que a exerce através de sua mais elevada corte.

O comentário acima nos conduz à problemática de fundo suscitada pela proposta do TPIP: a questão da soberania. E, a esta altura já possível formular a hipótese central que vem norteando desde o início este artigo: a de que os alinhamentos que esta proposta provoca desrespeitam sistematicamente as fronteiras clássicas que separam os campos da esquerda e da direita. E não apenas no Brasil.

A leitura de um artigo de Boaventura de Souza Santos sobre o debate político em Portugal acerca da ratificação do TPIP, no fornece uma clara visão deste fato. Também em Portugal, a previsão de pena de prisão perpétua também é contrária à Constituição interna. Nesse sentido, Santos assevera que

> *"o debate em curso sobre a ratificação do Tribunal Penal Internacional é importante não tanto pelas questões jurídicas e constitucionais que levanta, mas pelo que nele se revela sobre o nosso imaginário coletivo e a nossa identidade como nação, e o modo como nos apropriamos deles consoante os interesses e as circunstâncias."*[34]

Segundo o sociólogo português, o debate político é bastante regulado em relação às posições de direita e de esquerda que o legitimam. Geralmente, as questões que não se enquadram em nenhuma dessas posições são tratadas com desprezo e consideradas irrelevantes do ponto de vista político.

Contudo, a criação do Tribunal Penal Internacional Permanente foge a essa regra. De fato, a discussão sobre o TPIP não se enquadra nesse dualismo direita e esquerda e as opiniões sobre o TPIP perpassam tanto a esquerda como a direita, criando convergências e divergências surpreendentes. Isto

[34] SANTOS, Boaventura de Souza: "Nossa prisão perpétua", in *Revista Visão*, Portugal, 8/03/2001.

porque ao construírem suas identidades tomando por base o Estado e à sociedade nacionais, tanto a esquerda quanto a direita encontram dificuldade em aceitar uma instituição que se pretende transnacional, interferindo assim na soberania estatal.

Conclusão

Ao longo deste trabalho, apresentamos e discutimos algumas considerações acerca do debate político jurídico sobre a efetiva criação do Tribunal Penal Internacional Permanente e da ratificação do Brasil a este Tratado, tendo como referência a ordem internacional vigente.

No plano nacional, a ratificação do Brasil ao Estatuto de Roma expressa, por um lado, uma tradicional orientação diplomática sobre direitos humanos e visa a preservar e ampliar o respeito e prestígio construído, em difíceis situações, no plano internacional. Por outro lado, o fato do Estatuto não admitir reservas coloca um problema sério para o Brasil com a previsão da pena de prisão perpétua tendo em vista que esta configura uma afronta a esses direitos tão consagrados em nossa Constituição.

No plano internacional, o fato de países geo-politicamente estratégicos como os EUA, Japão, China, Rússia e Índia não terem legitimado a iniciativa do TPIP suscita dúvidas quanto à efetiva eficácia deste Tribunal.

Além disso, apesar de considerarmos extremamente legítima a luta pela proteção dos direitos humanos nos âmbitos estatal e supranacional, a iniciativa do Tribunal Penal Internacional Permanente como forma de efetivar tal proteção enquadra-se em um tipo de ordem internacional não vigente, o que gera um problema. Nesse sentido, sem ter a atual pretensão de conjecturar sobre possíveis futuras configurações desta temática, não podemos deixar de levar em consideração, no debate sobre o TPIP, estas dificuldades com as quais esta instituição terá de lidar.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Cezar Roberto, "Tribunal Penal Internacional. Prisão Perpétua: Inconstitucionalidade", *in* www.e-jurídico.com.br, agosto de 2001.

BOLTON, John, "An International Criminal Court Won't Work", *Wall Street Journal Europe*, 30 de marzo, 1998, p. 10.

BULL, Hedley, *The Anarchical Society- A Study of Order in World Politics*, New York: Columbia University Press, 1977.

CANÇADO TRINDADE, António Augusto. "A Interação entre o direito internacional e o direito interno na proteção dos direitos humanos", *Arquivos do Ministério da Justiça*, Brasília, v. 46, n. 182, jul./dez. 1993.

CASSESE, Antônio, *International Law in a Divided World*, Oxford, Clarendon Press, 1994.

CRUZ, Sebastião Velasco, *Democracia e Ordem Internacional: reflexões a partir de um País grande semiperiférico*, coleção Primeira Versão, n. 103 IFCH, UNICAMP, março/2002.

GUSKOW, Miguel, "O Tribunal Penal Internacional e os problemas futuros a enfrentar em relação à Soberania Nacional" *in* www.escritórioonline.com.br, junho de 2001.

JARDIM, Tarciso Dal Maso, *A Cooperação Estadual e o Princípio da Complementariedade.*, Brasília, 1999.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, in *Folha de São Paulo,*31 de março de 2002.

PIOVESAN, Flávia, "A força do direito versus o direito da força", in *Folha de São Paulo*, 2 de maio de 2002.

_____. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 3. ed. São Paulo: Max Limonad, 1997.

_____, "Por um Tribunal Criminal Permanente", in *Folha de São Paulo,* 16 de julho de 1998.

_____ "Nossa prisão perpétua", in *Revista Visão*, Portugal, 8/03/2001.

STEINER, Sylvia Helena, "O que é o Tribunal Penal Internacional", Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000.

Constituição da República Federativa do Brasil. Coleção Saraiva de Legislação

Código Penal Brasileiro

Estatuto do Tribunal Penal Internacional Permanente (Estatuto de Roma).

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cadernos da Graduação
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil
pub_ifch@unicamp.br - morewa@unicamp.br

Tel.: (0XX 19)3788.1604 / 3788.1603
Telefax (0XX 19) 3788.1589